



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA**

**ANDARAÍ RAMOS CAVALCANTE**

**CORPOS ENFORCADOS, DESTROÇADOS E DESAPARECIDOS:  
VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS EM SALVADOR**

**SALVADOR/BAHIA  
OUTUBRO/2019**

ANDARAÍ RAMOS CAVALCANTE

**CORPOS ENFORCADOS, DESTROÇADOS E DESAPARECIDOS:  
VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS EM SALVADOR**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, para obtenção do título de Doutora em Políticas Sociais e Cidadania.

Orientação da Professora Doutora Julie Sarah Lourau Alves da Silva.

SALVADOR/BAHIA

OUTUBRO/2019

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

C376 Cavalcante, Andaraí Ramos  
Corpos enforcados, destroçados e desaparecidos: violência contra jovens  
negros em Salvador / Andaraí Ramos Cavalcante. – Salvador, 2019.  
349 f.

Orientadora: Profª. Dra. Julie Sarah Lourau Alves da Silva.

Tese (Doutorado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria  
de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania.

1. Racismo Estrutural 2. Violência 3. Jovem Negro 4. Assassinatos  
5. Linchamentos I. Silva, Julie Sarah Lourau Alves da – Orientadora II. Universidade  
Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 364.29-053.6(=414)(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDARAÍ RAMOS CAVALCANTE


“CORPOS ENFORCADOS, DESTROÇADOS E DESAPARECIDOS: VIOLÊNCIA  
CONTRA JOVENS NEGROS EM SALVADOR”

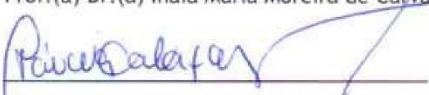
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Políticas  
Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 22 de outubro de 2019.

Banca Examinadora:

  
Prof.(a) Dr.(a) Julie Sarah Lourau Alves da Silva - UCSAL (orientadora)

  
Prof.(a) Dr.(a) Inaiá Maria Moreira de Carvalho - UCSAL

  
Prof.(a) Dr.(a) Márcia Esteves Calazans - UCSAL

  
Prof.(a) Dr.(a) Mary Garcia Castro - UFRJ

  
Prof.(a) Dr.(a) Basilele Matomalo - UNILAB

  
Prof.(a) Dr.(a) Fernando Conceição - UFBA

Dedico este trabalho a todos conhecidos, vizinhos, amigos e familiares dos jovens os quais tive a oportunidade de ter contato com as dores vivenciadas, resultantes das violências sofridas. Em especial a três jovens, sobrinhos por afinidade, cujas histórias retratam uma síntese da realidade estudada: um assassinado, outro desaparecido e o terceiro sobrevivendo com as marcas em seu corpo negro das violências cotidianas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em especial às minhas orientadoras. Primeiramente a professora Dra. Mary Castro, por ter compreendido exatamente o que eu gostaria de pesquisar e ter me dado as orientações iniciais, as quais foram fundamentais. Às professoras Dra. Julie Sarah Lourau Alves da Silva e Dra. Inaiá Maria Moreira de Carvalho que, por questões de ordem acadêmica, deram continuidade às orientações de forma magnífica.

Agradeço, mais uma vez, às professoras Dra. Mary Castro, Márcia Esteves de Calazans e aos professores Dr. Basilele Malomalo e Dr. Fernando Conceição pela aceitação do convite para participarem da banca, e ao professor Dr. Evandro Durte Piza, pela colaboração.

Agradeço ao diretor professor Juracy Xavier Dourado e às vice-diretoras professora Daniela Ferreira Barros e Itamara Maria B. Tavares, do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, pela compreensão e colaboração durante a realização da pesquisa, devido a ausências para participar de alguns eventos.

Agradeço a atenção, colaboração e contribuição com leitura e discussão de textos que foram importantes no desenvolvimento da pesquisa aos participantes dos seguintes grupos: Grupo de Pesquisa Antropologia, Fronteiras, Espaço e Cidadania - GRAFEC, em especial a pessoa da colega Dinubia Araújo e Grupo de Pesquisa Ângela Davis, da Faculdade da Educação da Universidade Federal da Bahia, na figura das professoras Sandra Marinho e Isaura Furtado e da pedagoga Rosangela Santana, estendendo, desta forma, os agradecimentos a todos os demais.

Agradeço em especial aos três parlamentares atuantes nas Comissões Parlamentares de Inquérito e/ou que realização audiências especiais que trataram sobre questões da violência contra jovens negros, por aceitarem a participar das entrevistas.

Agradeço aos integrantes dos movimentos sociais negros, em especial ao Coletivo de Entidades Negras – CEN, pela colaboração na identificação de pessoas, de referências, contatos, e por se disporem a participar das entrevistas.

Agradeço aos meus familiares, em especial às sobrinhas queridas: a pedagoga Shirlei Cavalcante, por me acompanhar em vários momentos durante a realização das entrevistas, em lugares de difícil acesso, e à doutoranda Sheila Cavalcante, pelas transcrições das entrevistas e revisão gramatical final.

## RESUMO

Esta tese teve como objeto de estudo o nexo entre o racismo e as formas de concretização das manifestações de violências contra jovens negros no Brasil, resultante de uma construção histórica do racismo em moldes estruturais, marcante nas relações sociais nesta sociedade e estruturante no nosso país. Por que os jovens negros são vitimizados das mais diversas formas, em decorrência de um conjunto de ações políticas que vão dando origem a violações que têm ou podem ter como desfecho final sua morte, em uma perspectiva genocida? A presente tese, elaborada numa perspectiva qualitativa, teve como questão inicial interrogar: por que o jovem negro é vitimizado em dois tipos de violência, concretizadas aparentemente de modos diferentes: os assassinatos decorrentes de ações policiais militares, enquanto operadores do sistema de segurança pública, e os linchamentos praticados pela população? Desta forma, o objetivo foi a compreensão de como esse racismo estrutura as manifestações de violência no país a partir da análise de casos de assassinatos de jovens negros decorrentes de ações de policiais militares e de linchamentos por populares, na cidade de Salvador, Bahia. O estudo empírico foi realizado a partir de casos identificados e noticiados pelas mídias e redes sociais, entre 2012 a 2017, após uma década de implementação das políticas afirmativas no Brasil. Para tanto, foi realizada “pesquisa social qualitativa e interpretativa”, porque esta tomou como referência os mais diversos procedimentos metodológicos das ciências sociais. Foram incorporadas contribuições teóricas e estudos sobre o tema, além de documentos, políticas públicas e normas produzidas no âmbito do Estado e propostas e experiências de lutas dos movimentos negros e organizações sociais de combate à violência contra os jovens negros. A técnica de investigação são narrativas episódicas de história de vida, com a utilização da entrevista semiestruturada. Os sujeitos entrevistados para execução da pesquisa foram diferenciados, de acordo com os campos empíricos, a fim de atingir os propósitos da tese. Compuseram quatro grupos de entrevistados: familiares dos jovens assassinatos; familiares, vizinhos e amigos e conhecidos nos casos de linchamento; membros e/ou representantes de instituições públicas e instâncias dos poderes públicos e integrantes dos movimentos sociais negros. Os dados foram analisados a partir de uma matriz construtiva das narrativas episódicas de histórias de vidas em ambos os casos. A partir da análise e interpretação dos dados, obtivemos uma maior e melhor compreensão do tema, o que nos possibilitou evidenciar as semelhanças e diferenças na abordagem entre os interlocutores, tanto nos casos violência policiais como nos casos de linchamentos. Registramos, ainda, que o racismo tem contribuído cotidianamente para permanências das ocorrências de violências na contemporaneidade, atingindo particularmente e de forma mortal os corpos negros, em decorrência da concretização de um Estado penal policial forte e de um sistema de justiça criminal implacável. Sendo possível constatar não só um silenciamento, mas também indiferença, de modo geral, por parte da sociedade em relação aos altos números de mortes de jovens negros. Apesar do silenciamento e indiferença foram identificados também várias formas de protestos, com destaque para os movimentos das mães de vítimas da violência do estado. Em Salvador, chamou a atenção os protestos nos bairros feitos por moradores, assim como os grupos organizados de poetas nos bairros periféricos e as pichações. É a arte sendo utilizada como mobilizador, como forma de denúncia do racismo, da violência racial que tem como alvos principais os corpos negros.

**Palavras-chave:** Racismo Estrutural – Violência – Jovem Negro – Assassinatos – Linchamentos

## ABSTRACT

This thesis had as object of study the nexus between racism and the forms of concretization of the manifestations of violence against young blacks in Brazil, resulting from a historical construction of racism in structural molds, characteristic in social relations in this society and structuring in our country. Why are young black people victimized in the most diverse ways, as a result of a set of political actions that give rise to violations that have or may have as their final outcome their death, from a genocidal perspective? This thesis, elaborated in a qualitative perspective, had as its initial question: why is the young black man victimized in two types of violence, apparently concretized in different ways: murders resulting from military police actions, as operators of the public security system, and lynchings practiced by the population? Thus, the objective was to understand how this racism structures the manifestations of violence in the country from the analysis of cases of murders of young blacks resulting from the actions of military police and lynchings by the population in the city of Salvador, Bahia. The empirical study was based on cases identified and reported by the media and social networks between 2012 and 2017, after a decade of implementing affirmative policies in Brazil. For this purpose, "qualitative and interpretative social research" was carried out, because it took as reference the most diverse methodological procedures of social sciences. Theoretical contributions and studies on the subject were incorporated, as well as documents, public policies and norms produced within the State and proposals and experiences of struggles of black movements and social organizations to combat violence against young blacks. The research technique is episodic narratives of life history, with the use of semi-structured interview. The subjects interviewed for the research were differentiated, according to the empirical fields, in order to achieve the purposes of the thesis. They composed four groups of interviewees: relatives of the young murders; relatives, neighbors and friends and acquaintances in cases of lynching; members and/or representatives of public institutions and instances of public authorities and members of black social movements. The data was analyzed from a constraining matrix of episodic narratives of life stories in both cases. From the analysis and interpretation of the data, we obtained a greater and better understanding of the theme, which enabled us to highlight the similarities and differences in the approach between the interlocutors, both in cases of police violence and in cases of lynching. We also note that racism has contributed on a daily basis to the permanence of the occurrences of violence in contemporary times, particularly and fatally affecting black bodies, as a result of the establishment of a strong police criminal state and a ruthless criminal justice system. It is possible to see not only a silence, but also indifference, in general, on the part of society in relation to the high numbers of deaths of young black people. Despite the silence and indifference, various forms of protest have also been identified, especially the movements of the mothers of victims of state violence. In Salvador, the protests in the neighborhoods by residents, as well as organized groups of poets in the peripheral neighborhoods and the graffiti, attracted attention. It is the art being used as a mobilizer, as a way to denounce racism, racial violence that has black bodies as its main targets.

**Keywords:** Structural Racism - Violence - Young Black - Murder - Lynching



## RESUMEN

Cette thèse avait pour objet d'étudier le lien entre le racisme et les modes de concrétisation des manifestations de violence contre les jeunes noirs au Brésil, résultant d'une construction historique du racisme dans des moules structurels, remarquable dans les relations sociales de cette société et structurant notre pays. Pourquoi les jeunes Noirs sont-ils victimisés de la manière la plus diverse, à la suite d'un ensemble d'actions politiques qui donnent lieu à des violations qui ont ou peuvent avoir pour résultat final leur mort, dans une perspective génocidaire ? Cette thèse, élaborée dans une perspective qualitative, avait pour question initiale : pourquoi le jeune noir est-il victime de deux types de violence, apparemment concrétisés de manière différente : les meurtres résultant des actions de la police militaire, en tant qu'opérateurs du système de sécurité publique, et les lynchages pratiqués par la population ? Ainsi, l'objectif était de comprendre comment ce racisme structure les manifestations de violence dans le pays à partir de l'analyse de cas d'assassinats de jeunes noirs résultant des actions de la police militaire et de lynchages par la population dans la ville de Salvador, Bahia. L'étude empirique a été fondée sur des cas identifiés et signalés par les médias et les réseaux sociaux entre 2012 et 2017, après une décennie de mise en œuvre de politiques positives au Brésil. A cette fin, une " recherche sociale qualitative et interprétative " a été réalisée, car elle a pris comme référence les procédures méthodologiques les plus diverses des sciences sociales. Des contributions théoriques et des études sur le sujet ont été incorporées, ainsi que des documents, des politiques publiques et des normes produites au sein de l'État et des propositions et des expériences de lutte des mouvements noirs et des organisations sociales pour combattre la violence contre les jeunes noirs. La technique de recherche consiste en des récits épisodiques de l'histoire de la vie, avec l'utilisation d'une entrevue semi-structurée. Les sujets interrogés pour la recherche ont été différenciés, selon les domaines empiriques, afin d'atteindre les objectifs de la thèse. Ils ont composé quatre groupes de personnes interrogées : les parents des jeunes meurtres ; les parents, les voisins et les amis et connaissances dans les cas de lynchage ; les membres et/ou représentants des institutions publiques et des instances des pouvoirs publics et les membres des mouvements sociaux noirs. Les données ont été analysées à partir d'une matrice contraignante de récits épisodiques d'histoires de vie dans les deux cas. L'analyse et l'interprétation des données nous ont permis de mieux comprendre le thème, ce qui nous a permis de mettre en évidence les similitudes et les différences d'approche entre les interlocuteurs, tant dans les cas de violence policière que dans les cas de lynchage. Nous notons également que le racisme a contribué quotidiennement à la persistance des actes de violence à l'époque contemporaine, en particulier et de manière fatale sur les corps noirs, du fait de la mise en place d'un État policier criminel fort et d'un système de justice pénale impitoyable. Il est possible de constater non seulement un silence, mais aussi une indifférence, en général, de la part de la société par rapport au nombre élevé de décès de jeunes noirs. Malgré le silence et l'indifférence, diverses formes de protestation ont également été identifiées, en particulier les mouvements des mères de victimes de la violence d'Etat. A Salvador, les protestations des habitants dans les quartiers, ainsi que les groupes organisés de poètes dans les quartiers périphériques et les graffitis ont attiré l'attention. C'est l'art utilisé comme mobilisateur, comme moyen de dénoncer le racisme, la violence raciale qui a pour cible principale les corps noirs.

**Mots-clés:** Racisme structurel - Violence - Jeune Noir - Meurtre - Lynchage

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Taxa de homicídio por 100 mil habitantes.....	176
Figura 2. Mapa dos Homicídios de Salvador (bairro a bairro).....	179
Figura 3. Mapa de Violência em Salvador (bairro a bairro) .....	349

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Dados sobre Mortes Violentas Intencionais no Brasil .....	172
Gráfico 2. Dados de Morte Decorrente de Letalidade Policial no Brasil .....	175
Gráfico 3. Dados sobre Morte de Violência na Bahia .....	177
Gráfico 4. Dados de Morte Decorrente de Letalidade Policial Bahia .....	178
Gráfico 5. Dados sobre Mortes Violentas em Salvador .....	180
Gráfico 6. Linchamentos Ocorridos em Salvador: 2012 – 2018 .....	190
Gráfico 7. Características Socioeconômicas dos Bairros Onde Ocorreram Linchamentos ...	190
Gráfico 8. Fatores Motivadores dos Linchamentos .....	191
Gráfico 9. Faixa Etária dos Alvos dos Linchamentos .....	195
Gráfico 10. Raça /Cor dos alvos de Linchamentos .....	195
Gráfico 11. Sexo dos alvos dos Linchamentos .....	198
Gráfico 12. Óbitos e não óbitos resultantes dos Linchamentos .....	199

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Grupo I Formado por entrevistados que são familiares vizinhos ou pessoa que presenciaram casos de linchamentos.

Quadro 2 - Grupo II Formados por entrevistados que são familiares de jovens mortos por polícias militares na função de operadores do sistema de segurança.

Quadro 3 - Grupo III Formado por entrevistados representantes de instituições públicas que realizaram ações políticas no âmbito do debate e/ou de cunho legislativo sobre questões ligadas à juventude.

Quadro 4 - Grupo IV Formado por entrevistados representantes dos movimentos sociais negros.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AISP - Áreas Integradas de Segurança Pública  
ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro  
ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
BDTD - Biblioteca Digital de Tese e Dissertação  
BNCC - Base Nacional Comum Curricular  
CEAO - Centro de Estudos Afro Orientais  
CEDECA - Centro de Defesa da Criança e Adolescente  
CEN - Coletivo de Entidades Negras,  
COJUVE - Conselho Estadual da Juventude  
CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude  
CIDH - Conselho Interamericano dos Direitos Humanos  
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito  
DEM - Partido Democrata  
DFID - Department for International Development  
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública  
FN - Frente Negra  
IBGE - Instituto Brasileiro Geografia e Estatística  
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
JUVENTUDE VIVA - Plano de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra  
MEC - Ministério da Educação e Cultura  
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul  
MNU - Movimento Negro Unificado  
MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
OMS - Organização Mundial de Saúde  
ONU - Organizações das Nações Unidas  
PCRI - Programa de Combate ao Racismo Institucional  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PM - Polícia Militar / Policial Militar

PPV - Programa Pacto pela Vida

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade

SEPIR - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia

SETRADS - Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social

SSP - Secretaria de Segurança Pública

STF - Supremo Tribunal Federal

TEN - Teatro Experimental Negro

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. CAMINHO PERCORRIDO E DIFICULDADES NO PERCURSO METODOLÓGICO.....	30
1.1 FAZENDO A PESQUISA .....	31
1.2 COLETANDO OS DADOS: LÓCUS DA PESQUISA .....	34
1.3 SUJEITOS DA PESQUISA .....	36
1.4 ANÁLISE DE DADOS .....	38
2. O RACISMO COMO ESTRUTURANTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	42
2.1 PENSANDO O RACISMO - CONTEXTO HISTÓRICO.....	42
2.2 PENSANDO A ABOLIÇÃO - A LUTA CONTINUA E AS PERMANÊNCIAS .....	49
2.3 PENSANDO O PÓS-ABOLIÇÃO – QUE BRASIL É ESSE? INVISIBILIDADES .....	62
2.4 PENSANDO A CONTEMPORANEIDADE - RECRUDESCIMENTO DO RACISMO INTERPESSOAL E INVISIBILIDADE DO RACISMO INSTITUCIONAL.....	75
3. A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA .....	92
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO: VIOLÊNCIA, GENOCÍDIO E EXTERMÍNIO .....	92
3.2 BRASIL: “MODERNIDADE” E CRISE.....	102
3.3 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL.....	114
3.4 UMA CRIMINOLOGIA MARCADA PELA PERSPECTIVA PUNITIVA.....	128
4. CORPOS NEGROS – CONTEXTO HISTÓRICO .....	143
4.1 CORPOS NEGROS, RELAÇÃO PASSADO E PRESENTE - QUESTÕES PRELIMINARES .....	143
4.2 MORTES DE JOVENS NEGROS EM SALVADOR .....	159
4.3 LINCHAMENTOS EM SALVADOR.....	182
4.4 MOVIMENTOS E RESISTÊNCIAS: VISÍVEIS E INVISÍVEIS .....	202
5. NARRATIVAS EPISÓDICAS DAS HISTÓRIAS DE VIDA DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS POLICIAIS E LINCHAMENTOS, E FALA DE MEMBROS DE INSTÂNCIAS DE PODERES E MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS .....	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	264
REFERÊNCIAS .....	272
APÊNDICE I .....	282
APÊNDICE II.....	283
APÊNDICE III.....	284
APÊNDICE IV .....	285
ANEXO I.....	286
ANEXO II.....	301
ANEXO III .....	311
ANEXO IV .....	327
ANEXO V .....	343
ANEXO VI.....	349

## INTRODUÇÃO

Correr de bala, não é brincadeira  
É assim do subúrbio à Ribeira  
Nossas vidas vendidas  
Pro lucro na vida de quem as tira.  
Comercializam nossos corpos  
Pra burguesia se sentir melhor  
Mais segura  
(Sandro Sussuarana, trecho do poema Favela Graduada)

Pobre e fodido, confundido com bandido, nem chegou a ir em cana.  
As aparências esganam  
(Saulo Pessato, poema Linchamento)

Eu morri junto aos 13 do Cabula. Eu tava lá quando a Síria foi atacada. Eu fui com os 5 do Arenoso, com os 18 de São Paulo e com os 400 etantos de todos os dias  
(Ayran Búfalo Reis Yaiá, trecho do poema Eu Tava Lá)

vila moisés  
não esquecemos  
geovanne mascarenhas  
não esquecemos  
davi fiúza  
não esquecemos  
(Alan Felix, trecho do poema Novembro Negro)

PM sinônimo de Preto Morto  
Sinônimo de confundido no morro  
Sinônimo de oculta o corpo  
Se de longe eu vejo me tremo todo”  
(Pedro Zaki, trecho do poema Um Grito da Favela)

Se a cada segundo uma gota de sangue negro corre a me atormentar  
Porque foi o seu racismo que fez a nossa desigualdade,  
Mas não dá mais para viver essa sina covarde  
De todo dia ter que provar a porra da minha humanidade  
(Andrei Williams, trecho do poema Preto no Poder)

Iniciar esta introdução com trechos de seis poesias, sendo cinco de poetas periféricos de Salvador e uma de Brasília, é uma forma simbólica de explicar não só o porquê da escolha do título desta tese, mas sinalizar que trechos de poesias estarão perpassando este estudo. Além de mostrar que esta forma de arte, entre tantas outras, cumpriu e continua cumprindo um papel político no contexto contemporâneo. Na tese, pretendemos evidenciar uma forma histórica de proceder em relação aos corpos negros na sociedade brasileira, especialmente em Salvador, capital do estado da Bahia. O faremos a partir da apresentação e análise de casos marcantes, emblemáticos, ocorridos cotidianamente e que demonstram situações de racismo,



manifestado através da violência racial extrema cometida contra tais corpos: são casos e mais casos ocorridos nas periferias de Salvador em que jovens negros, durante ações policiais e linchamentos, desaparecem e/ou têm seus corpos decapitados, esquartejados, com mãos decepadas, queimados, carbonizados. Em ambas situações, a punição é a referência.

Na década de 80 do século XX houve o desaparecimento de um homem negro no bairro do Calabar, em Salvador, que nunca foi encontrado. No século XXI, ocorreu o caso Amarildo, no Rio de Janeiro, e em Salvador o caso Davi Fiuza, com grande repercussão internacional. Estes casos e os de outros milhares de corpos negros evidenciam práticas rotineiras de desaparecimento ligadas à atuação dos operadores de segurança pública. Segundo o *11º Anuário do Fórum de Segurança Pública 2017*, foram feitas 71.796 notificações de pessoas desaparecidas no Brasil, em 2016. Ao menos 694.007 pessoas são apontadas como desaparecidas em registros policiais, nos últimos 10 anos.

Quando falamos de destroçamento desses corpos, no sentido físico, não tratamos apenas da reafirmação da punição, mas também do apagamento dos corpos negros, de torná-los impossibilitados de serem reconhecidos, identificados. Isso ocorre tanto em relação aos assassinatos cometidos pelos operadores do sistema de segurança pública como por aqueles que participaram dos linchamentos, “assegurando a impunidade”, em ambas as situações, para os que praticaram, e também a “certeza de terem feito justiça”. Mas também há o destroçamento no sentido simbólico, que diz respeito ao significado da dor, da desestruturação das mães, dos familiares, conforme a fala de uma mãe durante a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Autos de Resistências da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ.

O ponto central desta tese é pensar e reafirmar a subalternidade a que estão submetidos os corpos negros, em decorrência do racismo que estrutura e é estruturante na sociedade brasileira. Historicamente tem prevalecido uma tensão ao se pretender pensar as opressões a partir do racismo. Acreditou-se, por muito tempo, incluindo-se aí acadêmicos, militantes e políticos, que a superação das desigualdades sociais daria conta de todas as outras questões, principalmente aquelas decorrentes das questões de ordem racial.

Entretanto, em diferentes contextos históricos marcados por lutas de distintos segmentos étnicos-raciais foram sendo evidenciadas, por um lado, permanências que decorrem diretamente da ocorrência da escravidão. Por outro, ganharam forma muitos outros modos de opressão que se coadunaram a tais permanências e, conseqüentemente, impulsionaram a eclosão de muitas outras formas de luta. Seguindo Souza (2010), é

importante para este estudo destacar a questão da colonialidade. Para este autor, o colonial “se constitui o grau zero a partir do qual são constituídas as modernas concepções do conhecimento e do direito”. Também Quijano (2010) nos auxilia a pensar o tema, ao ressaltar o poder histórico e a capacidade de permanência dessas concepções modernas do conhecimento e do direito que sustentaram e continuam configurando as “identidades sociais da colonialidade”, quais sejam, “índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços” (QUIJANO, 2010, p. 74).

Neste sentido, esta tese se desenvolveu a partir do estudo sobre o nexos entre o racismo e as formas de concretização das manifestações de violência racial contra jovens negros no Brasil. Racismo aqui é compreendido como resultante de uma construção histórica em moldes estruturais, marcante nas relações sociais nesta sociedade e estruturante no país. O Brasil é o país da América Latina com maior tempo de duração da escravidão, cujas marcas desse processo histórico ainda permanecem. Um racismo que, transmutado de democracia racial, contribui para naturalizar e invisibilizar (GUIMARÃES, 1999) a percepção da realidade das violências e mortes decorrentes de manifestações cotidianas de práticas racistas contra os negros no país.

A apresentação de aspectos isolados de quatro pesquisas que trataram do racismo no Brasil nos permite iniciar a trajetória de construção teórica de evidências das dificuldades do brasileiro em reconhecer o racismo presente na sociedade. A primeira delas foi realizada em 1995, pelo Instituto de Pesquisa Datafolha, e será analisada no primeiro capítulo desta tese. A pesquisa constatou: “apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra negros no Brasil, só 10% admitem ter um pouco ou muito preconceito”<sup>1</sup>.

Em 2017, foram feitas outras duas pesquisas, uma divulgada pelo portal R7<sup>2</sup>, no mês de março, e a outra pela Rede Globo<sup>3</sup>, em novembro, em formato similar à realizada pelo Datafolha, apesar de não apresentarem a complexidade da primeira. O dado emblemático é que, mesmo com o descortinamento da ideia de democracia racial no Brasil, à semelhança da pesquisa realizada vinte e dois anos antes, ambas reafirmaram a permanência de um pensamento de negação da existência do racismo no país. Na pesquisa apresentada pelo R7, ao ser perguntado se algum dia aquela pessoa foi racista, 93,7% afirmaram que não, 5,9% disseram que sim e 0,5% não respondeu. Na pesquisa apresentada pelo Globo, 108 milhões de

---

<sup>1</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/28/ilustrada/16.html>.

<sup>2</sup> <http://www.r7.com/r7/media/2017/2017-negrodrama/index01.php>.

<sup>3</sup> <http://g1.globo.com/fantastico/videos/t/integras/v/fantastico-edicao-de-03122017/6331803/>.

brasileiros afirmaram já ter presenciado uma cena de racismo no último ano, mais só 9% dos entrevistados reconheceram já ter sido racistas.

A quarta pesquisa faz parte do *Atlas da Violência*, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea e pelo Fórum de Segurança Pública, em junho de 2017. Antes de apresentar seus dados, cremos ser válido ressaltar o posicionamento apresentado pela Organização das Nações Unidas - ONU durante o lançamento da campanha #Vidas Negras, em 07 de novembro de 2017, o qual afirma: “O racismo mata. E não podemos ser indiferentes. Um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos”<sup>4</sup>. Com este forte posicionamento em mente, neste primeiro momento destacaremos do *Atlas da Violência* o seguinte dado: a cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Desta forma, ao calcular a probabilidade de um cidadão sofrer homicídio, a população negra responde por 78,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% com maiores chances de serem vítimas fatais (*Atlas da Violência*, 2017, p. 30).

Quando falamos de violência contra jovens negros pensamos imediatamente nos assassinatos e, em certa medida, numa explicação que acaba contribuindo para justificar tal situação. Entretanto, há a necessidade de se vislumbrar a violência contra esse grupo dentro de uma perspectiva mais ampla, que envolve o desencadeamento de um conjunto de ações políticas fundadas no racismo que vão dando origem a violações, as quais têm ou podem ter como desfecho final a morte desses jovens.

Tavares dos Santos (2014, p. 23) atenta para a forma como “a violência física incide sobre os corpos com extrema minúcia e precisão, no dilaceramento da carne com o intuito de mortificá-los, pela tortura, pelo fogo, pela humilhação e pela morte”. Apesar de o autor estar fazendo uma abordagem geral, nosso destaque neste estudo é em especial para os corpos dos jovens negros. Esse tipo de vitimização tem sido bastante comum em casos de assassinatos, em que possíveis praticantes são particularmente policiais militares enquanto operadores do sistema de segurança pública, e nos casos de linchamentos praticados por populares.

Neste sentido, outro aspecto sinalizado pelo autor é que “a prática da violência vai se inserir em uma rede de dominações” que são de vários tipos, ou seja, de classe, gênero, etnia, por categoria social e violência simbólica. Desta forma, as violências “resultam na fabricação de uma teia de discriminações, estigmas e exclusões, possivelmente sobrepostas, portadoras de uma racionalidade específica” (TAVARES-DOS-SANTOS, 2014, p. 23).

---

<sup>4</sup> <https://nacoesunidas.org/onu-brasil-lanca-campanha-pelo-fim-violencia-contra-juventude-negra/>.

Na pesquisa do mestrado da autora desta tese, foram abordadas questões étnico-raciais e políticas afirmativas no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), ao estudar a aplicação da Lei 10.639/2003 e o programa *Cátedra Libre África*, realizando análise contrastiva das referidas experiências em Salvador/Brasil e Caracas/Venezuela. Durante a realização do estudo, constatamos a importância do reconhecimento das questões étnico-raciais e do seu enfrentamento e os ganhos para as duas sociedades, especialmente para o Brasil, na última década, apesar da permanência e da adaptabilidade do racismo. Mesmo não tendo sido este o alvo da pesquisa, ficou evidenciado que a sociedade convive também com a manutenção e o aumento sem precedente da violência racial contra jovens negros.

Para além dessa experiência em particular e de outras situações cotidianas de violações que vivenciou e presenciou ao longo da vida, a primeira vez que a autora desta tese estudou sobre o tema da violência dentro de uma perspectiva acadêmica foi durante o curso de graduação em licenciatura de História, em 1996, quando realizou uma pesquisa intitulada “Estado X Cidadão: Uma Análise Histórica da Repressão Policial em Salvador, de 1932 até 1992”. Nesta, pesquisou sobre as mais diversas formas de repressão policial em Salvador, nas relações cotidianas com trabalhadores excluídos de plena cidadania identificados em notícias jornalísticas.

Em 2000, ao mesmo tempo em que trabalhava como Assistente Social, sua primeira formação acadêmica, na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, em dois momentos teve a oportunidade de participar como facilitadora do projeto *Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*, executado pela Prefeitura do Salvador através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SETRADS e do Centro de Defesa da Criança e Adolescente - CEDECA. O projeto foi realizado em dois bairros periféricos: Uruguai e Fazenda Coutos. O público alvo foram jovens em situação de vulnerabilidade em um grau de maior risco, compostos por jovens de ambos os sexos, com idade entre 15 e 17 anos. Com graus de instrução bastante variados, participavam desde jovens que estavam matriculados – dentre estes alguns cursando à época o Segundo Grau – até aqueles que já tinham abandonado a sala de aula e, em certos casos, mal sabiam escrever seus nomes.

Na ocasião foram realizados cursos diversos, e, durante as atividades com os jovens do bairro do Uruguai, a então facilitadora vivenciou pela primeira vez a situação desesperadora de ter tido um aluno assassinado durante um tipo de ocorrência que hoje está sendo

identificada pelos policiais e pela Secretaria de Segurança Pública como “situação de confronto”.

Outro acontecimento que corroborou com sua vontade de pesquisar sobre o racismo, em sua concretização através de ação de violência, foi a atitude de naturalidade dos expectadores que estavam presentes naquela ocasião, no bairro da Concórdia, Município de Dias D'Ávila-BA, diante do assassinato de um ex-aluno bem próximo da escola onde atuava como professora, à noite, com Educação de Jovens e Adultos. Chocante também foi a forma com que o corpo do jovem negro, ainda agonizante, foi jogado por policiais militares na carroceria da viatura, sob a justificativa de que se tratava de uma pessoa com envolvimento com o crime.

Em desespero, a então professora conclamava aos que estavam na praça a tomarem uma atitude no sentido de socorrer o jovem, mas os presentes não esboçaram nenhuma reação, mesmo quando tentou interceder juntos aos policiais, pois o jovem ainda necessitava de socorro médico. É importante observar que reações apáticas ou coniventes diante da morte de jovens negros nesse tipo de ação policial, sob o julgo do seu pretense envolvimento com o crime, têm sido comumente vistas em ações semelhantes no estado e, de modo amplo, no Brasil.

Assim, este estudo tem por propósito principal evidenciar a permanência do racismo e de uma das suas mais perversas formas de manifestação: a violência concretizada que resulta na morte do jovem negro. É relevante e está em total conexão com o que se propõe neste programa de doutoramento, a saber, debater sobre as políticas sociais na construção e fortalecimento da cidadania. Está de acordo também com a linha de pesquisa escolhida, Direitos Sociais e Novo Direitos, Construção de Sujeito e Cidadania, e com o campo de estudo do programa do doutorado.

Destaco, todavia, que no momento de finalização da escrita da tese o contexto histórico contemporâneo do país se alterou. Mudanças que serão mais detalhadas adiante, na seção destinada à fundamentação teórica, e que estão relacionadas à grave crise vivenciada pelo país a partir de 2014/2015. Esta não é só uma crise econômica, mas, principalmente, política – agravada durante o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff – e também de ordem moral. Crise esta que tem, entre muitas outras questões, contribuído para o agravamento de todo um contexto social já marcado por concentração de riqueza, desigualdades, violência estrutural e pelo racismo que perpassa todas as estruturas da sociedade brasileira.

O Brasil, juntamente com outros países da América Latina, só tardiamente passou a vivenciar uma realidade econômica e política mais democrática, principalmente com avanços no processo de redemocratização, a partir das últimas décadas do século XX. Contudo, as eleições realizadas em finais de 2018 tiveram como resultado a escolha de um novo presidente que internacionalmente foi identificado “com movimentos conservadores” “de extrema direita”, desta forma, aproximando em termos político-econômicos o país de uma tendência que tem ganhado força no mundo contemporâneo. Medidas e comportamentos que foram anunciados durante a campanha presidencial, como a postagem, em redes sociais, de vídeos e fotos fazendo um gesto com os dedos imitativos a uma arma, que virou seu símbolo, e a facilitação da posse de armas de fogo pela população em geral, posta em pauta nas primeiras semanas de governo, só contribuíram para reafirmar ainda mais a importância do tema em estudo.

É importante evidenciar que o país vem apresentando há décadas um aumento significativo nos indicadores de violência. Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2005, p. 85), “houve crescimento em todas as modalidades de crimes no Brasil, em especial os homicídios”. E aqui cabe um parêntese para exemplificar uma das primeiras ações do novo presidente, sob a forma de medida provisória, decretada em 15 de janeiro de 2019: a autorização da mudança do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003), com a ampliação da liberação da posse de armas de fogo. Ainda conforme o relatório do PNUD, tendo como referência dados do Ministério da Saúde, o país passou de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1980, para 30,3 por 100 mil nascidos vivos, com uma estimativa de crescimento da taxa na época em que o relatório foi elaborado, em decorrência dos constantes aumentos dos números de homicídios.

Dados publicados pelo *9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública* do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de outubro de 2015, tomando como referência o ano de 2014, reafirmam essa tendência de crescimento ao mostrar que 58.559 pessoas morreram vítimas de homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte, latrocínios e ações policiais. Esse número revela um aumento de quase 5% nas mortes em relação a 2013, que foram de 53.646. A taxa, que antes era de 27,8 mortes a cada 100 mil habitantes, em 2014 ficou em 28,9 mortes. Segundo os dados do *11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, em 2017 foram 61.619, um aumento de 3,8 em relação a 2015, sendo que a taxa passou para 29,9 mortes. Em 2018, segundo o *Atlas da Violência*, referenciado em 2016, foram 62.517 mil homicídios, com uma taxa de 30,3 por 100 mil habitantes no país.

Segundo os dados do IPEA de 2002, no ranking dos países com altos índices de homicídios o Brasil só ficou atrás da Colômbia, África do Sul e Venezuela. Embora analistas ressaltem que ocorreu pequena melhora no que diz respeito aos números de homicídios na população em geral, os dados do *Mapa da Violência 2014* evidenciaram a tendência de queda somente entre os brancos. Considerando-se essa população, ocorreu uma diminuição em 53,4% entre os anos de 2001 e 2011, cujos casos de homicídios passaram de 19.735 para 14.445. Todavia, mais uma vez foi reafirmado um aumento no número de homicídio na população negra, que registrava 28.015 em 2001 e passou para 41.127 dez anos depois, um aumento de 67,7%.

No país, durante o regime escravagista, a punição fez parte do próprio sistema. Nele a legislação assegurava o direito ao uso da força, ou seja, à repressão. Dito de outro modo, a violência era institucionalizada. Apesar das mudanças estruturais ocorridas ao longo da história brasileira, que incidiram na modificação também das funções e da ação repressiva do Estado, na instituição policial, em seu trato com a população, mecanismos repressivos são constantemente acionados, atuando como *modus operandi* legítimo. Por outro lado, tem crescido também de forma significativa os casos de linchamentos por parte da população, por várias razões, em todo Brasil.

Há um conjunto de normas constitucionalmente legais embasando a ação policial. Entretanto, na contemporaneidade e desde sempre, também existem mecanismos ilegais utilizados no cotidiano contra a população. Ao uso desses mecanismos ilegais fundados no racismo se atribui as violências praticadas contra os jovens negros, seja pelo sistema de segurança pública – em particular a violência praticada pelo policial militar na condição de operador desse sistema –, seja por parte da população ao fazer a sua justiça, ou seja, punindo com as suas leis, com as suas regras.

Em 2001 a Bahia registrou 1.415 assassinatos de jovens negros. Dez anos depois o número era de 5.022, significando um aumento de 254,8% de assassinatos de jovens no estado. Quanto aos homicídios de jovens brancos, em 2001 foi de 156 e em 2011 chegou a 417, um aumento de 166,3%, conforme o *Mapa da Violência 2014*. No *Oitavo Anuário de Segurança Pública*, de responsabilidade do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dados de 2013 evidenciaram que a polícia baiana, em dados absolutos, é a terceira que mais mata no Brasil. Conforme informação do *Atlas da Violência 2017*, em se tratando da proporção de mortes violentas não esclarecidas em relação ao total de mortes violentas, a Bahia ocupa o primeiro lugar no ranking dos estados, seguida por Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo.

Com relação às mortes violentas resultantes dos casos de linchamentos, que ocorreram e continuam ocorrendo frequentemente em diferentes regiões e cidades do Brasil, elas passaram a ter uma repercussão maior inclusive nas diferentes mídias, onde três casos tiveram destaque pela forma como ocorreram: o caso da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, no Guarujá, São Paulo, em 2014; o caso do adolescente amarrado pelo pescoço ao poste no Aterro de Flamengo, Rio de Janeiro, em 2014, e o caso de São Luís do Maranhão, de um jovem que foi espancado até morte, também amarrado no poste, em 2015. Quanto a Salvador, a partir de um levantamento prévio, identificamos catorze casos de linchamentos ocorridos em catorze diferentes bairros da cidade, de janeiro a dezembro de 2015. Significando, portanto, mais de um por mês, com um total de dezesseis vítimas envolvidas<sup>5</sup>.

Considerando os dados acima, está tese tem a seguinte questão inicial: por que o jovem negro é vitimizado em dois tipos de violências, concretizadas aparentemente de modos bastante diferentes: os assassinatos decorrentes de ações de policiais militares, enquanto operadores do sistema, e os linchamentos praticados por populares? Abordando sobre a questão das estatísticas e números bastantes baixos de julgamentos no Brasil, Misse (2014) ressalta que em contrapartida este é o país que apresenta os números mais elevados de vítimas de execução extralegais, de “justiça com as próprias mãos” e de mortes em confronto com a polícia.

Argumentamos que esses dois tipos de manifestações da violência, campos empíricos da pesquisa, se aproximam por terem como motivação causal formas de representações sociais historicamente construídas desses jovens, ou seja, estereótipos presentes na sociedade brasileira que são atualizados por parte de quem os pratica: o racismo estrutural que marca nossa sociedade, cujas formas de concretização podem se dar tanto na prática do racismo institucional como nas relações raciais interpessoais. Assim, a motivação, tanto por parte dos operadores do sistema para os assassinatos como nos casos dos linchamentos por parte de populares, ganha corpo através da exacerbação do racismo presente na sociedade brasileira.

Schwarcz (1987), em seu estudo sobre as representações dos negros escravizados em São Paulo no final do século XIX, com o objetivo de abordar, entre outras coisas, o “modo como os brancos falavam sobre o negro” e suas representações no processo de abolição, apresenta que as representações sobre os negros transformaram-se em diferentes momentos ao longo do processo. Entretanto, existiam certas permanências:

---

<sup>5</sup> Dados constates do estudo “Linchamento” apresentado no Encontro sobre Pesquisa em Direito, 2016.



Preconceitos implícitos e arraigados permanecem então intocados (se não na forma ao menos no conteúdo), mas agora não mais enquanto questões e sim como pressupostos inquestionáveis e por isso nem ao menos nomeados. (SCHWARCZ, 1987, p. 256)

Importante também, para esta pesquisa, é a ideia da mesma autora da “‘eficácia’ da imagem da ‘degeneração’ não mais na sua explicitação, mas sim no local do implícito, do consenso, do silêncio” (ibid., p. 256).

Vale ressaltar que os negros sempre lutaram por liberdade, mas a partir do século XX a sociedade brasileira, através dos movimentos sociais negros, tem atuado de forma marcante no enfrentamento ao racismo. Por outro lado, o país, por meio dos governos, também tem tentado cumprir compromissos firmados resultantes de conferências globais, particularmente a *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada em 2001, em Durban, África do Sul. Assim, o país tornou-se referência na implantação de políticas públicas em vários campos e, principalmente, de políticas afirmativas específicas para a população negra, mesmo que tardiamente.

Mas, apesar do contexto esboçado, cabe uma pergunta central: por que, mesmo com a implementação de um conjunto de políticas afirmativas destinadas aos jovens, e em especial aos jovens negros<sup>6</sup>, racismo/violência se mantêm, e o número de assassinatos deste grupo específico da população brasileira (jovens negros) têm atingido índices tão alarmantes? Essa questão, basilar para esta pesquisa, está no bojo da compreensão de que no Brasil o enfrentamento do racismo e das formas como ele se manifesta – no que diz respeito à violência contra os negros, em especial os jovens – deve colocar em discussão a necessidade de outras ações além das políticas afirmativas que já vêm sendo viabilizadas, particularmente nesta década em andamento, de 2015 a 2024, definida pela ONU como a Década Internacional dos Afrodescendentes.

Identificamos um descompasso entre as melhorias econômicas que permitiram, por pouco mais de uma década neste século, melhorias no acesso aos bens de consumo a um terço da população brasileira, por um lado, e a continuidade de inúmeros problemas básicos no setor educacional, por outro. Tem aqui destaque negativo o sistema público de ensino a partir do ensino de nível fundamental, bem como no médio, notadamente no que diz respeito á

---

<sup>6</sup> Com destaque para as seguintes leis: Lei 12.711/2012, que assegurou as cotas de acesso às universidades públicas; Lei 10.639/2003, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira; Lei 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei 12990/2014, de reserva de 20% das vagas para negros em concursos públicos.

fragilidade na viabilidade dos direitos humanos no cotidiano da sociedade e enquanto conteúdo sistemático nas escolas, algo que tem contribuído para dificultar a formação dos jovens enquanto cidadãos críticos.

Colocamos ainda outra questão para reflexão: por que alguns casos de violência contra jovens negros, especialmente os assassinatos praticados por operadores do sistema de segurança pública e os linchamentos realizados por populares, conseguem ter repercussão na mídia e, de certa forma, chamar a atenção do público, mesmo que a divulgação não contribua para a ocorrência de uma mobilização nacional contrária a essas práticas? Pelo contrário, na maioria das vezes as notícias acabam contribuindo para reafirmar a ideia que tem se espalhado pela sociedade brasileira, principalmente nesta última década do século XXI, de que “bandido bom é bandido morto”<sup>7</sup>.

Desse modo, a tese está fundamentada em dois campos conceituais centrais, essenciais para a compreensão dos campos empíricos da pesquisa. O primeiro deles é o racismo estrutural, referenciado no pensamento do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2002) e do sociólogo e economista norte-americano Jones (1972), como relevante para explicar as manifestações do racismo nas relações interpessoais e institucionais e a violência dele resultante. O segundo campo conceitual trata do conceito de violência, também dentro de uma perspectiva estrutural, conforme o sociólogo norueguês Johan Galtung (1981), com destaque para as violências direta ou interpessoal e institucional.

Para concretizar o estudo, foi realizada “pesquisa social qualitativa e interpretativa”, porque esta toma como referência diversos procedimentos metodológicos. A partir do recurso à análise contrastiva foram averiguadas aproximações e contradições entre as manifestações de violência racistas campos empíricos da pesquisa, verificadas através das mortes de jovens negros brasileiros. O estudo empírico foi realizado a partir de casos identificados e noticiados por sites e redes sociais *online* entre 2012 a 2017. São sujeitos da pesquisa familiares, conhecidos e vizinhos de jovens negros vítimas tanto da violência do policial militar na condição de operador de segurança pública como de populares nos casos de linchamentos. Estes atuaram como mensageiros das narrativas de episódios em suas histórias de vida.

Silva e Dara (2015) ressaltam a importância de destacarmos o silenciamento ou “omissão” das histórias do povo negro e indígena, bem como o poder político histórico da resistência popular. Porém, com relação ao deslocamento do debate sobre a violência pelo

---

<sup>7</sup><http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1690176-metade-do-pais-acha-que-bandido-bom-e-bandido-morto-aponta-pesquisa.shtml>.

âmbito acadêmico, acreditamos que deve se considerar também o papel relevante que a academia pode ter em relação a esta realidade, e que, de certa forma, nas universidades tem ficado restrito aos grupos de pesquisas e pesquisadores interessados no tema. A colaboração da academia poderia ser mais ampla, a partir dos conhecimentos que são produzidos por esta instituição, no sentido de esclarecer para a população em geral que o Estado e a sociedade brasileira, cotidianamente, praticam ou contribuem para que aconteça um conjunto de situações que podemos caracterizar como violações de direitos das mais diversas naturezas.

Com o objetivo de avançar em relação aos aspectos sinalizados acima, destacamos ainda o posicionamento de Santos e Meneses (2010) que, traçando uma análise mais abrangente e histórica, englobam alguns dos pontos já citados e permitem uma compreensão da dimensão política do problema. Esses autores atentam que “toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias” (SANTOS e MENESES, 2010, p. 15). Nesse sentido, ressaltamos dois aspectos essenciais apresentados por eles: primeiro, a prevalência de uma única epistemologia e, segundo, em decorrência desse processo, ocorreu o que identificaram como “epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena” (ibid., p. 16), significando dominação e subalternização.

O Brasil tem uma história marcada por episódios com ações de extrema violência, porém, tradicionalmente formou-se a ideia de que este “é um país pacífico”. Ao longo de sua história, fatos como reações desproporcionais contra as revoltas durante a escravidão, punições severas aos líderes dos movimentos federalistas, o massacre de Canudos, as torturas e mortes durante o Golpe de 1964, além, e principalmente, dos massacres cotidianos às populações negras, que se processam quase que invisíveis na sociedade diariamente, compõem um significativo quadro de violência.

Chauí (1986, p. 19) explica ainda que há uma:

Incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, combate da classe dominante às ideias gerais contidos na Declaração Direitos do Homem e do Cidadão, repressão às formas de luta e organização sociais e populares.

Conforme constatou essa autora, tal contexto histórico contribui para favorecer a ocorrência de violações que consideramos como “legais” e arbitrárias. Violações “legais” dos direitos estabelecidos na constituição, que se materializam com a falta de uma educação de qualidade, de políticas públicas eficientes destinadas à população jovem, de programas que

coloquem à disposição dos jovens incentivos e perspectivas de vida, a segregação territorial, a falta de incentivos a programas nas áreas de cultura, lazer e esportes e de projetos de enfrentamento e discussão do uso das drogas. Violações arbitrárias que ferem os direitos humanos e são praticadas através do encarceramento, das chacinas, negligência diante das rivalidades e disputas entre grupos de jovens, linchamentos, acusações sem prova de que o jovem tem passagem pela polícia, invasão do domicílio sem autorização, prisão sem flagrante e sem ordem judicial, assassinatos em nome dos “autos de resistência”<sup>8</sup>.

Assim, a importância da presente pesquisa está na compreensão de que os dois modos de manifestação da violência, os assassinatos dos jovens negros praticados pelos operadores dos sistemas de segurança pública e os linchamentos realizados por populares, na maioria das vezes em vias públicas das periferias: a) resultam de uma realidade que naturaliza esse processo histórico – o racismo – e minimiza suas consequências; b) apesar dos avanços em termos das conquistas democráticas, a má qualidade da educação continua contribuindo para fazer prevalecer práticas de não reconhecimento dos direitos de todos os indivíduos igualmente, ocorrendo ainda a exclusão dos setores populares de uma plena cidadania; c) decorrem de resquícios e consequências ainda presentes na sociedade brasileira do modo como se processou o fim da escravidão; d) derivam da permanência de soluções de caráter punitivo como, por exemplo, a alteração do processo de redução da maioridade penal ocorrida no Brasil em 2015 e o encarceramento em massa que faz do país o terceiro do mundo em números de encarcerados.

Cabe lembramos sobre a implantação, pelo governo federal, de programas que articulam ações de segurança pública e políticas sociais, tais como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e o Plano de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra - Juventude VIVA, além de outros programas de âmbito estadual da Bahia (a exemplo do Pacto pela Vida). Mesmo sendo apresentados como inovadores por trabalharem repressão e prevenção juntamente como ações transversais, podemos afirmar que estes não têm uma abrangência social significativa, nem um poder amplo de mobilização. Vê-se a necessidade de outras ações mais efetivas, seja de enfrentamento do racismo pelo governo, seja por parte da sociedade.

Desta forma, apesar das ações de combate ao racismo por parte dos movimentos negros e devido a compromissos internacionais assumidos pelo governo brasileiro, ainda

---

<sup>8</sup> O auto de resistência é um inquérito policial instaurado para verificar a legitimidade ou não de uma ação policial que resultou em morte.

convivemos com práticas baseadas em estereótipos, representações preconceituosas inspiradas em falsos mitos e valores racistas, posturas altamente discriminatórias. No Brasil, o enfrentamento do racismo e das formas como ele se manifesta – no que diz respeito à violência contra a população negra, em especial os jovens –, deve colocar em discussão na sociedade a necessidade de outras ações além das políticas afirmativas que já vêm sendo viabilizadas. O quilombismo tem sido pensado e apresentado como um caminho.

Assim, ficou demonstrado com a pesquisa que a relação violência e morte é perpassada pelo paradigma do racismo, referenciado em todo um contexto teórico que tem sido produzido no Brasil sobre o tema, ao longo do tempo, bem como em fragmentos de memória da autora desta tese resultantes do ativismo político e das narrativas de episódios de histórias de vida dos familiares, vizinhos e conhecidos dos jovens mortos, representantes dos movimentos sociais negros e de setores do governo que atuam em órgãos públicos que atendem o público jovem.

Para seguir com a compreensão aqui iniciada, estruturamos esta tese em três partes, distribuídas em cinco capítulos. A primeira parte corresponde ao *capítulo um*, no qual constará o Percurso Metodológico, onde são apresentadas as aproximações dos campos empíricos: a questão da morte em decorrência de homicídios e de linchamentos de jovem negro em Salvador. Trataremos, assim, de como se processou a pesquisa, com destaque para dificuldades surgidas durante sua realização. A segunda parte é composta pela Fundamentação Teórica. Esta se subdivide em três tópicos, que nortearão os três capítulos seguintes, a saber: *capítulo dois*, pensando o racismo no Brasil; *capítulo três*, um retrato da violência estrutural e institucional e *capítulo quatro*, abordagem histórica sobre corpos negros no país, focalizando o contexto de Salvador. A terceira parte, *capítulo cinco*, é composta por dois tópicos: primeiro, a apresentação das *narrativas episódicas de histórias de vidas* e, segundo, o *diálogo entre as narrativas apresentadas*, análise e interpretação. Por fim as *considerações finais*, nas quais são apresentadas as conclusões e sugestões, além das referências bibliográficas, anexos e apêndices.

## **1. CAMINHO PERCORRIDO E DIFICULDADES NO PERCURSO METODOLÓGICO**

Neste primeiro capítulo, detalharemos os caminhos que foram traçados, percorridos e as dificuldades enfrentadas no percurso metodológico para realização da pesquisa de doutorado que culminou nesta tese. Ademais, exporemos os métodos, técnicas e procedimentos que foram utilizados durante a investigação em campo.

É importante iniciar explicando que, em paralelo à realização do processo metodológico e das etapas previstas, também como parte do andamento da pesquisa reestruturamos a fundamentação teórica, ficando esta composta por três partes, com dito anteriormente. A primeira abordagem ficou centrada no contexto histórico do fim da escravidão, as permanências e consequências na contemporaneidade. Na segunda tratamos da violência no Brasil, dentro de uma perspectiva estrutural. A terceira versou sobre os corpos negros pensados sob as perspectivas simbólica e conceitual, buscando evidenciar a potencialização de estigmas em decorrência do racismo estrutural que marca a sociedade brasileira. Desta forma, esses corpos vivenciam um conjunto de vulnerabilidades que tem como desfecho as mortes violentas objeto deste estudo.

Reiteramos que o processo de realização de uma pesquisa implica em uma série de tomadas de decisões por parte do pesquisador. Digno de nota, também, além da complexidade e dificuldades da pesquisa acadêmica doutoral de modo geral, são as dificuldades adicionais de se abordar determinados temas, particularmente os tratados neste estudo.

O historiador Georges Duby (1993) propõe fazer uma comparação do momento atual com outro período da humanidade como forma de proceder a uma reflexão. Segundo o autor, “para pesar com serenidade os meios capazes de confrontar os problemas que o fizeram surgir, vale voltar-se para o passado” (DUBY, 1993, p. 229). Ele, em particular, utiliza como referência para atingir tal objetivo a sociedade na Europa durante a Idade Média, como meio de entender a nossa sociedade e pensar seu futuro.

Quanto aos procedimentos de pesquisa necessários e coerentes às especificidades do tema objeto desta tese, conforme propôs Duby, foi importante não somente uma volta ao passado, mas, principalmente, um olhar a partir de dois aspectos: 1) como se processaram, histórica e sociologicamente, os fatos estudados na sociedade brasileira e 2) as permanências de questões relacionadas às relações raciais no contexto histórico brasileiro.

Embora o Brasil tenha avançado em termos de qualidade e quantidade de estudos acadêmicos sobre as relações étnico-raciais, particularmente com a adoção de políticas

afirmativas de acesso à educação, pesquisar sobre o racismo e as violências potencializadas por esse fenômeno que é estruturante na sociedade brasileira continua de difícil abordagem. Nas últimas décadas, a questão da relação entre racismo e as violências que têm tido como desfecho a morte de jovens negros tem sido alvo de grandes controvérsias, não só nos estudos e pesquisas – inclusive com uma participação cada vez mais efetiva de pesquisadores negros – , mas também por parte da sociedade e das mídias. Assim, esta tese teve como objetivo a compreensão de como esse racismo estrutura as manifestações de violência no país a partir da análise de casos de assassinatos de jovens negros decorrentes de ações de policiais militares e de linchamentos por populares na cidade de Salvador.

Durante o processo de pensar este estudo e nos primeiros acessos ao campo empírico, ainda na estruturação do projeto, já foram sendo vivenciadas muitas das dificuldades que marcaram todo o processo de realização da pesquisa de campo. Ressaltemos alguns pontos que dão forma a essas dificuldades. O primeiro ponto, de ordem acadêmica e citado acima, está relacionado “ao silenciamento das histórias do povo negro e indígena”, à “importância das várias epistemologias” em oposição à ideia de “epistemicídio” (SANTOS e MENESES, 2010, p. 15) e ao papel relevante que a academia pode ter em relação à compreensão desta realidade. O segundo ponto foi possível observar durante a realização das entrevistas, e diz respeito à tentativa de apagamento das histórias em decorrência de estas abrangerem situações de violências, em especial por serem violências que envolvem policiais militares enquanto operadores do sistema de segurança e situações de linchamentos.

Como terceiro ponto, é digno de nota a questão do medo do envolvimento, ou seja, de os entrevistados serem identificados, já que os casos ocorreram em “bairros considerados violentos”. Um quarto ponto está relacionado à forma como, principalmente, os casos de linchamentos têm sido noticiados nas diversas mídias, caracterizando-se pela falta de informações básicas que permitam contribuir para identificar a vítima e ter um maior detalhamento sobre o fato ocorrido.

## 1.1 FAZENDO A PESQUISA

Para a concretização deste trabalho investigativo foi realizado um estudo de caráter histórico-sociológico e interpretativo, a partir de uma perspectiva crítica da realidade pesquisada. Mesmo se tratando de uma pesquisa qualitativa, cujo meio de apresentação final dos casos foi através de uma análise contrastiva a partir das narrativas de familiares e conhecidos dos jovens mortos, foram utilizados também recursos metodológicos

quantitativos, como dados estatísticos sobre racismo e violência. Assim, o mais indicado é afirmar que se tratou de uma pesquisa qualitativa dentro de uma perspectiva interdisciplinar, apresentando dados quantitativos fundamentais para visualização do universo estudado e do recorte utilizado. Estes são meios diferentes, mas que se complementam para melhor compreensão do tema.

Destarte, mesmo considerando a adequação dos procedimentos metodológicos da “pesquisa social interpretativa” na realização deste estudo, é importante apresentar a visão de Minayo (2005) com o propósito de justificar o que foi feito. Para ela, a junção de diferentes procedimentos metodológicos traz a perspectiva de “que cada método, por si só, não possui elementos mínimos para responder às questões que uma investigação específica suscita”. E mais, “ênfata-se a contribuição metodológica como instrumento de iluminação da realidade sob vários ângulos” (MINAYO, 2005, p. 92).

Conforme sinaliza Minayo (2010, p. 47)

A pesquisa social pode ser entendida como os vários tipos de investigação que ‘tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica’.

Ainda de acordo com a autora, esse tipo de abordagem se aplica:

Ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO, 2010, p. 57)

É exatamente o que se buscou fazer com esta pesquisa: dar voz a seguimentos marcados por situações de racismo e violência, cujo encaminhamento histórico, na maioria das vezes, tem sido silenciado e estereotipado.

A autora sinaliza em seu estudo que a “pesquisa social qualitativa e interpretativa” toma como referência aspectos dos mais diversos procedimentos metodológicos das ciências sociais, com o objetivo de dar conta do desenvolvimento histórico do referencial interpretativo nas referidas ciências. Assim, procura dar um destaque, busca atender às especificidades e relevâncias dos próprios sujeitos pesquisados.

Nessa perspectiva, é importante neste tipo de pesquisa procurar adequar a forma da coleta a ser realizada ao material utilizado e aos métodos de escolha, com o objetivo de possibilitar a investigação do novo e do desconhecido, a apreensão e reconstrução do sentido



latente, as descrições detalhadas do agir e a reconstrução da complexidade das estruturas de ação, buscando chegar a conclusões amplamente válidas e à verificação de questões e de teorias a partir do caso particular (ROSENTHAL, 2014).

Quanto aos dados sobre linchamentos praticados pela população, conforme previsto no projeto de pesquisa, foi produzido um banco de dados criado e alimentado a partir dos casos ocorridos e divulgados em Salvador através de diversas mídias, devido à inexistência de uma fonte agregadora de informações deste tipo de violência em relação à cidade, entre 2012 e 2018. Foram pesquisados um total de 31 sites. O banco de dados foi alimentado com as informações encontradas relativas ao local, data, detalhes sobre o acontecimento, fator motivador, cor, sexo, idade, além de demais informações sobre o linchamento e sobre a ocorrência de óbitos. Após identificação dos casos divulgados pelas mídias em que as vítimas dos linchamentos foram a óbito, realizou-se, ainda, levantamentos no site da justiça, com o objetivo de verificar se existia ou não processo aberto sobre o caso. Tal verificação só foi possível nos casos nos quais constava o nome completo do alvo do linchamento. Quanto os dados de mortes resultantes da violência policial, foram utilizados dados do Mapa da Violência, do Anuário de Segurança Pública e do Atlas da Violência.

Outros procedimentos metodológicos utilizados foram a análise dos programas elaborados pelo governo federal de prevenção e/ou de combate à violência na sociedade e a identificação das experiências e programas dos governos do estado da Bahia na prevenção e combate à violência. Foram destacados trechos de documentos importantes para a pesquisa, entre outros os seguintes: Programa Nacional de Segurança Pública, PRONASCI, Plano de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra, Plano Juventude VIVA e o Programa Pacto pela Vida - PPV, de prevenção e/ou de combate à violência do governo do estado da Bahia, estes detalhados no segundo capítulo da tese.

No segundo momento, procurando ser coerente com um processo que visou prioritariamente os sujeitos e suas histórias, foi utilizada como principal técnica de concretização da coleta dos dados a entrevista. Realizamos, assim, entrevista objetivando a apreensão de narrativa sobre os episódios das mortes de jovens, tantos nos casos de linchamento como nos óbitos resultantes da ação policial.

Basto e Biar (2015), apesar de situar “a análise de narrativa no campo da Linguística Aplicada contemporânea”, apontam que nas décadas recente vêm ocorrendo um grande interesse também nas áreas das ciências humanas e sociais. Desta forma, definem narrativa como “discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou

institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social” (BASTO e BIAR, 2015, p. 3). Ainda segundo Basto (2004, p. 119), a narrativa “remete a um acontecimento específico – e não a hábitos passados ou ações recorrentes – a ser estruturada numa sequência temporal”. A mesma autora, em um artigo do ano de 2008 no qual trata de “sofrimento do outro – narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho”, apresenta dois tipos de narrativas, identificadas como: as narrativas breves – os episódios – e as longas – como as trajetórias.

Neste estudo observamos ser procedente utilizar, referenciadas em Basto (2008), as narrativas de episódios, com o firme propósito de concretizar o objetivo de trazer e analisar as histórias de vida de jovens negros no Brasil, e em particular em Salvador-BA, que têm sido historicamente marcadas pela violência racista que é estruturante nesta sociedade. Nesse sentido, o fim último é inserir esses acontecimentos dentro de suas histórias de vida, mesmo relatando apenas um episódio destas. Haguette (2005, p. 82) afirma que a história de vida “nos fornece uma riqueza de detalhes sobre o referido processo”, destacando também que sem essa tal qualidade “só seríamos capazes de especular”.

Segundo Minayo (2005, p. 92), “a técnica de história de vida visa a conhecer as experiências e as definições vividas por uma pessoa, um grupo, uma organização, na forma como esses sujeitos interpretam sua experiência”.

Segundo Rosenthal (2014, p. 215), tal metodologia tem como base:

pressupostos teóricos bem definidos, os quais, em estudos sociológicos ou históricos de fenômenos sociais e experiências de indivíduos, permitem que o significado desses fenômenos seja interpretado sem desconsiderar o contexto mais amplo da história de vida.

Concordando com tais autoras, recorreremos a esse procedimento na realização da pesquisa, mesmo prevendo que enfrentaríamos dificuldades – algo que, de fato, ocorreu, como citado –, em decorrência do tema de estudo.

## 1.2 COLETANDO OS DADOS: LÓCUS DA PESQUISA

Segundo o cronograma previsto no projeto, a pesquisa foi realizada no tempo estabelecido. De acordo com o projeto e em coerência com os objetivos específicos, foi necessário estabelecer momentos diferentes no processo de realização. O primeiro procedimento realizado foi o levantamento feito nos sites da internet dos jornais mais diversos

sobre os casos de linchamentos ocorridos em Salvador, no período entre 2012 a 2018. Como já citado, foram um total de 31 sites nos quais identificamos 159 casos de linchamentos. Os principais sites foram: Notícias Salvador, G1 BA, Noticias Bahia Salvador, Correio 24 horas, Salvador Agora, Bocão News, Gazeta Alerta.Net, Notícias R7, Bahia no Ar, A Tarde UOL, Varela Notícias UOL, Bahiapolítica, Paripe.net, G1 Globo, jorgequixabeira.ucoz.com, Site Lobomau, Olabahia, Calilanotícias, Vozdabahia, Bahia no ar, Agência de Notícias, Informe Baiano, Bairro do Lobato, Altapressaonline.com, Suburbioonline, Bahia.ba, O Suburbano Viu, Notícias ao Minuto, Cidade Alerta BA, Tv do Servidor Público, itapagipeonline.com.

Em seguida, foi realizada a atualização do banco de dados dos casos de linchamentos ocorridos em Salvador. A constituição do banco de dados foi necessária porque não identificamos no município nenhum órgão que tivesse dados organizados sobre casos de linchamentos. Começamos o processo de identificação e mapeamento dos casos que poderiam ser alvo de possíveis contatos, sendo priorizados os casos com maior repercussão nas redes sociais. Em relação à identificação dos casos de morte de jovem negro em decorrências da violência policial, também tomamos por base as mídias sociais, para os quais utilizamos o mesmo encaminhamento dos casos com grande repercussão na imprensa de modo geral e em organismos internacionais.

Os dois outros focos das entrevistas foram representantes das entidades dos movimentos sociais negros e de instituições públicas que têm realizado, de alguma forma, ações políticas no âmbito do debate e/ou de cunho legislativo relacionadas à morte de jovens negros. Entrevistar os atuais representantes dos movimentos sociais negros teve como um dos propósitos avançar na compreensão da permanência destes no contexto atual. Mas, também, porque historicamente o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) tem um compromisso de luta contra a violência policial desde a sua formação, em final de 1970.

Com relação às instituições públicas que realizaram ações políticas no âmbito do debate e/ou de cunho legislativo relacionado à morte de jovens negros, priorizamos fazer as entrevistas com participantes do Conselho Estadual da Juventude e parlamentares que participaram de Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs e audiências especiais que trataram do assunto, nas três instâncias do legislativo: Federal, Estadual e Municipal.

### 1.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Neste estudo foram tomados como sujeitos os jovens e seus familiares que, com seu falecimento, foram os principais mensageiros das narrativas de episódios de suas histórias de vida. Quando acionada a família, as mães foram às interlocutoras principais, particularmente nos casos de violência policial. Já nos casos de linchamento, foram ouvidas também outras pessoas: amigos, vizinhos, comerciantes e testemunhas.

O período da pesquisa, de acordo com Gil (2009), é o período em que o fenômeno a ser estudado será circunscrito. Considerando o objetivo e questões que mobilizaram a realização do estudo, definimos que os dados pesquisados teriam como referência o período de 2012 a 2017. Uma vez que, conforme já citado na Introdução, a referência histórica é uma década pós-implantação das políticas afirmativas no Brasil.

A forma de abordagem dos sujeitos foi através de entrevista, tomando Minayo (2010) como referência. Como estratégia utilizada no trabalho de campo para a realização das entrevistas, organizamos três blocos: primeiro, foram realizadas as entrevistas com os familiares identificados e localizados através dos registros nas mídias dos casos de linchamentos; segundo, entrevistamos mãe ou familiares de jovens vítimas da violência praticadas pelo policial militar na condição de operador do sistema e terceiro, entrevistamos representantes e participantes de órgão, entidades e/ou movimentos sociais, em especial dos movimentos sociais negros.

Planejamos iniciar, preferencialmente, as entrevistas com familiares dos alvos dos linchamentos, situação que na verdade não se concretizou devido á contratempus que serão apresentados adiante. Das seis entrevistas programadas sobre linchamentos, somente em um caso esta foi realizada diretamente com familiares da vítima. Nos outros casos foram ouvidas pessoas que, apesar de afirmarem não terem participado do ato, tinham conhecimento da história ou a haviam presenciado. Mesmo tendo localizado familiares de outro caso de linchamento, os parentes localizados não aceitaram dar a entrevista e, inclusive, agiram de forma agressiva, informando também que não se deveria falar mais daquele assunto na comunidade. Os outros casos não foram encontrados nos endereços que constavam nos sites.

Para a escolha dos casos, colocamos em prática a seguinte estratégia definida previamente, na qual estabelecemos que os casos a serem aprofundados deveriam: ter maior repercussão nas mídias; ter registros noticiados que apresentassem o maior número de informações; apresentar os nomes das vítimas e o local onde ocorreu o fato. A partir daí, listamos entre quatro a cinco casos de linchamentos por ano, de acordo com o período

predeterminado, que apresentavam um conjunto de informações indicativas da possibilidade de contato.

Apesar disso, as dificuldades já citadas – que foram evidenciadas ainda durante a elaboração do projeto de qualificação desta tese, quando realizamos o primeiro contato com moradores do bairro do Arenoso, no qual ocorreu, em 2016, um caso de linchamento com grandes repercussões nas mídias – vieram à tona novamente. No entanto, se inicialmente demos destaque às dificuldades na realização dos contatos e entrevistas com familiares de vítimas de violências, consideramos também importante apresentar pelo menos dois aspectos que, de certa forma, facilitaram os contatos em campo: a identidade da pesquisadora, uma mulher negra, e também o fato de ser uma mulher com idade mediana contribuíram no acesso aos diferentes bairros de Salvador.

Para conseguirmos realizar seis entrevistas, foi necessário fazer algo em torno de quatro a cinco visitas em cada caso, sendo a primeira de identificação e reconhecimento da área e contatos iniciais com moradores. Assim, foram realizadas aproximadamente 67 visitas aos seguintes bairros de Salvador: Arenoso, Pau Miúdo, Baixa de Quinta, Sete Portas, Brongo/IAPI, Sussuarana, Tancredo Neves, Valeira/ Lagoa da Paz, Calabetão, Estação Mussurunga, Novo Horizonte, Bairro Jardim Vila Verde, Largo de Retiro, Arraial do Retiro, Saramandaia Castelo Branco, Vista Alegre de Periperi, Santa Cruz, Cosme de Farias, Avenida Barros Reis, Capelinha e Alto do Peru (ver Anexo 6 – Mapa dos Homicídios de Salvador – bairro a bairro).

Em todos os casos houve um alto número de visitas infrutíferas, devido, especialmente, à problemas com a localização das vítimas – mesmo tendo os casos ampla repercussão e constado nomes e endereços aproximados dos linchados, em vários casos os endereços registrados nas mídias e redes sociais não conferiam. As dificuldades, cada vez mais evidentes, durante o processo de localização dessas vítimas ou de seus familiares nos mobilizaram a colocar em prática uma segunda estratégia, também já prevista metodologicamente: contatar as associações de moradores e lideranças comunitárias. Entretanto, a experiência resultante das tentativas e dos contatos com essas entidades e seus representantes também não acarretou o que esperávamos. Observamos que algumas associações não existiam mais, ou não estavam mais funcionados. Pelo menos em relação às associações dos bairros de Sussuarana, Tancredo Neves e Valéria as lideranças as quais tivemos acesso demonstraram uma preocupação em não falar sobre a violência nos referidos bairros. Pelo contrário, tentaram destacar que ali não existia mais os graves problemas que,

segundo os mesmos, levaram os bairros a serem constantes alvos de notícias das mídias como áreas violentas.

O segundo bloco de entrevistas foi realizado com as mães e/ou familiares de jovens vítimas da violência praticadas pelo policial militar na condição de operadores do sistema. O percurso até a realização da entrevista com os familiares foi se mostrando tão difícil que houve também a necessidade de realização de várias visitas aos bairros de moradia das vítimas e/ou de seus familiares, até o momento de conseguirmos conversar. O diálogo ocorreu com pais, mães ou outros familiares disponíveis em cada caso. Foi realizado um total de seis entrevistas, nos seguintes bairros: Saramandaia, Santa Cruz, Barros Reis, Bairro da Paz, Itapuã/São Cristóvão e Cosme de Farias (ver Anexo 6 – Mapa dos Homicídios de Salvador – bairro a bairro).

O terceiro bloco de entrevistas foi realizado com representantes de órgãos e entidades/movimentos sociais negros. Foi necessário primeiro identificar onde se encontravam tais pessoas para depois contatá-las, já que o momento é de certa dispersão. Foram realizadas seis entrevistas com representantes das seguintes entidades: Coletivo de Entidades Negras, Movimento Negro Unificado, Fórum Baiano da Juventude Negra, Vitrine Cultural. Sendo também realizada entrevista com membro do Conselho Estadual da Juventude e das instâncias do poder Municipal, Estadual e Federal que participaram de CPIs. Estas, em atendimento a solicitações de movimentos e organizações sociais, realizaram audiências públicas tendo como tema a morte da juventude negra.

#### 1.4 ANÁLISE DE DADOS

Analisar os dados, segundo Gil (2009), seja qual for a técnica utilizada, envolve um complexo de procedimentos, entre os quais destaca codificação das respostas, análise e interpretação dos dados. Ludke (2010, p. 42), citando Patton (1980), pontua que “a análise de dados qualitativos é um processo criativo que exige grande rigor intelectual e muita dedicação”.

Na pesquisa do mestrado da autora desta tese<sup>9</sup>, como já citado na Introdução, foram abordadas questões étnico-raciais e políticas afirmativas no MERCOSUL, ao estudar a aplicação da Lei 10.639/2003 e o programa *Cátedra Libre África*. Naquele momento a autora realizou uma análise contrastiva das referidas experiências em Salvador/Brasil e

---

<sup>9</sup> Cf.: Cavalcante, Andaraí R. Políticas Afirmativas no Mercosul: Um Estudo Em Salvador – Bahia – Brasil e Caracas – Venezuela/ Salvador 2013.

Caracas/Venezuela. Para análise de dados do presente estudo e apresentação final desta tese, recorreremos mais uma vez a tal procedimento metodológico de análise contrastiva, a partir das narrativas dos episódios de história de vida dos jovens cujas mortes resultaram seja da ação policial, seja dos linchamentos.

O objetivo foi, a partir das narrativas dos episódios, realizar uma análise crítica da realidade pesquisada, tomando por base uma perspectiva histórico-sociológica interpretativa. Evidencia-se, desse modo, a partir da análise contrastiva, aproximações e contradições entre as manifestações de violência racistas campos empíricos da pesquisa, manifestadas através das mortes de jovens negros na sociedade brasileira, embasadas, ainda, pelo posicionamento das entidades dos movimentos sociais negros e pela visão da imprensa sobre os casos analisados.

Ao optar por utilizar no processo de análise deste estudo o método contrastivo, consideramos importante iniciar definindo o que é análise contrastiva. Oliveira (2006, p. 33), citando Vandresen, afirma que para o referido autor os estudos de linguística contrastiva são conhecidos como análise contrastiva, e os define:

como uma subárea da linguística, sua função seria a de apontar as similaridades e diferenças estruturais entre língua materna (LM) de um estudante e a língua estrangeira (LE) alvo com o intuito de prever as estruturas que oferecem dificuldades de aprendizagem e as que apresentam facilidades.

Vale sinalizar também que a análise contrastiva tem sido muito empregada no estudo das línguas estrangeiras e, segundo Fialho (2005, p. 90), citando Gargalho e Vandresen, “consiste em observar as semelhanças e diferenças. Sua função seria a de apontar as similaridades e diferenças estruturais”. Durão (1999) também utilizou a análise contrastiva no estudo da linguística. Hamlin (2008) apresenta um estudo sobre ontologia e gênero em que usa o método das explicações contrastivas.

Na realização da análise contrastiva durante a dissertação ficou constatada sua importância para aquele estudo e viabilidade de uso em situações semelhantes, potencialidade que se vislumbra também em relação a esta tese. Para esta pesquisa também se mostrou apropriado utilizar os dois critérios pontuados por Lawson e citados por Hamlin (espaço-temporal), uma vez que os dois campos empíricos do estudo compartilham processos históricos que os aproximam. Com relação ao primeiro critério pontuado pelo autor, a questão

do “espaço de contraste”, destacamos que o lócus de referência da pesquisa – as duas formas de violência racista – são marcantes na realidade brasileira.

Com relação à questão temporal, a pesquisa teve com referência o período da segunda década do século XXI, entre 2012 e 2017, ou seja, uma década após a implantação das políticas afirmativas no Brasil. Destacamos, contudo, a importância do embasamento histórico na escravidão e no pós-abolição para a compreensão destas manifestações de violência racista.

As etapas seguintes previstas para realização do processo de análise foram: a escolha das unidades, a agregação e a escolha das categorias. As unidades de registro, ou simplesmente unidades, correspondem às unidades de significação; é o menor termo do discurso que apresente um significado. É uma unidade de base que pode variar tanto na natureza como na dimensão. Já a unidade de contexto representa a agregação de um conjunto de unidades de registro, e a categorização tem por função reagrupar as unidades de registro de acordo com critérios definidos.

A partir das narrativas dos episódios das histórias vida foram estabelecidas as unidades de registro, as quais foram agrupadas em torno de unidades maiores, as unidades de contexto, que compõem as categorias. Assim agrupadas, as unidades de registro permitem, a partir das falas, identificar:

- a) representações dos jovens negros a partir de duas visões: por parte dos policiais e por parte da população em geral;
- b) punição como forma de agir, visão predominante em relação às duas ações analisadas, ou seja, potencializada por um contexto histórico que permanece;
- c) permanência das violências por parte dos profissionais enquanto operadores do sistema e da população, evidenciada através de estigmatização decorrentes de um contexto histórico;
- d) injustiças resultantes das prevalências de estereótipos e de omissões e/ou ações mais severas nas formas de agir em relação às vítimas;
- e) inverdades, invenções e/ou mudanças dos fatos, dos acontecimentos, da história ocorrida;
- f) silenciamento, encobrimento do fato, ignorar o acontecido e/ou fazer de conta que não aconteceu;
- g) protesto: reação, tomada de atitude;
- h) reconhecimento: ter o direito de ser, de ser igual mesmo sendo diferente;
- i) justiça: busca por direito.



Para análise dos dados, o conjunto dos sujeitos da pesquisa foi subdividido em quatro grupos, de modo a facilitar o processo. Um grupo formado por familiares, vizinhos ou pessoa que tinha conhecimento ou presenciaram casos de linchamento. O grupo formado por familiares de jovens mortos por polícias militares na função de operadores do sistema de segurança. O terceiro grupo, formado por representantes de órgãos públicos que trataram de questões ligadas à juventude. E o quarto grupo, formado por representantes dos movimentos sociais negros. Os quatro grupos foram estruturados da seguinte forma:

- Grupo I - entrevistados familiares de jovens mortos por polícias militares na função de operadores do sistema de segurança.

- Grupo II - entrevistados familiares, vizinhos ou pessoa que presenciaram casos de linchamentos.

- Grupo III – entrevistados membros e/ou representantes de instituições públicas que realizaram ações políticas no âmbito do debate e/ou de cunho legislativo sobre questões ligadas à juventude.

- Grupo IV – membros e/ou representantes dos movimentos sociais negros.

Esta etapa da análise foi dividida em dois momentos. No primeiro, realizou-se a análise de cada um dos quatro grupos de sujeitos, de acordo com a categorização. No segundo momento foi realizada a análise em conjunto, sinalizando as conexões, semelhanças e contradições.

O objetivo desta etapa do trabalho é produzir conclusões, mesmo que parciais, e abrir a possibilidade de novas pesquisas. Ela está inserida no propósito maior do estudo que é perceber, a partir das ações analisadas sobre violências raciais cometidas sobre os corpos negros, as marcas do contexto histórico de permanência, as novas dinâmicas do racismo e as representações negativas em relação ao negro também por parte do próprio negro, decorrentes do racismo que é estruturante na sociedade brasileira. Desta forma, características e singularidades presentes nos casos de linchamentos e de violência policial evidenciam a compreensão e a aproximação entre ambas.

## 2. O RACISMO COMO ESTRUTURANTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA

### 2.1 PENSANDO O RACISMO - CONTEXTO HISTÓRICO

O negro é a luta em busca da verdade  
A África é o berço da humanidade  
Eu sou negro, eu não sou pardo.  
Sou bonito, inteligente e educado.  
Meu cabelo é preto, crespo e enrolado  
Negritude é poder, orgulho e respeito.  
Eu sou a beleza descendente de africano,  
eu sou negro... eu sou abençoado, sou baiano...  
(Mano Jack e Poeta Noite, trecho do poema Resistência)

O século XXI anuncia-se como o século da diversidade; ou seja, como o período da história humana no qual haverá de se resolver de maneira democrática, do contrário parecerá de maneira holocáustica ao problema multissecular do racismo e da discriminação racial. (MOORE, 2006)

Iniciamos esse segundo capítulo com trecho de mais um poema dos poetas periféricos que trata sobre autoafirmação, resistência e negritude, e com uma citação apresentada no terceiro capítulo da dissertação de mestrado da autora desta tese, do etnólogo cubano Carlos Moore (2006, p. 6), que chama a atenção da necessidade histórica de resoluções em relação ao problema multissecular do racismo e da discriminação racial.

A citação de Moore faz parte do prólogo do *Manual dos Afrodescendentes das Américas e Caribe*, coleção Mundo Afro, publicado pela UNICEF em 2006. Nesta parte do documento o autor dá destaque à necessidade e importância do conhecimento de novos olhares sobre a História da África para crianças e adolescentes. A referida publicação apresenta um conjunto de informações sobre civilizações da África, o tráfico negreiro, sobre afrodescendentes da América Latina e Caribe e sistemas de proteção dos Direitos Humanos Interamericanos e das Nações Unidas.

Em meio à pesquisa bibliográfica para a atual pesquisa, impactou-nos o livro *Racismo e Preconceito*, de James M. Jones, da Universidade de Harvard, publicado em 1972 e traduzido em 1973 pela Universidade de São Paulo. Na introdução do livro foi citado o pensamento de W.E.B. Du Bois, que já em 1903 se referia ao contexto americano afirmando que “o problema do século XX é o problema da linha de cor” (JONES, 1972, p. 1). Quando escreveu o livro, o autor salientou a atualidade do pensamento de Du Bois do início do século XX acerca da mesma realidade estudada por ele aproximadamente setenta anos depois.

Tais autores e suas obras, mesmo escritas em épocas diferentes, permitem evidenciar a permanência do racismo nas duas realidades, Estados Unidos e Brasil. Importante destacar: são realidades diferentes e conseqüentemente questões diferentes. As duas obras divergem no modo como o tema do racismo foi abordado. Impacta, ao ler o livro *Racismo e Preconceito*, de Jones, que já nos anos 1970, nos Estados Unidos, o conceito de racismo institucional tenha sido cunhado pelo movimento negro e outros seguimentos da população negra, como uma forma diferente de agir, pondo em evidência o racismo também no contexto das instituições daquele país.

Conforme consta no livro, o conceito passou a ser utilizado de modo específico a partir do seguinte contexto:

(...) O conceito de racismo institucional passou a ser salientado a partir do momento em que Carmichael e Hamilton (1967) e a United States Commission on Civil Disorders (1968) (e conhecido como Relatório Kerner por causa do nome do governo de Illinois, que foi o seu presidente) tentaram esclarecer e desenvolver tal conceito. (JONES, 1972, p. 6)

Mas, no Brasil, o emprego do conceito racismo institucional, e uma compreensão mais significativa dessa forma de manifestação do racismo, só começou a ser visibilizado a partir da primeira década do século XXI, por parte de uma parcela dos movimentos sociais negros e outros grupos da sociedade civil organizada. Esse processo foi ficando mais evidente com a preparação da participação do Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul, em 2001, e com a criação do Programa de Combate ao Racismo Institucional – PCRI, inicialmente no âmbito da área da saúde.

Desse modo, na primeira parte deste segundo capítulo partimos da afirmação de que existem razões históricas para a não compreensão, em dados momentos, por parte da população brasileira, incluindo-se aí os próprios negros, de si mesma como alvo de racismo nas relações interpessoais e, principalmente, o praticado no âmbito das estruturas do Estado brasileiro, manifestado através das suas instituições – o racismo institucional. O tema é complexo, abarca diversas nuances, entretanto, aqui serão analisadas especialmente as relações entre esses tipos de racismos e a prevalência da democracia racial no Brasil.

Um dado marcante na realidade brasileira, já estudado e sinalizada por Fernandes (2005, p. 173) é o seguinte:

Por isso, surgiu no Brasil uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito de ter preconceito. Ao que parece, entendia-se que ter preconceito seria degradante e o esforço maior passou a ser o de combater a ideia de que existiria preconceito no Brasil.

Telles (2003) também sinaliza que no país o racismo não é explícito, ao invés disso é concretizado quando dirigido a particulares, a indivíduos através de insultos e práticas facilmente reconhecidas. Destaca que esse tipo de incidente, até a época da publicação, recebia pouca atenção da imprensa. Entretanto, sempre que tal situação ocorre costuma mobilizar a sociedade brasileira em dois sentidos: primeiro, revela o enraizamento do racismo em todos os níveis sociais, por outro lado, para muitos representa uma exceção, haja vista não corresponder ao que se acredita ser a realidade racial brasileira.

Sinalizamos, porém, que na visão do referido autor, na maioria das vezes, os casos de racismo que repercutiram na imprensa são aqueles que envolviam figuras de destaque, como o caso abordado na obra de Telles da ex-governadora do Estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva. Mas os casos que envolvem as pessoas comuns nos últimos tempos passaram a ter maior destaque, principalmente nas mídias alternativas, que têm sido utilizadas tanto como meio de prática ofensiva de caráter racista quanto como meio de denúncia de casos de racismos.

É fato que cada vez mais casos de racismo ganham destaque nas mídias e redes sociais, cujo número de registros de denúncias só tem aumentado. De acordo com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, no Brasil, em 2011, foram 219 registros, e em 2012 o número pulou para 413. Em 2013 ocorreu um aumento, indo para 425. Já em 2014 o crescimento foi ainda maior, 567, e em 2015 foi de 626. Mas, em 2016, até a data da consulta no portal da secretaria, em janeiro de 2018, constava apenas 422 registros – não havendo informações relativas a 2017. Não podemos afirmar se as informações estavam incompletas ou se realmente ocorreu uma queda nos números de denúncias.

Consideramos importante, inicialmente, buscar compreender o racismo com destaque para o contexto histórico antes de dialogar com o conceito de racismo estrutural, que servirá de suporte conceitual à tese. Serão abordadas também as definições de racismo institucional e interpessoal, que neste estudo serão analisadas de forma empírica a partir dos casos de homicídio contra jovens negros em decorrência da ação policial e de linchamento, que afirmamos terem sido permeados por situação de racismo. Complementarmente,

apresentaremos alguns estudos que trazem diversas formas de abordagem das particularidades do racismo no Brasil e de questões da contemporaneidade.

A afirmação de Albuquerque e Filho (2006, p. 39) reforça o sentido de identificação e autoafirmação expresso no trecho da poesia acima: “nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil”. Júnior (2013, p. 28) segue um caminho semelhante ao afirmar que “o Brasil é uma imensa consequência da herança tecnológica, cultural e humana africana”. Principalmente porque “seres humanos e conhecimento africano foram as chaves para a colonização portuguesa ter sido comercialmente bem-sucedida”.

Mas o destaque principal das constatações do referido é o caráter criminoso do escravismo, protagonizado pelos portugueses e coadjuvantes brasileiros, compreensão de fundamental importância para este estudo. Para ele, “somos uma sociedade fundada sob atos criminosos, o que produziu as desigualdades de base”. Sendo essas “desigualdades que persistem intocáveis dadas as precariedades da nossa visão democrática” (JÚNIOR, 2013, p. 28). Destaca, ainda, que “para compreensão da formação histórica brasileira e do racismo sob a ótica dos descendentes dos escravizados, se faz necessário também o conhecimento da história africana” (ibid., p. 28), marcada pela força do poder da ancestralidade – algo que será pontuado no quarto capítulo desta tese, que discorrerá sobre os corpos negros como aspecto fundamental da cosmovisão africana.

Moore (2012) apresenta de forma emblemática duas questões que permitem fazer algumas considerações iniciais sobre a origem do racismo, em termos gerais. Suas ideias não serão aprofundadas neste estudo, mas são um interessante ponto de partida. O autor apresenta inicialmente as seguintes proposições: 1) “que o racismo não se constituiu inicialmente por via de ideologias, como reflexo de uma manipulação consciente” (MOORE, 2012, p. 18); 2) “que o racismo não é um mero fenômeno das relações interpessoais, ou uma artimanha ideológica do sistema capitalista como se costumava pensar” (ibid., p. 20).

Neste sentido, o autor define o racismo como “um fenômeno eminente histórico ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos” (ibid., p. 31), identificando-os como protorracismos. A partir desta constatação, apresenta três questões que norteiam todo o desenvolvimento do seu pensamento, dando o foco ao que identificou como sendo “novas bases epistemológicas para entender o racismo”. As perguntas feitas pelo autor foram: Mas o que é exatamente o racismo? Qual a sua origem? Que impacto ele tem sobre uma sociedade racializada?

Na mesma obra, Moore afirma, ainda, que o racismo significa, nesse sentido, a supremacia de um segmento humano em relação a outro, implicando numa hegemonia irrestrita tanto no plano material como psicocultural. E, para que não ocorram reações a essa situação de hegemonia, o autor destaca a necessidade da estruturação de toda uma ordem filosófico-moral (ideologia) “sustentadora desses privilégios” (ibid., p. 205).

Assim, são apresentados modelos tipológicos de relações raciais pré-modernas, modelos cujas referências são diferentes protorracismos verificados em distintas épocas e regiões do mundo. Contemporaneamente, o racismo “se manifesta por meio de uma consciência grupal historicamente construída” (ibid., p. 207).

A América Latina teria seu próprio modelo de relações raciais, cuja referência é a Península Ibérica, mas a origem é o século VIII, no Oriente Médio. O que, segundo esse pensador, é marcante no modelo identificado como Ibero-Americano? Uma hierarquização que tem como lastro critérios raciológicos fundamentados nos aspectos classificação, cor e fenótipo. São contextos sociais pigmentocráticos, nos quais a “classe social, a linhagem, a estirpe ou a raça – na sua definição social e histórica – confundem-se com as diferenciações e gradações fenotípicas” (MOORE, 2012, p. 219). Esses são os aspectos que, segundo Moore, marcam o modelo Ibero-Americano e predominam, ou predominaram, na América Latina, inclusive no Brasil.

Andrews (2007, p. 213), em seu livro sobre a América Afro-Latina entre 1800-2000, ressalta que:

A sobrevivência na atual América Latina de estereótipo e preconceitos contra os negros que datam do período colonial e da escravidão tem sido amplamente documentada em pesquisas realizadas em toda a região.

Historicamente têm sido utilizadas também outras abordagens para pensar o contexto histórico de origem do racismo. Almeida (2018, p. 87), citando Foucault, afirma que o referido autor “demonstra que o racismo está diretamente relacionado com a formação dos Estados a partir do século XIX”. Outro aspecto que chama a atenção na discussão de Almeida diz respeito à resposta dada por Foucault em relação a duas questões: a ligação do racismo com o Estado e a natureza desta ligação.

O racismo tem, portanto, duas funções ligadas ao poder do Estado: a primeiro é a de fragmentação, de divisão no contínuo biológico da espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções, classificações

de raças. A outra função do racismo é permitir que se estabeleça uma relação positiva com a morte. (ALMEIDA, 2018, p. 88)

Jaccoud (2008, p. 49), tratando particularmente do Brasil, também afirma que o racismo nasce associado à escravidão, porém sinaliza que:

é principalmente após a abolição que se estrutura como discurso, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e se difunde no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional.

Consolida seu posicionamento citando Santos (2006) ao afirmar que “o racismo é amplamente reconhecido como princípio ativo da colonização” (JACCOUD, 2008, p. 50). E esclarece adiante: “o colonialismo se assentou historicamente no racismo, que teve ali um papel de ‘princípio matricial de base’”. Já Costa (FERNANDES, 2017), discorrendo sobre o pensamento de Florestan Fernandes e o contexto histórico brasileiro, afirma que o nosso passado colonial deixa raízes profundas na formação social do Brasil. Quijano (2009, p. 72) amplia esta linha de entendimento ao afirmar, de forma categórica, que “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista”, e que se sustenta “na imposição de classificação racial/étnica da população mundial”.

faz parte da configuração do nosso capitalismo dependente e alimenta a divisão racial do trabalho e o racismo como forma de dominação política das camadas populares e das classes trabalhadoras. Não se trata de uma mera herança da escravidão, mas de uma situação atual que estrutura e dinamiza as relações sociais capitalistas no Brasil (FERNANDES, 2017, p. 9)

Outra característica em destaque é a questão da miscigenação. No decorrer do seu livro, Moore aborda aspectos relacionados ao peso histórico que a questão da miscigenação teve e continua tendo nas relações étnicas no Brasil. Embasado em pesquisadores e ativistas negros como Abdias Nascimento e Kabengele Munanga, entre outros, que procuraram ressaltar o papel que a miscigenação cumpriu historicamente na realidade latina americana, em especial no contexto brasileiro, o autor atenta que Nascimento, em *O genocídio do negro brasileiro*, destaca de forma marcante “os preceitos da doutrina de miscigenação na América ‘Latina’ em uma perspectiva genocida” (MOORE, 2012, p. 219).

Ao retomar as ideias de Munanga acerca da realidade racial brasileira, Moore destaca três aspectos. Primeiro, “que a política de mestiçagem instituiu, por sua vez, uma doutrina de ‘branqueamento’ de caráter fundamentalmente eugenista”. Segundo, que a mestiçagem

contribuiu como alicerce do que, segundo ele, foi identificado por Munanga como sendo alienação cultural, pois o branqueamento se constitui em pré-condição da mobilidade social. Por fim, destacou que “de uma maneira ou de outra, a miscigenação brasileira serve como peça ideológica na defesa do mito da democracia racial simbolizado pela saudável interação sexual” (MOORE, 2012, p. 221).

Porém, discordando daquele autor, Moore (2012, p. 221) esclarece que:

No contexto de uma sociedade surgida das violências de uma conquista, com o agravante de um regime de escravidão racial, a miscigenação generalizada e compulsória não pode ser evocada de modo algum em termos abstratos. Esse tipo de miscigenação requer uma inserção no contexto histórico específico em que ele se deu como consequência da conquista de uma raça ou povo sobre um outro.

Neste sentido, não deve ser ignorado que a miscigenação foi resultante da exploração violenta dos corpos das mulheres negras e indígenas escravizadas ou não. Aspecto também ressaltado pelo autor ao afirmar: “Trata-se das consequências da imposição sobre o mundo feminino, de uma política de dominação sexual brutal” (ibid., p. 221).

Carneiro (2011, p. 1), em uma análise que busca pontuar sobre a situação da mulher negra, também ressalta que:

No Brasil e na América Latina, a violência colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturado o decantado mito da democracia racial latino-america, que no Brasil chegou até as últimas consequências.

Se, por um lado, o racismo, no contexto histórico brasileiro, tem como singularidade a hierarquização por uma gradação fenotípica, tal como proposto por Moore (2012), a miscigenação, apesar de resultante de um processo de violência, foi usada para consolidar a prevalência da ideia de uma escravidão branda, de uma relação menos tensa entre a casa grande e a senzala, da passividade dos escravizados e a permissividade do senhor. Consideramos ainda as expectativas históricas, não concretizadas, de que as mais diversas formas de violência pudessem resultar no desaparecimento do povo negro como povo brasileiro, apesar das mais diversas tentativas postas em prática pelo colonizador.

Entretanto, o que chama a atenção e marca a contemporaneidade é que novas tentativas permaneceram se concretizado a partir de novas ações, como a impossibilidade de



ser sujeito de sua história, de possuir uma identidade própria, de poder ser diferente, ou seja, de ser negro, persistindo, desta forma, a condição de subalternidade e, conseqüentemente, novas formas de exploração e de morte. Isso tem se agravado nas primeiras décadas do século XXI, em decorrência de uma crescente onda de ódio, particularmente de ódio racial e intolerância religiosa, na sociedade brasileira, que sempre conviveu com um ódio não explícito. Assim, torna-se fundamental para o estudo avançamos na compreensão deste contexto histórico brasileiro.

## 2.2 PENSANDO A ABOLIÇÃO - A LUTA CONTINUA E AS PERMANÊNCIAS

A essência da nossa arte dá voz à revolução,  
resgata nossa história, fortalece nossa missão,  
Traz na alma a negritude que vem da periferia,  
rompe com o preconceito que negro não faz poesia,  
Herdeiros de mãe África, primogênito na cultura,  
lutam por visibilidade para os artistas de pele escura.  
Corpos cintilantes com brilhos enegrecidos,  
proclamavam pura beleza muito antes de serem abolidos,  
e o poder que nos liberta é a voz do povo preto,  
que ecoa das comunidades, das favelas e dos guetos.  
A realidade social é a verdadeira expressão da arte.  
A afrodescendência está na raiz que todos nós fazemos parte,  
Nossa gênese é resistência e nasce pura como uma flor,  
Semeando a consciência, bela como a origem nagô  
(Helen Adriane, trecho do poema Laço afrocultural)

Neste segundo momento, iniciamos com mais uma poesia que narra sobre o poder e a força da luta do povo negro ainda durante a escravidão, ou seja, mesmo antes da abolição, e a continuidade dessas lutas na contemporaneidade, inclusive através das artes. Partindo deste ponto de vista, daremos destaque a algumas questões que antecederam a abolição no Brasil e que caracterizaram as primeiras décadas da República. Prestaremos especial atenção às permanências de questões decorrentes do modo como a abolição se processou.

Segundo Costa (2008), até meados do século XIX não se poderia propriamente falar em movimento abolicionista. Isso porque, as críticas à escravidão tinham ainda poucos adeptos à possibilidade da emancipação dos escravos dentro de um contexto formal, mesmo que, historicamente, por parte dos escravizados, as lutas por liberdade fossem permanentes e das mais diversas formas. Já Buarque, no livro *Dez Dias de Maio em 1888*, no qual aborda na atualidade sobre os fatos que ocorreram nos dez dias que antecederam a assinatura da Lei da Abolição, ressalta um posicionamento que visava prologar à manutenção da escravidão.

A verdadeira luta pela Abolição começou devagar e veio de fora. O primeiro ato de combate à escravidão – a Proibição do Tráfico – não surgiu dentro do Brasil. Foi o resultado de pressão da Inglaterra, que forçou a aprovação da lei de 1831. Mesmo assim, foi uma “lei para inglês ver”. O tráfico só parou quando, anos depois, a Marinha Britânica passou a interceptar os navios negreiros e a libertar os escravos. (BUARQUE, 2008, p. 6)

Entretanto, a partir de 1870 começou a tomar forma uma série de questões de ordem política: uma conjuntura internacional desfavorável à continuidade da escravidão, a formação de movimentos abolicionistas e a intensificação das lutas dos escravizados contra a escravidão. Neste contexto, devemos considerar também as influências do entendimento das teorias raciais (MUNANGA, 2006; SANTOS, 2006; SCHWARCZ, 2011) marcantes na época, que começaram a ser utilizadas como um meio de interpretar o Brasil, mesmo que fossem estranhas à realidade brasileira.

Ainda conforme Buarque (2008, p. 7):

As palavras abolicionismo e abolicionista só surgem no Brasil em 1871, segundo consta no dicionário Houaiss. Só então, tardiamente, uma pequena parte da intelectualidade brasileira começou a falar em abolição, puro e simples fim do sistema escravocrata. Ainda assim, eram palavras marginais, usadas por contestadores, jamais pelos donos de poder.

Destacam-se também as ações e atos tomados pelo governo imperial, medidas determinantes que não só postergaram ao máximo o fim da escravidão como condicionaram um percurso histórico de final da escravidão totalmente desfavorável aos escravizados, que deixaram consequências na contemporaneidade. Destacaremos a seguir algumas questões que consideramos importantes para a compreensão dessas marcas que permaneceram após a abolição.

O primeiro destaque foi o tema da educação, a ser melhor trabalhada adiante, no quarto capítulo. Todavia, acentuamos aqui que nenhuma medida foi tomada à época por parte dos poderes imperiais com o objetivo de proporcionar a educação formal, que continuou inviabilizada para os escravizados. Pelo contrário, conforme consta no 2º Ato Complementar à primeira Constituição do Império de 1824, foi estabelecido que os escravizados, considerados “doentes de moléstias contagiosas”, estavam proibidos de frequentar a escola. Mesmo com a Proclamação da República o acesso à educação, numa perspectiva universal para todos, independente de raça/cor e classes sociais, só começou a se concretizar muito

tardiamente, com a Constituição de 1988 e em decorrência de compromissos internacionais assumidos pelos governos brasileiros.

A partir das décadas de 70 e 80 do século XX, foi colocado em debate por movimentos negros e pesquisadores a inadequação política do modelo de educação implantado, no que diz respeito à população negra. Souza (2000) nota que o processo de inclusão do negro no sistema de educação e na sociedade de modo geral se deu de forma gradual. Ou seja, foi colocado em prática um processo de inclusão controlada, apesar das constantes lutas dos ex-escravizados e posteriormente dos seus descendentes pela educação e por uma efetiva participação na sociedade.

Carneiro (2016, p. 14) é bastante contundente ao denunciar

Que os estereótipos dos professores a respeito da educabilidade das crianças negras e pobres funcionam como profecias que se realizam. Esses estereótipos estão na base de um sistema de mensagens que contribui para configurar negativamente a autoestima d@s alun@s negr@s; é o processo de produção de seu fracasso escolar.

O segundo aspecto dessas permanências diz respeito à Lei de Terras de 1850, que estabeleceu normas e relações de acesso, aquisição e permanência nas terras por parte de uma parcela significativa da população brasileira, particularmente os escravizados. Na verdade, a referida lei garantiu a manutenção dos latifúndios, meio que foi utilizado não só no período colonial como continua sendo emblemático da questão fundiária no Brasil. O estabelecimento dessa lei dificultou o acesso da população de um modo geral à terra e possibilitou a não definição, mais tarde, até mesmo na República, de novas formas de acesso na sociedade brasileira. Isso influenciou tanto na concentração das terras vigente atualmente como na manutenção da violência e dos conflitos no campo, e posterior formação do movimento social dos sem-terra, na contemporaneidade.

Faremos um salto no tempo para pontuar alguns temas atuais correlacionados às condições de trabalho no campo que, em pleno século XXI, têm sido motivo de constantes tensões e podem ser lidos como consequências ou ressonâncias das questões acima tratadas. Destacamos as situações de trabalhos forçados e em condições degradantes e a luta histórica por parte dos trabalhadores, sindicatos e organismo internacional, a exemplo da Organização Internacional do Trabalho - OIT, por condições adequadas, justas e com garantias de direito, conforme as leis e convenções sindicais dos trabalhadores do campo. Durante alguns anos,

tais lutas haviam garantido certos ganhos aos trabalhadores, entretanto, passam a experimentar um recente processo de retrocessos.

Como exemplo desse retrocesso destacamos, primeiro, nenhuma medida em relação a uma ação mais efetiva por parte do governo federal atual no combate ao trabalho análogo ao da escravidão. O país vivencia um momento de flexibilização das regras trabalhistas através de prática desregulatória, como parte de um contexto de disputas políticas que tem caracterizado o Congresso nos últimos anos – este marcado pela presença bastante significativa de uma bancada de representantes de donos de terras, a chamada “bancada ruralista”. Nessa direção, foi aprovada Medida Provisória - MP 759, encaminhada pelo governo anterior, o de Michel Temer, sendo transformada em Lei nº 13.465/17, na qual consta um conjunto de medidas que contribuem para agravar ainda mais o processo histórico relacionado à questão agrária no Brasil.

Retornando ao século XIX, foi promulgada, em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, a primeira das três leis que resultaram no fim da escravidão no Brasil. Destacaremos aqui esta lei e suas consequências. Perussatto (2010) chama a atenção e nos ajuda a compreender, dentro do ponto de vista social e político, as consequências desse arranjo feito à época para esse conjunto de crianças “livres”, mas filhos de pais e mães escravizados.

(...) O que deve ele ao senhor de seus pais? Noções de moral? Ele foi criado na senzala. Noções de bondade? Negaram-lhe até o leite materno. Noções de civilização? Ele é analfabeto. Noções de sociologia? Ele encontra os seus progenitores no eito, seveciados, famintos, como recompensa de haverem formado o patrimônio de um povo. (Manifesto da Conf. Abolicionista, 1883, p. 20)

O Brasil foi o último país do ocidente a promover o fim da escravidão. Foi o local das Américas que mais recebeu africanos escravizados, em torno de 40% do total. Historicamente prevaleceu uma visão de passividade por parte dos escravizados, mesmo que, conforme Moura (1988), Nascimento (1978) e outros, fossem constantes e marcantes as lutas, rebeliões e resistência à escravidão. Andrews (2007) lembra, ainda, que não deve desconsiderada a busca por maior autonomia, maiores oportunidades para formar e manter famílias e melhores condições de vida e de trabalho.

Nabuco (1988), no clássico *Abolicionismo*, livro escrito em 1883, já registrava que se encontravam declarações repetidas em jornais da época de que a escravidão no Brasil ocorreu em um estado brando e suave para o escravo, ou seja, “de fato melhor para o escravo do que

para o senhor” (NABUCO, 1988, p. 95). Avança na crítica ao afirmar que os jornais e artigos não eram escritos pelos escravos.

Tendo em vista que a violência fazia parte da dinâmica do próprio regime escravagista, concordamos com a colocação de Moura (1988, p. 01) em sua visão discordante dos jornais da época em relação ao tipo de escravidão no Brasil:

No entanto, ao contrário do que dizem esses cientistas sociais tradicionais que desejam negar e/ou escamotear o assunto, a escravidão no Brasil nada teve de benigna, democrática e cristã. Pelo contrário.

Nabuco vai registrar, por um lado, que a sociedade brasileira “havia sido completamente moldada pela escravidão”, ou seja, o “nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização: física, moral e intelectual achava-se terrivelmente influenciada pela escravidão”. Entretanto, afirma que a escravidão, para “felicidade nossa não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor (...) nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos” (NABUCO, 1988, p. 38).

Se, por um lado, é possível afirmar certa concordância entre Moura e Nabuco quanto às marcas deixadas pela ocorrência da escravidão na sociedade brasileira, por outro, Moura (1988, p. 07) demarca um posicionamento diferente, com o qual concordamos, acerca das consequências resultantes desse fato:

Marcou profundamente a estrutura da sociedade brasileira, deixando no seu corpo aderências e restos até hoje visíveis. Isto explica, por outro lado, a permanência da sua influência negativa (nos níveis econômico e ideológico) no comportamento de grandes camadas da sociedade brasileira, especialmente no seu aparelho de dominação política.

Nogueira evidencia a diferença entre os abolicionistas, destacando assim as posições de Nabuco quanto ao caminho da abolição:

A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra civil, muito menos por insurreição ou atentados locais”, mas derivará de “uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras”. Portador de um “mandato de raça negra”, o abolicionismo de Nabuco não se dirige aos escravos em sua pregação, mas aos livres. (NOGUEIRA in NABUCO, 1988, p. 11)

Porém, a Lei da abolição que foi aprovada em 13 de maio de 1888, conforme foi registrado também por Nogueira, ficou só no nível jurídico, não incluindo outras questões como um plano de reformas, com destaque para educação, terras e acesso às condições de trabalho pelo qual lutaram os escravizados e alguns abolicionistas. Mas, apesar de ter uma posição política avançada para a época e mesmo reconhecendo a contribuição da cultura africana, o autor já se posiciona por um Brasil embranquecido.

Ressaltamos três características destacadas por Buarque (2008) do modo como se processou a abolição. Em primeiro lugar, afirma que: “Quando faz uma lei libertadora a favor da parte excluída, o poder no Brasil se dirige aos ricos e incluídos. (...) Não é por acaso que, além da Abolição, nada mais mudou substancialmente na busca da emancipação do povo do Brasil” (ibid., p. 13).

Como segundo ponto, Buarque (ibid., p. 82) chama a atenção para a contradição entre abolição e inclusão, importante de ser evidenciada.

Mesmo os abolicionistas falavam em desaparecimento, e não em incorporação dos escravos, da vida nacional. Não é de admirar que o preconceito racial continua até hoje. Que o Brasil tenha abolido a escravidão sem fazer a inclusão.

Num terceiro ponto, o autor trata sobre um fato histórico que em momentos diferentes tem sido alvo de grandes questionamentos e críticas, e diz respeito a uma moção do Congresso apoiando o decreto que determinava a queima de todos os papéis em arquivo sobre a posse dos escravos de 20 de dezembro de 1890. O autor se posiciona da seguinte forma: “eliminaram os arquivos, mas não eliminaram das ruas, nem da realidade”. Ressalta, então, a necessidade de a sociedade olhar ao redor para ver, ainda hoje, os “sinais da escravidão: a desigualdade social, liberdade para sobreviver no abandono, um círculo vicioso que há mais de um século mantém os filhos dos pobres tão distantes dos filhos da elite quanto no tempo de seus antepassados” (BUARQUE, 2008, p. 94).

Os comentários da Buarque ajudam a compreender um contexto histórico que ganha forma a partir de uma política feita pelas elites colônias. Ao observarmos o comentário feito por Nabuco (1988, p. 170) é possível ver que o autor já se posicionava por um Brasil ideal, a tomar forma com o fim da escravidão. Neste sentido, definiu o modelo que o Brasil deveria seguir, ou seja, do embranquecimento:

Um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela fraqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração europeia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça.

Em seu posicionamento observa-se a defesa da imigração europeia. Consequentemente, nas entrelinhas, a defesa de uma sociedade pós-abolição baseada no modelo europeu embranquecido. Moura (1988, p. 07) afirma que “com a abolição, criaram-se os mecanismos estimuladores para a migração europeia”, mas, diferente de Nabuco, ressalta entre outras questões que o imigrante europeu “entra no lugar dessa grande massa de trabalho nacional, marginalizando-a irremediavelmente”, ou seja, ocupam o lugar dos trabalhadores, em sua maioria negros ex-escravizados e seus descendentes.

É importante ressaltarmos que o processo de imigração europeia toma forma legal através do decreto de nº 528 de 28 de junho de 1890. No capítulo I, da Introdução de Imigrantes, seu artigo 1º estabeleceu as normas de entrada e permanência do imigrante, propondo basicamente que seja o europeu, já que no referido decreto estava proibida a imigração aos indígenas da Ásia ou da África; a entrada deste dependia de autorização do Congresso Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil.

As consequências desse processo foram as mais diversas. Destacamos a viabilidade de políticas de apoio aos imigrantes europeus, tendo em vista que o projeto de imigração se concretiza no momento no qual as teorias raciais traçavam um quadro de inviabilidade futura para o Brasil em decorrência da escravidão e do sangue negro. Assim sendo, o processo de imigração europeia foi visto na época como uma alternativa para os que defendiam o branqueamento do país. A imigração europeia veio cumprir este papel.

Vale destacar também o decreto de nº 847 de 11 de outubro de 1890, que instituiu o primeiro Código Penal da República do Brasil, em particular os capítulos III e XIII. Esse último tratava sobre “os Vadios e Capoeiras”. Em seu artigo 399 estavam descritas as punições para aqueles que deixassem de “exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite”.

A punição à vadiagem foi até final do século XX utilizada, conforme o Código de Contravenção Penal, para punir com prisão todos aqueles que eram considerados vadios ou desocupados, com base no significado dado em cada época para a vadiagem. Foi também criada a Delegacia de Repressão à Vadiagem e o cargo específico de delegado de Costumes e Diversões, para tratar destas questões.

Zanirato (2000, p. 12) ressalta:

Percebe-se que a incorrência à vadiagem somente se aplicava ao homem pobre, pois aquele que tivesse meios de prover sua subsistência poderia permanecer sem trabalho, sem que isso constituísse um problema.

A preocupação com a vigilância a essas pessoas se fazia há mais tempo

no Brasil, mas foi igualmente aprimorada nesse período, por meio da criação de aparatos especializados na técnica repressiva.

No passado eram os ex-escravizados e na contemporaneidade seus descendentes, considerados “naturalmente vadios” porque continuam vivenciando situações de subalternidade e de falta de oportunidade. Consequentemente, permanecem sem as possibilidades de ter acesso a trabalhos dignos de serem considerados cidadãos plenos.

Moura (1988, p. 07) reafirma também que em relação aos ex-escravizados:

Criaram-se barreiras ideológicas que justificam a sua inferiorização em consequência da sua inferioridade racial. Mas, em cima dessa situação objetiva de restrição à potencialidade social do negro cria-se a lenda de uma “democracia racial”, o que equivale dizer: se os negros se encontram nos patamares em que se encontram de miséria e de marginalização a culpa é deles, pois tiveram as mesmas oportunidades para progredir.

Sinalizamos como uma das marcas histórica da realidade racial no Brasil a prevalência da ideia do mérito. Na citação apresentada acima fica clara uma das consequências marcantes para o racismo no Brasil, consolidado em decorrência da ideia de democracia racial, de que todos têm as mesmas oportunidades, assim, apenas o mérito pessoal é pré-requisito para atingir objetivos. Credo no mérito, ou seja, nos esforços de cada brasileiro como único determinante pelo seu sucesso pessoal, ignoram-se totalmente as desvantagens decorrentes do passado de escravidão e da permanência do racismo para a população negra. Esse ideário contribuiu, entre outras consequências, para que apenas muito tardiamente fossem implantadas políticas afirmativas para os negros, colaborando para que perdurassem ao máximo, e continuem perdurando, as vantagens e privilégios dos não negros na sociedade brasileira.

O destaque no código Penal da República do Brasil de 1890 é o artigo 402, do capítulo XIII, que tratava da proibição da prática da capoeira, conforme registro:



Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal<sup>10</sup>.

Machado (2012) destaca que a capoeira fazia parte do mundo do trabalhador de rua remunerado, os negros de ganho (livres e escravos), como os carregadores, vendedores ambulantes, aguadeiros, carroceiros. Ressalta também que a capoeira, assim como alguns outros ritos criados pelos afro-brasileiros, congrega na sua dinâmica elementos como música, dança, esforço físico, ou seja, movimento, evidenciando a complexidade resultante dos encontros e desencontros que contribuíram para a formação do povo brasileiro. Os elementos da música e da dança não são apenas estéticos ou de animação, mas são indispensáveis para a sua realização.

Oliveira (2007) atenta, em relação às capoeiras, a prevalência, no século XIX, de um imaginário ainda marcado por uma representação de temor e medo em relação a elas.

Na primeira metade do século XIX, a capoeira era uma prática restrita aos africanos, os quais, em sua condição de escravos urbanos, eram considerados uma ameaça à ordem pública que, utilizando do seu corpo como arma, representavam a “onda negra” que causava o “medo branco” (AZEVEDO, 1987). Portanto, desde primórdios do Estado brasileiro os capoeiras representavam uma preocupação que precisava de políticas de repressão por parte das autoridades<sup>11</sup>.

Machado (2012, p. 36) evidencia a manutenção, no século XX, de tal situação de preconceito e continuidade de práticas repressoras em relação à capoeira.

As notícias que falam sobre os capoeiras do início do século XX apresentam a maneira discriminatória com que a imprensa da época segue referindo-se aos meninos de rua – assim como no século anterior –, como também às vendedoras ambulantes e aos carregadores. Uma das notícias apresentada por Adriana tem como título “Vagabundos e desordeiros” e evidencia o preconceito em relação ao jogo de capoeira: “cultura de rua que fazia parte do cotidiano de homens, mulheres e crianças pobres”.

Mas, é importante observar que ainda no século XX tais situações registradas nas citações acima começaram a ser alteradas. As lutas, não só dos grandes mestres que marcam a

---

<sup>10</sup> <http://danielpenteado.com.br/codigopenal.html>.

<sup>11</sup> [http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_i/josivaldo\\_pires\\_oliveira.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_i/josivaldo_pires_oliveira.pdf).

história da capoeira como também dos capoeiristas anônimos das mais diversas periferias das cidades, por todo país, foram decisivas para a afirmação da capoeira como parte da identidade do povo brasileiro, fonte de reconhecimento não só no Brasil, mas mundialmente.

Dando continuidade à linha de análise proposta para esta seção, de situarmos questões históricas que antecederam o processo de abolição e algumas consequências e permanências, conforme o código de Penal da República do Brasil de 1890, constatamos a perseguição às religiões, sendo o principal alvo desta perseguição as religiões de matriz africana, em especial o Candomblé. Tal processo perdurou legalmente até a década de setenta do século XX, como tem ficado evidenciado em estudos, dos quais destacamos Mandarino (2007, p. 97 e 100):

As perseguições eram levadas a cabo, em sua maioria, através de denúncias da população que muitas vezes sentia-se incomodada pelos batuques que se arrastavam até altas horas em dias de grandes obrigações. [...] As religiões afro-brasileiras eram e continuam sendo vistas como curandeirismo, magia negra, exploração de credulidade pública e exercício ilegal da medicina, estando os seus praticantes incorrendo em crimes previstos no Código Penal. O Código Penal de 1890 incriminava não só o curandeiro, mas, também, o feiticeiro, juntamente com outras categorias, como espíritas e cartomantes.<sup>12</sup>

Assim como a capoeira, a perseguição ao candomblé, às religiões dos povos negros nas primeiras décadas do século XX foi massacrante.

Os terreiros eram invadidos, os seus objetos sagrados eram pisoteados e destruídos. A polícia e as autoridades responsáveis a fazer cumprir a lei tentaram subjugar e eliminar os templos sagrados de origem afro-descendente, isso tudo para satisfazer a vontade da burguesia, pois essa detinha grandes relações de prestígio, tanto no âmbito social, quanto no religioso.<sup>13</sup>

As perseguições não se restringiam aos ataques aos templos, aos terreiros; de forma violenta eram praticados agressões e xingamentos contra os líderes religiosos, divulgados pela imprensa da época. Estes eram “taxados de falsos médicos, charlatães e feiticeiros os pais-de-santo e as mães-de-santo” (BARBOSA, 2010, p. 07). Mas, assim como os capoeiristas, o povo negro de um modo e os líderes religiosos não aceitaram tais atitudes e reagiram de várias formas. Braga (2009, p. 59) destaca que, na época, “esses pais e mães-de-santo não

---

<sup>12</sup><http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>13</sup> Idem.

ficaram parados, também procuraram na sociedade pessoas renomadas para serem padrinhos dos seus terreiros dando-lhes o cargo de Ogãs, se articularam, organizaram-se e perceberam que poderiam adquirir protetores”.

Porém, enquanto a capoeira ganhou reconhecimento nacional e internacional, as religiões de matrizes africanas, apesar de ganharem certo reconhecimento, a partir da metade século XX e em pleno século XXI passaram a ser alvo de grupos religiosos identificados como neopentecostais. As formas de agressões e de intolerância não diferem muito das de antes: agressões e xingamentos contra os pais-de-santo e as mães-de-santo e ataque aos templos religiosos. Por outro lado, um aspecto os diferencia: é o poder econômico e político de utilização das mídias e imprensa em geral por parte dos líderes neopentecostais. Desta forma, também as lutas contra as novas ou velhas intolerâncias entre os adeptos das religiões de matrizes africanas continuam constantes.

Dados recentes de casos de intolerâncias confirmam tal realidade. Segundo dados do *Balanço Anual Ouvidoria Disque 100 - 2017* foram 759, em 2016, e 556, em 2017, as denúncias de casos de intolerância religiosa. A divulgação dos dados são responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos, vinculada ao antigo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Quanto ao Estado da Bahia, conforme os dados da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI, em 2017, como resultado de atuação através de unidade móvel de atendimento, foram contabilizadas 849 abordagens/atendimentos, as quais incluíam diversos tipos de situação de racismo, inclusive intolerância religiosa. É importante registrar que no estado da Bahia, em 06 de junho de 2014, através de Lei 13.182, foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa. Em Salvador, segundo os dados do Centro de Referência Nelson Mandela, foram 300, entre 2013 e 2018, os registros de denúncias de casos de intolerância.

Se até o presente momento procuramos dar destaque a questões que ocorreram em paralelo à abolição e à proclamação da República e que têm ressonância ainda hoje, vale destacar também que no referido período foram travados grandes embates sobre as teorias raciais. Nessa linha citamos os filósofos ilustrados do século XVIII, que criaram teorias ora embasadas em procedimentos “ditos científicas” sob as quais vários pensadores, seja monogenistas, seja poligenistas, teorizaram ser a raça branca superior às demais, principalmente aos africanos. Conforme Munanga (2006), essas teorias são legitimadoras e justificadoras de uma humanidade dividida em raças desiguais.

Munanga (apud SANTOS, 2002, p. 60) destaca ainda que:

A construção da ideia de raça no século XIX estruturou, por meio de rígidos princípios, uma acentuada diferença entre brancos e negros. Observa-se que o imaginário europeu está repleto de concepções racistas difundidas em larga escala. Tanto nas ciências, quanto, nas artes, a imagem do negro que é veiculada leva a crer em sua inferioridade inata e irremediável.

Uma das consequências históricas mais terríveis deste processo para a humanidade foi, segundo o pesquisador Munanga, a “invenção da ideia do negro como um coletivo humano inferior. Teoria e destino que até hoje pesam sobre a população negra no mundo e no Brasil” (MUNANGA apud SANTOS, 2002, p. 11). As influências desse ideário da Europa Moderna Iluminista foram decisivas na formação da intelectualidade brasileira no que diz respeito à questão racial, com o que concorda a pesquisadora Santos (2002). Assim que pensadores da intelectualidade brasileira dos séculos XIX e XX utilizaram-se dos conhecimentos desenvolvidos conforme a realidade europeia e o trasladaram em um país como o Brasil, cuja realidade racial é complementemente distinta.

O Brasil e o povo brasileiro sempre despertaram curiosidade; aos viajantes e aos naturalistas, durante o período colonial, e nos séculos seguintes aos pesquisadores e cientistas. Schwarcz (2011) afirmar que no final do século XIX o Brasil era considerado como um caso único e singular com relação à questão da miscigenação racial, dando margem às mais diversas opiniões sobre possibilidades futura para o país. As opiniões sobre o Brasil naquele período eram, para alguns, bastante pessimistas.

Tomando como exemplo a opinião de Gobineau fica evidente tal visão:

“Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” (Readers, 1988:96), queixava-se o conde Arthur de Gobineau, que permaneceu no Rio de Janeiro quinze meses como enviado francês. (SCHWARCZ, 2011, p. 13)

Para Schwarcz, a “representação mestiça” que se configurava como marca do país, como já sinalizado na seção anterior, e o interesse das teorias da época em relação ao tema da raça mobilizaram um conjunto significativo de pesquisadores e cientistas e suas teorias. Entretanto, tais teorias teriam chegado tardiamente ao Brasil, apesar do grande interesse e a entusiástica acolhida no país “nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, que na época se constituíam enquanto centros de congregação da uma reduzida elite pensante

nacional”, com destaque para as escolas de Medicina da Bahia e de Direito em Recife. (SCHWARCZ, 2011, p. 14)

Outro aspecto destacado pela autora foi a importância de:

Compreender como o argumento racial foi política e historicamente construído nesse momento, assim como o conceito raça, que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação, sobretudo social. (SCHWARCZ, 2011, p. 17)

Desse modo, afirma em relação à raça, que:

O termo raça, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise. (SCHWARCZ, 2011, p. 17)

As considerações esboçadas acima tratam das influências das teorias raciais, bem como de um conjunto de fatores que contribuíram, por um lado, para postergar ao máximo a permanência do regime escravista e, por outro, para manter as consequências decorrentes desse processo. Vale ressaltar, em meio a estas, o apagamento da história da África. No final da década de 1950, quando da fundação do Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAO, o pesquisador Agostinho da Silva (1994, p. 05) constatava esta realidade do pouco conhecimento dos pesquisadores brasileiros sobre a África:

(...) embora se tivessem feito excelentes trabalhos sobre o africano no Brasil, se soubesse tão pouco do que fora a África antes e depois da chegada dos portugueses e, sobretudo, do que era a África nossa contemporânea e do que poderia ser ela no futuro.

Houve um tempo em que a história oficial brasileira sequer mencionava a história da África, visando apagar a presença do povo negro, a herança dos escravizados, tomando como referência na construção da nossa identidade a Europa branca. Mesmo quando a história dos povos africanos passou a ser pesquisada e conhecida mundialmente, continuava pouco divulgada no Brasil, e, principalmente, nos currículos oficiais dos diferentes níveis de ensino. Raros eram os materiais didáticos no quais estavam constantes as histórias das civilizações que floresceram na África. É importante registrar que tal realidade foi sendo alterada ao longo das últimas décadas do século XX, principalmente com a criação e implantação da Lei 10.639/ 2003 e um conjunto de outros mecanismos e procedimentos acadêmicos, econômicos

e políticos de aproximação com os países do continente africano. Contudo, ainda é possível ir além no conhecimento das contribuições dos mais diversos povos e civilizações africanas na construção histórica do povo brasileiro.

### 2.3 PENSANDO O PÓS-ABOLIÇÃO – QUE BRASIL É ESSE? INVISIBILIDADES

O perigo é constante  
nas periferias do Brasil  
diariamente vejo mães  
procurando os seus filhos  
e sei que é mais um que sumiu.  
no país mais negro fora da África  
quem mata os preto  
recebe honraria e medalha  
Legitimam o extermínio em massa,  
enquanto, a esperança de nosso futuro  
estão por aí, nas ruas, vivendo de catar lata  
sem ideia do que significa a tal vida digna que prega a constituição  
(Sandro Sussuarana, trecho do poema Jovem Negro Vivo)

Iniciamos essa terceira parte com mais uma poesia que narra o perigo constante de ser jovem negro na contemporaneidade, as dores das mães procurando os seus filhos violentados, desaparecidos e a desesperança no futuro. A partir dessa imagem, abordaremos sobre como se processou a inserção social do imenso contingente de ex-escravizados na sociedade brasileira no pós-abolição, reafirmando que a ideia de democracia racial cumpriu um papel nesse processo histórico.

Na atualidade está evidente, conforme um conjunto de estudos e pesquisas (COSTA, 2008; FERNANDES, 1965; PAIXÃO, 2003; MATOSO, 1988; MOURO, 1988), que a sociedade de classe brasileira do pós-abolição não criou condições para a inserção dos negros, e que os mesmos foram abandonados a sua própria sorte. O fim da escravidão, conforme o retratado na poesia, não garantiu conquistas, nem acesso a direitos sociais aos negros, pelo contrário, deu origem a um processo de outros riscos sociais, novas violências e, conseqüentemente, vulnerabilidades sociais.

Nos anos seguintes após a abolição, o projeto da elite brasileira de construir um Brasil embranquecido, seguindo o modelo europeu, prevaleceu, apesar da continuidade das lutas dos negros descendentes dos ex-escravizados. Assim, essa parcela da população que historicamente tinha contribuído para a formação do país foi completamente abandonada. Conforme ressalta Moura (1988), escrevendo cem anos após a abolição, essa situação de

vulnerabilidade social vivenciada pelos negros no Brasil pode ser verificada particularmente em relação à questão da terra.

Essa massa desocupada, concentrada no campo, até hoje não foi integrada à sociedade civil como produtora dinâmica, em face da continuidade das relações latifundiárias no campo. (MOURA, 1988, p. 07)

No final do XIX e início do século XX as lutas tiveram momentos marcantes. Têm proeminência a guerra de Canudos e da Vacina, a revolta da Chibata, o embate dos marinheiros negros contra a permanência de castigos na Marinha típicos do período da escravidão, além da participação dos negros em vários outros movimentos que ocorreram no período da República.

O ano de 1930 é marcado pela chegada do presidente Getúlio Vargas ao poder, momento em que o Brasil vivencia as consequências da crise de 29, com séria repercussão para a economia cafeeira brasileira. O seu governo também foi caracterizado por ter estruturado algumas medidas que repercutiram tanto positiva como negativamente para população negra. Em 1931, como a elaboração e promulgação da Lei de Nacionalização do Trabalho, o governo buscou colocar em prática a ideia da contratação de pelo menos dois terços de trabalhadores brasileiros na indústria e comércio. Mas tal medida deu origem a reclamações.

Por outro lado, o governo recolocou em execução, de acordo com o contexto da época, um formato de lei já conhecido, com repercussões mais uma vez extremamente danosa para o povo negro descendente dos ex-escravizados, que foi a criação do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, conhecido como Lei de Contravenções Penais, em especial o Capítulo VII. das Contravenções Relativas à Polícia de Costumes, nos artigos: 59, da Vadiagem e 60, da Mendicância. Esse decreto-lei politicamente dá continuidade à mesma tendência do Código Penal da República do Brasil, no artigo XIII, “Os Vadios e Capoeiras”. Ou seja, é mais uma forma de punir, perseguir a “vadiagem” em uma sociedade em formação, mas já marcada pela falta de oportunidade para a maioria da população.

Essa conformação da sociedade brasileira do pós-abolição, como no período colonial, também continuou a despertar um grande interesse de pesquisadores, tanto brasileiros como estrangeiros, principalmente norte-americanos. A prevalência da ideia da predominância de relações raciais harmoniosos no Brasil mobilizava os pesquisadores para sua compreensão, bem como para a comparação com a realidade norte americana e até sul-africana. Tal

situação, inclusive, contribuiu para que se denominasse o racismo no Brasil das mais variadas formas: racismo à brasileira, racismo de marca, racismo de cor, entre outros.

Moura (1988), Moore (2012), Monsma (2007) também ressaltam o modo como o racismo se apresenta no Brasil, que se convencionou identificar como particular, ou melhor, “muitas vezes percebido como especificamente brasileiro”. Monsma (2007, p. 15) caracterizou-o como “mito da democracia racial, racismo informal e a hostilidade de muitos brancos contra qualquer forma de mobilização de negros em bases raciais”. Entretanto, tais aspectos das relações raciais no Brasil não podem ser explicados apenas pelas particularidades brasileiras porque contemplam toda América Latina e também ocorrem em vários países da região, como já especificado na primeira parte.

Um dos primeiros estudos realizados foi o que resultou no livro *Branco e Preto na Bahia*, escrito por Pierson (1971), publicado pela primeira vez no Brasil em 1943. O autor, de origem americana, esteve na Bahia entre os anos de 1935 e 1937 com o objetivo de realizar um estudo comparativo sobre as questões raciais das duas realidades, brasileira e norte americana. A pesquisa foi realizada em um momento no qual os Estados Unidos vivenciavam forte tensão devido às questões raciais. O estudo foi marcado pelo que o autor identificou como ausência de problemas racial no Brasil, diferentemente da realidade norte-americana com o qual ele estava familiarizado.

Como base no estudo, o autor apresentou as seguintes conclusões sobre a realidade analisada em comparação com a sua americana. Primeiro, identificou o Brasil como um país que apresentava inexistência de uma “linha de cor”, assim, a questão principal era a organização social baseada nas classes. Além disso, identificou que os seguimentos brancos tinham uma política de aceitação em relação aos não brancos. Desse modo, Pierson (1971) ressaltou a prevalência da ideia de democracia racial na sociedade brasileira. Quanto aos Estados Unidos, era exatamente o oposto: as relações rígidas entre negros e brancos, a existência de separação desses grupos e de uma consciência por parte dos negros.

Esse autor salientou, ainda, que a discriminação com base na questão de raça não fazia parte da realidade brasileira. Quando identificou alguma situação desse tipo considerou que isso só ocorria no âmbito individual, não identificou a existência de discriminação de modo geral. Utilizou como justificativa para dar sustentação a sua tese argumentos como a miscigenação; a relação de afetividade entre senhores e escravos teria contribuído para evitar o antagonismo racial. Assim, no Brasil, pessoas de cor facilmente poderiam ser percebidas



como branca, ascender socialmente, inclusive, estavam representadas em todas as classes. A questão no Brasil seria principalmente social e não racial, como nos Estados Unidos.

Outra pesquisa que também teve como referência a Bahia e que seguiu a mesma linha de análise foi o realizado pelo sociólogo Thales de Azevedo (1996). Este foi responsável pelo estudo de iniciativa da UNESCO, escrito em 1951 e publicado em 1952 com o título *Elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social*. O Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, por solicitação da Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), organizou um comitê para analisar a questão racial no país. Assim, “o comitê recomendaria o Brasil como exemplo positivo de convivência a ser estudada” (AZEVEDO, 1996, p. 15).

A partir dos anos 1950 foram realizados estudos não só na Bahia, mas também no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, todos objetivando estudar as relações raciais no Brasil, com a perspectiva de comprovar a recomendação ou entendimento da ONU deste país como exemplo positivo de convivência entre diferentes grupos étnicos. Atendendo às expectativas da UNESCO, “daí deriva o grande ciclo de estudos sobre a democracia racial brasileira, numa produção que se estenderia por mais de vinte cinco anos” (AZEVEDO, 1996, p. 15). A encomenda da UNESCO contribuiu também com o nascimento dos estudos sobre questões raciais no país. O estudo realizado por Fernandes (1996) desencadeou um processo de crítica sobre a prevalência da democracia racial no Brasil.

Já no início da leitura fica visível a expectativa, por parte do coordenador do estudo, quanto ao resultado e importância de um livro com essa abordagem.

Um livro sobre uma situação, a das relações raciais e a da ascensão social das pessoas de cor em uma cidade brasileira, que servisse para mostrar a outros povos uma solução para o problema do convívio entre tipos étnicos diferentes. (AZEVEDO, 1996, p. 17)

Ele destacou também que:

Para Métraux e os demais idealizadores dos estudos sobre o Brasil, a divulgação de uma experiência como a brasileira, considerada menos dramática do que a americana ou a da África do Sul, tornara-se praticamente uma missão. (AZEVEDO, 1996, p. 17)

No prefácio da obra, escrito em 1996, por Maria Brandão, como o título *Thales de Azevedo e o ciclo de estudo da UNESCO sobre “Relações Raciais” no Brasil*, é realizada uma contextualização histórica do estudo. Tomando como referência pontos destacados nele

fica evidente que o livro *Elites de cor numa cidade brasileira* “ainda se manteria dentro do quadro interpretativo de Donald Pierson”, ao considerar “o preconceito racial basicamente como um mecanismo do sistema de classe” (ibid., p. 16). Do ponto de vista teórico, o estudo realizado por Azevedo pouco inovou em relação ao trabalhado anterior de Pierson, “a quem de fato toma emprestado a tese do Brasil ser uma sociedade multi-racial de classe (afirmação de Antônio Sergio Guimarães)” (ibid., p. 16).

Nesse mesmo prefácio são apontados com destaque os “sinais promissores e evidências irrefutáveis de preconceito e discriminação” (ibid., p. 18), porém interpretados sobre a ótica da estratificação social. A importância histórica do estudo nos quatro estados foi que, “com a experiência da pesquisa, os envolvidos acabaram por contribuir exatamente para reafirmar o mito da democracia racial brasileira” (ibid., p. 18).

Thales de Azevedo (1996, p. 18), no decorrer do estudo, adverte que:

A ideia que não há preconceitos de cor na Bahia é uma afirmação apenas parcialmente verdadeira”. Mas, a imagem é no total positiva: “as facilidades à ascensão social de pessoas de cor tendem a se multiplicar.... a menos que mudanças culturais, sob a influência das novas condições criadas pela industrialização.... Não produza uma modificação sensível no ethos da Bahia...”

Sinalizando também a necessidade de prudência, ao afirmar:

Penso que, por sua natureza e pelo risco de que se venha a modificar para pior, o que não tem nada de impossível nem de remoto, se não estivermos vigilantes, a situação racial brasileira, na Bahia como em São Paulo ou em qualquer outra parte, deve ser tratada com objetividade para que possa ser compreendida no que tem de bom e de mau e, assim compreendida, seja preservada e aperfeiçoada. (AZEVEDO, 1996, p. 18)

O autor evidenciou o papel histórico da Bahia no contexto brasileiro, ressaltando sobre o crescimento da população e a mestiçagem, que para ele seria uma “evidência muito significativa das boas relações inter-raciais da Bahia e a intensidade e a liberdade com que a mestiçagem se processa” (ibid., p. 50). Sendo destacado também que a mestiçagem não era nem proibida nem socialmente desaprovada. A Bahia seria o estado mais brasileiro de todo o país, por sua população ser constituída principalmente da que originalmente povoou o Brasil.

Os baianos, particularmente os dos grupos mais educados, honram-se de suas tradições de tolerância e de liberalismo, sendo considerado o

protótipo do “homem cordial” brasileiro descrito pelo conde de Gobineau como “*três poli, três accueillant, três aimable*” e que um sociólogo brasileiro diz ser um misto de brandura, tolerância e boas maneiras. (AZEVEDO, 1996, p. 47)

Mas, de certa forma, nas entrelinhas, anunciava-se algo que há muito era a expectativa da sociedade brasileira: o branqueamento, sem que fosse apresentado um conjunto de fatores que permitiria outra explicação para tal resultado, como o próprio racismo presente na sociedade baiana, que dificultava o reconhecimento de ser negro. O autor afirmou ter se utilizado dos dados estatísticos da época com o objetivo de evidenciar que, devido à mestiçagem – naquele momento entendida como algo positivo – e a outros fatores sociobiológicos, a população de fenótipo de cor viria sendo gradativamente absorvida no caldeirão étnico e a população branca aumentando em ritmo mais acelerado.

Consta, naquele texto, que a estrutura de classes na Bahia da época ainda não tinha sido descrita nem analisada dentro de uma perspectiva sociológica. O único estudo citado com esse objetivo foi o de Donald Pierson, o qual identificou basicamente dois seguimentos: classes superior e baixa. Deu-se destaque a um aspecto que frequentemente tem sido utilizado por aqueles que são contra as políticas afirmativas, qual seja, a importância do mérito.

O status dos baianos depende do seu nascimento, não há dúvida que a ascensão social processa-se por livre competição de tal maneira que pretos e mestiços, como indivíduos, podem em vista de seu mérito individual ou de circunstâncias favoráveis, melhorar sua condição social e mesmo conseguir uma posição nas camadas “superiores” da sociedade, e esta posição será relativa não somente ao seu grupo de cor, mas a toda comunidade. (AZEVEDO, 1996, p. 68)

Como já citado e fica claro no registro acima, estava difundida, naquele período, a crença de que, independente das questões étnico-racial da sociedade baiana, todos teriam as mesmas oportunidades; a possibilidade de ascensão social só dependeria do mérito de cada um. Nas décadas seguintes, cada vez mais pesquisas e dados estatísticos permitiriam comprovar como o contexto histórico marcado pela ocorrência da escravidão e o formato com que se processou o pós-abolição têm contribuído para o estabelecimento e permanência de desvantagem para os negros brasileiros.

Creemos ser relevante pontuar o processo de segregação, mesmo este não tendo sido tratado pelo referido autor, uma vez que seu foco era afirmar a ideia de convivência harmoniosa entre as raças na Bahia. Todavia, ao detalhar sobre locais de moradia fica explícita a segregação marcante já à época na Bahia.

Para abordar sobre o preconceito de cor na Bahia o autor inicialmente tratou das relações inter-raciais a partir de posições e concepções diversas. Traremos três citações por ele levantadas: de um representante da Frente Negra, em entrevista concedida ao jornal A Tarde de 1932; trecho de um documento do Congresso de Negro de 1949 e trecho de outro documento, “Racismo Idiota”. Nos documentos foram destacadas expressões como: no primeiro, “Que parecer-nos que o problema não existia”; no segundo, “O isolado problema do negro não existe no Brasil” e no terceiro, “nós baianos, temos a respeito opinião invariável”. Com isso, destaca que a “democracia racial brasileira consiste expressamente no repúdio a qualquer manifestação de privilégio em consequência da cor” (ibid., p. 150).

Azevedo classificou a Bahia como uma sociedade multirracial de classe, destacando que não existia nem casta, nem grupos fechados. Desse modo, ele reafirma a democracia racial, a ideia de uma sociedade de convivência harmoniosa entre os diferentes grupos étnicos presentes na sociedade baiana da época.

Outro estudo organizado pela UNESCO que também teve como objetivo fazer uma análise da situação racial do Brasil foi feito por Florestan Fernandes (1965), que realizou a pesquisa em São Paulo. Os resultados desta pesquisa não atenderam à expectativa da UNESCO, ou seja, não confirmaram a visão da inexistência de preconceito racial no Brasil. O autor apresentou ainda o quanto as condições históricas anteriores ao processo de abolição contribuíram para dar continuidade às garantias políticas e privilégios a um único grupo étnico, o branco, e tornaram difícil o processo para os negros, pois envolveram um conjunto complexo de fatores. Desta forma, o estudo de Fernandes foi contrário à ideia da prevalência de uma democracia racial no Brasil.

No livro o *Significado do Protesto Negro* (2017, p. 10) o autor atenta que o projeto da Unesco “envolveu uma abordagem histórica da ‘questão racial’, apanhado conjuntamente as dimensões econômicas, políticas, ideológicas, sociais e culturais da situação do negro na passagem do regime escravista para a ordem social competitiva”. Entre muitos outros aspectos a serem ressaltados na realização da pesquisa, está o processo de inovação pela participação de intelectuais negros paulista nos debates sobre as desigualdades raciais no país.

Para Fernandes, a “emancipação do negro constituía um movimento de autoemancipação”, mas, por outro lado, inicialmente teria se apresentado “como possibilidade histórica a noção de que a discriminação racial poderia desaparecer com a consolidação do capitalismo no Brasil” (FERNANDES, 2017, p. 13). O racismo, pontua, está na sociedade, contudo, não pode ser pensado como algo natural, por se tratar de uma construção histórica.

Por outro lado, a compreensão da categoria “capitalismo dependente” está atrelada à compreensão da própria questão racial no país. Ambas as lutas, de raça e classe, combinadas, teriam, para o autor, um potencial revolucionário.

Nada de isolar raça e classes, [...] a negação do mito da democracia racial no plano prático exige uma estratégia de luta política corajosa, pela qual a fusão de ‘raça’ e ‘classe’ regule a eclosão do Povo na história. (FERNANDES, 2017, p. 15)

Outra análise da situação racial do Brasil foi realizada por Oracy Nogueira (2006), publicada pela primeira vez em 1955, com o título *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem*. Consideramos importante destacar a pesquisa de Nogueira porque o autor fez uma espécie de síntese da relação dos estudos entre o Brasil e UNESCO. Segundo ele, é possível identificar três linhas de estudos que trataram da “situação racial” naquele período.

Na primeira linha incluiu os que davam “ênfases aos estudos do processo de aculturação, preocupados em determinar a contribuição das culturas africanas à formação da cultura brasileira”; na segunda estavam os estudos que deram destaque às pesquisas históricas sobre o processo de “como ingressou o negro na sociedade brasileira” e a terceira era a corrente sociológica que procurou “desvendar o estado atual das relações entre os componentes brancos e de cor” (NOGUEIRA, 2006, p. 287).

Nogueira enquadra seu estudo na terceira linha, inaugurada, segundo ele, pela já citada pesquisa de Donald Pierson. Referenciados em Nogueira, apresentaremos diversas pesquisas realizadas naquele período, pontuando que os estudos com o apoio da UNESCO contribuíram para que diferentes locais do país fossem alvo de investigações sobre a questão racial.

Apesar das pesquisas apresentarem certas diferenças, no geral as obras tinham em comum: a definição da área a ser abrangida; coleta sistemática de acordo com os procedimentos da pesquisa; atenção especial com os dados coletados e, principalmente, o objetivo de fazer comparação da “situação racial brasileira com a de outros países e, em especial, com os Estados Unidos da América do Norte” (ibid., p. 289).

No estudo foram criados dois conceitos. Na falta de expressão mais adequada, o preconceito tal como se apresenta no Brasil foi designado como preconceito de marca, reservando para a modalidade que aparece nos Estados Unidos a designação de preconceito de origem (ibid., p. 291). A expressão preconceito da marca não se constitui uma reformulação da expressão preconceito de cor, que já vinha sendo empregada por outros autores quando se referiam à situação racial brasileira.

Primeiro, é apresentado pelo autor um conceito de preconceito racial, ressaltando que se trata de:

Uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizada, seja devido à aparência, seja devido a todo ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. (NOGUEIRA, 2006, p. 192)

Definido e apresentado o entendimento do autor sobre o conceito que norteou o seu estudo, é importante também, não só para a compreensão de sua pesquisa como para este estudo, a apresentação dos fundamentos que foram estabelecidos na construção dos conceitos no processo de comparação entre a realidade brasileira e a americana.

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca, quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem. (NOGUEIRA, 2006, p. 192)

Nogueira elaborou em dozes pontos os aspectos que diferenciam os conceitos de preconceito que caracterizariam a realidade americana em relação à realidade brasileira. O quadro de referência da realidade brasileira foi composto por situações e exemplos que corroboraram para consolidar a ideia de preconceito racial de marca no Brasil, diferenciando-o do preconceito de origem americano. A metodologia utilizada foi a comparação entre as duas realidades raciais.

A comparação permitiu ao autor apresentar pontos que reafirmaram a ideia que a diferença entre os dois tipos de preconceito, já apresentada por outros pesquisadores brasileiros e americanos, estaria na intensidade. Naquele momento, os pesquisadores não identificaram que o que foi visto por eles como sendo menor intensidade é parte do contexto ideológico do racismo brasileiro.

Se, por um lado, Nogueira ressalta como principal tendência nos estudos patrocinados pela UNESCO a evidência de que não existia tensão racial no Brasil, eles reconheceram a existência de preconceito racial no país. Assim, pela primeira vez, os depoimentos dos cientistas sociais vêm, francamente, ao encontro do e em reforço ao que, com base em sua própria experiência, já anunciavam brasileiros de cor.

Pelo menos um dos pesquisadores do grupo de trabalhos patrocinados pela Unesco admite explicitamente que, entre o Brasil e os Estados Unidos, o preconceito racial difere principalmente em intensidade (cf. Pinto, 1953, pp. 96-97). O ponto de vista defendido na presente comunicação, ao contrário, é o de que, embora tanto nos Estados Unidos como no Brasil não se possa negar a existência de preconceito racial, as diferenças que ocorrem, nas respectivas manifestações, são tais que se impõe o reconhecimento de uma diversidade quanto à natureza. (NOGUEIRA, 2006, p. 291)

Qual o significado da palavra intensidade? Segundo o autor, tende a ser mais intelectual e estético; a intensidade está de acordo como mais ou menos traços negroides. Em termos sociológicos será que é possível medir a intensidade do racismo? Para Nogueira, no Brasil o “problema de cor” depende da intensidade das marcas e da forma como os indivíduos tenham maiores ou menores condições de lidar com as situações, se moldando ou adequando às condições de beleza, elegância, talento, polidez, entre outros que o aproximariam ou afastariam de um padrão.

Se levarmos em consideração que um dos objetivos daquelas pesquisas foi comparar política e metodologicamente as relações raciais da realidade brasileira e norte-americana, a realidade americana, com suas particularidades, assumiu um significado negativo para os estudiosos brasileiros, bem como reforçou a performance ideológica da democracia racial brasileira, no sentido de minimizar seus efeitos.

De certa forma, os autores não observaram nas pesquisas para além das suas realidades cotidianamente vivenciadas, não considerando que questões repercutem historicamente de maneiras diferentes em contextos que têm aspectos semelhantes, neste caso, a ocorrência da escravidão. Ficaram no aparente, no que era visível: o confronto, a segregação ou a convivência harmoniosa. Não levaram em consideração que o que deveria ser registrado era a existência e a permanência do racismo nas sociedades, significando, por tanto, que em ambas um grupo étnico, o branco, tem secularmente garantido poder, privilégio a partir de uma pretensa superioridade em relação ao outro grupo étnico, o povo negro, que, por sua vez, tem sido considerado hierarquicamente inferior e, desta forma, desprovido de direitos e garantias.

Outro estudo importante sobre a discussão do racismo no Brasil foi a pesquisa realizada, em 1995, pelo Instituto de Pesquisa Datafolha, cuja divulgação dos resultados foi publicada no jornal Folha de S. Paulo com o título de *Racismo Cordial – a maior e mais completa pesquisa sobre o preconceito de cor entre os brasileiros*. A pesquisa foi realizada em comemoração aos 300 anos de Zumbi, líder da revolta dos Palmares, que passou a ser a grande referência dos movimentos negros a partir dos anos 1970 no Brasil. Na publicação foi

destacado que o Datafolha encontrou algo simples e previsível: o “Brasil é um país racista contra pessoas negras” (Folha de S. Paulo, 1995, p. 5).

O diferencial em relação a esta pesquisa foi o seguinte:

Pela primeira vez, constatado cientificamente. Números e limites desse racismo foram identificados. Mapearam-se frases e atitudes racistas ou intolerantes contra negros - inclusive dos próprios negros, que também demonstram preconceito contra integrantes de sua etnia. (Folha de S. Paulo, 1995, p. 5)

Na época, a pesquisa pode até ter causado surpresa, mas não deu origem a ações efetivas; apenas confirmou o que já estava naturalizado. Ficou constatado, no entanto, que a pesquisa “resultou em centenas de revelações”. E chama a atenção, logo no início, os três números que dão uma dimensão do quadro levantado. Apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra negros no Brasil, só 10% admitem ter um pouco ou muito preconceito. Entretanto, de forma indireta a pesquisa indicou que 87% dos entrevistados revelaram algum preconceito ao pronunciar ou concordar com enunciados preconceituosos, ou admitir comportamentos de conteúdo racista em relação a negros (Folha de S. Paulo, 1995, p. 11).

Levando em conta os três dados destacados acima, é apresentada uma compreensão do brasileiro em relação ao racismo: os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram preconceito contra negros. Florestan Fernandes, lá nos anos 1960, afirmou que “o brasileiro não evita, mas tem vergonha de ter preconceito”, o que torna possível reafirma as permanências dessas questões relacionadas ao racismo no país. Para o Datafolha, a “imensa maioria dos brasileiros demonstrou ter ou estar inclinado a ter atitudes preconceituosas em relação a pessoas negras, mas quis minimizá-las” (ibid., p. 12).

O Racismo Cordial não significou só o título da pesquisa; está relacionado ao entendimento de que o brasileiro, ao ser questionado sobre ser racista ou ter preconceito, busca responder cordialmente, negando ser racista. Os autores da pesquisa explicam tal atitude dos entrevistados, que de certa forma representavam a opinião dos brasileiros, como uma “demonstração de cordialidade”. A justificativa por tal comportamento seria não ofender ainda mais aquele que se discrimina. Esclarecem, ainda, que identificaram esse racismo cordial, “muitas vezes, embora seus protagonistas tenham tentado ocultá-lo” (ibid., p. 13).

Tomando como referência as ideias de Buarque de Holanda, registra que “a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade. Daremos ao mundo o ‘homem



cordial””. Não significando, contudo, ‘boas maneiras’, ‘civildade’ (ibid., p. 106); seria uma “espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no homem cordial”, características desse tipo brasileiro. Desta forma, a explicação serve de base para os pesquisadores no entendimento sobre a resposta dos brasileiros à pergunta se é racista e sua resposta, cordial, ser a negação.

O segundo ponto de destaque que os pesquisadores apresentaram foi a demonstração do tipo “o negro contra o negro e ideias preconcebidas”, ou seja, que “negros também manifestam algum tipo de preconceito em relação à pessoa de sua etnia”. Ainda que a referida questão já tivesse sido abordada em textos anteriores, pela primeira vez constou no resultado de uma pesquisa.

O estudo apresentou, em relação a essa questão, os seguintes dados. Primeiro, a frase “negro bom é negro de alma branca está total ou parcialmente correta”, dos negros entrevistados 52% responderam afirmativamente. Segundo, quanto à afirmação “as únicas coisas que os negros sabem fazer bem são músicas e esportes” 32% concordaram totalmente e 58% parcialmente. Terceiro, a frase objeto foi o negro quando “não faz besteira na entrada, faz na saída” para a qual 78% dos negros concordaram total ou parcialmente. E quanto à questão da inteligência, 8% dos negros consideraram os brancos mais inteligentes. As justificativas apresentadas pelos pesquisadores em relações a esses resultados consideraram “um caso típico de baixa autoestima e não de racismo propriamente” (Folha de S. Paulo, 1995, p. 26). Algo significativo, no entanto, foi a percepção dos pesquisadores de que os dados “mostram, sobretudo, o grau de enraizamento do racismo na sociedade brasileira, a ponto de os próprios negros repetirem – ainda que de maneira irrefletida – afirmações negativas em relações a si próprios (ibid., p. 27).

Outro ponto a ser destacado é que, no geral, esses estudos privilegiaram análises e situações que tratam basicamente do racismo nas relações interpessoais, ou seja, das mais diversas situações de racismo que se manifestam no âmbito das relações entre indivíduos. Entretanto, em se tratando da realidade americana, sabemos que no final da década de 60 e início da década 70 já era de conhecimento público outra forma de manifestação do racismo, o institucional.

Sigamos, neste ponto, em direção a explicações sobre a ideia de democracia racial. Cabe aqui colocar a pergunta que dá início ao artigo *Depois da democracia racial*, de Guimarães (2006): Afinal, o que é a democracia racial brasileira? Para responder a essa pergunta o autor traça um contexto histórico sociológico desta questão tão cara ao Brasil.

Citando Fernandes (1965), afirma que “depois de denunciado como mito”, passou, na década de 1980, a ser “o principal alvo dos ataques do movimento negro, como sendo uma ideologia racista” (GUIMARÃES, 2006, p. 269).

Guimarães (2006, pag. 269) destaca ainda que:

A princípio, prevaleceu a compreensão de que se tratava realmente de um mito fundador da nacionalidade. Afinal, o Brasil teria sido percebido historicamente como um país onde os brancos tinha uma fraca, ou quase nenhuma, consciência de raça.

É relevante essa especificidade em relação à ideia da democracia racial e da visão dos brancos trazida por Guimarães, que reforça argumentos já levantados anteriormente. Ele chama a atenção também que o “mito, antes de ser uma falsa consciência tem efeitos concretos nas práticas dos indivíduos”. Assim, o mito de democracia racial “não poderia ser interpretado apenas como ‘ilusão’, pois em grande medida fora e ainda é um ideário importante para amainar e coibir preconceito” (GUIMARÃES, 2006, p. 269).

Além disso, esse mito racial brasileiro não seria, para o autor uma simples ideologia. Ele faz parte de um processo de pactuação tácito que integrou os negros, no pós-guerra, à estrutura social de classe brasileira. Para ele, “esse foi um compromisso duplamente limitado: por um lado, incluía apenas os trabalhadores das cidades” e, por outro lado, era relativo a um poder restringido, por “não haver espaço para o reconhecimento de formações étnico-raciais que pretendessem participar do sistema político” (ibid., p. 270), para além dos grupos dominados.

Citamos alguns estudos, mas muitos outros foram realizados sobre a realidade racial brasileira. Porém, chegamos quase ao final século XX ainda com um quadro da invisibilidade do racismo presente nas estruturas do Estado brasileiro e questões históricas a serem resolvidas em relações às questões raciais e ao papel que cumpriu e, de certa forma, ainda cumpri, a democracia racial no Brasil – mesmo com todo o histórico de explicitação, de acordo com os autores abordados.

Somente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, em decorrência da pressão dos movimentos sociais negros, que o governo assumiu publicamente a existência de racismo e desigualdade racial no Brasil. As discussões neste sentido avançaram ainda mais durante a mobilização preparatória para III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, em 2001, sendo colocada em debate

na sociedade a necessidade de viabilização de políticas públicas afirmativas de caráter reparatório e do enfrentamento do racismo institucional.

#### 2.4 PENSANDO A CONTEMPORANEIDADE - RECRUDESCIMENTO DO RACISMO INTERPESSOAL E INVISIBILIDADE DO RACISMO INSTITUCIONAL

Eu digo e repito: “o sistema é racista!”  
Mas aí, eu é quem sou a extremista.  
Se você não perde 1 hora de seu dia  
Pra discutir a importâncias das cotas,  
O quanto o governo quer negros mortos  
E como a redução colabora  
Não desfaça da minha luta,  
E muito menos diga que me vitimizo  
Se Zumbi pensasse como você  
Ninguém aqui tava vivo  
(Trecho da poesia Radicalizando, de Joyce Melo)

Iniciamos a quarta parte com a poesia de uma poetisa que narra sobre temas da atualidade na sociedade brasileira: a reafirmação de que o Brasil é racista, as acusações pejorativas de vitimização dos negros e as lutas e tensões pela inclusão do sistema de cota raciais nas universidades públicas. A partir da poesia, destacamos que durante todo o processo de escravidão, no pós-abolição e durante o século XX os negros aglutinaram de formas significativas, em vários momentos, as mais diversas formas de lutas: os jornais organizados ainda durante a abolição, agremiações, clubes recreativos, a Frente Negra, o Teatro Experimental Negro e as centenas de movimentos sociais negros na contemporaneidade que se mantêm em lutas constantes.

Fernandes (2017) faz todo um traçado histórico do protesto negro. Inicialmente pontua que os extremos marcaram as relações do negro com a ordem racial existente, mas a ordem muda. Ao longo dos tempos, foram implementadas distintas formas de lutas em diferentes momentos históricos. O pós-abolição, por volta de 1920, e na contemporaneidade, mais ou menos da década de 1970, são de certa forma referências para esse novo momento no processo de luta do povo negro.

Além disso, para ele:

O negro não pode ser excluído de tais transformações dos padrões de relação raciais, com os quais uma parte da população negra sempre esteve em tensão consciente, embora não tenha conseguido derrotar a

assimetria nas relações raciais, as iniquidades raciais e as desigualdades raciais que tentou destruir. (FERNANDES, 2017, p. 55)

Um outro aspecto marcante neste contexto é que:

O negro entrou na corrente histórica e interrogava-se por que o imigrante tivera êxito e a massa negra continuava relegada a uma condição inferior e iníqua. Surgem, assim, as primeiras sondagens espontâneas do “meio negro”, feitas por intelectuais negros, e os primeiros desmascaramentos contundentes. O “preconceito de cor” entra em cena, na consciência social negra, como uma formação histórica. (FERNANDES, 2017, p. 58)

A partir de suas elaborações, vai ficando evidente o processo inicial de enfrentamento das lutas, e como o negro avança na compreensão das iniquidades vividas. Destaca, além disso, o que chamou de duas repulsas elementares dessa população: a de “conformar-se com as condições de vida imperantes e a de conformar-se com as ideias simplistas de que o negro tinha aberto diante de si a estrada que lhe concederia a cidadania e tudo o que pudesse conquistar através dela” (ibid., p. 58).

O que é fantástico nesse processo e que vai tomando forma é essa repulsa, um inconformismo que acabou originando a “crítica do preconceito e a condenação de discriminações” (FERNANDES, 1965, p. 58). Se o preconceito e a discriminação possuíam a mesma origem histórica e desempenhavam funções complementares, eles reforçavam a dominação racial dos brancos e a compulsão social de manter o negro em seu lugar. Logo, de conjurar qualquer possibilidade de rebelião racial.

Entretanto, os negros reagem e vão à luta através das várias associações, entidades negras e os movimentos sociais. Tem destaque a Frente Negra (FN), criada no estado de São Paulo, em novembro de 1931, que logo conseguiu se aliar a outros grupos e se espalhou para outros estados. A Frente Negra teve como missão principal motivar os negros ao ingresso na escola, à conquista da educação em todos os níveis, inclusive o superior, e para todos. Como na época a educação não era acessível, foram criadas pela FN escolas para alfabetização de crianças, jovens e adultos. A FN também teve objetivos políticos, a luta contra o preconceito e a intenção de se transformar em partido político. Por outro lado, pregava um padrão de comportamento que o povo negro deveria ter. Com a instalação da ditadura do Estado Novo do governo Vargas, em 1937, assim como ocorreu a outros partidos e organizações a Frente Negra foi extinta.

Outro movimento marcante foi o Teatro Experimental Negro (TEN), fundado pelo militante político Abdias do Nascimento que também participou da FN. O TEN foi criado em 1945, em decorrência de um novo momento político do Brasil, o período democrático. Foi criado com o propósito de lutar contra a discriminação racial e, principalmente, formar autores negros na área do teatro e dramaturgia, tendo também a intenção de divulgar as tradições culturais negras. O TEN foi o responsável pela organização do evento de âmbito nacional de discussão sobre as questões raciais no Brasil, a Convenção Nacional do Negro Brasileiro, em 1949, e do 1º Congresso Negro Brasileiro, em 1950.

Nesse contexto também foi idealizada uma política pública com o objetivo de atender especificamente aos negros e pardos, segundo Nascimento, pensada pela primeira vez no Brasil na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, quando foi proposta pela Convenção a inclusão de políticas públicas para a população negra. Estas seriam medidas afirmativas de combate à discriminação e um dispositivo constitucional definindo a discriminação racial como crime de lesa-pátria. Entretanto, não obteve o êxito esperado.

Mas, na década de 50, diante da forte pressão dos militantes negros, o Congresso aprovou, em 1951, uma lei elaborada e assinada pelo deputado Afonso Arinos. A Lei Afonso Arinos, nº 1390/51 de 3 de julho de 1951, afirmava que qualquer restrição do acesso de alguém a serviços, educação e empregos públicos por causa da cor da pele era crime de contravenção. A referida lei não surtiu nenhum efeito no combate ao preconceito racial e ninguém nunca foi condenado com base nela.

A partir da década de 1970 o movimento negro entra em cena com mais força no cenário dos movimentos sociais e político brasileiro. É importante registrar que, na verdade, os movimentos negros nunca saíram de cena. Por pressão desses movimentos e da presença de intelectuais, inclusive intelectuais negros, com novas abordagens destas questões, o Estado é pressionado cada vez mais a discutir estratégias para combater o racismo. Lembramos ainda que a década de 70, na história do Brasil, é época do ressurgimento e da visibilidade de outros movimentos sociais, tempo de lutas contra o regime instituído pelo golpe militar.

Segundo Cardoso (2006) “o ano de 1978 foi um divisor de águas para o movimento negro porque revelou à sociedade um novo negro”<sup>14</sup>. Segundo o autor é, portanto, um divisor de águas também para a sociedade, referindo-se à criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR, ou simplesmente MNU), que foi oficializado em

---

<sup>14</sup> <https://www.geledes.org.br/artigo-hamilton-cardoso/>.

7 de julho de 1978, em São Paulo, durante a realização de um protesto na frente do Teatro Municipal.

O MNU tinha como um dos propósitos políticos ampliar a contestação da ideia de que o Brasil era uma democracia racial. Esses militantes, em certa medida, foram influenciados pelo movimento negro americano da luta pelos direitos civis, como o movimento Black Power, dos Panteras Negras, o *Civil Rights* e as ideias de Martin Luther King. Ademais, nas décadas de 70 e 80 a sociedade brasileira vivenciava um momento conjuntural complexo com o “esgarçamento” da ditadura militar. Em paralelo, o movimento negro teve que tratar politicamente de outro aspecto ideológico.

Notícias publicadas recentemente em revista de circulação nacional referenciadas em documentos do período da ditadura militar dão conta que durante os governos militares, no Brasil, ocorreu vigilância constante em relação à formação do MNU. A Bahia é citada com destaque, ficando evidente que a vigilância do governo incluía inclusive os blocos carnavalescos afros. Com elementos infiltrados nos mais diversos eventos do MNU, os militares acompanhavam as ações dos militantes em debates de temas como a “tão falada democracia racial não passa de um mito”, ou “que o racismo no Brasil é pior do que no exterior, porque é sutil e velado” (ISTO É, 2016, p. 30). No texto está registrado que os militares tinham receio de que as lutas encaminhadas pelo movimento contra as desigualdades raciais pudessem levar à situação semelhante à realidade americana, como a ação dos Panteras Negras, e que se voltassem contra o governo.

Naquele período, quase completando um século da abolição, a sociedade brasileira já contava com informações resultantes de pesquisas, bem como dados que, em certa medida, há algumas décadas já mobilizavam as lideranças negras em relação às lutas raciais em confrontos com as lutas de classe.

Albuquerque e Fraga (2006, p. 290), analisado o MNU e a esquerda brasileira, destacam:

A questão racial também não encontrava lugar nas organizações de esquerda. Para maioria delas, a desigualdade e o preconceito raciais eram decorrentes da exploração da classe dominante no sistema capitalista.

Ressaltando ainda que:

Para a esquerda, só a revolução socialista poderia aniquilar toda e qualquer desigualdade, por isso não fazia sentido uma luta específica contra o racismo. Ao eliminar a desigualdade social, automaticamente se eliminaria a desigualdade racial – era assim que a maioria da esquerda pensava. (ALBUQUERQUE e FRAGA, 2006, p. 290)

Se, por um lado, a formação do MNU foi um marco para os seguimentos negros e a sociedade de um modo geral, por outro, não podemos deixar de registrar a importância, a partir de 1978, deste movimento passar a considerar o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. Mais tarde, na década de 80, passou a ser tradicional a realização de manifestações e caravanas de todo o Brasil para a Serra da Barriga, em Alagoas, onde em parte do século XVII esteve organizado o Quilombo dos Palmares.

Outro momento histórico, não só para os movimentos negros como para os movimentos sociais em geral e para o país, foi a instalação da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, com a realização de amplos debates com o objetivo de garantir o restabelecimento da democracia. Mas, mesmo como as mobilizações do MNU e de outros movimentos negros, a Constituição de 1988 não garantiu maiores avanços. A principal conquista foi à aprovação da Lei Caó, Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que definiu como crimes situações resultantes de preconceito de raça e cor.

Mesmo com todas as lutas, os ganhos com o objetivo de viabilizar amplas políticas que pudessem garantir melhorias sociais para todos os seguimentos e não para seguimentos que historicamente vêm mantendo privilégios não ocorreram. Desta forma e visando assegurar a redução das desigualdades sociais e raciais, os movimentos negros organizaram e realizaram, em 1995, uma grande marcha, denominada Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em comemoração aos 300 anos de morte de Zumbi. A marcha seguiu rumo à Brasília, e no 20 de novembro de 1995 foi realizada grande manifestação e entrega de pauta de reivindicações ao representante do governo na época. Na oportunidade, a gestão federal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) respondeu com a criação do Decreto da Presidência da República de 20 de novembro de 1995, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras providências.

A realização da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, bem como a afirmação e o reconhecimento por parte do presidente FHC de que o Brasil é um país racista, não implicou em ações significativas. Contudo, a perspectiva de realização

de uma conferência de âmbito mundial contra o racismo mais uma vez mobilizou a sociedade brasileira, principalmente os movimentos sociais negros, durante o processo preparatório III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul, em 11 de setembro de 2001, o Brasil participou com umas das maiores delegações.

O Brasil é signatário da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, que foi elaborada e adotada pelas Nações Unidas em 21 de dezembro de 1965, sendo que o país só ratificou em 27 de março de 1968. Mesmo sendo signatário da convenção e tendo participado das duas Conferências Contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação e dos mais diversos eventos internacionais contra a discriminação racial, em muitos desses eventos a participação do Brasil foi marcada por tensões. Isso por conta da prevalência, por muito tempo e por parte das autoridades brasileira e dos intelectuais, da defesa da ideia de democracia racial. Mesmo que esses diversos eventos nacionais e internacionais que ocorreram ao longo do século XX contassem com a participação de representantes de movimentos sociais negros, realizando denúncias contra esse ideário.

Nascimento, em pronunciamento de abertura da Plenária Brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, já retratava esse contexto histórico ao afirmar que:

Houve um tempo em que a denúncia do racismo brasileiro parecia coisa de maluco. Quando organizamos o Congresso Afro-Campineiro em 1938, o Teatro Experimental do Negro em 1944, a Convenção Nacional do Negro em 1945-1946, o 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950, em 1950, éramos poucos e a elite branca nos tratava com desdém. (NASCIMENTO, 2019, p. 358)

Desta forma, a realização da III Conferência Contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação foi um marco com relação aos compromissos que os países participantes, em especial o governo brasileiro, tiveram que assumir pós-conferência, com destaque para a definição de um Plano de Ação e do período para sua realização. Segundo Carneiro (2002), “o Plano de Ação apresenta vários parágrafos que instam os Estados à adoção de políticas públicas nas diversas áreas sociais voltadas para a promoção social dos afrodescendentes”.

Ainda conforme a autora:

o seu parágrafo 176, tendo por base as metas internacionais de desenvolvimento acordadas nas Conferências da ONU da década de 1990, estabelece um marco temporal de até 2015 para que aquelas metas sejam alcançadas, ‘com o fim de superar de forma significativa



a defasagem existente nas condições de vida com que se defrontam as vítimas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das formas conexas de intolerância (...). (CARNEIRO, 2002, p. 213)

Na realidade brasileira, apesar das conquistas, inclusive no que diz respeito à afirmação de uma identidade negra positiva, os movimentos negros não garantiram a viabilização de políticas públicas de forma ampla até o final de século XX. As iniciativas que ocorrem foram isoladas e pontuais. A necessidade da implantação de políticas públicas deveria funcionar como uma das respostas à derrota do projeto político aprovado durante a abolição que não contemplaram as demandas dos ex-escravizados. O projeto de nação que foi sendo consolidado na república se deu com a permanência do mito da democracia racial e de questões históricas de antes e do pós-abolição, conforme já sinalizado.

Não só na Bahia como em todo Brasil, nas últimas décadas do século XX, os movimentos negros, grupos organizados, blocos carnavalescos afros têm implementado lutas por uma identidade positiva do povo negro. Suas práticas fazem parte do processo de resgate e afirmação da identidade dos afro-brasileiros, no país mais negro fora da África.

Mesmo assim, a sociedade brasileira tem resistido à adoção de política pública específica para população negra. As políticas afirmativas que foram utilizadas pela primeira vez no Brasil de forma efetiva chegaram muito tardiamente, e só foram implementadas devido às mobilizações dos movimentos negros organizados e aos compromissos internacionais assumidos pelo governo brasileiro de promover ações contra discriminação racial e pela igualdade nas diversas conferências mundiais, principalmente a partir da III Conferência Mundial Contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação.

A dificuldade de acesso à educação, em especial ao ensino superior, tem sido utilizada pelo seguimento e movimentos negros como uma das evidências do racismo presente na sociedade brasileira. Segundo os dados de 1997, antes de implantação do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) só 2,2% de pretos tinham acesso às universidades. Comparando estes aos números de 2013 ocorreram mudanças, mas ainda não tão significativas, uma vez que agora são 10%. Os negros já somam mais de 50% da população brasileira no mesmo período.

Assim, a aprovação da Lei de nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Base de Educação e estabeleceu a inclusão no currículo da Rede Oficial de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, acirrou ainda mais os debates na sociedade brasileira na luta por garantia de oportunidades iguais para os negros. A aprovação da lei foi extremamente importante. Por um lado, porque contribuiu para o

avanço na longa caminhada histórica de reconhecimento e resgate da contribuição dos povos africanos na formação do Brasil. Por outro, evidenciou que mesmo com uma efetiva produção de estudos, em diversas áreas do conhecimento, sobre a África e as relações étnico-raciais, o sistema de ensino brasileiro teve e ainda tem dificuldade para implementar a lei.

Mesmo com a realização de cursos e de produção de material sobre a História da África e Cultura Afrodescendente, na conclusão da dissertação desta autora verificamos necessidades tais como: da efetiva colaboração das universidades na formação continuada dos professores em temas relacionados às questões da História da África e Cultura dos Afrodescendentes; da inclusão de disciplina sobre História da África e Cultura dos Afrodescendentes na grade curricular de todos os cursos de graduação, e não só no curso de História, e do acompanhamento, por parte da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, do cumprimento do que está previsto na Lei 10.639/03 nas unidades de ensino,

Além da Lei 10.639/03, no mesmo ano 2003 foram criadas as Secretaria Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria da Reparação pela Prefeitura Municipal de Salvador. Através de Decreto no. 4886, de 20 de novembro de 2003, foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Em 2004, foi criado o Programa Brasil Quilombola, e, por meio da Lei 12.288 de julho de 2010, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial. Três anos depois, em 06 de fevereiro de 2015, foi instalada a Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil – OAB Nacional, e em 28 de agosto daquele ano a Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil – OAB Bahia. Somente no ano de 2019, no dia 29 de maio, que a Câmara de Vereadores de Salvador aprovou o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa.

O processo de debate e de implantação da política de cotas foi um desses momentos nos quais a sociedade brasileira demonstrou, mais uma vez, concretamente, o seu racismo. Foram utilizadas as mais diversas justificativas contrárias, desde argumentações sobre a questão do mérito até a explicação de que as cotas colocariam em risco a harmonia característica do Brasil. Ainda que tardiamente e em decorrência do compromisso assumido pelo governo brasileiro após a Conferência de Durban, e apesar da conjuntura que não propiciava tais medidas, no final do governo FHC e início do governo Luís Inácio Lula foi colocado em prática políticas públicas afirmativas, a política de cotas, com o objetivo de assegurar reservas de vagas para alunos pretos e pardos nas universidades públicas. Em 2002 essa política foi implementada nas universidades do Rio de Janeiro e da Bahia.

Esta foi e continua sendo uma política pública marcada pelas tensões, devido à ideia de democracia racial historicamente prevalecente na sociedade brasileira, apesar de toda uma luta histórica travado pelos movimentos negros e à crença na meritocracia, que de certa forma só tem contribuído para assegurar privilégio a um grupo em relação aos demais. Um dos momentos emblemáticos se deu em 2012, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a ação de inconstitucionalidade do sistema de cotas de acesso às universidades públicas impetrada pelo partido Democrata (DEM), tornando-o constitucional, em debate dos juízes transmitido pela televisão. Assegurada sua constitucionalidade em 29 de agosto de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.711/2012, Lei das Cotas nas Universidades, que assegurou o acesso para os diferentes grupos, conforme a lei.

Consideramos a instituição do sistema de cotas na universidade pública uma política afirmativa de fundamental importância, uma grande conquista para o povo negro. A política de cotas garantiu que a diversidade étnica que marca a sociedade brasileira passasse a estar presente também nas universidades. Contudo, é preciso avançar ainda mais. Neste sentido, a luta precisa continuar. E a luta tem continuado, no momento, para que possam ser asseguradas cotas também nos programas de pós-graduação. Porque a implantação das cotas tanto na pós-graduação como no sistema de concurso público poderá contribuir com a possibilidade de a população negra brasileira atingir outro patamar, ou seja, ampliar seu espaço de produção do conhecimento. Situação que, de certa forma, já vem ocorrendo, pois é cada maior o número de negros não só a acessar a pós-graduação como a produzir estudos nas áreas étnico-raciais.

Retomemos as questões que orientam a elaboração desta parte, que versa sobre a permanência da ideia de uma democracia racial no Brasil – conforme foi identificado pelo conjunto de autores citados, tantos os que realizaram pesquisas sob a orientação da UNESCO como outros que realizaram estudos independentes e militantes. Apesar do entendimento da superação desse ideário, a partir da admissão, na sociedade brasileira, do seu racismo, a sua forma de ação continua a permear todas as estruturas sociais. Além disso, obstaculizou a percepção de que o racismo não tem apenas um caráter interpessoal, mas também está presente nas relações institucionais, quando no processo de prestação de serviço e de atendimento à população negra – a exemplo do aparato escolar, do sistema de saúde e da segurança pública, onde fica evidente sob as mais diversas formas de negação da dignidade das pessoas negras.

Tais obstáculos concretizados através do racismo manifesto têm sido historicamente tão determinantes que, a despeito de todas as lutas que têm marcado a trajetória do povo negro

no Brasil e, em tempos mais recentes, de todo processo de luta do MNU, só a partir da mobilização para participação na III Conferência de Durban passou a ser travado um debate mais efetivo sobre o racismo presente nas estruturas do Estado brasileiro. Somente na primeira década do século XXI setores públicos, como o da saúde, passaram a ser confrontados por seguimentos da sociedade pela prática de racismo institucional. No país, na maioria das vezes, só reconhecemos o racismo interpessoal, o que conseqüentemente tem reafirmado, ao longo da nossa história, que as desigualdades são resultantes das questões sociais.

Telles (2006) destaca em sua pesquisa realizada no Brasil que práticas sutis individuais e institucionais são comumente caracterizadas como racismo institucional. Na realidade brasileira, tais práticas derivam da forma de pensar que naturaliza a hierarquia racial e causam mais danos do que os menos comuns e mais divulgados insultos raciais. Citando Winant e se utilizando de um dito popular, afirma que no Brasil “todos sabem seu lugar”.

O racismo institucional, segundo Jones (1976), pode ser definido como as práticas, as leis e os costumes estabelecidos que sistematicamente refletem e provocam desigualdades raciais na sociedade norte-americana. O autor destaca também que esse tipo de racismo pode ser manifesto, oculto, intencional. Ressalta ainda que tanto as formas manifestas quanto as ocultas são intencionais. Em sua análise, procurou observar o racismo institucional nos âmbitos do racismo institucional econômico, racismo institucional na educação e racismo institucional na justiça. Além disso, identifica na realidade americana os três tipos de racismo: individual, institucional e cultural.

Importante a ser destacado para o presente estudo é o histórico do aparecimento deste conceito na realidade americana que, segundo Jones, toma corpo no que identifica de “acusação ao racismo branco, feito pela Comissão Kerner”, que “vai além do nível de racismo individual para chegar ao racismo institucional, mais geral, mais insidioso e mais debilitante” (JONES, 1976, p. 04).

Citando Carmichael Hamilton e tomando como referência exemplos de situações concretas por ele destacadas, afirma que este identificou a representação de um dos dois sentidos do racismo institucional como sendo “a manipulação consciente de instituições, a fim de atingir objetivos racistas” (JONES, 1976, p. 05). Com isso, as instituições racistas são apenas extensões do pensamento racista individual. Entretanto, somos contrários ao entendimento do autor, por considerarmos que o racismo institucional e o individual se retroalimentam, têm em comum a desumanização do povo negro. Ressaltamos aqui, para

aprofundar e ampliar a compreensão do debate, a importância de pensar o racismo em termos estruturais.

López (2012) registra que também na Inglaterra o conceito de racismo institucional passou a ser utilizado a partir dos anos 80 do século XX. Citando Silva, ressalta que tal situação ocorreu como consequência da presença, naquele país, de imigrantes descendentes de africanos e caribenhos, “do empoderamento da população negra e da ineficiência do poder judiciário em responder de forma adequada às demandas dessa população” (LÓPEZ, 2012, p. 127). Um fato vai motivar, na década de noventa, uma mobilização por parte de instituições de combate ao racismo na Comissão para Igualdade Racial (Commission for Racial Equality – CRE), no referido país.

Uma sentença judicial sobre o assassinato, em 1993, de um jovem negro - Stephen Lawrence - por um grupo racista branco deu origem a um amplo debate sobre racismo na sociedade inglesa, a partir de um fato concreto que envolveu não só a comunidade negra como também uma instituição pública, o Serviço de Polícia Metropolitana (Metropolitan Police Service - MPS). (LÓPEZ, 2012, p. 128)

No Brasil, conforme consta no documento sobre o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), a preparação para III Conferência de Durban, em 2001, e a realização de debates por parte da sociedade civil brasileira criou condições para o estabelecimento de convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a agência Britânica para o Desenvolvimento Internacional (DFID) visando a estruturação do programa. Desse modo, passou a ser organizado e desenvolvido a partir daquele momento um conjunto de atividades que culminou na elaboração do PCRI.

O Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) nasceu durante o processo de organização da comitiva brasileira para a III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada pelas Nações Unidas em Durban, África do Sul, no ano de 2001. (PCRI, 2003, p. 13)

Vale ressaltar que:

Naquele momento, a significativa participação da sociedade civil e do governo brasileiro na Conferência ampliou o debate público sobre a questão racial e intensificou as discussões sobre como o setor público poderia estabelecer compromissos mais efetivos e continuados de combate ao racismo e às desigualdades socioraciais. (PCRI, 2003, p. 14)

Em decorrência do convênio com o DFID e PNUD, o conceito que foi inicialmente adotado e orientou as discussões, principalmente na área da saúde, foi o de racismo institucional, como “o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, cultura, origem racial ou étnica” (ibid., p. 15). Como motivação política para o uso de um conceito derivado de um contexto histórico e cultural tão diferente, foi dada a seguinte explicação: “apesar das diferenças entre a política racial dos contextos britânico e brasileiro, o conceito se mostrou extremamente útil, posto que aqui, até bem pouco tempo, o racismo era negado de forma sistemática” (ibid., p. 15).

Justificou-se a importância da adoção e formalização do PCRI a partir do uso do referido conceito o fato de o racismo institucional

Se manifestar em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racista. (PCRI, 2003, p. 15)

Sendo destacado também que:

Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos racistas ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (PCRI, 2003, p. 15)

Argumentamos, referenciados na discussão travada até momento, que não se trata apenas de um fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, mas do racismo ser estrutural e estruturante da sociedade brasileira. No país, mesmo que tardiamente, um conjunto de políticas públicas de caráter afirmativa e reparadora, ou seja, com a perspectiva de cumprir um papel histórico, foi implantado. Mesmo assim, tais políticas ainda não têm repercutido de forma generalizada, no sentido de alterar a dinâmica das relações raciais no âmbito das instituições nesta sociedade.

Ainda é possível afirmar que aqui o racismo interpessoal e, principalmente, o institucional continuam invisíveis. E que, mesmo com todas as evidências e manifestações dos movimentos negros e pesquisadores, a ideia de democracia racial permanece e cotidianamente dissimula as tensões existentes entre os seguimentos brancos e negros que compõem a sociedade brasileira. Na contemporaneidade, dentre outras formas, o racismo tem se manifestado através dos altos índices de mortes de jovens negros, tanto decorrentes de

assassinatos praticados por operadores do sistema como resultante dos linchamentos realizados por populares.

Se foi na área da Saúde onde o PCRI mais obteve avanços, o mesmo não pode ser afirmado sobre as áreas da Segurança e da Justiça. Nessas áreas, de certo modo, ainda podemos identificar as influências das ideias das teorias raciais. Ainda que, segundo Adorno (1996), exista um amplo conjunto de estudos cujos resultados indicam que não existe diferença entre o potencial para a prática do crime violento na comparação entre negros e brancos. Esses mesmos estudos, indicam o autor, permitem constatar, paradoxalmente, que mesmo assim os réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, revelam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e maiores dificuldades de usufruir o direito de ampla defesa, conforme as normas constitucionais.

Se, por um lado, podemos afirmar que o racismo institucional pode ser uma explicação para a permanência histórica deste contexto, por outro, na realidade brasileira há a necessidade de um enfrentamento para além apenas do âmbito institucional, mas também do racismo interpessoal e estrutural. Quanto ao racismo interpessoal, neste estudo, é entendido como resultante de uma ação ou atitude racista nas relações entre indivíduos, inclusive em alguns momentos reproduzidos entre os próprios negros, como será abordado no quarto capítulo.

Consideramos importante destacar o posicionamento de Almeida (2018, p. 28), que identifica esta concepção de racismo como individualista, definindo-o como:

uma espécie de “patologia”. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou ainda, a uma “irracionalidade”, a ser combatida no campo jurídico.

O autor atenta também para a fragilidade e a limitação deste conceito, no sentido de ser utilizado dentro de uma perspectiva mais geral de compressão do racismo, destacando a necessidade de olharmos para o racismo para além dos “aspectos meramente comportamentais”. Quando, continua ele, as “maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados ‘homens de bens’” (ibid., p. 29).

Apesar da limitação do conceito utilizado como referência na implementação do PCRI no Brasil, concordamos com Almeida que a percepção do racismo “institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais”. Ele ultrapassa a percepção do fenômeno apenas como comportamento individual, e passa a ser visto também

“como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagem e privilégio a parti da raça” (ibid., p. 33).

Almeida, referenciado nas ideias e obra de Charles V, Hamilton e Kwame Ture (Stokely Carmichael), destaca ainda que uma importante separação entre essas duas concepções de racismo, o individual e o institucional, é que o racismo individual corresponde a “indivíduos brancos agindo contra indivíduos negros”, e o racismo institucional se manifesta nos “atos de toda a comunidade branca contra a comunidade negra” (ibid., p. 28). Ainda embasado nos autores citados, Almeida ressalta que, em relação ao racismo individual, o racismo institucional é “menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos dos indivíduos específicos que cometem os atos”. Porém, de forma contundente afirma que o racismo institucional “não é menos destrutivo da vida humana” (ibid. p. 33).

Em acordo com Almeida (2018), Oliveira (2016, p. 33) constata os limites da ação institucional ao afirmar que:

Alguns dados demonstram que, a despeito dos avanços institucionais, o problema do combate ao racismo ainda é marginal e estrutural do Estado brasileiro. No caso das conferências participativas, por exemplo, as de igualdade racial são as que menos têm suas resoluções incorporadas na agenda oficial do governo.

Assim, a partir de mais um episódio de demonstração do racismo no Brasil, ocorrido durante a realização de uma partida de futebol no dia 29 de agosto de 2014, em Porto Alegre, a ONU afirma, através de relatório publicado em 12 de setembro de 2014, em Genebra, a constatação do reconhecimento de que o racismo neste país é estrutural e institucionalizado, conforme citação a seguir. Posicionamento completamente diferente das tentativas feitas há mais de 80 anos pela UNESCO, através das pesquisas apresentadas nas seções anteriores e que tentaram mostrar o Brasil como exemplo de democracia racial.

GENEBRA - O racismo no Brasil é “estrutural e institucionalizado” e “permeia todas as áreas da vida”. A conclusão é da Organização das Nações Unidas (ONU), que publicou nesta sexta feira, 12, seu informe sobre a situação da discriminação racial no País. No documento, os peritos concluem que o “mito da democracia racial” ainda existe na sociedade brasileira e que parte substancial dela ainda “nega a existência do racismo”.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup><http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,racismo-e-estrutural-e-institucionalizado-no-brasil-diz-a-onu,1559036>.



Posicionamento nessa linha já havia sido pontuado pelos peritos da ONU no relatório resultante de visita realizada entre 04 e 14 de dezembro de 2013, donde se lê que:

os negros no País são os que mais são assassinados, são os que têm menor escolaridade, menores salários, maior taxa de desemprego, menor acesso à saúde, são os que morrem mais cedo e têm a menor participação no Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, são os que mais lotam as prisões e os que menos ocupam postos nos governos.<sup>16</sup>

Sobre o posicionamento emitido pela ONU, concordamos no tocante ao significado positivo em relação à tomada de conhecimento e à implantação do PCRI, apesar das críticas necessárias em relação ao conceito de racismo institucional utilizado no programa. Além da constatação do peso histórico ainda marcante da ideia de democracia racial presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, reafirmamos, como sinalizado por Almeida (2018), que “algumas questões ainda persistem”. Na verdade, consideramos importante ultrapassar essa afirmativa e reforçar que muitas questões permanecem mesmo que com novas roupagens. Assim, não só o racismo interpessoal, individual, nem só o institucional dá conta da complexidade do racismo nesta realidade; estes são parte de um racismo que é estrutural e estruturante na sociedade brasileira. Destacamos, assim, duas formas de compreensões do racismo estrutural, que se complementam.

Oliveira (2016, p. 36) constata que o racismo estruturante é:

O racismo como elemento estruturante das divisões de classe, uma vez que o processo transitório do modo de produção do escravismo colonial para o capitalismo aconteceu sem rupturas e protagonizado pelas mesmas elites dirigentes do período anterior.

Almeida (2018, p. 38), de forma sintética, apresenta uma complexa dimensão conceitual do que é racismo estrutural, afirmado que:

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

---

<sup>16</sup><http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,racismo-e-estrutural-e-institucionalizado-no-brasil-diz-a-onu,1559036>.

Em suas distintas compreensões sobre o racismo estrutural, Oliveira (2016) destaca o racismo como estruturante das divisões de classe e, principalmente, como um processo de continuidade entre o escravismo colonial e o capitalismo, atentando particularmente para a relação de continuísmo histórico das elites dirigentes. Já Almeida (2018) destaca que o racismo é decorrente da estrutura social e, por isso, perpassa todos os feixes de relações. Reafirma que não se trata apenas de uma patologia social, uma falha institucional ou individual, e sim de “uma regra”, um traço marcante das relações estabelecidas pelo povo brasileiro.

Segundo Moore (2012), por ser o racismo uma forma de consciência historicamente determinada ele é fundamentalmente transversal, ou seja, atravessa todos os seguimentos da sociedade e todas as formas de organização, tantos os partidos políticos como as religiões e as ideologias. Então, quais as questões do racismo na contemporaneidade? Como enfrentá-lo? Ianni (2004), no início do século XXI, abordava sobre um processo de racialização do mundo.

Moore (2012, p. 232) coloca em questão um aspecto de extrema importância para a compreensão do racismo no contexto atual ao afirmar que, como se acreditava, longe de recuar diante da educação e da ciência:

e em vez de ser contido pelo acúmulo crescente de conhecimentos, o racismo adentra-se na ciência e converte em modo de educação. Destacando também que o racismo ressurgiu mais científico, “mais refinado” e crescentemente, mais “cordial” e “educado”.

Citando Césaire, constata que, desta forma, o racismo evolui constantemente. Sendo assim, como enfrentá-lo hoje? Carneiro (2016, p. 20) ressalta que a geração atual terá que engendrar novas formas de luta e de organização política para fazer frente a essa radicalização do conflito racial que parece se anunciar. Já Moore (2012, p. 232) destaca e reafirma que a necessidade da luta “permanente e multifacetada contra o racismo, nas suas formas estruturais e sistêmicas, no imaginário social, e nas suas formulações ideológicas, se faz necessário em nível planetário”.

A afirmação do etnólogo Moore quanto à necessidade de uma luta mais ampla possível, no nível planetário, contra o racismo soa estranha, absurda, mas faz sentido diante da dimensão histórica do racismo, da dimensão política do problema no mundo e particularmente no Brasil. Davis (2018), como já ressaltado, tratando da realidade americana, destaca a necessidade de termos uma “maneira de fala sobre o racismo”. “Sinalizando que desta forma poderão contribuir para o entendimento do alcance global de nossas lutas”

(DAVIS, 2018, p. 87). Neste sentido, aproximamo-nos do fechamento do capítulo com uma constatação de Almeida (2018, p. 162): “A busca por uma nova economia e por formas alternativas de organizações é tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidas como parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade que se quer transformar”.

É patente a necessidade de irmos além no processo de debate, discussão e construção de uma outra sociedade, com equidade em relação ao povo negro. Para tanto, lembramos que em 2007, como parte das atividades em comemoração ao 20 de novembro, o Fórum de Entidades Negras teve “O Povo Negro no Poder” como tema da 7ª Caminhada da Liberdade – ato que tem sido promovido sistematicamente, nos últimos 20 anos, pelos movimentos sociais negros, em especial os blocos afros. Em 2019, durante a pesquisa, identificamos duas pichações em edificações da cidade relacionadas ao tema “Povo Preto no Poder”. Citamos, por fim, duas outras abordagens que tratam do tema: a questão do quilombismo, difundida por Abdias do Nascimento, e o Poder Negro, a partir do entendimento de Carmichael.

Falar sobre o quilombismo nos traz a recordação da importância histórica dos quilombos enquanto uma forma de luta e resistência, cujo destaque é dado ao quilombo de Palmares, mas houve inúmeros outros por todo o país. Nascimento aciona outra memória ao tratar do tema, que é a de um folheto dos “90 Anos da Abolição”, no qual o compositor Candeia, da Escola de Samba Quilombo, ressaltou: “foi através dos Quilombos, e não do movimento abolicionista, que se desenvolveu a luta dos negros contra a escravatura” (NASCIMENTO, 2019, p. 284). Afirma, então, que se deve compreender o quilombismo em relação ao “conceito que define o ser humano como o seu objeto e sujeito científico, dentro de uma concepção de mundo e de existência na qual a ciência constitui uma entre outras vias do conhecimento” (ibid., p. 291).

Quanto à abordagem Poder Negro, a partir do entendimento de Carmichael, militante norte-americano praticante do movimento dos Panteras Negras, citamos as palavras de Frederick Douglas, também negro e atuante: “os limites dos tiranos são determinados pela paciência dos que eles oprimem” (2018, p. 42). Carmichael se utiliza desse posicionamento para ressaltar que “o Poder Negro significa que a população negra se considera como parte de uma nova força, as vezes chamada terceiro mundo”. Desta forma, chama a atenção que “nossa luta está intimamente relacionada com a luta de libertação no mundo inteiro” (ibid., p. 43), ficando então evidente uma aproximação ambos autores, no que diz respeito à luta árdua que o povo negro vem travando na construção de uma sociedade com equidade.

### 3. A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

#### 3.1 CONTEXTO HISTÓRICO: VIOLÊNCIA, GENOCÍDIO E EXTERMÍNIO

E nas quebradas, nos guetos  
Nós juventude negra, continuamos a ser exterminado.  
Quem se importa com o genocídio de uma população  
que não era nem pra existir?  
A reposta é simples, é melhor a limpeza étnica;  
Pra quando o IBGE chegar não ter tanta gente preta no senso.  
É melhor leis serem criadas pra dar passe livre à polícia, pra que  
esse genocídio continue instalado, do que as cotas sejam louva-  
das como reparação, e não como vitimismo, pra classe burguesa  
não se trata de vidas.  
Pra eles somos apenas moeda de troca.  
Somos a essência dos nossos ancestrais, a continuação dos reis e  
rainhas que lutaram por nós outrora  
A nossa revolução vem com os diplomas de doutores  
Vem da poesia marginal, na arte que a nossa quebrada produz.  
Em cada gesto ou verso, somos a favela!  
(Trecho da poesia Favela na Veia, de Mateus Silva)

No terceiro capítulo começamos com uma poesia que narra sobre o extermínio e o genocídio cotidiano vivenciados pelos jovens negros nas quebradas, nos guetos, nas favelas. Nesta parte do trabalho, temos como propósito abordar sobre a violência no Brasil, em particular a violência racial contra o jovem negro em seus aspectos do contexto histórico e consequências.

Parece-nos imprescindível começar com duas constatações. Primeiro, que já em 1978 Abdias do Nascimento, conhecido como fundador do Teatro Experimental do Negro, mas que foi, acima de tudo, uma das grandes referências do movimento negro no Brasil<sup>17</sup>, publicou o livro intitulado *O Genocídio do Negro Brasileiro*. O termo genocídio não foi por ele utilizado apenas como título, mas também para tratar do processo de um “racismo mascarado” e, principalmente, aludindo às dificuldades de “ser e viver negro no Brasil” (NASCIMENTO, 1978, p. 185).

A segunda constatação é feita na apresentação do livro *Nossa Escravolândia Sociedade, Cultura e Violência: do Pitoresco ao Perverso* (CONCEIÇÃO, 2015, p. 07):

Independentemente da opção dita progressista ou conservadora de quem comanda a máquina do Estado brasileiro e seus aparelhos

---

<sup>17</sup> Dentre outros feitos, Abdias do Nascimento foi eleito Deputado Federal, e que teve como bandeira as questões do povo negro. Posteriormente, foi eleito também Senador, além de participar em eventos internacionais debatendo e divulgando sobre o racismo no Brasil.

ideológicos, o primado da violência contra os negros no Brasil impõe-se como uma constante trágica da história do país. Ainda que no sistema republicano. Ainda que sob o regime democrático.

Na primeira obra, Nascimento (1978) procurou demonstrar de forma emblemática o processo histórico de genocídio do povo negro brasileiro, abordando-o não numa perspectiva da eliminação genocida dos corpos negros, mas a partir de um conjunto de situações de subalternidades – parcialmente já explicitadas na primeira parte da fundamentação desta tese – que tiveram e têm como objetivo o desaparecimento desse povo. Nascimento apresenta algumas situações, a saber, “o mito do senhor benevolente”, a exploração sexual da mulher africana, o embranquecimento da raça e o embranquecimento da cultura, como estratégias de genocídio. Faz isso pontuando as marcas e as consequências da escravidão neste contexto histórico pós-escravidão.

Já na segunda obra, Conceição (2015) apresenta o que identifica como paradoxos ou questões que marcam as singularidades da realidade brasileira, especificamente da realidade baiana/soteropolitana. Segundo o autor, a Bahia/Salvador é nossa Escravolândia, o que significaria: terra de misticismos, apresentado contradições e mazelas da nossa realidade histórica nos âmbitos da política e religiosidade; terra de assassinatos, pois Salvador foi a porta de entrada dos escravizados e hoje estão os seus descendentes “amontoados em favelas e guetos, o epicentro da vida e da morte de grande parte dos negros baianos”; terra de estereótipos, na qual a Bahia/Salvador “parece ser um laboratório do reforço aos estereótipos”, destacando o papel que certos intelectuais e imprensa têm tido nesse processo (ibid., p. 64).

O mundo contemporâneo tem como uma das suas características marcantes a convivência com as mais diversas formas de violências, uma vez que as sociedades viabilizaram tanto mecanismos que funcionam como formas de coibi-la como de reforça-la. Segundo Levisky (2010), a violência não é um estigma da sociedade contemporânea. Isso porque, mesmo pensando a violência enquanto um fenômeno sociológico, ela acompanha o homem desde tempos imemoriais; porém, a cada tempo histórico ela se manifesta de formas e em circunstâncias diferentes (LEVISKY, 2010, p. 06).

No Brasil, nas últimas décadas, entre os problemas que mais preocupam a população está à violência. Entretanto, ganha preponderância no cenário nacional outras questões ligadas ao atual momento político, econômico e social, com destaque para a corrupção nos altos escalões do Estado. O tema, mesmo não sendo objeto deste estudo, pode ser pensado seja

como resultado, seja como meio que pode vir a contribuir para um contexto violento de dominação de cunho étnico-racial.

Consideramos, assim, pertinente iniciar essa parte com uma discussão conceitual sobre os temas violência, homicídios, extermínio e genocídio. Porque fazem parte deste estudo e do ponto de vista por ele abordado, e também porque essa apresentação preliminar fundamentará e contribuirá para reafirmar uma leitura da história brasileira como marcada pela ocorrência de episódios de violências contra o povo negro, para além das que serão o campo empírico da tese – os assassinatos praticados por policiais militares enquanto operadores do sistema público e os linchamentos executados por populares contra jovens negros.

Qual a definição de violência condizente com o contexto atual, ou melhor, apropriada para o estudo ora em desenvolvimento? Iniciaremos com o entendimento sobre violência da Organização Mundial de Saúde OMS, a qual afirma que é:

o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.<sup>18</sup>

Além de definir a violência, para este estudo se faz necessário também situar o tipo de violência que atinge sobremaneira o grupo alvo da pesquisa, os jovens negros, que é a violência letal, em decorrência da violência racial que tem contribuído para os dados alarmantes dos homicídios. Segundo o Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940<sup>19</sup>, explicitado na Parte Especial Título I- Dos Crimes Contra a Pessoa e Capítulo I- Dos Crimes Contra a Vida, em seu artigo 121, o ato de matar alguém apresenta subcategorias em função das intenções de quem o comete, e que também designam o quantitativo da pena, que é de reclusão de seis a vinte anos. Entretanto, vemos que nas situações específicas das mortes violentas dos jovens negros, a norma prevista não tem sido cumprida, haja vista a expressiva não aplicação da punição para quem as tenha cometido. Principalmente nos casos específicos em que as mortes tenham sido praticadas por policiais na condição de operadores do sistema da segurança pública, em grande medida em situações inexplicáveis e injustificáveis.

---

<sup>18</sup> [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232006000500007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007).

<sup>19</sup> <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Desta forma, a dimensão que as mortes de jovens negros tomou no Brasil nas últimas décadas do século XX – mesmo quando o país teve avanços democráticos e algumas conquistas de cunho econômico, apesar dos retrocessos vivenciados a partir da metade da segunda década do século XXI – tem mobilizado parte da sociedade, principalmente representantes de movimentos sociais negros, pesquisadores e organizações internacionais, a tratar do tema a partir de uma perspectiva que supõe um processo de genocídio. Por esse motivo, consideramos bastante pertinente destacar mais alguns aspectos da obra clássica de Nascimento (1978).

Logo no início do livro são apresentadas duas definições da palavra genocídio que são, primeiro, a definição do Dictionary of the English Language, Massachusettes, 1967, a qual afirma que genocídio é:

O uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para a exterminação de um grupo racial, político ou cultural, ou para destruir a língua, a religião ou a cultura de um grupo. (NASCIMENTO, 1978, p. 14)

A seguir está à definição do Dicionário Escolar do Professor, organizado por Francisco da Silveira Bueno (Ministério da Educação e Cultura, 1963, p. 580), que afirma:

Genocídio s.m. (neol.) Recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos.  
Ex: perseguição hitlerista aos judeus, segregação racial etc.  
(NASCIMENTO, 1978, p. 15)

No ano de 1948, poucos anos depois do final da Segunda Guerra Mundial, marcada pela ocorrência do genocídio do povo Judeu, as Nações Unidas, em assembleia realizada em 11 de dezembro do mesmo ano, aprovam a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio<sup>20</sup>. No art. II da Convenção ficou definido como crime de genocídio uma série de atos “cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte, um grupo nacional,

---

<sup>20</sup> <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/genocidio.htm>.

étnico, racial ou religioso”. No Brasil, já em 1952, a referida Convenção foi ratificada pelo governo brasileiro<sup>21</sup>.

Como podemos observar, na segunda definição é citada como exemplo de Genocídio a perseguição hitlerista aos judeus e a segregação racial, e de modo recorrente o termo genocídio tem sido empregado para se referir às mortes do povo Judeu vítima do nazismo de Hitler e seus seguidores. Inclusive a referida Convenção é aprovada pelas Nações Unidas exatamente após o final da Segunda Guerra Mundial. Mas, historicamente, as sociedades têm conhecimento de que muitos outros povos foram vítimas de genocídios. Césaire (2010), em seu livro *Discurso sobre o Colonialismo*, faz um comentário sobre o nazismo e o genocídio cometido na Europa contra o homem branco europeu em relação aos que foram identificados por ele como “pseudo humanismo”.

Propõe que,

(...) no fundo o que não é perdoável em Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, senão o contra o homem branco, e haver aplicado na Europa procedimentos colonialistas que até agora só concerniam aos árabes da Argélia, aos coolies da Índia e aos negros da África. (CÉSAIRE, 2010, p. 22)

Consideramos apropriada e condizente com a citação esboçada acima a matéria de capa da revista da UNESCO (ELNADI e RIFAAT, 1994). Na revista foi ressaltado que 200 anos após a primeira abolição, a escravidão continuava um crime sem castigo. Referindo-se ao fato histórico segundo o qual a França, mesmo alguns anos depois de ter iniciado o processo revolucionário de abolir a escravidão, ainda sustente a escravidão em algumas colônias francesas.

A matéria pontua ainda alguns questionamentos:

Como é possível que, durante milênios, certos homens, certos povos tenham sido comprados, vendidos como animais? E como esse crime contra a humanidade pode ter permanecido impune mesmo depois da consagração dos Direitos Humanos?

Talvez não haja uma resposta simples para essas terríveis questões. Sabemos, porém que não devemos jamais deixar de formulá-las. (ELNADI e RIFAAT, 1994, p. 05 - Revista da UNESCO).

---

<sup>21</sup><http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30822-6-maio-1952-339476-publicacaooriginal-1-pe.html>.



Dentre outros aspectos de fundamental importância ressaltados por Fernandes, autor do prefácio do livro de Nascimento (1978), consideramos marcante quando ele atenta para a contribuição que “se vincula ao uso sem restrições do conceito de genocídio aplicado ao negro brasileiro”. Além disso, diz que “trata-se de uma palavra terrível e chocante para a hipocrisia conservadora” (NASCIMENTO, 1978, p. 21).

Fernandes (NASCIMENTO, 1978) se questiona se o tratamento dado ao negro, no passado e atualmente, merece outra qualificação que não genocídio. Sobre isso, argumenta que “da escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso”. O termo, desse modo, não seria nem apelo retórico, nem um jogo político (ibid., p. 21).

Chama a atenção o fato de, no prefácio, Fernandes destacar que “quanto à escravidão, o genocídio já estava à época que o livro foi escrito amplamente documentado e explicitado pelos melhores e mais insuspeitos historiadores”. Reafirma ainda que, ao contrário do que se poderia pensar, a abolição não dá fim ao genocídio, mas o agrava. Portanto, o genocídio ocorreu e ainda está ocorrendo; e é um grande mérito de Abdias do Nascimento suscitá-lo como tema concreto. Desta forma, reafirma que ao ser “condenado à periferia da sociedade de classes foram neste sentido expostos a um extermínio moral e cultural que teve sequelas econômicas e demográficas” (NASCIMENTO, 1978, p. 21).

Durante as últimas décadas do século XX é possível destacar a ocorrência de pelo menos cinco grandes episódios identificados como genocídios, quais sejam: na Armênia, 1915; dos Curdos, 1986-1989; na Bósnia, 1992-1995; em Ruanda, 1994 e no Timor Leste, 1999. Por um lado, é patente a atualidade do tema, seja de modo geral, seja especificamente na realidade brasileira, caracterizada pela violência. Por outro, entretanto, é lamentável observar que mesmo assim permanecem as dificuldades para aqueles, dos movimentos negros, pesquisadores, ativistas, que buscam estabelecer uma possível relação entre a violência letal decorrente da violência racista contra jovens negros e o contexto brasileiro, marcado pela ocorrência da escravidão e do racismo, em especial quando consideramos esses acontecimentos como genocídio<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Citamos como exemplo um episódio pouco conhecido da realidade brasileira, descrito por Arbex (2013), responsável pela pesquisa e publicação do livro “Holocausto Brasileiro: Vida, Genocídio e 60 Mil Mortes no Maior Hospício do Brasil”.

Entretanto, os altos índices de mortes dos jovens negros têm mobilizado também organismos internacionais, não só devido às proporções que tal situação vem tomando, mas também porque eles têm sido acionados pelos familiares dos jovens, bem como pelos movimentos sociais negros. A ONU Brasil publicou em seu Portal, em 15/03/2016, a seguinte notícia: “Brasil: Violência, pobreza e criminalização ‘ainda têm cor’”.

Segundo a matéria:

publicado nesta semana, a especialista independente da ONU sobre minorias, Rita Izsák, alertou: cerca de 23 mil jovens negros morrem por ano, muitos dos quais são vítimas de violência pelo Estado. Cenário evidencia ‘dimensão racial da violência’, que movimentos sociais descrevem como ‘genocídio da juventude negra’<sup>23</sup>.

A Anistia Internacional é outro organismo internacional que também tem realizado campanha diante dos altos números de mortes de jovens negro no Brasil. A campanha tem como tema “Jovem Negro Vivo” – “Queremos ver os jovens vivos!”.

O Brasil é o país onde mais se mata no mundo, superando muitos países em situação de guerra. Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticado por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados<sup>24</sup>

Adiante, eles demonstram sua indignação com o fato:

Mais absurdo que estes números, só a indiferença.  
A morte não pode ser o destino de tantos jovens, especialmente quando falamos de jovens negros. As consequências do preconceito e dos estereótipos negativos associados a estes jovens e aos territórios das favelas e das periferias devem ser amplamente debatidas e repudiadas  
O destino de todos os jovens é viver.  
Você se importa?  
Eu me importo!<sup>25</sup>

Com o objetivo apenas de aprofundar a compreensão de um histórico brasileiro marcado pela violência e por ter relação com o tema do genocídio do jovem negro,

---

<sup>23</sup><https://nacoesunidas.org/brasil-violencia-pobreza-e-criminalizacao-ainda-tem-cor-diz-relatora-da-onu-sobre-minorias/>.

<sup>24</sup> <https://anistia.org.br/entre-em-acao/peticao/chegadehomicidios/>.

<sup>25</sup> Idem. Grifo no original.

abordaremos, mesmo que de forma superficial, o significado de extermínio. Segundo a CPI do extermínio (2006), extermínios são execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais. Historicamente o termo extermínio tem sido utilizado como referência para contextualizar a dizimação em massa dos povos indígenas a partir da ocupação e colonização da “terra brasillis” pelos portugueses.

Dos grupos de extermínios que atuam de forma constante na atualidade brasileira destacaremos os do Nordeste no século XX, principalmente durante o período da ditadura. Segundo dados apresentados no relatório da CPI (2006) sobre grupos de extermínio que atuava nos estados do Nordeste, estes eram, ou ainda são, formados e comandados em sua maioria por policiais, inclusive aposentados. As ações de tais grupos de matadores no Nordeste, no geral, eram nos bairros periféricos das cidades, e contavam com o apoio e interesses de pessoas poderosas.

Com relação à Bahia, foi ressaltado no relatório CPI do Extermínio (2006, p. 07) que:

Camaçari, Feira de Santana, Cruz das Almas, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Santo Antônio de Jesus e bairros periféricos de Salvador são áreas de atuação mais intensa. Tráfico de drogas, máfia do combustível e roubos de cargas são os pontos de atuação do extermínio. No Sertão baiano, mais precisamente na cidade de Juazeiro, um grupo agia sob o conhecimento e, segundo denúncia, sob o comando do Coronel da PM, Carlos Alberto Müller Andrade, que era comandante da PM de Juazeiro entre 1999 e 2003. Pelo menos 198 jovens foram assassinados “por encomenda” na região.

É importante registrar as realizações das CPIs. Mas cabe uma pergunta: será que são resolutas, que colocam em prática as resoluções a que chegam, ou, na melhor das hipóteses, têm contribuído para impedir novas ocorrências das situações que motivaram a sua realização? A motivação para a pergunta está relacionada ao fato de que na periferia de Salvador permanecem atuando grupos de extermínios, com destaque para as ocorrências nas regiões periféricas de Cajazeira/Jaguaribe, em 2013, e Subúrbio, em 2015.

Outra forma de violência que também tem vitimizado o jovem negro e que precisam ser mais evidenciadas são as chacinas, definidas como “ação de matar muitas pessoas ao mesmo tempo<sup>26</sup>”. Tais ações também podem ser identificadas como marcas determinantes do contexto histórico brasileiro de violência. Poderíamos citar várias, dezenas de chacinas cometidas em períodos recentes da história do país, porém registrarem só algumas que

---

<sup>26</sup> <https://www.significados.com.br/chacina/>.

tiveram repercussões nacionais e internacionais: Acari, Carandiru, Candelária. Em Salvador, destacaremos duas chacinas que tiveram forte repercussão. A primeira no bairro do Lobato, onde quatro jovens foram assassinados em 26 de agosto de 1993. Em homenagem aos jovens, o dia 26 de agosto foi aprovado como o Dia Estadual de Combate aos Homicídios e à Impunidade. A segunda, ocorrida em 06 de fevereiro de 2015, que desta vez vitimou sumariamente 12 jovens no bairro do Cabula.

Retomando a discussão sobre o genocídio e mais uma vez reafirmado a dimensão política do problema da violência contra os jovens negros brasileiros, constatamos que em 2015 foi instalada Comissão Parlamentar de Inquérito Homicídios de Jovens Negros e Pobres. A CPI foi uma demanda dos movimentos negros e do Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE, que desde 2013 alertava para gravidade do problema (Relatório CPIHJNP, p. 04).

Vale ressaltar que a CPI foi criada com o seguinte objetivo:

(...) investigar o assassinato de jovens no Brasil. A ideia foi identificar as causas e os principais responsáveis pela violência letal que assaca nossa juventude, a fim de criar mecanismos para prevenir e combater este grave problema. (Relatório da CPI de Assassinatos de Jovem, 2016 p. 04)

No relatório foi evidenciado que:

Os índices atuais assumiram níveis gritantes. A cada 23 minutos ocorre a morte de um jovem negro no Brasil. A militância do Movimento Negro auscultada pela CPI, em sua totalidade, classificou como sendo um verdadeiro Genocídio da População Negra o que ocorre atualmente em nossa sociedade. De fato, os índices de mortalidade assumem dimensões de países em guerra. (Relatório da CPI de Assassinatos de Jovem, 2016 p. 32)

Mas é de fundamental importância ser constatada ainda a seguinte observação:

E mais impactante é o silêncio da sociedade, das camadas médias e superiores, para quem esses assassinatos não constituem um problema social, pelo contrário, sendo considerados por muitos uma necessária estratégia de erradicação da bandidagem. (Relatório da CPI de Assassinatos de Jovem, 2016 p. 32)

Durante o funcionamento da CPI seus membros realizaram audiências públicas nos estados da federação. Em Salvador ela ocorreu em 11 de maio de 2015, ocasião na qual a autora deste estudo, na condição de pesquisadora, teve a autorização para assistir como

ouvinte. Na oportunidade pôde acompanhar grandes embates em relação aos assassinatos dos jovens negros no município, a partir da fala dos representantes dos movimentos negros e dos familiares, estas carregadas de dores e sofrimentos. Não pode ser ignorada a tensão que marcou a realização da audiência, principalmente em relação ao caso da chacina do Cabula. Vale ressaltar também os compromissos assumidos e não concretizados por parte do governo, relacionados às questões de segurança pública no estado da Bahia, bem como “visando o enfrentamento, e a reversão dos elevados indicadores de mortes de jovens negros, que foi o ponto motivador desta CPI”.

Como já citado, a ONU afirmou, durante o lançamento da campanha #Vidas Negras<sup>27</sup>, que um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos. Significando, portanto, que o Brasil segue uma tendência diferente dos outros países, que têm como principal causa de morte os acidentes. No país, os homicídios estão como primeira causa de morte de jovem. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou, em 2015, que foram 58.559 mortes vítimas de homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte, latrocínios e ações policiais, no ano de 2014. Na sociedade brasileira o destaque é o fato de o homicídio ser a principal causa de morte entre os jovens, mas, principalmente, que é a juventude negra a principal vitimizada neste tipo de violência. O portal da Anistia Internacional no Brasil, ao tratar do fato, utiliza a expressão *extermínio da juventude negra* para expressar a gravidade da situação, reafirmando, como a ONU, ser a juventude negra a maior vítima de homicídios em nosso país.

Outro ponto de destaque são as pesquisas realizadas para analisar a problemática dos homicídios do jovem negro brasileiro, dentro de uma perspectiva genocida enquanto grupo étnico.

Sampaio (2016, p. 53) afirma que:

No caso do Brasil, o genocídio contra a juventude negra, não é somente a intenção de uma pessoa contra toda população jovem negra é uma política de Estado, baseado na reprodução do racismo pelas instituições estatais que visam o extermínio dessa população.

Flauzina (2006) ressalta em sua dissertação a utilização da Convenção da ONU para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, em seu Artigo I, o qual afirma que o crime de Genocídio pode ser cometido em tempo de paz ou em tempo de guerra. E observa que o número de mortes de jovens negros no Brasil é maior do que os de países em guerra.

---

<sup>27</sup> <https://nacoesunidas.org/onu-brasil-lanca-campanha-pelo-fim-violencia-contra-juventude-negra/>

Entretanto, legalmente, o país vivencia e vende uma imagem de paz constante. Dessa forma, a autora salienta que “o genocídio não pode ser apreendido somente dentro dos conflitos declarados em que se evidenciam grande quantidade de episódios violentos para se pôr fim a determinado contingente populacional” (FLAUZINA, 2006, p. 119).

A autora aponta a necessidade de mudar a perspectiva do entendimento sobre genocídios, apresentando uma série de características que nos permitem perceber como a população negra no Brasil está historicamente submetida a esse tipo de procedimento, o genocídio. Constata que tal situação se reproduz cotidianamente através dos homicídios irrefutáveis, passando pelas situações descritas que evidenciam vivências de violências que comprometem física e mentalmente os referidos indivíduos e todas as debilidades forjadas que levam à condição de subalternidade e morte.

### 3.2 BRASIL: “MODERNIDADE” E CRISE

Realmente, vivemos tempos muito sombrios!  
A inocência é loucura. Uma fronte sem rugas  
denota insensibilidade. Aquele que ri  
ainda não recebeu a terrível notícia  
que está para chegar

Que tempos são estes, em que  
é quase um delito  
falar de coisas inocentes.  
Pois implica silenciar tantos horrores!  
Esse que cruza tranqüilamente a rua  
não poderá jamais ser encontrado  
pelos amigos que precisam de ajuda?  
(Bertolt Brecht, trecho do poema “Aos que virão depois de nós”)

Iniciaremos essa parte com o poema “Aos que virão depois de nós”, de Bertolt Brecht, traduzido pelo poeta Manoel Bandeira que, mesmo tendo sido escrito em outro contexto histórico e por um poeta nascido em outra realidade, consegue se aproximar de forma fantástica a um quadro da realidade atual, brasileira e internacional. Realidade esta que reproduz cotidianamente um panorama de incerteza atual e histórica no país, vivenciado pela população de um modo geral, em especial pelos jovens e particularmente os jovens negros.

Pode parecer não ter sentido iniciar esta parte, cujo título é “Modernidade e Crise”, com um poema que trata de tempos sombrios. Desta forma, é importante situar historicamente o que tem sido caracterizado como modernidade. Em especial em relação ao Brasil, situar como a modernidade se construiu e retomar a contextualização sobre o que, neste momento e para este estudo, significa tempos sombrios.

A modernidade pode ser caracterizada como tendo em seu marco inicial o processo de mundialização da economia, mas esse aspecto não é o mais simbólico. Outro fator marcante dos primórdios daquele contexto foi a mudança na forma de pensar o mundo, no qual o indivíduo vai se tornar a referência, o centro, bem como passa a prevalecer o predomínio da razão.

Segundo Quijano (1999, p. 07):

A modernidade como padrão de experiência social, material e subjetiva, era a expansão da experiência global do novo poder mundo. Porém sua racionalidade foi produto da elaboração europeia. Quer dizer, foi expressão da perspectiva eurocêntrica de conjunto da experiência do mundo colonial moderno do capitalismo.

A Europa, e conseqüentemente o modo de vida e a racionalidade do povo europeu, se torna a referência no processo de modernidade. E à medida que a modernidade se consolida ela se institui não só como um modelo, mas como um poder; o modo de vida do europeu vai se recolocando como centro do mundo. Com isso, os outros povos em processo histórico diferenciado vão ser identificados como “inferiores, como não adequados a esse modelo”. É neste contexto e na condição de colônia que o Brasil, seu espaço/povo, foi incorporado à modernidade, tendo como marca e permanências todas as conseqüências resultantes de sua condição histórica de subalternidade.

Apesar da necessidade de contextualizarmos a modernidade e o enquadre colonial característico do país, a partir das leituras verificamos que as questões que impactam mais diretamente os fatos analisados neste estudo têm relação com a chamada crise da modernidade. São questões presentes na contemporaneidade e que têm contribuído para caracterizar esse momento, marcado por um contexto de retrocesso associado ao que foi identificado de tempos sombrios no poema. Tempo este no qual um dos fatos marcantes tem sido o discurso de ódio em relação às minorias: movimentos sociais, sindicatos, bem como contra todos que busquem algum tipo de reação contra essa espécie de “refluxo reacionário” (CASIMIRO, 2018, p. 41).

Kovaleski (2015), referenciado no livro *Dialética do esclarecimento* e tendo como objetivo analisar os dados de mortes violentas publicados no Mapa da Violência 2014, procura enfatizar o seguinte aspecto: tomando apenas os dados de 2012, o Brasil registrou 56 mil mortes violentas. Apenas considerando esse dado poderíamos “concluir que

possivelmente o Brasil pode estar voltando a um estágio pré-idade média. Ou que ainda não saiu dessa época” (KOVALESKI, 2015 p. 30).

Fazemos esse preambulo com o objetivo de chamar a atenção que esses números, considerados absolutamente alarmantes pelo autor, foram divulgados no momento que ele identificou como “tempos sombrios”, esclarecendo que tomou o termo de empréstimo da filósofa alemã Hannah Arendt. Mas como o autor caracteriza esse tempo?

Ressalta que neste momento de “tempos sombrios” existe um “recrudescimento de posições radicalmente reacionárias” (ibid., p. 30), em especial no âmbito político-partidário, justificando sua afirmação no “advento de um congresso nacional hegemonicamente conservador”. Constatando também que “tanto quanto as formas históricas concretas, as instituições da sociedade com as quais estão entrelaçados contém o germe para a regressão que hoje já tem lugar” na nossa sociedade (ibid., p. 30). Ao traçar um quadro destes tempos sombrios, o autor ressalta o reaparecimento de preconceitos racistas, sexistas e de homofobia. Mas, em relação os preconceitos raciais, será que eles desapareceram em algum momento da história do país?

Costa (2016, p. 11) também se utiliza do referido termo, mas diferente de Kovaleski (2015) emprega tempos sombrios para tratar particularmente sobre a deposição da presidenta da República, Dilma Rousseff, em 2016, destacando que:

Tempos sombrios estes em que vivemos, tempos em que o que há de pior na política depõe a presidente da República para impor a uma nação inteira quase cem anos de retrocesso. Somente um golpe é capaz de conduzir o país a tamanho atraso.

Ambos os autores se aproximam, porém, Costa (2016) apresenta as consequências de tal contexto ao afirmar que “assistimos atônitos, a luz do dia, a movimentos rumo ao desmonte do Estado”. Constatado também que a “proposta de privatização do patrimônio público e desvinculação constitucional de gastos sociais obrigatórios” têm um objetivo político que é o de “instituir um Estado mínimo no Brasil”, significando, portanto, prejuízos expressivos para as políticas públicas de proteção social (ibid., p. 11).

Além dessa introdução ao tema que pretendemos abordar nesta parte do texto, a partir dos autores Kovaleski (2015) e Costa (2016) e tomando como referência o poema “Aos que virão depois de nós”, é importante apresentamos outros aspectos que inicialmente estamos identificando como retrocessos e que estão tomando forma atualmente na sociedade brasileira. Gallego (2018, p. 13), com o objetivo de caracterizar este contexto histórico-sociológico,



destaca que “ao longo destes últimos anos, o campo progressista assistiu perplexo, atropalhado e inativo à reorganização e ao fortalecimento político das direitas”.

Gallego (2018) começa atentando para as diferentes formas que têm sido empregadas para caracterizar este momento. Segundo aponta, tem sido utilizada uma variedade de conceitos e sentidos, tais como: “direitas”, “novas direitas”, “onda conservadora”, “fascismo”, “reacionarismo”. Como poderíamos situar este momento e seu significado? De acordo com o autor, é necessário perceber que este fenômeno é indiscutível protagonista nos cenários nacionais e internacionais de hoje. Seu significado implica em uma “reorganização neoconservadora que, em não poucas ocasiões, deriva em posturas autoritárias e antidemocráticas” (ibid., p. 13). Vivenciamos um quadro de riscos eminentes no qual, conforme Gallego, não dá para ficar numa postura desorientada, titubeante, sob o risco de as forças democráticas serem engolidas exatamente por aquilo que deveríamos combater com veemência.

E quais as consequências do quadro esboçado para o conjunto das sociedades? São muitas e complexas, desta forma, apresentaremos algumas questões relacionadas à realidade brasileira, referenciados em autores que têm se debruçados sobre o tema. Primeiro, ao tentar caracterizar a extrema-direita brasileira, Miguel (2018) destaca a acumulação predatória, a desigualdade e a violência da centralidade da mercadoria e do lucro, que por precisar ser mantido a todo custo passa a desrespeitar, ou melhor, ignorar a democracia.

Segundo ponto, com o objetivo de explicitar o retrocesso e suas consequências, em especial no campo econômico, trazemos Rossi e Dweck (2019, p. 15) que apontam para o “discurso da austeridade como contraproducente e seletivo”. Haja vista que esse discurso e um conjunto de medidas que foram sendo colocadas em prática nele embasadas – a exemplo da PEC 241 do teto dos gastos, que alterou a Constituição e congelou os gastos com a Educação e Saúde até 2020 – impõem “sacrifícios à parcela mais vulnerável da população”.

Como terceiro ponto, apresentamos o questionamento Carapanã (2018): como chegamos a tal situação? Ele sinaliza como retrocesso questões como o ataque ao Estado como garantidor de direitos civis e humanos.

O quarto aspecto não está necessariamente relacionado à questão do retrocesso neste contexto de “tempos sombrios”, mas relaciona-se a questões pertinentes ao poder judiciário e, de certa forma, a uma característica histórica que tem marcado este poder. Casara (2018), escrevendo sobre os traços da magistratura brasileira referenciado em Adorno, atenta que parte do judiciário – que identificou como “direita jurídica” – é marcado pela “tradição

antidemocrática, por uma herança colonial e escravocrata, coadjuvante da racionalidade neoliberal do Estado pós-democrático”. O que mostra, para ele, “indícios de personalidade potencialmente fascista” (CASARA, 2018, p. 15).

Quanto ao quinto ponto, podemos identificar, conforme Teles (2018), que, tratando também sobre o período pós-impeachment da presidenta Dilma, ressaltou a ocorrência de um processo de “militarização da política e da vida”. Justifica que este ganha corpo embasado em uma “arquitetura estatal e uma sociedade racistas, patriarcais e genocidas”, que se utiliza do “medo como tecnologia de controle”, a ideia de uma dualidade perversa de “inimigo interno” versus “cidadão de bem” (TELES, 2018, p. 15).

Um aspecto interessante trazido por Moretto (2018) é a importância, no contexto atual, para as direitas, das redes sociais. Outro ponto de destaque é o peso do discurso fundamentalista religioso, em decorrência do poder e do crescimento da Frente Parlamentar Evangélica. O crescimento da bancada se dá na mesma proporção do aumento do medo, dos casos de intolerâncias e ações truculentas e do perigo dos discursos contra as minorias LGBTI, mulheres e negros.

Retomamos a questão das terminologias citadas por Gallego (2018), “direita, “novas direitas”, por considerarmos importante fazer a seguinte observação: será que, com relação ao Brasil, podemos mesmo falar em uma nova direita? Rocha (2018) afirma que as novas direitas no Brasil se organizaram com poucos recursos, e com relação ao tempo a referência seria antes do final do primeiro governo Lula e, provavelmente, o início do segundo. Segundo a autora, essa organização se dá principalmente a partir das redes sociais. Mas Casimiro (2018), abordando sobre a cronologia de reorganização do pensamento e da ação política das direitas brasileira, situa como referência a década de 80 do século XX.

Como caracterizar essa nova direita brasileira?

Há um aglomerado ideológico mais ou menos coeso que é chamado de nova direita, na qual misturam-se ideais do conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo. A essas ideias somam-se outras que remetem à apologia do eugenismo e de segregação racial que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo. (CARAPANÃ, 2018, p. 34)

Retomando a questão formulada por Carapanã (2018), perguntamos: como chegamos até aqui? Com o objetivo de tratar, em linhas gerais, sobre a situação da América e em particular do Brasil. Concordamos que a sociologia pode contribuir para uma compreensão

das questões sociais brasileiras, tanto dentro de uma perspectiva crítica como legitimadora da dominação. Assim, consideramos importante destacar as observações feitas por Santos e Meneses (2009) em relação ao que identificaram como capitalismo global. Este, segundo os autores, mais que um modo de produção é hoje um regime cultural e civilizatório, portanto, estende cada vez mais os seus tentáculos a domínios que dificilmente se concebem como capitalistas.

Desta forma, Souza (2009, p. 18) chama a atenção para as áreas de penetração do capitalismo, que no geral nem nos damos conta, que são:

(...) da família à religião, da gestão do tempo à capacidade de concentração, da concepção de tempo livre às relações com os que nos estão mais próximo, da avaliação do mérito científico à avaliação moral dos comportamentos que nos afetam.

Quijano (1999, p. 03, tradução minha) vai destacar ainda que “o mundo do capitalismo é certamente histórica e estruturalmente heterogêneo e as relações entre suas partes e regiões não são necessariamente contínuas”. Mas é importante também o ponto de vista de Santos e Meneses ao atentarem para a “resiliência do capitalismo”. Tal perspectiva se revelou “na reiterada operacionalidade de uma das suas armas que parecia ter sido historicamente neutralizada: o colonialismo” (SANTOS e MENESES, 2009, p. 18).

A concepção esboçada por Santos e Meneses nos ajuda a compreender e responder às perguntas que serão postas, com o objetivo de avançar na construção dessa parte da argumentação, e que estão relacionadas à questão da resiliência do capitalismo: a permanência do poder/dominação/exploração de determinados povos sobre outros povos, sob nova roupagem. Julgamos que esta nos forneça um frutífero caminho para compreendermos a continuidade do colonialismo.

De facto, o fim do colonialismo político, enquanto forma de dominação que envolve a negação da independência política de povos e/ou nações subjugados, não significou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele tinha gerado, (tanto relações entre Estados como relações entre classes e grupos sociais no interior do mesmo Estado) (SANTOS e MENESES, 2009, p. 18)

Em sua discussão, Santos e Meneses (2009, p. 19) abordam a questão da diversidade epistemológica do mundo, e o que denominaram de epistemologia do sul. Eles lembram também que:

A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afrodescendentes, muçulmanos) foram sujeitos à dominação capitalista e colonial, e por outro lado, porque no interior do Sul geográfico houve sempre as ‘pequenas Europas’, pequenas elites locais que beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exerceram e continuam exercer, por suas próprias mãos, contra classes e grupos subordinados.

Voltando-nos para a questão de ser adequado falar em uma nova direita brasileira, propomos pensar em uma reorganização ou reposicionamento da direita. A partir da citação de Carapanã (2018) de que essa nova direita se caracteriza por ser “um aglomerado ideológico mais ou menos coeso”, pode-se, sim, falar da formação de novos grupos, pela dinâmica da dialeticidade da vida social que permite mudanças, inclusive ideológicas, das mais diversas. Entretanto, com base nas dinâmicas históricas brasileira já tratadas até então nesta tese, entendemos ser importante considerar a ideia de uma reorganização ou reposicionamento da direita, que faz parte do que foi nomeado por Santos e Meneses (2009) de “pequenas Europas”. Inclusive, sem perder de vista a proximidade dos Estados Unidos da América, tão propagada pelo presidente brasileiro eleito, mas que na verdade já vem de longas datas.

Carapanã (2018, p. 34), que também aborda sobre esse retrocesso em outros contextos, a exemplo da Europa, EUA e outros países da América Latina, destaca que no cenário global fala-se numa “recessão democrática”, cuja justificativa diz respeito ao fato de que “populações desencantadas com a democracia liberal das últimas décadas voltam-se para partidos e líderes de direitas”. Se, por um lado, é importante chamar a atenção para o “desencanto com a democracia”, consideramos importante ressaltar também à questão da “resiliência do capitalismo”, ou seja, seu processo constante de reestruturação e permanência.

O mesmo autor salienta ainda que essa “guinada à direita no cenário global” (ibid., p. 34) não ocorre da mesma forma na Europa, EUA e América Latina, pelo contrário, é muito diferente, apesar de ter pontos em comum. E, um desses pontos, é a internet, que tem favorecido a aproximação dessa movimentação política da atualidade.

Com relação à América Latina, é importante observar que em pleno século XX alguns países ainda vivenciavam ditaduras militares. E que no final daquele século e início do XXI foram eleitos e chegam ao poder presidentes de esquerda e de centro esquerda. Carapanã (2018, p. 34) vai propor que na América Latina e no Brasil existe um cenário “de exaustão da Onda Rosa”, ou seja, um certo esgotamento depois que “governos à esquerda, de caráter progressista, estiveram à frente de muitos países na região”.

No Brasil, até a derrocada dos governos de centro-esquerda, segundo Miguel (2018), o país contava com instituições garantidas pela Constituição de 1988, que mesmo em suas limitações e contradições mantinham o país sob o julgo de uma democracia liberal. Contudo, “o golpe de 2016 marca uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985”.

o caso brasileiro ilumina é o fato de que, mesmo limitada e indigna de seus ideais mais elevados, a democracia incomoda às classes dominantes. Afinal, se o consentimento da maioria se torna condição para o exercício do poder, pode ser que o interesse dessa maioria se faça ouvir também. (MIGUEL, 2018, p. 32)

O que temos que destacar dessa história contemporânea latina e brasileira, que no cenário político atravessa, em poucas décadas, regimes militares, ascensão do centro-esquerda e esquerda e recrudescimento das direitas? Sabemos que é um momento de extrema complexidade, marcado por uma intensa divergência de opiniões e inúmeras críticas em relação ao processo histórico vivenciado. Consideramos, entretanto, fundamental ressaltar um aspecto no que diz respeito ao país: o Brasil se tornou referência na implantação de um conjunto de políticas públicas, em vários campos, na primeira década do século XXI.

Concordamos com CARAPANÃ (2018), quando apontou que na América Latina os ciclos progressistas foram ligeiramente diferentes, focados em políticas redistributivas significativas e poucas reformas de fato significativas. Todavia, em relação ao caso particular brasileiro, conforme asseguram diversos dados estatísticos, quanto à questão como a redução das desigualdades sociais, a superação da condição de vulnerabilidade dos negros e a concentração de renda os avanços não ocorrem de modo significativo. Em contraposição, tem ficado evidente um aprofundamento dos altos índices de violências, em especial da violência policial.

Nesse período o país se destacou em várias áreas, principalmente no que diz respeito aos aspectos econômicos, se sobressaindo no cenário econômico mundial juntamente com o grupo chamado BRIC, formado por Brasil, Rússia, Índia e China. Entretanto, o crescimento econômico não contribuiu significativamente para a redução das desigualdades sociais. Exemplo disso é que se manteve e, inclusive, ampliou a concentração da riqueza, mesmo com a alteração positiva das condições econômicas de uma parcela significativa da população, aproximadamente 35% dela. Por que só tardiamente o Brasil tem garantido o acesso a direitos

sociais para a sua população? Por que os seguimentos negros (pretos e pardos) da população continuam enfrentando situações de vulnerabilidade?

Voltando a uma das linhas que tem marcado este estudo, ou seja, os fatos presentes que dizem respeito às permanências de questões históricas fundamentais para a compreensão do momento atual do país, vivenciamos hoje um significativo retrocesso relativo, entre outras, às perdas de direitos e ao crescente ódio às minorias. Tais aspectos fazem parte da atualidade brasileira, mas não são suficientes para responder as questões explicitadas acima.

O 1% de pessoas mais ricas do mundo está prestes a controlar a maior parcela da riqueza mundial. Essa riqueza chegou a 48% no ano de 2014, contra 44% em 2009. Segundo as previsões da Oxfam, a participação desse grupo provavelmente será de mais de 50% até 2016<sup>28</sup>. Especificando a situação do Brasil, segundo dados do IBGE publicados em dezembro de 2018, é evidente que a situação das desigualdades no país tem se agravado. Aqui, o montante dos 10% mais ricos ganha 17% a mais que o montante dos 40% mais pobres. Nos estados do nordeste a situação é ainda pior, pois, os 10% mais ricos ganham 20% a mais que o total dos 40% mais pobres.

No Nordeste, a situação se agrava quando nos voltamos para as capitais. Salvador é a capital na qual foi observada maior diferença nos rendimentos médios, onde os 10% mais ricos ganham 34,3% mais do que os 40% mais pobres. Outro dado significativo também está relacionado à concentração de riqueza: um grupo que representa 10% da população detém 43,1% de toda renda do país, enquanto o grupo de 40% com menores rendimentos tem apenas 12% da renda. Essa situação contribui, inclusive, para explicar os dados seguintes, também apresentados pelo IBGE. Entre 2016 e 2017 ocorreu um aumento no número de pessoas que vivem na linha da pobreza, ou seja, que ganham até 406 reais mensais, passando de 53,8 milhões, em 2016, para 54,8 milhões, em 2017.

Frases como “O Brasil paraíso”, “Brasil dos brasileiros”, “País da miscigenação”, “País do carnaval”, “País do futuro” são exemplos de expressões que marcam e marcaram em momentos diversos a forma como o Brasil tem sido visto pelo olhar dos próprios brasileiros e de estrangeiros. Mas como é este país? Algumas destas frases realmente conseguem expressar o que é o Brasil? Será que algumas destas frases identificam os vários “Brasis”, em especial o Brasil dos negros? Referenciando-nos em Santos e Meneses (2009), lembramos que as “pequenas Europas” brasileiras, além de sempre terem como projeto de nação a Europa

---

<sup>28</sup> <http://oglobo.globo.com/economia/parcela-do-1-mais-rico-tera-mais-da-metade-da-riqueza-mundial-em-2016-15091872> - Publicado em 20/01/2015 - Acessado em 02/08/2015.

branca, retardaram ao máximo qualquer possibilidade de reconhecimento como sujeito de direitos os brasileiros historicamente subalternizados.

Segundo dados do IBGE, negros e pardos no Brasil são todos aqueles que assim se autodeclararam e que, em termos estatísticos, conforme dados de 2017, já são 111 milhões de pessoas, compondo um total de 53,6% da população brasileira. Isso indica, pela primeira vez, um aumento da representação em termos numéricos. Os que se declararam brancos são 45,5%, o que evidencia uma mudança na conformação da população brasileira em termos de raça/cor. Já a população jovem de 15 a 29 anos é de 51,3 milhões, sendo de cor parda (45%), preta (15%) e 34% da cor branca.

Conforme afirma Henriques (2001, p. 17):

(...) nascer negro no Brasil está relacionado a uma maior probabilidade de crescer pobre. A população negra concentra-se no segmento de menor renda per capita da distribuição de renda do país. (...) a estrutura da distribuição de renda brasileira traduz um nítido “embranquecimento” da riqueza e do bem-estar do país.

Assim como Henriques, Paixão (2010), no Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009 -2010, apresenta dados que confirmam esse quadro. Segundo o autor, em 2000 a renda principal dos brancos era 118,2% maior que a dos pretos e 104% maior que a dos pardos. A taxa de analfabetismo da população branca era 13,2% menor que a dos pretos. Com relação aos anos de estudos, os brancos estudavam em média 1,6 anos a mais que os pretos e pardos. No que se refere à média de vida, os brancos vivem 6,3 e 6 anos a mais que pretos e pardos, respectivamente. Em 2007, a proporção de morte de brancos por homicídios era 44,5% inferior à de pretos e 52,9% à de pardos.

Henriques (2001, p. 01), trazendo para o debate o tema da concretização da cidadania ou não cidadania para os referidos segmentos, mesmo que em sua abordagem trate-o dentro de uma perspectiva geral da realidade brasileira, afirma que:

As origens históricas e institucionais da desigualdade brasileira são múltiplas, mas sua longa estabilidade faz com que o convívio cotidiano com ela passe a ser encarado, pela sociedade, como algo natural. A desigualdade tornada uma experiência natural não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. No entanto, resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes.

Já Vieira (2005) enriquece sobremaneira o debate quando nos apresenta a ideia de cidadania para todos, ou a não cidadania para determinados grupos, em sociedades marcadamente multiculturais. Parte, então, de uma relação entre cidadania, identidade e igualdade e diferença para fundamentar sua argumentação.

Para ela, a forma histórica de como vem sendo pensada pelas sociedades a questão da cidadania está vinculada à ideia de que os cidadãos são, antes de tudo, nacionais; ou seja, são vinculados a um território nacional e referenciados no ideal de cidadão que ao longo do processo histórico foi sendo construído, e está embasado nos princípios da Revolução Francesa. Em suas palavras, na cidadania, “onde todos são iguais, a igualdade é uma reivindicação normativa, como a liberdade ou independência” (VIEIRA, 2005, p. 234). Entretanto, será que essa democracia se traduz em ou pode se tornar fonte de identidade? Se a cidadania “significa ser igual aos outros, e se a identidade significa ser diferente dos outros, como pode a cidadania, baseada na igualdade, ser fonte de identidade, baseada na diferença?” (ibid., p. 234).

Para responder a tal questão, a autora agrega outros aspectos e inicia afirmando que os direitos à igualdade e liberdade não significam mais apenas tratamento igual; essa igualdade tem como referência o legado deixado pela Revolução Francesa. Na atualidade, o problema é ser tratado como igual o que implica, segundo a autora, aceitar e reconhecer as particularidades.

Pensando na trajetória histórica da realidade do negro brasileiro, o ponto de partida para se pensar essa relação é o pós-abolição, uma vez que só com o status de cidadão podemos considerar a luta pela igualdade. Esse direito deveria ter se concretizado com a República, proclamada no ano seguinte à abolição da escravatura. Vieira sinaliza que minorias, como os afro-brasileiros, começam lutando pela igualdade: o direito à cidadania.

Conforme destaca Paixão (2004), o projeto abolicionista, que de algum modo englobava em seu programa políticas de integração social, acabou sendo inviabilizado. Assim, a República brasileira, já tendo nascido velha, antes aumentou do que reduziu o processo de exclusão social dos negros do país.

Paixão (2010, p. 81) vai destacar também outro aspecto que não só evidencia o alto índice de concentração de renda marcante na sociedade brasileira, com, principalmente, qual seguimento da sociedade detém a riqueza do país:

(...) O Brasil dos brancos é rico. Dos negros é muito, muito pobre. Se desmontarmos os números do IDH, índice do desenvolvimento



humano, da ONU, veremos que se o Brasil fosse só dos brancos (...) ficaria na 40ª posição do IDH. O Brasil está na 70ª. Mas, se fosse só de negros, seria um país pobre africano e ficaria na 104ª posição.

Paixão (2003, p. 92), reafirmando os dados apresentado acima, destaca ainda:

De cada R\$ 4 de rendimento produzido no Brasil, quase R\$ 3 são recebidos por pessoas brancas. Ou seja, de todo o rendimento, somando salário, aposentadoria, programas de renda mínima e aplicações financeiras, 74,1% ficam com os brancos. Só 25,9% dos rendimentos ficam com os negros -- juntando os identificados como pretos (ficam com 4% da renda) e pardos (21,9% da renda).

Na sociedade brasileira, marcada pela escravidão e formada por um conjunto diverso de seguimentos sociais, ainda não foi assegurada, para a grande maioria, nem mesmo a igualdade dentro de uma ideal liberal, apesar das conquistas com a Constituição de 1988. Então, como pensar em outras perspectivas?

Para tentar aclarar essa questão, trataremos dois aspectos. Primeiro, o tratamento igual é injusto num meio social de desigualdade. Ainda que não se consiga resultados positivos, ou seja, dar tratamento igual a grupos que no passado foram tratados de forma desigual, coloca-se em discussão a ideia de compensação, compensá-los pelas injustiças do passado.

O segundo aspecto, já tratado anteriormente, é o fato de que no tratamento igual perpetua-se as desigualdades. A alternativa é o tratamento preferencial, que politicamente vai significar o reconhecimento de ser diferente. Na realidade brasileira o exemplo de destaque são as ações afirmativas, onde as tensões têm sido marcantes na última década. Assim, fica evidente que o Brasil tem como uma das questões básicas propiciar condições de viabilizar a construção de uma cidadania que garanta a todos os indivíduos se apropriarem dos bens materiais criados e de serem reconhecidos em suas identidades.

Permitimo-nos uma digressão para fazer um exemplo que ilustra os vários Brasis, ou melhor, as “pequenas Europas” do país e suas desigualdades, com base em acontecimentos ocorridos na época de realização do Rock in Rio 2017<sup>29</sup>. Nesse que é um evento destinado principalmente à juventude, as imagens exibidas nas mídias televisivas sobre o Rock in Rio mostravam centenas de jovens que são partes dessas “pequenas Europas” se divertindo no festival de música. Enquanto, naquele instante, do outro lado da mesma cidade do Rio de

---

<sup>29</sup> O evento teve um público de cerca de 700 mil pessoas e, segundo pesquisa realizada durante o festival, este teve nota 9,17 de aprovação pelos participantes.

Janeiro, centenas de outros jovens e demais moradores de diversas favelas vivenciavam uma verdadeira situação de guerra, que já vem durando anos.

Foram contabilizados, de modo preliminar, nos dias em que ocorriam os shows do Rock in Rio 2017, os números de mortes de jovens nas seguintes comunidades que fazem parte dos morros do Rio de Janeiro: sete no Morro do Juramento, quatro na Rocinha e cinco no Jacarezinho. É importante ressaltar também que nestas comunidades foram implantadas Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs<sup>30</sup>.

Mas não só no Rio de Janeiro os números de mortes do período chamam a atenção. Também em Salvador, campo empírico do estudo, foram registradas ocorrências de violência contra jovens – tomando nota que se tratam de realidades e programas de segurança pública diferentes. Nos bairros do Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas e Santa Cruz, locais onde o governo do Estado da Bahia colocou em funcionamento as bases comunitárias que fazem parte do programa de Segurança Pública Pacto pela Vida, já citado, no referido período ocorreu cinco mortes. Reforçamos que a utilização dos exemplos acima tem como propósito evidenciar que a ação política que a sociedade tem viabilizado como forma de enfrentamento da violência tem sido, ela mesma, violenta. O aumento da violência policial direcionada às camadas populares da sociedade é notório neste sentido.

Desta forma, o contexto delineado evidencia um quadro marcado historicamente pela ocorrência da violência constante e o papel que o racismo tem tido neste contexto. Constata-se sua incidência sobre a população negra e a vitimização, em particular, do jovem negro, principal alvo da violência racial. Situação essa que tende a um agravamento ainda maior em decorrência de um quadro de avanço da extrema direita, marcado pelo retrocesso em diversos setores e que tem sido vivenciado no mundo e em especial no Brasil.

### 3.3 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Os meninos não podem sair sem RG  
Os fardado não alivia pra você  
Não dá tempo de tirar o RG  
A polícia em geral não quer saber  
Se for preto, favelado, 23h o fardado não alivia pra você  
“Bora, bora, bora vagabundo, cadê a droga?”  
É pode crê, tome baculejo, tome baculejo e uma broca pra aprender...  
Que seu filho não pode sair sem RG  
(Trecho do poema Sem RG, de Rool Cerqueira)

---

<sup>30</sup> Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é um programa de Segurança Pública realizado na última década. Foi implantado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008.

Novembro negro  
Propaganda do governo do estado  
Valorizando o povo negro  
Falando de política pública  
Falando de igualdade racial  
Mas note que louco, o irracional,  
A policia que mais mata preto  
Recebe o aval do governo

Rondesp, preto, gêmeos  
Artilheiro na frente do gol  
O mesmo gol que usam para transportar  
Corpo negro para o abate.  
Não pisme! Política pública do estado  
É jovem negro no asfalto  
Pano branco para censurar o marketing  
(Trecho do poema Novembro Negro, de Alan Felix)

Nessa terceira parte apresentamos mais duas poesias, que têm como destaque a contradição que marca a sociedade brasileira no que diz respeito ao racismo, em especial na Bahia, cujo governo estadual, ao mesmo tempo em que reconhece e faz propaganda sobre o Novembro Negro, reproduz cotidianamente uma política violenta contra o jovem negro. Pretendemos, a partir desta perspectiva, abordar sobre a ocorrência da escravidão e da pós-abolição como um dos caminhos possíveis para compreensão da violência na sociedade brasileira. Mas, também não pretendemos ignorar as novas abordagens e debates em relação ao tema.

Recorreremos, em princípio, a Telles (2016), para quem é importante nos desvencilharmos de um tipo de explicação que apenas evoca a atualização da tradição autoritária que vem do fundo da nossa história. Entretanto, o fato de a autora buscar dar um destaque a aspectos marcantes da conjuntura atual não nos impede de considerar as permanências históricas particulares em cada sociedade. Na realidade brasileira consideramos pertinente, ao se realizar uma análise histórico-sociológica, ressaltar as permanências das marcas resultantes da escravidão e suas sequelas, especialmente as formas diversas como elas atingem cada segmento da sociedade brasileira.

Duas autoras que buscam estabelecer a relação entre aspectos marcantes do Brasil conformados pela violência e pela escravidão são Schwarcz e Starling (2015). No livro *Brasil: Uma Biografia*, as autoras afirmam que a violência é “como se fosse um verdadeiro nó nacional” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 14). Do mesmo modo que as autoras, consideramos que tem prevalecido de forma marcante na sociedade brasileira pensar a violência como algo natural.

As autoras pontuam a existência de uma “certa lógica e certa linguagem” da violência, permitindo afirmar que na realidade brasileira “trazem consigo uma determinação cultural profunda” (ibid., p. 14), a violência está enraizada na sociedade como um todo. Tratam desse ponto ressaltando os aspectos da resistência e da permanência da violência na história do país.

Para elas, “a violência está encravada na mais remota história do Brasil, país cuja vida social foi marcada pela escravidão” (ibid., p. 14). Tal constatação contribui com nosso posicionamento, e fundamentará a análise a ser desenvolvida a seguir.

Pereira (2010, p. 89), que também contextualiza historicamente a violência no Brasil, pontua que:

A história do Brasil se inicia sob o imperativo da violência direta, através da intervenção física, primeiro com o extermínio da população indígena por imposição de trabalhos forçados ou pelas guerras de disputa pelo espaço. O mesmo ocorre com a população africana retirada à força de seu lugar de origem e submetida aos mais cruéis tratamentos.

Schwarcz e Starling (2015, p. 14) confirmam o ponto de vista de Pereira ao atentarem que a violência é:

Fruto da nossa herança escravocrata, a trama dessa violência é comum a toda a sociedade, se espalhou pelo território nacional e foi assim naturalizando. Se a escravidão ficou no passado, sua história continua a se escrever no presente.

Ressaltando ainda, de forma marcante, que a “experiência de violência e dor se repõe, resiste e se dispersa na trajetória do Brasil moderno, estilhaçado em milhares de modalidades de manifestação” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 14).

A crítica inicial de Telles (2016) quanto à explicação histórica está relacionada ao fato de que tudo se pareceria previamente explicado, ou seja, sem abertura ou possibilidade para o entendimento do que há de novo. Pois, o que parece ser os “traços fundamentais dessa violência atual está em fina sintonia com o que está acontecendo no cenário das grandes metrópoles globais” (ibid., p. 4).

Se inicialmente Telles (2016) se posiciona afirmando a necessidade de avançamos para além das explicações históricas como uma das formas de entendimento sobre a violência no Brasil, posteriormente retoma a questão a partir do seguinte posicionamento: “até que ponto esse traço de nossa história e de nossa tradição é atualizado, potencializado na

configuração atual”? Uma realidade caracterizada não só pelo crescimento da violência, mas do que identifica como o “avanço conservador de direita”, marcado, entre outros, pela “gestão do medo, fabricando medos urbanos” – algo que, em certa medida, já foi pontuado na seção anterior.

Desta forma, retomando a ideia da necessidade de contextualizar historicamente a questão da violência no Brasil, DaMatta (1982), que estuda o país a partir da relação público-privado, evidencia que há dificuldade histórica de enfrentamento, de um diálogo sobre a violência. Quando o debate ocorria, era sempre polarizado: quando relacionado com uma visão política de direita, o entendimento é de que a violência é caso de polícia; quando relacionado a uma visão de esquerda, busca-se relacionar a violência com a questão do poder (DAMATTA, 1982, p. 23).

Ainda sobre a questão das permanências, DaMatta retrata as duas formas de manifestação da violência que são objeto de análise deste estudo, e que são apresentadas por ele como marcantes na sociedade brasileira. O linchamento foi classificado pelo autor como “vingança onde a justiça é feita pelas próprias mãos”. Nele o ato violento aparece como um mecanismo destinado a promover a justiça quando a lei falha, tarda ou é simplesmente inexistente (ibid., p. 28). A violência policial é retratada a partir da pergunta simbólica “Você sabe com quem está falando?”, a qual o autor afirma ser tão familiar a todos nós. Ressalta que é a forma de violência que tortura operários e prende meliantes desempregados somente porque eles não estão “portando” uma simples carteira de identidade, ou seja, é a exploração do sistema, feita sempre por quem está em cima e para quem está embaixo (DAMATTA, 1982, p. 33).

O destaque que consideramos essencial, em consonância com o autor, é a necessidade de pensar a especificidade da violência brasileira, conforme citação:

O discurso teórico e radical sobre a violência é uma expressão da sociedade brasileira e por isso mesmo tem que ser englobado na análise sociológica desta sociedade. Não pode ser simplesmente rejeitado como errado ou exagerado. Se tal discurso existe, é porque ele tem um significado social e político que importa tentar apanhar. (DAMATTA, 1982, p. 22)

Adorno e Dias (2014) abordam sobre a violência a partir da seguinte questão: faz sentido falar de monopólio estatal da violência no Brasil? Evidenciam que este, como os países ocidentais, vivenciou um processo de modernização, mas no caso particular da sociedade brasileira “as garantias constitucionais e os direitos e políticos permaneceram

restritos à esfera das elites proprietárias” (ADORNO e DIAS, 2014, p. 189). Os autores usam o termo violência endêmica sob duas perspectivas: a violência tanto do “mundo da delinquência” como a violência institucional, em suas formas múltiplas, com destaque para a praticadas pela instituição policial.

Nesse contexto, a forma de conter e reprimir os crimes e o crescimento da violência urbana se dá com o aumento da violência policial. A explicação apresentada pelos autores é que essas duas formas de violência são situações que remontam às raízes, às tradições autoritárias da sociedade brasileira. Utilizam como exemplo de situações onde foi utilizada de forma abusiva a força física episódios históricos de massacres como Carandiru, Candelária e Carajás<sup>31</sup>.

Iniciamos apresentando o entendimento de violência de acordo com a OMS. Entretanto, se faz necessário, para melhor auxiliar na compreensão do campo empírico deste estudo, atualizar essa definição de violência. Partiremos das contribuições de Galtung (2003) com o propósito de discutir o entendimento de violência estrutural, por considerar sua perspectiva conceitual fundamental à construção teórica ora em elaboração sobre a realidade brasileira.

Consideramos que a violência no Brasil é estrutural e institucionalizada. Um dos aspectos que permite dar início à análise na perspectiva desta compreensão é o contexto histórico marcado pela ocorrência do regime escravagista já citado, bem como outros aspectos que serão evidenciados a partir do referido conceito. A importância dada à escravidão se justifica pela forma como a violência na contemporaneidade atinge particularmente de forma mortal os corpos negros. A anterior condição de coisificação desses corpos deu lugar na atualidade ao seu atrelamento com a inferioridade, a marginalidade concretizada, tomando forma através do racismo marcante na sociedade brasileira.

Nada mais simbólico para representar essa condição vivenciada pelos corpos negros do que uma imagem do século XX, uma foto feita pelo fotógrafo Luiz Morier, exibida em revistas e livro didáticos, de um fato ocorrido em 1983. Trata-se de uma blitz feita pela Polícia Militar - PM, em uma área identificada na época como estrada Grajaú-Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, na qual homens negros estavam amarrados com um pau pelo pescoço, prática violenta comum durante a escravidão e que se reproduzia em pleno final do século XX.

---

<sup>31</sup> A chacina de Eldorado dos Carajás, Pará – 1996, 21 sem-terra mortos. A chacina da Candelária, Rio de Janeiro – 1993, oito jovens mortos. A chacina do Carandiru ocorreu em São Paulo – 1992, resultou em 111 presos morte.

Galtung (1981), em seu estudo desenvolvido sobre conceituação e tipologias de violência, entre outros aspectos destaca que devemos ser cuidadosos quando se trata de proceder a estudos sobre o tema. Esta seria uma palavra muito emocional, cujo significado abarca fenômenos dispares como guerras, torturas e homicídios (GALTUNG, 1981, p. 93).

A partir destas considerações, o autor define violência

como algo evitável que obstaculiza a autorrealização humana. Entenderemos pela autorrealização humana a satisfação das necessidades do homem. (GALTUNG, 1981, p. 96, tradução livre)

Aprofunda o conceito a partir de um quadro por ele identificado como das necessidades básicas materiais e não materiais, no qual consta um conjunto de categorias fundamentais ao ser humano, necessidades e/ou direitos que todo ser humano deve ter assegurado e bens e/ou meios necessário para garantir a autorrealização humana. Destaca, ainda, que quatro tipos de violências têm lugar quando não se satisfazem as necessidades básicas: violência “clássica”, pobreza (privações de necessidades matérias básicas), repressão (privações dos direitos humanos) e alienação (privações de necessidades superiores).

Outra diferenciação relevante feita pelo autor é entre violência direta e estrutural. Violência direta é entendida como a “destruição corporal repentina causada por um autor que se propõe exercer violência” (ibid., p. 98). Então, Galtung se questiona: pode acontecer violência contra o corpo humano de outra maneira?

Para responder a essa questão, ele introduz o conceito de violência estrutural, apresentando três categorias para sua ocorrência, a saber: na primeira categoria a violência estrutural é pensada como pobreza “estruturalmente condicionada”; na segunda categoria é posta a violência estrutural como repressão estruturalmente condicionada, “intolerância repressiva” e na terceira categoria a violência estrutural é apresentada como alienação estruturalmente condicionada, “tolerância repressiva”. (ibid., p. 98)

Neste sentido, consideramos importante apresentar também que:

Assim, a violência foi definida do ponto de vista do tipo de dano que causa ao homem; isto é, que o foco aponta claramente para a vítima. Mas a pobreza, a repressão e a alienação podem ser consequências da ação deliberada de alguém? (GALTUNG, 1981, p. 99)

Em se tratando da realidade brasileira, a questão da violência estrutural não pode ser ignorada. Cano (2007), mesmo chamando a atenção para o fato de que não exista um

consenso entre os especialistas sobre o significado do termo violência estrutural, define a violência estrutural como aquela que “não é episódica nem acidental” (CANO, 2007, p. 43), mas está na estrutura da sociedade, conforme também propôs Galtung. Para Cano a violência no Brasil pode ser definida como uma violência estrutural, mesmo que não exista um consenso com relação ao seu significado, pois “é possível reconhecer alguns dos traços”.

Esse autor aponta para a importância de se compreender o modo como a violência ocorre em relação aos jovens negros:

A noção de violência estrutural costuma estar associada à negação de direitos básicos dos cidadãos. Nessa visão, a privação de direitos teria, por sua vez, um efeito indireto sobre a violência física, de modo que sujeito privado de direitos estariam expostos a um risco maior de sofrer ou cometer “agressões”. (CANO, 2007, p. 41)

Salientamos, ainda, o destaque dado pelo autor a outro aspecto que tem sido recorrente na realidade brasileira, visível em contextos onde a violência é comum: costuma ocorrer a naturalização de sua prática. Fica evidente a reprodução cotidiana de determinadas regras a partir da interiorização de um conjunto de valores que fazem isso possível.

Galtung (1981) também se posiciona em relação à ideia de pensar a violência como natural, ressaltando que:

Por outro lado, o tipo IV seria o caso puro da violência estrutural, uma vez que não existe um autor, mas um estado permanente de violência que não pode ser descrito como natural (no sentido de ser "inevitável"), a violência deve ser inerente para a estrutura social. (GALTUNG, 1981, p. 94)

Essas visões expressas por Cano (2007) e Galtung (1981) parecem estar de acordo com a observação feita por Schwarcz e Starling (2015) quando atentam que a violência não é um fenômeno natural. Portanto, não deve ser naturalizada, uma vez que o processo de naturalização não contribui para mudar esse contexto histórico. O estado de naturalização da violência, segundo Cano, levaria a posições como a exemplificada a seguir:

Depoimento de mães de jovens torturados ou executados por agentes do Estado lamentando que seus filhos “tivessem sido tratados como bandidos”. Ou seja, eles receberam um tratamento que é aceito para certos grupos sociais – os bandidos –, dos quais eles não fariam parte. (CANO, 2007, p. 43)



O processo de naturalização da violência colabora fundamentalmente com esse tipo de compreensão de que, para determinados grupos, tal posicionamento é permitido, mesmo que sejam atitudes arbitrárias. Conforme ressalta o autor, discute-se o critério de seleção das pessoas. Ao invés de se questionar a ilegalidade desses atos – que devido à forma como ocorrem se constituem em crimes –, para a sociedade alguns grupos e pessoas podem ser, sim, alvo desses procedimentos.

Além disso, Cano (2007) identifica os determinantes estruturais da violência, ressaltando os seguintes aspectos: pobreza, desigualdade e urbanização. Cano ressalta que pensar na violência também pode ser compreendido como ferramenta de construção de identidade, que apesar de tratar-se de um aspecto controverso, é possível pensar a violência como uma forma de afirmação, por parte dos jovens excluídos, para estes obterem respeito e visibilidade em uma sociedade que lhes nega por outras vias (CANO, 2007, p. 44).

O ponto crucial para esse estudo é evidenciar que, no decorrer do tempo, na construção da sociedade brasileira, tem se perpetuado um processo de permanência que identifica o Brasil como um país marcado por paradoxos: é e não é um país racista; é e não é um país violento. E o contexto histórico marcado pela ocorrência da escravidão e com as permanências dela decorrentes permite afirmar que o racismo também é estruturante, potencializa e é dialeticamente potencializado pela violência, que também é estrutural nessa realidade. Assim, perpetuam-se as violações e os estigmas concretizados através de atitudes tanto interpessoais como institucionais.

Sobre a violência institucional, observa-se, especialmente em relação ao jovem negro, que ela é potencializada pelo racismo e se concretiza através da ação de violação dos seus direitos, realizada por funcionários na condição de operadores do sistema público, nas mais diversas situações, com destaque para aquelas que atingem esses corpos mortalmente.

Berzins (2009), analisando sobre a violência institucional contra a pessoa idosa em instituição na área da saúde, atenta que o conhecimento sobre esse tipo de violência ainda é escasso no contexto brasileiro, e que o “termo violência institucional provoca dúvida e confusão” (BERZINS, 2009, p. 72). Dentre os pesquisadores que trabalham o termo e são citados pela autora, daremos destaque a três, que abordam aspectos essenciais para este estudo. Primeiro, Berzins cita Minayo (2003, apud Berzins, 2009) que define violência institucional na perspectiva de prejuízo emocional, físico e pessoal. Para ela:

Violência institucional é a ação de constrangimento e despersonalização sobre os indivíduos por parte de várias

organizações públicas e privadas cujo objetivo seria prestar serviços aos cidadãos. Tal situação frequentemente acontece em serviços de saúde, em escolas e, sobretudo em prisões. (BERZINS, 2009, p. 72)

Segundo aspecto a ser ressaltado, tomando como referência Queiroz (2006, apud Berzins, 2009), diz respeito à afirmação de que a “violência institucional é pouco conhecida e estudada”. Apesar de ser possível afirmar que é exatamente na área da saúde onde temos alguns avanços, é importante concordar com o autor citado quando ressalta que a violência institucional, nas instituições de longa permanência, oferece dificuldades para o desenvolvimento de pesquisas (ibid., p. 72).

O terceiro aspecto, embasado em Enriquez (2001, apud Berzins, 2009), dá destaque à violência institucional como uma manifestação de violência não percebida. Isso porque “as instituições são associadas ao caráter de proteção e de formação e não existe no pensamento humano a possibilidade de vê-las como agentes de violência” (ibid., p. 53).

Desta forma, a partir dos autores citados e de outros, Berzins (2009, p. 78) afirma que:

A violência institucional pode ser compreendida a partir do ponto de vista do poder e da imposição. O poder é a forma mais flagrante da manifestação da violência. Poder e violência estão diretamente relacionados entre si.

Berzins (2009) apresenta uma pesquisa realizada em oito países pela OMS, identificada como “Vocês Ausentes” (2002), sobre violência institucional contra os idosos, onde os profissionais foram considerados como vítimas, mas também como perpetradores das violências. Constatações que serão evidenciadas também nos documentos que apresentaremos a seguir sobre violência contra crianças e adolescentes.

Consideramos importante destacar também o entendimento sobre violência institucional publicado no documento “A violência contra meninos, meninas e adolescentes: informe da América Latina: um Marco de Estudo Mundial das Nações Unidas” (2006), que aborda de forma ampla sobre um conjunto de questões e violências vivenciadas por crianças e adolescentes. “Entendendo por violência institucional as diferentes formas de violências praticadas por instituições do Estado através de seus órgãos e agentes em função da manutenção de lei e ordem isto é controle social” (2006, p. 54, tradução livre). Neste documento é dado destaque especial a esse tipo de violência a que estão submetidos meninos, meninas e adolescentes nas mais diversas situações, incluindo aqueles em sistema de reclusão, ou seja, por estarem em conflito com a lei, em diferentes países da região.

Em outro documento, publicado também pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas, específico para tratar sobre a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent, intitulado “Violência Institucional: quando o Estado agride a criança” (2004), fica evidenciado que “a violência em nosso país assume diversas facetas, mas uma das mais preocupantes é a institucional”. No documento a violência institucional é caracterizada “como aquela cometida justamente pelos órgãos e agentes públicos que deveriam se esforçar para proteger e defender os cidadãos” (ILANUD – Justiça Global 2004, p. 117).

No documento são apresentados os resultados das consultas feitas aos meninos, meninas e adolescentes, com o objetivo de identificar as diversas formas de manifestações e tipos de violências experiências por eles. Os destaques foram: “suas experiências com a polícia, em instituições que prestam serviços de saúde e igreja” e “constataram também manifestação de violência, maus-tratos e discriminação em casos de serviço de transportes público e em centro de proteção” (ibid., p. 119).

No documento consta a compreensão da sociedade em relação a questão, daí ficando patente que, apesar das conquistas com a Constituição de 1988, existe aspectos que não avançaram. Mesmo tendo uma constituição democrática, “o Estado brasileiro continua a fazer uso de práticas autoritárias herdadas do período da ditadura militar, em nome da manutenção da lei e da ordem – portanto, do controle social” (ILANUD – Justiça Global, 2004, p. 126).

Detalhando ainda mais essa realidade brasileira, o documento evidencia que:

A violência institucional contra a população jovem nos deixa distantes da idéia de um Estado democrático, já que crianças e adolescentes ainda não são vistos como cidadãos sujeitos de direitos. Reconhecer que nos últimos 15 anos avançamos muito ao ratificar convenções e tratados internacionais de direitos humanos, inclusive tendo internalizado formalmente a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente da ONU, não é suficiente para assegurar a dignidade humana, em especial a integridade física e psicológica, dos nossos adolescentes. (ILANUD – Justiça Global, 2004, p. 138)

Basto e Silva (2007) acentuam a observação constante no documento, ao sinalizar que a adolescência por si só já é um fator de vulnerabilidade diante da violência institucional. O ponto ressaltado pelos autores é que para a sociedade o adolescente, o jovem, enquanto indivíduo, não está autorizado a fazer questionamento. Assim, as relações institucionais com os jovens acabam privilegiando atitudes que radicalizam as regras, em detrimento de uma compreensão no trato com os adolescentes respeitando as especificidades desse grupo, e considerando os direitos fundamentais previsto em leis e normas nacionais e internacionais.

Neste sentido, destaca a violência institucional como sendo:

Aquela praticada nas instituições prestadoras de serviços públicos, como hospitais, escolas e delegacias cometida pelos agentes que deveriam proteger os cidadãos, e não violar seus direitos. (BASTO e SILVA, 2007, p. 123)

São citados pelos atores exemplos de instituições e situações que evidenciam manifestações desse tipo de violência – desde abrigos que prolongam a permanência sem necessidade até situações que promovem a “transformação do adolescente em perigosos e temidos bandidos”, “prisões que incapacitam adultos para vida livre, produtivos”. Além dos exemplos, observam também a forma como se procede, com violência, nessas instituições: tortura, choques elétricos, espancamento, afogamento, morte e desaparecimento dos corpos.

Segundo informação constante no Portal da ONU Brasil sobre prática de racismo em presídios brasileiro:

O relator coletou depoimentos em presídios que apontaram o uso frequente da tortura e dos maus-tratos tanto no contexto do momento da prisão como no interrogatório feito pela polícia nas delegacias, assim como nas penitenciárias.<sup>32</sup>

O relatório evidenciou também que:

Chutes, agressões com cassetetes, sufocação, choques elétricos com armas ‘taser’, uso de spray de pimenta, gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral e balas de borracha, abusos verbais e ameaças foram reportados como os métodos mais frequentes utilizados pela polícia e agentes carcerários, que não costumam ser punidos por tais práticas, disse o relatório.<sup>33</sup>

Para Reis (2001), a violência tem atingido de forma racialmente desigual a população civil, e a marca que os negros carregam, da cor da pele, tem decidido quantos deste grupo racial vão morrer e quantos vão viver no Brasil. Outro aspecto que chama a atenção mundial, no campo da violência que se delineia no país, está relacionado com a tortura de presos comuns em delegacias, portanto, presos que estão sob a custódia do Estado. O resultado do conjunto dessas análises tem convergido para o campo das políticas de segurança,

---

<sup>32</sup><https://nacoesunidas.org/relator-da-onu-condena-pratica-de-tortura-e-racismo-institucional-nos-presidios-brasileiros/>.

<sup>33</sup> Idem.

implementadas em paralelo com a retirada de outras políticas fundamentais para o conjunto da nação brasileira.

A constatação do relatório sobre as minorias confirma as observações de Reis quase 15 anos depois:

No Brasil, a violência, a criminalização e a pobreza “continuam a ter uma cor”, afetando de forma desproporcional a população negra do país. Esta foi a constatação da relatora especial das Nações Unidas sobre questões de minorias, Rita Izsák, que apresentou nesta terça-feira (15) suas avaliações sobre a conjuntura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos da ONU.<sup>34</sup>

Ao destacar a questão da violência institucional em relação ao segmento negro da população brasileira, priorizamos os jovens por serem historicamente vitimizados nas mais diversas ações institucionais, particularmente pela polícia militar. Em se tratando da violência institucional policial direcionada a esse segmento, compreendemo-la a partir do ponto de vista do abuso do poder, do autoritarismo, ou melhor, da imposição do poder. Consideramos pertinente refleti-la a partir da compreensão sociológica e histórica de Max Weber, para quem “o estado tem o monopólio legítimo da força”. Tal ideia ainda é presente e se faz notar em ações ilegítimas em nosso contexto histórico, ferindo, desta forma, direitos legais.

Mesmo considerado que o entendimento foi pensado em outro contexto histórico, conforme destaca Adorno (2002), em um artigo que tem como objetivo refletir sobre *O Monopólio Estatal Da Violência Na Sociedade Brasileira Contemporânea*, o “Estado moderno constituiu-se como centro que detém o monopólio quer da soberania jurídico-política quer da violência física legítima. A explicação tem uma razão de ser. Porque o processo resultou na progressiva extinção dos diversos núcleos beligerantes” (ADORNO, 2002, p. 06), marcante no período medieval europeu.

O autor sinaliza então que “o conceito weberiano de Estado envolve, pelo menos, dois componentes essenciais: monopólio legítimo da violência, dominação do território”. Ressaltando que na “sociedade moderna, não há, por conseguinte, qualquer outro grupo particular ou comunidade humana com direito” a recorrer à violência, só o Estado.

Desta forma, reafirma que:

---

<sup>34</sup> No Brasil, a violência, a criminalização e a pobreza “continuam a ter uma cor”, afetando de forma desproporcional a população negra do país. Publicado em 15 de março de 2016.

Sob esta perspectiva, é preciso considerar que, quando Max Weber está falando em violência física legítima, ele não está sob qualquer hipótese sustentando que toda e qualquer violência é justificável sempre que em nome do estado. Fosse assim, não haveria como diferenciar o estado de direito do poder estatal que se vale do uso abusivo e arbitrário da força. Justamente, por legitimidade, Weber está identificando limites ao emprego da força. (ADORNO, 2002, p. 08)

Pensando a realidade brasileira, Adorno apresenta com relação à violência um conjunto de questões sobre sociedade embasada na ideia de Weber. Destas destacaremos o que foi identificado como problema de legitimidade das instituições, identificado em três aspectos: “a baixa eficiência dessas agências – especialmente das polícias militar e civis em prevenir crimes e investigar ocorrências”; “aos tradicionais obstáculos enfrentados pelo cidadão comum no acesso à justiça acabam estimulando a adoção de soluções privadas para conflitos de ordem social (como os linchamentos e as execuções sumárias)” e manifestações coletivas de obsessivo desejo punitivo que contemplam punição sem julgamento, pena de morte, violência institucional, leis draconianas de controle da violência e do crime (ibid., p. 29).

Mena (2015), abordando o primeiro problema, adverte que há prevalência dos flagrantes sobre a investigação, que na verdade gera distorção. Citando Soares, explica porque são os crimes passíveis de flagrantes aqueles que acontecem nas ruas, portanto, sob um filtro social, territorial e racial registrados. É feita uma comparação dos números de São Paulo em relação à Nova York. A conclusão em relação a São Paulo é que as “abordagens contam como indicador de desempenho policial e que tanto a polícia como o governo usam os números para dizer que estão trabalhando” (ibid., p. 25).

A maior parte dos casos de mortes envolvendo policiais é arquivada ao chegar ao Ministério Público, que muitas vezes acata procedimentos de exceção como quebra de sigilo e invasão de domicílio. {...} a condição de vida de quem morreu o local onde se deram os fatos ou a existência ou não de antecedentes criminais já são suficientes para identificar a morte como legítima e arquivar o caso. (MENA, 2015, p. 20)

Constata ainda que:

Policiais são raramente levados à justiça e a ampla maioria das vítimas não obtém qualquer tipo de reparação. Por exemplo, uma recente revisão de 220 investigações de mortes pela polícia, aberta em 2011

na cidade do Rio de Janeiro, descobriu que, após quatro anos, apenas um oficial de polícia havia sido acusado<sup>35</sup>

Quanto ao segundo problema, salienta a questão do acesso. Castro (2013), apresentando resultado de pesquisa realizada por Cardia (1997, apud Castro, 2013), evidencia que respostas dos participantes afirmavam que “a desigualdade econômica justifica a desigualdade no trato pessoal e nos direitos”. Observando, desse modo, que essa desigualdade influencia também o trabalho do “policial, neste sentido os grupos mais pobres não teriam direito a um atendimento igual aquele dispensado aos grupos mais ricos” (CASTRO, 2013, p. 20).

Assim:

As raízes autoritárias organizam conteúdos e formas de relações sociais centrados em eixos de desigualdades quais sejam simbólicas ou materiais. Assim, nessa sociedade, o outro não é percebido como igual como sujeito. Esse outro passa a ser objetificado. (CASTRO, 2013, p. 20)

Bueno (2014), analisado a manutenção da violência policial no estado de São Paulo, diz que mesmo no Brasil pós processo de redemocratização, a reprodução de padrão violento de atuação responde à lógica que informa a própria missão da instituição. O padrão de atuação violenta não pode ser assumido como desvio de conduta individual. Esse padrão é inerente ao processo de formação do policial militar em São Paulo, ou seja, é a marca desta instituição.

A constatação de Bueno (2014) nos permite finalizar essa terceira parte com observações que podem contribuir para avançarmos na direção de buscar outro entendimento sobre a explicação da violência institucional policial. A proporção bem como a gravidade em relação à mortalidade dos jovens, em particular dos jovens negros, tem contribuído para que já há algum tempo setores da sociedade falem em situação de guerra, em algumas áreas no Brasil.

Três questões contraditórias tomaram formas no sentido de justificar ações de combate ou enfretamento e essa pseudo-guerra. Primeiro, que a ideia de guerra – mesmo que amplamente não seja intitulada dessa forma – seria uma maneira de combater o aumento da violência pelo combate às drogas. Segundo, o aumento da violência e o descrédito por parte da sociedade nas instituições públicas, e em particular na justiça, tem levado a uma onda de

---

<sup>35</sup> <https://nacoesunidas.org/brasil-violencia-pobreza-e-criminalizacao-ainda-tem-cor-diz-relatora-da-onu-sobre-minorias/>.

propagação da promoção da “justiça com as próprias mãos”, através dos linchamentos e/ou em afirmações como “bandido bom é bandido morto”. Terceiro, se trata do que foi identificado por Batista (2015) de Estado de polícia, caracterizado como sendo um “conjunto de projetos que dominam a cidade: reeducar para a nova ordem” (BATISTA, 2015, p. 96), na qual os protagonistas não têm mais o receio de se expor, de colocar em evidência seu ódio aos diferentes, aos subalternizados, dentre outros.

### 3.4 UMA CRIMINOLOGIA MARCADA PELA PERSPECTIVA PUNITIVA

“(…) todo escravo que mata o seu senhor pratica um ato de legítima defesa.”

“Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime.

Mas nossos críticos se esquecem que essa cor é a origem da riqueza de milhares de ladrões que nos insultam; que essa cor convencional da escravidão. tão semelhante à da terra, abriga sob sua superfície escura, vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade”. (Luís Gama)

Nesta quarta parte iniciamos com trechos do pensamento de Luís Gama, que viveu no século XIX, filho de uma africana, Luísa Mahin – que era quitandeira no comércio na cidade de Salvador e, principalmente, uma liderança negra, à época participante da Revolta do Malês –, com um português. Em 1860 passou a atuar como jornalista, advogado, abolicionista, defendendo com veemência em sua prática enquanto advogado e sua atuação jurídica a luta pela libertação dos escravizados. Segundo registros, “sozinho, foi o responsável pela libertação de mais de mil cativos”. Consta ainda que atuava “exclusivamente com o uso da lei”, conforme as normas que prevaleciam na época.

Vale lembrar que um dos aspectos marcantes que aproxima as duas formas de manifestação do racismo e sua concretização através da violência ora em estudo, que tem vitimizado os jovens negros brasileiros, é a ideia de concretização da possibilidade de punição daqueles possíveis responsáveis de ter, supostamente, praticado algum ato considerado ilegal, tanto por parte dos que estão na condição de operadores do sistema de segurança como por parte da população. Assim, uma compreensão de justiça sempre dentro de uma perspectiva punitiva tem sido utilizada por ambos, nas mais diversas situações, nas quais agem por conta própria, ou seja, burlando as leis e fazendo o que em seu entendimento é justiça.

Freitas (2015, p. 13) ressalta os diversos discursos e representações que alimentam o imaginário social brasileiro acerca das penas, punições e castigos, tais como: superlotação dos presídios; cenas de torturas; “perversos chefes do crime”; notícias de linchamentos; execução



de jovens que supostamente têm envolvimento com práticas delituosas; questões referentes à epidemia das drogas e à reiterada noção de guerra ao tráfico e aos traficantes, com destaque para “militarização de comunidades e ocupação de territórios”; a formatação e realização de programas e propagandas de TV com divulgação de propostas que visam leis penais mais severas e mesmo o extermínio dos “criminosos” e “delinquentes”.

Assim, o imaginário da solução da criminalidade a partir da “ideia de um Estado penal forte e de um sistema de justiça criminal implacável” ganha hegemonia na sociedade. Reafirmam-se, desse modo, os desejos punitivos hipertrofiados, não só por parte do “cidadão comum” como também no meio parlamentar, “ou mesmo nos campos de reflexão acadêmica sobre o direito” (FREITAS, 2015, p. 13).

Flauzina e Freitas (2015, p. 8), reafirmando a marca do punitivismo na realidade brasileira, constataam:

que “a cultura jurídica-penal brasileira segue atada ao paradigma do punitivismo” e afirma que a Lei nº 13.142, de julho de 2015 é uma fiel ilustração do populismo penal, concluindo que o reconhecimento do efetivo papel das polícias na construção da segurança só se dará se afastarmos as atribuições de matar e de morrer da guerra a que temos convocado estes profissionais.

É evidenciado também pelos autores, e, porque não dizer, em coerência com o pensamento de Luís Gama, que:

Num contexto em que o valor da vida dos dejetos humanos que a escravidão produziu se deteriora a passos galopantes, uma intervenção a partir das trincheiras passa então a ser não só uma necessidade de se expor realidades, mas sobretudo, um imperativo ético (FLAUZINA e FREITAS, 2015, p. 7)

Para discutir a questão do punitivismo, Flauzina e Freitas, dentre outros, destacaram o processo de tramitação da lei 13.142/2015, que trata do agravamento das respostas penais aos crimes de homicídio e lesão corporal praticados contra os mais diversos operadores e seguimentos da área da segurança pública. Fica evidente a contradição em relação aos “significados do alargamento do rol dos crimes hediondos para o sistema de justiça criminal tendo em conta o quadro geral de homicídios no país, suas implicações raciais e os desafios atinentes à vitimização e letalidade policial” (ibid., p. 8).

Desta forma, é importante assinalar que o contexto contemporâneo brasileiro tem sido marcado pela prevalência, no parlamento, de propostas de leis e processuais penais

impulsionadas por um suposto crescimento da violência, que acaba contribuindo para implantar na sociedade um “implacável combate por meio da via jurídica penal”. As observações de Freitas (2015) são de fundamental importância, no sentido de evidenciar que a lei 13.142/2015, em tramitação, entre outras, só contribui para agravar ainda mais o quadro da violência brasileira, marcada pelos altíssimos índices de “mortes de jovens-homens-negros”, as expressivas taxas de encarceramento e o modelo de segurança baseado em paradigmas bélicos, quando na verdade esses seriam os temas que mais deveriam preocupar gestores públicos, intelectuais e legislativos brasileiros (ibid., p. 31).

Outra questão ressaltada por Freitas (2015, p. 37) é a formação, no parlamento brasileiro, de uma bancada de parlamentares marcada pelo conservadorismo:

os analistas políticos e parlamentares ligados às pautas dos movimentos sociais, assiste-se no Congresso Nacional o fortalecimento de bancadas religiosas fundamentalistas, contrárias aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e aos direitos LGBT; bancada ruralista, atentos a defesa do latifúndio e ao combate aos direitos de agricultores familiares, comunidades tradicionais e trabalhadores rurais sem terra e bancadas da segurança pública, engajadas na aprovação de leis penas duras e de pautas corporativas de policiais e dos comerciantes de armas e munições.

Podemos utilizar um conjunto de aspectos para explicar o quadro evidenciado acima. Optamos por considerar, para tanto, o contexto histórico de como se estruturaram as leis, a ideia do direito penal, bem como a criminologia em um país marcado pela ocorrência da escravidão. Oshima (2012) destaca que, nas últimas décadas do século XIX, a criminologia começa a ganhar força no Brasil, tratando também da importância e aceitação no país das ideias sobre criminologia expostas pelo médico italiano Cesare Lombroso. Tendo vivido no século XIX, Lombroso relacionava em seu estudo doenças e crimes, sendo que suas pesquisas foram realizadas em prisões e asilo, e focalizava também o homem negro.

Duarte (2017), discutindo sobre direito penal, criminologia e racismo, estabelece três momentos marcantes no diálogo “entre a questão criminal e as relações raciais”. Primeiro, o autor identificou a especialização da Criminologia como ciência, cujo período é a década de 1870, sinalizado ainda que a obra inaugural foi *O Homem Delinvente*, de Césare Lombroso. Tratava da existência de uma “criminalidade diferencial dos negros e indígenas que era explicada/justificada com o argumento da inferioridade das raças” (DUARTE, 2017, p. 28).

Um segundo momento seria a partir da década de 1960, período caracterizado por uma “revolução de paradigmas científicos” no âmbito da Criminologia, devido à ocorrência do que

seria para o autor um “impulso desestruturador de desconstrução e deslegitimação do sistema penal” (ibid., p. 30). As consequências foram denúncias da violência institucional e da desigualdade de tratamento no sistema de justiça criminal. Quanto ao terceiro momento, o ponto central foi, de acordo com o autor, a convivência contraditória da defesa de propostas de desencarceramento, descriminalização e despenalização, fundamentadas em diversos movimentos de política criminal (abolicionismo, minimalismo, garantismo etc.).

Este terceiro momento tem como consequência as seguintes questões:

aumento da seletividade do sistema penal contra os mesmos grupos vulneráveis. Nesse contexto, o encarceramento foi acompanhado de perspectivas tecnicistas da administração da justiça, do discurso sobre “Lei e Ordem” e de difusão da ideia de controle do risco dentro de um modelo de justiça atuarial. Malgrado a pouca presença de discursos abertamente racistas, as agências de controle penal continuam discriminatórias. A pouca presença de discursos abertamente racistas, as agências de controle penal continuam discriminatórias. (DUARTE, 2017, p. 31)

Schwarcz (2011, p. 274), analisando sobre as influências das teorias raciais na realidade brasileiras e nas instituições formadas nas épocas, ressalta que o “direito ganhou um estatuto diferente no Brasil”, e passou a ter uma aproximação com a antropologia, em especial a antropologia criminal. Sinaliza ainda a novidade em relação aos teóricos que passaram a ter influência sobre a Faculdade de Direito do Recife, está marcada não somente na “evidência do fenômeno, mas no tratamento que lhe era reservado a partir de então”. O que significou, portanto, não mais pensar apenas no crime, mas “concentrarem os esforços de análise na figura do criminoso”.

Outro ponto a ser destacado é que mesmo que esses pensadores estivessem todos sob a influência das teorias raciais da época, existiram diferenças de opiniões entre eles: Lombroso pensava o criminoso como o “retorno à selvageria”; para Garófalo, aluno de Lombroso que viveu nas primeira década do XX, o criminoso é um “caso de anomalia moral” e Ferri, que viveu no final do século e início do século XX, sustentava a ideia do criminoso nato, ou seja, que possui “uma predisposição pessoal ao delito” (SCHWARCZ, 2011, p. 166).

Qual a importância da compreensão, para este estudo, do papel desempenhado pelas instituições da época e da aproximação da Escola de Direito do Recife com a antropologia criminal? Começamos sinalizando que a antropologia da época era baseada principalmente em relatos dos viajantes. Trata-se de destacar o peso que essa visão e as compreensões que trazia passou a ter entre os pensadores da Escola de Direito de Recife, tanto relativas às

questões raciais como, e principalmente, acerca das prescritivas e futuras ideia do Brasil enquanto nação. Pontuamos, ainda, o papel de destaque que foi dado à figura de Silvio Romero neste contexto.

Conforme constata Schwarcz (2011, p. 155):

A partir de Romero, o direito ganha um estatuto diferente no Brasil. Passa combinar com antropologia, se elege como “sciencia” nos moldes deterministas da época e se dá o direito de falar e determinar os destinos e os problemas da nação.

Todo esse contexto histórico ganhou uma dimensão política ainda maior com a criação e lançamento da Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, que passou a ser o espaço de debate. Neste, segundo a autora, “os estudos de antropologia criminal e de direito penal cumprirão um papel capital, como se para eles confluíssem os grandes debates sobre os rumos dessa nação” (ibid., p. 157). Por outro lado, também deve ser destacado e marcou esse contexto no que diz respeito à relação da antropologia criminal com a Escola de Direito de Recife as influências das ideias de Lombroso, Garófalo e Ferri.

Se ressaltamos, inicialmente, a Escola de Direito de Recife, fundada 1827, outra instituição que também teve um papel importante nesse contexto histórico, segundo Schwarcz, foi a Escola de Medicina da Bahia, criada por Dom João VI em 1808, quando da chegada da família real portuguesa. Esta, como a outra instituição, por um lado, foi um meio de propagação das teorias raciais e, por outro, nela, assim como na Escola de Direito, uma figura de destaque foi o médico Nina Rodrigues; legista, eugenista psiquiatra, professor, antropólogo, nascido na cidade de Vargem Grande, Maranhão, em 4 de dezembro de 1862.

Schwarcz (2011 p. 272) nos lembra que o médico legista Nina Rodrigues colocou em discussão naquele período não só a inferioridade biológica e cultural do povo negro, mas uma preocupação com o que foi identificado como a inexistência de uniformidade étnica. Acreditamos, entretanto, não ser possível desconsiderar as influências das teorias raciais nas pesquisas do médico em relação ao povo negro.

Destacaremos, conforme a autora acima citada, os pontos comuns entre essas duas instituições que tiveram uma grande importância enquanto formadoras de opinião sobre os negros na região Nordeste, esta marcada significativamente pela presença negra, não só em termos numéricos, mas nas relações identitárias com os ancestrais africanos. Primeiro, o peso da mestiçagem compreendida como aspecto negativo para os participantes da Escola Medicina, que consideravam existir uma alta incidência de moléstias contagiosas na

população mestiça brasileira. Segundo, a apropriação das influências das teorias raciais pela Escola de medicina de Bahia e de Direito em Recife, como forma de explicação. Terceiro, assim como na Escola de Direito de Recife na Escola de Medicina da Bahia o “objeto não deveria ser mais a doença e ou o crime, mas o criminoso”, ou seja, era no cruzamento racial que se explicaria a criminalidade, a loucura, a degeneração.

É importante destacarmos também a postura de Nina Rodrigues em relação ao código penal, já que ele foi influenciado pelas ideias do Conde Arthur de Gobineau. Tido por muitos não só como o pai da teoria da degenerescência, mas também o pai das teorias racistas, ele considerava que a miscigenação contribuía para a degeneração. Neste sentido, defendia a impossibilidade de punir da mesma forma raças com níveis de evolução diversos, de certa forma, contribuindo com punições mais severas para um determinado grupo em especial.

Oshima (2012) aponta Nina Rodrigues como um dos receptores da teoria lombrosiana no Brasil, sendo considerado pelo próprio Lombroso como apóstolo da Antropologia Criminal na América do Sul. Criador da teoria da criminalidade étnica, defendia que em uma mesma sociedade poderiam ser encontradas raças em diferentes fases de evolução (moral e jurídica).

Na citação a seguir fica explicitado o posicionamento de Nina Rodrigues em relação ao povo negro:

O problema negro se desmembrava em múltiplas feições: “uma do passado: -- negros africanos que colonizaram o país; outro do presente – negros, bahianos, crioulos e mestiços; a última do futuro – mestiços e brancos crioulos”. (OSHIMA, 2012, p. 209)

É importante reafirma as influências das teorias europeias e principalmente do evolucionismo social na forma de interpretação da realidade brasileira à época. Neste sentido, realçaremos alguns aspectos, dentre muitos outros, marcantes no pensamento de Nina Rodrigues sobre o povo negro que chamam a atenção na citação acima. Primeiro, que os problemas são de múltiplas feições do povo negro. Segundo, que no passado o autor identifica os negros africanos como os que colonizaram, mas deve ser demarcado que estes foram subalternizados. Terceiro, que são vários os grupos de povos africanos e a mestiçagem se torna marcante na realidade brasileira, que define um padrão de gradação de tons de pele. E, por fim, a ideia de desaparecimento do povo negro, já que, segundo o autor, no futuro é identificado o mestiço e o branco crioulo, como o negro deixando de existir.

A mestiçagem é outra questão que deve ser ressaltada como parte das ideias do médico Nina Rodrigues, relacionadas à constituição do país como nação. Rodrigues assinala, na

citação acima, que mestiçagem é um ponto de tensão, principalmente entre os intelectuais baianos, devido à novidade que ela significava: “a insegurança de seus diagnósticos, as dificuldades na avaliação científica dessas populações”.

Numa perspectiva negativa, identificamos, ainda, a presença e a força das ideias de Nina Rodrigues enquanto propagador das teorias raciais no âmbito da criminologia no período do pós-abolição no país, bem como os papéis marcantes de propagadoras da Escola de Direito de Recife e da Escola de Medicina da Bahia. Schwartz (2011) mostra que Silvio Romero e a Escola de Direito de Recife construíram uma versão brasileira da teoria da degenerescência, ao estruturar a ideia da miscigenação dentro da perspectiva positiva, ajudando assim a edificar a imagem do homem mestiço e cordial. Por outro lado, retomando uma linha de abordagem que tem perpassado este estudo, que a ideia de permanência, vale destacar um aspecto não tratado pela autora: o imaginário do mestiço criminoso perdurou.

Sobre a questão da punição trazemos Carvalho (2013), a partir da formulação da pergunta: Por que castigar? Este autor afirma que a questão suscitada pode ser entendida em dois sentidos diferentes: o científico e o filosófico. Mas, argumenta que a primeira indagação estaria sustentada na existência do fenômeno pena (fato punição), significando problemas de ordem histórica ou sociológica (criminológica, sobretudo). A segunda questão revelaria o dever-ser (jurídico) da pena, isto é, do direito de punir, que remeteria às prescrições normativas de acordo (FERRAJOLI, 1998).

Partindo desse pressuposto, o autor faz uma crítica à matriz positivista científica que estaria contribuindo para a fragmentação do estudo da pena em dois campos: a criminologia e a questão da punição e o direito penal e a questão jurídica da pena. Destaca também a impossibilidade de diálogo entre os saberes (penal e criminológico), sugerindo, então, a necessidade de propostas alternativas, ou seja, uma ruptura com a assepsia positivista.

A partir daí, ressaltamos também o fenômeno do encarceramento massivo, marcante na realidade contemporânea brasileira. Esta estratégia de prisionalização tão utilizada pelo Estado atual não vem obtendo os resultados esperados de redução das taxas de criminalidade. Evidencia, por outro lado, a seletividade do sistema penal e a vulnerabilidade de determinadas pessoas e grupos à criminalização, chamando a atenção para a tensão entre Estado de polícia (poder de coação direta) e Estado de direito (limitação do poder), ou seja, que as normas estabelecidas sejam seguidas, contribuindo para que sejam projetadas ações positivas.

Flauzina e Freitas (2015, p. 8) também atentam a esta questão ao caracterizar a contracorrente da cultura punitiva, sinalizando que:

É desse lugar, desse ângulo que associa vozes para confrontar o silêncio que cobra a fatura em tempo e em vida, que nos lançamos à análise de inovações legislativas, de rumos políticos criminal e de embate jurisprudenciais.

Em relação às possibilidades de inovações, os autores destacam:

Que na segunda metade do século XX foi designado pelos criminólogos críticos latino-americanos como direito penal subterrâneo – em se referindo às violências ilícitas “toleradas” pelo sistema penal – tem se tornado direito penal oficial, que não apenas é “tolerado”, mas, de fato, festejado e propagado com ampla tutela judicial. A dimensão privada destas práticas vai sendo convertida em prática oficial através de uma série de legislação penais e de escolhas de políticas criminal comprometidas com o racismo e de eliminação física de corpos negros. (FLAUZINA e FREITAS, 2015, p. 10)

Lola (1982) também faz uma crítica ao modelo do Código Penal, argumentado que o mesmo não representaria um consenso, mas reafirmaria os interesses das classes dominantes. Salienta, ainda, que o pensamento positivista tivera sua origem na política e no pensamento iluminista.

Já Máximo (2000), tomando como referência os estudos de Bergalli, também destaca alguns pontos interessantes. Em primeiro lugar, o reconhecimento de um papel central no nascimento e desenvolvimento de discursos criminológicos na região como processos de “importações culturais” que “traduziriam” elementos do discurso criminológico Europeu e também norte-americano, especialmente no contexto local. Em segundo lugar, o reconhecimento da necessidade do nascimento e desenvolvimento de discursos criminológicos da região que levem em consideração suas especificidades.

Com Codino (2015) avançamos no debate da necessidade de construção de um conjunto de teorias que averiguem a especificidade da realidade latino-americana e africana, no que foi identificado pelo autor como a criminologia do sul, ou primeira criminologia autóctone ao continente. Traz como marco a Venezuela, onde foram realizados eventos de grande importância que reuniram criminólogos europeus e latino-americano nos anos 70, com o objetivo de analisar a violência, momento liminar na criminológico regional.

Assim, Codino contextualiza historicamente a criminologia terceiro-mundista ao apontar seu surgimento nos anos 80, na América Latina, momento no qual também se forma a criminologia africana, e que ambas têm como objetivo o debate sobre a dominação e a violência. Este autor também situa a importância de pensadores, a exemplo de Nina

Rodrigues, da concepção segregacionista que tem prevalecido da urbanização como controle social e das ideias positivista marcantes no século XX.

É identificado como marco teórico desta construção o entendimento de como os latino-americanos se ocuparam de elementos centrais da vida política deste continente com temas estranhos aos europeus. Esta criminologia levou em consideração tanto peculiaridades étnicas, linguísticas e culturais dos países da região como a injusta e as desigualdades econômicas. Codino dá um destaque para a questão do século XXI, na América Latina e no continente africano, cujas vítimas da violência resultam ser, em sua maioria, a população mais jovem, pobres e negros.

Assim, a partir das questões evidenciadas acima o autor atesta a formação de diversos movimentos com o objetivo de impulsionar uma crítica à forma historicamente predominante, no campo penal e no campo da criminologia. Dá um destaque especial ao fato de que a criminologia tradicional, marcada por ideias punitivistas estranhas à realidade latino-americana, entre outras questões, não dispunha de ferramental para análise das especificidades destes países. Mas, com relação à realidade brasileira, mesmo com questionamentos por parte da sociedade, críticas no âmbito do mundo acadêmico e também, de certa forma, por parte de parlamentares, há ainda muito por fazer para atingir outra perspectiva, a fim de “desafiar os estatutos legitimados do racismo que não só promovem, mas sobretudo naturalizam o terror do Estado” (CODINO, 2015, p. 11).

São necessárias ações efetivas por parte da sociedade brasileira relacionadas à questão da segurança. Isso pode ser percebido não apenas devido aos altos índices de mortes violentas e mortes por violência letal (dados constantes no capítulo 4), mas também em decorrência das medidas tomadas pelos governos estaduais e federais na área da Segurança Pública, com destaque para as ações de intervenção e ocupação territorial. Exemplo nesse sentido é o que ocorre no estado do Rio de Janeiro que, desde 16 de fevereiro do presente ano e durante o período de escrita desta tese, esteve sob intervenção militar, por determinação do governo federal, na área de Segurança Pública, e entre 2008 até 2018 foram instalados 42 Unidades de Polícia Pacificador (UPPs). Já na Bahia, em especial em Salvador, a ocupação territorial tem se dado através do programa Base Comunitário de Segurança Pública/Pacto Pela Vida, com previsão de implantação de 34 bases na capital e no interior.

Freitas (2015, p 31) apresenta de forma marcante o significado do que é e do que tem sido a política e o modelo de Segurança Pública no Brasil, atentando que:



O modelo de segurança pública adotado no Brasil é resultado de uma série de opções beligerantes e militarizadas que tem como saldo índices insuportáveis de letalidade. A escolha por um padrão de segurança baseado na ideia de “segurança do Estado”, centrado na pena privativa de liberdade e na convivência entre sistemas públicos e privados de castigos físicos e controle corporal, concentrou-se contra populações negras que vêm morrendo aos montes numa irracional luta fratricida promovida pelo “apetite genocida” das agências estatais.

Referenciado em São Bernardo (2006), ressalta ainda que:

Se antes falávamos em diferenças moldadas em influências genéticas, que justificavam a hierarquização e o domínio, hoje falamos de ambientes físicos e sociais propícios a certos atos de exclusão e isolamento. Se antes criminalizávamos abertamente os negros africanos e seus descendentes, hoje, impera o sutil e oculto de “potencial suspeito” em que o alvo preferencial da imputação penal de condutas, revestido material e simbolicamente de uma racialização na sociedade brasileira é dirigido preferencialmente, a negros e indígenas. (FREITAS, 2015, p. 31)

Na citação acima o autor traça um quadro histórico e contemporâneo da sociedade brasileira com relação à questão da criminalidade. Nesse sentido, tendo por base os argumentos expostos por Codino (2015), Freitas (2015) e Souza (2009), apresentaremos, em linhas gerais, aspectos de dois programas: Programas Nacionais de Segurança Pública / Governo Federal e Política Pública de Defesa Social Programa Pacto pela Vida / Governo do Estado da Bahia.

Conforme consta no documento oficial do Ministério da Justiça, Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências, foram estabelecidos não só normas de funcionamento do programa como todas as ações previstas, estabelecendo que o “Pronasci inova no combate ao crime” ao articular e implementar “políticas de segurança com ações sociais”. Neste sentido, “prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e repressão qualificadas”.

O programa teve como principais eixos:

a formação e a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. (PRONASCI, 2007, p. 4)

O PRONASCI foi estruturado com o objetivo de atender, conforme previsto no programa, a dois públicos: “os profissionais do sistema de segurança pública” e os jovens “de 15 a 29 anos à beira da criminalidade ou que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei – presos ou egressos do sistema prisional” (PRONASCI, 2007, p. 05). No programa, foi previsto um conjunto de ações a serem executadas de forma articulada por um conjunto de instituições e ministérios. A previsão inicial é que o programa seria “implementado nas 11 regiões metropolitanas brasileiras mais violentas, segundo dados dos ministérios da Justiça e da Saúde” à época. Sendo as seguintes cidades: Belém, Belo Horizonte, Brasília (Entorno), Curitiba, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Souza (2009) realizou um processo de avaliação da implantação do PRONASCI em Salvador, destacando que o processo teve início “com a assinatura do convênio firmado entre o Governo Estadual e o Federal no dia 05/10/2007”. Além de Salvador o convênio incluiu outras três cidades com altos indicadores de violência: Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho. Na capital do estado, o critério de escolha dos bairros foi também os índices de violências, sendo os bairros indicados: Tancredo Neves, São Cristóvão do Aeroporto, Pirajá e São Bartolomeu. Mas, ainda seguindo o autor, “só em 29/07/2009 foi implantado o primeiro território de paz, no bairro Tancredo Neves”.

Em sua pesquisa ficou registrado que, conforme informaram os entrevistados, com a assinatura do convênio entre governo federal e estadual formou-se um grupo de trabalho composto por sete secretarias, comandado pela Segurança Pública, incluindo Educação, Cultura, de Promoção da Igualdade, de Justiça Cidadania e Direitos Humanos. Os representantes tiveram a responsabilidade de elaborar o plano de trabalho e a missão de eliminar as intercorrências institucionais surgidas durante o processo, facilitando a interlocução entre elas. Foram definidos eixos de trabalho: Eixo 1 – Políticas Públicas para Recomposição do Tecido Social; Eixo 2 – Políticas Públicas e Ações de Amparo ao Adolescente em Conflito com a Lei e Eixo 3 – Políticas Públicas e Ações Voltadas à Segurança.

A proposta do PRONASCI, conforme projeto elaborado pelo governo federal, contempla a ideia de articular “políticas de segurança com ações sociais”. Todavia, quando da sua implantação em Salvador, Souza (2009) apresenta quatro aspectos que marcaram e de certa forma contribuíram para a inviabilidade do programa. O primeiro deles foi “a distância existente entre a elaboração e a execução do programa”, comprometendo totalmente sua eficácia, inclusive contribuindo para o desperdício de verbas públicas. Segundo, houve

dificuldades de articulação entre os municípios, bem como grandes dificuldades entre as diversas secretarias. Sobre a participação da sociedade civil, inicialmente, por ocasião dos eixos temáticos houve divergências quanto à necessidade dessa participação. Por fim, o programa não foi bem compreendido pelo corpo técnico-administrativo responsável pela sua implantação.

O programa de Segurança Pública em vigência no governo do estado da Bahia foi implantado em 2011, através da Lei nº 12.357 de 26 de setembro de 2011, que institui o Sistema de Defesa Social, o Programa Pacto pela Vida, e dá outras providências. O programa Pacto Pela Vida tem continuidade no governo em exercício durante a escrita desta tese. Assim como os programas federais, o Pacto pela Vida tem como proposta a ideia de atuação conjunta de várias secretarias de governo. Também no programa estadual estão previstas ações estratégicas “que objetivem, no âmbito do Estado da Bahia, a progressiva e contínua redução das taxas de criminalidade, em especial aquelas relacionadas aos Crimes Violentos Letais Intencionais” (Pacto pela Vida, 2011). A previsão inicial é que 34 bases fossem implantadas no estado, sendo 20 em Salvador e 14 no interior da Bahia.

Pinho (2011, p. 03) sinaliza que com o objetivo de “garantia da participação efetiva da sociedade na construção do Pacto Pela Vida, o Governo do Estado realizou em 13 de junho de 2011, na capital do Estado, Salvador, o Fórum Estadual de Segurança Pública”. Participaram do evento tanto entidades empresariais como representantes de movimentos sociais, comunidades terapêuticas e outras instituições.

O ano de 2018 foi marcado por outras ações na área da segurança pública por parte do governo federal. Foi lançado, no mês de fevereiro, a proposta Plano Nacional de Segurança Pública, com execução já prevista para o ano em curso. No mês de abril do mesmo ano também foi aprovado na Câmara federal projeto de lei que cria o Sistema Único de Segurança Pública e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, ainda em tramitação no Senado. O plano, quando aprovado, tem previsão de vigência por uma década, ou seja, 2018 - 2028. Apresentando um conjunto de ações e metas, nele inicialmente é traçado um contexto histórico da situação da violência no Brasil e compromissos firmados pelo governo brasileiro, inclusive relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que contemplam “17 Objetivos e 169 metas, entre elas as que dizem respeito à redução da violência, ao fomento de uma nova governança e da transparência dos sistemas de justiça e segurança” (Plano Nacional de Segurança Pública, 2018, p. 09).

Tomando como referência o tema em estudo, consideramos importante destacar um dos objetivos e estratégias a serem implantados, o que trata da questão da violência letal, no qual está previsto:

Implementar no âmbito da União e estimular a adoção de planos de redução de homicídio nas unidades federativas e municípios, priorizando ações de prevenção focadas nos grupos vulneráveis, em especial jovens na faixa etária entre 12 a 29 anos, negros e pardos e residentes dos territórios mais violentos, fixando metas anuais de redução verificáveis e públicas. (PINHO, 2018, p. 32)

Concluimos este capítulo apresentando possíveis alternativas para esse contexto histórico marcado pela prevalência da ideia punitivista propagada na realidade brasileira, com o objetivo de pensar saídas para a questão da violência a partir de pontos apresentados por Freitas (2015).

Primeiro, o autor ressalta a necessidade da construção de “uma agenda que reduza o encarceramento” e o “controle da violência pelas instituições”, destacando que:

Não é possível avançar na construção de alternativas reais às violências a que são submetidos os grupos sociais historicamente excluídos sem promover uma profunda inversão de prioridades na pauta social e política da segurança pública e do sistema de justiça criminal do nosso país. (FREITAS, 2015, p. 38)

O segundo ponto diz respeito a pactuar também uma agenda mínima em matéria penal, mas com o objetivo de fugir das ciladas punitivas, visando a colocação em debate na sociedade brasileira de valores efetivamente democráticos, uma vez que:

A persistência de práticas autoritárias acompanhada da programada omissão quanto ao caráter seletivo e violento do poder punitivo tem revelado quanto ainda é preciso caminhar para reconhecer os equívocos das escolhas feitas até agora em termos de controle da e das liberdades. (FREITAS, 2015, p. 39)

O terceiro aspecto está relacionado com os policiais, conforme o autor, parte fundamental tanto no modelo atual de segurança pública como num outro modelo que seja democrático e garantista. Desta forma, cabe sinalizar que:

O reconhecimento do efetivo papel das polícias na construção da segurança só se dará através de mecanismos menos intrusivos e mais humanizados, capazes de as afastarem das atribuições de matar e de

morrer na guerra para a qual são convocados seus integrantes, num irracional recrutamento de soldados para o combate. (FREITAS, 2015, p. 39)

Pensar o papel das polícias, em especial da PM, é relevante para o tema deste estudo, mas, por se tratar de uma questão complexa e de difícil abordagem, faremos apenas algumas colocações. A criação da PM data do início do século XIX, e se estrutura marcada pela hierarquização, como a missão de realizar um policiamento ostensivo e repressivo por entre a população, de modo geral. Contudo, historicamente foi ficando evidente a forma diferenciada de proceder de acordo com a raça/cor, condição social e território de moradia das pessoas com as quais lida. No que diz respeito a sua forma de atuação, algumas propostas têm sido feitas: a desmilitarização da polícia, o fim da polícia e ainda a união das duas polícias, a militar e a civil. Para se pensar em tais propostas, cremos ser necessária a seguinte observação: qualquer mudança só atingirá o objetivo de reverter as distorções existentes na atuação policial se esta decorrer de um enfrentamento do racismo estrutural por parte da sociedade brasileira.

Apesar de concluir este capítulo abordando sobre possíveis alternativas, não podemos deixar de registrar o cenário atual da sociedade brasileira pós-finalização do processo eleitoral presidencial, cujo resultado, em função do candidato que foi eleito, se vislumbra marcado por incertezas. Especialmente na área da segurança, onde algumas medidas anunciadas podem ser consideradas contraditórias e até mesmo radicais. Exemplo nesse sentido é a proposta de revogação do Estatuto do Desarmamento, em vigor desde 23/12/2003, que facilitaria a posse de armas de fogo e ampliaria os tipos de armas que o cidadão comum pode ter em sua residência.

A outra medida de grande repercussão é o chamado Projeto de Lei Pacote Anticrime, apresentado pelo Ministro de Justiça e Segurança Pública do atual governo, Sérgio Moro. Este está sendo proposto com o objetivo de alterar um conjunto leis em vigor no Código de Penal Brasileiro, entre outras. Segundo o que está sendo divulgado pela imprensa, o objetivo do projeto é atuar de forma mais focalizada em relação ao combate à corrupção e ao crime organizado. Dentre muitos, um dos pontos que tem gerado questionamentos por parte de pesquisadores e entidades da área de segurança é o excludente de ilicitude, um ponto crítico porque só contribui para reafirma mais uma vez a certeza de impunidade daqueles que, de certa forma, já têm a autorização de matar os que eles acreditam que são “matáveis” na sociedade brasileira.

Outro anúncio do governo federal é a possibilidade de retomada da discussão da redução da maioria penal, aprovado na câmara federal em 2015 e em tramitação no

senado. Além disso, cogita-se implementar garantias legais para os policiais de que não serão investigados caso matem no curso de operações, ou seja, os chamados “autos de resistência”. Assim, estas, entre outras medidas, discursos e postagem em redes sociais feitas pelo presidente eleito nos permitem antecipar os riscos de um agravamento da situação que é o objeto deste estudo, e contra a qual existe a necessidade de uma luta efetiva por parte da sociedade, combatendo a continuidade das mortes desses corpos historicamente considerados “matáveis”.

## 4. CORPOS NEGROS – CONTEXTO HISTÓRICO

### 4.1 CORPOS NEGROS, RELAÇÃO PASSADO E PRESENTE - QUESTÕES PRELIMINARES

Meu povo, minha luta, meu corpo, nossas marcas  
Até hoje somos a caça preferida  
Somos o pedaço de África trazido em uma caixa que flutuava,  
morrendo enfermo  
Tumbeiro hoje é Ranger azul e branco que leva preto de volta para  
senzala  
As chicotadas nas costas, carrega a atualidade nos becos, as tapas na  
cara onde o que se vê pela opressão se cala, nada se para.  
(Indemar Nascimento, Trecho do poema Tira Mão de Nós)

quanto + pobre + negro quanto + negro + alvo quanto + alvo + morto  
quanto + morto + um  
(Ricardo Aleixo, Rondó da ronda noturna)

Neste quarto capítulo, tendo como ponto de partida trechos de duas poesias, uma de um jovem poeta periférico de Salvador e a outra de um poeta mineiro, trataremos sobre os corpos negros e as representações desses corpos na sociedade brasileira atual. É importante ressaltar que as poesias tratam das violências raciais e dores históricas, ao retratar vivências dos nossos ancestrais e situações atuais cotidianas sobre os corpos negros. Sendo que, na segunda poesia, além de ser evidenciada a questão da violência mortal é sinalizado pelo autor também uma especificidade da nossa realidade racial: as gradações da cor e pobreza, na qual quanto mais preto maior a probabilidade e o risco de vivenciar situações de violência e morte.

A abordagem sobre os corpos negros se deu a partir de duas perspectivas: primeiro, enquanto categoria política, porque os corpos negros simbolizam o “ser histórico” e, segundo, como categoria de análise. Nesse último aspecto, deter-nos-emos nas questões relacionadas às permanências e representações do racismo sobre esses corpos, através da sua concretização a partir das duas de manifestações de violências racial que têm vitimizado jovens negros e que são objetos desta tese: os assassinatos praticados por policiais militares enquanto operadores do sistema de segurança pública e os linchamentos promovidos por populares.

Foi traçado, em linhas gerais, um contexto no qual se permitiu evidenciar um quadro de permanências e mutabilidades do racismo em um país marcado pela ocorrência da escravidão sobre esses corpos; de um racismo que é estruturante da sociedade brasileira, apesar da prevalência, por muitas décadas, da ideia de democracia racial. Desta forma, tratamos também de um dos temas de mais difícil abordagem que é representação negativa do negro em relação ao próprio negro. Vale destacar, ainda, que mais recentemente, com o

aprofundamento do debate sobre as relações raciais, particularmente no Brasil têm sido produzidos estudos sobre os corpos negros em várias áreas do conhecimento. Alguns desses estudos têm tido como propósito, entre outros, evidenciar as mais diversas formas de opressão histórica e suas consequências sobre tais corpos.

Assim, iniciamos destacando que quando falamos em corpos negros tomamos naturalmente como referência nossos ancestrais africanos e as marcas deixadas em seus descendentes, além das permanências e representações resultantes deste contexto histórico nesses corpos na sociedade brasileira, em especial em Salvador. Gomes (2002), ao ressaltar as marcas do contexto da escravidão, contribui para que possamos fazer uma aproximação com o tema e a linha de abordagem que pretendemos, bem como evidencia a atualidade das poesias apresentadas inicialmente. Ela salienta que:

Quando pensamos nos africanos escravizados e trazidos para o Brasil, sempre vem à nossa mente o processo de coisificação do escravo materializado nas relações sociais daquele momento histórico. (GOMES, 2002, p. 42)

A coisificação do escravo se apresenta enquanto um processo relacional com implicações sobre a forma como o corpo do escravizado era visto e tratado.

Esse processo se objetivava não só na condição escrava, mas na forma como os senhores se relacionavam com o corpo dos escravos e como os tratavam: os castigos corporais, os açoites, as marcas a ferro, a mutilação do corpo, os abusos sexuais são alguns exemplos desse tratamento. (GOMES, 2002, p. 42)

Antonacci (2014), em seu livro *Memória Acoradas em Corpos Negros*, que visa discutir sobre esses corpos a partir do conceito de *corpo sem fronteira*, coloca-se o desafio de rastreá-los. Citando Vigarello, ressalta que o corpo “evoca numerosas imagens, sugere múltiplas possibilidades de conhecimento”, sendo “por meio dele que nós revelemos como o mundo é construído” (ANTONACCI, 2014, p. 114). Agrega às observações desse autor a ressalva de que, assim como o corpo mostra, ele também esconde.

Sobre o *corpo sem fronteira*, a referida autora destaca:

Que a “tempestade progresso” esparramou nas margens do Atlântico negro, constitui aproximação preliminar a indícios de corpos negros entre reinos de suas visões cósmicas. Pontuamos essas injunções em determinadas expressões artísticas e de comunicação enraizadas em gêneros orais africanos, tentando surpreender “vozes do corpo”



(Certeau, 1996, p. 235) em circuitos África /Brasil. (ANTONACCI, 2014, p. 114)

Os encontros resultantes do processo de escravização na diáspora no Brasil fizeram surgir entre os descendentes das matrizes orais africanas linguagens corporais e sensibilidades que atuaram “em contínuo negociar e refazer de suas inserções, povos e linguagens africanas seletivamente (re)significaram suas tradições, reinventado, Áfricas no Novo Mundo” (ibid., p. 18). Toda a gama de referências mentais e epistemológicas foi culturalmente modelada nos corpos e no imaginário desses descendentes de africanos.

Mas a autora também atenta para o processo histórico de subalternização, de negação dos corpos negros, ressaltando que:

Tais preconceitos e discriminações ganharam ressonância no Brasil oscilando, conforme conjunturas específicas e jogo de forças entre diferentes grupos políticos diante do “uso social” da cor. Intolerâncias e intransigências diante crenças, tradições e usos de corpos africanos como critérios para classificar o diferente, moveram-se, produzindo argumentos. (ANTONACCI, 2014, p. 122)

Destacando ainda que:

Renegando crenças e imaginários, como vivências corporais de africanos e afro-brasileiros, estudiosos eurocentrados filtraram seus costumes e comportamentos, traduzidos com preconceitos raciais. Termos como totemismo, animismo, fetichista, barbárie e primitivismo desafiam retomada de questões silenciadas e marginalizadas no encontro/confronto do Velho com o Novo Mundo. (ANTONACCI, 2014, p. 126)

Davis (2017), de forma magnífica e ainda mais contundente, referenciada na experiência de luta por educação na realidade de Granada, que apresentou em seu livro *Mulheres, Cultura e Política*, em acordo com Antonacci (2014), chama a atenção para o que ela identificou como o “devastador legado da educação colonial”. Legado este, segundo ela, descrito de modo eloquente pelo falecido primeiro-ministro Maurice Bishop, que vinha desenvolvendo experiência exitosa que não tiveram continuidade devido a interferências políticas norte-americanas em Granada.

Conforme Davis, o primeiro-ministro afirmou na época que:

Talvez o pior crime que o colonialismo cometeu em nosso país, que na verdade cometeu em todas as ex-colônias, seja o sistema

educacional. Isso porque aquele sistema era usado para ensinar ao nosso povo uma atitude de ódio a si mesmo, para fazê-lo abandonar nossa história, nossa cultura, nossos valores. Para fazê-lo aceitar os princípios da superioridade branca, destruir nossa confiança, reprimir nossa criatividade, perpetuar em nossa sociedade os privilégios e as diferenças de classe. (DAVIS, 2017, p. 161)

Gomes (2002), em coerência com a linha defendida Davis, mas tratando de uma realidade brasileira bastante atual, em *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo* afirma que, assim como ocorre no âmbito mais amplo da sociedade, no ambiente escolar nos comunicamos por intermédio do corpo. Isso porque, reforça a ideia de que o corpo não é apenas uma constituição biológica, mas uma construção cultural e histórica que nos localiza no tempo e no espaço, traduzindo, assim, nosso “estar no mundo”.

Apesar de trabalhar com outra perspectiva, podemos observar aproximações nas análises feitas por Souza e Meneses (2010, p. 126), para quem “a corporalidade é o nível decisivo das relações de poder”. Para eles, o corpo implica a pessoa, nesse sentido, “na exploração é o corpo que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença” (ibid., p. 126). Esse mesmo corpo é o palco das torturas, castigos, massacres, ou seja, de violências decorrentes das lutas contra a exploração.

Bittencourt (2018), discutindo sobre corporeidade e questões alimentares das mulheres negras, atenta para uma representação marcante a respeito desses corpos, que alude à sua inferiorização.

Neste caso, o corpo negro está associado à inferioridade e pouco sucesso, devido ao passado histórico, no qual era tido como mercadoria, uma peça, desumanizado, objeto a ser avaliado para comércio e exploração, de acordo com suas características físicas. Por mais que tenha havido mudanças em relação ao lugar do sujeito negro na sociedade, o significado dos seus atributos corporais ainda está associado a este passado. (BITTENCOURT, 2018, *on-line*)

Bittencourt (2018), referenciada em Nogueira (1999), constata também que ser negro é trazer a marca do *corpo negro*, que “expressa o repertório do desprezível que a cultura afasta pela negativização”. Salienta:

O corpo negro, para o negro, significa a marca que, a priori, o exclui dos atributos morais e intelectuais associados ao outro do negro, ao branco, considerado hierarquicamente melhor dotado, dessa forma, o negro vive cotidianamente a experiência de que a sua aparência põe em risco sua imagem de integridade. (BITTENCOURT, 2018, *on-line*)

Bezerra, Barbosa e Feres (2015), seguindo a mesma linha de análise, afirmam que:

nos deixaram como legado um local dado e imutável no qual o corpo e o cabelo negro podem habitar, confirmando por meio de imagens e estereótipos os papéis sociais e culturais que a esses corpos eram reservados, trazendo estranheza e surpresa as imagens que visavam desconstruir essa lógica. (BEZERRA, BARBOSA e FERES, 2015, *on-line*)

Os referidos autores indicam que, ao longo do tempo, a sociedade brasileira adotou instrumentos de opressão e manutenção do *status quo*, dos quais destacam o processo de objetificação e desumanização do corpo negro. Mantido dócil e adestrado, a estes corpos estão destinados certos espaços e papéis subalternizados, situação esta que vem se perpetuando no país. Esse processo histórico implica:

na dissociação entre trabalho intelectual e trabalho manual, na sexualização e coisificação do corpo da mulher negra, na relação de traços de selvageria, animalização e incivilidade do corpo negro, em contraponto ao corpo branco relacionado a traços de beleza, engenhosidade, inventividade e progresso. (BEZERRA, BARBOSA e FERES, 2015, *on-line*)

Entretanto, a construção do mito de democracia racial também contribuiu para impossibilitar aos negros se perceberem como alvo de racismo, inferiorizados, desumanizados, como apontado no segundo capítulo. Porém, consideramos importante aqui reforçar a prevaência, durante algumas décadas, da ideia, imagem e crença de igualdade racial entre negros e brancos na sociedade brasileira.

Traremos Fanon (2008), em especial sua obra clássica *Pele Negra Mascara Branca*, como uma das obras de referência para essa discussão, uma vez que este nos permite destacar aspectos marcantes das relações entre brancos e negros. O autor trata sobre as questões raciais em um tempo histórico no qual o movimento antissemita ganhou forma. Naquele contexto, entre outros pontos ele identificou o que apresentou como aspectos marcantes do racismo.

Sobre sua própria experiência de vida, ele fala:

Queria ser homem, nada mais do que um homem. Alguns me associavam aos meus ancestrais escravizados, linchados: decidi assumir. Foi através do plano universal do intelecto que compreendi este parentesco interno – eu era neto de escravos do mesmo modo que

o presidente Lebrum o era de camponeses explorados e oprimido pelos seus senhores. (FANON, 2008, p. 106)

Seus estudos desenvolvidos na área da psiquiatria tiveram grande dificuldade de aceitação por parte da academia, em decorrência da temática abordada. E, mesmo passadas mais de cinco décadas, as tensões em relação ao tema permanecem.

Sua obra tem destaque e relevância para as questões aqui tratadas mesmo versando sobre a distinta realidade da Martinica, país de origem do autor, e que teve como país colonizador a França. As aproximações são possíveis, pois se relacionam com a vivência da colonização, marcante naquela como na nossa sociedade. Segundo Fanon, na Martinica, como resultante da colonização, o branco é o ideal e o modelo para o negro. Já no Brasil, a ideia de democracia racial contribuiu historicamente na construção do mito de uma convivência harmônica entre as raças.

Em relação aos corpos negros, ele constata:

Despois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas. (FANON, 2008, p. 104)

Chama também a atenção para as marcas identitárias do que é ser negro naquele contexto, o que singulariza os corpos negros.

Sim nós (os pretos) somos atrasados, simplórios, livres nas nossas manifestações. É que, para nós, o corpo não se opõe àquilo que vocês chamam de espírito. Nós estamos no mundo. E viva o casal Homem-Terra. (FANON, 2008, p. 113)

De modo emblemático, já naquela época e em decorrência do contexto vivenciado, apresenta o termo *negrofobia*, ressaltando que:

Esta fobia se situa no plano instintual, biológico. Indo às últimas consequências, diríamos eu que, através do seu corpo, o preto atrapalha o esquema postural do branco, e isto, naturalmente, quando surge no momento fenomênico do branco. (FANON, 2008, p. 140)

Dentro da perspectiva de compreender a questão da negrofobia tal qual abordada por Fanon, conseguimos visualizar várias aproximações entre as duas realidades. Há quase 50 anos atrás Fanon teve sua pesquisa recusada na área de psiquiatria. No Brasil, ainda na década de 1980, a psiquiatria e a psicologia não consideravam tais temas como relevantes, conforme constatou Costa (SOUZA, 1983), dentre os diversos pontos abordados no prefácio do livro *Tornar-se Negro*, de Neusa Souza. Nesse texto o autor se refere à omissão ou à complacência da teoria da psicanálise em relação às questões raciais na realidade brasileira, tratando a violência racista a que o sujeito negro pode ser submetido como uma “odiosa forma de opressão” (SOUZA, 1983, p. 16), carregada de “desumanidade”.

Como já discutido nos capítulos anteriores, a violência é uma marca histórica do Brasil. Cabe então uma pergunta: O que se entende por violência racial? Para este estudo, embasado em Fernandes (2014), é aquela cujos processos e consequências se direcionam a um grupo racial em particular, no caso, a população negra. Conforme apontam os autores, a violência contra o negro não se esgota apenas no homicídio por ele sofrido, uma vez que “a preocupação com a violência deveria ir além da brutalidade que se encerra na morte. Ela deveria ser apreendida também no desrespeito, na negação, na violação, na coisificação, na humilhação, na discriminação [do negro]” (FERNANDES e MONTEIRO, 2014, *on-line*).

Dentro da perspectiva deste estudo e tomando como referência discussões travadas acima, tomam destaque, ainda, aspectos relacionados aos “mecanismos da violência racista”. Como primeiro mecanismo, tem-se que a *ideologia de cor* esconde uma ainda mais perversa, que é a *ideologia do corpo*.

De fato, parece-nos evidente que o ataque racista à cor “close-up” de uma contenda que tem no corpo seu verdadeiro campo de batalha. Uma visão panorâmica, rapidamente, nos mostra que o sujeito negro ao repudiar a cor, repudia, radicalmente o corpo. (SOUZA, 1983, p. 07)

O segundo aspecto que ressaltamos está relacionado, conforme Costa, com a construção da identidade do indivíduo. Para ele:

A identidade do sujeito depende, em grande medida, da relação que ele cria com o corpo. A imagem ou enunciado identificatório que o sujeito tem de si estão baseados na experiência de dor, prazer ou desprazer que o corpo obriga-lhe a sentir e a pensar. (SOUZA, 1983, p. 06)

Como terceiro aspecto da violência racista, afirma que:

O racismo que, através da estigmatização da cor, amputa a dimensão de prazer do corpo negro, também perverte o pensamento do sujeito, privando-o da possibilidade de pensar o prazer, e do prazer de funcionar em liberdade. (SOUZA, 1983, p. 08)

Com o objetivo de avançarmos na complexidade do tema e tomando como referência os autores já citados, traremos a seguir o que pontuamos inicialmente como a abordagem mais difícil, que é a representação negativa do negro em relação ao próprio negro. Debatendo sobre a realidade brasileira, Sodré (2001, p. 235) trata da reação de setores da “sociedade civil preocupados com a extrapolação do preconceito velado para o âmbito do racismo aberto” e identifica o que nominou de autodiscriminação como sendo o maior problema. Autodiscriminação, para o autor, relaciona-se “à internalização pelo indivíduo escuro de imagens negativas sobre si mesmo” (ibid., p. 235). É uma busca da extinção da própria raça, para ele, a forma de preconceito mais condenável, porém ainda impune.

Sodré analisou depoimentos particulares relatando tais situações, às vezes através de cartas que chegavam aos jornais da época. Inclusive, cita como exemplos duas reportagens publicadas no jornal Folha de São Paulo as quais trataram de relatos onde negros vivenciavam a autodiscriminação. Segundo ele, avaliar política ou racionalmente esse fenômeno é complicado, pois são “processos inconscientes de autodesvalorização” (ibid., p. 236).

Almeida (2018) também aborda sobre a questão dentro da perspectiva da representação.

Nossa relação como a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentido compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus afetos. (ALMEIDA, 2018, p. 53)

Também Almeida (2018), em sua análise sobre racismo estrutural, destaca que pessoas negras podem reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas. Submetidos às pressões de uma estrutura social racista, o mais comum é que o negro e a negra internalizem a ideia de obediência dos negros aos brancos. Ir além desse

imaginário racista prescindiria de um processo crítico de reflexão social e da sua própria condição.

Indo de encontro à linha de análise que sustenta o presente estudo, esse autor constata que:

Se boa parte da sociedade vê o negro como suspeito, se o negro aparece na TV como suspeito, se poucos elementos fazem crer que negros sejam outra coisa a não ser suspeitos é de se esperar que pessoas negras também achem negros suspeitos, especialmente quando fazem parte de instituições estatais encarregadas da repressão, como é o caso de policiais negros. (ALMEIDA, 2018, p. 53)

Davis (2009, p 142), tratando da realidade norte-americana, tematiza pontualmente o tema em questão, afirmando que “por vezes, é difícil para os negros reconhecer que, em algumas circunstâncias, eles possam ser tão racistas quanto os brancos”. Consta ainda, de forma emblemática, que “este é um grande desafio hoje”. Para ela, não é mais possível supor que vítimas de racismo não sejam vulneráveis às mesmas ideologias que insistiram em sua inferioridade.

Desta forma, os negros e seus corpos são marcados historicamente pela ocorrência da escravidão e por situações ideológicas que, apesar de sofrerem alterações no contexto político, ao longo dos tempos, têm permanecido e são constantemente retroalimentadas. Na contemporaneidade esses corpos continuam vivenciando cotidianamente situações de violência racista, bem como situações punitivas que de certa forma podem ser remetidas ao contexto histórico da escravidão. A questão da escravidão está ainda muito presente na sociedade brasileira porque, entre outros aspectos, esta não realizou ainda um enfretamento da questão.

Caldeira (2000), utilizando-se do conceito de *corpo incircunscrito*, afirma que no Brasil o corpo é concebido como um lócus de punição, justiça e exemplo. É conhecido como o lugar apropriado para que a autoridade se afirme através da infligência da dor. Tais tributos e procedimentos são impostos aos corpos dos dominados (criança, mulheres, negros, pobres ou supostos criminosos) por aqueles em posição de autoridade.

Essas concepções de punição e castigo estão associadas a outras noções que legitimam intervenções no corpo e à falta de respeito aos direitos individuais. A naturalidade com que os brasileiros veem a infligência da dor com objetivos corretivos é consistente com outras percepções do corpo. Uma análise completa da maneira pela qual o corpo é incircunscrito na

sociedade brasileira certamente requereria revisitar o entendimento sobre as relações coloniais e o legado da escravidão, recurso não utilizado no estudo pela referida autora.

Mas ela constata que na sociedade brasileira predomina a noção incircunscrita do corpo e do indivíduo até hoje, e, independentemente do regime político, é sobre os corpos incircunscritos dos dominados que as relações de poder se estruturam, que os significados circulam, que se tenta construir a ordem. Quando a marcação dos corpos predomina, o respeito aos direitos civis é improvável, apesar de poder haver uma democracia política eleitoral e um respeito relativamente amplo aos direitos sociais.

É importante evidenciamos que um dos pontos marcantes, entre outros, que aproximam as duas formas de manifestações de violência ora em estudo nesta tese é a ideia de concretização da possibilidade de punição do corpo daquele possível responsável por praticar algum ato considerado ilegal por parte de quem pune, seja os que estão na condição de operadores do sistema de segurança, seja por parte da população em geral. Assim, o entendimento de justiça, sempre dentro de uma perspectiva punitiva sobre os corpos, em especial os corpos negros, tem sido utilizado por ambos nas diversas situações nas quais agem por conta própria. Ou seja, burlam as leis e fazem o que seria, no seu entendimento, justiça, inclusive quando dificultam o acesso aos meios legais para os que necessitam. Essa visão e prática tem vitimizado sobremaneira os jovens negros brasileiros.

Espinheira (2006), abordando sobre a violência em Salvador, registra o peso da ideia da punição. Mesmo que tratando de outra perspectiva, vale a pena destacar seu comentário: em “sociedades de bases institucionais formais frouxas, como o é o caso da brasileira, o campo para ações espontâneas se alarga mais” (ESPINHEIRA, 2006, p. 41). Salienta, inclusive, a forma de agir por improviso na relação da lei com marginais ou suspeitos. Desse modo, “facultado ao agente da lei agir segundo o senso comum de suas convicções pessoais dentro das disposições socialmente instaladas” (ibid., p. 41).

A abordagem sobre o entendimento da ação política de determinação de morte dos corpos negros pode ser também realizada a partir de outra perspectiva de análise, com destaque para a questão da necessidade da compreensão da crítica pós-colonial e suas implicações na sociedade atual. Mbembe (2011) destaca que a referência de soberania utilizada em seus estudos não está relacionada à ideia tradicional de Estado Nacional. Ela se baseia na crítica que é realizada por Michel Foucault à noção de soberania e suas relações com a guerra e o biopoder. O autor afirma que este entendimento constitui os limites e os



principais atributos desta forma de soberania, de exercer o controle sobre a mortalidade para definir a vida como a implantação de manifestação do poder.

Ainda tomando o entendimento de biopoder como referência, Mbembe apresenta questões de fundamental importância para a compreensão de seu estudo, e que consideramos relevante trazer para reflexão. Em que condições concretas se exerce esse poder de matar, de deixar viver ou de expor à morte? Quem é o sujeito desse direito? A noção de biopoder dá conta da forma política de como ocorre os assassinatos? O inimigo é seu objetivo, mas o pretexto é a guerra, a resistência à luta contra o terror? (MBEMBE, 2011, p. 20).

Para avançarmos na compreensão sobre biopoder, buscamos respostas em Foucault (1976), que vai exemplificá-lo a partir do episódio do nazismo. O autor traça um contexto histórico das transformações na realidade europeia mais ou menos na metade do século XVIII, com o aparecimento dessa nova tecnologia relacionada à ideia de poder. Ressalta que até aquele momento o poder pertencia ao soberano, que o detinha totalmente, inclusive e principalmente o poder de matar. Nesse sentido, exercia também o direito sobre a vida.

O que chama a atenção e o que vai caracterizar essa nova tecnologia é um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade da população que passou a ser alvo dessa biopolítica. Significando, portanto, o desencadeamento de uma nova perspectiva da vida em sociedade. Esta incorpora, agora, não só a ideia da disciplina, mas também “é um novo corpo, corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeça” (FOUCAULT, 1976, p. 292). A biopolítica vai se dirigir em suma aos acontecimentos aleatórios. São novos mecanismos, diferentes da disciplina, entrado em função a ideia da regulamentação.

Mas o fato marcante que se destaca nesta realidade é pensar o racismo como um componente com um papel fundamental na conjuntura do biopoder. Foucault assegura não poder “de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época” (ibid., p. 304). Porém, foi nesse momento que o racismo se insere como mecanismo fundamental de poder.

Foucault apresenta três aspectos significativos desse processo histórico que contribuem para compreender a importância vital do racismo no exercício de um poder assim e, desta forma, a condição para que se possa exercer o direito de matar. Citaremos aqui os três aspectos, que, todavia, foram objeto de análise no terceiro capítulo. O primeiro está relacionado a uma vinculação das teorias biológicas (teorias raciais) do século XIX e o discurso do poder. O segundo aspecto, diretamente relacionado ao primeiro, situa o racismo no contexto histórico da colonização.

E pode-se compreender também por que o racismo se desenvolve nessas sociedades modernas que funcionam baseadas no mundo do biopoder, compreende-se por que o racismo vai irromper em certo número de pontos privilegiados, que são precisamente os pontos em que o direito à morte é necessariamente requerido. O racismo vai se desenvolver primo com a colonização, ou seja, com o genocida colonizador (FOUCAULT, 1976, p. 307)

O terceiro aspecto, o autor abordou da seguinte forma:

Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva. (FOUCAULT, 1976, p. 308)

Desta forma, a especificidade do racismo a que o autor se refere não estava ligada à mentalidade, ideologias, mentiras do poder, e sim à técnica do poder, à tecnologia do poder. Destacamos, a partir dessa perspectiva a ideia do funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. Atentamos, ainda, que o velho poder sobre a morte do soberano implica o funcionamento do biopoder e a ativação do racismo. Esse ponto de vista nos permite compreender a questão colocada na contemporaneidade do porquê de “os Estados mais assassinos [serem], ao mesmo tempo, forçosamente os mais racistas” (FOUCAULT, 1976, p. 309).

Se acima tratamos de uma compreensão do papel do Estado na relação com o racismo, outro aspecto que também é fundamental para esta tese diz respeito aos meios de comunicação como parte do Estado, enquanto componentes decisivos no processo de fomentar morte e vida de certos corpos. Ou melhor, como colaborador máximo no processo de realimentação dos corpos negros como alvo dessas mortes.

Melo (2014, p. 165) define os meios de comunicação da seguinte forma:

Os meios de comunicação são um componente da cultura contemporânea que trazem ao debate público fatos sociais selecionados como fatos jornalístico, fixando-os por um tempo no imaginário dos indivíduos através de narrativas de apelo discursivo imediato.

O autor põe em relevo que não só as mudanças tecnológicas que foram ocorrendo ao longo dos tempos, mas também as “estruturas das redes comunicacionais” modificaram as relações sociais. Desta forma, “tornando a experiência coletiva uma característica destas relações nas quais episódios individuais tornam-se instantaneamente públicos” (ibid., p. 165).

Melo atenta também que o crime está entre os fatos sociais que passam a fazer parte da agenda de fatos noticiáveis pelos meios de comunicação. Cita Barak, o qual destaca que “essa construção midiática do crime é parcial e distorcida, e produz sentido quase hegemônicos acerca dos envolvidos – vítimas, acusados e os fatos em si” (BARAK, 1994, apud MELO, 2014, p. 166).

Em relação à forma de atuação dos meios de comunicação, de modo geral, nos casos de assassinatos de jovens, tanto resultantes das intervenções policiais como dos linchamentos, a forma como tem se dado a atuação das mídias sociais e da imprensa comumente tem sido determinante. Seja tratando o tema de modo positivo, seja negativo, atua através do processo de *espetacularização* da violência e da reafirmação de estereótipos. Apresentaremos, na terceira parte deste quarto capítulo, exemplos de casos de linchamentos com grande repercussão nos meios de comunicação como forma de evidenciar tal situação.

Capriglione (2015) expõe que, em relação aos assassinatos de jovens negros resultantes da intervenção policial, a forma de agir dos meios de comunicação tem sido de manipulação da narrativa, com destaque para os chamados programas sensacionalistas (veiculados pela mídia televisiva), a partir do exemplo do caso do assassinato de um jovem trabalhador. Mas é possível citar outras centenas onde:

O assassinato de um jovem trabalhador pela polícia é apresentado como “confronto”. A vítima, criminalizada, é invariavelmente acusada de ser traficante, de ter resistido à prisão, de estar armada, versão que mídia tradicional retransmite docilmente e, na maioria dos casos, sem checar. É uma covardia. (CAPRIGLIONE, 2015, p. 58)

Sodré (1999) também atenta para o papel que tem sido desempenhado pelos meios de comunicação, sinalizando uma forma de proceder que é histórica:

Por sua vez, os meios de comunicação de massa, com suas atuais “elites logotécnicas” (articulistas, editorialistas, cronistas, editores), verdadeiros “intelectuais coletivos” (no sentido gramsciano da expressão) dos blocos dirigentes, ignoram a questões identitária ou ainda são atravessados por uma espécie de velha consciência eurocêntrica.

Para Sodré (1999), não é incomum que esses intelectuais “naturalmente ‘orgânicos’”, que são originalmente oriundos dos países colonizados, ignorem publicamente sua condição “sul-americana”, desejosos de pertencerem, branca e eurocentricamente, ao Anel Atlântico.

Varjão (2008), em *Micropoderes, macroviolência*, na qual utiliza em suas análises amostra de texto de três jornais de maior circulação em Salvador, destaca o papel importante da comunicação de massa na contemporaneidade. Para ela, é possível notar que os produtos comunicacionais informam marcas distintivas fundamentadas em esquemas de classificação social já estabelecidos, e que são reforçados.

A mesma mídia que tende a dar importância menor à violência, sem maiores contradições inclui, constantemente, em sua agenda, o registro de fatos relativos a vários tipos de manifestações violentas, oferecendo um repertório variado. O público tem, portanto, um acesso contínuo a um determinado padrão sumário de representação desses eventos. (VARJÃO, 2008, p. 15)

A autora informa também que:

Questões como a projeção de um caráter individual a explicar os atos violentos, a identificação de tipos sociais como autores e vítimas *naturais*, a caracterização de certos espaços como tipicamente violentos, a configuração ou alimentação de valores morais e éticos tais como as posições favoráveis às “limpezas étnicas” ou ao “fazer justiça com as próprias mãos” são modelos realimentados, em grande parte, através das ofertas midiáticas constantes. (VARJÃO, 2008, p. 15)

De modo interessante, Varjão (2008) atrela a performance jornalística do “noticiário especializado em violência” a um padrão mimetizador de práticas de extermínio coloniais e escravistas. Assim, nessa dinâmica “está embutida uma hierarquia noticiosa com características análogas à hierarquia socioeconômica e cultural do quadro social” (ibid., p. 155).

Essa hierarquia noticiosa, segundo ela, está embasada em três pontos: primeiro, que se a vítima de violência é uma pessoa mais favorecida vira notícia principal; segundo, o maior destaque é dado quando a vítima é policial e pouca atenção e espaço quando se trata de crime cometido pela polícia e terceiro, com suspeição e sem suspeita há diferença do tratamento em relação às vítimas.

Outro ponto de destaque são as fontes. A referida autora sinaliza que as “principais fontes” das notícias sobre violências são os policiais. Pontua, assim, que ao produzir

informações sobre a violência, as fontes e os difusores (repórteres), “emitem um determinado discurso, quando as vítimas das violências são menos favorecidas em termos socioeconômico, em contraponto a outro tipo de discursos quando se trata de vítimas mais favorecidas”. Desta forma, tal procedimento evidencia a participação dessa rede de micropoderes na construção de um noticiário hierarquizado e discriminatório (VARJÃO, 2008, p. 157).

Outro ponto de fundamental importância para este estudo é entender como as mídias agem em relação aos negros vítimas de violência. O destaque ressaltado por Varjão (2008, p. 169) é de uma aproximação, “em termos socioeconômicos, dos perfis dos agressores e das vítimas afrodescendentes”. Inclusive, aponta também que a aproximação ocorre no que diz respeito ao fato de que são, em sua maioria, “menos favorecidos”.

A autora sinaliza:

As violências físicas perpetradas por e contra este grupo étnico-cultural, portanto, estão intrinsecamente relacionadas com a violência da falta de oportunidade. Violência imposta por uma minoria situada no ápice da pirâmide social, e que é não-negra. (VARJÃO, 2008, p. 169)

Desta forma, cabe destacar também que:

Tais vestígios, pinçados do aparato repressivo do sistema de segurança pública e das narrativas sobre as violências dos três diários impressos de maior circulação de Salvador, evidenciam a sobrevivência, na contemporaneidade, de racismos institucionais instituídos e instituintes, expondo os mecanismos automatizados que viabilizam. (VARJÃO, 2008, p. 172 e 173)

Durante a realização do seu estudo, em 2005, ocorreu visita e entrevista com o relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU), Doudou Diène, naquela ocasião em Salvador para coletar dados sobre discriminação racial. Suas observações contribuíram para reafirmar as constatações da autora sobre os meios de comunicações e o tema da violência. Do mesmo modo, a publicação de sua entrevista deu mostra das fragilidades do próprio serviço de notícias sobre as violências, que, por um lado, apresentam editoriais insuficientes na seção de *Polícia e Segurança* e, por outro, reforçam a automatização do discurso desses editoriais, inferiorizados na hierarquia dos jornais.

Faremos aqui uma observação acerca das constantes missões e visitas de representantes da ONU e outros organismos internacionais no país, em decorrência não só da sua importância no cenário global, mas por apresentar ainda um conjunto de problemas

sociais, com destaque para aqueles que envolvem violações dos direitos humanos. Uma dessas missões se deu em novembro do ano corrente, com a inspeção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), após 23 anos desde a última visita *in loco* – a despeito do monitoramento à distância, ao longo desse tempo. Conforme Observações Preliminares (2018), o “objetivo desta visita foi observar a situação dos direitos humanos no país”<sup>36</sup>. Representantes da comissão passaram por nove estados brasileiros e várias cidades, incluído Salvador. Nesta capital foi dada uma atenção especial a questões de violações de direitos, como, por exemplo, a chacina do Cabula, ocorrida em 2015, quando 12 jovens soteropolitanos foram mortos por policiais militares, fato de conhecimento público.

Tomando como referência o relatório preliminar produto dessa visita, consideramos importante destacar dois aspectos entre os vários citados. Primeiro, o relatório atenta para as sistemáticas medidas de redução das políticas, leis e instituições relativas aos direitos humanos no país, implementadas nas últimas duas décadas, mostrando preocupação com este fato. Sublinha também que projetos e leis e iniciativas públicas anunciadas recentemente se adicionam a essa redução já implementada, o que põe em risco conquistas e instituições fundamentais que têm garantido “avanços significativos no fortalecimento das instituições democráticas e dos direitos humanos no país, que serviram para abrandar e avançar alguns dos desafios” ainda existentes e que precisam ser superados.

Se o primeiro ponto de destaque no relatório foram os avanços e o risco de retrocesso, o segundo diz respeito à evidência de uma marca histórica do Brasil que tem contribuído para o aumento da violência e, conseqüentemente, das violações dos direitos humanos: a discriminação étnico-racial.

A discriminação histórica e a concentração da riqueza resultaram na exclusão histórica de certos grupos da população, como afrodescendentes, povos indígenas e trabalhadores rurais, que permanecem em situação de extravulnerabilidade ao longo dos anos. Essa situação de vulnerabilidade é baseada na origem étnico-racial desses grupos e se agrava quando coincide com a situação de pobreza e de rua. (CIDH/OEA, 2018, p. 2)<sup>37</sup>

As questões históricas apresentadas ao logo do texto sobre corpos negros a partir de diversos autores que têm teorizado sobre o tema e tratadas no relatório preliminar do

---

<sup>36</sup> <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2018/238OPport.pdf>.

<sup>37</sup> Idem.

CIDH/OEA nos permitem reafirmar a ideia de permanências e adaptabilidade do racismo sobre esses corpos, um racismo que é estruturante da sociedade brasileira. Sendo assim, uma das várias consequências e marcas do não enfrentamento histórico dessas questões e sua naturalização em decorrência da prevalência da ideia de democracia racial é a ideia de que existem corpos “matáveis”, que são os corpos negros, ação praticada pelo Estado brasileiro através de seus representantes, os operadores de segurança pública, bem como nos casos de linchamentos. Dessa forma, tal condição desses corpos é sinalizada e aceita também pela sociedade em geral.

#### 4.2 MORTES DE JOVENS NEGROS EM SALVADOR

Existe a Geografia do terror absoluto,  
O Negro conhece seus íntimos continentes, suas ilhas, as mais recônditas.  
Existe a Matemática da brutalidade total,  
O Negro já esgotou todas as suas equações e variantes exponenciais.  
Há a Geometria do genocídio sistemático,

Os dados inertes – para sempre congelados – de teus filhos e dos meus, apontam para ela, semana após semana, escrevendo com seus corpos encharcados de sangue fresco e jovem, com suas vísceras e cerebelos esparramadas pelo chão, a história da nossa contemporaneidade africana e diaspórica.

Estão **matando** os nossos jovens diante dos nossos próprios olhos.  
E nós ainda nos perguntamos se foi **auto de resistência** de bandidos.  
Mesmos que fosse...Como se bandido também não tivesse direitos,  
dentre ele o de ser o de ser julgado por um tribunal, com assistência de advogados, em lugar caçado e abatido como um javali.

Estão **exterminando** os nossos jovens,  
Acontece dia a dia, sem que nós nos levantemos em massa, para fazer  
isso **parar**, com os nossos gritos airados e nossas marchas cidadãs...  
A onde está Palmares?  
Repitam comigo o que diz o poeta:  
\*Se Palmares não vive mais, Faremos Palmares de novo!\*\*\*  
(Estão Matando Os Nossos Jovens, Carlos Moore)

Nesta segunda parte apresentaremos questões e dados que retrataram situações de violências vivenciadas na contemporaneidade pelos jovens negros em Salvador, que têm como fator motivador o racismo. Pareceu-nos apropriado, pois, inicia-la com o poema do etnólogo cubano Carlos Moore, “Estão matando os nossos jovens”, no qual é apresentado,

sem retoques nem melindres, um quadro bastante real da situação de parte desse grupo que compõe as juventudes brasileiras<sup>38</sup>.

Castro e Abromovay (2012) informam que, no geral, é comum considerar jovem toda pessoa de um determinado grupo de idade. Para OMS, jovem são pessoas na faixa etária dentre 15 a 24 anos. No Brasil, de acordo com o Estatuto da Juventude, são considerados jovens a parcela da população com idade de 15 a 29 anos. As autoras pontuam que o conceito de juventude varia na história e por cultura e países (CASTRO e ABRAMOVAY, 2012, p. 08). Um ponto que consideramos importante destacar é que não devemos falar em juventude, pois, ao abordarmos sobre a realidade brasileira, o mais correto é considerarmos a heterogeneidade da juventude, ou seja, levar em conta as diferentes juventudes.

Castro e Abromovay (2012) ressaltam ainda que tomar como referência “juventudes” coloca a necessidade de dar um destaque à questão da “diversidade”, mas atentam para dois outros aspectos importantes. Se, por um lado, as políticas da juventude têm sido enriquecidas com os debates sobre a diversidade, as diferenças e as desigualdades, por outro:

Há que estar atento para o fato de que os jovens compartilham construtos comuns, como a pertença a uma faixa etária, determinado tipo de cultura juvenil – em certo grau – aspirações que são formatadas por estímulos que exaltam o ser jovem. (CASTRO e ABROMOVAY, 2012, p. 22)

A juventude, nesse sentido, é modelada na construção social de tempo histórico. Daí a importância do conceito de *geração*, que situa as juventudes nas referências de um dado tempo histórico e atenta para a necessidade de compreensão desse tempo e das diferentes juventudes que encerra. Estas, com certeza, são diferentes das juventudes de outros períodos ou de outras gerações.

Castro e Abromovay (2012), ao abordar sobre as questões da contemporaneidade, constatam que as vulnerabilidades e desafios sociais aos quais os jovens estão expostos hoje são múltiplos e singulares, situação que se evidencia quando se compara a outros períodos históricos e em outros grupos etários. As mudanças e complexidades deste tempo são especialmente catalisadas pelos jovens.

---

<sup>38</sup> A poesia fez parte da exposição realizada em maio de 2015, pelo Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia – Mafro, cujo título foi “O Mafro pela vida, contra o Genocídio da Juventude Negra”. Durante visita, realizada juntamente com os alunos das turmas de terceiro ano do ensino médio de um colégio da Rede Pública Estadual, observamos que além do etnólogo Carlos Moore participaram da exposição diversos outros artistas com o objetivo de colocar em debate o Genocídio do Jovem Negro.



Neste sentido, como no presente estudo o destaque são as juventudes brasileiras, em particular a juventude negra, tais questões introdutórias são importantes. Entre outros aspectos, porque, por um lado, historicamente a questão do reconhecimento da diversidade ainda é um processo em construção e, por outro, os jovens alvo deste estudo vivenciam profundamente o estado de vulnerabilidades de que tratam as autoras.

Quanto ao quantitativo de jovens na população brasileira, segundo dados do IBGE do censo de 2010, o número de jovens corresponde a um quarto da população no Brasil, ou seja, 51,3 milhões de pessoas. Segundo esse mesmo censo, tais jovens se autodeclararam, com relação à raça/cor e sexo, de cor parda 45%, preta 15%, branca 34%, sendo 49,6% homens e 50,4% mulheres.

Ainda conforme o censo 2010, com relação ao nível de escolaridade os números são: 35,9% estudaram só o fundamental, 46,3% concluíram só o ensino médio e só 16,2% dos jovens no Brasil têm ensino de nível superior. Segundo dados constantes do Portal Brasil, também baseados no censo de 2010, diferenças entre os jovens brancos e negros ainda se mantêm. Dos jovens de 15 a 24 anos que frequentavam o nível superior, 31,1% dos estudantes eram brancos, enquanto apenas 12,8% eram pretos e 13,4% pardos. Neste mesmo portal, em publicação de 28/04/2016 fica evidenciado que ocorreu um aumento no número de estudantes cursando nível superior, destacando, inclusive, que o aumento se deu em todo o país. Mesmo assim, as desigualdades se mantiveram, conforme fica claro na citação a seguir.

Em 2004, 16,7% dos estudantes pretos e pardos com 18 a 24 anos frequentavam o ensino superior, segundo a pesquisa, número que cresceu para 45,5% em 2014. Para a população branca, essa proporção passou de 47,2%, em 2004; para 71,4%, em 2014. Ou seja, o percentual de pretos e pardos no ensino superior em 2014 ainda era menor do que o percentual de brancos no Ensino Superior dez anos antes<sup>39</sup>

Consideramos importante detalhar os índices educacionais, visando evidenciar um quadro que aponta a necessidade de investimento e compromisso por parte da sociedade brasileira com relação à educação, a despeito de alguns dos dados publicados pela Agência de Notícias do IBGE em relação a certos níveis apresentarem resultados positivos. Exemplo nesse sentido é que em “2017 a taxa de escolarização das crianças de 0 a 5 anos aumentou em

---

<sup>39</sup><http://www.reparacao.salvador.ba.gov.br/index.php/noticias/1708-negros-quase-triplicam-no-ensino-superior-no-brasil-em-10-anos>.

relação a 2016. Já na faixa de 6 a 14 anos, a universalização já estava praticamente alcançada em 2016, com 99,2% de pessoas na escola”<sup>40</sup>.

O segundo ponto diz respeito à inadequação idade/série. De acordo com documentos oficiais do Ministério da Educação – MEC, Censo Escolar/ 2018 e PNAD Contínua 2017, apesar do amplo acesso à escola a inadequação idade/série e/ou distensão é um problema que tem início ainda no ensino fundamental. De acordo com a PNAD Contínua 2017:

Em 2017, 95,5% das crianças de 6 a 10 anos estavam nos anos iniciais do fundamental, enquanto 85,6% das pessoas de 11 a 14 anos de idade frequentavam os anos finais. Nessa faixa etária, 1,3 milhão de pessoas estavam atrasadas e 113 mil estavam fora da escola<sup>41</sup>.

Segundo dados do Censo Escolar publicado em 2018:

Em 2017, a taxa de distorção idade-série foi de 28,2% no Ensino Médio e de 18,1% no Ensino Fundamental. A rede pública apresenta taxa de distorção quatro vezes maior do que a rede privada nas duas etapas de ensino. Os dados são do Indicador Educacional “Taxa de Distorção Idade-Série”, extraídos do Censo Escolar 2017<sup>42</sup>.

O terceiro ponto a ser destacado está relacionado ao ensino médio. Essa fase da educação já vem há alguns anos enfrentando problemas dos mais diversos tipos. Na PNAD Contínua 2017 são salientadas as questões do atraso e da evasão que se acentuam no ensino médio, fase que idealmente deveria ser cursada por pessoas de 15 a 17 anos.

Para essa faixa de idade, a taxa de escolarização foi de 87,2%, porém a taxa ajustada de frequência escolar líquida foi de 68,4%, indicando quase 2 milhões de estudantes atrasados e 1,3 milhão fora da escola. Entre as pessoas de 18 a 24 anos, a taxa de escolarização foi de 31,7% em 2017, contra 32,8% em 2016. Nesse mesmo período, a taxa também recuou entre as mulheres (de 34,1% para 32,6%) e as pessoas de cor preta ou parda (de 29,4 para 28,4%)<sup>43</sup>.

---

<sup>40</sup><https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-anoa>.

<sup>41</sup>Idem.

<sup>42</sup>[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-escolar-rede-publica-tem-maior-numero-de-alunos-com-idade-acima-do-recomendado-para-a-serie-de-ensino/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-escolar-rede-publica-tem-maior-numero-de-alunos-com-idade-acima-do-recomendado-para-a-serie-de-ensino/21206).

<sup>43</sup> <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>.

Dois outros temas chamam a atenção no documento. O primeiro é um problema que historicamente marca de forma negativa a educação brasileira: a questão do analfabetismo. No Brasil, a educação ganha uma dimensão de relevância nacional muito tardiamente, basicamente só no século XX. Mas, por outro lado, registra momentos decisivos na luta contra o analfabetismo, mesmo que exista a necessidade de continuidade desta luta. Destacamos aqui a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, que foi de 7,0% em 2017, e se manteve acima da meta estabelecida pelo PNE em 2015, de 6,5%. É evidente também a situação diferenciada entre as regiões, onde o Centro-Oeste apresentou uma taxa de analfabetismo de 5,2%, as regiões Sudeste e Sul não só atingiram a meta prevista como ficaram abaixo da meta nacional, enquanto no Nordeste o índice se manteve muito acima, com 14,5%, e no Norte ficou em 8,0%.

Se a questão do analfabetismo é um problema historicamente não resolvido, recentemente tem estado em destaque a questão dos chamados “nem-nem”, jovens que não trabalham, nem estudam. Segundo os dados em 2017, das 48,5 milhões de pessoas com 15 a 29 anos de idade, 23,0% (11,2 milhões) não trabalhavam nem estudavam ou se qualificavam, contra 21,9% em 2016. De um ano para o outro, esse contingente cresceu 5,9%, o que equivale a mais de 619 mil pessoas nessa condição<sup>44</sup>.

Segundo as normas, quais são os direitos e as responsabilidades para com os jovens nas faixas de 15 a 29 anos? Conforme a Constituição 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente, no artigo 4º, e o Estatuto da Juventude, aprovado em 2013, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Desta forma, a família, a sociedade e o Estado brasileiro, através da viabilização de um conjunto de políticas públicas, têm o dever e a obrigação de garantir a concretização destes direitos. Se uma parcela entre os jovens brasileiros, em sua maioria os jovens negros, estão à margem desta realidade significa que o Estado está falhando. Como garantir? Assegurando o acesso a todos os jovens entre 15 a 17 anos ao ensino médio. Garantir a todos os jovens o ensino médio significa possibilitar aos mesmos o acesso ao ensino profissionalizante e/ou universidade.

---

<sup>44</sup> Idem.

Kanso (2012) destaca que o fato de parcela significativa de jovens não trabalharem nem estudarem implica em prejuízo para o desenvolvimento econômico do país. Mas o destaque no estudo de Kanso é para seguinte questão: “se os jovens não participam nem da educação formal nem do mercado de trabalho surgem questionamentos sobre a vulnerabilidade desse grupo”. Segunda a autora, esse dado é preocupante por evidenciar que, de certo modo, esses jovens não estão participando do ciclo natural da vida.

Por um lado, o dado fundamental em relação a uma parcela desses jovens vulneráveis que nem estudam, nem trabalham é que seu desfecho final será engrossar as estatísticas da juventude perdida. Por outro, ao se tratar do tema de uma juventude perdida tem havido grande preocupação quanto às perdas econômicas para o país, quando o que deveria ser destaque são os números de mortes. Segundo o Atlas da Violência 2018, 33.590 jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino. Representa um aumento de 7,4% em relação a 2015. Sendo que a Bahia está entre os estados onde o crescimento de vidas perdidas foi de 20% em relação a 2015. O que nos permite reafirmar que essas vidas parecem não importar.

Outro índice de fundamental importância para que possamos compreender a situação da educação brasileira, principalmente no que diz respeito à possibilidade de avaliação do nível de aprendizagem dos alunos, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Com relação aos dados referentes ao ano de 2017, os resultados só contribuem para evidenciar a gravidade da situação. Eles apontam que só foram cumpridas metas das séries iniciais do ensino fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano. Quanto às séries finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, e o ensino médio a situação é de extrema gravidade. De acordo também com os dados divulgado pelo governo, nas séries finais do ensino fundamental a meta não é alcançada desde 2013. Situação semelhante ficou evidente em relação ao ensino médio, cujos índices estagnaram nos três últimos anos. Sendo que para 2017 a meta prevista era de 4,7, mas o índice alcançado foi de 3,8, muito abaixo do estabelecido.

Quanto à situação do estado da Bahia, em especial de Salvador, os dados apresentados evidenciaram uma alteração, mesmo que pequena, em relação ao ensino fundamental, de 4,7 para 5,3. Mesmo estando ainda nas últimas posições em relação ao ranking das capitais, a cidade passou da 24ª para a 18ª. Mas, por outro lado, a situação de Salvador altera pouco a realidade geral do estado da Bahia, que com relação ao ensino médio tinha como meta prevista para 2017 4,3, mas atingiu apenas 3,0. O baixo desempenho no indicador mostra que

uma parcela significativa de jovens baianos, em sua maioria negros, conclui o ensino médio sem conhecimentos básicos nas áreas de português e matemática.

Que papel a educação tem desempenhado na sociedade brasileira? É marcante o fato de o Brasil chegar ao século XXI com um conjunto de questões relacionadas à educação ainda não resolvidas. Castro e Abromovay (2012), abordando sobre a relação entre juventude e escola, ao chamar a atenção sobre os motivos pelos quais os jovens frequentam a escola conceituam a educação, afirmando que:

A educação é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e ao funcionamento de todas as sociedades. Por intermédio da ação educativa, o meio social exerce influências sobre os indivíduos e estes, ao assimilarem e recriarem essas influências, tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação àquela (ENQUITA, 1989). Tais influências se manifestam por meio de conhecimentos, experiências, valores, crenças, modos de agir, técnicas e costumes acumulados por muitas gerações de indivíduos e grupos, transmitidos, assimilados e recriados pelas novas gerações. (CASTRO e ABROMOVAY, 2012, p. 33)

Quanto ao papel da escola, ainda embasado nas referidas autoras, consideramos importante destacar três aspectos por elas sinalizados que estão de acordo com o conceito de educação, mas também destacam aspectos contraditórios: o descompasso entre a cultura escolar e a cultura juvenil, a escola como um espaço de diversidade, mas nem sempre levado em consideração, e, desta forma, também como um espaço de conflito.

A relação entre a cultura escolar e cultura juvenil é assim descrita por elas:

A cultura escolar modela o clima nessas instituições. Muitas vezes, se baseia em uma violência de cunho institucional, a qual se fundamenta na inadequação de diversos aspectos que constituem o cotidiano da escola – como o sistema de normas e regras que pode ser autoritário; as formas de convivência; o projeto político-pedagógico; os recursos didáticos disponíveis e a qualidade da educação – em relação às características, expectativas e demandas dos alunos. Gera-se, dessa forma, uma tensão no relacionamento entre os atores sociais que convivem na escola (ABROMOVAY; CASTRO, 2003), bem como tem lugar a negação do acervo cultural, de rua que os jovens carregam para dentro das escolas. (CASTRO e ABROMOVAY, 2012, p. 31)

As autoras dão uma atenção adequada à questão da diversidade ao reconhecer que a escola é um espaço em que esta subsiste. Entretanto, este estudo, que tem como objeto o jovem negro, coloca a necessidade de, na realidade particular da sociedade brasileira, pensar

no projeto da educação e no papel da escola as questões raciais historicamente ignoradas, numa trajetória marcada pela prevalência da ideia de democracia racial, mesmo com a implantação das leis 10.639 e 11.645. Segundo Cavalleiro (2010), em carta intitulada “Por um Estado que proteja as crianças negras do apedrejamento moral no cotidiano escolar”, direcionada ao Presidente da República da época, nas comemorações do 20 de novembro:

a escola constitui apenas mais uma instituição social em que as características raciais negras são usadas para depreciar, humilhar e excluir. Assim, depreciadas, humilhadas e excluídas pela prática escolar e consumidas pelo padrão racista da sociedade, as crianças, jovens, adultos e idosos negros e negras, são obrigados a constantemente, deslocarem sua energia vital - que deveria estar voltada para o seu desenvolvimento e para a construção de conhecimento e socialização - para investir em repetidos e inúteis esforços para se sentirem aceitos no cotidiano escolar<sup>45</sup>.

Gomes (2002), analisando sobre as trajetórias escolares dos corpos negros, com atenção especial ao cabelo crespo, já resalta as questões que alguns anos depois vão constar na carta de solicitação de Cavalleira (2010). Sendo que Gomes dá um destaque para o papel contraditório do discurso pedagógico, ressaltando que “o discurso pedagógico, ao privilegiar a questão racial, não gira somente em torno de conceitos, disciplinas e saberes escolares” (GOMES, 2002, p. 43).

Apesar de a autora não abordar sobre a complexidade de tal contexto, podemos relacionar suas análises às permanências em decorrência de uma história marcada pela ocorrência da escravidão. Isso fica evidente quando resalta que falar sobre o negro na sua totalidade refere-se ao seu pertencimento étnico, à sua condição socioeconômica, à sua cultura, ao seu grupo geracional, aos valores de gênero etc., ressaltando que tudo isso se dá de maneira consciente e inconsciente. Atenta para um aspecto fundamental na compressão de todo o processo, no qual, “muitas vezes, é por intermédio desse discurso que estereótipos e preconceitos sobre o corpo negro são reproduzidos. Será que eles são superados?” (GOMES, 2002, p. 43).

Em relação ao discurso pedagógico sobre o negro, a autora pontua que “mesmo sem referir-se explicitamente ao corpo, aborda e expressa impressões e representações sobre esse corpo” (ibid., p. 43), tema objeto de interesse deste capítulo, no qual buscamos abordar sobre vários ângulos esses corpos negros. Gomes segue, destacando o papel simbólico do cabelo

---

<sup>45</sup> <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/por-um-estado-que-proteja-as-criancas-negras-do-apedrejamento-moral-no-cotidiano-escolar.html>.

crespo, ou seja, o cabelo tem sido um dos principais símbolos utilizados nesse processo, pois desde a escravidão tem sido usado como um dos elementos definidores do lugar do sujeito dentro do sistema de classificação racial brasileiro.

Se para este estudo as questões raciais são basilares, destacando principalmente aspectos decorrentes da escravidão, como citado anteriormente, e a prevalência do mito da democracia racial brasileira, apontamos também para o poder determinante da educação. Não percamos de vista os indicadores apresentados, os quais evidenciam que a educação no Brasil, em todos os níveis, tem problemas. Este é um precedente encontrado em Saviani (2010) quando sinaliza que no Brasil a educação é marcada por uma inclusão que na verdade é excludente, pois inclui alunos num sistema escolar sem padrões de qualidade, isso nas diversas modalidades e níveis de ensino. Isso ocorre em especial nas estruturas educacionais acessadas pela parcela da população considerada neste estudo.

Ao tempo em que esta tese foi sendo construída, estava sendo realizado no país um processo de debates sobre a reforma do ensino médio, momento no qual foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação e sancionado pelo Presidente da República a Base Nacional Comum do Ensino Fundamental. Durante as discussões sobre a Reforma do Ensino Médio que, como já registrado, tem enfrentado há tempos diversas crises, dois aspectos merecem destaque: a promoção de ampla campanha, por parte do governo federal, que apresentou como aspecto principal a possibilidade de escolha por parte dos alunos das disciplinas que gostariam de cursar, e, ao mesmo tempo, aparece prevista como obrigatórias na grade curricular somente as disciplinas português e matemáticas.

Em paralelo à questão da reforma do ensino médio, ou mesmo antes, em final de 2015 e durante 2016, a educação brasileira, particularmente o corpo que compõe o ensino médio, vivenciou um momento político muito importante, durante a organização do Movimento de Ocupações das Escolas. O movimento se deu de forma diferenciado em alguns estados e municípios, bem como variou de acordo com as escolas públicas. Em estados como São Paulo, por exemplo, os estudantes do ensino médio ocuparam as escolas em defesa da instituição, contra fechamentos destas e mudanças. O movimento cumpriu um papel político muito importante, não só por dinamizar a escola pública, mas, principalmente, por colocar em evidência um conjunto de problemas nesse nível de ensino.

A reforma do ensino médio começou a ser prevista e discutida por volta de 2016, quando encaminhada através de medida provisória, e após aprovada foi então sancionada no mesmo ano pelo presidente. No mês de novembro e início de dezembro de 2018, no apagar

das luzes do ano e ao final do seu mandato, o governo federal aprovou, através do Conselho Nacional de Educação, o que está sendo identificado como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio, sem as alterações sugeridas pelos diversos grupos que são partes principais neste processo, a exemplo dos alunos de ensino médio – que tentaram intervir no processo através das ocupações das escolas –, professores e outras entidades.

Mas a aprovação se deu da forma que interessava ao governo e a particulares, sendo então mantida a obrigatoriedade na grade curricular tão somente das disciplinas de português e matemáticas, que corresponderam a 60% da carga horária. Quanto aos outros 40% serão de disciplinas ou conteúdos flexíveis, os chamados eixos itinerários, que ainda não estão definidos. Entretanto, ficou estabelecido também que os 40% poderiam ser realizados através do ensino à distância.

Neste sentido, será que a sociedade brasileira e os quase 80% dos alunos do ensino médio no país que frequentam a rede pública, conforme dados do próprio governo, podem ter alguma expectativa positiva em relação a essa reforma? Considero de fundamental importância não responder diretamente a pergunta, mas apresentar como resposta parte de alguns dos pontos apresentados em entrevista sobre a aprovação da reforma do ensino médio pelo professor Nelson Pretto, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, concedida ao jornal Folha de São Paulo. Pretto destacou que a medida é um sinal do esvaziamento do ensino público de qualidade e da falta de compromisso com investimentos. Deixa “claro um movimento de desresponsabilização do Estado brasileiro com a formação crítica e sólida da juventude, e também com a infraestrutura escolar (...) um processo dessa forma joga ao cidadão toda a responsabilidade”<sup>46</sup>.

Desta forma, só cabe reafirmar que a maioria da população, em especial os jovens, e particularmente os jovens negros, não têm oportunidade; que mesmo “incluídos no sistema escolar esses jovens permanecem excluídos do mercado de trabalho e da participação ativa na vida da sociedade” (SAVIANI, 2010, p. 442). As consequências já são conhecidas: descompromisso por parte do Estado brasileiro, uma não cidadania que tem resultando em violência, encarceramento e morte. Mesmo que na última década o Brasil tenha implantado um conjunto de políticas sociais e políticas afirmativas.

Faremos aqui uma digressão para pontuar que os problemas da educação na atual conjuntura escolar brasileira não estão restritos ao âmbito legal; incluem, pelo menos, dois

---

<sup>46</sup><https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/03/governo-temer-quer-liberar-ate-40-do-ensino-medio-a-distancia.shtml>.



outros problemas de ordem ideológica. Ganha forma, ou melhor, se reestrutura, ainda nos primeiros anos do século XXI, um movimento identificado com Escola Sem Partido e o processo de militarização das Escolas Públicas. O que está sendo identificado como Movimento Escola Sem Partido foi criado por volta de 2004, sendo que entre 2014 e 2015 foi apresentado sobre a forma de Projetos de Lei 7180/2014, 7181/2015 e 867/2015. Nestes constam propostas que alterariam legalmente a Lei de Diretrizes e Base da Educação em vigor, com o propósito da criação de normas de disciplinamento e punição dos docentes que praticassem ações consideradas pelos autores dos projetos de leis, defensores e participantes do Movimento Escola Sem Partidos como “doutrinação ideológica”<sup>47</sup> (Cartilha ANDES, 2016, p. 21).

Mesmo este tema não sendo o foco principal deste estudo, o Movimento Escola Sem Partidos é parte de um contexto contemporâneo mais amplo, um quadro político que ganha forma nesta última década e impacta a juventude e a educação. Este é impulsionado pelos setores da direita que passam a atuar abertamente na defesa não só de um discurso embasado no ódio às minorias, movimentos sociais, sindicatos, como também da reafirmação da intolerância religiosa e do racismo aberto, sem melindres e das mais diversas formas.

Já a militarização das escolas públicas diz respeito a um procedimento que passou a ser viabilizado nestas duas últimas décadas. Na verdade, o país tem uma tradição de escolas militares, mas que foram criadas especialmente para atender aos filhos dos militares, tanto no âmbito dos estados como das Forças Armadas. O dado novo é que, no momento, cerca de 120 escolas públicas no Brasil e 15 no estado da Bahia passaram a vivenciar um procedimento identificado como administração compartilhada. Nesta, as escolas são administradas pelas Secretarias de Educação e pela Polícia Militar.

Uma das justificativas que têm sido utilizadas para explicar tal situação é violência. Outro argumento também empregado com o objetivo de afirmar e garantir a liberdade dos professores é o fato de a coordenação pedagógica continuar sob a responsabilidade das secretarias de educação. Como se o procedimento que passou a ser adotado nessas escolas, no que diz respeito a toda uma forma diferenciada de disciplina baseada em procedimentos militares, não interferisse na dinâmica pedagógica. Quando, na verdade, a palavra de ordem

---

<sup>47</sup> Segundo dicionários *online*, doutrinação pode ser: “Ação ou efeito de doutrinar, de instruir alguém numa doutrina, de passar os preceitos formais que compõem uma ideia”. “Incutir ideia em (alguém), para que proceda de certa maneira”.

que passa a prevalecer é agora baseada num processo fundado na punição e uma interferência na individualidade, já que todos terão que seguir um padrão militar.

Tais questões em relação à educação no Brasil evidenciadas no decorrer do texto são de extrema gravidade, mas as novas medidas endossadas ou anunciadas pelo mandato do atual Presidente da República, apesar de surpreender parcelas da população, não podem ser compreendidas como inesperadas. Lembramos que o primeiro Ministro da Educação do seu mandato permaneceu no cargo por apenas 100 dias, em decorrência de medidas contraditórias, retrocessos e discursos preconceituosos, a exemplo do comentário de que a universidade “não é para todos”, mas “somente para algumas pessoas”. Já o segundo ministro empossado teve como uma das suas principais medidas o corte de verbas direcionadas às universidades e institutos federais. Ele e o presidente justificaram os cortes em função de um pretenso “baixo desempenho e a balbúrdia” das universidades que fazem parte da lista de cortes.

É significativo também registrar dois atos contínuos a tais medidas. Primeiro, a imediata reação por parte da sociedade civil, com a realização de grandes manifestações contra o corte de verbas na educação, juntamente com a luta contra a reforma da previdência – em tramitação na Câmara dos Deputados no mesmo período. Segundo, as manifestações suscitaram novos comentários por parte do Presidente da República, que acusou os manifestantes de serem “idiotas úteis” e “massa de manobra”.

Mas quais as consequências e implicações políticas em decorrência do corte de verbas para as universidades públicas pelo MEC? São as mais diversas e afetam diretamente programas sociais de permanência acadêmica, projetos de pesquisa e até mesmo o funcionamento das instituições, com risco paulatino de desestruturação das políticas afirmativas, da continuidade e da realização de pesquisas acadêmicas e, em amplos termos, da manutenção da universidade pública no Brasil.

Voltando ao tema mais específico desta pesquisa, mesmo considerando que seu foco é o Brasil e em especial Salvador/BA, é importante a apresentação de dados estatísticos mundiais sobre causas de mortes de jovens, dispostos em relatórios e em momentos diferentes pela OMS. Destaca-se que quando se trata de causas de mortes, os números do relatório “Prevenindo a violência na juventude: uma perspectiva da evidência”, divulgado pela agência da ONU em 2015, mostraram que 200 mil jovens entre 10 e 29 anos morrem assassinados por armas de fogo e brigas por ano, e que as mortes violentas são a quarta causa de óbitos. O

relatório mostrou ainda que 83% dos que morrem são homens, e todos são vítimas de assassinatos, brigas, bullying e violência entre namorados.

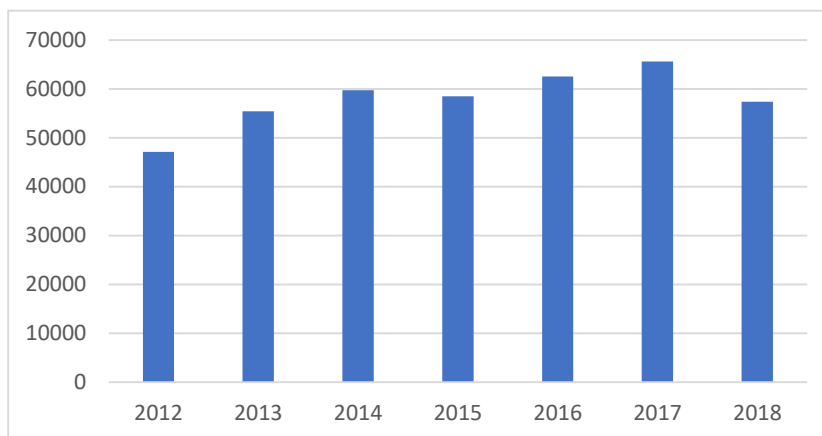
Ainda tomando por base os dados da OMS e a partir de uma pesquisa realizada por pesquisadores da Austrália, Grã-Bretanha e Suíça publicada pela revista *The Lancet*, a principal causa da morte em termos de números de jovens entre 10 e 24 anos são os acidentes de trânsito. Também segundo o relatório, os acidentes causam 11% das mortes de jovens no mundo, sendo os homens os maiores atingidos. Um dado bastante significativo: os países de média ou baixa renda somam 97% dos óbitos, estando o Brasil incluso nesta lista. No país, segundo o Ministério da Saúde, foram 42.266 óbitos referentes ao ano de 2013. Como segunda causa aparece a violência. O referido relatório aponta que o suicídio é a terceira maior causa de morte de jovens no mundo. Entre este público ocorrem pouco mais que 5,1 em cada 100 mil habitantes, enquanto na população adulta ocorrem 4,9 suicídios para cada 100 mil habitantes.

Mas o Brasil segue uma tendência diferente. Os homicídios estão como primeira causa de morte de jovens. Conforme os dados constantes dos anuários publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>48</sup>, fica evidenciada não só tal tendência como também um aumento contínuo nos números das violências intencionais no período de 2012 a 2017. Segundo o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2017, o Brasil, em 2016, teve um total de sete pessoas assassinadas por hora. As mortes foram resultantes de homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte, latrocínios e ações policiais. Conforme o Gráfico 1, só no ano de 2015 e 2018 ocorreu certa queda, nos demais anos alvo da pesquisa fica patente o aumento constante dos números de mortes violentas no país. Conforme consta no Atlas da Violência 2019, o Brasil atingiu a marca de 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes em 2017.

---

<sup>48</sup> Foram usados especialmente os anuários dos anos 2016 e 2018, nos quais constam números relativos aos anos de 2012 a 2017, e 2019, referente à informação sobre taxa de morte por 100 mil habitante em 2017.

Gráfico 1. Dados sobre Mortes Violentas Intencionais no Brasil



Dados do Anuário 2012 - 2018 e Atlas da Violência 2019- IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)

Historicamente quem são, na população brasileira, os alvos das violências intencionais? São homens, em sua maioria jovem, que ao longo de décadas vêm sendo a maioria das vítimas, em especial da violência policial. “Por que o senhor atirou em mim?” Esta foi a frase que Douglas Rodrigues, 17 anos, proferiu após ser alvejado por um PM em 28 de novembro de 2013, na Vila Medeiros, no momento da abordagem que resultou em sua morte. A pergunta se tornou o símbolo da gravidade da situação, inclusive foi utilizada em campanha contra as mortes dos jovens negros. E este é só um exemplo entre milhares de casos.

Nesse sentido, as permanências de práticas racistas sobre novas roupagens e a sua concretização através das manifestações violentas têm contribuído com o aumento dos indicadores de violência. Paim (2008), ao tratar da complexidade e dificuldade da definição de violência, sugere utilizarmos a expressão violências. Destaca que em pesquisa realizada em jornais da Bahia, em 1999 – pesquisa na qual já foram identificados nove casos de linchamentos –, mesmo que Salvador na época apresentasse dados de violência menores que o Rio de Janeiro e São Paulo, já apontava um acelerado ritmo do seu crescimento na passagem da década de oitenta para a de noventa.

Constatou ainda que, naquele período:

Os homicídios têm ocupado o primeiro lugar entre as causas de morte violenta, constatando-se uma maior mortalidade masculina para todas as faixas etárias, especialmente entre adolescentes e adultos jovens, além de uma desigualdade social diante do risco de morrer (Almeida, 1998; Paim et al., 1999; Macedo et al., 2001). (PAIM, 2008, p. 159).

Ficando evidenciado ainda que:

No início da década de noventa, esses óbitos representavam 7% do conjunto da mortalidade por causas externas, em Salvador, e uma em cada dez mortes violentas de crianças e adolescentes (Paim et al., 1996, 1999). Nesse tipo de violência, apenas 1% das mortes teve como vítimas pessoas de cor branca (Santos et al., 2000), ou seja, a maior parte dos homicídios decorrentes da intervenção policial, na cidade do Salvador, atingiu aos negros e aos mulatos. (PAIM, 2008, p. 159)

Como visto na citação, o aumento sistemático da violência em Salvador, já na década de noventa do século XX, contribuiu com as mobilizações para que, ainda em 1996, se criasse o Fórum Comunitário de Combate à Violência, que a época teve como objetivo propor políticas e ações de combate do crescimento da violência em Salvador, já um grave problema naquele período. Dentre as muitas atividades realizadas pelo Fórum destaca-se a entrega, em 2008, ao então governador, de uma Carta aberta de entidades da cidadania<sup>49</sup>, assinada por 21 organizações, em sua maioria entidades e movimentos sociais que lutam por questões relacionadas à juventude.

O documento trazia como questão principal “apoio à decisão do Governo do Estado da Bahia, de construir políticas sociais de base para os adolescentes e jovens”. É pontuado, também, a quem devem ser direcionadas essas políticas, ou seja, quem são os jovens alvos. Fica muito claro que as vítimas desse contexto são, como tem sido colocado o longo do estudo “adolescentes e jovens do sexo masculino, negros, com baixa escolaridade, solteiros, moradores dos chamados bairros periféricos”. Chama a atenção também que são jovens “sem antecedentes criminais”. O documento é finalizado com a solicitação, para o governador, da construção de “uma Bahia socialmente mais justa, que proteja e cuide de seus jovens cidadãos, lhes assegurando assim o direito fundamental à vida.” Fica evidente, assim, a tentativa de prevenção de uma realidade que, conforme foi ficando expostos ao longo do estudo, piorou muito, atingido números alarmantes.

“Quero minha mãe” foi outra frase marcante dita por Herinaldo Vinicius de Santana, 11 anos, morador da comunidade Parque Alegria, no complexo do Cajú no Rio de Janeiro, quando baleado no tórax por um policial e morto em 23 de setembro de 2015. Mas a brutalidade da violência racial no Brasil não permitiu as respostas a esses jovens nos dois

---

<sup>49</sup><https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1250176-carta-aberta-de-entidades-da-cidadania-ao-governador-jaques-wagner>

casos apresentados. No primeiro caso, o Estado, através da instituição policial, não responde por que para a sociedade brasileira é natural “matá-los” e, nesse sentido, essas vidas não importam. No segundo, conforme foi noticiado, “não deu tempo” de o jovem ser atendido. Quando sua mãe chegou, ele já estava morto.

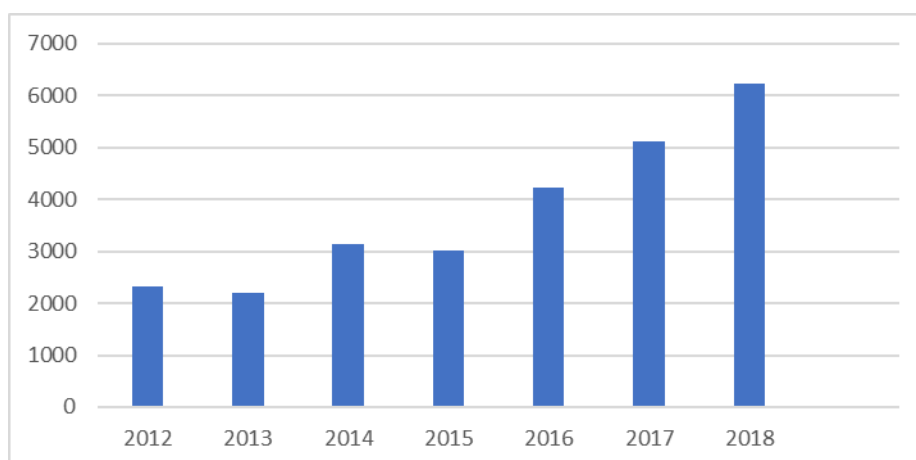
De acordo com o Monitor da Violência, organizado conjuntamente pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade do Estado de São Paulo (USP), o Portal G1 (Grupo Globo) e ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil flerta com a barbárie ao apresentar esse quantitativo de mortos decorrentes de intervenções policiais, sendo este o segundo maior motivo de assassinatos no país. O documento aponta ainda possíveis justificativas para o fenômeno.

sinônimo da eficiência policial, que chega mais rápido ao local da ocorrência, ou como resposta ao aumento da criminalidade, o fato é que o aumento da letalidade policial demonstra o completo descontrole do Estado brasileiro sobre suas forças policiais. Não à toa, o Brasil foi condenado na OEA ano passado pelas chacinas ocorridas na Comunidade Nova Brasília, durante operações policiais no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, em 1994 e 1995.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e outros documentos, inclusive o posicionamento de décadas atrás do MNU, os números de mortes violentas no Brasil superam mortes em países que vivenciaram situações de guerra. Tais mortes atingem, em sua maioria absoluta, jovens do sexo masculino em idade entre 15 e 29 anos. Ainda de acordo com o documento, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil 71 são negras. O que significa dizer que os negros, no país, têm uma probabilidade 23,5% maior de serem vitimados de assassinato em relação aos demais grupos étnico-raciais.

Nesse sentido, este estudo destaca não apenas o fato de o homicídio ser a principal causa de morte entre os jovens, mas, principalmente, que é a juventude negra a principal vitimizada nesse tipo de violência racial em decorrência da ação policial e em casos de linchamentos. Violência essa que é resultante do racismo que é estruturante na sociedade brasileira. Os dados apresentados no Gráfico 2 mostram o crescimento constante dos números de mortes violentas em decorrência da intervenção policial no Brasil. Mesmo que nos anos de 2013 e 2015 os números tenham sido sutilmente menores que os anos imediatamente anteriores, é possível constatar que tem ocorrido crescimento contínuo destas mortes de jovens resultantes de intervenção policial.

Gráfico 2. Dados de Morte Decorrente de Letalidade Policial no Brasil



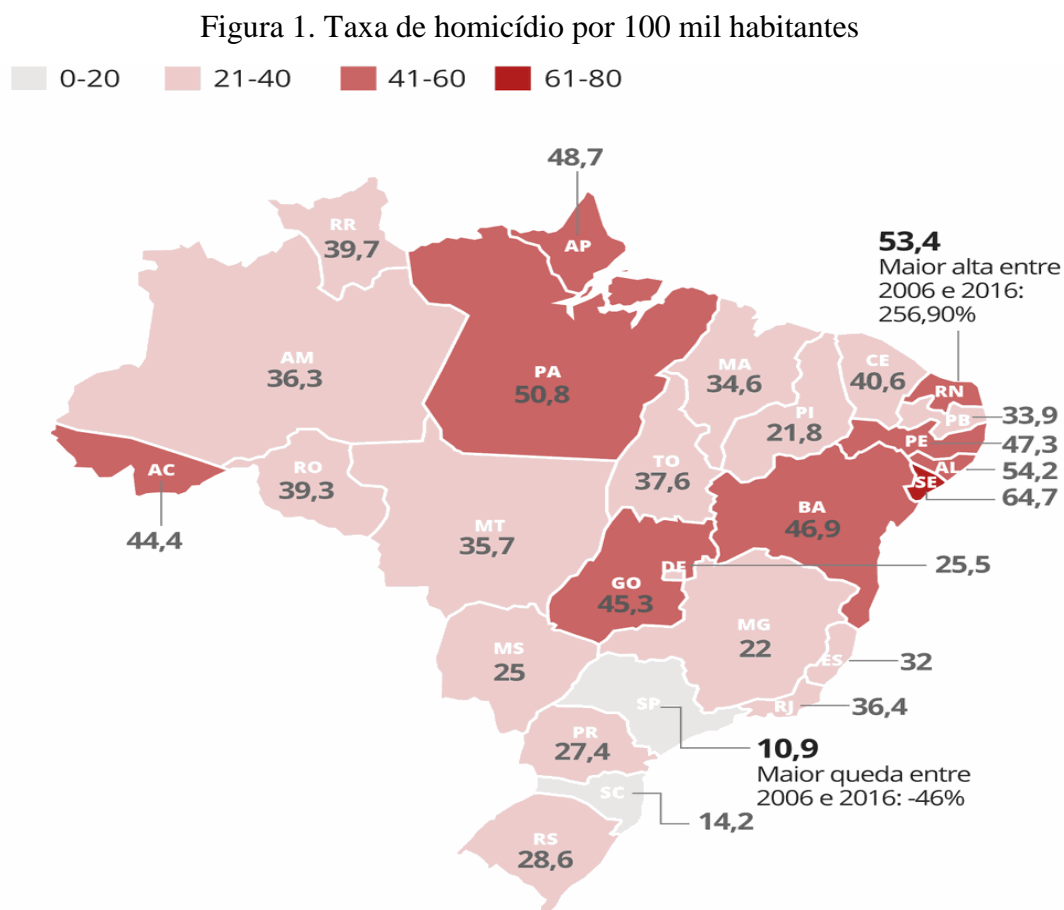
Dados do Anuários Brasileiro de Segurança Pública, anos de 2012 a 2018 - FBSP

Em 07/05/2015 a ONU publicou em seu portal que os jovens negros são as principais vítimas da violência no país. O portal da Anistia Internacional no Brasil, ao trata do fato, utiliza a expressão *extermínio da juventude negra* para expressar a gravidade da situação, reafirmando, como a ONU, ser a juventude negra a maior vítima de homicídios. Do mesmo modo, os movimentos negros, como forma de denunciar toda essa situação, também falavam e continuam falando em extermínio ou genocídio dos jovens negros, como o fez Nascimento em 1978, quando colocou como título do seu livro *Genocídio do Negro Brasileiro*, para tratar sobre o racismo no Brasil.

Em contraste, os dados evidenciam que os homicídios de pessoas não negras reduziram 12,2%, enquanto os homicídios de negros cresceram 18,2%. Conforme dados constantes no Atlas da Violência/2018 do IPEA, referentes a 2016, a taxa de homicídios por 100 mil nascidos vivos na população jovem entra 15 a 29 anos foi de 65,5, mais que o dobro da média nacional de 30,3, que já é alta. Registrou-se ainda, a diferença na taxa por cada 100 mil habitantes entre jovem negro, de 40,2, em relação os jovens brancos, que foi de 16,0.

Se nos parágrafos anteriores procuramos apresentar, de um modo geral, dados estatísticos sobre os números da violência no Brasil, passaremos a centrar atenção nos dados sobre a Bahia. É importante começarmos constatando que, conforme matéria publicada pelo Monitor da Violência, há uma mudança quanto às regiões que anteriormente apresentavam números mais elevados, sendo que nesta última década são as regiões Norte e Nordeste que detêm oito das dez polícias mais letais do país. Na Bahia os dados são preocupantes. Em documentos estatísticos sobre as violências, o Estado aparece entre os dez piores em relação à

morte por violências intencionais, conforme mostra o mapa com as taxas de homicídios por 100 mil habitantes, publicado pelo Atlas da Violência do 2018 (Figura 1).

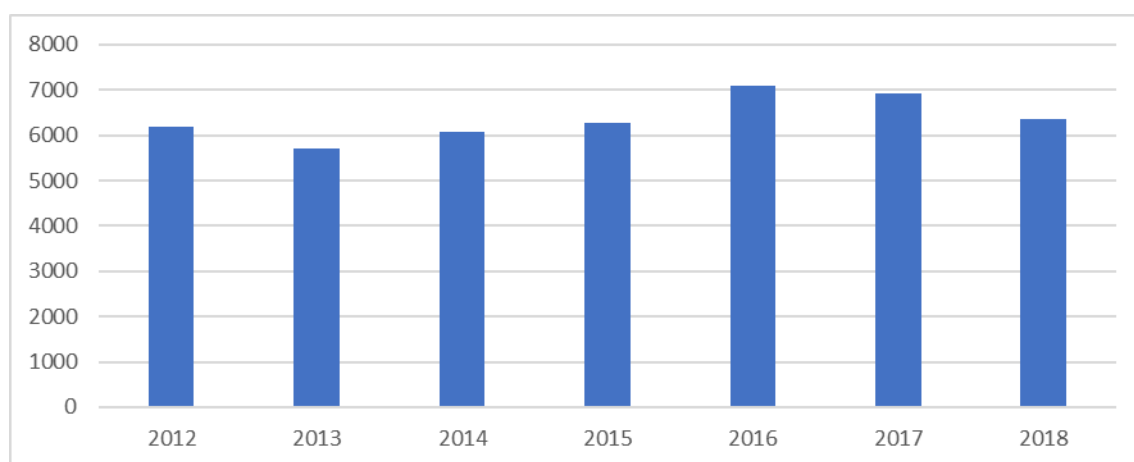


Fonte: Atlas da Violência 2018 – IPEA/ FBSP

No Gráfico 3 destacamos que entre 2012 e 2017 constata-se um crescimento contínuo dessas mortes, mesmo que em anos como 2013 e 2017 tenha ocorrido certa diminuição em relação ao ano anterior, bem como em 2018. Vale observar que as autoridades representantes do estado da Bahia não têm concordado com os dados apresentados nos mais diversos documentos sobre violências. Outra informação que deve ser ressaltada com o propósito de reafirma a realidade do estado diz respeito à taxa de homicídios por 100 mil nascidos vivos. Segundo o Atlas da Violência/2018, na Bahia a taxa já atingiu 114,3 por cem mil nascidos vivos na população jovem entre 15 a 29 anos.



Gráfico 3. Dados sobre Morte de Violência na Bahia

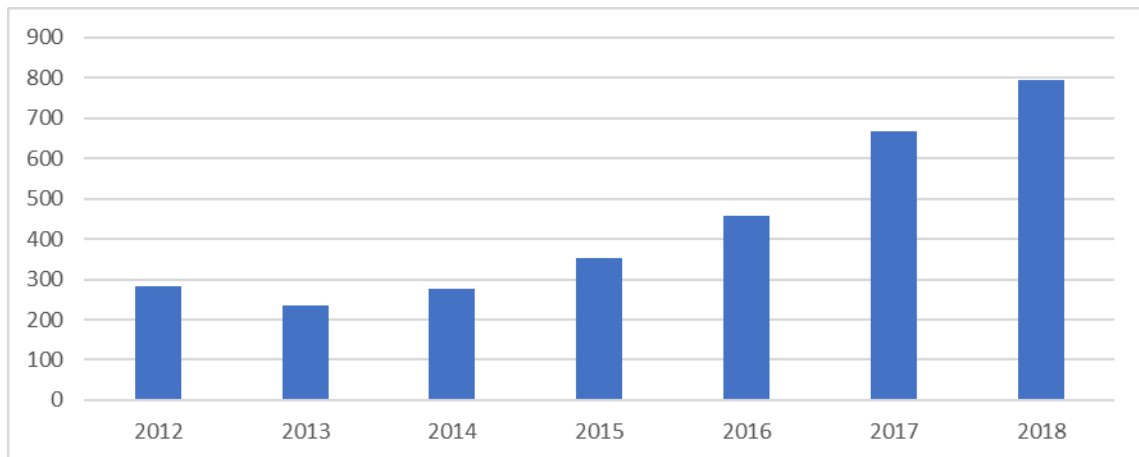


Dados do Anuários Brasileiro de Segurança Pública anos de 2012 a 2018 - FBSP

Assim como os dados evidenciaram, no geral, um crescimento contínuo dos índices de mortes violentas no estado da Bahia, em relação às mortes resultantes da violência policial a situação não é diferente. Entre de 2012 a 2017, só em 2013 é possível observar certa queda nos números de mortes, conforme consta nos anuários consultados. Nos demais anos desse período, ocorreu um aumento contínuo nos números da violência letal resultante da ação policial. Segundo o IPEA e o Fórum de Segurança Pública, a Bahia ocupa o terceiro lugar no ranking dos estados com maior número de morte desse tipo. Um dado que chamou a atenção é o aumento de mais de 50% em 2017, em relação à 2016.

A Bahia, e em particular Salvador, não é diferente do Brasil no que diz respeito ao perfil das vítimas. Muito pelo contrário, inclusive, neste estado e em sua capital a maioria da população se autodeclara negra, sendo aproximadamente 75% dos baianos e 80% da população soteropolitana. No estado e na capital a maioria absoluta dos mortos por policiais são homens negros com idade entre 15 e 29 anos, mas também adolescentes entre 10 e 15 anos. De acordo com o 12º Anuário, as operações da Polícia Militar são responsáveis por aproximadamente 90% dos óbitos provocados por policiais no estado. No Gráfico 4 veremos os números da letalidade das ações policiais no período estudado nesta tese.

Gráfico 4. Dados de Morte Decorrente de Letalidade Policial Bahia

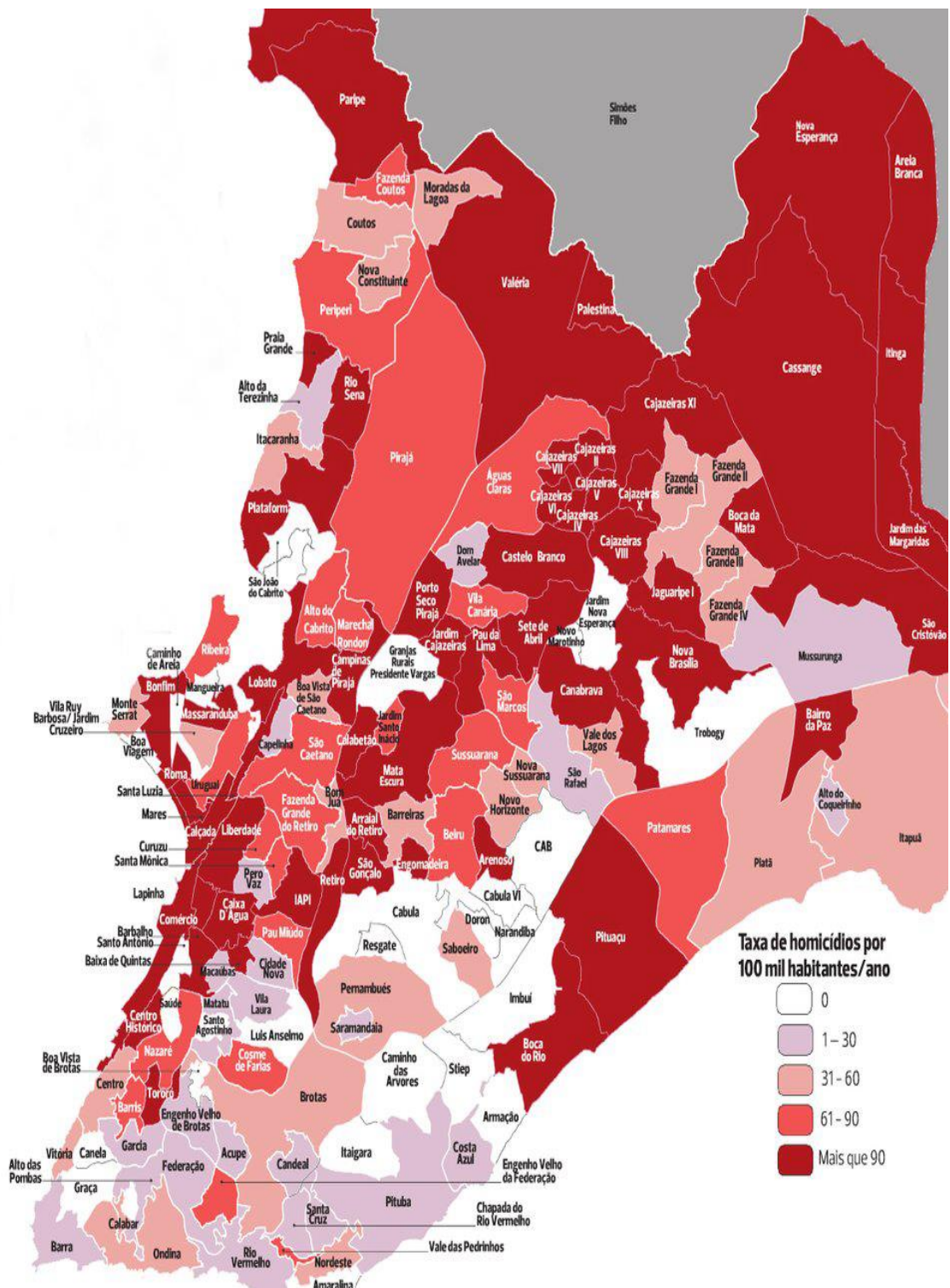


Dados do Anuários Brasileiro de Segurança Pública anos de 2012 a 2018 - FBSP

Tratando mais especificamente sobre a capital baiana, Calazans (2016), em pesquisa realizada sobre a Organização Social do Território e os Homicídios dos Jovens em Salvador, referente ao período de 2012-2013, contribui para reafirmar dados já registrados há mais de 15 anos atrás num estudo realizado por Paim (2008), bem como os dados dos movimentos negros e das organizações internacionais como relação às mortes dos jovens negros. A autora aponta que há uma distribuição desigual de mortes por homicídio doloso no espaço urbano da cidade de Salvador, no período analisado. Essa espacialização das mortes é demonstrada pela elevada ocorrência delas nas áreas mais pobres das áreas urbanas da cidade.

O mapa exposto a seguir (Figura 2) sobre dados de homicídios de Salvador identificados bairro a bairro contribuiu para reafirmar suas indicações, ao evidenciar que os bairros com as taxas mais altas de homicídios por 100 mil habitantes/ano estão localizados, principalmente, nas periferias da cidade, incluindo aí as áreas onde ocorreram os casos de violência policial que foram objeto de análise neste estudo. O dado é relevante, apesar de o mapa ter sido publicado em 2012, apresentando os dados daquele ano.

Figura 2. Mapa dos Homicídios de Salvador (bairro a bairro)



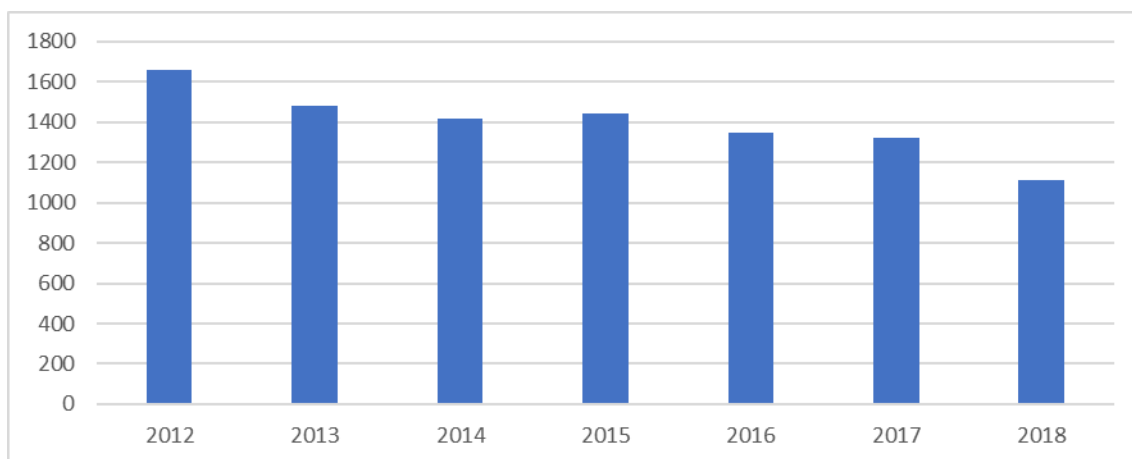
<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mapa-deixa-clara-a-concentracao-de-homicidios-em-bairros-pobres/>.  
Publicado em 22.05.2012. Acessado em 26/06/2019.

Sobre a estrutura de organização da Segurança Pública no estado da Bahia, a autora destaca que:

A Política Nacional de Segurança Pública brasileira prescreve aos Estados que para execução da política pública de segurança e cobertura de unidades operacionais policiais estes definem circunscrições administrativas. Portanto, na Portaria nº 184, de 21 de março de 2007, o secretário de Segurança Pública do Estado Bahia fixa as áreas integradas de Segurança Pública para a atuação das unidades operacionais da Polícia Civil e da Polícia Militar. (CALAZANS, 2016, p. 56)

A Portaria de 2007 fixou na época 21 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) para a cidade de Salvador. Mas em 2012 essa configuração foi alterada pelo Decreto 13.561/12 da Secretaria de Segurança Pública (SSP), que reestruturou as AISPs, segundo a autora, estabelecendo um recorte geográfico que fracionou o município. O decreto dividiu Salvador em 16 áreas, sendo que cada uma congrega um conjunto de bairros. Nas AISPs que congregam bairros que fazem parte das periferias de Salvador foi onde correram os maiores números de homicídios contra jovens na cidade. O Gráfico 5 mostra o quantitativo de mortes violentas na cidade entre 2012 e 2017.

Gráfico 5. Dados sobre Mortes Violentas em Salvador



Dados 2012 da SSP/BA 2013 e 2014; 9º Anuário e 2015, 2016 e 2017; Anuários 2017 e 2018

Os dados constantes no Gráfico 5 foram identificados com base em três sistemas diferentes. Os dados referentes a 2012 foram apresentados pela SSP/BA, no qual foi evidenciado um número de mortes bastante alto. Uma possível explicação, entre outras, seria

a ocorrência, naquele ano, da greve da Polícia Militar do Estado da Bahia, que teve graves repercussões em Salvador. Podemos constatar uma diminuição em 2013 em relação a 2012, ao tempo em que fica configurado certo equilíbrio e constância nos números dos anos de 2013, 2014 e 2015. Quanto aos anos seguintes, 2016 e 2017, os números obtidos mostram uma tendência de diminuição.

Quanto aos dados sobre mortes decorrentes de intervenções letais de policiais em Salvador só identificamos informações referentes a 2012, 2016 e 2017. Mesmo assim, podemos constatar a ocorrência de um crescimento contínuo, ao tomarmos como referência os anos de 2016 e 2017, chamando a atenção também os números referentes ao ano de 2012. Sendo uma possível explicação, como dito acima, a ocorrência e o tempo de duração da greve da PM.

Em Salvador, como já citado na introdução deste estudo, foram registrados casos de mortes de jovens resultantes de ação letal por parte da polícia que poderiam ser considerados emblemáticos, não só devido à frequência das ocorrências, mas pelas justificativas utilizadas, que são sempre as mesmas. Reação à abordagem, mortes em confronto, alteração dos fatos ocorridos, das cenas e locais da ocorrência, desova e mutilação dos corpos. Apesar do debate e aprovação da Lei 239/16, que muda o Código Penal Brasileiro no que diz respeito ao item/artigo identificado como auto de resistência<sup>50</sup>, este continua a ser o argumento utilizado cotidianamente pelas polícias, enquanto instituição, em todo Brasil e pelos policiais como o aval institucional para matar. Para matar, especialmente, jovens negros.

Apresentaremos rapidamente mais dois exemplos de casos ocorridos em Salvador, com o objetivo de demonstrar como os argumentos e justificativas são sempre as mesmas. Caso chacina do Cabula, 2015, 12 jovens mortos sob o argumento de que reagiram à abordagem, estavam armados, entraram em confronto com a polícia. Caso Sertanejo/Av. Bairro Reis, 2017, como forma de justificar a morte do jovem é apresentado pela polícia e exibido pela imprensa seu corpo, para mostrar que ele portava armas e drogas e que trocara tiros com a polícia. Estes são exemplos de como a polícia possui o poder de fala, ou seja, a versão desta instituição, na figura do policial como operador do sistema, prevalece sobre as demais, tal como explicitado por Varjão (2008).

---

<sup>50</sup> Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2016, de autoria da CPI do Assassinato de Jovens, que propunha a alteração no Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941), tornando obrigatória a autópsia e exame interno nos casos de morte violenta em ações com o envolvimento de agentes do Estado; e dá nova disciplina para a hipótese de resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, determinando a instauração de inquérito para apuração de eventual excesso no uso da força. Cf.: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126117>.

Retomamos à pergunta feita pelo jovem Douglas Rodrigues, 17, após ser alvejado por um PM: “Por que o senhor atirou em mim?”. Sua resposta vem sendo articulada ao longo deste capítulo, mesmo antes de a pergunta ter sido explicitada. Conforme demonstraram os diversos estudos trabalhados neste texto, a ação policial do Estado brasileiro, através de seus representantes e operadores, vem historicamente elegendo quem são os corpos “matáveis”, que são os corpos negros. Esses atos institucionais reiterados diariamente sinalizam para a sociedade tal condição para esses corpos. Assim, a pergunta do jovem diante da ação policial tem um significado político, mesmo que pelo desespero, o de reafirmação do seu corpo enquanto susceptível de ser descartado, morto.

Os corpos negros, ou em sua maioria esses corpos, em especial em Salvador, são também alvo de outra forma de violência racista que se concretiza tomando forma nas ações de punição através dos linchamentos, conforme tem ficado evidente no estudo. Trataremos desse tema a seguir.

#### 4.3 LINCHAMENTOS EM SALVADOR

O nome dele era S.S.J, nascido em 1976 e falecido em 28 de maio de 1992, dia em que ocorreu linchamento. Suspeito pela população de ter cometido assalto no Alto do Peru, bairro da periferia de Salvador, próximo da localização do Colégio, S.S.J., foi inicialmente agredido com paulada pelo dono do estabelecimento. Ao cair, foi linchado pela população. Quando a viatura da polícia chegou, ele já estava muito machucado, com vários hematomas e ao dar entrada no Hospital Geral do Estado tomou-se conhecimento que além dos hematomas ele também tinha tomado três tiros, na pena, abdômen e peito. Ninguém nunca foi punido. (Relato feito pela irmã da vítima, no dia 16 de outubro de 2016)

No dia 09 de abril, primeiro sábado letivo de 2015, foram programadas para a aula do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, onde a autora desta tese ensina a disciplina de Sociologia no ensino médio, apresentações e debates das atividades sobre violências na sociedade brasileira. Na época, há pouco mais de um mês o projeto de pesquisa desta tese havia sido aprovado na seleção do doutorado. Surpreendeu-nos que naquela aula não somente o tema do projeto, o racismo como fomentador de violência, foi debatido, como a especificidade do campo empírico da pesquisa acabou por ser discutida, pois uma aluna negra, uma jovem de 16 anos, relatou que tinha em sua família um tio que fora vítima de linchamento por populares. Na época do linchamento ele tinha a mesma idade que ela naquele momento. É com essa história que iniciamos a terceira parte deste capítulo.

Em pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, identificamos treze estudos abordando sobre o tema em questões – linchamentos tratados de diferentes perspectivas. Foram nove dissertações e quatro teses desenvolvidas por pesquisadores ligados a dez diferentes universidades brasileiras. Um estudo chama a atenção pela forma como a autora estabelece uma relação entre a violência vista como um ato fundador, a violência vista como ilegalidade e a violência restauradora da ordem, pois evita a escalada da violência.

Natal (2012), ao buscar fazer uma revisão da literatura tanto americana como brasileira, atenta para as diversas hipóteses acerca das origens do linchamento, que se relacionam tanto com as origens do termo como da prática de linchar. Entretanto, ressalta o consenso acerca das relações que se estabelecem com o uso do termo *Lynch law*, corrente nos Estados Unidos no século XVIII, e certo modo de justicamento sumário, sem a intermediação estatal, ocorrido na época.

Segundo registro histórico, a palavra linchamento foi empregada pela primeira vez por Charles Lynch, fazendeiro da Virgínia, nos Estados Unidos, para punir criminosos durante a Guerra da Independência em 1782, e pelo capitão William Lynch, que teria mantido um comitê para manutenção da ordem no mesmo período. Ainda de acordo com os documentos históricos, foi em 1837 que surgiu a Lei de Lynch (bater com pau), baseada nos atos do fazendeiro, usada para pregar o ódio racial contra negros e índios.

Ângela Davis (2016), analisando sobre o contexto histórico dos linchamentos especificamente na realidade dos Estados Unidos, registra que:

Linchamentos ocorreram, sim antes da Guerra Civil – mas tinham como alvo mais frequente os abolicionistas brancos, sem valor financeiro no mercado. De acordo com o jornal de William Lloyd Garrison, o *Liberator*, mais de trezentas pessoas brancas foram linchadas ao longo de duas décadas a partir de 1836. A frequência de linchamento crescia à medida que a campanha antiescravagista conquistava poder e influência. (DAVIS, 2016, p. 187)

Por outro lado, ressalta ainda que:

Com a emancipação dos escravos, a população negra não tinha mais valor de mercado para os antigos proprietários, e “a indústria de linchamentos passou por uma revolução”. Quando Ida B. Wells fez a pesquisa para seu primeiro panfleto contra os linchamentos, publicados em 1895 com o título *A Red Record* [Um registro vermelho], ela calculou que ocorreram mais de 10 mil linchamentos entre 1865 e 1895. (DAVIS, 2016, p. 187)

Dentre outros aspectos, além dos dois presentes nas citações acima, ainda como parte do contexto histórico sobre os linchamentos no EUA é importante destacarmos, ainda referenciados em Davis (2016), os desdobramentos e consequências do homem negro americano como alvo dos linchamentos, com destaque para a formação do mito do estuprador negro.

Atrelado a esses linchamentos e as incontáveis barbaridades neles envolvidas, o mito do estupro negro foi trazido à tona. Seu terrível poder de persuasão só poderia existir no interior do irracional mundo da ideologia racista. Por mais ilógico que seja o mito, não se trata de uma aberração espontânea. Ao contrário, o mito do estuprador negro era uma invenção obviamente política. (DAVIS, 2016, p. 188)

Segundo Martins (2015), o primeiro linchamento que se tem conhecimento no Brasil ocorreu na Bahia, e data de 1585. Já conforme o documento “Dias de Intolerância”, o registro de caso de linchamento mais antigo no Brasil data do século XIX, com a primeira ocorrência registrada em 1853, em uma fazenda de café nos arredores da cidade de Campinas, interior de São Paulo. O segundo ficou conhecido como o linchamento dos Britos, ocorrido em 1897, na cidade Araraquara, São Paulo, onde um jornalista e um parente farmacêutico tiveram uma briga com um coronel. De acordo com o registro, o coronel morreu e os dois foram presos, sendo posteriormente tirados da prisão e linchados em frente à delegacia.

Natal (2012), ao tratar dos estudos sobre os linchamentos no Brasil, destaca dois pontos. Primeiro, o surgimento de pesquisa sobre o tema do linchamento em meio aos estudos sobre violência apenas em finais de 1970. Segundo, que a bibliografia sobre linchamento era, na época da elaboração de sua pesquisa, bastante modesta, e carecia de uma teoria mais aprofundada. Algo compreensível, uma vez que o tema do linchamento se encontrava ainda em uma fase inicial de estudos.

Conforme constata Benevides e Ferreira (1983), com uma visão de certa forma próxima da apresentada por Natal (2012), a ocorrência de linchamentos no Brasil, até certo momento, era incomparavelmente menor em relação a outras manifestações de violências, tais como as chacinas, grupos de extermínios ou matanças “legais” praticados pelas polícias. Mas ressaltam ainda que os linchamentos:

Fazem parte de um cenário de violência cotidiana, cuja tragédia maior consiste, justamente, na sua banalidade. São fenômenos esporádicos, que só atraem a atenção das autoridades e da “grande imprensa”



quando envolvem toda a população de uma cidade, geralmente descrita como “pacata, ordeira e religiosa”. E que, de repente, arma-se de facas, paus e pedras para orquestrada no coro do “pega, lincha, enforca”, fazer justiça com as próprias mãos. (BENEVIDES e FERREIRA, 1983, p. 230)

A inexistência de dados oficiais sobre a ocorrência de casos de linchamentos no Brasil motivou pesquisadores interessados no tema a formar bancos de dados sobre o assunto. O pesquisador José de Souza Martins (2015) provavelmente foi o primeiro a estruturar um banco de dados. Conforme registros constantes no seu livro, foram quantificados 2.028 casos entre 1945 a 1998, e mais 2.505 casos contabilizados em separado ocorridos a partir de 2011 (até a presente data). Outro banco de dados encontrado foi o do Núcleo de Estudos da Violência da USP, que tomou como referência os anos entre 1980 a 2006, no qual foram registrados 1.179 casos de linchamentos.

O Brasil tem uma história marcada por episódios com ações de extrema violência. Mas os massacres cotidianos aos segmentos populares, que se processam quase que invisíveis na sociedade diariamente, compõem também um significativo quadro de violência. Então, neste contexto de violência e autoritarismo particular da realidade brasileira, ganha corpo e passa a ser visto também como algo natural os linchamentos praticados pela população excluída de plena cidadania no cotidiano das periferias das grandes cidades.

Mas a ocorrência de quatro casos em diferentes capitais do Brasil, com grandes repercussões nas mídias e redes sociais, tem mobilizado pesquisadores, meios de comunicação e a sociedade em geral. Em 31 de janeiro de 2014 um adolescente negro de 15 anos foi amarrado pelo pescoço e preso a um poste com uma trava de bicicleta. Estava nu, tinha a orelha cortada por faca e marcas de espancamento no corpo. Isso ocorreu na Avenida Rui Barbosa, bairro do Flamengo, Zona Sul do Rio de Janeiro. O rapaz fora acusado de cometer roubo, e só sobreviveu por que foi salvo por uma mulher que agiu de forma bastante firme, impedindo a continuidade do linchamento.

Em 03 de maio de 2014 a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, casada, mães de duas filhas, foi vítima de linchamento que culminou com a sua morte dois dias depois, em consequência dos traumas sofridos no espancamento. O fator motivador foi um boato compartilhado de forma indevida na internet, na rede social Facebook, na semana anterior, de uma mulher negra qualquer, cuja imagem foi associada com a da vítima, que estaria sequestrando crianças para realizar rituais de “magia negra”. O boato contribuiu para

que uma multidão formada por moradores do bairro de Morrinhos, periferia do Guarujá, litoral de São Paulo, enfurecida a espancasse até a morte.

Em Salvador, em 26 de maio de 2015, o lavador de carros Eliomar Saraiva de Araújo, 29 anos, foi morto a pedradas na madrugada, depois de atropelar e matar um morador de rua, no bairro de Sete Portas. Segundo consta nas mídias, Eliomar ia prestar um socorro e trafegava em um carro pela Rua Cônego Pereira quando invadiu o canteiro central da via e cometeu o atropelamento. Após o ocorrido, foi linchado até a morte por moradores de rua.

No dia 6 de julho de 2015, no Jardim São Cristóvão, em São Luís do Maranhão, um homem negro de 29 anos foi linchado por populares até a morte após tentar assaltar um bar, sendo também amarrado nu com cordas em um poste.

Os quatro acontecimentos chamaram a atenção e despertaram a sociedade para outras dezenas de linchamentos que vêm sistematicamente ocorrendo nas mais diversas preferias e centros das grandes cidades e no interior do Brasil, casos estes que nem sempre ganharam a mesma visibilidade dos episódios do Rio de Janeiro, São Paulo, de São Luiz do Maranhão e Salvador. Outro dado significativo que a imprensa não deu o devido destaque é que três das vítimas desses linchamentos são homens negros, como já citado, e mesmo no caso de Fabiane a imagem que circulava nas redes sociais está associada com a de uma mulher negra.

Benevides e Ferreira (1983, p. 229) afirmam que linchamento pode ser designado como:

Toda ação violenta coletiva para a punição sumária de indivíduos suposta ou efetivamente acusados de um crime – do simples furto ao assassinato – ou, em certas regiões, identificados com movimentos ou estigmas de ordem política racial. Caracteriza o linchamento a natureza de vingança, além de “justiça” punitiva (geralmente acompanhada de métodos de tortura), à margem de julgamentos ou normas legais.

O linchamento é, dessa forma, um fenômeno explosivo e espontaneista associado à “patologia das multidões”. Neste sentido, ressalta que na linguagem popular o linchamento é o “ato de fazer justiça com as próprias mãos”.

Evaristo (2016) no conto Maria do livro Olhos D’Água, nome da personagem principal do conto registra sem reticências como ocorre um linchamento. Maria encontra por acaso com o pai do seu filho que não via a muito tempo. Depois de uma conversa entre eles o pai do filho de Maria junto com outro homem anunciaram o assalto. Por ter sido “a única a não ser assaltada”, levou a conclusão mesmo que equivocada, que estava de parceria com os

ladrões. E um grito bradando: “Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões!” é o sinal, começando os gritos: “Lincha! Lincha! Lincha!” “Calma pessoal! Que loucura é esta?” Os gritos continuam: “Lincha! Lincha! Lincha!” “Tudo foi tão rápido, tão breve”. Que “quando a polícia chegou o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado” (pag. 42)

Natal (2012), citando autores brasileiros que pesquisam sobre linchamentos, aponta o estudo pioneiro de Benevides, que classificou os linchamentos em dois tipos: anônimo e comunitário. Nos de tipo anônimo, as pessoas que participam não são atingidas diretamente por quem praticou o fato que teria motivado o linchamento. Geralmente ocorre em ruas centrais. Já nos linchamentos comunitários existe uma comunidade identificável por detrás do fato que levou a ocorrência, ou seja, a vítima direta do suposto criminoso. Esse tipo de linchamento ocorre em particular em cidades pequenas e regiões pequenas.

Para essa autora, os linchamentos são, “portanto, ações que contam com a participação ativa de um grupo efêmero e sem organização prévia, agindo geralmente em local público, com o objetivo de executar uma ou mais pessoas, em caráter de exemplaridade” (NATAL, 2012, p. 93).

Neste estudo, utilizaremos o conceito de linchamento a partir da definição desses autores, agregando a ela a experiência do campo empírico. Assim, utilizamos a seguinte definição: punição através de ações violentas praticadas por muitas pessoas sem organização prévia, em relação a outra ou outras, baseada no fato ou na suposição de que este ou estes teriam “cometido e/ou praticado algo considerados errado, inadequado, criminoso”.

Natal (2012, p. 45) destaca ainda que os linchamentos são produtos de uma soma perigosa.

O compartilhamento por parte da população de que o Estado não é capaz de cumprir suas funções de garantir a lei e a ordem e, por outro, predomina um discurso que deslegitima os direitos humanos e os valores básicos como direito à vida e a dignidade daqueles que são suspeitos de cometer crime.

Seguindo de certa forma a ideia já expressa por Natal de entender o linchamento como resultante de uma incapacidade do Estado na garantia da lei e da ordem, Sinhoretto (2001) apresenta que a legitimidade social do linchamento ocorre no mesmo passo da inacessibilidade e ineficiência da justiça oficial, que não oferece soluções satisfatórias aos conflitos cotidianos.

Martins (2015), um dos estudiosos que há mais tempo pesquisa sobre o tema no país, afirma que os linchamentos no Brasil são atos violentos praticados por uma multidão contra uma ou mais pessoas. Estes são mais que um problema social: são tragédias que mostram profundos processos de desagregação social, e apontam para a procura de padrões de sociabilidade diversos daqueles transmitidos pelas tendências sociais desagregadoras.

Martins (2015, p. 41) ressalta ainda que o linchamento:

É um desses temas reveladores da realidade mais profunda de uma sociedade, de seus nexos mais ocultos e ativos. Nos linchamentos se faz presente a dimensão mais oculta do nosso imaginário, sobretudo na forma elaboradas e cruéis de execução das vítimas.

Para este estudo, consideramos importante, ainda, apresentar três aspectos citados por Martins. O primeiro aspecto utilizado como argumento é “a desagregação social e política e da crise das instituições no Brasil, como a polícia e a justiça, a partir de certo momento da ditadura militar até hoje” (2015, p. 45). Nesse sentido, os linchamentos são explicados como uma peculiar e crescente forma de violência coletiva. Como segundo aspecto está a observação de que “os linchamentos são sociologicamente muito complexos, neste sentido é imprudente explicá-los a partir de um discurso genérico e simplista sobre violência urbana, ou chamado de “justiça popular” (2015, p. 45). O terceiro aspecto sinalizado pelo autor que consideramos importante ressaltar é a proposição de que o linchamento pode se mostrar “um rito de definição do estranho e da estraneidade da vítima, o recusado e o excluído” (2015, p. 46).

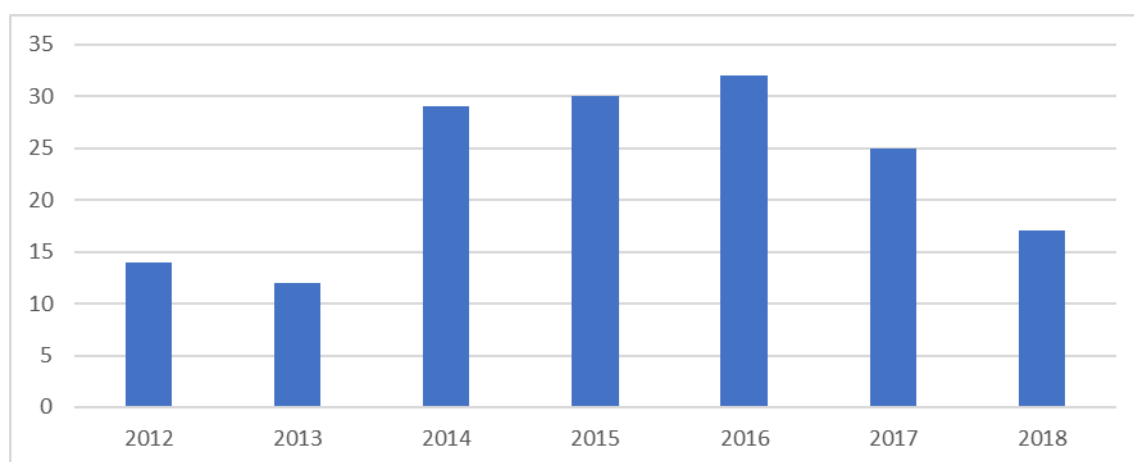
Os linchamentos são sociologicamente importantes. Eles denunciam o estreitamento das possibilidades de participação social daqueles que, deslocados por transformação econômicas e sociais, situam-se nas franjas da sociedade, nos lugares da mudança e da indefinição sociais. Ao mesmo tempo, denunciam a perda de legitimidade das instituições públicas, através do aparecimento de uma legitimidade alternativa, que escapa das regras do direito e da razão. (MARTINS, 2015, p. 46)

No banco de dados sobre linchamento organizado por Martins é apresentado também que os estados com maiores números de ocorrências são, em ordem decrescente: São Paulo, com 904, Rio de Janeiro, com 299, e Bahia, com 289 casos. É sinalizado ainda que essa tendência tem se mantido, com ligeiro influxo de expansão de ocorrência em direção a outros estados do Norte. Com relação aos casos de linchamentos, segundo Trajano (2015), Salvador ocupa o segundo lugar, sendo que a região metropolitana de São Paulo é a que mais lincha no

país, e em terceiro lugar está a cidade do Rio de Janeiro. Para Cerqueira e Noronha (2006), pesquisando sobre casos ocorridos em Salvador entre 1999 e 2001, foram registrados 159 linchamentos e ameaças.

Para a realização deste estudo, como já citado no primeiro capítulo, também foi criado um banco de dados sobre casos de linchamentos em Salvador, referente ao período de 2012 a 2018. Para tanto, foi feito levantamento em site de jornais e em diversos sites da internet sobre os casos de linchamento ocorridos no período. Como já citado, foram um total de 31 sites nos quais constavam notícias sobre casos de linchamentos ocorridos na cidade, conforme Gráfico 6 a seguir.

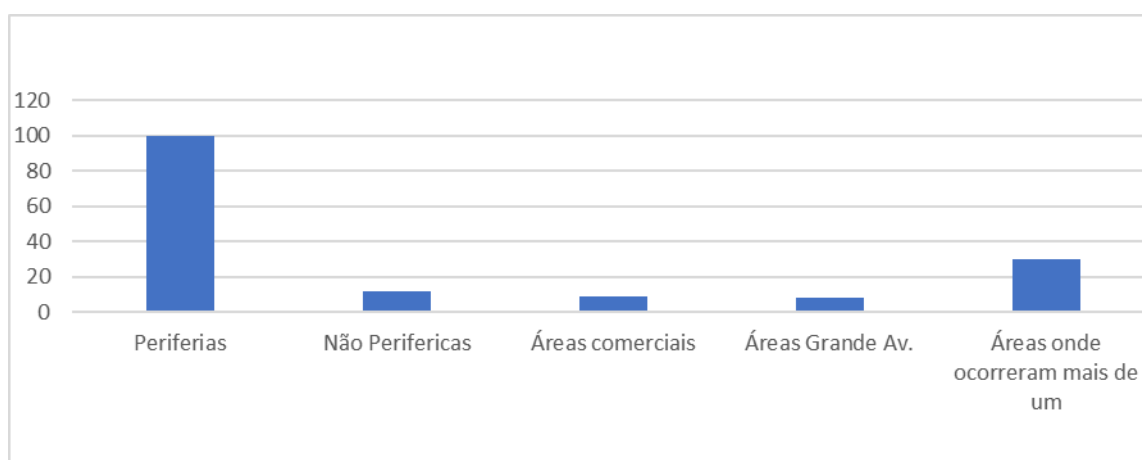
Gráfico 6. Linchamentos Ocorridos em Salvador: 2012 – 2018



Dados sobre linchamentos ocorridos em Salvador (2012 a 2018) - Banco de dados elaborado pela autora

Segundo rastreamentos realizados através das redes sociais, no período ocorreram 159 casos de linchamentos em diferentes bairros da cidade do Salvador. Em 2012 e 2013 a quantidade de casos identificados nas redes sociais foi praticamente igual. Porém, nos anos seguintes, 2014 e 2015, houve um significativo aumento de mais que o dobro dos números de casos, e em 2016 houve quase o triplo. Já em 2017 constata-se uma diminuição. Quanto a 2018, conforme os dados, é possível que tenha ocorrido uma diminuição no número de casos, entretanto, não podemos afirmá-lo uma vez que o estudo foi concluído antes do final do ano, e mais notícias podem ter sido postadas ao longo dele.

Gráfico 7. Características Socioeconômicas dos Bairros Onde Ocorreram Linchamentos



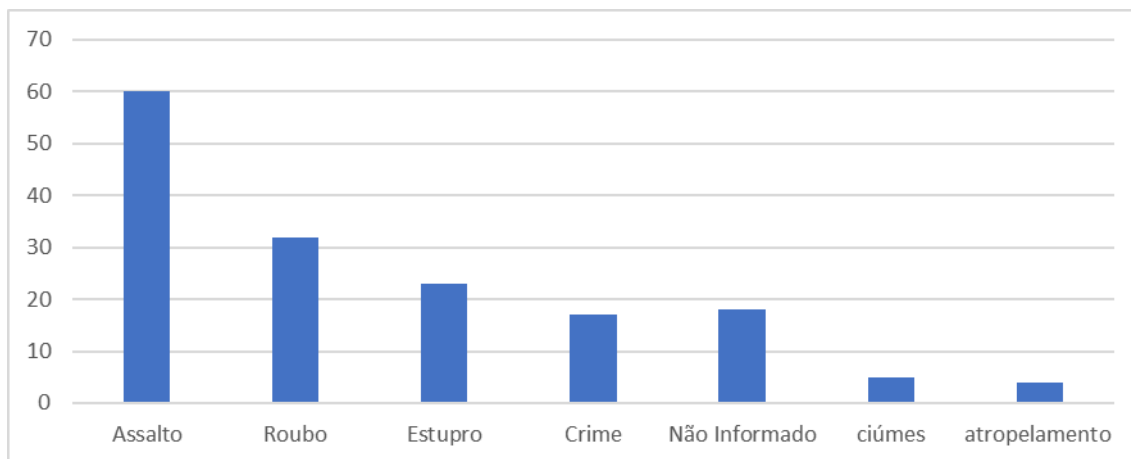
Dados sobre linchamentos ocorridos em Salvador (2012 a 2018) - Banco de dados elaborado pela autora

Quanto às características socioeconômicas dos bairros de Salvador onde ocorrerem os linchamentos (Gráfico 7), observa-se que dos 159 casos 100 ocorreram em diferentes bairros em áreas periféricas da cidade. Bairros periféricos entendido como áreas da cidade afastada do centro nas quais vivem as parcelas mais pobre da população, desprovidas das condições mínimas a que todo cidadão tem direito. Doze deles aconteceram em bairros considerados não-periféricos, a exemplo de bairros como Barra, Vale do Canela, Alto de Ondina, Graça, Praia do Flamengo, Piatã, Jardim de Alam, Costa Azul. Entretanto, consideramos importante fazer uma observação. A ocorrência nesses bairros não significa que as pessoas envolvidas sejam moradoras das referidas áreas, como ocorre em situações de linchamentos nas áreas de periferia.

Registramos cerca de nove ocorrências em áreas comerciais, mas que vivenciam uma situação de certo abandono, tais como Águas de Meninos, Av. Sete de Setembro, Baixa dos Sapateiros, Sete Portas, Calçada, São Joaquim. Ocorreram ainda oito casos ao longo de áreas de Grandes Avenidas como Paralela, ACM, Bonocô, Av. Luís Eduardo. Em 30 casos, registrados em áreas identificadas como periféricas, os linchamentos ocorreram mais de uma vez, a exemplo do bairro do Periperi, onde foram registrados quatro casos, Valéria, Uruguai e Lobato, com três casos, e bairros com dois casos: Vista Alegre, Boca do Rio, Castelo Branco, Praia Grande, Alto de Couto, Engenho Velho da Federação.

O mapa sobre dados de homicídios de Salvador bairro a bairro, disposto na seção anterior, nos permitiu constatar que justamente nos bairros identificados com taxas altas de homicídios por 100 mil habitantes por ano foi onde ocorreu o maior número de casos de linchamento.

Gráfico 8. Fatores Motivadores dos Linchamentos



Dados sobre linchamentos ocorridos em Salvador (2012 a 2018) - Banco de dados elaborado pela autora

Com relação ao fator motivador para a ocorrência dos linchamentos, segundo Martin (2015), a hipótese mais provável seria a punição. Em Salvador, conforme Gráfico 8, identificamos, definimos e agregamos sete diferentes situações motivadoras que mobilizaram a população a agir punitivamente “fazendo justiça” através dos linchamentos. Reafirmamos que não há a certeza de a vítima ter tentado ou cometido tais delitos; o que constatamos foi a motivação identificada pelos agressores ou noticiada pelos canais de comunicação pesquisados.

Consideramos pertinente apresentar inicialmente a situação por ano. Em 2012, dos 13 casos identificados nas redes sociais três deles ocorreram porque a vítima tentou ou praticou assalto. Também em três casos não estava registrado o que motivou o linchamento. Dois casos ocorreram devido á vítima ter praticado ou tentado praticar estupro. Em outros dois o linchado atropelou alguém. Dos demais casos, um foi resultante de situação de agressão à mulher ou questões de ciúme, um foi motivado por algum crime cuja especificidade não foi revelada e um ocorreu em razão de tentativa ou prática de furto.

Em 2013, dos 13 casos localizados nas redes sociais, sete deles ocorreram porque as vítimas eram suspeitas de tentar ou praticar assaltos. Em quatro dos casos a vítima foi acusada de ter praticado ou tentar praticar estupro. Um caso foi resultante de situação de tentativa ou agressão à companheira ou mulher, e em um caso não foi registrado o que motivou o linchamento.

Em 2014, dos 27 casos localizados nas redes sociais, 12 ocorreram porque as vítimas foram acusadas de tentativa ou prática de assaltos. Nove dos casos decorreram justificadas por tentativa ou prática de estupro. Em três deles não foi registrado o que motivou o linchamento. Um caso foi resultante de situação de agressão à mulher por ciúme, e no último caso a razão identificada foi a tentativa ou prática de furto.

Em 2015, dos 29 casos localizados, dez casos aconteceram porque a vítima era suspeita de tentativa ou prática de assaltos. Em seis dos casos identificados a razão para o linchamento foi a tentativa ou prática de roubo. Quatro dos casos foram motivados em função de a vítima ser acusada de prática ou tentativa de estupro. Em quatro dos casos houve relação com situações de agressão à mulher motivadas por ciúme, entre outras situações. Em dois casos não foi registrado o que motivou o linchamento. Já em um caso a motivação foi o atropelamento de alguém; em outro a motivação para o linchamento foi um possível atropelamento e, no último, a motivação foi ter cometido um crime.



Já em 2016 foram localizados 30 casos nas redes sociais, dos quais 15 ocorreram porque as vítimas tentaram ou praticaram assaltos. Cinco dos casos decorreram da prática ou tentativa de roubo por parte da vítima. Em quatro casos não foi registrado o que motivou os linchamentos. Em três casos o que motivou foi a tentativa ou prática de estupro. Dois casos tiveram como motivação a tentativa ou prática de crime não identificado. E, por fim, em um caso o fator motivador envolveu situação de agressão ou tentativa de agressão a mulheres por ciúme ou outros motivos.

Em 2017, dos 25 casos localizados, nove ocorreram porque a vítima praticou ou tentou praticar assaltos. Cinco foram em decorrência das vítimas terem praticado ou tentado praticar roubos. Outros cinco casos relacionam-se à possibilidade de a vítima ter cometido ou tentado cometer algum crime. Em três dos casos não foi registrado o que motivou o linchamento. Quanto aos demais, um caso foi resultante de situação de agressão a mulher por ciúme, um caso relacionou-se à prática ou tentativa de estupro e um caso decorreu de provável envolvimento em briga.

Quanto a 2018, dos 16 casos localizados, dez ocorreram porque as vítimas praticaram assaltos. Quatro foram em decorrência das vítimas terem praticado roubos. Um caso relacionou-se à possibilidade de a vítima ter cometido ou tentado cometer algum crime e em um não foi informado a motivação.

No computo geral do levantamento realizado sobre os fatos que motivaram a ocorrência dos linchamentos, identificamos, no período alvo da pesquisa, aquelas situações em Salvador que com maior frequência levaram as populações de diferentes regiões territoriais a praticarem os linchamentos. Entre 2012 e 2018, em Salvador, conforme Gráfico 8, em primeiro lugar estão às situações envolvendo tentativas ou realizações de assaltos, com 60 casos registrados. Em segundo, com 32 casos, o que levou a população a promover o linchamento diz respeito ao fato de o alvo da violência ter tentado ou praticado roubos. Em terceiro lugar, com 23 casos, os linchamentos foram resultantes das tentativas ou práticas de estupros.

Espinheira (2006) analisa sobre a importância dos códigos para compressão das expressões da violência e também da diferente representação que tem as diversas formas de violência. O autor registra que o estupro, para o mundo do crime, é uma ação abominável e, por isso mesmo, o estuprador é passível de punição até mesmo dentro da prisão, por vezes com a morte (2006). Retomando Davis (2016), devemos considerar, mesmo em se tratando de realidades diferentes, a construção histórica do mito do homem negro como estuprador, que

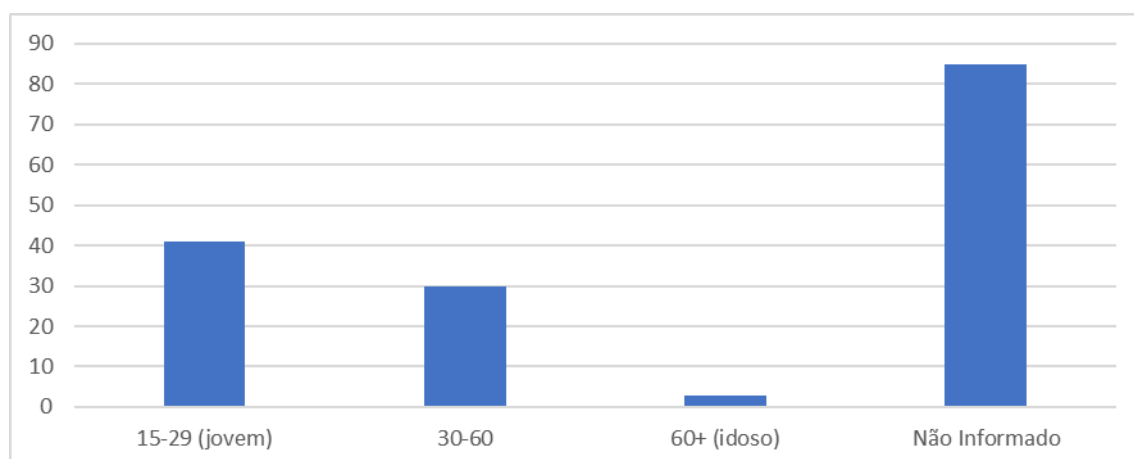
na realidade americana tem contribuído com um número significativo de injustiças, equívocos e erros propagados a partir da ideia de o homem negro ser “sempre criminoso em potencial”. Tal contexto, de certa forma, também está presente na realidade brasileira, conforme citado por Espinheira, bem como ficou evidenciado a partir do levantamento dos casos, onde o fator motivador foram situações de tentativas ou estupros.

Em quarto lugar, 15 casos aparecem como não informado o fator motivador para a ocorrência do linchamento. Em quinto lugar, foram registrados 18 casos cuja vítima foi acusada de ter cometido crimes decorrentes das mais diversas situações. Em sexto lugar, com cinco casos, estão as situações envolvendo ciúmes, principalmente relacionados à violência contra a mulher. Por fim, em sétimo lugar, também com quatro casos, estão às situações relacionadas a atropelos e questões de trânsito como fator motivador que levou a população a promover o linchamento.

Quem são os alvos dos linchamentos que ocorreram em Salvador nesse período e que foram identificados no levantamento? Em geral são pessoas dos setores populares das periferias da cidade dos bairros já citados. Com o objetivo de caracterizá-los apresentaremos três aspectos que em certa medida nos ajudam a traçar um perfil dos alvos dessa violência. Contudo, primeiro, é de fundamental importância deixar registrado que durante a realização das buscas nas redes sociais verificamos a prevalência de pouco detalhamento de informações sobre os casos. A exceção é em relação aos casos mais recentes e com grande repercussão nas mídias, a exemplo dos casos ocorridos na Sete Portas e Arenoso.

Destacaremos, nessa tentativa de compreensão do perfil dos alvos dos linchamentos, cinco outros aspectos: idade, raça/cor, sexo, escolaridade e ocupação. Iniciando pela questão da idade, de acordo com o Gráfico 9. Observamos que nos anos de 2012 constava o quesito idade em oito casos e em 2013 em seis casos, ou seja, entre os casos registrados nesses anos aproximadamente em 50% dos casos de linchamentos constavam a idade da vítima. Em 2016 metade das vítimas (15 casos) tiveram suas idades identificadas, e nos anos de 2014, 2015 e 2017 menos de 50% dos casos registrados pelas mídias apresentavam a idade.

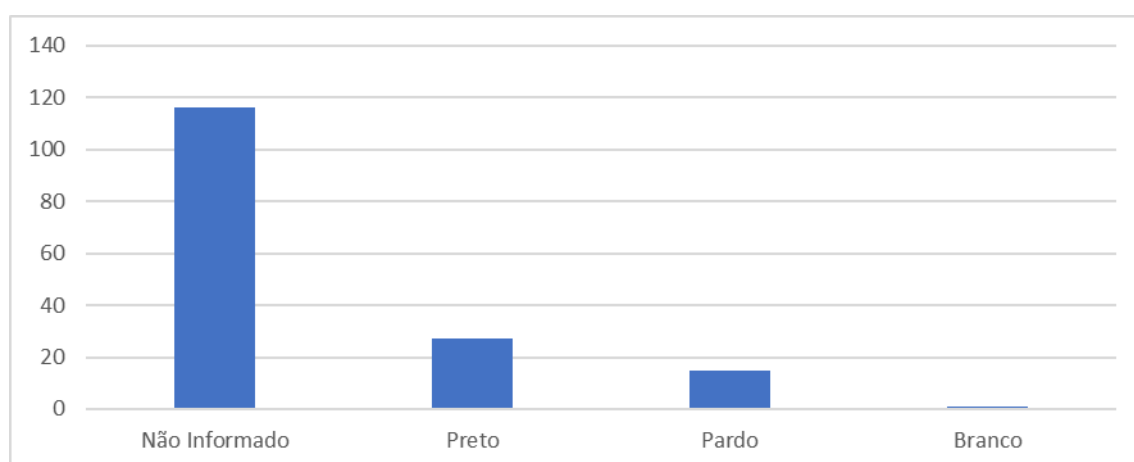
Gráfico 9. Faixa Etária dos Alvos dos Linchamentos



Dados sobre linchamentos ocorridos em Salvador (2012 a 2018) - Banco de dados elaborado pela autora

Para traçar um mapa da idade dos alvos de linchamentos agrupamos os dados coletados em três grupos por faixa etária. O grupo formado por jovens que, conforme o Estatuto da Juventude, têm entre 15 e 29, comportou 41 casos. O grupo formado por homens adultos de 30 a 58 anos, 29 casos. E o grupo formado pelas pessoas pertencentes à faixa etária entre 61 a 66 anos de idade, 3 casos. Em 86 casos não constava nenhuma informação sobre a idade das pessoas que linchadas.

Gráfico 10. Raça /Cor dos alvos de Linchamentos



Dados sobre linchamentos ocorridos em Salvador (2012 a 2018) - Banco de dados elaborado pela autora

Conforme o Gráfico 10, com relação à questão da raça/cor dos alvos de linchamentos a partir dos dados resultantes do registro, do total de casos levantados em 116 deles não constavam a raça/cor dos linchados. Em 27 casos a raça/cor identifica foi preta, e em 15 casos

nos registros declarou-se a raça/cor parda. Portanto, ao menos 42 corpos negros foram linchados, perfazendo a quase totalidade de casos cuja raça/cor foi identificada. Natal (2012, p. 112) ressalta que “a imprensa não é uma boa fonte para se obter informações a respeito da classificação racial das vítimas de linchamentos”. A autora nota que a “informação está ausente para de 95% das vítimas registradas no banco de dados, o que impossibilita qualquer caracterização racial”.

A mesma autora informa dados diferentes sobre a caracterização racial em pesquisa realizado por Meandro e Souza (1991) em jornais, citado no seu estudo, nos quais os autores apontam características étnicas em 22% dos casos que encontram nos jornais. Na pesquisa por nós realizada também constatamos que dos 159 casos identificados nas mídias, os 42 casos relativos a pretos e pardos, ao usarmos a categoria do IBGE, representam 26,41% dos linchamentos. Ou seja, o índice encontrado por nós ficou um pouco maior do que apresentado naquela pesquisa. Quanto às pessoas brancas, só um caso constava no registo que a cor do alvo do linchamento fora de branca.

O pesquisador Martins (2015), em entrevista concedida ao jornal El Pais, contesta ser o preconceito racial, “a cor da pele”, a explicação para os casos de linchamento no Brasil, argumentando que independente da vítima ser negro ou branco a forma como se processa é a mesma. Afirma, ainda, para justificar a sua posição, que seja qual for a cor da vítima nos dez minutos iniciais o padrão se repete. Mesmo assim o autor reconhece que no caso de linchamento onde o linchado for negro o ato é mais violento, com a ocorrência de mutilação, furar olhos ou, inclusive, queimar viva a vítima, ou seja, um dado marcante é o fato da punição ser mais severa.

Mas, no livro publicado pelo referido pesquisador, o mesmo ressalta um posicionamento diferente ao destacar que em casos de linchamentos tanto na realidade americana como na brasileira, no geral, os alvos dos linchamentos são quase “sempre portadores de um estigma físico, como a cor ou a origem étnica, ou um estigma de caráter” (MARTINS, 2015, p. 22). Afirma que a situação do linchamento ocorre “mesmo que a descoberta do estigma seja inesperada, tem lugar imediatamente à situação do linchamento”.

Apesar do posicionamento expresso nas citações no parágrafo anterior, Martins aponta diferenças significativas entre os linchamentos nos Estados Unidos e no Brasil. Chama a atenção que nos Estados Unidos “a motivação racista da violência e o problema do sul é que dominaram os interesses dos estudiosos” (MARTINS, 2015, p. 23). Destaca também

proximidades e diferenças dos casos de linchamentos que ocorrerem no Brasil no século XIX, em relação à questão racial.

Aqui, ao contrário, ainda não se tem informação suficientes sobre distinções raciais na prática dos linchamentos. É verdade que há indícios de que o negro pode ser uma vítima preferencial dos linchamentos. Mas há indícios, também, de negros participando de linchamentos de negros. (...) Fica difícil, pois, assumir o preconceito racial como motivação fundamental dessa forma de justicamento. É claro, e sabemos todos, que o ocultamento do preconceito e da discriminação raciais opera acentuadamente no nosso caso, introduzindo uma dificuldade adicional no estudo dessa modalidade de violência coletiva. (MARTINS, 2015, p. 23)

Ainda conforme citado acima, um dos principais argumentos utilizados pelo autor para contestar a possibilidade de ser o racismo, ou melhor, as distinções raciais um fator motivador para a ocorrência dos linchamentos no Brasil é a constatação de ter negros participando dos linchamentos de outros negros. Desta forma, o que é contestado por Martins é exatamente o que utilizamos como objeto neste estudo: uma questão de difícil abordagem, pouco estudada, mas referendada em outros pesquisadores e já registrada ao longo desta tese, de que negros podem, sim, reproduzir o racismo em relação a outros negros, inclusive, reproduzindo a violência racista, do qual também são e/ou podem ser alvo.

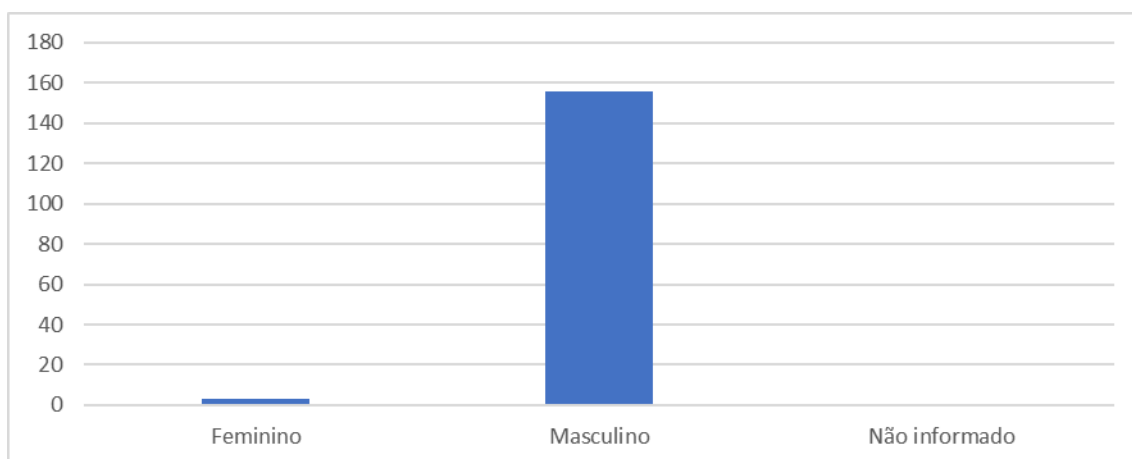
Nesse sentido, consideramos importante retomar Davis (2005) acerca da questão sobre a representação do negro em relação aos negros. Mesmo que a autora em seu livro *A Democracia de Abolição* trate do tema em questão abordando sobre outra realidade, tanto os linchamentos como a representação dos negros em relação a outros negros têm origem e estão relacionados à representação estigmatizada historicamente.

Em nossa concepção, o mesmo se aplica à realidade brasileira, em especial Salvador. Quando partimos dos quatro casos de linchamentos citados no início desta parte, na verdade, vimos que estes não diferem muito de como se tem processado cotidianamente, conforme registros nas mídias e redes sociais no país; são corpos negros amarrados, ou melhor, acorrentados, sendo espancados, ou seja, chicoteados, e tendo os corpos dilacerados. Tais imagens acabam nos remetendo a um contexto da história do Brasil, à escravidão, a como se processou o seu fim e, de certo modo, como ainda é tão presente na sociedade brasileira – que no ano de 2018 completou só 130 da abolição. Outro exemplo recente, apesar das contestações gerais, é a matéria de primeira capa do Jornal Extra de 08 de julho de 2015, que ao abordar sobre os linchamentos, em especial sobre o que ocorreu na cidade do Maranhão,

traz como manchete “Do Tronco ao Poste”, relacionado a situação do linchamento atual às punições legais durante a escravidão.

Do mesmo modo, não podemos deixar de levar em conta nesse tipo de manifestação de violência, como motivação causal, a representação estigmatizada da vítima do linchamento por parte de quem o pratica, mesmo que ambos vivenciem cotidianamente situações de vida semelhantes. Neste sentido, é importante descartar o racismo que marca a sociedade brasileira perpassando tal situação. Assim, nos casos dos linchamentos praticados por parte de populares, deve se considerar a violência racial presente na sociedade brasileira, que ganha corpo através da exacerbação do racismo.

Gráfico 11. Sexo dos alvos dos Linchamentos



Dados sobre linchamentos ocorridos em Salvador (2012 a 2018) - Banco de dados elaborado pela autora

Em se tratando do sexo das pessoas que são alvos principais dos linchamentos, como já registrado por outros autores, a maioria são homens (98%), conforme Gráfico 11. Do total de 159 casos levantados no período, em Salvador, só em três deles mulheres foram alvo do linchamento, ou seja, cerca de 2%. Natal (2012) apresenta algumas explicações para o baixo envolvimento de mulheres. O primeiro destaque está relacionado às motivações apontadas como mais comuns para a ocorrência do linchamento. O segundo ponto diz respeito ao fato dos linchamentos ocorrerem principalmente no espaço público, de acordo com autora, território majoritariamente masculino, onde as mulheres circulam com menos frequência. Ela sinaliza também a ideia de pensar a mulher como seres frágeis, deste modo, atos públicos de violência contra ela não seriam bem vistos.

Quanto à questão da escolaridade, ficou evidenciado que dos 159 casos registrados em nenhum constavam qualquer informação sobre o nível de escolaridade dos alvos de linchamentos. Também com relação à ocupação, só em três (2,9% do total) casos identificamos foram registrados a ocupação das vítimas. Em 2012, em um caso constava que a vítima do linchamento era motorista; em 2013 um caso foi registrado como sendo a vítima um policial e em 2015 foi observado que um dos linchados era trabalhador em lava jato, tendo como ocupação frentista.

Cerqueira e Noronha (2006), em pesquisa sobre discursos midiáticos acerca das vítimas, agressores e motivações de linchamentos na Bahia, trabalham com a ideia de qualificação das vítimas de linchamento a partir das representações nas mídias impressas, utilizando três categorias analíticas: o Zé Ninguém, o qual a imprensa dedica o mínimo de informação e há naturalização da violência; o Bandido Aberração, tendo como destaque a maldade doentia e, desse modo, a desumanização justifica as atrocidade contra ele e a Vítima Cidadã, para quem é dado um destaque positivo e são mostrados outros aspectos da sua vida.

Sobre esse processo de qualificação, os autores analisam que:

Através da qualificação dos atores presentes nas narrativas, criar-se-ia um consenso sobre o bem e o mal. Dentro dessa construção não haveria ambivalência, sendo os “bandidos” entendidos dentro da perspectiva do mal absoluto. Disso derivam várias consequências, como a concepção do que realmente é daninho à sociedade, direcionando o sentido do quê e do como se deve “combater” os inimigos. (COIMBRA, 2001, p. 190)

Gráfico 12. Óbitos e não óbitos resultantes dos Linchamentos



Dados sobre linchamentos ocorridos em Salvador (2012 a 2018) - Banco de dados elaborado pela autora

Quanto às consequências resultantes da violência praticada, dos 159 casos encontrados nesta pesquisa, 98 deles foram de linchamento sem óbito da vítima. Em 61 casos as pessoas linchadas foram a óbitos, casos nos quais se observa a concretização do ato violento das formas mais perversas possíveis. Vejamos o exemplo do caso ocorrido no bairro do Arenoso, em 2016, em decorrência de um estupro. O acusado foi morto por populares, teve parte do corpo cortado ou arrancado – os braços, as pernas e cabeça –, introduziram um pedaço de pau em seu ânus e, ao final, tocaram fogo no corpo, conforme circulação das imagens em diversas mídias.

Cabe agora perguntar: quem pratica o linchamento? Podemos considerá-los como uma população sem identidade. Contudo, socialmente também podemos identificar os que praticam os linchamentos como iguais aos que estão sendo por eles linchados, mesmo que no momento do episódio se estabeleça uma situação de barbárie e todos, tanto a multidão que lincha como os que estão sendo linchado, percam a humanidade – assim como os escravos durante a escravidão são coisificados. O desfecho final, conforme observado, pode ser os mais diversos, sendo os mais comuns o óbito, a prisão, o atendimento médico e, em muitos casos, as vítimas são salvas por policiais militares – apesar de que, em algumas poucas situações o espancamento ocorre nas vistas dos policiais, que ignoram, fingem não ver a situação ou demoram em atender o chamado.

Segundo Martins, outro detalhe importante sinalizado está relacionado com o número de pessoas que, de alguma forma, têm se envolvido em episódios de violência coletiva, conforme o autor, provavelmente um milhão de brasileiros. E se as multidões linchadoras podem ter dez ou mais de mil indivíduos, não é o número de participantes que as define, e sim o “tipo de comportamento súbito, irracional do coletivo, da forma como agem e a rapidez da ação utilizando-se do anonimato para cometer o crime” (MARTINS, 2015, p. 61).

Se, claramente, no linchamento se contesta a legitimidade da justiça e da polícia, dos códigos e dos tribunais, e a própria concepção oficial de crime e castigo, é nesse ambiente sem clareza, que compõe o cenário, que os participantes negam, também, a dimensão política desse gesto potencialmente político: na escuridão e no anonimato, o gesto de contestação perde o conteúdo e a direção políticos e se perde na consciência de que se trata de um delito comum. (MARTINS, 2015, p. 61)

Tomando por base os aspectos acima ressaltados por Martins, consideramos importante detalhar mais sobre os participantes desses atos de violência. Cerqueira e Noronha (2016) ressaltam que diferente das caracterizações das vítimas dos linchamentos em relação



aos agressores não se há muita definição. No geral, as matérias jornalísticas são vagas ao tratar deles, citando termos como “populares” ou “população” e, às vezes, “pessoas”, “vizinhos” e “moradores” para designar os perpetradores de linchamento. Termos que são utilizados de forma imprecisa, mas é importante o destaque ao “poder simbólico do uso da expressão cidadão” (Ibid., p. 253). Em relação à identificação dos linchadores como cidadãos, os autores afirmam que seu significado “pode ser visto como um meio de reafirmar a legitimidade dos grupos de perpetradores para condenar e punir o Outro (vítima)” (ibid., p. 253).

Citando Rouquette (1999), os autores sinalizam que:

No entanto, é bom ressaltar o poder simbólico do uso da expressão “cidadão” quando se descrevem as cenas de linchamento, pois o termo em si explica a origem do fato e parece expressar que o crime ocorrido é resultante de decisões legítimas. Por outro lado, os significados flutuantes da multidão enfurecida”, metáfora frequente nas páginas policiais, traduzem muito do caráter inevitável do acontecimento. Contra a força da multidão pouco pode fazer o sistema de justiça criminal. (ROUQUETTE, 1999 apud CERQUEIRA e NORONHA, 2016, p. 254)

Quando analisamos tanto as observações feitas por Martins e Cerqueira e Noronha, nos estudos citados, como a pesquisa realizada em 2015 pelo Datafolha, por solicitação do Fórum Brasileiro de Segurança Publicado, no 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, visualizamos como a marca da punição já prevalente na sociedade brasileira ganha uma dimensão ainda mais perigosa. Cerca de 1300 pessoas, em julho de 2015, ao serem consultadas nessa pesquisa sobre os problemas relativos à violência através da pergunta se “bandido bom é bandido morto”, do total das respostas 50% responderam que concordam, 45% responderam que discordam, 3% afirmaram que nem concordam nem discordam e 2% não souberam responder.

Ancorados no objetivo proposto de demonstrar que o racismo é marcante e estruturante da sociedade brasileira, bem como que suas permanências e mutabilidade na contemporaneidade tem muitas consequências, reforçamos o foco nas mortes de jovens negros resultantes de violências racistas. Assim, parece-nos fundamental concluir esta seção destacando algumas consequências em relação ao resultado da pesquisa Datafolha nesta sociedade, marcada pela perspectiva punitiva, mas cujos “matáveis” são os corpos negros. Desta forma, para os pesquisadores, os dados acima informados possibilitam “fomentar a

letalidade policial”, ou seja, que a “sociedade é tolerante com a matança de suspeitos pela polícia”.

Outro destaque da pesquisa é o fato de os pesquisadores, na comparação dos resultados entre homens e mulheres, pobres e ricos, terem identificado resultados semelhantes, e uma pequena diferença só foi vista em relação a brancos e pretos. 52% dos homens concordaram, bem como 44% dos pretos também concordaram com a ideia de que “bandido bom é bandido morto”. Paradoxalmente, retomando a questão da representação anteriormente citada, são exatamente essas parcelas das populações brasileiras, homens negros, que são identificadas como bandidos. Os que sustentam tal afirmação também são suas principais vítimas, em decorrência do aval e da naturalização, na sociedade brasileira, em especial em Salvador, tanto para o policial como para os “cidadãos” punirem. Ou seja, fazerem justiça sem seguir os trames legais – mesmo que essas leis tenham sido instituídas com o propósito de punir os que “naturalmente” são objetos de punição.

#### 4.4 MOVIMENTOS E RESISTÊNCIAS: VISÍVEIS E INVISÍVEIS

Preta desde que nasci,  
Mas, só descobri o valor da minha pele quando cresci  
Me negaram o direito de ser quem eu sou  
Me ensinaram que meu cabelo é ruim  
Até me fizeram achar que era um castigo ser assim  
O tempo passou e informação virou minha arma contra toda opressão  
E hoje minha palavra reflete minha cor, minha vivencia, minhas dores,  
minha essência  
E me irritam quando dizem que meu cabelo é moda  
O fato é que fugimos do padrão e que o crespo incomoda

E turbante não é fantasia moça, só para usar quando está em evidencia  
Porque não é moda e nem tendência, é o nosso símbolo de resistência  
E ver meu povo no poder é o que quero  
Poesia que recito, corpo que grita, alma que expresso  
e peço nada além disso, representatividade e sucesso.  
(Poesia Símbolo de Resistência, de Maiara Silva)

Iniciamos essa parte do capítulo com outra poesia, agora de uma poetisa que narra sobre racismo na contemporaneidade brasileira, com destaque para o poder da informação, reafirmação da resistência do povo negro e a luta por representatividade. O que pretendemos nesta parte? Dar destaque aos movimentos sociais, em especial os movimentos sociais negros e em particular aos novos movimentos. Conforme o título, abordaremos sobre os movimentos e resistências ao racismo, e conseqüentemente às violências raciais, em sua luta contra as

violências e mortes dos jovens negros. Em princípio, identificamos tais movimentos como visíveis e invisíveis.

Antes de seguirmos para a identificação dos movimentos sociais que estamos chamando de visíveis e invisíveis, apresentaremos um entendimento sobre movimentos sociais. Gobn (2013, p. 309) afirma que “movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas de os indivíduos se organizarem e expressarem suas demandas”. Sociologicamente os movimentos sociais podem ser agrupados em movimentos tradicionais e novos movimentos. Neste capítulo trataremos sobre alguns movimentos que estão incluso nos chamados novos movimentos sociais.

Retomamos, antes de mais nada, fragmentos de memória de uma imagem profundamente marcante dos anos 90, de uma mulher negra, carioca, que, em uma época onde não eram utilizados mecanismos de proteção de identidade a testemunhas, teve a coragem de identificar policiais militares responsáveis pela morte do seu filho. A escrita deste estudo constantemente nos remeteu a essa imagem, publicada em jornais de circulação na época, cujo desfecho final foi o assassinato dessa corajosa mulher.

Ao tratamos sobre movimentos e lutas contra todas as formas de racismo, violência racial e particularmente a violência policial registraremos outra imagem marcante: a capa do “NÊGO”, Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado, de Nº 15, de novembro 1988, no qual consta a imagem de um jovem negro, de costa, com as mãos na cabeça, sob mira de vários tipos de armas e uma inscrição em letras grandes: BASTA!

Santos (2012, p. 91), analisado sobre a morte de um jovem negro, formado em odontologia, vítima de violência policial que resultou em um clamor por justiça, ressalta o posicionamento marcante dos movimentos sociais negros:

Frases de impacto recorrentemente utilizadas pelos movimentos sociais negros, como “nossas mortes são usadas como índice de eficiência policial” ou, então, “todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, revelam de que modo a questão da violência policial incidente sobre a população negra é vista por nossa sociedade de modo tão natural. Afinal, não pode ser objeto de indignação uma ação que vem justamente aplacar o medo da violência e insegurança, uma das maiores preocupações dos cidadãos comuns

Chama a atenção na citação acima o seguinte trecho: “a questão da violência policial incidente sobre a população negra é vista por nossa sociedade de modo tão natural”. A indiferença da sociedade é tamanha que nem mesmo os números surpreendentes têm contribuído para uma efetiva mobilização. Linha de pensamento corroborada com

posicionamentos constantes das seguintes citações, já apresentadas: “Mais absurdo que estes números, só a indiferença” (Anistia Internacional); “E mais impactante é o silêncio da sociedade, das camadas médias e superiores, para quem esses assassinatos não constituem um problema social” (relatório da CPI Homicídios de Jovens Negros e Pobres).

Se nas duas citações foi dado destaque a um silenciamento por parte da sociedade, com o qual concordamos plenamente, acreditamos ser necessário salientar também uma não reação a esse contexto de genocídio por parte dos movimentos sociais de um modo geral, apesar de Sampaio (2016) registrar e de ser pública, por exemplo, a luta histórica do MNU contra a violência policial.

O Movimento Negro Unificado (MNU), iniciado em 1978, tem como uma de suas primeiras bandeiras, a luta contra violência policial. Essa pauta causou polêmica, pois o Brasil ainda vivia sobre em regime ditatorial e o racismo não era visto com um fator social relevante. (SAMPAIO, 2016, p. 53)

Se o MUN tem como uma de suas bandeiras marcantes, além da questão racial, a luta contra a violência policial, deve ser assinalado também sua maturidade e compreensão política, na época da criação do movimento, da total imbricação entre as duas questões. Neste sentido, conforme registro histórico, foi exatamente a violência policial que resultou na morte de um jovem feirante negro o fato a contribuir para a formação do MNU:

Era 18 de junho de 1978 quando Robson Silveira da Luz, um feirante negro de 27 anos, foi acusado de roubar frutas em seu local de trabalho. Levado para o 44º departamento de polícia de Guaianazes, zona leste de São Paulo, foi torturado e morto por policiais militares sob a chefia do delegado Alberto Abdalla. Semanas depois, um grupo de 4 jovens foi impedido de jogar vôlei no hoje extinto Clube de Regatas Tietê. Fazia 90 anos da abolição da escravatura.<sup>51</sup>

Assim, o MNU nasce como uma resposta a esse tipo recorrente de situação:

Em resposta a esses fatos, um grupo de militantes negros se reuniu em um casarão no início da Rua da Consolação, em São Paulo, para discutir a construção de um movimento que pudesse mobilizar o Brasil contra a discriminação racial. (...) O nome que prevaleceu foi Movimento Negro Unificado – nascia assim o MNU.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> <https://www.geledes.org.br/35-anos-em-marcha-contra-a-discriminacao-racial/>.

<sup>52</sup> Idem.

De modo geral, os atores sociais, seja os negros na Bahia, a partir da década 70, seja durante a escravidão, elaboram, criam “novas formas de expressão cultural como meio e símbolo de uma identidade cultural negra”, que também simbolizaram e continuam simbolizando formas de lutas. Segundo Schaeber (1999), através dos blocos afro, cuja referência é exatamente a década de setenta do século XX, com suas músicas e danças, constituíram uma estética negra própria.

Esse autor afirma ainda que os negros usaram o espaço carnavalesco para denunciar o racismo camuflado, defendendo que:

Os blocos afros cumpriram um papel importante na formação de uma auto-estima e nasceu ali um novo movimento de resistência cultural de negros. Elaborou-se uma identidade negra referida aos diversos elementos estéticos (cabelos trançados em vez de alisado, roupa “africana” etc.), além de tematizar o passado e sua herança africana na música se pautar na referência política dos movimentos de libertação pan-africano. (SCHAEBER, 1999, p. 59)

Assim como os blocos afros na década de 70, apontamos o papel mobilizador do estilo musical rap, na figura dos MC’s, em particular o grupo de rap brasileiro Racionais MC’s. Rocha (2016) ressalta que a música do grupo imortaliza os conflitos vividos pela juventude negra da esquina dos séculos XX e XXI. Se os blocos afro da cidade do Salvador, com destaque para o Ilê Aiyê, Muzenza, Malê Debalê e Olodum, foram fundamentais na construção de uma identidade negra positiva, as músicas dos Racionais, contemporaneamente, “contrastam os discursos de cordialidade das relações entre pretos e brancos, e de passividade do negro frente ao racismo” (ROCHA, 2016, p. 146).

O Racionais MC’s surge no cenário musical brasileiro a partir de 1988, e com seu rap denuncia, através da música, racismo, violência e segregação socioespacial, ao retratar situações vivenciadas pela população das periferias de São Paulo. Rocha (2016) analisa que em suas criações, ao ressaltar os “modos de vidas contemporâneos de jovens negros, como é o caso do Vida Loka e do Negro Drama, que são o avesso das formas ‘carnavalescas’ ou harmoniosas de representação da população negra na cultura nacional”, a violência racial aparece como marca nas experiências da juventude negra (ibid., p. 146).

Se os blocos afros na Bahia foram fundamentais na construção de uma identidade negra positiva, sua construção central é a luta contra o racismo. Já no rap, em especial os Racionais MC’s, a luta também é de combate ao racismo, mas o foco central é a violência racial “como um fato determinante da experiência de vida e morte dos jovens negros no

Brasil” (ibid., p. 146). Notamos, entretanto, na cidade do Salvador a identificação dos jovens negros tanto com as canções dos blocos afro como com as canções dos Racionais MC’s, tomando por base a atividade de docência e a realização de atividades pedagógico-culturais com os alunos da autora desta dissertação.

Contudo, se historicamente, como parte marcante das ações e lutas políticas implementadas contra o racismo no Brasil pelo MNU, a violência policial tem sido uma ação fundamental de combate para o movimento negro, atualmente constata-se a necessidade de uma mobilização mais efetiva nessa direção. O que tem caracterizado o momento atual é a realização de ações pontuais, cuja explicação, dentre outras, volta-se para as mudanças na forma de atuação do MNU, talvez resultantes do surgimento de novos movimentos indenitários, em função de novas demandas sociais.

Dentre as ações mais recentes do MNU que foram identificadas citamos o manifesto “Negras e Negros contra o retrocesso”, um manifesto contra o “golpe, que tirou do poder a presidenta eleita pelo voto popular Dilma Rousseff”, lançado em 9 de março de 2016, que foi assinado por 16 movimentos e organizações, incluindo o MNU, com a adesão de 55 outras entidades. Neste ficou evidenciado, entre outros aspectos, posicionamento contrário aos que apoiaram o golpe em relação às questões de ordem política, mas também e principalmente porque “estes setores defenderem o recrudescimento das políticas repressivas, da violência policial e do genocídio da população negra”.

Outro ponto a ser destacado é que se, por um lado, estamos diante de um momento político difícil devido à ocorrência de uma ofensiva pesada e beligerante por parte de forças contrárias à manutenção das conquistas democráticas e de garantias de novos direitos, por outro, sabemos da histórica capacidade de reação dos subalternizados. Desta forma, Holston (2011) afirma inicialmente que todos os Estados estabeleceram, de algum modo, diferentes maneiras de “administrar as diferenças sociais que distinguem entre seus habitantes”. Essas medidas adotadas foram diversas, desde a escravidão até os genocídios. No geral, os Estados prometem cidadania mais igualitária e também justiça e dignidade, porém, salienta, a maioria das democracias vivencia conflitos entre seus cidadãos. Como resultante desses conflitos, toma corpo o que o autor identificou como insurgências: novas formas de lutas, mas, ao mesmo tempo, novas formas de violências.

Ainda segundo Holston (2011, p. 22), o Brasil é tomado como um caso paradigmático de um tipo de cidadania:

Que todas as nações desenvolveram em algum momento e que permanece entre os mais comuns: uma cidadania que administra as diferenças sociais legalizando-as de maneira que legitimam e reproduzem a desigualdade.

O entendimento de cidadania contemporânea, para ele, se desenvolve em montagem de formas entrincheiradas e insurgentes, numa relação tensa e em geral perigosa, pois as formulações históricas dominantes ao mesmo tempo produzem e limitam possíveis formulações em contrário.

Interessa, para o presente estudo, o entendimento de insurgência, como:

um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta. (HOLSTON, 2011, p. 62)

Assim, os mais “entrincheirados regimes de cidadania desigual podem ser desfeitos por movimentos de uma cidadania insurgente” (ibid., p. 22). Nesse sentido, a persistência da desigualdade e de sua contestação tem construídos nas periferias uma cidadania insurgente.

Um dos fios condutores que têm norteado o estudo é a ideia de permanência em relação a questões históricas raciais. Porém, a forma como temos conduzido as abordagens nos permite afirmar que tais permanências, mesmo em suas modificações, são decorrentes de insurgências, conforme o entendimento de Holston; ou seja, são resultantes de uma tensão constante de ofensivas e contraofensivas. Assim, devemos iniciar o processo de identificação de alguns dos novos movimentos a partir da reafirmação de que historicamente foram, e continuam sendo, muitas as formas de lutas realizadas pelo povo negro desde o período da escravidão, assim como na contemporaneidade.

Como neste primeiro momento expressamos certa perplexidade diante do que constatamos como a inexistência de reação ou a realização de ações mais pontuais no sentido de mobilização da sociedade contra as mortes de jovens negros, a partir de então apresentaremos o que identificamos como novos movimentos e resistências às violências, os quais serão pensados como visíveis e invisíveis. Pontuaremos alguns movimentos, bem como as formas de protestos que têm sido utilizadas pelos mesmos na luta contra a violência de modo geral, em especial a violência policial contra os jovens negros.

Identificamos como visíveis movimentos sociais organizados, sistemáticos, estruturados, reconhecidos pelo conjunto da sociedade e, principalmente, por outros movimentos, e que têm como princípio a luta em defesa de uma e/ou várias causas. Quanto

aos que foram denominados como invisíveis, são aqueles que sociologicamente são assistemáticos, espontâneos, cuja causa ou causas da mobilização se dá em decorrência de situações aparentemente pontuais, momentâneas, mesmo que sejam recorrentes.

Iniciaremos pelos movimentos identificados como movimentos sociais sistemáticos, organizados. Em se tratando de movimentos organizados por mulheres que tiveram que lutar em defesa dos filhos vitimados ou desaparecidos pela ação do Estado, a grande referência é o movimento das Mães da Praça de Maio, na Argentina. No Brasil destacamos, conforme Silva e Dara (2015), o Movimento Independente Mães de Maio, organização autônoma formado por mães e familiares de vítimas da violência policial em São Paulo, no ano de 2006. Segundo as autoras, numa resposta ao que a grande mídia chamou na época de “ataque do PCC” (ibid., p. 85). Essa organização passou a ter com foco principal a luta cotidiana contra o genocídio da população preta, pobre e periférica em todo país.

Na mesma obra, Silva e Dara ressaltam que durante seu processo de formação esse movimento contou com a colaboração de outra organização, citada como pioneira nesta luta, a Rede de Comunidade e Movimentos Contra a Violência do Rio de Janeiro, formada a partir de 2003. Organizações com esse objetivo foram sendo formadas também em outros estados. Não pode ser ignorado que na Bahia, em especial em Salvador, existe pelo menos três grupos de mães com objetivo semelhante.

O papel das mães dos jovens, de modo geral, e em especial dos jovens negros mortos por policiais militares nas mais diversas situações, tem sido decisivo. São elas que saem em busca dos filhos quando seus corpos desaparecem, e permanecem no sofrimento nos casos em que os corpos nunca foram encontrados. Nos momentos da busca pelos filhos, geralmente, se manifestam o racismo e a violência institucional já citados, tanto na forma do mau atendimento quanto do desrespeito. Em Salvador, dois outros aspectos que também chamam a atenção são: primeiro, a ocorrência de manifestações espontâneas, por parte de familiares e amigos, durante o enterro e, segundo, em algumas situações a quase impossibilidade de velar o morto devido à presença, na frente do cemitério, de grupamento especial da polícia militar nos casos de grande repercussão nas mídias sociais.

O Movimento das Mães de Maio já avançou a tal nível no processo de organização que em maio de 2016, em São Paulo, realizaram o I Encontro das Mães de Vítimas da Violência do Estado por Justiça, Reparação e Revolução. O ponto de partida para a realização do encontro foi promover, segundo as organizadoras, o “reencontrar, trocar nossas duras experiências tão semelhantes (e tão singulares)”, e “fortalecer psicologicamente e fortalecer a



solidariedade e organização autônoma”, no sentido de “pensarmos juntas os próximos passos da nossa difícil luta comum” (Carta do I Encontro de mães e vítimas, 2016, p. 1).

Em maio de 2017, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizado o II encontro, que teve como objetivo o “fortalecimento dos movimentos na luta, foi também para denunciar o processo de genocídio do povo preto que vem ocorrendo no país inteiro”, além de clamar para que a “Justiça cumpra seu papel de fato, puna os policiais e crie mecanismos de reparação para as famílias, pois a perda de um ente querido de forma brutal é um impacto que também atinge a família”. Durante a realização do II Encontro, foi entregue a parlamentares do Rio de Janeiro presentes uma carta de “reivindicações, cujas exigências, uma delas é a aprovação do relatório final da CPI da ALERJ, que durante o ano de 2016 analisou e investigou os casos de auto de resistência” (II Encontro de mães e Vítimas, 2017).

No ano seguinte, em 2018, nos dias de 16 a 21 de maio, em Salvador, foi realizado o III Encontro Internacional de Mães Vítimas da Violência do Estado: Por Justiça, Reparações e Revolução. Na condição de pesquisadora a autora desta tese teve a oportunidade de acompanhar à dor, o sofrimento, mas, principalmente, a força e a resistências das mães e familiares de vítimas do Estado brasileiro, em sua maioria resultantes das ações policiais enquanto operadores do Sistema de Segurança Pública. O encontro realizado em Salvador, assim como os outros dois, foi finalizado com a aprovação de um documento.

Nesse III Encontro os temas debatidos foram:

criação do Fundo de Reparação Econômica, Psíquica e Social aos Familiares por parte do Estado; aprovação de projeto de lei que visa à criação da Semana Estadual de Luta das Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado no mês de maio; aprovação de projeto de lei que dispõe sobre o funcionamento das perícias criminalísticas e médico-legal, visando mais autonomia para as mesmas; e o fortalecimento da Comissão da Verdade e da Democracia.<sup>53</sup>

Ainda com o objetivo de dar ênfase aos novos movimentos sociais que têm como questão principal a lutar contra a morte do jovem negro em decorrência da ação policial, no momento outro destaque é o movimento “Reaja ou serás morto, Reaja ou serás morta”, e que tem utilizado o genocídio não só como palavra de ordem, mas também enquanto luta efetiva contra as mortes dos jovens negros baianos. Também na condição de pesquisadora a autora teve a oportunidade de assistir, em dois momentos, audiências públicas realizadas pelo

---

<sup>53</sup><https://negrobelchior.cartacapital.com.br/luta-por-reparacao-move-iii-encontro-internacional-de-maes-de-vitimas-da-violencia-do-estado/>.

movimento sobre o tratamento desrespeitoso e violento dado às mães e familiares de pessoas em cumprimento de pena privativa. Conforme consta no documento do Reaja, o movimento se organizou a partir de 2005, período em que o grupo que governava a Bahia “tinha no estado penal e no racismo, fundamento para uma política de genocídio caracterizada pelas mortes de milhares de jovens negros desovados como animais às margens de Salvador e Região Metropolitana” (III Encontro de mães e vítimas, 2018).

Consta ainda que:

A Campanha Reaja ou será mort@ é uma articulação de movimentos e comunidades de negros e negras da capital e interior do estado da Bahia, articulada nacionalmente e com organizações que lutam contra a brutalidade policial, pela causa antiprisional e pela reparação aos familiares de vítimas do Estado (execuções sumárias e extrajudiciais) e dos esquadrões da morte, milícias e grupos de extermínio.<sup>54</sup>

Em terceiro lugar, destacamos um movimento que, sob uma perspectiva sociológica, poderia ser classificado como manifestação, devido ao seu caráter espontâneo. Em geral são situações que ocorrem em decorrência de atos de violências envolvendo policiais e/ou grupos criminosos rivais, devido à ocorrência de mortes de jovens nas periferias das grandes cidades. Comumente tais situações são rotuladas de “confronto” e dão origem a diversas formas de reação por parte das comunidades.

Essas reações têm sido identificadas pela imprensa como “toques de recolher” que, a depender da gravidade, contribuem para ocasionar o fechamento do comércio local, podem ser acompanhados de incêndios a ônibus e manifestações nas ruas, normalmente próximo ao local de moradia dos envolvidos e/ou onde ocorreu a violência desencadeadora. Esse tipo de manifestação tem sido recorrente em várias capitais, e também em algumas cidades menores. Segundo reportagem publicada em O Globo<sup>55</sup>, como consequência desses atos houve um total de 262 ônibus queimados em 2016 e 312 em 2017. No Estado da Bahia foram 20 até o mês de setembro de 2017, sendo 14 só em Salvador.

A partir de uma abordagem ainda inicial é possível explicar esse tipo de manifestação com base em três perspectivas, passíveis de entrecruzamento. A primeira é que se tratem de reações das comunidades diante de ações violentas praticadas por policiais militares naqueles locais, que resultem na morte de inocentes, o que, no geral, é justificada como em decorrência

---

<sup>54</sup> <https://reajanasruas.blogspot.com/p/quem-somos.html>.

<sup>55</sup> <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/numero-de-onibus-incendiados-volta-subir.html>.

de troca de tiros ou bala perdida. Segundo, há a possibilidade de serem somente boatos que ganham estatuto de verdade, assustando a comunidade, os comerciantes e levando os motoristas a suspender a circulação dos ônibus. A terceira possibilidade, que normalmente tem sido veiculado na imprensa, é de estas serem ações coordenadas diretamente por “traficantes” ou provenientes do “crime organizado”, consequências de disputas pelo comando das áreas por grupos ou “facções concorrentes”.

As consequências têm sido diversas e de diversas ordens: ônibus queimados; mortes de inocentes por bala perdida ou resultante dos conflitos entre “grupos rivais” e/ou entre policiais e os acusados de serem “bandidos”; suspensões de aulas nas escolas dos locais onde ocorrem. Numa destas situações, no Rio, apenas em um dia 35 unidades de ensino fecharam as portas, e mais de 10 mil alunos ficaram sem aula<sup>56</sup>. Noutra ocasião, em Salvador, cerca de 14 escolas foram fechadas, algo em torno de 4.150 estudantes ficaram sem aulas, principalmente na região do bairro do Nordeste, causando ainda prejuízos para o comércio local, em especial os pequenos comerciantes, obrigados a ficar com as portas fechadas. Em novembro de 2015, o colégio onde a autora atua como docente vivenciou tal situação em decorrência da morte de dois homens, ocorrida em uma área adjacente, cuja repercussão atingiu cinco bairros e instaurou o pânico entre alunos e professores.

O quarto movimento será identificado como sendo grupos de poesias que se apresentam em transportes coletivos que circulam pela cidade do Salvador. No geral são jovens, em sua maioria negros, que circulam nos ônibus declamando suas poesias, que têm como foco principal questões relacionadas aos jovens negros, ao racismo e à violência. Esses grupos chamaram a atenção da autora, que passou a acompanhá-los e verificar sua atuação para além dos transportes coletivos. Muitos deles passaram a ocupar os espaços acadêmicos, participando de abertura de eventos cujos temas estavam ou não relacionados à questão da violência.

É importante atentar que não é a primeira vez que a poesia foi utilizada por poetas e poetisas negras enquanto instrumento e meio de denúncia do racismo e das mais diversas formas de preconceito, discriminação e violência racial. Desde o pós-abolição podemos destacar, entre muitos outros nomes, Luís Gama, Cruz e Souza, Lima Barreto, Auta de Souza e Carolina Maria de Jesus. Uma referência histórica também de fundamental importância é a série Cadernos Negros, produzida no ano 1977 e lançado em 1978, durante a realização do

---

<sup>56</sup><https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/violencia-no-rio-deixa-mais-de-13-mil-alunos-sem-aula-na-rede-municipal-de-educacao.ghtml>.

Festival Comunitário Negro Zumbi, na cidade de Araraquara – São Paulo. Foram lançados, entre os anos de 1978 e 2017, em torno de 40 volumes.

Consta que o título Cadernos Negros foi uma homenagem prestada a Carolina Maria de Jesus, devido a sua morte que ocorreu em 13 de fevereiro de 1977. A referência é que “ela escrevia em cadernos”, e o grupo que organizou os Cadernos Negros na época também escrevia suas poesias em cadernos, conforme registrou Hugo Ferreira, idealizador do nome. Citamos os Cadernos Negros como um importante marco literário e também em seu papel político de possibilitar dar voz a novos poetas. Neles tiveram destaque o protagonismo do poeta Cuti, um dos seus fundadores, mas muitos outros fizeram parte de suas produções, além das produções independentes.

Para os grupos atuais o espaço principal de apresentação são suas próprias comunidades, em sua maioria localizadas nas periferias, locais onde acontecem os saraus e os *slams* (batalhas de poesias). Durante a realização da abertura da Oficina de Empoderamento do Jovem Negr@ em 2017, no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, onde a autora trabalha, um desses grupos foi convidado a participar. Quando da apresentação das poesias, cujos temas abordaram a violência contra o jovem negro, entre outros, diante de suas performances, da força dos textos que declamavam, notamos uma aproximação com as imagens presentes nas letras dos raps dos Racionais MC’s, bem como com as letras das músicas dos blocos afro, quando o tema tratado reafirmava positivamente a identidade negra.

Com o propósito de destacar a importância que esse movimento e forma de expressão poética ganhou historicamente, apresentaremos o entendimento por parte de pelo menos dois autores que têm abordado esse movimento. Nascimento (2019, p. 147) pontua que a poesia negra “revela a eclosão de um potencial reprimido há longo tempo”. Evidenciando, ainda, que emerge levando todas as limitações para a periferia da sua identidade. Já Malomalo (2017, p. 4), seguindo a mesma linha de Nascimento e a partir da análise da poesia de Solano Trindad, considera o poema “como bem cultural que pertence às bibliotecas populares negras”. Desta forma, enquadra-as como obra “epistemológica de alta qualidade”, identificando-as como “epistemologia ou filosofia de macumba”.

Os poetas periféricos de Salvador têm divulgado suas poesias nas apresentações em suas comunidades, nos transportes coletivos e em eventos acadêmicos, como já citado. Quanto à publicação, o formato geral tem sido através de *card* ou *flyers* nas redes sociais. Contudo, tivemos acesso a duas publicações as quais mostram tanto o crescimento no número

de grupos, coletivos, poetas individuais, *Saraus* e *slams* como, e principalmente, seu relevante papel na contemporaneidade em Salvador.

Duarte (2017, p. 09) demarca um aspecto central dessas publicações poéticas:

Deste modo, esta antologia está repleta de cotidiano! Os textos são feitos e alimentados por cenas do dia a dia, atravessando as demandas sociais impostas pelo racismo e sexismo, desde a revista policial truculenta, à negação de um lugar de objetivação das mulheres negras, das dificuldades de locomoção na cidade, da contemplação de uma paisagem que motiva memória saudosas e declarações de amor.

Jesus (2018, p. 03) sinaliza, ainda, de forma marcante, que:

A antologia “Poéticas periféricas: novas vozes da poesia soteropolitana” é uma contribuição, concretiza sonhos de publicação e mostra uma visão panorâmica de poesia de diversos bairros de Salvador, além de marca um momento histórico. Os artistas da palavra aqui representados são uma pequena parcela de grande quantidade de escritores, dos quais pouco se conhece, por conta do racismo estrutural que torna quase impossível a publicação, circulação, fruição da poesia da periferia negra.

O quinto movimento a realçar são as pichações, que também não compõem um movimento enquanto uma organização estruturada. Mas o que são pichações? Segundo Jesus (2017), pichações são atos de rabiscar frases ou assinaturas com grafias de diferentes níveis de compreensão em todo e qualquer espaço físico. Por que não considerá-las como movimento? Primeiro, devido à certa invisibilidade de seus participantes, ou melhor, dos seus autores. Segundo, pela predominância de uma ação individual por parte dos participantes ou realizadores. Terceiro, apesar de as pichações serem atos esporádicos e espontâneos, não pode ser desconsiderada a constância de suas realizações.

Acreditávamos em princípio, que a apresentação de frases, textos, marcas, desenhos denunciando e/ou protestando, em forma de pichações, contra o racismo e/ou a violência dava forma a um movimento de resistência invisível, porque tudo indicava que eram imperceptíveis ou pouco perceptíveis. Mas Jesus (2017), analisando as pichações através de textos ligados às sexualidades e afetividades constata que “esse muro agora fala”. Ou seja, através das pichações é possível falar de questões as mais diversas. Assim, ressaltamos que os muros falam, inclusive, sobre racismo e discriminação, violência policial contra o jovem negro e a importância das vidas negras, conforme tem sido visto nas pichações em muros de Salvador. Foram catalogadas no total 13 delas, em diferentes bairros, sendo que quatro falavam sobre

racismo, duas ressaltavam a importância das vidas negras, quatro tratavam da violência policial contra o jovem negro, duas sobre a chacina do Cabula e uma conclamava o poder para os negros. As fotografias de algumas dessas pichações compõem o Anexo V desta tese.

Tais pichações foram identificadas em locais como: lojas, fabricas, colégios, bancos e supermercado na cidade de Salvador. Sobre racismo, as inscrições diziam: “Racismo Mata!”, no muro de uma fábrica de macarrão na saída do túnel Américo Simas, em Água de Meninos; “Diga não ao Racismo”, na Sete Portas e também na Av. Vasco da Gama; “PM Racista!” pichado no Módulo Policial que funcionava em frente no Largo do Campo Santo. “Vidas Negras Importam!”, estava inscrito no muro embaixo do túnel no Aquidabã e “Vidas Negras Importa Pela Porco Vive” no muro em Baixa de Quintas. Sobre a chacina do Cabula: “Não Engula a Chacina do Cabula”, nos muros do Colégio ACM, na Avenida Vasco da Gama, e “Não Engula a Chacina do Cabula 16!”, no muro em uma casa na Avenida Bairros Reis.

Pichações que abordavam sobre a violência policial: “Vândalo é o PM Assassino! Eu sou a voz dos Excluídos” no alto da fachada do Mercado Mix, nos Mares; “Por que a PM só mata preto? Se ninguém te escuta escreva!”, pichação feita no prédio onde funcionava a agência da Caixa Econômica, no Aquidabã; “A PM só mata preto”, em um muro na Ladeira da Praça; “A PM mata!”, pichação feita na porta de uma loja na Baixa dos Sapateiros. “Por que a PM só mata preto? Av. Jiquitaia. “Povo Preto no Poder”, estava pichado na porta de outra loja também na Baixa dos Sapateiros. “A Arma Mata e a Arte Salva”, pichação no muro em um edifício residencial na Avenida Dom João VI - Brotas.

Todos os movimentos apresentados não são apenas de conhecimento público como apontam para um objetivo em comum: a luta contra o racismo e a violência policial. Outro destaque é que muitos movimentos têm reverberado na sociedade, principalmente, porque se utilizam da arte, seja a literária, seja outras manifestações artísticas, como forma e poder de mobilização – tanto os blocos afro e os MC’s, em especial os Racionais, com suas músicas e raps, como as pichações e os poetas do final do século passado e início deste, sendo poesias feitas por jovens negros soteropolitanos as epígrafes de grande parte das seções desta tese. É arte sendo utilizada como fator mobilizador, como forma de denúncia do racismo, da violência racial que tem como alvos principais os corpos negros.

Desta forma, consideramos importante concluir este capítulo registrando total concordância com a mensagem trazida numa das pichações de que, realmente, mas do que nunca, devemos continuar fazendo das diversas formas de arte uma importante arma contra o racismo e contra todas as formas de violências.

## 5. NARRATIVAS EPISÓDICAS DAS HISTÓRIAS DE VIDA DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS POLICIAIS E LINCHAMENTOS, E FALA DE MEMBROS DE INSTÂNCIAS DE PODERES E MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS

em cada canto há um canto  
seja da pistola da PM  
ou do santo que escuto

todo dia na minha quebrada  
ouço um canto diferente  
é grito, é choro, é briga, no Retiro  
é preto matando preto  
é a Peto matando preto  
é a mãe chorando pelo filho preto

de Alto de Coutos pra Baixa do Manú  
de Fazenda Coutos pro Alto do Peru,  
de Saramandaia até Pau da Lima  
de São Marcos até Cosme de Farias

quando cês verem um corpo no chão não ignorem  
pode ser seu filho, sobrinho ou parente  
porque quando eles matam não perguntam o nome da mãe e nem dos  
descendentes.

(Trecho do poema Canto de Itapuã, de Breno Silva)

Iniciamos esse quinto capítulo, no qual abordaremos sobre o caráter da pesquisa, com o trecho de outra poesia que trata sobre a violência racial, ao ressaltar que são policiais militares pretos que matam jovens pretos. A poesia levanta um ponto marcante neste estudo, qual seja, a questão da indiferença em relação às mortes dos corpos negros.

Como já explicitado, esta tratou-se de uma pesquisa de caráter qualitativa histórico-sociológica interpretativa. A partir das narrativas dos episódios de história de vida, foi realizada a análise crítica da realidade pesquisada, a violência racial em relação aos corpos negros, especialmente à juventude negra, tema central da tese. Assim, com base numa análise contrastiva, foram verificadas aproximações e contradições entre as manifestações de violências racistas, através das mortes de jovens negros na sociedade brasileira, em casos de violência policial e de linchamento, em Salvador. A análise foi embasada tanto em narrativas de episódios de histórias de vida de jovens acometidos pela violência policial ou por linchamentos, feitas por familiares, amigos, conhecido, testemunhas das vítimas como nas narrativas de representantes de instâncias de poderes públicos e movimentos sociais negros, além da visão da imprensa em relação aos casos analisados.

Nesta primeira parte do quinto capítulo, procederemos à apresentação das narrativas dos episódios das histórias de vidas resultantes das entrevistas realizadas com familiares, nos casos de violência policial, e familiares, vizinhos, conhecidos ou pessoas não relacionadas que tiveram conhecimento ou presenciaram casos de linchamentos. Para tanto, conforme metodologia estabelecida, foram definidas as seguintes categorias: 1. fatores motivadores; 2. fatores facilitadores; 3. especificidade; 4. reação e 5. mobilização. Estas estão constituídas por diferentes unidades de contexto, as quais integram as categorias analíticas e dão sentido às unidades de registro, as quais foram agrupadas em torno das narrativas. Essa estrutura analítica nos permitiu identificar:

a) Representações estigmatizadas dos jovens negros a partir de visões negativas, tanto por parte dos policiais como por parte da população em geral.

b) Punição como uma forma histórica de agir, visão predominante em relação às duas manifestações de violência racial analisadas, ou seja, potencializada por aspectos históricos que permanecem.

c) Permanências do racismo e conseqüentemente das violências por parte dos profissionais enquanto operadores do sistema público de segurança e da população, evidenciadas através de estigmatizações decorrentes de um contexto histórico.

d) Injustiças: resultante da prevalência de estereótipos e da omissão e/ou ações mais severas nas formas de agir em relação às vítimas, especialmente os jovens negros.

e) Inverdades: invenções, distorções, mudanças, alteração e/ou manipulação da situação e dos fatos, dos acontecimentos, da história ocorrida.

f) Silenciamento: encobrimento, omissão e conivência em relação ao fato; ignorar o acontecido e/ou fazer de conta que não aconteceu.

g) Protestos: reação, tomada de atitude.

h) Reconhecimento: ter o direito de ser igual, mesmo sendo diferente, de viver com dignidade.

i) Justiça: busca por direitos.

Para análise dos dados, como já sinalizados, o conjunto dos sujeitos da pesquisa foi subdividido em quatro grupos, de modo a facilitar o processo. O primeiro grupo é formado por familiares de jovens mortos por polícias militares na função de operadores do sistema de segurança. O segundo grupo é formado por familiares, vizinhos ou pessoa que teve conhecimento ou presenciou caso de linchamento. O terceiro grupo é formado por membros e/ou representantes de órgãos públicos e instâncias de poderes que trataram de questões



ligadas à juventude. O quarto grupo é formado por representantes dos movimentos sociais negros. Os quatro grupos foram estruturados da seguinte forma:

- Grupo I – entrevistados familiares de jovens mortos por polícias militares na função de operadores do sistema de segurança.

- Grupo II – entrevistados familiares, vizinhos ou pessoas que presenciaram casos de linchamentos.

- Grupo III – entrevistados membros e/ou representantes de instituições públicas e instâncias de poderes que realizaram ações políticas no âmbito do debate e/ou de cunho legislativo sobre questões ligadas à juventude.

- Grupo IV – membros e/ou representantes dos movimentos sociais negros.

Em cada um dos quatro grupos os entrevistados foram identificados de formas diferenciadas. Nos casos de violência policial e linchamentos os grupos formados por familiares foram identificados pelas letras iniciais em maiúsculo, de acordo com o tipo da violência e ano VPXX (violência policial, mais o ano) e VLXX (violência linchamento, mais o ano). Já os grupos formados por entrevistados membros ou representantes de instituições e de instâncias dos poderes e dos movimentos sociais negros foram identificados pelas letras iniciais em maiúsculo do que representa: (MIPP) membros de instâncias de poderes públicos e (MMSN) membros de movimentos sociais negros. Para garantir uma melhor compreensão, os quadros construídos a partir da junção dos elementos metodológicos – categorias, unidades de contexto, unidades de registros e excerto das entrevistas – foram colocados nos anexos I ao IV, ao final desta tese.

Esta etapa da análise foi dividida em dois momentos. No primeiro será feita a apresentação das narrativas dos casos de cada um dos quatro grupos de sujeitos, destacadas de acordo com a categorização analítica definida acima. No segundo momento foi realizada a análise em conjunto dos casos, sinalizando as conexões – semelhanças, contradições, complementações – que perpassam os quatro grupos de entrevistados.

## **CASOS DE VIOLÊNCIA POLICIAL**

A pesquisa teve como período de referência os anos entre 2012 e 2017. Iniciaremos apresentando as narrativas episódicas dos casos de jovens mortos por polícias militares enquanto operadores do sistema de segurança pública. Estas foram relatadas por seus familiares, em sua grande maioria pelas mães. Em apenas um dos seis casos o pai foi o entrevistado. Novamente, esclarecemos que tais casos foram identificados através de várias mídias, entre os milhares de

assassinatos de jovens que ocorreram nos referidos anos. Desta forma, na verdade, essas manifestações de violências não se tratam de exceções, mas de ocorrências sistemáticas, cotidianas em diferentes bairros de Salvador.

O primeiro caso, **VP12**, é a história de um jovem negro de 16 anos, estudante, morador do bairro da Saramandaia, morto por policiais militares em serviço em 2012. O motivo alegado pelos policiais foi troca de tiros durante verificação de ocupação por traficantes no bairro; estes teriam revidado a ação e trocado tiros com a polícia. Familiares, vizinhos e moradores da Saramandaia protestaram contra a morte, realizando manifestação: fecharam a Avenida ACM, impedindo a circulação de veículos na circunvizinhança do bairro.

Conforme as narrativas dos familiares, o jovem estava dentro de casa fazendo as tarefas escolares. Saiu para pegar um boné com um colega, e quando estava nas proximidades do campo de futebol do bairro foi abordado pelos policiais, que, segundo moradores, já chegaram atirando. Segundo os familiares, vizinhos teriam ouvido o jovem pedir “pelo amor de Deus, me leve pra minha avó, que eu vim buscar um boné”. Emocionada, a familiar narrou “foi polícia, né. Uma feminina, ela [a policial] faz juramento pra matar até a mãe. Então, matou um menino que ainda pediu ‘pelo amor de Deus, me leve pra minha avó’”. Sua revolta se intensifica porque até aquele momento o caso não tinha tido julgamento, nem punição dos culpados, e os policiais envolvidos continuavam a trabalhar no mesmo bairro. Finalizou narrando que o caso mexeu muito com toda a Saramandaia, pois o rapaz e a família eram conhecidos por serem de boa convivência.

O segundo caso, **VP13**, é a história de um jovem de 19 anos, morto a tiros no Bairro da Paz, em 2013. O jovem e seus familiares deveriam estar sob a proteção do Estado, através do Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência. Em 2008, o jovem teve um irmão que foi morto por policiais militares, e, ao terem denunciado tal situação, a família passou a viver sob ameaça de morte, chegando a ser inserida no programa de proteção às testemunhas do Estado. Um tempo depois, deixaram de estar sob a proteção, segundo a narrativa do familiar, devido a graves falhas na gestão e manutenção do programa.

Contaram que na época do assassinato do rapaz começou “a aparecer também assassinatos de jovens na comunidade onde morava”. Apesar das denúncias feitas pela família, o jovem “foi sequestrado, foi torturado e assassinado”. Para o familiar, “a responsabilidade pela morte desse filho é do governo do estado e do governo federal”. Porque ele “era para estar protegido”, assim como toda a família deveria ter permanecido no programa estatal de proteção. Ao todo, quatro jovens irmãos dessa família foram vitimados: dois foram assassinados, um foi baleado e uma menina foi estuprada. A proporção que o caso tomou em termos de violações chamou a atenção de organizações nacionais e internacionais de luta pelos direitos humanos, tendo sido foco de campanhas mundiais por justiça.

O terceiro caso, **VP14**, é a história de um jovem de 16 anos, morador do bairro de Itapuã/São Cristóvão que desapareceu no ano 2014, durante operação de policiais militares. Segundo relato, o desaparecimento aconteceu durante abordagem, quando o jovem foi encapuzado e amarrado por PMs e jogado dentro do porta-malas de um carro descaracterizado, naquele bairro, nas imediações do aeroporto de Salvador. Familiares fizeram busca incansáveis por todos os lugares e nunca encontraram o jovem, nem localizaram o seu corpo.

Durante a entrevista, de modo contundente sua mãe bradou: “foi o Estado que matou meu filho! Foi o Estado que sequestrou meu filho! Foi o Estado que torturou o meu filho! Foi o Estado que não me permitiu enterrar o meu filho! E... Em todos os lugares do mundo, onde eu posso, eu denuncio”. No dia do desaparecimento do seu filho, ela tinha saído para trabalhar, quando recebeu a ligação telefônica de um conhecido contando que seu filho havia sido pego numa abordagem policial. Tentou repetidamente localizá-lo em seu telefone celular, e não conseguiu. O jovem tinha dificuldades de aprendizado, não sabia ler e nunca havia pego ônibus sozinho. Segundo contou, era meigo e pouco experiente com relação à vida fora do lar.

A partir do desaparecimento, a mãe passou por diversas delegacias, lidou com maus atendimentos, descaso e desinformação. Fez muitas denúncias públicas e protestos sobre o desaparecimento do seu filho, tendo sido auxiliada por pessoas e entidades nacionais e internacionais. O caso ganhou repercussão nas redes sociais e na imprensa. O fato foi para o Ministério Público e, anos depois, para a justiça militar. Mas segue inconcluso.

O quarto caso, **VP15**, é a história de um jovem negro de 19 anos que foi morto, baleado no bairro de Cosme de Farias. Conforme o registro, o fato ocorreu durante uma ação da polícia que resultou na morte deste e de outro jovem. Contaram que o jovem estava trabalhando como entregador na pizzaria de familiares. Segundo estes, o jovem foi interpelado pela polícia quando subia uma escada perto da casa.

Após o ocorrido, a população realizou um protesto no bairro. O jovem tinha esposa e enteado, e a criança estava junto como ele no momento da abordagem. A morte do jovem coincidiu com o período da chacina do Cabula, desta forma, se configurando um número muito alto de mortes de jovens em um único final de semana.

O quinto caso, **VP16**, é a história de um jovem negro de 18 anos que foi morto a tiros no bairro da Santa Cruz, em 2016. O jovem foi atingido por tiros de policiais da Rondesp (Ronda Especial) que já chegaram atirando, sendo que, no momento, os policiais estavam com os rostos cobertos, ou seja, usavam uma máscara conhecida popularmente como brucutu. A família relatou que o jovem trabalhava, e que era dono de um lava-jato próximo da casa dos familiares, naquele bairro.

Conforme narrativa da mãe: “mas, a equipe [de policiais] que estava naquela época, que é uma equipe que nem eu digo daquela época, que é uma equipe que ainda é visível, ainda vem aqui, né”. Continuavam em atuação no bairro, e, segundo ela, “era uma equipe bastante...(violenta) (...) eles entraram atirando”. E, na ocasião em que alvejaram seu filho, relatou que ele cometeu o erro de correr para fora da casa, ou invés de ir para dentro. Emocionada, registrou que “só consegui ver meu filho no HGE, quando eu cheguei já estava a óbito. Tinha os policiais lá e tudo”.

Contou, mais uma vez emocionada, que na época a viatura ia ser linchada, porque os moradores se revoltaram com a atuação da polícia contra um rapaz muito querido na comunidade. Tão querido que médicos, comerciantes e diversos outros moradores e trabalhadores do bairro foram ao seu enterro. Além disso, chamou a atenção que a história divulgada inicialmente não corresponde ao que aconteceu. Apenas um tempo depois, numa matéria que foi ao ar ao vivo, outra mãe de vítima conseguiu contar o que realmente ocorreu aos seus filhos. Novamente emocionada, narrou que chegou a ver alguns policiais pessoalmente “Eu olhei pra cara de um e disse assim: ‘Só Deus que pode, só Deus que pode recompensar você’”.

O sexto caso, **VP17**, é a história de um jovem de 22 anos morto pela polícia militar na localidade do Sertanejo, na Avenida Bairro Reis, onde estavam fazendo ronda. A morte ocorreu na tarde do sábado, dia 04 de março de 2017. Segundo consta no registro da imprensa, após denúncia, a PM em ronda foi averiguar a ocorrência de assaltos na localidade.

Conforme narrativa da familiar, o jovem trabalhava com carteira assinada, estudava e era de família equilibrada. Emocionada, a mãe narrou que quando chegou ao local disseram-lhe que havia sido uma troca de tiros e, segundo a policial, seu filho “estaria, estava com droga, né, dizendo o policial, voz do policial, que ele estava com droga, todo tipo de droga, arma, colocaram na abordagem dele”. Mas, segundo ela, a perícia realizada posteriormente não apontou a existência de produtos roubados no carro. Apesar disso, conforme anúncio da imprensa naquele momento, o jovem “morreu como traficante, né”. Nas notícias, ele constava como bandido: “Saiu no jornal que meu filho era traficante, era de facção, que era do CP, que era chefe de tráfico, e meu filho vendia droga”. Ressaltou, emocionada e chorando, que “Meu filho não era usuário de droga, meu filho nunca foi”.

Denuncia, ainda, que na época um policial recolheu do carro os documentos de identificação do seu filho e sumiu com ele. Finalizou afirmando que, “eu não enterrei meu filho como, no dia, como tinha que ser enterrado, enterrei depois, porque aí então fez a, a necropsia no corpo de meu filho, e meu filho não trocou tiro com a polícia. Na bala, na não de meu filho não tinha nenhuma pólvora, deu negativo, então meu filho não trocou tiro com a polícia. Fez exame de tóxico no meu filho, meu filho nunca usou droga”.

Após essa breve exposição dos casos pesquisados, trataremos das categorias e unidades de contexto que as compõem, sistematizadas a partir da análise dos casos. Do total das entrevistas realizadas, foram recortados trechos das falas correlacionadas às categorias e unidades de contexto – são as unidades de registro.

Com relação à primeira categoria, Fatores Motivadores, as unidades de contexto foram representação do jovem negro na sociedade brasileira e punições. Representação definida a partir do imaginário construído dentro de uma perspectiva negativa em relação a esses jovens negros na sociedade, e em especial em Salvador. Quanto à unidade punição, que de certa forma está imbricada com a representação, esta resulta das representações que a sociedade tem em relação a esse grupo específico aqui trabalhado, os corpos negros.

Fazendo a análise conforme previsto na metodologia, iniciamos com a primeira unidade de contexto, representação, na qual ficou evidenciada, entre os casos, a ocorrência de semelhanças acerca das representações sobre aquele grupo, dentro de uma perspectiva negativa, que têm prevalecido na sociedade brasileira. Conforme ficou destacados nas narrativas episódicas por parte dos familiares dos jovens em decorrência da forma de agir, do *modus operandi* do policial militar em sua atuação como operador do sistema de segurança pública. Passemos às unidades registro. **VP12:** Que na verdade não abordaram, chegaram atirando. **VP13:** E aí começou a aparecer também assassinatos de jovens, corpo de jovem que ainda não apareceu até hoje.

Quanto à segunda unidade contexto, punição, esta categoria toma forma em decorrência exatamente das representações estereotipadas dos jovens negros construídas pela sociedade na perspectiva de uma ação punitiva, dirigida, principal e particularmente, aos corpos negros, conforme demonstram as unidades de registro adiante. **VP12:** foi polícia, né. Uma feminina, ela [a policial] faz juramento pra matar até a mãe. Então matou um menino que ainda pediu “pelo amor de Deus, me leve pra minha avó”. **VP14:** Porque foi o Estado que matou meu filho. Foi o Estado que sequestrou meu filho. Foi o Estado que torturou o meu filho. Foi o Estado que não me permitiu enterrar o meu filho! **VP17:** né, na minha conclusão, assassinado na Bairro Reis, né, em uma abordagem policial.

Com relação à segunda categoria, Fatores Facilitadores, cujas unidades de contexto são permanências do racismo e injustiças, está se insere na perspectiva deste estudo de buscar evidenciar que questões históricas têm se perpetuado, mesmo que dentro de dinâmicas marcadas por mudanças de ordem econômicas, sócias e políticas e, como já destacado, atingem especificamente os corpos negros. Isso foi evidenciado no seguinte trecho de narrativa de participante deste grupo: **VP14:** Eu ainda não tinha consciência. Consciência de que eu sou uma mulher negra. Eu ainda não tinha consciência de que meu filho era um homem negro. Eu não tinha consciência de classe nessa época ainda, que eu achei que ele voltaria para casa porque ele

não devia nada. Eu ainda não sabia que o racismo nesse país, ele tem endereço certo, ele tem cor, ele tem classe, e ele tem território.

Quanto à unidade de contexto injustiça, esta tem uma relação direta e/ou em parte é resultante de certas permanências, e tem sido uma marca histórica da realidade estudada na relação com o referido grupo. **VP14:** Nesse país, justiça pra negro e pobre não... não existe. E eu já vir um julgamento na, na Justiça Militar. Eu fui ver, pra ver como é que era, o que eu ia passar e... É uma piada, aquilo. É uma piada. Eu fui com meu advogado. Eu disse, eu quero ver como é um julgamento, até porque eu vou passar por isso e... Aquilo é uma completa piada! É um corporativismo muito forte dentro das organizações do Estado. **VP13:** Porque no governo do estado, no governo federal, o meu caso, e pela Procuradoria da República, o meu caso está encerrado.

Com relação à terceira categoria, Especificidade, esta traz como destaque as unidades de contexto inverdades, que neste estudo significa também distorção. Estas se relacionam à alteração, desvirtuamento proposital ou não do que ocorreu, as quais contribuíram para ressaltar pontos marcantes que têm predominado nos casos de violência racial praticada por policiais militares, quais sejam, questões relacionadas à criação de pretensos fatos, apresentados de modo a criminalizar ou desacreditar os envolvidos. Conforme fica destacado nas narrativas a seguir, é prática corrente a alteração da verdade. **VP14:** a própria imprensa me ligou e disse: “acabaram com sua vida. É, que o seu filho, tá lá nos autos, lá que o seu filho não tinha envolvimento, era um menino... Enfim. Mas que a senhora é uma péssima mãe. Que a senhora abandonou o seu filho”. **VP17:** Aí o que me disseram que teve troca de tiro, meu filho, disse que meu filho revidou, trocou tiro e aconteceu o fato. Imediatamente eu disse a ele: “Aí matou meu filho? **VP17:** Colocaram três tipos de droga ao aborda...na, no carro onde meu filho estava. Colocaram cocaína, colocaram crack e colocaram maconha.

Destacamos na quarta categoria, Reação, as unidades de contexto silenciamento e protestos. Silenciamento no sentido de esconder a verdade, da predominância de um comportamento de omissão, impedindo que a verdadeira versão dos fatos seja de conhecimento de todos. Trazemos os seguintes excertos: **VP12:** Só que, assim, é um caso assim revoltante, porque até hoje não teve punição, não teve julgamento. Eu passo, vejo ele (policial) continuando trabalhar. Que foi uma polícia feminina. **VP12:** Então, é, é um caso assim que, que só tem punição pra quem é rico, pra pobre não existe. **VP13:** Teve o primeiro, de 2008, assassinado. Dias depois o irmão foi emboscado, poderia ter sido assassinado. O terceiro filho foi assassinado em 2013. O quarto filho foi baleado em 2016. **VP13:** Então eu levei o caso, e foi a, e foi anexado a um inquérito que já estava aberto no Ministério Público por ONGs de direitos humanos. **VP16:** Porque, na verdade, é como diz, tem vários tipos de policiais. E esse, então, pra se falar, esse que

já é bem conhecido aqui, é bem notório, é bem visível, que já tem o costume de entrar, de levar as coisas.

Quanto à segunda unidade de contexto desta categoria, denominada de protesto, esta simboliza e contribui para evidenciar um processo de reação, por parte não só dos familiares, mas, em alguns casos, também das comunidades das quais os jovens faziam parte, diante da violência sofrida. **VP12:** Então mexeu muito com a Saramandaia em peso, porque sabe da índole dele, sabe da convivência, sabe do convivente da gente aqui no bairro. **VP13:** Ah, fui entrevistado pelo representante, por um jornalista representante da BBC de Londres no Brasil. **VP14:** E... Em todos os lugares do mundo, onde eu posso, eu denuncio. É enquanto eu viver, em algum lugar eu vou falar do nome dele. Em qualquer lugar onde eu estiver... (pausa e choro). **VP14:** E começamos a fazer, a fazer protesto, o primeiro protesto passou na rede Record, com o programa de Varela, e a gente tava, eu tava muito angustiada, mas ainda havia uma esperança, devido à minha ingenuidade. **VP14:** A morte do meu filho foi uma morte de tortura. Eu sei, eu sei disso. (pausa) E... aí eu denunciei pras instituições, Anistia, a Justiça Global, a Justiça Global, os jornalistas de fora entraram em contato comigo. **VP14:** A imprensa da Bahia, em qualquer lugar eu vou sempre falar dessa imprensa que me ajudou. A imprensa da Bahia, ela, ela foi de suma importância nesse fato. **VP16:** Só consegui ver meu filho no HGE, quando eu cheguei já estava a óbito. Tinha os policiais lá e tudo. **VP16:** Quase que naquele, naquela época a viatura ia ser linchada ali, porque foi um menino que não...

Quanto à quinta categoria, Mobilização, integra duas unidades de contextos: reconhecimento e justiça. Reconhecimento com o propósito de recolocar em discussão a condição de humanidade, a partir de um reconhecimento de se viver com dignidade, conforme fala dos entrevistados: **VP14:** E eu achei que, a qualquer momento meu filho chegaria em casa. Mas aí eu fui lembrando que ele não sabia ler, ele nunca pegou ônibus sozinho, aí que começou a bater o desespero, quando eu lembrei que meu filho não, nunca pegou o ônibus sozinho. E eu liguei pro celular dele, aquele chip dele era novo, mas o telefone dele só dava caixa o tempo todo. **VP16:** Os médicos foram no enterro, os comerciantes foram no enterro. Foi mesmo uma coisa assim, porque todo mundo conhecia o procedimento de passar, de ver, não era dizer que era um menino que era...**VP17:**... meu filho era um jovem de 22 anos, um jovem que trabalhava, carteira assinada, um jovem que estudava, um jovem que tinha uma família, né, equilibrada.

A unidade de contexto justiça, neste estudo, ganha uma dimensão de grande importância, quando o assunto em pauta é a possibilidade de tentar debater garantia de justiça em uma sociedade marcado historicamente pela predominância da injustiça para a maioria da população, particularmente a população negra. Passemos às narrativas. **VP12:** Só que assim, é um caso assim revoltante, porque até hoje não teve punição, não teve julgamento. Eu passo, vejo ela (policial)

continuando trabalhar. Que foi uma polícia feminina. **VP13:** ameaçado no meu país, dito pela Justiça Global, entidade de direitos humanos e pela Anistia Internacional, que em 2013 me colocou como campanha mundial de direitos humanos. E que em 2014 levou o meu caso pra um debate na cidade de Santa Louis, nos Estados Unidos. Que em 2015 fez um manifesto pedindo que a apuração da morte dos meus filhos fosse apurada de uma forma, célere e correta. **VP14:** E o fato foi pro Ministério Público, e quatro anos depois eles mandam pra justiça militar. **VP14:** É, se fosse no Sul, isso seria noticiado a semana toda, mas no Nordeste não saiu em nenhuma, nenhum jornal nacional. Né? Nem de, nem na Banda nacional, em nenhuma rede nacional. Porque já tem uma música que diz assim “pro Nordeste, o Brasil vira as costas”, e a gente percebe isso.

## CASOS LINCHAMENTOS

Dando continuidade à abordagem das narrativas episódicas de histórias de vidas, apresentaremos os seis casos de linchamentos, que, assim como os casos de violência policial, foram identificados, através de diversas mídias, entre os casos que ocorreram em Salvador entre 2012 e 2018. As narrativas dos casos também são resultantes das entrevistas realizadas, mas, diferente do grupo anterior, não foram apenas familiares a prestar as informações, mas, principalmente, amigos, vizinhos, comerciantes e pessoas que presenciaram o acontecimento.

O primeiro caso, **VL12**, é a história de um jovem de 27 anos, morador do bairro de Sussuarana, que foi linchado e morto ao ser espancado por diversos moradores não identificados naquele bairro. O linchamento aconteceu em 2012, e foi motivado por suspeita de que ele estava escondido na casa de uma moradora no bairro. O jovem foi a óbito no local do linchamento, não chegando a ser socorrido.

Segundo a narrativa, esse foi o segundo caso que ocorreu no bairro, no qual a pessoa anteriormente linchada fora confundida com outra, amarrada numa trava, e morreu devido ao espancamento e chicotadas. Nesse caso ocorrido em 2012, contou o entrevistado, o rapaz era supostamente usuário de entorpecentes e havia se escondido na casa de uma mulher, que o acusou de tentar estuprá-la. Mesmo sem comprovação da alegação, moradores locais pegaram a vítima e o espancaram.

O segundo caso, **VL13**, trata-se da história do jovem de 25 anos que foi morto vítima de linchamento, em decorrência dos espancamentos, pauladas e garrafadas no bairro Valéria. O fato ocorreu em 2013. Segundo consta, o motivo alegado para o linchamento cometido por moradores do bairro não identificados foi suspeita de “usar uma criança”.



Conforme narrativas, o alvo do linchamento era morador da região, juntamente com uma companheira. Acusaram-no, então, de estupro da enteada, menor de idade. Segundo o informante, o rapaz era conhecido como um “pai de família excelente”, e que as pessoas do bairro julgaram “o certo pelo errado”.

O terceiro caso, **VL14**, é a história de um homem que foi vítima de linchamento no bairro de Castelo Branco, em 2014. Segundo consta, o motivo alegado para o linchamento cometido por moradores não identificados foi a acusação de que o homem, acompanhado por mais dois outros, tentou assaltar um mercadinho naquele bairro. Durante o assalto, um morador foi atingido com um tiro e morreu no local.

Contou o entrevistado que durante a tentativa de assalto houve uma reação por parte do segurança, e o tiro pegou em um senhor que era morador e estava fazendo compras no mercado. Em decorrência de toda essa situação, segundo o registro, supostamente um dos três homens que tentou cometer o assalto foi linchado pelos moradores.

O quarto caso, **VL15**, é a história de um jovem de 29 anos, lavador de carros em uma concessionária, morto por espancamento e pedradas, no ano de 2015, depois de atropelar dois moradores de rua no bairro de Sete Portas. Era madrugada quando o jovem trafegava em um carro pela Rua Cônego Pereira, em frente à Cesta do Povo, quando perdeu o controle do veículo e invadiu a calçada. Após o atropelamento, segundo consta, ele parou para prestar socorro às vítimas quando, revoltados pelos atropelamentos, um grupo de cerca de 40 moradores de rua o atacou. Muito ferido, o rapaz tentou fugir, mas acabou caindo no córrego que passa no canteiro central, já inconsciente. Mesmo assim, o apedrejamento teria continuado.

O quinto caso, **VL16**, registra a história do jovem de 24 anos que foi linchado, queimado e ainda teve uma vara enviada no seu corpo no bairro do Arenoso, no ano de 2016. A população o teria linchado por suspeita de estuprar e matar uma senhora de 63 anos, dona de uma creche no lugar e conhecida por ajudar as pessoas da comunidade. Inclusive, esse jovem teria sido também ajudado por ela. O corpo, queimado, foi jogado em frente à creche.

Segundo os informantes, ele foi capturado pela polícia, que o entregou à população para que eles próprios “fizesse o que achasse que fosse a justiça”. Desta forma, continua, “ele não teve nem um tempo pra se defender. Ele não teve... A voz dele não foi ouvida. Houve fato, é claro, que ligavam o cidadão à cena do crime, a ter cometido o crime. E aí chegou-se à conclusão que ele tinha feito, então que tinha que fazer justiça”. Mas, afirmou, “foi um crime bárbaro”.

O sexto caso, **VL17**, é a história de um jovem que tinha entre 19 e 20 anos. Segundo o entrevistado, era moreno, alto, magro. O entrevistado afirmou que ele e um amigo eram

suspeitos de ter assaltado um ônibus. Ao descer do transporte coletivo, correram e se depararam com uma viatura. Ao retrocederem, as pessoas que se encontravam no ponto de ônibus, entre cinco e seis pessoas, os perseguiram e espancaram um deles. Os policiais que estavam na viatura próxima ao ocorrido, segundo o entrevistado, consentiram que a população o linchasse. Apenas os policiais de uma segunda viatura que chegou ao local dispersaram a pequena multidão com tiros para o alto, e encaminharam o rapaz para a delegacia.

Nos casos de linchamento aqui analisados, foram considerados, no processo de análise, conforme já registrado, a mesma quantidade de casos, igual período de referência dos casos de violência policial, bem como as mesmas categorias de análise – fatores motivadores, fatores facilitadores, especificidade, reação e mobilização – e, conseqüentemente, equivalentes unidades de contexto.

Assim como fizemos com o primeiro grupo, procederemos à análise das entrevistas identificando nelas as categorias, unidades de contexto e unidades de registro. Com relação à primeira categoria, Fatores Motivadores para ocorrência de casos de linchamentos na cidade de Salvador, as unidades de contexto instituídas foram representações e punições. Quanto à unidade representação, como já citado, ela é relativa ao imaginário construído dentro de uma perspectiva negativa, por parte de sociedade, dos que, no geral, são alvo de linchamentos – em especial os suspeitos de prática de crime sexual, assaltos e outros tipos de crimes. Foram destacadas como relação à primeira categoria as seguintes falas: **VL13:** e suspeitaram que ele usou uma criança. **VL17:** ele havia roubado um coletivo de ônibus.

Quanto à segunda unidade de registro desta categoria, punição em decorrência da representação construída pela sociedade, vê-se o caráter determinante de uma ação punitiva, de modo geral, em relação aos corpos negros. Ainda que os casos de linchamentos possam parecer uma ação punitiva resultante de atitude espontânea da população, vemos, nos casos dos suspeitos de crimes sexual, a prevalência de um imaginário da necessidade de punições severas e, em relação aos assaltos e roubos, a predominância da ideia de que os suspeitos não são punidos adequadamente, conforme fala dos entrevistados. **VL14:** tiro era pra pegar no vagabundo, pegou no rapaz que não tinha nada a ver. **VL16:** feito, então que tinha que fazer justiça. Até porque tem aquela fala, que ele ia ficar preso, mas que ele ia ser logo solto.

Com relação à segunda categoria, Fatores Facilitadores, temos as unidades de contexto permanências e injustiças. Quanto à unidade permanência, a questão ressaltada no referido grupo foi a constância de ocorrências dos casos de linchamentos sempre nos mesmos bairros, conforme levantamento realizado durante a pesquisa. **VL12:** E aí sim, e aí o segundo caso que

foi, esse caso ele veio a, o ocorrido infelizmente acabou que o, a pessoa acabou vindo a, a morrer, né, vindo a óbito. E foi um caso bem parecido também com esse primeiro. **VL17:** E também houve um, um outro caso de um cara que, é, ele, ele é vinha, ele é vinha passando aí ele se encontrou com as duas mulheres, aí ele deu a voz de assalto para essas duas mulheres... E aí quando esses meninos da sinaleira percebeu que a arma que ele estava era de brinquedo, acabou espancando ele.

A unidade de contexto injustiça também se fez presente nas falas dos participantes deste grupo. Nos casos de linchamentos, consideramos importante destacar dois aspectos: primeiro, as situações de injustiça em decorrência de equívocos e inverdades em relação à situação ocorrida e, segundo, a certeza da impunidade por parte de quem participa. Em muitos poucos casos de linchamentos no Brasil os envolvidos foram julgados de acordo com as leis brasileiras pela violência praticada. Vejamos os excertos. **VL12:** Foi um negócio insuportável, que não era pra acontecer, mas, infelizmente hoje o pessoal confunde as coisas. **VL15:** eu não fui chamado sobre averiguação de nada, não. Sobre quem fez isso, quem não fez, não falaram nada.

Quanto à terceira categoria, Especificidade, que traz como destaque a unidade de contexto inverdades, esta permitiu serem evidenciados pontos marcantes que têm predominado nos casos de linchamentos, quais sejam, as questões relacionadas às inverdades que têm como objetivo chamar a atenção para o “desvirtuamento, distorção, proposital ou não” do que realmente ocorreu. Vejamos isso unidades de registros a seguir: **VL12:** fazia uso de, de drogas mesmo. E ele estava escondido. Só que aí, o que acontece, essa, essa mulher, ela relatou que ele estava tentando invadir a casa dela pra estuprar ela. **VL12:** de uma suposta acusação de, de estupro em que em nenhum dos dois casos pode-se comprovar. Até porque em nenhum dos dois casos a pessoa, ela foi perguntada o que é que tinha acontecido. **VL13:** ninguém julgar o errado pelo certo, e nem o certo pagar o preço pelo errado. **VL16:** ele foi linchado pela população devido ao fato de que... a polícia o pegou capturou, encontrou ele num determinado local e entregou à população pra que fizesse o que achasse que fosse a justiça.

A quarta categoria, Reação, tem como unidades de contexto silenciamento, e protestos. Nos casos de linchamento é característica marcante o silenciamento, tanto em consequência do medo por parte da população, devido a razões variadas, como no sentido do apagamento da história, conforme narrativas. **VL12:** Mas ficou o trauma, né, de ser espancado no lugar que mora, com as pessoas que conhece, enfim. Mas, assim, pelo poder público,

nenhuma providência, apesar de ter sido veiculado nas mídias, né, televisivas e tudo o mais. Nenhuma providência, nenhuma, nenhuma organização, é... particular, nem, pública. **VL13:** ter uma mais, uma informação mais completa pra não vir a acontecer esse fato, mas, infelizmente, todos lugares hoje existem ainda essa dúvida. Aí acontece. **VL14:** segundo o registro, ele foi linchado. Não. Eu não tô sabendo que ele foi linchado. Tô sabendo agora. **VL15:** Não, não, não. Não comunicaram nada a nós. Eu só fui no DHPP, para pegar a ocorrência da morte dele e pronto! **VL16:** esse pessoal sempre tem receio de falar por causa da, da represália. Não é? E a pessoa que mora no bairro não, não quer comentar porque se saísse qualquer conversa, qualquer coisa a pessoa tem medo.

Em oposição à unidade de contexto silenciamento, ocorre a unidade de contexto protesto, que tem como propósito colocar em evidência que se, por um lado, nos casos de linchamento podemos afirmar a predominância do silenciamento, nas narrativas foi possível identificar também atitudes de reação, protesto em relação a essa manifestação de violência. **VL12:** E aí foi aí, a partir desses casos, desse primeiro caso foi que se começou a explicitar que o bairro de Sussuarana era um dos bairros mais violentos. Então, a partir daí foi que a gente começou a fazer as intervenções pra modificar essa visibilidade da, do bairro. **VL15:** Era um menino querido por todos, tanto que, no dia do enterro dele, parece que parou tudo! Que, na Baixa de Quintas...Nesse dia foi pela manhã, só teve o enterro dele, o cemitério ficou tomado de gente e foi meio de semana. Porque ele era muito querido, todo mundo gostava dele, mas... **VL16:** foi um crime bárbaro, que culminou tanto com a morte da mãe dela como a morte do, do rapaz que... **VL16:** Não volta de forma nenhuma, nem com linchamento e com a morte dele, e nem também se ele ficasse preso.

Quanto à quinta categoria, Mobilização, composta por duas unidades de contextos, reconhecimento e justiça, esta tem como objetivo recolocar em discussão a condição de humanidade dos alvos dos linchamentos. Tal condição é atestada a partir da fala dos entrevistados do grupo. **VL13:** era um profissional...Diz que era um pai de família excelente. **VL15:** Ele era um filho muito bom. Ele trabalhava em uma lava jato, tinha até um lava jato aqui do lado. **VL17:** horário das seis horas houve um parente dele, é, falando que era irmão dele, que veio procurar por ele e tudo, ainda. Só que aí eu também não sabia informa pra onde a viatura tinha levado ele. **VL17:** irmão dele, ele ainda relatou pra mim, que eu lembro, falou que ele não tinha necessidade de estar fazendo isso porque a família tinha uma condiçãozinha e ele tinha o trabalho dele.

Com relação à unidade de contexto justiça, esta tem uma relação direta com a perspectiva de reconhecimento, como foi destacado nas seguintes falas: **VL12:** ficou aí a perda, né, desse caso, e o sofrimento das duas famílias, pelo fato de eles terem sido espancados, e no segundo caso ele ter sido exterminado. **VL13:** Mas, você sabe, todo lugar hoje existe a maldade. É isso mesmo. **VL14:** A gente que... como eu trabalho de segurança, a agente quando pega aqui, a gente não deixa a população nenhuma linchar. A gente espera a viatura chegar. **VL15:** eu não fui chamado sobre averiguação de nada, não. Sobre quem fez isso, quem não fez, não falaram nada.

## **INSTITUIÇÕES E INSTÂNCIAS DE PODERES PÚBLICOS**

Grupo formado por entrevistados que são membros e/ou representantes de instituições públicas e instâncias de poderes não governamentais que realizaram ações políticas no âmbito do debate e/ou de cunho legislativo sobre questões ligadas à juventude negra. Neste grupo integram entrevistados que se relacionam com ações políticas no âmbito institucional e legislativo, ou seja, propostas e encaminhamentos de questões ligadas à juventude, particularmente à juventude negra. Também com esse grupo utilizaremos as mesmas categorias e unidades de contexto dos demais.

A primeira entrevista foi realizada com Membro de Instância do Poder Público (**MIPPI**) vinculado ao executivo do Conselho Estadual da Juventude da Bahia – CEJUVE. Este narrou que o referido conselho foi criado através do Decreto-Lei 11.261 de 21 de outubro 2008, efetivado através da Lei nº 13.452, em 2015. É um órgão consultivo do Governo do Estado da Bahia, vinculado hoje à Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia (SJDHDS). Formado por representantes das secretarias de governo, sociedade civil e organizações sociais, tem como função prioritária monitorar e avaliar as ações do Governo do Estado no que dizem respeito à juventude.

Na entrevista, foi pontuado que o que era escutado da juventude dos municípios da região metropolitana eram relatos muito parecidos com os que se ouve em Salvador, sobre os métodos agressivos da política de segurança pública, descompassados com a dinâmica atual da juventude. Segundo informações do entrevistado, em novembro de 2015 foi realizada uma Audiência Pública, na cidade de Lauro de Freitas, tematizando a política de drogas e a violência contra a juventude negra. Dentre as queixas que o conselho mais recebeu e tem

recebido estão as denúncias de jovens acerca da violência policial e a falta de canais de diálogo com o poder público.

A segunda entrevista foi realizada com Membro de Instância de Poder Público do Legislativo Federal (**MIPP2**) que participou da CPI – Violência Contra Jovens Negros e Pobres no Brasil. Esta foi instalada em 4 de março de 2015 e foi formada por 26 parlamentares titulares e 13 suplentes de diversos partidos políticos que compõem o Congresso Nacional brasileiro. Conforme consta no relatório final, a instauração da CPI atendeu a um pleito do Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE e diversos movimentos sociais, que em 2013 já alertavam para o massacre da população de jovens negros no país. Consta, ainda, que foram realizadas 21 audiências públicas internas e externas, inclusive na cidade de Salvador.

O entrevistado destacou três motivos principais que justificaram a instauração da CPI do genocídio de jovens pobres e pretos. Em primeiro lugar, por se compreender que as mortes em decorrência de violências e assassinatos a esse grupo não poderiam ser consideradas meras “fatalidades”, e sim genocídio, pois estão atreladas à estrutura das forças de segurança públicas do Brasil, que vê neles um inimigo interno a ser combatido. Pensamento este inserido no racismo institucional que vigora nas forças de segurança pública do país desde a sua formação. Segundo, a CPI teve por princípio, também, por em questão os autos de resistência, que têm sido levados adiante como “uma licença para o assassino de jovens tão somente em função da sua cor da pele”. Em terceiro lugar, seria necessário tanto ouvir representantes da força de segurança pública para entender e divulgar suas práticas produzidas em meio ao racismo institucional como oferecer alternativas a essas práticas, uma alteração dessas compreensões endógenas ao corpo de segurança pública.

A terceira entrevista foi realizada com Membro de Instância de Poder Público Legislativo Estadual – Bahia (**MIPP3**). Este iniciou narrando sobre a comissão, sinalizando que “em 2017, essa comissão estava prestes a ser extinta, e a gente rediscutiu a importância dela e adequou, não é, ampliando as suas linhas de ação, transformando em comissão especial para promoção da igualdade e também combate à intolerância religiosa”. Destacou como objetivo fundamental da comissão “debater e implementar políticas inclusivas e afirmativas”. Desta forma, a comissão tem atuado de maneira ampla, apoiando “setores menos favorecidos economicamente e ainda marginalizados” socialmente, dentre eles, comunidades tradicionais, povos indígenas, população negra e quilombolas, pescadores artesanais, marisqueiras, populações de fundo de pasto, assentados, mulheres, juventude, LGBTs, prostitutas. O papel

da comissão relacionado ao combate à intolerância religiosa produziu o Estatuto da Igualdade Racial e Combate à Intolerância do estado da Bahia, hoje “reconhecido como o estatuto mais avançado do Brasil”, segundo ele.

Relatou ainda que por iniciativa da ONG Cipó Comunicação Interativa, juntamente com a Comissão de Promoção da Igualdade, foi realizada, em 28 de novembro de 2017, audiência pública intitulada “Incomode: o preço do descaso é a minha vida”, que versou sobre a questão da violência e do extermínio da juventude negra, e mobilizou principalmente os moradores do subúrbio de Salvador. Além desta, outras audiências públicas foram realizadas para discutir a questão da violência na cidade, a exemplo da discussão pública sobre as chacinas ocorridas na cidade. O entrevistado relacionou as situações de violência que incidem sobre à juventude negra no estado e no país “aos vestígios da discriminação e do racismo”, o que se aplica também à violência policial.

Sobre as audiências públicas, falou das parcerias com instituições e entidades para a sua realização, a exemplo do CONSEN - Conselho das Entidades Negras, e que estas ocorrem também nas comunidades, não apenas na Assembleia, a exemplo das que ocorreram na Quinta da Boa Vista e Lauro de Freitas.

A quarta entrevista foi realizada com Membro de Instância de Poder Público do Legislativo Municipal - Salvador (**MIPP4**). Esta tratou da Audiência Pública Segurança Pública e Juventude, realizada em 13 de novembro de 2018, junto com outros parceiros, que versou sobre a questão da morte de jovens negros em Salvador. “Pois é. Nós fomos procurados aqui pela juventude ali da Cidade Baixa, ali do Uruguai, daquela área ali que participam do MJ POP, que tem um grupo grande ali de jovens que tem um trabalho importante, que nos pautaram e que queriam também fazer”. Desse encontro participaram também jovens do Subúrbio e Cajazeiras.

Destacou que aquele foi um momento de as autoridades presentes ouvirem os jovens, que narraram suas experiências nos bairros e escolas, com grande preocupação. As discussões se voltaram para o tema do extermínio promovido por agentes estatais de segurança pública. Em suas palavras, “Porque a segurança é dever do Estado! Então, se o policial está na rua, o agente de segurança está lá e isso vem acontecendo, nossos jovens estão sendo morto, exterminado, isso também é o papel da ausência do Estado, que não está acompanhando”.

Após esse breve resumo das entrevistas, passemos às categorias e unidades de análise. Quanto à categoria Fatores Mobilizadores, conforme a primeira unidade de contexto representação destacam-se semelhanças entre os debates, ações, propostas e encaminhamentos

por parte destes membros e/ou representantes nessas diversas instâncias de poder. Observamos que, devido à prevalência de uma não representação desta juventude nos espaços de poder público, em especial em Salvador, as ações realizadas foram em decorrência de solicitações que partiram, no geral, de organizações e movimentos sociais, particularmente movimentos sociais negros, a tais instâncias de poderes. Estas tiveram o intuito de debater sobre as violências vivenciadas, além de solicitar medidas de combate a essas violências e demais questões de subalternização que atingem os jovens.

Assim, na unidade de contexto representação destacamos as seguintes falas, conforme unidades de registro: **MIPP1:** o que a gente escutava da juventude de lá, desse município da região metropolitana, eram relatos muito parecidos com o que a gente ouviu aqui em Salvador, de uma política de segurança Pública agressiva que agride antes de perguntar, que utiliza métodos, é... como é que eu vou dizer... métodos que não se atualizam e que não incorporam as dinâmicas atual da juventude. **MIPP2:** Olha, as mortes, é, eu acho que é algo que nós precisamos aprofundar, é, o debate e oferecer soluções. Uma das soluções apresentadas pela CPI para evitar que os operadores do sistema tivessem a liberdade para continuar assassinando os nossos jovens.

Quanto à segunda unidade de contexto desta categoria, vê-se que, em decorrência desta não representação, quando da realização de debates, audiências públicas e Comissões Parlamentares de Inquéritos fica evidente a perspectiva da ação punitiva que marca a sociedade brasileira. **MIPP1:** Conselho tem recebido é um número alto de denúncias, de jovens, que, sobretudo, sofrem violência policial e que não tem canal para dialogar com o Poder Público. **MIPP2:** Segundo, é colocar em cheque os autos de resistência tão propalados como uma necessidade pelas forças de segurança pública, que nada mais é do que uma licença para o assassino de jovens tão somente em função da sua cor da pele. **MIPP2:** numa oitiva, eu perguntei a um deles: em havendo um jovem negro e pobre e um branco também pobre, numa abordagem policial, a quem ele abordaria primeiro e por quê. A resposta que me foi dada consta do processo de memória oitiva da CPI, é de que a abordagem seria primeira ao negro, pelas razões, é, que a própria condição oferece.

Quanto à segunda categoria, Aspectos Facilitadores, observou-se também semelhanças nas narrativas dos entrevistados em relação aos pontos ressaltados nas unidades de contexto permanências e injustiças. Quanto à unidade de contexto permanência, foi salientado: **MIPP1:** uma grande dificuldade de enfrentar esse problema no cotidiano, a sensação que a gente tem é de enxugar gelo, mesmo, por que a gente vê o número de denúncias crescerem...



**MIPP2:** no mapa da violência, né, nós observamos onde se dão os, é, esses maiores assassinatos, as áreas enegrecidas normalmente. **MIPP3:** A violência sofrida pela juventude negra hoje, na Bahia e no Brasil, está diretamente direcionada ainda aos vestígios da discriminação e do racismo. **MIPP3:** Lógico que, por mais que a gente tenha conseguido políticas afirmativas com o governo Lula, como governo Dilma, o governo Vagner, no governo Rui Costa, especialmente na Bahia, eu falei do Brasil, mas também na Bahia, mas nós ainda temos na contramão o índice de violência crescendo cada vez mais.

Quanto à unidade de contexto injustiça, sua potencialização em decorrência das permanências de estigmas que atingem especificamente os jovens negros ficou evidenciada, conforme as falas. **MIPP4:** diversas reclamações em relação ao hip hop, os saraus, que eles disseram que têm feito nos bairros, e quando a polícia chega não respeita, já vai logo, já vai em cima. E a maioria, todos eles são jovens negros. E diz que a polícia já chega apontando, já dirigindo, também, para esses jovens. **MIPP3:** O braço do Estado que chega lá, muitas vezes, é a polícia, que chega de forma errada, que a gente já citou as vezes que chega com a violência, com a repressão e com a discriminação. Porque ainda trata o negro, por ser negro num bairro periférico já é criminalizado. Já é sentenciado até no olhar. **MIPP3:** A gente acompanhou alguns casos disso. Até porque, nós não defendemos o linchamento. A justiça pelas mãos é talvez a pior das ações da insanidade humana. **MIPP4:** E enfrentou resistência da bancada conservadora na Câmara dos Deputados, sobretudo a chamada bancada da bala, formada por agentes de segurança pública, porque sabem que o fim dos autos de resistência sinaliza uma outra alternativa para a abordagem, é, não só apenas dos jovens negros mas para qualquer cidadão, e não terão desculpa nem a licença para matar livremente como eles estão a fazê-lo no Brasil.

Com relação à terceira categoria, Especificidade, que tem como destaque a unidade de contexto inverdades, esta tem contribuído, no estudo, para a percepção de traços que estão presentes de forma bastante significativa tanto nos casos de violência letal praticada por policial como nos casos de linchamentos. Em muitos casos, é citado que existe alteração do contexto da violência ou da verdade que a envolve, com vistas a facilitar a culpabilização da vítima. **MIPP3:** E a gente viu que, é, imagine se aquele jovem tivesse caído na mão de uma população com essa linha do, do linchamento. Seria uma dupla vítima. Vítima pela acusação indevida, e vítima por uma sentença atribuída, não é, pela sociedade de forma aleatória. **MIPP3:** E pior é que a população começa a aceitar isso como uma medida correta. É o que nos assusta, né. **MIPP3:** um crime absurdo, ele tem que responder por isso, mas foi linchado

como uma ação de (...) e linchado pelo crime organizado. Né, que dizer, é o crime se colocando no papel de, no lugar da justiça. Que é outra preocupação que a gente tem. **MIPP3:** Quando o cumprimento que faz em público é sinal de uma arma, do disparo de uma arma, é mais sério ainda. Isso nos coloca num grau de preocupação muito grande, não é, que é você está convocando a população pra reagir, e reagir pela ação da violência.

O destaque na quarta categoria, Reação, são as unidades de contextos silenciamento, e protestos. Com relação à unidade silenciamento, tem destaque nas narrativas deste grupo a predominância de certo desconhecimento e/ou silenciamento, especialmente, com relação à ocorrência dos linchamentos e um não enfretamento da violência policial. **MIPP2:** Quanto aos linchamentos, que é algo que não está, não foi debatido, e não é algo que apenas devamos compreender como simbólico, ela é real. Porque há um linchamento psíquico, nós sofremos isso, né, com o racismo que se estabelece. O linchamento físico, não é, que é tão grave quanto os assassinatos, mas que não mereceu uma abordagem. **MIPP4:** Então, nós fizemos um bom debate. Veio também a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Não veio o secretário, mas veio um assessor dele. Estava aqui na mesa. É, a educação do município não veio, mas a educação do estado também estava. E nós, até porque a idade desses jovens era mais do ensino médio, não era do ensino fundamental. **MIPP4:** Então, se o policial está na rua, o agente de segurança está lá e isso vem acontecendo, nossos jovens estão sendo mortos, exterminados, isso também é o papel da ausência do Estado, que não está acompanhando.

Já na segunda unidade de contexto desta categoria, identificada como protesto, foi notório um processo constante e histórico de reação, no geral por parte dos movimentos sociais organizados, organizações não governamentais e dos familiares. Isso ficou constatado em especial através das solicitações para realização de debates, audiências públicas e CPIs. **MIPP2:** Os rolezinhos, os chamados rolezinhos, que são os jovens de um grupo social que se confraternizam e que querem viver a vida e saem. **MIPP4:** Então, essa foi uma demanda muito grande desses jovens. Porque eles relataram, perguntaram se poderiam relatar, eu falei que não tinha problema nenhum, que era pra gente ter o cuidado com eles, né? Tanto que alguns depoimentos eles não fizeram de público, nós sentamos depois com a agente que veio do Estado, pra poder ouvir. Até pra não expor, não é? **MIPP3:** Inclusive, levamos ao conhecimento da corregedoria da polícia uma questão, de alguns policiais que estavam aterrorizando a população. **MIPP3:** Nós, inclusive, fizemos uma audiência pública aqui em um dos temas que nós trabalhamos com as pessoas em situação de rua, nós focamos exatamente nessa questão, que são as pessoas, a maioria das vítimas são as pessoas em

situação de rua, vítima, inclusive, da dessa questão do linchamento. **MIPP3:** E aí é importante. Porque você está fazendo um trabalho pela academia. Acho que a academia tem um, tem que cumprir um papel social. Acho fundamental. Eu tenho dito sempre isso. É importante o conhecimento, é importante a vertente do saber, mas é importante também a gente aplicar esse conhecimento no contexto da sociedade hoje, não é, Eu digo assim: Uma criança não nasce, é, é racista; ela aprende a ser racista. E outro, um outro setor que aí tem um papel importante, se não na formulação, mas na elaboração dele, é a educação. E é a academia que forma os educadores.

Quanto à quinta categoria, Mobilização, viabilizada a partir das unidades de contexto reconhecimento e justiça, esta tem o propósito de chamar a atenção dos poderes públicos e da sociedade brasileira de um contexto histórico marcado pelo racismo estrutural, bem como para o fato de os jovens negros serem o principal alvo deste contexto. **MIPP2:** Então, dentre tantas outras medidas que eu reputo, assim, extremamente importantes no âmbito normativo, na formação dos policiais, em políticas sociais que nós, é, apresentamos essas sugestões, não é. **MIPP4:** Nós não temos mais condições de perder os nossos jovens negros. E foi bom também porque tinha mães, e as mães também falaram da ansiedade e do nível, também, que elas dizem que não estavam sabendo lidar, de depressão também, pelos filhos novos em casa já com problemas de depressão. Isso é a pressão, também, que recebe da escola. Então, esse linchamento que nós estamos vivendo dos nossos jovens negros, isso é preocupante. Porque esses jovens hoje, negros, é os nosso, que vai dar continuidade a esta luta, a toda essa nossa história. E se a gente não cuida? **MIPP3:** produz audiências públicas e tem acompanhado alguns inquéritos de policiais, não é, respondendo pelas suas arbitrariedades. Esse tem sido o nosso papel. Além de, também, intervir no acolhimento, no acompanhamento e na garantia de vida de vítimas de testemunhas, não é, e acompanhando muitas vezes os familiares. **MIPP3:** E aí é importante. Porque você está fazendo um trabalho pela academia. Acho que a academia tem um, tem que cumprir um papel social. Acho fundamental. Eu tenho dito sempre isso. É importante o conhecimento, é importante a vertente do saber, mas é importante também a gente aplicar esse conhecimento no contexto da sociedade hoje, não é, Eu digo assim: Uma criança não nasce, é, é racista; ela aprende a ser racista. E outro, um outro setor que aí tem um papel importante, se não na formulação, mas na elaboração dele, é a educação. E é a academia que forma os educadores

Já a segunda unidade de contexto, justiça, está totalmente imbricada com unidade reconhecimento, já que em sociedades como a brasileira, marcadas pelas mais diversas formas

de desigualdades que atingem determinados grupos da população, o reconhecimento como cidadão de direito e, conseqüentemente, à justiça passa a ser uma luta constante, conforme salientado pelo referido grupo. **MIPP2:** um conjunto de projetos de leis que tramitam na casa, como supressão dos autos de resistência, é, como a, é, em relação a formação das forças de segurança pública, uma compreensão do papel que elas cumprem e a observância a esta condição de que o racismo institucionalizado deva ser suprimido, né, para não identificar o jovem negro, a mulher negra como o inimigo a ser combatido internamente, uma alteração, é, no processo formativo das polícias. **MIPP2:** importante, específico para aqueles policiais que devem atuar nessas áreas, numa compreensão de que ali são seres humanos e que a dignidade humana ali também está estabelecida, deve ser estabelecida permanentemente, e não a violação desses direitos. **MIPP2:** Então que os crimes sejam federalizados quando se tratar de assassinato de jovens, como o que nós tivemos aqui em Salvador, negros e pobres... **MIPP2:** Eu penso que este é um quesito, que embora eu não esteja no parlamento no próximo ano, mas a comissão, os que dela participaram permanecerão, é algo que a gente deve se deter, porque os linchamentos são tão cruéis e tanto mais cruéis do que qualquer outra morte. **MIPP4:** Então, se o Estado não oferece, também, a cultura, as condições, tanto através da escola como através também da secretaria de cultura, espaço, não tem praça, não tem lazer, então os jovens também se reinventam. Então eles falaram muito dos grupos de hip hop e dos grupos de saraus. E pediram também nossa ajuda diante das escolas, também, ficar no final de semana aberta.

## **MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS**

Grupo formado por entrevistados que são membros e/ou representantes de movimentos sociais negros de Salvador. Para proceder à análise das ações políticas de questões ligadas à juventude negra no âmbito dos movimentos sociais negros, a partir dos depoimentos resultantes das entrevistas com membro e/ou representantes das entidades dos Movimento Sociais Negro de Salvador e do estado da Bahia, utilizamos as mesmas categorias e unidades de contexto dos grupos anteriores.

A primeira entrevista foi realizada com membros do Movimento Negro Unificado (**MMSN1**). O MNU, fundado em 1978, durante a ditadura militar, completou 40 anos em 2018. Conforme o informante, é um “movimento nacional de negros e negras que têm como centralidade da sua intervenção o combate sistemático ao racismo”, em suas palavras, “algo

estruturante na sociedade brasileira”. “E o povo negro, na condição de quem construiu o Brasil principalmente, o povo negro na condição de maioria da população brasileira, continua ocupando, né, os lugares na sociedade menos remunerados, por exemplo, com qualificações inferiores a que os branco, é, ocupam, apesar do avanço que tivemos no último período, com o ingresso de negros na universidade, certo, como o ingresso de negros em algumas profissões, algumas carreiras, certo, mas assim mesmo ainda ocupamos os piores indicadores”.

O entrevistado ressaltou o papel relevante que o movimento negro em geral desempenha no país, seja no enfrentamento do racismo, seja na proposição de ações para superá-lo, incluindo-se aí a denúncia da violência, em especial contra a juventude negra. Ao longo do tempo, a luta dessas organizações vem trazendo avanços significativos nas esferas locais e nacional.

Em face à crescente estatística de violência e mortes desses jovens, ressalta a necessidade de que “o movimento negro continue, é, com ações integradas, é, com outras organizações da, da sociedade que vai pra além das entidades do movimento negro”. Esses jovens “têm um futuro brilhante pela frente, que vem sendo interrompido, né, por essa violência, por essa barbárie cometida pelo Estado”.

A segunda entrevista foi realizada com membros do Fórum Baiano de Juventude Negra (**MMSN2**), que é uma instância do Fórum Nacional de Juventude Negra. O FNJN “surge após encontro, primeiro Encontro Nacional de Juventude Negra, que é o momento histórico que a juventude negra decide se reunir para disputar a política nacional de juventude” e pautar um “novo modelo de segurança pública e de justiça criminal”. Entre 2003 e 2007 o Fórum foi articulado sob a pauta de que havia especificidades com relação à juventude negra, daí a necessidade de políticas públicas e debates específicos. A partir de 2013, com o lançamento, pelo governo federal, do programa Juventude Viva, houve um reconhecimento dessa especificidade, que tinha relação direta com a, em suas palavras, “seletividade da violência no Brasil” e “um processo de extermínio sim, voltado à juventude negra”.

Em sua avaliação: “Se nós podemos falar de resultados, seriam exatamente o que, a gente conseguiu, pela primeira vez, um governo brasileiro elaborasse uma ação voltada para a preservação da vida da juventude negra. Isso foi um avanço porque anteriormente os governos simplesmente não falavam sobre isso, eles se omitiam perante o massacre da juventude negra”. Entretanto, segue, “na realidade, né, na prática, a gente ainda não consegue

matematicamente, é, expressar uma vitória”. Fala isso em decorrência das altas taxas de homicídio e outras violências que acometem os jovens negros. Por isso, o Fórum “atua hoje levando o tema do “combate ao racismo nas políticas de juventude e de segurança pública, particularmente”.

A terceira entrevista foi realizada com membro do Vitrine Cultural (**MMSN3**), o qual falou ser este “um projeto social que trabalha com impulsionamento da educação por meio do fortalecimento da cultura afro-brasileira”. Tendo por base as leis 10.639 e a 11.645, a organização atua fomentando a cultura afro-brasileira nas escolas, em atividades ligadas à moda, teatro, música e dança, junto aos jovens do Subúrbio Ferroviário, contou o representante. Ressaltou ainda que “o Vitrine Cultural nasceu em Paripe, último bairro do subúrbio, com a ideia de justamente gerar, é, oportunidades para essa juventude que, infelizmente tá sendo assassinada. Né. E começa aí, justamente gerando oportunidade para a juventude no Subúrbio Ferroviário”.

Uma das ações, que, de certo modo, congregam a filosofia do projeto é o “baile Black Postura, que é um evento dançante, com músicas black soul e guiadas pelos jovens. Onde a gente faz um encontro, que é conhecido como o Encontro das Tribos, onde a gente promove diversas ações, como editorial fotográfico, videografia e também formações sociais, políticas e culturais. Então, uma das formas que a gente tá utilizando é justamente se unir. A gente tá se encontrando sempre no encontro das tribos para fomento do baile Black Postura. É uma das ferramentas que nós temos para combater, é, as chacinas dentro da, do nosso meio. É justamente se unindo. É tendo aquela visão ubuntu, um por todos nós”.

A quarta entrevista foi realizada com um membro do CEN, Coletivo de Entidades Negras (**MMSN4**), que narrou que o CEN “é uma entidade nacional do movimento negro que se apresenta como a entidade política do movimento negro”. Afirmou que “isso quer dizer que, diferentes das entidades culturais do movimento negro que têm um papel importante nesse setor, nessa questão, o CEN tem a função, se propõem a disputar espaço político no campo de esquerda enquanto entidade negra e de representação dessa população, de proposição de políticas de combate ao racismo, de superação do racismo e de lutas, organização das comunidades... dos povos de terreiros, é, das mulheres, pra lutar contra o racismo”.

O surgimento do CEN, é, contudo, de 2003, a partir dos questionamentos em torno dos critérios utilizados para distribuição dos recursos do carnaval de Salvador, ou seja, numa discussão atrelada às políticas culturais do carnaval da cidade. “Então, desse caldo, que foi

esse movimento de questionamento a essas políticas surge o CEN, reunindo figuras dos blocos, dos povos e comunidades tradicionais, mais notadamente os povos de terreiro, é, e de outros movimentos, né. Movimentos de mulheres que vem crescer, de mulheres negras, que vem crescer mais na década seguinte, mas surge desse caldo”.

Apesar do seu surgimento ser posterior a entidades tradicionais do movimento negro como UNEGRO, CONEM e MNU, segundo seu representante, “É uma entidade mais recente, mas que figura nesse grupo de entidades tradicionais e relevantes, né, do movimento negro nacional. Porque a gente está em quinze estados, em três países”.

Apesar do seu nascimento vinculado às questões culturais, e de ainda existirem em seus quadros pessoas e entidades ligadas a essa pauta, “o CEN hoje se configura, como eu disse, como uma entidade política”. Então, “ele vai debater cultura, obviamente porque debater o combate ao racismo, é, passa por isso, mas que vai debater também questão de mulheres, a questão LGBT (...) As questões de terreiro também e as questões de morte da juventude negra”. Essa última, para ele, “com certeza, hoje, é a pauta central de qualquer movimento social negro brasileiro”. Debater “o genocídio da juventude negra e as formas de superação desse fenômeno provocado pelo Estado, e quando não o genocídio com a morte, o genocídio com encarceramento, né. Então, CEN é basicamente isso, em um resumo bastante rápido”.

Passemos agora às categorias analíticas. Quanto à categoria Fatores Mobilizadores, conforme as unidades de contexto representações e punições, é importante destacar semelhanças entre os temas explicitados pelos membros e/ou representantes dos movimentos sociais negros com relação às propostas e encaminhamentos. Com destaque também para a não representação da juventude soteropolitana nas instâncias decisórias, ressaltando-se ainda as consequências de uma sociedade marcada por um racismo que é estrutural, as violências resultantes deste racismo e as medidas de combate a ele.

Destacamos, com relação à primeira unidade de contexto, representação, conforme unidade registro, as seguintes falas: **MMSN1**: cinco séculos de história no Brasil, nós passamos pelo período colonial, imperial e estamos na república. E em todos esses períodos o negro continua sendo visto como vilão. **MMSN1**: E um negro ao ser visto pelo policial, ou por setores da sociedade é logo identificado como um elemento suspeito. E, é aquela história, você atira primeiro, né, pra perguntar depois. **MMSN2**: também existe no interior da sociedade brasileira a cultura de ter o negro como o vilão da história, como alguém que precisa ser combatido, coagido, oprimido. Isso é histórico, né? **MMSN3**: A gente vê que,

infelizmente, a tratativa dos órgãos, das organizações de segurança pública, ele tem um olhar diferente para os jovens da periferia. **MMSN4:** ...a morte dos, da juventude negra, é, sistemática, né, que a gente pode chamar de extermínio ou genocídio, enfim, a questão, vários termos que se usa pra falar sobre isso, é um fenômeno estrutural do Brasil, é, de um país que se estrutura em bases racistas desde sempre. **MMSN4:** ...na maioria das vezes, se essas pessoas não tiverem um histórico de luta ou de acesso à informação e à educação, talvez morra sem entender que ela passou por aquele processo de alijamento porque ela era uma pessoa negra e que aquilo é resultado do racismo. **MMSN4:** velha prática branca de fazer justiça com as próprias mãos, e acho que tem uma questão que tem sido central no debate sobre a organização do país, do Brasil, que é a questão sobre higienização social, né? Eu acho que essa questão dos linchamentos passa por isso.

Para a unidade de contexto punição, temos os seguintes excertos: **MMSN3:** tem mais ou menos uns quatro meses que eu perdi três primos, tipo, assim, são três irmãos, de uma mesma mãe, assassinados, eles foram assassinados. Primeiro morreu o mais novo, depois ou outros dois veio uma semana depois. Isso por causa de uma morte de um policial civil que também foi no Subúrbio. **MMSN3:** E por um tempo eu passei a morar em outro bairro, no centro da cidade, com medo. Com medo da tratativa, infelizmente, da polícia, porque nós trabalhamos com a, nós temos uma ligação direta com o movimento social. **MMSN4:** ...espancar quem eles acham que querem no meio da rua, tatuar testa, prender em poste... Ou passa também por retirar pessoas de comunidades centrais, no processo de gentrificação, ou fazer falsas obras de requalificação em espaços e tirar dali qualquer resquício de pessoas negras

Na categoria Fatores Facilitadores temos as unidades de contexto injustiças e permanências. Quanto à unidade de contexto permanências, foram destacadas as falas a seguir: **MMSN1:** Nós temos um Estado, né, opressor, um Estado excludente, um Estado racista e temos uma elite com uma mentalidade escravocrata, literalmente, e nossos jovens têm sido alvo, né, preferencial da barbárie perpetrada pelo Estado e pela elite brasileira. **MMSN1:** A questão do linchamento é algo bastante preocupante. O negro é linchado na república da mesma forma que ele era linchado no império e na colônia. Porque a forma da, da sociedade, dos brancos verem o negro não mudou. Negro continua sendo, é, algo. Continua sendo uma coisa. **MMSN2:** A gente sabe que os linchamentos ocorriam publicamente no nosso país na vigência da escravidão. Então, os linchamentos atuais remontam a essa época. Na verdade, é um resgate histórico, né, da, do que já ocorreu com a população negra no solo



brasileiro. Então os linchamentos de hoje se espelham também nos linchamentos de ante, de ontem, né, os linchamentos que a nossa população recebia nos pelourinhos. **MMSN3:** Que infelizmente é a tratativa dos órgãos de segurança pública. Ele tem uma tratativa totalmente diferente. Então, tem uma ligação direta com o racismo, com o preconceito. **MMSN4:** Porque a estrutura é a estrutura básica da gênese é a escravidão. E esse processo de subjugar as pessoas negras que começa na escravidão, ele perpassa por toda a, todo o tecido social brasileiro, né. Então o racismo brasileiro, até tem um termo que se usa que é o racismo á brasileira, ele é bastante engenhoso. **MMSN4:** Isso se dá também e essencialmente pela formação da polícia militar brasileira, né, dos estados brasileiros, que é uma formação em bases extremamente racistas e desiguais e que, é, não privilegia a formação em direitos humanos. **MMSN1:** Nós temos um Estado, né, opressor, um Estado excludente, um Estado racista e temos uma elite com uma mentalidade escravocrata.

Quanto à unidade de contexto injustiça, estas são potencializadas em decorrência de estigmas que atingem especificamente determinados grupos, como se faz presente nas falas dos participantes a seguir. **MMSN1:** O negro continua sendo visto como bandido. O negro continua sendo visto como aquele que precisa ser exterminado, continua sendo visto como incômodo para a sociedade. É, o poder, ele é branco, o poder é macho, ele é branco, o poder é hetero, e esse poder, ele se incomoda com tudo o que não atende aos seus requisitos. **MMSN4:** ...sobre os motivos para o genocídio da população negra. Que, afora essa dimensão mais física, existe o genocídio subjetivos das pessoas,... nos últimos quatro anos, catorze anos, a partir de políticas públicas de ações afirmativas, de acesso à universidade, as pessoas negras, quando elas não conseguem acessar os espaços, é, privilegiados, seja na cultura, seja na educação e, sobretudo, economicamente, ou seja, acessar o básico economicamente pra sobreviver, isso pra mim configura uma genocídio subjetivo dessas pessoas, não é?

Com relação à categoria Especificidade, que traz como destaque a unidade de contexto inverdades, dentro de uma perspectiva de distorção e/ ou de encobrimento da história que permitiria evidenciar pontos marcantes. **MMSN2:** Essa guerra ao povo negro, ela, durante muitos anos, foi disfarçada por diversos motivos, né? .... O motivo mais, mais, a falsa guerra às drogas, né, o motivo mais recente e que tem durado bastante tempo. Que é uma cortina de fumaça mesmo, né? **MMSN4:** ...é que a gente vive uma guerra e que a guerra é a um povo específico, que é um povo negro que vive nessas comunidades, periferias, favelas. Essa guerra ao povo negro, ela, durante muitos anos, foi disfarçada por diversos motivos, né? **MMSN4:** O motivo mais, mais, a falsa guerra às drogas, né, o motivo mais recente e que tem durado

bastante tempo. Que é uma cortina de fumaça mesmo, né? **MMSN2:** Que o próprio Estado faz isso, cotidianamente. Então, a população se espelha nessa prática. A população percebe que quando ocorrem casos de violência policial voltadas pra população negra, em particular para a juventude negra, há uma impunidade, não há uma preocupação em investigar e responsabilizar os autores.

O destaque na quarta categoria, Reação, são as unidades de contexto silenciamento e protestos. A unidade de contexto silenciamento foi também evidenciada na fala dos participantes membros e/ou representantes dos movimentos sociais negros, inclusive, em certa medida, enquanto uma ausência ou pouca reflexão com relação a umas das formas de manifestação da violência, o linchamento, conforme as seguintes unidades de registros: **MMSN1:** lutar contra o extermínio da juventude negra não é algo exclusivo do movimento negro brasileiro, mas de todos aqueles e aquelas que efetivamente combatem, são contra essa situação. **MMSN4:** Essa questão do linchamento que você me falou, é uma questão que eu nunca parei pra refletir sobre isso. Eu não sei se várias pessoas te disseram isso...**MMSN4:** Então, eu consigo, apesar de nunca ter refletido especificamente sobre isso, eu associaria a essa sanha, a esse desejo nacional de uma classe média elitista, que acha que se aproxima muito mais dos ricos do que dos pobres, de fazer uma limpeza social no país, né? Uma limpeza racial. É uma questão que é muito, muito específica mesmo.

Com relação à segunda unidade de contexto da categoria Reação, protesto, apesar da luta histórica e das muitas conquistas, vê-se que o processo de subalternização em relação aos corpos negros permanece com bastante força, conforme as falas. **MMSN1:** Isso é um avanço. Porém, é, na realidade, né, na prática, a gente ainda não consegue matematicamente, é, expressar uma vitória, né. **MMSN1:** você não vê ações em bairros nobres, em bairros da elite, em bairro de brancos, né, você não vê as abordagens que você vê nas periferias, certo, nas favelas, em bairros, é, periférico, **MMSN1:** o movimento precisa continuar fazendo suas ações, seus documentos, seus manifestos, suas passeatas, suas manifestações, bloqueando, é, estradas, ruas avenidas quando for necessário. **MMSM3:** e a gente tá justamente procurando potencializar a correr atrás de, de meios de como é que a gente vai se fortalecer se unindo, pra que a gente não venha a ter mais uma notícia como essa dentro da nossa casa. Sacou? **MMSN3:** É uma das ferramentas que nós temos para combater, é, as chacinas dentro da, do nosso meio. É justamente se unindo. É tendo aquela visão ubuntu, um por todos nós. **MMSN4:** Mas na questão de segurança pública especificamente, o [grupo] desenvolve uma série de ações financiadas ou não que pra mim são muito importantes nesse processo de

combate ao genocídio da juventude negra. **MMSN4:** A primeira é a dimensão de acessar direitos que eles até então não acessavam, ou até em alguns casos não sabiam que existiam. Que aí passa, desde tirar uma carteira de identidade, uma carteira de trabalho, até conseguir uma roupa, porque o jovem chega lá, é maltratado pelas forças policiais, sem sandália, sem camisa.

A categoria Mobilização foi viabilizada a partir das unidades de contextos reconhecimento e justiça, na qual a primeira teve o objetivo de colocar em discussão as propostas, ações realizadas e os encaminhamentos tomados por tais entidades. **MMSN1:** E muitos avanços têm sido percebidos a partir da luta do movimento negro brasileiro, a partir de suas várias organizações, seja de âmbito local, regional ou nacional. **MMSN2:** Então, a nossa vitória é nossa persistência, mas a gente ainda não conseguiu concretamente mudar a nossa realidade. **MMSN4:** o [grupo] tem a função, se propõem a disputar espaço político no campo de esquerda enquanto entidade negra e de representação dessa população, de proposição de políticas de combate ao racismo, de superação do racismo e de lutas... **MMSN4:** as questões de morte da juventude negra. Que talvez hoje, pra mim com certeza hoje, é a pauta central de qualquer movimento social negro brasileiro, né. **MMSN3:** ...e você vai ver os resultados. Né. Então os resultados estão aí, estão à vista. Isso mostra que, é, o quanto é importante a gente dar continuidade. As lutas determinantes.

Com relação à unidade de contexto justiça, a partir das falas dos participantes foi possível verificar as alternativas e propostas trazidas por esses grupos. **MMSN4:** esforço coletivo de superação do racismo, de paradigmas racistas. Quando a gente faz uma feira de empreendimentos negros, solidários, pra fazer roda essa economia solidária negra, é, e fazer esses produtores de produtos, é, majoritariamente em situação de vulnerabilidade social ter visibilidade. **MMSN2:** Nós sempre estamos participando desses processos, desses procedimentos, levando a, a essa bandeira, né, de que o racismo ele existe, de que o mito da democracia racial ele precisa ser cada vez mais desgastado, de que existe um projeto de genocídio da população negra no Brasil, e que esse projeto está em vigor. E que atualmente a juventude negra é o principal alvo. Então, nós fazemos um papel da denúncia nesses espaços e da proposta também de um novo modelo de segurança pública, sem racismo, sem machismo, sem nenhuma forma de opressão. **MMNS1:** ...apresentado um conjunto de proposta para, é, eliminar, por fim ao assassinato de jovens, é, negros. Sabemos que é algo que está cada vez mais crescendo, não só em Salvador, na Bahia, mas em todo o Brasil, as estatísticas revelam isso. **MMSN1:** Nossos jovens, eles querem viver, eles precisam viver. Eles têm um futuro

brilhante pela frente que vem sendo interrompido. **MMSN1:** no Brasil existe um processo de extermínio sim, voltado à juventude negra e nós precisamos desenvolver políticas voltadas pra esse segmento. **MMSN4:** Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e também com a SEAP, que a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária que é a entidade que mais denunciou violações de direitos humanos às pessoas negras no ano de 2017-18. **MMSN4:** o [grupo] ao vencer o edital, o chamamento público ficou responsável, que é o acompanhamento das pessoas majoritariamente, muito majoritariamente jovens negros, que passam pelas audiências de custódias no Núcleo de Prisão em Flagrantes, no Fórum Criminal, essa parte mais multidisciplinar, que tem a função de acompanhar esses jovens enquanto eles respondem ao processo em liberdade.

## **DIÁLOGOS ENTRE AS NARRATIVAS EPISÓDICAS DAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS JOVENS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA RACIAL E AS ABORDAGENS DOS MEMBROS DE INSTÂNCIAS DE PODERES E MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS**

No primeiro momento da análise, concretizamos uma das intenções da pesquisa que foi a de dar voz a seguimentos marcados por situações de racismo e, conseqüentemente, de violência racial, cujo encaminhamento histórico, na maioria das vezes, tem sido a estereotipia ou o silenciamento. Esta segunda etapa tem como objetivo proceder à análise conjunta embasada nos dados compilados a partir das narrativas episódicas das histórias de vidas obtidas através das entrevistas com os participantes de cada um dos dois grupos: o primeiro formado por familiares de jovens mortos por policias militares enquanto operadores do sistema de segurança pública e o segundo formado por familiares, amigos, vizinhos e testemunhas nos casos de linchamento.

Neste segundo momento da compilação, tão importante quanto o primeiro, identificamos tendências e lutas implementadas, por um lado, por membros e/ou representantes de instituições públicas e instâncias dos poderes públicos que realizaram ações políticas no âmbito do debate e/ou de cunho legislativo sobre questões ligadas à juventude negra e, por outro, por membros e/ou representantes de movimentos sociais negros. Tais informações foram obtidas através de entrevista, que resultaram em depoimentos sobre experiências exitosas de prevenção e/ou de combate à violência racial contra os jovens negros, visando atender a dois propósitos principais. Primeiro, identificar aproximações e semelhanças ou contrastes e diferenças evidenciadas a partir das unidades de registro, ou seja,

o que é comum, mas também as diferenças mais significativas em relação aos casos de violência praticados por policiais militares e entre os casos de linchamento identificados em Salvador.

Como segundo propósito, identificamos, a partir das falas e depoimentos desses representantes, possíveis sustentações e complementações das narrativas episódicas das violências vivenciadas nos casos que são objeto deste estudo. Deste modo, respondemos aos problemas e atingimos o objetivo da pesquisa, qual seja, evidenciar as relações entre as duas formas de violências que têm atingido, particularmente em Salvador, os corpos negros, a juventude negra. Dando uma ênfase também no modo como as mídias e a imprensa em geral apresentam tais situações.

Retomemos aqui uma constatação, já sinalizada na abordagem metodológica, sobre o planejamento inicial de que as entrevistas, tanto nos casos de violência policial como nos casos de linchamento, fossem realizadas preferencialmente com familiares. Tal situação ocorreu em cem por cento das entrevistas do primeiro caso. Entretanto, nos casos de linchamento, somente uma entrevista foi realizada com familiares da vítima. Nos outros cinco casos foram ouvidas outras pessoas: amigos, vizinhos e comerciantes que presenciaram ou tiveram conhecimento do caso.

A análise conjunta das entrevistas, de acordo com a primeira categoria, Fatores Mobilizadores, que tem como unidade de contexto representação, a partir das unidades de registro depreendidas dos dois grupos nos permitiu constatar uma aproximação entre as narrativas episódicas das histórias de vida nos casos de violência policial e nos casos de linchamento, a respeito das representações que a sociedade tem em relação aos corpos negros. Desta forma, as narrativas apresentadas em decorrências das violências sobre esses corpos reafirmaram a importância da abordagem tanto sob uma perspectiva de categoria política, porque os corpos negros simbolizam o “ser histórico”, como de categoria de análise. Conforme Júnior (2013 p. 28), “o Brasil é uma imensa consequência da herança tecnológica, cultural e humana africana”. Principalmente porque “seres humanos e conhecimento africano foram às chaves para a colonização portuguesa ter sido comercialmente bem-sucedida”.

É importante pontuar também que, ao longo dos tempos, a sociedade brasileira adotou instrumentos de opressão e manutenção do *status quo*, os quais têm como destaque o processo de objetificação e desumanização do corpo negro. Apesar de todo um processo de mudanças de ordem política e social, ou seja, mesmo com as transformações no contexto histórico

político no Brasil, esses corpos continuam ocupando certos espaços e papéis subalternizados, situação essa que vem se perpetuando no país.

Autores como Jones (1972) e Moore (2006), em suas obras, mesmo escritas em épocas diferentes e tratando de realidade diferentes, permitiram verificar a permanência do racismo, um dos aspectos marcantes desta tese. O segundo ponto esboçado, consoante nas análises de Moore (2006), Andrews (2007), Almeida (2018) e Jaccoud (2008) é o destaque para o contexto histórico da origem do racismo, que “está diretamente relacionado com a formação dos Estados a partir do século XIX” (ALMEIDA, 2018).

Embasados em Almeida (2018), constatamos como ponto central da tese a contextualização de que o racismo é parte da construção da sociedade, que esse fenômeno estrutura o Estado, a política, a economia, e que tem a raça como fator central de poder, de modo geral e particularmente no Brasil. Fica, assim, evidente a potencialização de estigmas em decorrência do racismo estrutural que marca a sociedade brasileira.

Deste modo, esse processo histórico continua dando forma, como sinalizado nas narrativas, a prevalências de tipos negativos de representações na sociedade brasileira em relação a esses corpos, os jovens negros. Representações estas que são reafirmadas cotidianamente. Podemos exemplificar tais representações, nos casos de violência policial, nas seguintes narrativas: **VP12:** Que na verdade não abordaram, chegaram atirando. Tanto quanto em caso de linchamento. **VL14:** tiro era pra pegar no vagabundo, pegou no rapaz que não tinha nada a ver.

Constatamos também a prevalência de representações negativas em relação aos corpos negros reafirmadas tanto nos depoimentos dos membros e/ou participantes das instituições públicas e instancias de poder como por parte de membro dos movimentos sociais negros. **MIPP2:** O braço do Estado que chega lá, muitas vezes, é a polícia, que chega de forma errada, que a gente já citou as vezes que chega com a violência, com a repressão e com a discriminação. Porque ainda trata o negro, por ser negro num bairro periférico já é criminalizado. Já é sentenciado até no olhar. **MMSN1:** cinco séculos de história no Brasil, nós passamos pelo período colonial, imperial e estamos na república. E em todos esses períodos o negro continua sendo visto como vilão.

Quanto à segunda unidade de contexto desta categoria, punição, em decorrência da não representação e embasados em Caldeira (2000), utilizamos o conceito de *corpo incircunscrito* para fundamentar essa especificidade da realidade brasileira na qual o corpo é concebido como um lócus de punição, justiça e exemplo. Neste sentido, o corpo é conhecido

como o lugar apropriado para que a autoridade se afirme através da inflição da dor. Utilizamos aqui este conceito para evidenciar que não só o Estado como também a população de um modo geral age desta forma, ao fazer justiça por conta própria.

Se a punição, conforme Caldeira (2000), é também marcante na realidade brasileira, não podemos perder de vista a sua potencialização em decorrência do racismo estrutural como determinante, segundo Jones (1972), Almeida (2018) e López (2012), para explicar as manifestações do racismo nas relações interpessoais e institucional. Este tem uma conexão direta com a violência estrutural que, seguindo Galtung (1981) e Cano (2007), é entendida como aquelas violências que “não são episódicas nem acidentais” (CANO, 2007, p. 43), mas estão na estrutura da sociedade, que têm perpassado a realidade brasileira, como foi possível verificar não só em decorrência das narrativas, mas também conforme dados estatísticos oficiais em relação aos corpos negros.

Reafirmamos, referenciados em Caldeira (2000), que tais procedimentos são particularmente impostos a determinados corpos, os dos dominados – criança, mulheres, negros, pobres ou supostos criminosos –, conforme foi salientado nas narrativas dos casos de violência. **VP14:** Porque foi o Estado que matou meu filho. Foi o Estado que sequestrou meu filho. Foi o Estado que torturou o meu filho. Foi o Estado que não me permitiu enterrar o meu filho! Como nos linchamentos. **VL12:** o pessoal confundiu ele e amarrou ele na trave. Chicoteou, bateram muito, veio até a óbito. **VL15:** e atropelou aquele morador de rua que ficam ali. Aí, segundo o pessoal, moradores de rua, apedrejou ele até a morte e aí foi um caso triste.

Constatamos, assim, a partir desses casos o processo de concretização da punição dos corpos – seja por parte dos que estão na condição de operadores do sistema de segurança, seja por parte da população em geral – daqueles supostamente “possíveis responsáveis por praticarem atos considerados ilegais por parte de quem pune”, privilegiando, com isso, um entendimento de justiça sempre dentro de uma perspectiva punitiva sobre os corpos, em especial os corpos negros (FLAUZINA e FREITAS, 2015). Freitas (2015) ressalta os diversos discursos e representações que alimentam o imaginário social brasileiro acerca das penas, punições e castigos.

Tal realidade foi salientada entre membros e/ou participantes das instituições públicas e instâncias de poder, como também dos movimentos sociais negros. **MIPP2:** os autos de resistência tão propalados como uma necessidade pelas forças de segurança pública, que nada mais é do que uma licença para o assassino de jovens tão somente em função da sua cor da

pele. **MMSN1:** espancar quem eles acham que querem no meio da rua, tatuar testa, prender em poste... Ou passa também por retirar pessoas de comunidades centrais, no processo de gentrificação, ou fazer falsas obras de requalificação em espaços e tirar dali qualquer resquício de pessoas negras.

Na segunda categoria, Fatores Facilitadores, e suas unidades de contexto permanências e injustiça, em relação, particularmente, à unidade de contexto permanência, neste estudo buscou-se salientar que questões históricas e estigmas têm se perpetuado, e que atingem especificamente determinados corpos. Essa incidência atinge os corpos negros em decorrência da sua história marcada pela ocorrência da escravidão e por situações ideológicas que, mesmo com as alterações do contexto político em consequência da abolição, têm permanecido e constantemente são retroalimentadas, reinventadas na sociedade brasileira.

Dentro deste contexto ainda é possível afirmar que, no país, o racismo interpessoal e, principalmente, o institucional continuam invisíveis, mesmo com todas as evidências e manifestações dos movimentos negros e pesquisadores. Inclusive, apesar do reconhecimento por parte do poder público, viabilizando, mesmo que tardiamente, um conjunto de políticas públicas de caráter afirmativo e reparador, com a perspectiva de cumprir um papel histórico, elas ainda não têm repercutido de forma generalizada. Tais políticas não conseguem alterar profundamente a dinâmica das relações raciais no âmbito das instituições e, principalmente, do Estado na sociedade brasileira, tendo em vista a dimensão estrutural e estruturante do racismo.

Constatada tal realidade, esses corpos, na contemporaneidade, continuam vivenciando cotidianamente situações de violência racista. Tais aspectos foram reafirmados nas narrativas dos familiares: **VP14:** “Eu ainda não tinha consciência. Consciência de que eu sou uma mulher negra. Eu ainda não tinha consciência de que meu filho era um homem negro. Eu não tinha consciência de classe nessa época ainda, que eu achei que ele voltaria para casa porque ele não devia nada. Eu ainda não sabia que o racismo nesse país, ele tem endereço certo, ele tem cor, ele tem classe, e ele tem território”. Como também na repetição de ocorrências de casos de linchamentos: **VL12:** E aí sim, e aí o segundo caso que foi esse caso ele veio a, o ocorrido infelizmente acabou que o, a pessoa acabou vindo a, a morrer, né, vindo a óbito.

Chamamos a atenção, ainda, para o seguinte dado, registrado no banco de dados da pesquisa: 26, do total de 160 casos de linchamento identificados através das mídias sociais no período abarcado pela pesquisa, ocorreram mais de uma vez no mesmo bairro. Em Periperi foram registrados quatro casos; Valéria, Uruguai Alto de Couto, Engenho Velho da Federação



registramos dois casos, o que mostra uma recorrência na prática dessa forma de manifestação de violência nesses lugares.

Além disso, se, por um lado, identificamos a ocorrência de mais de um linchamento em alguns bairros da periferia da Salvador, por outro, registramos também o assassinato de dois e até três membros de uma mesma família na cidade, vítimas da violência policial.

Podemos observar, também nas falas dos membros e/ou representantes de instituição das instâncias de poderes, a continuidade da violência racista sobre os corpos negros na atualidade, em decorrência da permanência de fatores históricos. **MIPP3:** A violência sofrida pela juventude negra hoje, na Bahia e no Brasil, está diretamente direcionada ainda aos vestígios da discriminação e do racismo. Não é? **MIPP3:** Lógico que, por mais que a gente tenha conseguido políticas afirmativas com o governo Lula, como governo Dilma, o governo Wagner, no governo Rui Costa, especialmente na Bahia, eu falei do Brasil, mas também na Bahia, mas nós ainda temos na contramão o índice de violência crescendo cada vez mais.

A questão explicitada acima a partir da fala do entrevistado aparece exatamente como problemática motivadora para a realização do estudo. Como já citado na introdução, durante a realização do mestrado da autora constatou-se em sua pesquisa, como em muitas outras já publicadas, a importância do reconhecimento das questões étnico-raciais no Brasil e de sua população e governos reconhecerem este como um país racista. Esse não reconhecimento do racismo na sociedade brasileira, em especial em Salvador, caminha lado a lado com a manutenção e o aumento sem precedentes da violência racial contra jovens negros. Isso pode ser observado, ainda, nos trechos das entrevistas de membros dos movimentos sociais negros. **MMSN1:** Nós temos um Estado, né, opressor, um Estado excludente, um Estado racista e temos uma elite com uma mentalidade escravocrata, literalmente, e nossos jovens têm sido alvo, né, preferencial da barbárie perpetrada pelo Estado e pela elite brasileira. **MMSN1:** A questão do linchamento é algo bastante preocupante. O negro é linchado na república da mesma forma que ele era linchado no império e na colônia. Porque a forma da, da sociedade, dos brancos verem o negro não mudou. Negro continua sendo, é, algo. Continua sendo uma coisa.

Tais constatações são importantes sobre a realidade brasileira, que tem como marca a prevalência de um racismo que é, entre outras características, disfarçado, de difícil reconhecimento. Esta é uma permanência que em muitos sentidos se reinventa e se renova constantemente na contemporaneidade, trazendo, desta forma, muitas e por vezes imperceptíveis consequências para parcelas da população. Muitos acreditam que o racismo

não existe mais, principalmente pelo fato de que o país reproduziu por décadas a ideia de democracia racial. Além disso, coexistimos com o que pode ser identificado de conduta ou prática de racismo por parte de negros em relação a outros negros, práticas estas que, referenciando-se nas ideias de Fanon (2008), podem ser identificadas como um processo de autor rejeição.

Com relação às mortes de jovens negros resultantes de violências racistas, os dados estatísticos são gritantes, mas mesmo assim continuam imperceptíveis para parte significativa da sociedade – ou a elas pouco importam, em decorrências de quem são esses mortos. Como já citado, em consequência de um episódio de racismo no Brasil ocorrido durante uma partida de futebol, em 29 de agosto de 2014, em Porto Alegre, a ONU afirmou, através de relatório publicado em 12 de setembro de 2014, que:

O racismo no Brasil é "estrutural e institucionalizado" e "permeia todas as áreas da vida". A conclusão é da Organização das Nações Unidas (ONU), que publicou nesta sexta-feira, 12, seu informe sobre a situação da discriminação racial no País. No documento, os peritos concluem que o "mito da democracia racial" ainda existe na sociedade brasileira e que parte substancial dela ainda "nega a existência do racismo".<sup>57</sup>

Consequentemente, se, por um lado, a sociedade brasileira tem como marca o racismo estrutural, tem, por outro, também como característica marcante a injustiça, perpetuada em relação aos corpos negros, conforme apontam as unidades de registro referenciadas nas narrativas dos participantes. **VP12:** foi polícia, né. Uma feminina, ele faz juramento pra matar até a mãe. Então matou um menino que ainda pediu “pelo amor de Deus, me leve pra minha avó”. **VP13:** Meu filho que era pra tá protegido, meu filho foi sequestrado e assassinado em 2013. O meu filho caçula, no ano de 2016, ... no bairro de Cajazeiras meu filho foi baleado. **VL12:** Foi um negócio insuportável, que não era pra acontecer, mas, infelizmente hoje o pessoal confunde as coisas.

Podemos afirmar que são muitas as formas de injustiça que os corpos negros vivenciam cotidianamente no país. Inicialmente consideramos importante dar um destaque ao processo de criminalização. Como já sinalizado, Adorno (1996) chama a atenção para um conjunto de estudos onde os resultados mostraram que não existe diferença entre o potencial para a prática do crime violento na comparação entre negros e brancos. Ainda segundo o

---

<sup>57</sup><http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,racismo-e-estrutural-e-institucionalizado-no-brasil-diz-a-onu,1559036>.

autor, paradoxalmente, porque os réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial são constantemente alvo de tortura, eles atravessam maiores obstáculos no acesso à justiça criminal e maiores dificuldades de usufruir o direito de ampla defesa, conforme as normas constitucionais.

São muitas e diferentes as formas de injustiça, e, a partir das falas dos membros dos movimentos sociais negros, foi identificado que no Brasil, e em especial em Salvador, a educação ainda é uma questão, mesmo com a implantação das políticas afirmativas, e existem poucas alternativas de lazer para os jovens, particularmente jovens negros, e as que são protagonizadas por eles são alvo de perseguição. **MIPP4:** “diversas reclamações em relação ao hip hop, os saraus, que eles disseram que têm feito nos bairros, e quando a polícia chega não respeita, já vai logo, já vai em cima. E a maioria, todos eles são jovens negros. E diz que a polícia já chega apontando, já dirigindo, também, para esses jovens”. Segundo, há formas de injustiça consideradas ainda mais danosas, porque tem como desfecho a mortes destes jovens, conforme depoimento tanto em relação aos linchamentos como violência policial. **MIPP3:** A gente acompanhou alguns casos disso. Até porque, nós não defendemos o linchamento. A justiça pelas mãos é talvez a pior das ações da insanidade humana. **MMSN1:** Oh, o Movimento Social Negro, desde a sua criação, na década de setenta, a denúncia ao extermínio da juventude negra, a denúncia da violência que se abate contra a juventude negra, tem sido uma das suas principais bandeiras.

Se, em 2014, a ONU pronunciou contundentemente ser o racismo uma questão estrutural no Brasil, em relatório anterior, resultante da visita realizada entre 04 e 14 de dezembro de 2013, os peritos da ONU já haviam pontuado que:

os negros no País são os que mais são assassinados, são os que têm menor escolaridade, menores salários, maior taxa de desemprego, menor acesso à saúde, são os que morrem mais cedo e têm a menor participação no Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, são os que mais lotam as prisões e os que menos ocupam postos nos governos.<sup>58</sup>

Na citação constante do relatório da ONU de 2013 os peritos pontuaram um conjunto de vulnerabilidades a que está submetida a maioria da população negra, em especial na capital baiana. Tendo a morte violenta como principal ocorrência, mas não a única, o jovem negro e a população negra em geral vivenciam outras situações de vulnerabilidade. Destaca-se a

---

<sup>58</sup><http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,racismo-e-estrutural-e-institucionalizado-no-brasil-diz-a-onu,1559036>.

dificuldade de acesso à educação, à qualificação profissional e ao emprego e os baixos salários. Além disso, compõem os mais baixos estratos da pirâmide social, e são maioria nas prisões, sendo, ainda, as principais vítimas das chacinas que têm matado centenas de homens nos presídios.

Com relação à terceira categoria, Especificidade, que traz como destaque a unidade de contexto inverdade, estas contribuíram para ressaltar pontos marcantes que têm predominado nos casos de violência racial praticados por policiais militares e nos linchamentos, que estão relacionados com as inverdades, no sentido de alteração da verdade e/ou transformação de uma situação que não existiu em verdade. Nesse aspecto, tem destaque as narrativas dos familiares. **VP17:** Aí o que me disseram que teve troca de tiro, meu filho, disse que meu filho revidou, trocou tiro e aconteceu o fato. Imediatamente eu disse a ele: “Aí matou meu filho?”. **VP17:** Colocaram três tipos de droga ao aborda...na, no carro onde meu filho estava. Colocaram cocaína, colocaram crack e colocaram maconha. **VL12:** uso de, de drogas mesmo. E ele estava escondido. Só que aí, o que acontece, essa, essa mulher, ela relatou que ele estava tentando invadir a casa dela pra estuprar ela.

É importante destacar a ideia de inverdade em pelo menos dois sentidos. O primeiro diz respeito às formas de atuação dos meios de comunicação nos casos de assassinatos de jovens, seja resultante das intervenções policiais, seja dos linchamentos. A forma como tem se dado a atuação das mídias sociais e da imprensa, de um modo geral, tem sido determinante. Nos casos de linchamento, a alteração, omissão e/ou falsas verdades podem e têm contribuído para a ocorrência de desfechos trágicos.

Sobre o tema, Capriglione (2015) reafirma que:

em relação aos assassinatos de jovens negros resultantes da intervenção policial a forma de agir dos meios de comunicação tem sido de manipulação da narrativa, com destaque para os chamados programas sensacionalistas

Referenciados em Varjão (2008), lembramos que, com relação à questão da violência, o “tipo de informação produz e emite determinados discursos, que são diferentes quando as vítimas das violências são menos favorecidas em termos socioeconômicos”, porém, “outro tipo de discursos é produzido quando se trata de vítimas mais favorecidas”. Dos seis casos resultantes da violência policial identificados como parte da pesquisa, em todos eles os familiares questionaram de forma efetiva as notícias sobre os acontecimentos, com o objetivo

de elucidar que o que foi divulgado pelas mídias sociais, a partir da informação dita como oficial pela polícia, não condizia com o que realmente aconteceu.

Quanto às situações vivenciadas por jovens dos casos aqui estudados, as notícias oficiais publicadas foram as seguintes: **VP12**: “Jovem foi morto a tiros na noite de quinta-feira, em Saramandaia. Polícia diz que apurava ocupação por traficantes e que revidou tiros”. **VP16**: “A PM diz que o jovem e o menor portavam uma pistola calibre 40, apreendida e já apresentada no Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa DHPP. Jovem morreu após trocar tiros com homens da Rondas Especiais Rondesp”. **VP17** “Dois integrantes de facção criminosa morrem em confronto com a Rondesp”.

Varjão (2008) sinaliza três aspectos fundamentais na compreensão desta questão: quando a vítima de violência é uma pessoa mais favorecida vira notícia principal; um destaque especial é dado também quando a vítima é policial, mas, ao mesmo tempo, pouca atenção quando se trata de crime cometido pela polícia e diferença de tratamento em relação às vítimas. A autora sinaliza ainda que as “principais fontes” das notícias sobre violências são os policiais, sendo os repórteres os difusores, mas sempre baseado na informação “dita oficial” da polícia, esta entendida como verdadeira.

A partir da fala dos familiares e embasados também na reação e mobilização das comunidades com o propósito de evidenciar a versão do que realmente ocorreu em relação às três situações, apresentamos as informações conforme foram narradas pelos familiares. **VP12**: ele estava dentro de casa fazendo o dever. Aí emprestou um boné no colégio pro colega dele. Ele largou o dever de casa e foi buscar esse boné no campo. **VP16**: mas a gente que vive o dia a dia a gente sabe como é a situação aqui. Então, eles entraram [a polícia] atirando. Correu. Em vez dele correr pra dentro, ele correu pra fora. **VP17**: Então, meu filho morreu como traficante, né. Saiu no jornal que meu filho era traficante, era de facção, que era do CP, que era chefe de tráfico, e meu filho vendia droga. Meu filho não era usuário de droga, meu filho nunca foi. Meu filho não estava roubando, porque, no entanto, fez perícia no carro, não tinha sequer um roubo dentro do carro.

Os depoimentos dos entrevistados membros e/ou representantes de instituições e instâncias dos poderes públicos contribuem para demonstrar que o viés das distorções tem consequências. Em decorrência das muitas permanências, práticas que se tornaram comuns em programas sensacionalistas têm contribuindo para que falsas histórias ou falsas versões das histórias transformem-se em verdade. **MIPP3**: E pior é que a população começa a aceitar isso como uma medida correta. É o que nos assusta, né. **MIPP3**: Quando o cumprimento que

faz em público é sinal de uma arma, do disparo de uma arma, é mais sério ainda. Isso nos coloca num grau de preocupação muito grande, não é, que é.

Tais posicionamentos ficaram também evidenciados nas falas dos representantes dos movimentos sociais negros. **MIPP4:** é que a gente vive uma guerra e que a guerra é a um povo específico, que é um povo negro que vive nessas comunidades, periferias, favelas. Essa guerra ao povo negro, ela, durante muitos anos, foi disfarçada por diversos motivos, né? Sendo destacado ainda na fala do grupo a “alteração proposital” do que ocorreu. **MMSN2:** Que o próprio Estado faz isso, cotidianamente. Então, a população se espelha nessa prática. A população percebe que quando ocorrem casos de violência policial voltadas pra população negra, em particular para a juventude negra, há uma impunidade, não há uma preocupação em investigar e responsabilizar os autores.

Outro conceito que também devemos colocar em destaque como uma forma de compreender esse contexto é o de racismo institucional. Apesar de na realidade brasileira, especialmente em Salvador, este não dar conta da dinâmica do racismo, trata-se de mais uma faceta da concretização do racismo estrutural. Cotidianamente, através da prática diferenciada e discriminatória no âmbito institucional, o racismo institucional toma forma, reforçado por distorções da verdadeira história, em particular da população negra.

Tal como citado nas falas dos membros dos movimentos sociais negros, o racismo institucional contribui com a impunidade ao dificultar as investigações, inclusive com a não utilização de práticas comuns em casos de situações de violência grave como, por exemplo, o processo de reconstituição do crime. Significa, então, o não acesso à justiça e ao direito de usar todos os meios legais que são utilizados pelos grupos privilegiados da população, em especial contra a prática dos autos de resistências, usados como justificativa e “permissão para matar”.

O destaque na quarta categoria, Reação, são as unidades de contexto silenciamento e protesto, sendo que, no caso particular da unidade de contexto silenciamento, foram citadas as seguintes unidades de registro. **VP12:** Então, é, é um caso assim que, que só tem punição pra quem é rico, pra pobre não existe. **VL12:** Mas ficou o trauma, né, de ser espancado no lugar que mora, com as pessoas que conhece, enfim. Mas, assim, pelo poder público, nenhuma providência, apesar de ter sido veiculado nas mídias, né, televisivas e tudo o mais. Nenhuma providência, nenhuma, nenhuma organização, é... particular, nem, pública. **VL15:** No DHPP, mas eu não fui chamado sobre averiguação de nada, não. Sobre quem fez isso, quem não fez, não falaram nada. **VL16:** pessoal sempre tem receio de falar por causa da, da represália. Não é? E a pessoa que mora no bairro não, não quer comentar porque se saísse qualquer conversa

qualquer coisa a pessoa tem medo.

Com relação à unidade de contexto silenciamento, um dado que chamou a atenção é que já é do conhecimento dos familiares e pessoas relacionadas às vítimas o silenciamento, a omissão por parte das autoridades brasileira. Em Salvador, destacamos a fala do governador do estado da Bahia, na época, em relação à chacina do Cabula, em 2015. Indo além da prática de silenciamento comum por parte das autoridades, o mesmo se posicionou metaforicamente de forma grotesca, desrespeitosa e preconceituosa ao afirmar “que a polícia fez um gol”. É importante observar ainda que, como já citado, os altos índices de violência dos jovens negros no Brasil têm mobilizado mais atenção e campanhas de organismos internacionais do que brasileiros.

Organismos internacionais, a exemplo da ONU e Anistia Internacional, têm se posicionado firmemente contra a violência em relação aos jovens negros brasileiros. Em 07/05/2015 a ONU publicou em seu portal que os jovens negros são as principais vítimas da violência no Brasil. A Anistia Internacional no Brasil, ao trata do fato em seu portal, afirmou que se trata do *extermínio da juventude negra* para expressar a gravidade da situação. Inclusive, os referidos órgãos têm sido constantemente acionados pelos familiares e pelos movimentos sociais negros com denúncias contra as violências e mortes desses jovens.

Em 15/03/2016 a ONU Brasil voltou a publicar em seu portal outra notícia com o seguinte título: “Brasil: Violência, pobreza e criminalização ‘ainda têm cor’.

Segundo a matéria:

a especialista independente da ONU sobre minorias, Rita Izsák, alertou: cerca de 23 mil jovens negros morrem por ano, muitos dos quais são vítimas de violência pelo Estado. Cenário evidencia ‘dimensão racial da violência’, que movimentos sociais descrevem como ‘genocídio da juventude negra’<sup>59</sup>

Quanto à Anistia Internacional, esta propôs e tem realizado companhia diante dos altos números de mortes de jovens negro no Brasil: “Jovem Negro Vivo” – “Queremos ver os jovens vivos!”.

O Brasil é o país onde mais se mata no mundo, superando muitos países em situação de guerra. Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse

---

<sup>59</sup><https://nacoesunidas.org/brasil-violencia-pobreza-e-criminalizacao-ainda-tem-cor-diz-relatora-da-onu-sobre-minorias/>.

total, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticado por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados.<sup>60</sup>

Um fato proeminente e de extreme importância nessa situação é a indiferença. “Mais absurdo que estes números, só a indiferença”. Em relação aos linchamentos, no quais também ocorre omissão por parte da sociedade brasileira de modo geral, diferente dos casos de violência policial nestes ficou ressaltada a predominância não só do silenciamento, mas também do desconhecimento. Esse aspecto ficou registrado no depoimento dos membros de órgãos públicos. **MIPP2:** Quanto aos linchamentos, que é algo que não está, não foi debatido, e não é algo que apenas devemos compreender como simbólico, ela é real. Porque há um linchamento psíquico, nós sofremos isso, né, com o racismo que se estabelece. O linchamento físico, não é, que é tão grave quanto os assassinatos, mas que não mereceu uma abordagem.

Assim como nas falas dos membros dos movimentos negros pudemos perceber certa omissão, silenciamento e desconhecimento em relação aos linchamentos. Contudo, esta unidade de contexto, a partir das unidades de registro, tem ainda o propósito de desmascarar situações e atitudes de cumplicidade, concordância em relação a atos de violência embasadas em estereótipos e preconceito.

Vê-se, a partir da fala dos entrevistados, a questão da convivência, praticada também na seara dos diversos poderes públicos. **VL17:** apareceu outra viatura (não entrevi) que, no caso, essa outra viatura que acabou intervindo (a segunda viatura). Aí foi quando o policial deu um tiro pra cima que as pessoas foram saindo correndo. **MIPP2:** E enfrentou resistência da bancada conservadora na Câmara dos Deputados, sobretudo a chamada bancada da bala, formada por agentes de segurança pública, porque sabem que o fim dos autos de resistência sinaliza uma outra alternativa para a abordagem, é, não só apenas dos jovens negros mas para qualquer cidadão, e não terão desculpa nem a licença para matar livremente como eles estão a fazê-lo no Brasil. **MMSN1:** lutar contra o extermínio da juventude negra não é algo exclusivo do movimento negro brasileiro, mas de todos aqueles e aquelas que efetivamente combatem, são contra essa situação. **MMSN4:** Essa questão do linchamento que você me falou, é uma questão que eu nunca parei pra refletir sobre isso. Eu não sei se várias pessoas te disseram isso. **MMSN4:** Então, eu consigo, apesar de nunca ter refletido especificamente sobre isso, eu associaria a essa sanha, a esse desejo nacional de uma classe média elitista, que acha que se aproxima muito mais dos ricos do que dos pobres, de fazer uma limpeza social no país, né?

---

<sup>60</sup> <https://anistia.org.br/entre-em-acao/peticao/chegadehomicidios/>.



Uma limpeza racial. É uma questão que é muito, muito específica mesmo.

Quanto à terceira unidade de contexto desta categoria, identificada como protesto, esta simboliza e contribui para demonstrar um processo de reação diante da violência sofrida por parte não só dos familiares, mas, em alguns casos, também das comunidades das quais os jovens faziam parte. Se um dos objetivos condutores deste estudo é a ideia de permanência, principalmente em relação às questões raciais, é importante reafirmar que tais permanências são resultantes também de mudanças. Embasados no entendimento de Holston (2011), cremos que tais permanências são decorrentes das insurgências, ou seja, resultantes de uma tensão constante de ofensivas e contraofensivas.

Neste sentido, reafirmamos que historicamente foram e continuam sendo muitas as formas de lutas realizadas pelo povo negro desde o período da escravidão, bem como na contemporaneidade. Conforme ficou constatado a partir das narrativas, os familiares dos jovens mortos se utilizaram de diferentes formas para demonstrar a injustiça cometida, sua revolta e dor diante da perda dos seus filhos e entes queridos. **VP14:** Em todos os lugares do mundo, onde eu posso, eu denuncio. É enquanto eu viver, em algum lugar eu vou falar do nome dele. Em qualquer lugar onde eu estiver... (pausa e choro). **VP14:** A morte do meu filho foi uma morte de tortura. Eu sei, eu sei disso. (pausa) E... aí eu denunciei pras instituições, Anistia, a Justiça Global, a Justiça Global, os jornalistas de fora entraram em contato comigo. **VP16:** Quase que naquele, naquela época a viatura ia ser linchada ali, porque foi um menino que não. **VP16:** Eu cheguei a ver alguns policiais pessoalmente lá no... Eu olhei pra cara de um e disse assim:” Só Deus que pode... só Deus que pode recompensar você”. Aí ele olhou, eu disse: ‘É, o que você fez comigo só Deus pra puder lhe recompensar, lhe fazer conforme a vontade dele”. Porque, fardado. **VL15:** Era um menino querido por todos, tanto que, no dia do enterro dele, parece que parou tudo! Que, na Baixa de Quintas...Nesse dia foi pela manhã, só teve o enterro dele, o cemitério ficou tomado de gente e foi meio de semana. Porque ele era muito querido, todo mundo gostava dele, mas....

Se no parágrafo acima buscamos mostrar, de acordo com a unidade de contexto protesto, a reação dos familiares, ação política semelhante tem sido comum também por parte dos movimentos sociais negros organizados, organizações não-governamentais, grupos de jovens das periferias, como ficou constatado através das solicitações para realização de debates, audiências públicas e CPIs, conforme depoimentos. **MIPP4:** Então, se o Estado não oferece, também, a cultura, as condições, tanto através da escola como através também da secretaria de cultura, espaço, não tem praça, não tem lazer, então os jovens também se

reinventam. Então eles falaram muito dos grupos de hip hop e dos grupos de sarau. E pediram também nossa ajuda diante das escolas, também, ficar no final de semana aberta.

**MIPP2:** Os rolezinhos, os chamados rolezinhos, que são os jovens de um grupo social que se confraternizam e que querem viver a vida e saem. **MIPP4:** Nós trabalhamos muito nessa audiência a questão do extermínio do ponto de vista da segurança, do Estado! Porque a segurança é dever do Estado! Então, se o policial está na rua, o agente de segurança está lá e isso vem acontecendo, nossos jovens estão sendo mortos, exterminados, isso também é o papel da ausência do Estado, que não está acompanhando. **MIPP3:** Nós, inclusive, fizemos uma audiência pública aqui em um dos temas que nós trabalhamos com as pessoas em situação de rua, nós focamos exatamente nessa questão, que são as pessoas, a maioria das vítimas são as pessoas em situação de rua, vítima, inclusive, da dessa questão do linchamento.

Ainda em relação à unidade de contexto protesto, a partir dos depoimentos dos membros e/ou participantes dos movimentos sociais negros foi sinalizada a necessidade da continuidade da luta. **MMSN2:** Isso é um avanço. Porém, é, na realidade, né, na prática, a gente ainda não consegue matematicamente, é, expressar uma vitória, né. **MMSN1:** você não vê ações em bairros nobres, em bairros da elite, em bairro de brancos, né, você não vê as abordagens que você vê nas periferias, certo, nas favelas, em bairros, é, periférico. **MMSN1:** o movimento precisa continuar fazendo suas ações, seus documentos, seus manifestos, suas passeatas, suas manifestações, bloqueando, é, estradas, ruas avenidas quando for necessário. **MMSN3:** É uma das ferramentas que nós temos para combater, é, as chacinas dentro da, do nosso meio. É justamente se unindo. É tendo aquela visão ubuntu, um por todos nós.

Ao darmos destaque às formas de reação contra a violência racial e outras formas de violências, constatamos que familiares e vizinhos o fazem com limitações e na maioria das vezes sem contar com o apoio necessário da população de modo geral, e principalmente dos poderes públicos – muito pelo contrário, é comum uma reação do poder público ainda mais violenta. Todavia, tal situação não impediu o acontecimento de inúmeras ações: manifestações durante realização de enterro de vítimas; manifestações no bairro ou local onde ocorreu o fato, que podem ser chamadas de “toques de recolher”, culminando, muitas vezes, no fechamento do comércio e incêndios a ônibus.

Outras formas de protestos foram identificadas neste estudo. Destacamos aqui a organizações de movimentos dos familiares de vítimas da violência do Estado, em especial das mães, além dos grupos de jovens poetas, artistas e pichadores das mais diversas

comunidades de Salvador. Vale ressaltar que tanto os grupos e jovens das poesias, como os jovens pichadores, passaram a ter como foco principal as questões relacionadas aos jovens negros, chamando a atenção para o racismo, a violência racial e o genocídio através das artes.

Sigamos à quinta categoria, Mobilização, viabilizada a partir de duas unidades de contextos, reconhecimento e justiça. Reconhecimento com o propósito de recolocar em discussão questões verificadas não apenas nas falas dos entrevistados, mas presentes numa dimensão mais ampla. Holston (2011) ressaltava que o Brasil é tomado como um caso paradigmático de um tipo de cidadania. Vieira (2005) sinaliza o interesse, no início do século XXI, do debate sobre a cidadania, que passou a estar em evidência. Contudo, esse foi um debate sobre uma cidadania que contempla as diferenças como parte do ideal de igualdade entre todos. Já Fraser (2001) afirma que no pós socialismo as questões do reconhecimento e da redistribuição entraram em debate, e que a igualdade tem que levar em conta a questão da identidade.

Fraser (2001, p. 52) aponta ainda que:

demandas por reconhecimento das diferenças” mobilizam grupos em torno de questões de etnicidade, raça, gênero e sexualidade. [...] situados como conflitos pós- socialista, onde identidades grupais substituem interesses de classe como principal incentivo para mobilização política.

Para construção do seu argumento, Fraser dialoga com um conjunto de teóricos não só relacionados aos estudos sobre o feminismo, mas também de outras correntes da filosofia, a exemplo da Escola de Frankfurt, pensadores que estudam sobre a questão do reconhecimento. A autora atenta para uma perspectiva feminista, mas também aponta para outras minorias, focalizando a complexidade das questões na contemporaneidade no que diz respeito às lutas a serem travadas. A complexidade vem à tona e no nosso entendimento é de fundamental importância, levando em consideração três dimensões apontadas pela autora: redistribuição, reconhecimento e representação.

Neste estudo, no qual trabalhamos com categorias de análise e unidades de contexto, dentre estas reconhecimento, pensada, em certa medida, a partir de uma aproximação ao entendimento de Fraser (2001), ou seja, pensando o reconhecimento para o jovem negro enquanto membro da população marcada por uma história de subalternidade. Então, conforme a referida autora, é “como obter o reconhecimento apropriado no interior daquela ordem” (ibid., p. 210).

Outras três unidades de contexto utilizadas neste estudo, representação, injustiça e justiça, foram elaboradas levando em conta outras questões que não necessariamente as aproximavam do entendimento de Fraser. Representações, dentro de perspectiva negativa dos jovens negros a partir das visões por parte dos policiais e por parte de populares; injustiça, que tem uma relação direta e em parte é resultante das representações construídas a partir de certas permanências históricas, e justiça, que é resultante de prevalência de estereótipos e de omissão ou ações mais severas nas formas de agir em relação aos corpos negros.

Mas, sem sombra de dúvidas, as três dimensões apresentadas por Fraser em muito se aproximam da complexidade e do contexto contemporâneo, marcado, entre outras questões, por esses aspectos. Sobre a redistribuição, consideramos importante fazer um parêntese para pontuar que, na realidade brasileira, a luta ainda é pela distribuição, uma vez que o capitalismo, nesta fase global neoliberal, tenha aprofundado o processo de exploração e desigualdade. O reconhecimento aqui é tomado enquanto luta, de acordo com o proposto por Fraser. Já representação está sendo pensada dentro de outro significado, mas que não entra em contradição com as propostas da autora, pelo contrário, contribui para a compreensão do ponto de vista por ela adotado.

Em entrevista publicada em livro no Brasil junto com autores brasileiros, em relação às três dimensões sinaliza que:

essas são as dimensões corretas – redistribuição, reconhecimento e representação – para analisar todo o panorama de demandas políticas, dimensões de justiça e injustiça, e assim por diante. Acredito, especialmente depois de acrescentar a terceira dimensão ao modelo – a dimensão da representação –, que esse modelo é uma poderosa estrutura. Mesmo que eu possa estar errada sobre o que é mais relevante em um dado momento na história ou em um dado lugar, acredito que este modelo permite ao menos colocar essas questões. (FRASER, 2009, p. 212)

Conforme a unidade de contexto reconhecimento, foram destacadas as seguintes narrativas, as quais mostram aspectos importantes sinalizados por parte dos familiares, relacionados a filhos e entes queridos, de acordo com uma perspectiva que os reconheça como sujeitos de direitos, tanto nos casos de violência policial como nos linchamentos. **VP12:** Então, é uma coisa assim revoltante, que era um menino de família, de boa índole, fazia curso, estudava, sonhava pra poder dar uma vida melhor a mãe, que já não tinha pai... **VP16:** Os médicos foram no enterro, os comerciantes foram no enterro. Foi mesmo uma coisa assim, porque todo mundo conhecia o procedimento de passar, de ver, não era dizer que era um

menino que era... **VP17:** meu filho era um jovem de 22 anos, um jovem que trabalhava, carteira assinada, um jovem que estudava, um jovem que tinha uma família, né, equilibrada maltratado pelas forças policiais, sem sandália, sem camisa. **VL13:** era um profissional... Diz que era um pai de família excelente. **VL15:** Ele era um filho muito bom. Ele trabalhava em um lava jato, tinha até um lava jato aqui do lado.

Quanto aos membros de instituições públicas e instâncias do poder público, a unidade de contexto reconhecimento foi viabilizada através dos seguintes depoimentos: **MIPP2:** Eu penso que este é um quesito, que embora eu não esteja no parlamento no próximo ano, mas a comissão, os que dela participaram permanecerão, é algo que a gente deve se deter, porque os linchamentos é tão cruéis e tanto mais cruéis do que qualquer outra morte. **MIPP2:** Então, dentre tantas outras medidas que eu reputo, assim, extremamente importantes no âmbito normativo, na formação dos policiais, em políticas sociais que nós, é, apresentamos essas sugestões, não é. **MIPP2:** E a federalização de crimes como o que ocorreram aqui na Bahia, para não ficar ao sabor dos donos da polícia militar, que são os coronéis, para não investigar, ou as corregedorias não investigarem suficientemente. Então, esse é um debate que eu considero fundamental, e o Estado também tem que fazer com que, como é que nós vamos mudar essa realidade que tá aí. **MIPP4:** Nós não temos mais condições de perder os nossos jovens negros. E foi bom também porque tinha mães, e as mães também falaram da ansiedade e do nível, também, que elas dizem que não estavam sabendo lidar, de depressão também, pelos filhos novos em casa já com problemas de depressão. Isso é a pressão, também, que recebe da escola. Então, esse linchamento que nós estamos vivendo dos nossos jovens negros, isso é preocupante. Porque esses jovens hoje, negros, é os nosso, que vai dar continuidade a esta luta, a toda essa nossa história. E se a gente não cuida?

O destaque em relação à unidade de contexto reconhecimento na fala dos entrevistados e participantes dos movimentos sociais foi: **MMSN1:** E muitos avanços têm sido percebidos a partir da luta do movimento negro brasileiro, a partir de suas várias organizações, seja de âmbito local, regional ou nacional. **MMSN2:** Então, a nossa vitória é nossa persistência, mas a gente ainda não conseguiu concretamente mudar a nossa realidade. **MMSN4:** o [grupo] tem a função, se propõem a disputar espaço político no campo de esquerda enquanto entidade negra e de representação dessa população, de proposição de políticas de combate ao racismo, de superação do racismo e de lutas. **MMSN4:** as questões de morte da juventude negra. Que talvez hoje, pra mim com certeza hoje, é a pauta central de qualquer movimento social negro brasileiro, né.

Em se tratando da temática do reconhecimento, não podemos deixar de pontuar a ação do MNU, que completou 40 anos de atuação em 2018, como foi salientado na fala do entrevistado. Fundado em 1978, destaca-se com força no cenário dos movimentos sociais e político brasileiro, incluindo-se aí a luta pela afirmação cultural. Mas não podemos perder de vista que no movimento, em paralelo às lutas pela afirmação cultural e identitária estão, principalmente, as lutas contra a violência racial, contra a morte de jovens negros. Estes foram fatores motivadores para sua criação, dentro de uma perspectiva do direito de ser do povo negro, ou seja, do direito à dignidade em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural.

Para tratar da segunda unidade de contexto da categoria Mobilização, justiça, retomamos Fraser (2001), quando propõe que as análises sobre as demandas políticas e dimensões de justiça e injustiça sejam feitas a partir das dimensões redistribuição, reconhecimento e representação. Para ela, as teorias da justiça devem se tornar tridimensionais, incorporando a dimensão política da representação ao lado da dimensão econômica da distribuição e da dimensão cultural do reconhecimento (Fraser, 2009). É como se, utilizando o termo enquadramento, a autora afirmasse que a forma como foi pensada a justiça até a metade do século XX não dê mais conta das questões da justiça no mundo global.

Algumas narrativas dos grupos alvo da pesquisa apontam na direção de que, na verdade, para eles a justiça não se faz presente. **VP14:** É, se fosse no Sul, isso seria noticiado a semana toda, mas no Nordeste não saiu em nenhuma, nenhum jornal nacional. Né? Nem de, nem na Banda nacional, em nenhuma rede nacional. Porque já tem uma música que diz assim “pro Nordeste, o Brasil vira as costas”, e a gente percebe isso., que já tem o costume de entrar, de levar as coisas. **VL15:** eu não fui chamado sobre averiguação de nada, não. Sobre quem fez isso, quem não fez, não falaram nada.

Também de acordo com os depoimentos dos membros de instituições e instâncias dos poderes públicos, a justiça passa a ser uma luta constante para determinados grupos da população. **MIPP2:** um conjunto de projetos de leis que tramitam na casa, como supressão dos autos de resistência, é, como a, é, em relação a formação das forças de segurança pública, uma compreensão do papel que elas cumprem e a observância a esta condição de que o racismo institucionalizado deva ser suprimido, né, para não identificar o jovem negro, a mulher negra como o inimigo a ser combatido internamente, uma alteração, é, no processo formativo das polícias. **MIPP2:** importante, específico para aqueles policiais que devem atuar nessas áreas, numa compreensão de que ali são seres humanos e que a dignidade humana ali também está estabelecida, deve ser estabelecida permanentemente, e não a violação desses

direitos. **MIPP2:** Então que os crimes sejam federalizados quando se tratar de assassinato de jovens, como o que nós tivemos aqui em Salvador, negros e pobres.

Algo que também está presente na fala dos membros e participantes dos movimentos sociais negros, como destaque para algumas propostas. **MMSN4:** esforço coletivo de superação do racismo, de paradigmas racistas. Quando a gente faz uma feira de empreendimentos negros, solidários, pra fazer roda essa economia solidária negra, é, e fazer esses produtores de produtos, é, majoritariamente em situação de vulnerabilidade social ter visibilidade. **MMSN2:** Nós sempre estamos participando desses processos, desses procedimentos, levando a, a essa bandeira, né, de que o racismo ele existe, de que o mito da democracia racial ele precisa ser cada vez mais desgastado, de que existe um projeto de genocídio da população negra no Brasil, e que esse projeto está em vigor. E que atualmente a juventude negra é o principal alvo. Então, nós fazemos um papel da denúncia nesses espaços e da proposta também de um novo modelo de segurança pública, sem racismo, sem machismo, sem nenhuma forma de opressão. **MMSN2:** no Brasil existe um processo de extermínio sim, voltado à juventude negra e nós precisamos desenvolver políticas voltadas pra esse segmento.

Além de todas as questões narradas e propostas apresentadas, tanto por parte dos familiares e conhecidos como dos membros de instituições e instâncias de poderes e dos movimentos sociais negros, não podemos ignorar outros aspectos que marcam o contexto econômico, social e político do Brasil nesse momento de finalização da tese. Contexto este, como dito anteriormente, marcado por retrocessos que implicam, entre outros, em perdas de direitos e no crescente ódio às minorias.

Neste sentido, embasado em autores como Flauzina (2006) e Freitas (2006), e nas narrativas e depoimentos dos participantes dos quatro grupos, foi possível perceber a predominância da ideia de que para solução da criminalidade (entendida dentro de uma visão tradicional) não tem só prevalecido como tem se concretizado a “ideia de um Estado penal, policial forte e de um sistema de justiça criminal implacável”, mas só para uma parte da população. Neste estudo foi demonstrado, não apenas a partir das falas, mas embasado em dados estáticos, que essa forma de agir do Estado brasileiro, em especial na realidade de Salvador, é direcionada principalmente a determinados grupos da população, os corpos negros. A reafirmação de tal posicionamento é comum em todos os setores da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quantas vezes viu lágrimas no rosto de sua mãe  
E um nó em sua garganta lhe travar  
Quantas vezes ouviu dela “Deus lhe acompanhe”  
E questionou sua existência nesse lugar  
Sua fé cada vez mais abalada  
Viu o melhor amigo sair de casa e nunca mais voltar  
E por onde ele passava  
O barulho dos tiros insistia em lhe atormentar  
Tempos difíceis onde a política pública ainda não chegou  
A não ser pelo braço armado do estado  
E os corpos que não deixaram estirados  
Foi porque a arte e a poesia salvou  
Quantas vezes atrás de um sorriso precisou se esconder  
Seus problemas psicológicos  
E os medos não podiam transparecer  
Buscou forças pra resistir e superar a dor  
Lutou para expressar no papel  
Os versos que ainda doem no seu interior  
Foram poucos, mas importantes os que na caminhada lhe fortaleceu  
Abraçou cada oportunidade e os ensinamentos que recebeu  
Contrariou as apostas e não se redeu  
Compreendeu os caminhos que Oxóssi lhe deu  
Cresceu, fez de sua história poesia e sobreviveu  
Mas forte do que nunca  
Esse menino sou eu  
(Trecho da poesia Pés No Chão, de Evanílson Alves)

Como tem sido a marca desta tese, iniciamos essa seção de considerações finais com o trecho de uma poesia de um poeta periférico de Salvador, que faz parte do que identificamos neste estudo como novos movimentos de resistência. Essa poesia, como as demais, trata das dores, dos sofrimentos, das lutas, mas, principalmente, da força da poesia como arte, com o poder de resistência e de salvar vidas, nas quebradas onde cotidianamente vivenciam e enfrentam a violência racial sem se deixarem abater, apesar de todas as vidas perdidas. Desta forma, a tese aqui apresentada teve como objetivo evidenciar que o racismo estrutura as manifestações de violências racial no país, em especial em Salvador, em relação os corpos negros, a partir da análise de casos de assassinatos de jovens negros decorrentes de ações de policiais militares e de linchamentos praticados por populares na cidade de Salvador.

Ao seguirmos os procedimentos metodológicos estabelecidos, os caminhos traçados e percorridos, tais procedimentos contribuíram para responder à pergunta inicial, atingindo, assim, os objetivos propostos, em consonância com a execução da análise contrastiva.



Observamos, no decorrer da realização do estudo, pontos de aproximação e semelhanças, mas também foram identificadas diferenças entre as duas formas de violência racial estudadas, a violência policial e os linchamentos.

Neste sentido, analisamos as narrativas episódicas das histórias de vidas dos alvos da pesquisa, estas realizadas através de entrevistas com dois grupos de participantes: os familiares, nos casos de violência policial, e familiares, amigos, vizinhos e conhecidos, nos casos de linchamentos. Foram feitas, ainda, entrevistas, sob a forma de depoimentos, com membros de instituições e instâncias de poderes públicos que realizaram ações políticas no âmbito do debate e/ou de cunho legislativo sobre questões ligadas à juventude negra e com membros e/ou representantes de movimentos sociais negros. Além disso, analisamos documentos que foram considerados como referências para o estudo, de acordo com o que ficou estabelecido nos procedimentos metodológicos.

A partir da análise e interpretação dos dados obtivemos uma maior e melhor compreensão do tema, sendo importante deixar registrado que durante a consecução do estudo enfrentamos dificuldades e angústias, em decorrência da convivência com narrativas históricas extremamente dolorosas.

A realização das análises das unidades de registro nos possibilitou verificar as semelhanças e diferenças na abordagem entre os interlocutores, tanto nos casos de violência policial como nos casos de linchamento. As análises também foram fundamentadas nos depoimentos dos membros de instituições e instâncias de poderes públicos e de movimentos sociais negros, sendo complementadas com questões teóricas sobre o papel das mídias e imprensa em geral.

Registramos, ainda, que a perspectiva para compreensão deste contexto histórico brasileiro são as marcas do racismo, que têm contribuído cotidianamente para a permanência das ocorrências de violência na contemporaneidade, atingindo particularmente e de forma mortal os corpos negros. Neste sentido, a anterior condição de coisificação desses corpos deu lugar, na atualidade, ao seu atrelamento com a inferioridade, a marginalidade, numa continuidade que concretiza o processo de objetificação e desumanização, sendo este corpo palco diário de torturas, castigos, massacres e mortes.

Contextualizamos que o racismo é parte central da construção da sociedade brasileira e que estrutura as relações sociais. Ficou evidente também a potencialização de estigmas em decorrência desse racismo, que é estrutural e foi fundamental para compreendemos e explicamos as violências raciais a partir de manifestações seja nas relações interpessoais,

através dos linchamentos, seja nas relações institucionais resultantes das ações do policial militar enquanto operador do sistema de segurança pública. Notabilizou-se, ainda, uma conexão direta com a violência estrutural que perpassa cotidianamente os corpos negros na realidade brasileira.

Destacamos, além disso, a contribuição para a análise dos autores citados no decorrer da pesquisa, que deram fundamentação ao estudo, e dos posicionamentos emitidos pela ONU através do seu portal no Brasil.

Pontuamos alguns avanços no processo de tomada de conhecimento pôr parte da sociedade brasileira, no que diz respeito a um posicionamento mais firme contra o racismo nas relações interpessoais e discussão sobre o racismo institucional. Podemos afirmar que a possibilidade de discussão sobre o entendimento do racismo estrutural no Brasil passou a estar presente em outros espaços de debate, para além dos movimentos sociais negros e da academia, inclusive através de publicações. Nesse sentido, asseveramos, conforme sinalizado por Almeida (2018), que “algumas questões ainda persistem”. Na verdade, consideramos imprescindível ir além; muitas questões ainda permanecem mesmo que com novas roupagens, são reinventadas e/ou retroalimentadas.

Dito isto, concluímos, a partir da análise contrastiva das duas formas de manifestações da violência racial objeto do estudo, que existem semelhanças com relação aos fatores mobilizadores nos casos de violência policial e nos casos de linchamento, conforme as narrativas dos quatro grupos de entrevistados. As unidades de registro permitiram constatar aproximações a respeito das representações que a sociedade tem em relação aos corpos negros, estes marcados por estigmas.

Com a análise dos casos foi possível observar também uma maior ocorrência de aproximações e semelhanças entre as realidades estudadas, com relação ao processo de concretização da punição em relação a tais corpos. Esta resultante exatamente das representações negativas em relação ao jovem negro por parte seja dos que estão na condição de operadores do sistema de segurança pública, seja da população em geral, que, supostamente, “os consideram possíveis responsáveis por alguma situação entendida como inadequada por aqueles que os estão julgando por quanta própria”, desconsiderando as leis e normas existentes no país, de modo mais amplo, e em Salvador, especialmente.

Com relação aos fatores facilitadores, permanências e injustiça, também foi possível observar, em ambos os casos, que questões históricas, estigmas que têm se perpetuado e que atingem especificamente aos corpos negros, ainda estão presentes na sociedade, tomando

forma ideologicamente através de representações negativas destes corpos concretizadas através das violências raciais. Esse aspecto foi ressaltado, de certa forma, nas narrativas dos episódios de histórias de vidas feitas por familiares e conhecidos, em ambos os casos de violência estudados.

Assinalamos, porém, que foi principalmente através dos depoimentos dos membros de instituições e instâncias de poderes públicos e dos movimentos sociais que tais constatações foram feitas de forma muito mais veemente. Seus relatos reafirmaram que devido à ocorrência da escravidão e, por consequência, à forma como se processou a abolição, o racismo tem permanecido; que o Estado brasileiro é racista; e que práticas racistas são constantemente retroalimentadas, contribuindo com o processo de manutenção da condição de subalternidade, na contemporaneidade, dos corpos negros. Consequentemente, os desdobramentos são as injustiças mais diversas, incluindo a manutenção dessa perspectiva entre os próprios negros em relação a seus iguais.

Em se tratando da especificidade que destaca o contexto de inverdade, estas contribuíram para que fossem apresentados pontos marcantes que têm corroborado, nos casos de violência policial e de linchamento, para descortinar situações de inverdades no sentido de alteração da verdade, ou transformação de uma situação que não existiu em verdade, ou, ainda, transformação de uma mentira em verdade, conforme apontaram as narrativas dos entrevistados. Em decorrência dessa prática, entre muitas outras, está a morte de inocentes, em ambas as situações estudadas.

Ao longo da tese foi evidenciada também a atuação dos meios de comunicação, mídias sociais e da imprensa, de modo geral e com destaque para a chamada mídia sensacionalista, que tem tido papel determinante neste aspecto. Suas atuações são marcantes nos casos de assassinatos de jovens resultantes das intervenções policiais e, de certo modo, tem menos evidência e destaque nos casos de linchamento. A postura da imprensa tem reafirmado constantemente representações negativas dessa parcela da população, inclusive quando reforça uma versão predominante, a versão oficial do policial, através do processo de repetição de justificativas baseadas na ideia da troca de tiros e dos autos de resistências.

Como parte do processo de análise, buscamos acentuar também as reações que foram evidenciadas a partir das perspectivas do silenciamento e do protesto. Um aspecto interessante que pôde ser percebido durante o contraste foi a constatação não só de um silenciamento, mas também de certa indiferença por parte da sociedade em relação aos números gritantes de

mortes de jovens negros. Entretanto, constatamos também diferenças nas narrativas e depoimentos em relação aos modos de identificação dessa indiferença.

Especialmente a partir dos depoimentos dos membros de instituições e instâncias de poderes públicos e dos movimentos sociais negros ficou visível a predominância de até mesmo um desconhecimento, particularmente em relação aos linchamentos que ocorrem na cidade de Salvador.

Assim, além do silenciamento, constatamos situações de cumplicidade e mesmo de concordância na fala dos entrevistados em relação aos atos de violência, embasadas em estereótipos e no preconceito. Nos depoimentos dos representantes dos poderes públicos verificamos a conivência praticada em diversas searas dos poderes, tanto no que diz respeito à violência policial como aos casos de linchamento.

Quanto ao fator da mobilização, temos as unidades de contextos, justiça e reconhecimento. Este último se destaca pelo propósito de recolocar em discussão questões que demarcam uma dimensão ainda mais ampla de humanidade, ou seja, o direito de viver com dignidade. Direito este refletido não apenas a partir da fala dos participantes dos grupos, mas em sua relação com uma literatura sobre o tema e com a importância histórica das lutas e as formas de protesto na contemporaneidade.

Contudo, apesar da constatação do parágrafo anterior, ainda é possível afirmar que no Brasil o racismo interpessoal e, principalmente, o institucional continuam invisíveis. E que, mesmo com todas as evidências e manifestações dos movimentos negros e pesquisadores, inclusive o reconhecimento por parte do poder político, viabilizando, mesmo que tardiamente, um conjunto de políticas públicas de caráter afirmativo e reparador, elas ainda não têm repercutido de forma generalizada; não conseguiram alterar a dinâmica das relações raciais no âmbito das instituições na sociedade brasileira, tendo em vista a dimensão estrutural e estruturante do racismo.

Embasados em Flauzina (2006) e Freitas (2006), dentre outros, e também nas narrativas e depoimentos dos participantes dos quatro grupos, foi possível perceber não apenas a predominância como a concretização da “ideia de um Estado penal, policial forte e de um sistema de justiça criminal implacável”, mas só para uma parte da população, o povo negro. Desta forma, não podemos ignorar a singularidade deste momento histórico que marcam o contexto econômico, social e político do Brasil. Momento este marcando por retrocessos significados relativos à perda de direitos, ao ódio manifesto às minorias, à apresentação de projetos políticos que podem contribuir com o aumento da violência

(liberação do porte de armas, projeto anticrime) e, principalmente, porque passa a prevalecer um racismo explícito, desmascarado.

Foram mostradas várias formas de protesto, mas o destaque, durante o estudo, foi o objetivo em comum dos movimentos: a luta contra o racismo e, conseqüentemente, a violência racial. É de conhecimento que as lutas fazem parte da história dos corpos negros. As lutas marcaram o processo contra a escravidão, o pós-abolição e a contemporaneidade. Contra a violência racial e a morte de jovens negros um movimento tem enfrentado essa realidade, apesar de toda dor: são os movimentos das mães de vítimas da violência do Estado. Em Salvador, vale registrar também os protestos nos bairros após a ocorrência de situações de violências, assim como grupos organizados de poetas por bairros periféricos da cidade e as pichações. É a arte sendo utilizada como mobilizador, como forma de denúncia do racismo, da violência racial que tem como alvos principais os corpos negros.

Por fim, consideramos importante a apresentação de um conjunto de propostas significativas, a partir das questões discutidas, que foram destacadas nos depoimentos dos membros de instituições e instâncias de poderes públicos e dos movimentos sociais negros. Muitas destas propostas foram resultantes de debates, audiências públicas e CPIs, que basicamente só ocorreram em decorrências de solicitação, pressão e mobilização dos movimentos sociais, jovens negros organizados, organizações não governamentais que desenvolvem projetos com jovens e dos próprios movimentos sociais negros. As propostas agrupadas adiante são voltadas especialmente para a realidade da cidade do Salvador:

Os povos negros sempre desenvolveram estratégias de sobrevivência, esforço coletivo de superação do racismo e formas de luta para continuar existindo. Precisamos recuperar e desenvolver novas estratégias de lutas. “A necessidade de uma luta da população negra contra o processo de alijamento dos espaços de acesso à informação à educação, do acesso à alimentação, à moradia, à terra e a vários outros bens e riquezas que são resultantes do racismo”.

Que o Estado favoreça a cultura, forneça as condições necessárias para as práticas e manifestações culturais, com o propósito de conhecer e fortalecer sua origem, reconhecer sua ancestralidade e reparar injustiças históricas, econômicas e sociais. Que o Estado ofereça, tanto através da escola como através da Secretaria de Cultura, espaço, praça, lazer para os jovens se reinventarem. Se organizar, fazer os grupos de hip hop e os grupos de sarau. Inclusive, poderem utilizar os espaços das escolas também no final de semana.

Estabelecer outras medidas no âmbito normativo, na formação dos policiais, em políticas sociais. Organização da juventude negra para disputar e reivindicar um novo modelo de segurança pública e de justiça criminal. A federalização do processo de julgamento dos crimes que ocorreram na Bahia, para que não fiquem ao sabor dos “donos” da polícia militar, que são os coronéis. Esse é um debate fundamental, e o Estado também tem que atuar para mudar essa realidade. Acompanhar, orientar e levar os casos à Secretaria de Segurança Pública, para que se produzam audiências públicas em inquéritos de policiais, para garantir que estes respondam pelas suas arbitrariedades.

Garantir e intervir no acolhimento, no acompanhamento e na garantia da vida de testemunhas e familiares vítimas da violência do Estado. Enfrentamento da resistência da bancada conservadora na Câmara dos Deputados, sobretudo a chamada Bancada da Bala, formada por agentes de segurança pública, pelo fim dos autos de resistência. Mobilizar para que seja instaurada, pelo parlamento, comissão para averiguação dos linchamentos, inclusive questionando os porquês de estes ocorrerem recorrentemente no país e de modo tão cruel.

Por fim, retomamos que o contexto delineado na tese evidencia um quadro marcado historicamente pela ocorrência da violência constante e o papel que o racismo estrutural tem tido neste contexto. Constatamos sua incidência sobre a população negra e a vitimização, em particular, do jovem negro, principal alvo da violência racial a partir das análises dos casos de violência decorrente da ação do policial militar e dos casos de linchamentos. Situação essa que tende a um agravamento ainda maior em decorrência de um quadro de avanço da extrema direita, marcado pelo retrocesso em diversos setores e que tem sido vivenciado no mundo e em especial no Brasil.

No país, apesar da luta histórica e das mais diversas formas de resistências do povo negro, das ações de combate ao racismo por parte dos movimentos negros na contemporaneidade e dos compromissos internacionais assumidos pelo governo brasileiro principalmente pós realização da III Conferência da Durban, ainda convivemos com práticas baseadas em estereótipos, representações preconceituosas inspiradas em falsos mitos e valores racistas, posturas altamente discriminatórias decorrentes do racismo estrutural que modula as relação de poder na sociedade brasileira. Desta forma, o enfrentamento do racismo e das formas como ele se manifesta – no que diz respeito à violência contra a população negra, em especial os jovens –, deve colocar em discussão na sociedade a necessidade de outras ações além das políticas afirmativas que já vêm sendo viabilizadas.

Fica cada vez mais evidente a necessidade de avançamos no processo de debate, discussão e construção de outra sociedade, com equidade em relação ao povo negro. Consideramos importante reafirmamos o papel político tanto do quilombismo, que tem como perspectiva pensar “o ser humano como objeto e sujeito científico” e que a “ciência não se constitui como única via do conhecimento”, como do Poder Negro, a partir da visão de Carmichael, o qual afirma que a população negra deve se considerar como parte de uma nova força, às vezes chamada terceiro mundo. Este chama a atenção que a luta do povo negro está intimamente relacionada com a luta de libertação no mundo inteiro. Deste modo, existe, sim, uma aproximação, ou melhor, uma complementariedade em ambas formas de ação e caminhos possíveis a serem trilhados pelo povo negros.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M., CASTRO M. G. E WASELFISZ J. J., **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.
- ADRIANE, H., Laço afrocultural, In **O Diferencial da Favela Poesias e Contos de Quebrada** – Org. Sarau da Onça Galinha Pulando 1º edição Vitória da Conquista BA 2017.
- ADORNO, S., Discriminação Racial e Justiça Criminal Em São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, v43, 1995.
- ADORNO, S. DOSSIÊ Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, **SciELO**, ano 4, nº 8, jul/dez 2002.
- ADORNO, S.; DIAS, C.C.N. Monopólio estatal da violência. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil**, LIMA, R.S.DE; RATTON, J.L.; 1ed.São Paulo: Contexto, 2014, v. 1.
- ALBUQUERQUE W R de e FRAGA W, **Uma História do Negro no Brasil**, Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006.
- ALMEIDA S; **O que é Racismo Estrutural**, coordenação DJAMILA RIBEIRO Minas Gerais letramento 2018 coleção Feminismo Plural.
- ALEIXO, R., Rondó da ronda noturna, Disponível em <http://www.algumapoesia.com.br/poesia2/poesianet108.htm>.
- ALVES, E., Pés No Chão, In JESUS de A. V., (Organizador) **Poética periféricas novas vozes da poesia soteropolitana**, Galinha Pulando 1º edição Vitória da Conquista BA 2018.
- ANDREWS, R, George, **América Afro-Latina, 1800-2000** tradução de Magda Lopes- São Carlos; EDUFSCar, 2007.
- ANTONACCI M. A. **Memórias Ancoradas em Corpos Negros**. São Paulo: EDUC, 2014.
- ARBEX, D. **Holocausto brasileiro: Genocídio: 60 mil Mortes no Maior Hospício do Brasil** Geração Editora 2013.
- BASTO, F.G., e SILVA, M. N., Violência institucional contra a mulher adolescente e jovem: da inadequação ao acolhimento, In TAQUETTE, S. R. **Violência contra a mulher adolescente/ jovem** (Org.) ed. Rio de Janeiro: EDURJ, 2007
- BATISTA, V. M., Estado de Polícia In Bala Perdida: **A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**, São Paulo, Editora Boitempo, 2015.
- BARAK, 1994, apud MELO, B. P. Criminologia e teorias da comunicação In **Crime, Polícia E Justiça no Brasil**, Organização LIMA, S. de R., RATTON, J.L. E RODRIGO, G. DE A. São Paulo: Contexto, 2014, PP.165- 174.
- BENEVIDES, M. V. e FERREIRA R.M.F. Resposta popular e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979 – 1982) In: PINHEIRO P. S. (Org). **crime, violência e poder**, brasiliense, 1983.
- BERZINS, M. A. V. da S., **Violência institucional contra a pessoa idosa: a contradição de quem cuida** Dissertação - Universidade de São Paulo, 2009.
- BEZERRA, BARBOSA E FERES., **O lugar do corpo negro e o racismo institucional**. Disponível em “<https://www2.ufjf.br/noticias/2015/12/30/o-lugar-do-corpo-negro-e-o-racismo-institucional>” 2015.



- BICUDO, H. Comentário. Resposta popular e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979 – 1982) In: PINHEIRO P. S.(Org). **Crime, Violência e Poder**, brasiliense, 1983.
- BITTENCOURT L. de J. **Corporeidade das Mulheres Negras**, 2018 Disponível em “<http://www.convencionosalud2018.sld.cu/index.php/convencionosalud/2018/paper/view/1522/1033>”.
- BRAGA, J. A **Cadeira de Ogã e Outros Ensaio**. 1 ed. Rio de Janeiro, Pallas, 2009.
- BRASIL, M., **35 anos em marcha contra a discriminação racial:A história e os desdobramentos da passeata que definiu o movimento negro moderno**. Disponível em “<https://www.geledes.org.br/35-anos-em-marcha-contr-a-discriminacao-racial/>”.
- BUARQUE, C., **Dez Dias de Maio em 1888**, Brasília 13 de Maio de 2008, Editora Senado.
- BUENO, S., CERQUEIRA, D., LIMA, R., S., de. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em “[http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/lima\\_-sob\\_fogo%20\\_cruzado\\_ii\\_-\\_letalidade\\_da\\_acao\\_policial.pdf](http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/lima_-sob_fogo%20_cruzado_ii_-_letalidade_da_acao_policial.pdf)”.
- BUENO. S., Letalidade na ação policial In **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**, Organização LIMA, S. DE R., RATTON, J.L. E RODRIGO, G. DE A. São Paulo: Contexto, 2014, pp.511-517.
- CAMARANO A. A., KANSO S., O Que Estão Fazendo Os Jovens Que Não Estudam, Não Trabalham E Não Procuram Trabalho? **IPEA mercado de trabalho**, 53, Nov. 2012.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.
- CANO, I. Violência estrutural e suas repercussões na juventude In TAQUETTE, S. R. **Violência contra a mulher adolescente/ jovem** (Org.) ed. Rio de Janeiro: EDURJ, 2007.
- CAPRIGLIONE, L. Os mecanismos midiáticos que livram a cara dos crimes das polícias militares no Brasil **BALA PERDIDA: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**, São Paulo Editora Boitempo, 2015.
- CARAMANTE, A., **Mães em Luta – Dez anos dos crimes de maio de 2006**, 1ª edição São Paulo, Ponte Jornalismo, 2016
- CARAPANÃ; (pseudônimo do autor da pag. Eh Várzea) **O Ódio Como Política: A reinvenção das Direitas no Brasil** Organizadora. In GALLEGO E.S., 1º Ed. - São Paulo: Boitempo, 2018 Coleção Tinta Vermelha.
- CARDIA, N., O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. **Rev. Tempo Social**; USP, S. Paulo, 9(1): 249-265, maio de 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010320701997000100014&script=\\_abstract&ting=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010320701997000100014&script=_abstract&ting=pt).
- CARMICHAEL, S., **O Poder Negro** In Pereira A. M., (Org.) 2º edição BH Nandyala, 2018.
- CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da Mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero, **Geledes**, 06/03/11. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. acessado em 20/01/2015.
- CARNEIRO, S. Entrevista, Margem Esquerda, **Revista da Boitempo** 27, 2º semestre /2016.
- CARNEIRO, S. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, Florianópolis, jan., 2002.

CARVALHO de S. Sobre as Possibilidades de uma Penologia Crítica: Provocações **Psique**, 2013.

CASTRO de A. L. A Evolução Da Teoria Criminológica E Avaliação De Seu Estado Atual **Revista De Direito Penal E Criminologia** Nº 34 Julho – Dezembro / 1982 do Instituto de Ciência Penais do Rio de Janeiro / Conjunto Universitário.

CASTRO D. V. de A., Florestan Fernandes: luta de raças e de classes in Fernandes, F **Significado do protesto negro**, 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo.,2017.

CAVALLIRA E., **Por um Estado que proteja as crianças negras do apedrejamento moral no cotidiano escolar. Disponível em “<https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/por-um-estado-que-proteja-as-criancas-negras-do-apedrejamento-moral-no-cotidiano-escolar.html>”**. 2010.

CERQUEIRA, R., T., DE E NORONHA C., V., Escrito em Vermelho: a construção do discurso sobre criminalidade e linchamento no jornal Caderno CRH, **Caderno CRH**, v19, n.47 – Maio/Ago. 2006.

CÉSAÍRE A., **Discurso sobre o Colonialismo** tradução de Anísio Garcez Homem Editora Letras Contemporânea, 2010.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência** S.P Brasiliense 1986.

CLEUSA T. E VENTURI G. **Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil** Editora Ática, 1995.

CODINO R. “Por uma outra criminologia do terceiro mundo: perspectivas da Criminologia Crítica do Sul **Revista Liberdades** Edição nº 20 setembro /dezembro de 2015. Publicação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

COIMBRA R. In: CERQUEIRA, R. T. de e NORONHA, C. V. Escrito em Vermelho: a construção do discurso sobre criminalidade e linchamento no jornal. **Caderno CRH**, v 19, n 47 – maio/ago 2006.

CONCEIÇÃO, F., **Nossa Escravolândia – Sociedade, Cultura e Violência do Pitoresco ao Perverso**, São Paulo: Terceira Margem, 2015.

COSTA, V. da E. **A abolição**– 8º Ed. rev. e ampliada, São Paulo Editora UNESP, 2008.

DAMATTA, R.A., As Raízes da Violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social In **Violência brasileira**, Editora brasiliense São Paulo 1982.

DAVIS A. Y. **A Democracia Da Abolição Para além do império, das prisões e da tortura** tradução Artur Neves Teixeira DIFEL 2009.

DAVIS A. Y. **MULHER, CULTURA E POLÍTICA** Tradução Heci Regina Candiani 1ª Ed. – São Paulo: Boitempo 2017.

DUARTE E. A., “Pode o negro falar? Expressar seu ser e existir negros em prosa ou verso? Publicar? In **O Diferencial Da Favela Poesias e Contos de Quebrada** – Org. Sarau da Onça Galinha Pulando 1º edição Vitoria da Conquista BA 2017.

DUBY, G. Lições de História In **Reflexões para o Futuro 25 anos Revista Veja** -1993.

Duarte, Evandro Piza. Editorial: direito penal, criminologia e racismo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. vol. 135. ano 25. p. 17-48. São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

ELNADI B., e RIFAAT A, **Revista O Correio da UNESCO** Dezembro 1994, ANO 22 N° 12 BRASIL.

ENRIQUEZ, E, Instituições, poder e “desconhecimento” In Cenário Social e **Abordagem Clínica**, Editora Escuta, 2001.

ESPINHEIRA, G. VIOLÊNCIA: reflexões sociológicas sobre os assombros de uma época In **A VIOLÊNCIA sexual discursos e práticas** Ogr. COHIM. D., S., G de S. Salvador, Corrupio 2006.

ESTEVES de C., M.. A Espacialização Da Morte E Padrões Mórbidos De Governança Espacial: Homicídios De Jovem Em Salvador 2010 - 2015 **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 238, p. 568-594, 2016.

EVARISTO C., MARIA In **OLHOS D'ÁGUA**, 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas Fundação Biblioteca Nacional,2016

FANON, F., **Pele negra, máscaras brancas**, tradução de Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008.

FELIX, A., Novembro Negro In JESUS de A. V., (Organizador) **Poética periféricas novas vozes da poesia soteropolitana**, Galinha Pulando 1º edição Vitória da Conquista BA 2018.

FERNANDES, F., **A integração do negro na sociedade de classes**, Vols. 1 o legado da “raça branca”. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

FERNANDES F. In NASCIMENTO, A. do, **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FERNANDES F. **Significado Do Protesto Negro**, 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora Fundação Perseu Abramo 2017.

FIALHO. V. R. Proximidade entre língua: algumas considerações sobre a aquisição do espanhol por falantes nativos de português brasileiro. **Espetáculo. Revista de estudos literários**. Universidade Complutense de Madrid, 2005.

FLAUZINA, A. L. P., **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 145 f. Dissertação - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FLAUZINA, A., FREITAS, F. VIEIRA, H., PIRES, T., **Discursos Negros: legislação penal, política criminal e racismo**. Brasília: Brado Negro, 2015.

FOUCAULT, M. Aula De 17 De Março De 1976 In **Em Defesa da Sociedade Curso no College de France** (1975-1976 Tradução Maria Ermantina Galvão São Paulo Martins Fontes 2005.

GAMA L., Bibliografia Disponível em <https://www.geledes.org.br/luiz-gama/>

GALLEGO E.S. O Ódio Como Política **A reinvenção das Direitas no Brasil Organizadora**, 1º Ed. - São Paulo: Boitempo, 2018 Coleção Tinta Vermelha.

GALTUNG, J., **Contribución específica de lairenología al estudio de la violencia: tipologías In las causas de la violencia** Editora UNESCO1981.

GOBN M. da G. **Movimentos Sociais In Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social 81 problemática contemporâneas** coord Ana poesia soteropolitana B.L Ivo editora ENNABLUME 2013.

GOMES N L. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural** 40. Set/Out/Nov/Dez 2002 N° 21.

- GUIMARÃES, A.S.A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**, São Paulo: editora 34, 1999.
- GUIMARÃES, A.S.A. Depois da democracia racial, In **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v 18,n 2 novembro 2006.
- HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HAMLIN, C. L. Ontologia e gênero: realismo crítico e o método das explicações contrastivas. **RBCS**, São Paulo, v 23, n.67, jun. 2008.
- HENRIQUES, R., 2001. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90**. Texto para Discussão 807. Rio de Janeiro: IPEA. 2001.
- HOLSTON, J., **A Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**, São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- IDENTIFICAÇÃO E ABORDAGEM DO RACISMO INSTITUCIONAL – Articulação para o Combate ao Racismo Institucional - **Amma Psique Negritude** -2006.
- JACCOUD, L., **Racismo E República: O Debate Sobre O Banqueamento E A Discriminação Racial No Brasil** In As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição, Theodoro M., Brasília, 2ª edição Ipea 2008.
- JACK, M. e Noite, P. “Resistência” JESUS de A. V., (Organizador) **Poética periféricas novas vozes da poesia soteropolitana**, Galinha Pulando 1º edição Vitoria da Conquista BA 2018
- JESUE, L. C. M, de, “ESSE MURO AGORA FALA”: pichações, dissidências e Análise do Discurso, 3ª SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO 10 a 13 de outubro de 2017, Campina Grande, Paraíba.
- JESUS de A. V., (Organizador) **Poética periféricas novas vozes da poesia soteropolitana**, Galinha Pulando 1º edição Vitoria da Conquista BA 2018.
- JONES. M. J. **Racismo e Preconceito**, da Universidade de Harvard, 1972 e traduzido em 1973 pela Universidade de São Paulo.
- JÚNIOR H. C. Diversidade Etnocultural E Africanidades In **Dez Anos Da Lei 10.639/03** Memórias E Perspectivas Org. JESUS R. de F. de., ARAÚJO M. da S. JÚNIOR H. C. Fortaleza: Edições UFC, 2013.
- Kovaleski H. A Dialética do esclarecimento revisitada In **Jornal Le Monde Diplomatique Brasil** 2015.
- LEVISKY D. L. **A violência na sociedade contemporânea** [recurso eletrônico] organizadora Maria da Graça Blaya Almeida. – Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- LIMA de S.R., RATTON, L J. AZEVEDO, R,G. **Crime, Polícia E Justiça No Brasil** -São Paulo: Contexto 2014.
- LOLA A. de C. A evolução da teoria criminológica e a avaliação de seu estado atual. **Revista de Direito Penal**. Rio de Janeiro, Editora Forense, n. 34, jul.- dez. 1982.
- LÓPEZ L. C. O conceito de racismo institucional, **Interface – Comunicação Saúde Educação** v16, n 40, p.121 – 134, jan/mar. 2012.
- MARTINS, J. de S., **Linchamentos: justiça popular no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2015.

MACHADO, S. A. da M. **Saberes E Fazeres Na Capoeira Angola: A Autonomia No Jogo De Muleekes**, Dissertação de Mestrado UFBA 2012

MADEIRA M. L. **Retorno da cidade como objeto de estudo da sociologia do crime** Monografia Vencedora do VI Concurso de Monografias Jurídicas do Instituto Brasileiro Ciências Criminais.

MALOMALO, B , **Epistemologia Do Ntu: Ubuntu, Bisoidade, Macumba, Batuque E “X” Africana**. Apresentado no V Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas e no I Encontro de Culturas Afrodescendentes e Indígenas da América Latina e Caribe.

MATTOSO, M. de Q. K., **Ser Escravo No Brasil**, 2ª edição, editora brasiliense, 1988.

MÁXIMOS S. **Roberto Bergalli y tarea de hacer una história crítica de La criminología em América Latina**. Universidad Nacional Del Litoral Argentina.

MELO, P. de B., Criminologia e teorias da comunicação In **Crime, Polícia E Justiça No Brasil**, orgs., LIMA de S.R., RATTON, L J. AZEVEDO, R,G. -São Paulo: Contexto 2014.

MELO de J., Radicalizando In JESUS de A. V., (Organizador) **Poética periféricas: novas vozes da poesia soteropolitana**, Galinha Pulando 1º edição Vitoria da Conquista BA 2018.

MENA, F, Um modelo violento e ineficaz da polícia In Bala perdida: **A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação** - São Paulo: Boitempo 2015.

MIGUEL L.F. **O Ódio Como Política**, A reinvenção das Direitas no Brasil Organizadora GALLEGO E.S., 1º Ed. - São Paulo: Boitempo, 2018 Coleção Tinta Vermelha.

MINAYO, M. C. de S., Violência: um problema para a saúde dos brasileiro In **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**, Série B. Textos Básicos de Saúde - Brasília : Ministério da Saúde, 2005.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MISSE M. Sujeição criminal In LIMA de S.R., RATTON, L J. AZEVEDO, R,G. **Crime, Polícia E Justiça No Brasil** -São Paulo: Contexto 2014.

MOORE, W. C, **Um guia para uma sociedade democrática com base na diversidade**, In **Manual dos Afrodescendentes das Américas e Caribe**, UNICEF, MUNDO AFRO, 2006.

MOORE, C. W. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. 2 ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MONSMA K., A história comparativa da América Latina e dos países que eles ajudaram a construir In. ANDREWS, R, G., América Afro-Latina, 1800-2000 tradução de Magda Lopes, EdUFSCar, São Carlos, 2007.

MOURO, C. **Cem Anos de Abolição do Escravismo no Brasil** – 1º Edição: Fonte: nº 15, maio, 1988.

MUNANGA IN SANTOS G. A. dos, **A invenção do negro: Um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade do negro**, Edup. 2005.

MUNANGA In MOORE, W. C., **Racismo & Sociedade** novas bases epistemológicas para entender o racismo 2ª edição, Belo Horizonte, Nandyala, 2012.

- NABUCO, J, **O Abolicionismo**, Coleção Clássicos do Pensamento Político, Editora Vozes. Petrópolis. 1988.
- NASCIMENTO, A. do, **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO A., **O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista**. 3ª edição, Editora Perspectiva, Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- NASCIMENTO In MOORE, C. W. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. 2 ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.
- NASCIMENTO, I., Tira Mão de Nós In JESUS de A. V., (Organizador) **Poética periféricas: novas vozes da poesia soteropolitana**, Galinha Pulando 1ª edição Vitória da Conquista BA 2018.
- NATAL, A. L. **30 anos de linchamentos na região metropolitana de São Paulo – 1980-2009**- Dissertação de Mestrado USP 2013.
- NOGUEIRA, In, NABUCO, J, **O Abolicionismo**, Coleção Clássicos do Pensamento Político, Editora Vozes. Petrópolis. 1988
- NOGUEIRA O., Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil, **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 1 (2006),
- MBEMBE, A. **Necropolítica: seguio de sobre el governo privado indirecto**. Santa Cruz de Tenerife, Melusina, 2011.
- OCTAVIO I. O preconceito racial no Brasil **Estudo Avançados**. vol.18 no.50 São Paulo Jan./Apr. 2004.
- OLIVEIRA, J. P. de, **Entre Vadios, Valentes E Mestres Capoeiras** <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh> 2007
- OLIVEIRA de D., Dilemas da luta contra o racismo no Brasil In **Racismo**, Coleção Margem Esquerda, **Revista da Boitempo**, 27 2º semestre 2016.
- SOHIMA, T. C. dos S., **Evolução histórica das escolas criminológicas**. Disponível em <http://www2.univem.edu.br/jornal/materia.php?id=342>, 2012.
- PAIM J. S., Condições De Vida, Violências e Extermínio. In **Como Anda Salvador**, Org. CARVALHO, I. M. M de., PEREIRA C. G., Salvador; Edufba, 2006.
- PAIXÃO, M. J. P. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Coleção políticas da cor. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- PAIXÃO, M., Ação afirmativa no mercado de trabalho: reflexões a partir da pesquisa “ Racismo em números: atitudes raciais no rio de Janeiro”. Disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/7nac/5marcelo.pdf>,
- PAIXÃO, M., ROSSETTO I., MONTOVANELE F., CARVANA L., M. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009 -2010. LAESER/IE/UFRJ. 2010.
- PEREIRA,L.R.B., A Visibilidade Da Violência E A Violência Da Invisibilidade Sobre O Negro No Brasil In **A Violência Na Sociedade**, 2010.

PERUSSATTO, M. **Como se de ventre livre nascesse: cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão** – Rio Pardo/RS (c. 1860 – c.1888). 2010. 305 p. Dissertação de mestrado. PPGH/UNISINOS, São Leopoldo.

PESSATO, S., **Linchamento.** Disponível em: <https://poesiareclamada.tumblr.com/post/153138014228/linchamento>.

PIERSON.D. **Branco e Preto na Bahia** (estudo de contacto racial). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PINHO, T. E. D’A. e., **Pacto pela vida: O olhar de Bourdieu sobre a gestão pública da segurança na Bahia**, 2011.

Projeto do Capital para a Educação: análise e ações para a luta - Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES 2016.

QUIJANO A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In **Epistemologia Do Sul**, organizadores Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses Edições Almedina AS Rio de Janeiro 2009.

QUIJANO, A. Qué tal Raza! Publicado em **América Latina em Movimiento**, No. 320.

<https://antropologiadetransforma.files.wordpress.com/2013/04/quijano-anibal-que-tal-raza-1999.1pdf>.

QUEIROZ B. *Violência institucional* contra a pessoa idosa: a contradição de quem cuida 2009 Dissertação de Mestrado.

RAMALHO, R. L., “...o que não tem governo...”: estudo sobre linchamento, Tese de Doutorado, UFPB, João Pessoa, 2011.

RANCIÈRE J.O **Ódio À Democracia** - Tradução Mariana Echalar 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, V., Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações (1991-2001) Dissertação - UFBA 2006.

Relatório de Desenvolvimento Humano – Racismo, pobreza e violência PNUD Brasil de 2005.

**RODRIGUES, L., ‘Polícia Mata Com Chancela Do Estado, Justiça, Mídia E Lideranças Políticas’** Disponível em <https://www.viomundo.com/br/denuncias/lucia-rodrigues.html>.

ROCHA, E., “Programado Pra Morrer”: A Vida E A Morte Da Juventude Negra No Rap Dos Racionais Mc’s In **Antinegitude: O Impossível Sujeito Negro Na Formação Social Brasileira**, Org. PINHO, O. e VARGAS, J. H. C. ED. UFRB 2016.

ROSENTHAL, G., **Pesquisa Social Interpretativa: Uma Introdução**, Trad. Tomás da Costa; ver. Hermílio Santos. 5 ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 2014.

SAMPAIO, T. G. **Segurança Pública E Cidadania: O Genocídio Da Juventude Negra No Brasil.** São Paulo. 2016.

SANTOS B de S.. e M ENESES, P.M. Introdução, In **Epistemologia Do Sul**, organizadores Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses Edições Almedina AS Rio de Janeiro 2009.

SANTOS, G. A. dos. **A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros.** São Paulo: Educ/ Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS B.de S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia do saberes In SANTOS B de S. e M ENESES, P.M. **Epistemologia Do Sul**, organizadores Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses Edições Almedina AS Rio de Janeiro 2009.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPPIR, no Brasil dados de 2011 e 2012 – “<http://www.seppir.gov.br/ouvidoria>” Acessado em junho de 2017.

SCHWARCZ, L.M. e STARLING, H.M., **Brasil: Uma Biografia**, Editora Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, L.M. **Retrato Em Branco E Negro: Jornais, Escravos E Cidadãos Em São Paulo No Final Do Século Xix**, São Paulo, Companhia Das Letras, 1987. Ed. 2011.

SAVIANI, D., **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**, 11ª ed. Campinas: Autores Associado, 2011.

SCHAEBER, P., Carro do ano, celular, antena parabólica – símbolos de uma vida melhor? Ascensão Social de Negro – mestiço através de Grupos Culturais em Salvador – o Exemplo do Olodum. In Bacelar, J. A.; Caroso, C. (Org.). **Brasil: um pai de negro?**, Rio de Janeiro, Salvador, Pallas/CEAO, 1999.

SINHORETTO, J. **Os justiçadores e sua justiça: linchamentos, costume e conflito**, Dissertação, 2001 USP.

SODRÉ, M. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Editora Vozes, 1999.

SILVA, da A., do N. do CEA Texto escrito em 1991, publicado em A Tarde, 30 abril 1994, Caderno Cultural.

SILVA, M.,da D e DARA., D., Mães e familiares de vítimas do Estado: a luta autônoma de quem sente na pele a violência policial In **Bala perdida: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**, São Paulo: Boitempo 2015.

SILVA, B., CANTO DE ITAPUÃ In JESUS de A. V., (Organizador) **Poética periféricas novas vozes da poesia soteropolitana**, Galinha Pulando 1º edição Vitoria da Conquista BA 2018.

SILVA, M., Símbolo de Resistência In **O Diferencial Da Favela Poesias e Contos de Quebrada** – Org. Sarau da Onça Galinha Pulando 1º edição Vitoria da Conquista BA 2017.

SILVA, M., Favela na Veia In **O Diferencial Da Favela Poesias e Contos de Quebrada** – Org. Sarau da Onça Galinha Pulando 1º edição Vitoria da Conquista BA 2017.

Sussuarana, S., Jovem Negro Vivo In **O Diferencial Da Favela Poesias e Contos de Quebrada** – Org. Sarau da Onça Galinha Pulando 1º edição Vitoria da Conquista BA 2017.

SUSSUARANA, S., Favela Graduada In JESUS de A. V., (Organizador) **Poética periféricas: novas vozes da poesia soteropolitana**, Galinha Pulando 1º edição Vitoria da Conquista BA 2018.

SOUZA. A.L.S., SOUSA A.L. de S., LIMA H. P.e SILVA M. DE OLHO NA CULTURA! Pontos de vista afro-brasileiro, Salvador, Centro de Estudo Afro-Orientais, Brasília – Fundação Cultural Palmares 2005.

THALES A. **Elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social**, 1996.

TAVARES-DOS-SANTOS, J.V. Modernidade tardia e violência. In: LIMA, R.S. RATTON, J. L. AZEVEDO, R. G. (Org.) **Crime, Polícia E Justiça No Brasil**, Editor Contexto, 2014.



TRAJANO. G. Linchamento: extermínio em nome da ordem Carta Maior Portal de Esquerda / 2015 Disponível em: [https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos - Humanos/Linchamento-u213-extermínio-em-nome-da-ordem/5/33174](https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Linchamento-u213-extermínio-em-nome-da-ordem/5/33174).

TELLES V. da S., **A violência de Estado em guerra contra a população civil**. Entrevista ao Jornal Le Monde Diplomatique Brasil 2016.

W.E.B. Du Bois In JONES. M. J. **Racismo e Preconceito**, da Universidade de Harvard, 1972 e traduzido em 1973 pela Universidade de São Paulo.

VALLE, B. S. do, Análise do Discurso do Linchamento, Dissertação –Centro de Ciências Jurídica da Universidade Católica de Petrópolis RJ. 2016.

VARJÃO, S. **Micropoderes, macroviolência**. EDUFBA: Salvador, 2008.

VIERA, L. **Os argonautas da cidadania**. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro /São Paulo, Editora Record, 2001.

WILLIAMS, A. Preto no Poder, ” In JESUS de A. V., (Organizador) **Poética periféricas novas vozes da poesia soteropolitana**, Galinha Pulando 1º edição Vitória da Conquista BA 2018.

YAIÁ, A. B. R., “Eu Tava Lá” In JESUS de A. V., (Organizador) **Poética periféricas novas vozes da poesia soteropolitana**, Galinha Pulando 1º edição Vitória da Conquista BA 2018.

ZANIRATO S. H. SÃO PAULO 1930/1940: NOVOS ATORES URBANOS E A NORMATIZAÇÃO SOCIAL, HISTÓRIA SOCIAL Campinas - SP NO 7 241-264 2000.

ZAKI, P., Um Grito da Favela In JESUS de A. V., (Organizador) **Poética periféricas novas vozes da poesia soteropolitana**, Galinha Pulando 1º edição Vitória da Conquista BA 2018.

**9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de outubro de 2015.

**11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

**Atlas Da Violência**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

## APÊNDICE I

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Resolução \_\_\_\_\_)

Sr(a) foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada **CORPOS ENFORCADOS, DESTROÇADOS E DESAPARECIDOS: VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS EM SALVADOR**, que tem como objetivos: Demonstrar que o racismo é estrutural e perpassa toda sociedade brasileira a partir da análise de casos de mortes praticadas por policiais militares enquanto operadores do sistema pública e linchamentos executados por populares contra jovens negros em Salvador. Este é um estudo baseado em uma abordagem qualitativo, dentro de perspectiva “social interpretativa” utilizando como técnica explicativa história de vida. A pesquisa terá duração de 01 ano, com o término previsto para 2018.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista. A entrevista será gravada em gravador para posterior transcrição – que será guardado por cinco (05) anos e incinerada após esse período.

Sr(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada a sua participação. O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico sobre as questões raciais.

Sr(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail do pesquisador responsável podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Desde já agradecemos!

---

Pesquisador Responsável

Cel:

e-mail:

Comitê de Ética em Pesquisa \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_ portador do RG nº \_\_\_\_\_, expedido pelo órgão \_\_\_\_\_ me considero ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

---

(assinatura)

## APÊNDICE II

### **Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada Familiares**

#### **Entrevistado**

#### **Grau de parentesco:**

1. Fale do seu filho. Como ele vivia? O que fazia? Quais eram os sonhos e projetos?
2. Como a família tomou conhecimento?
3. O que fizeram quais as providencias, que foram tomadas até agora?
4. Como anda o processo? Alguns dos envolvidos foram identificados? Aos responsáveis já foram ha julgamento?

## APÊNDICE III

### **Roteiro de Entrevista – Representantes de Instancias de Instituição Pública / Instancias dos Poderes: Municipal, Estadual e Federal**

#### **Instituição:**

#### **Entrevistado:**

1. Fale sobre a Instituição /Instancia de Poder. Ações e objetivos
2. Como analisar a situação dos jovens negros em Salvador? Particularmente em relação a violência racial no que diz a duas formas de manifestações de violência: a policial e os linchamentos
3. Quais experiências exitosas e formas de lutas em relação às questões dos jovens negros e no combate as violências e mortes implementado em Salvador?
4. Quais tem sido os resultados?

## APÊNDICE IV

### Roteiro de Entrevista – Representantes dos Movimentos Sociais Negros

**Movimento:**

**Entrevistado:**

1. Fale sobre o movimento. Quando foi criado? Ações e/ou lutas
2. Como o movimento analisar a situação dos jovens negros em Salvador? Particularmente em relação a violência racial no que diz a duas formas de manifestações de violência: a policial e os linchamentos
3. Quais experiências exitosas e formas de lutas em relação às questões dos jovens negros e no combate as violências e mortes implementado em Salvador?
4. Quais têm sido os resultados?

## ANEXO I

Quadro I Grupo 1– Formado por familiares entrevistados de jovens mortos por policias militares encontro operador sistema de segurança pública.

<b>CATEGORIA: FATORES MOTIVADOR</b>		
UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
<p><b>Representação do jovem negro</b></p>	<p><b>VP12</b> ele estava dentro de casa fazendo o dever. Aí emprestou um boné no colégio pro colega dele. Ele largou o dever de casa e foi buscar esse boné no campo.</p> <p><b>VP12</b> Que na verdade não abordaram, chegaram atirando</p> <p><b>VP13</b> E aí começou a aparecer também assassinatos de jovens na minha comunidade. E eu passei a relatar o que estava acontecendo na minha comunidade. É, jovens que, inclusive tem, tem corpos, corpo de jovem que ainda não apareceu até hoje.</p>	<p><b>VP12.</b> No momento que aconteceu, ele estava dentro de casa fazendo o dever. Aí emprestou um boné no colégio pro colega dele. Ele largou o dever de casa e foi buscar esse boné no campo.</p> <p><b>VP12</b> Chegando lá no campo, é, um monte de policial abordara ele, né. Que na verdade não abordaram, chegaram atirando. Entendeu</p> <p><b>VP13</b> Filhos crescendo, com, com a pessoa precisando fazer um, um quarto, ou fazer uma melhoria, e era sempre a Conder, acionava a polícia ambiental, e a polícia ambiental tinha que fazer o serviço que era determinado por eles. Então, eu sempre tava voltando ao Ministério Público e pedindo a atenção do Ministério Público, da comissão de direitos humanos, da comissão de meio ambiente. E aí começou a aparecer também assassinatos de jovens na minha comunidade. E eu passei a relatar o que tava acontecendo na minha comunidade. É, jovens que, inclusive tem, tem corpos, corpo de jovem que ainda não apareceu até hoje. Meus filhinhos chorava, minhas vizinhas, né, é, se lamentava. E com medo também. Tinha, temiam também, né. E aí passou esses anos. 2005 eu cheguei a com, a ter uma conversa no Ministério Público com a Conder, que o promotor disse que eu estava há muitos anos prejudicado, então, que era para eles pagar benfeitoria. Iam entrar com pedido, que o promotor disse que eu estava há muitos anos prejudicado, então, que era para eles pagar benfeitoria. Iam entrar com pedido</p>

	<p><b>VP14.</b> Me ligaram dizendo, não é. A minha filha falou “ah, levou o Davi aqui”. Eu achei que, digo, “é, essas abordagens com meninos, com...”. Eu jamais imaginei de naquele dia seria crucial nas nossas vidas, eu nunca imaginei. E foi assim, foi dessa forma que eu fiquei sabendo, não é</p> <p><b>VP16</b> No que ele subiu que estava lá em cima, os homens chegam, fez um, já tinha feito um cerco, e aonde era o local do lava jato dele, tem a subida de cá, tem a subida de cá e uma subida de lá. Então são três entradas. E os homens fizeram o cerco nesse dia. Porque lá em cima também, lá por cima tem os jovens que a gente mora em um bairro que tem jovens realmente que... né. E dentro desse confronto os homem começou, os homem entraram atirando. Porque, na verdade, é a realidade do bairro.</p> <p><b>VP17</b> que foi praticamente, né, na minha conclusão, assassinado na Bairro Reis, né, em uma abordagem policial. O fato real eu não posso nem contar, não posso no momento contar, porque casos investigatórios, né, tá investigando</p> <p><b>VP17</b> Não sei como foi porque eu não estava com ele no dia, mas é o que contam, né, o que contam, o que aconteceu. Ele estava indo para</p>	<p>de indenização do terreno, que era a Conder que tinha que provar que em algum momento minha área foi passada para o patrimônio da Conder.</p> <p><b>VP14</b> Eu tava em casa, porque era muito cedo. Naquele dia, eu, eu trabalhava em uma empresa chamada Bom Preço, e me arrumei pra trabalhar. Me ligaram dizendo, não é. A minha filha falou “ah, levou o Davi aqui”. Eu achei que, digo, “é, essas abordagens com meninos, com...”. Eu jamais imaginei de naquele dia seria crucial nas nossas vidas, eu nunca imaginei. E foi assim, foi dessa forma que eu fiquei sabendo, não é</p> <p><b>VP16</b> “Minha mãe vou cortar o cabelo, e depois vou pegar a moto do vizinho que eu fiquei só de lavar essa última moto dele e depois venho pra casa”. Eu digo: “Tá certo”. Desceu pra corar o cabelo, ficou no meio da, da família aqui embaixo. O menino, tinha outras pessoas na frente, ele disse: “Não, depois eu venho”. Foi pegar a moto, só que o vizinho não tinha chegado, e subiu. No que ele subiu, que tava lá em cima, os homens chegou, fez um, já tinha feito um cerco, e aonde era o local do lava jato dele, tem a subida de cá, tem a subida de cá e uma subida de lá. Então são três entradas. E os homens fizeram o cerco nesse dia. Porque lá em cima também, lá por cima tem os jovens que a gente mora em um bairro que tem jovens realmente que... né. E dentro desse confronto os homem começou, os homem entraram atirando. Porque, na verdade, é a realidade do bairro.</p> <p><b>VP17</b> que foi praticamente, né, na minha conclusão, assassinado na Bairro Reis, né, em uma abordagem policial. O fato real eu não posso nem contar, não posso no momento contar, porque casos investigatórios, né, tá investigando, é, o tipo de morte dele, de assassinato dele.</p> <p><b>VP17</b> Então, nesse belo dia, meu filho, né, se deslocou do local que ele morava para chegar ao local que eu mãe morava, que eu moro no outro bairro, ele era,</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Punições</b></p>	<p>o Bonocô, na Bairro Reis, né, veio uma viatura, polícia da Rondesp, né, parou ele, ao mesmo tempo que parou já chegou atirando</p> <p><b>VP12</b>, ele pedindo “pelo amor de Deus me leve pra minha avó, que eu vim buscar um boné”.</p> <p><b>VP13</b> Então, é, passamos a ser vítimas na família. O que antes era denúncia pela, as agressões ao meio ambiente, á minha comunidade, e às vítimas, jovens que, como eu acabei de dizer, os corpos não apareceu até hoje, passou a ser os meus filhos. Que passaram a ser vitimados.</p> <p><b>VP13</b>Então, meu filho, em 2013, foi se sequestrado, foi torturado e assassinado. Então, eu acho que a responsabilidade pela morte desse filho é do governo do estado e do governo federal.</p> <p><b>VP14</b> Porque foi o Estado que matou meu filho. Foi o Estado que sequestrou meu filho. Foi o Estado que torturou o filho. Foi o Estado que não me permitiu enterrar o meu filho!</p> <p><b>VP16</b> E os homem, no que atingiu ele, pegou ele, e outro jovem</p>	<p>como ele era casado, morava em outro bairro. Nesse meio tempo, no meio do caminho, meu filho, né... Não sei como foi porque eu não estava com ele no dia, mas é o que contam, né, o que contam, o que aconteceu. Ele estava indo para o Bonocô, na Bairro Reis, né, veio uma viatura, polícia da Rondesp, né, parou ele, ao mesmo tempo que parou já chegou atirando</p> <p><b>VP12</b> E ele pediu: “Pelo amor de Deus, por favor, me leve pra minha avó”. Só que assim, tem cristã que mora lá embaixo que na época teve um reboiço, e tem cristã que tinha bala na parede da casa dela, ele pedindo “pelo amor de Deus me leve pra minha avó, que eu vim buscar um boné”.</p> <p><b>VP13</b> Que, inclusive, já coloquei documentos pra Conder comprovando que eu estou fazendo tratamento psicológico e psiquiátrico. E até agora, 2018, a Conder não senta comigo pra tomar as providências, desrespeitando a Constituição do Estado, desrespeitando tudo o que se tem como base legal de direito. Então, é, passamos a ser vítimas na família. O que antes era denúncia pela, as agressões ao meio ambiente, á minha comunidade, e às vítimas, jovens que, como eu acabei de dizer, os corpos não apareceu até hoje, passou a ser os meus filhos. Que passaram a ser vitimados.</p> <p><b>VP13</b>Então, meu filho, em 2013, foi se sequestrado, foi torturado e assassinado. Então, eu acho que a responsabilidade pela morte desse filho é do governo do estado e do governo federal.</p> <p><b>VP14</b> Porque foi o Estado que matou meu filho. Foi o Estado que sequestrou meu filho. Foi o Estado que torturou o meu filho. Foi o Estado que não me permitiu enterrar o meu filho!</p> <p><b>VP16</b> Ele foi atingido do lado de cá. E os homem, no que atingiu ele, pegou ele,</p>
------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



	<p>também foi atingido. Só que ele ainda tava vivo. Ai, no que ele foi atingido, os homem levou ele lá pra baixo</p> <p><b>VP16</b> foram policiais com butuca no rosto, apontando armas. “Se você descer, você vai ser ba, você vai receber também”. E aí ficou aquela agonia. Eu dizendo: “Eu quero ver meu filho”. E quando eu vim pelo outro lado de cá, porque são várias... desci pelo outro lado, ele já tinha passado. As pessoas que me contou, como mãe de família, disseram que meu filho estava vivo, mas que quando fez o desde, o desdobramento de um beco acabaram que tirando a vida dele. E aí saiu arrastando, ainda, meu filho</p> <p><b>VP17</b>Imediatamente me desloquei pra lá. Chegando no hospital já encontrei meu filho já, né, vestido com saco preto, já estava praticamente já no saco preto. Daí, né, o desespero ocorreu, eu tive que fazer o que? Fazer o sepultamento dele, eu tive que correr atrás do sepultamento</p>	<p>e outro jovem também foi atingido. Só que ele ainda tava vivo. Ai, no que ele foi atingido, os homem levou ele lá pra baixo, onde eu também tenho parente lá embaixo. Meus parente foi em cima, meus parente pediu.</p> <p><b>VP16</b> E aí eu subo, não pude descer, porque foram policiais com butuca no rosto, apontando armas. “Se você descer, você vai ser ba, você vai receber também”. E aí ficou aquela agonia. Eu dizendo: “Eu quero ver meu filho”. E quando eu vim pelo outro lado de cá, porque são várias... desci pelo outro lado, ele já tinha passado. As pessoas que me contou, como mãe de família, disseram que meu filho estava vivo, mas que quando fez o desde o desdobramento de um beco acabaram que tirando a vida dele. E aí saiu arrastando, ainda, meu filho.</p> <p><b>VP17</b>Imediatamente me desloquei pra lá. Chegando no hospital já encontrei meu filho já, né, vestido com saco preto, já estava praticamente já no saco preto. Daí, né, o desespero ocorreu, eu tive que fazer o que? Fazer o sepultamento dele, eu tive que correr atrás do sepultamento dele. Mas no momento eu não encontrei o documento dele pra fazer, a carteira. Aí eu voltei ao local do crime, onde aconteceu o fato, e aí eu peguei, né, procurei o documento e não achou</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>CATEGORIA: ASPECTOS FACILITADORES</b>		
<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>	<b>EXCERTO DAS ENTREVISTAS</b>
<b>Permanências</b>	<b>VP17</b> Então, meu filho morreu como traficante, né. Saiu no jornal que meu filho era traficante, era de facção, que era do CP, que era chefe de tráfico, e meu filho vendia droga. Meu filho não era usuário de droga, meu filho nunca foi. Meu filho não estava roubando, porque, no entanto, fez perícia no carro, não tinha sequer um roubo dentro do carro	<b>VP17</b> Então, meu filho morreu como traficante, né. Saiu no jornal que meu filho era traficante, era de facção, que era do CP, que era chefe de tráfico, e meu filho vendia droga. Meu filho não era usuário de droga, meu filho nunca foi. Meu filho não estava roubando, porque, no entanto, fez perícia no carro, não tinha sequer um roubo dentro do carro. Não tinha nada dentro do carro, então meu filho não estava roubando. Meu filho não

<p><b>Injustiças</b></p>	<p><b>VP14</b>ainda não tinha consciência. Consciência de que eu sou uma mulher negra. Eu ainda não tinha consciência de que meu filho era um homem negro. Eu não tinha consciência de classe nessa época ainda, que eu achei que ele voltaria para casa porque ele não devia nada. Eu ainda não sabia que o racismo nesse país, ele tem endereço certo, ele tem cor, ele tem classe, e ele tem território.</p> <p><b>VP16</b>Então, mas, a equipe que tava naquela época, que é uma equipe que nem eu digo daquela época, que é uma equipe que ainda é visível, ainda vem aqui, né. Estava na atuação, era uma equipe bastante... que levou.</p> <p><b>VP12</b> foi polícia, né. Uma feminina, eles faz juramento pra matar até a mãe. Então matou um menino que ainda pediu “pelo amor de Deus, me leve pra minha avó”.</p> <p><b>VP13</b> Meu filho que era pra tá protegido, meu filho foi sequestrado e assassinado em 2013. O meu filho caçula, no ano de 2016, ... no bairro de Cajazeiras, meu filho foi baleado.</p> <p><b>VP13</b> meu filho foi baleado. Então, esse é o terceiro, seria o quarto filho.</p> <p><b>VP13E</b> nenhuma das autoridades do meu estado e nem do governo federal não veio nem pra passar a mão no ombro da minha filha e pedir desculpa a ela</p>	<p>tinha precisão de roubar. Não tava roubando, né. Aí eu enterrei meu filho, enterrei não, né, nem pude enterrar porque eu tinha, não, tava sem documento. Aí eu tive que correr atrás, porque o documento dele tava nas mãos dos policiais</p> <p><b>VP14</b>Eu ainda não tinha consciência. Consciência de que eu sou uma mulher negra. Eu ainda não tinha consciência de que meu filho era um homem negro. Eu não tinha consciência de classe nessa época ainda, que eu achei que ele voltaria para casa porque ele não devia nada. Eu ainda não sabia que o racismo nesse país, ele tem endereço certo, ele tem cor, ele tem classe, e ele tem território.</p> <p><b>VP16</b>Então, mas, a equipe que tava naquela época, que é uma equipe que nem eu digo daquela época, que é uma equipe que ainda é visível, ainda vem aqui, né. Estava na atuação, era uma equipe bastante... que levou.</p> <p><b>VP12</b> Porque foi polícia, né. Uma feminina, eles faz juramento pra matar até a mãe. Então matou um menino que ainda pediu “pelo amor de Deus, me leve pra minha avó”.</p> <p><b>VP13</b> Então, o que aconteceu? Meu filho que era pra tá protegido, meu filho foi sequestrado e assassinado em 2013. O meu filho caçula, no ano de 2016, passando por um órgão do governo doe estado, no bairro de Cajazeiras, meu filho foi baleado.</p> <p><b>VP13</b> O meu filho caçula, no ano de 2016, passando por um órgão do governo doe estado, no bairro de Cajazeiras, meu filho foi baleado. Então, esse é o terceiro, seria o quarto filho.</p> <p><b>VP13E</b> nenhuma das autoridades do meu estado e nem do governo federal não veio nem pra passar a mão no ombro da minha filha e pedir desculpa a ela, ou dizer que sentia muito, nem nada. Não fizeram nada.</p>
--------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p><b>VP14</b> Nesse país, justiça pra negro e pobre não... não existe. E eu já ver um julgamento na, na Justiça Militar. Eu fui ver, pra ver como é que era, o que eu ia passar, e... É uma piada, aquilo. É uma piada. Eu fui com meu advogado. Eu disse, eu quero ver como é um julgamento, até porque eu vou passar por isso e... Aquilo é uma completa piada! É um corporativismo muito forte dentro das organizações do Estado</p> <p><b>VP17</b>“Aí matou meu filho? Por que matou meu filho? Por que não fizeram uma abordagem?” Até então, se meu filho fosse uma pessoa errada, por que não parou meu filho, não algemou, não levou preso, e sim porque tinha que matar?</p> <p><b>VP17</b> Aí depois eu fui pro Ministério Público, denunciei, tive que denunciar ao Ministério Público. Aí o que foi que aconteceu?e depois de uma semana da denúncia, apareceu no meu comércio uma viatura da Rondesp... Então eu tive que para uma denúncia porque eu fiquei com medo de os policiais matarem meu filho, né, e acabar com minha família e até comigo mesma</p>	<p><b>VP14</b> Na Justiça militar, é, eles vão julgar os seus pares, então eu não acredito nisso. Nesse país, justiça pra negro e pobre não... não existe. E eu já ver um julgamento na, na Justiça Militar. Eu fui ver, pra ver como é que era, o que eu ia passar, e... É uma piada, aquilo. É uma piada. Eu fui com meu advogado. Eu disse, eu quero ver como é um julgamento, até porque eu vou passar por isso e... Aquilo é uma completa piada! É um corporativismo muito forte dentro das organizações do Estado Não é. Principalmente quando se trata de crimes relacionados ao próprio Estado</p> <p><b>VP17</b>“Aí matou meu filho? Por que matou meu filho? Por que não fizeram uma abordagem?” Até então, se meu filho fosse uma pessoa errada, por que não parou meu filho, não algemou, não levou preso, e sim porque tinha que matar? Porque o que, quando eu cheguei no local o que foi que me disseram, que para... meu filho parou o carro, meu filho e o amigo, porque morreram os dois, ele e o amigo. Aí o que foi que falaram, que meu filho saiu do carro com a mão na cabeça mais o amigo. Eles deram dois tiros no braço de meu filho. Aí pegar meu filho, colocaram na viatura, levaram meu filho pro Sertanejo, que é próximo ao local, e no Sertanejo pegaram o meu filho e mataram o meu filho com mais dois tiros. E daí eu fui achar meu filho, o corpo de meu filho já no hospital.</p> <p><b>VP17</b> Aí depois eu fui pro Ministério Público, denunciei, tive que denunciar ao Ministério Público. Aí o que foi que aconteceu? A denúncia ocorreu, e depois de uma semana da denúncia, apareceu no meu comércio uma viatura da Rondesp, né, assim que [...]. Então eu tive que para uma denúncia porque eu fiquei com medo de os policiais matarem meu filho, né, e acabar com minha família e até comigo mesma</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CATEGORIA: ESPECIFICIDADE		
UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
<b>Inverdades</b>	<p><b>VP14a</b> própria imprensa me ligou e disse: “acabaram com sua vida. É, que o seu filho, tá lá nos autos, lá que o seu filho não tinha envolvimento, era um menino... Enfim. Mas que a senhora é uma péssima mãe. Que a senhora abandonou o seu filho”....</p> <p><b>VP16</b> Mainha, tem uma foto de seu filho circulando na internet”. Porque, depois que eu saí, eles botaram uma arma em cima do meu filho pra mostrar que foi troca de tiro, né, quando na verdade não houve troca de tiro. Na verdade, ele não tinha arma nenhuma</p> <p><b>VP16</b> Na época, eu tive até acesso às luvas, que eles acabaram fazendo dos descartes,[ os meninos deu]. Só quando a imprensa veio, essa daí ficou com medo de... Porque a gente estava naquele furor mesmo de botar tudo... Então, não fizeram ao vivo, e aí aquela imagem ficou..</p> <p><b>VP17</b>Aí o que me disseram, que teve troca de tiro, meu filho, disse que meu filho revidou, trocou tiro e aconteceu o fato. Imediatamente eu disse a ele: “Aí matou meu filho?”</p>	<p><b>VP14</b> Quando terminou, que a, o Ministério Público mandou o caso do meu filho pra Justiça Militar, porque a juíza do Tribunal de Justiça entendeu que seria pra justiça militar, eu quero falar que, eu quero dizer que eles tentaram me crucificar. Porque eles colocaram assim: tá lá, todo mundo vê. Inclusive, a imprensa, eu tava na Colômbia na época, a própria imprensa me ligou e disse: “acabaram com sua vida. É, que o seu filho, tá lá nos autos, lá que o seu filho não tinha envolvimento, era um menino... Enfim. Mas que a senhora é uma péssima mãe. Que a senhora abandonou o seu filho”....</p> <p><b>VP16.</b> E depois, quando eu ceguei em casa, meu cunhado liga pra mim, não, liga pra minha sogra e fala: “Mainha, tem uma foto de filho circulando na internet”. Porque, depois que eu saí, eles botaram uma arma em cima do meu filho pra mostrar que foi troca de tiro, né, quando na verdade não houve troca de tiro. Na verdade, ele não tinha arma nenhuma</p> <p><b>VP16</b> Mas aí é aquela coisa: pega-se o jovem, bota-se os dedos, dá um tio pra cima e pronto, foi troca de tiro. Na época, eu tive até acesso às luvas, que eles acabaram fazendo dos descartes,[ os meninos deu]. Só quando a imprensa veio, essa daí ficou com medo de... Porque a gente estava naquele furor mesmo de botar tudo... Então, não fizeram ao vivo, e aí aquela imagem ficou..</p> <p><b>VP17</b> Aí nesse mesmo instante eu fui, eu, né, eu retruquei o motivo, porque até então eu não sabia o motivo da morte de meu filho. Não sabia o motivo da, do acontecimento. Aí o que me disseram, que teve troca de tiro, meu filho, disse que meu filho revidou, trocou tiro e aconteceu o fato. Imediatamente eu disse a ele: “Aí matou meu filho?”</p>

<p><b>VP17</b> Colocaram três tipos de droga na aborda...na, no carro onde meu filho estava. Colocaram cocaína, colocaram crack e colocaram maconha.</p> <p><b>VP17</b> No entanto eu não enterrei meu filho como, no dia, como tinha que ser enterrado, enterrei depois, porque aí então fez a, a necropsia no corpo de meu filho, e meu filho não trocou tiro com a polícia. Na bala, na mão de meu filho não tinha nenhuma pólvora, deu negativo</p> <p><b>VP13</b> Porque meu filho não tinha discernimento suficiente pra dizer que ele poderia estar proteg... que ele estaria correndo risco de vida ou não. Entendeu?</p> <p><b>VP16</b> Mas a gente que vive o dia a dia a gente sabe como é a situação aqui. Então, eles entraram atirando. Meu filho correu. Em vez dele correr pra dentro, ele correu pra fora</p> <p><b>VP17</b> Quando eu fui comunicada, é, já era já às 8 horas, né. Quando eu cheguei no local da abordagem, que disserem que teve a, troca de tiros, que os policiais falaram que foi troca de tiros, né, aí eu me desloquei ao local.</p> <p><b>VP17</b> e... Que estaria, estava com</p>	<p><b>VP17</b> Colocaram três tipos de droga na aborda...na, no carro onde meu filho estava. Colocaram cocaína, colocaram crack e colocaram maconha. Colocaram, é, duas armas e disseram que era de meu filho. No entanto eu nunca tive conhecimento que meu filho possuía uma arma. Eu não tinha conhecimento.</p> <p><b>VP17E</b> então, o que foi que eu fiz, eu não enterrei meu filho. Eu pedi, eu pedi que meu filho fosse, fizesse uma, uma perícia no corpo de meu filho, pra saber se realmente meu filho trocou tiro com a polícia. No entanto eu não enterrei meu filho como, no dia, como tinha que ser enterrado, enterrei depois, porque aí então fez a, a necropsia no corpo de meu filho, e meu filho não trocou tiro com a polícia. Na bala, na mão de meu filho não tinha nenhuma pólvora, deu negativo, então meu filho não trocou tiro com a polícia. Fez exame de tóxico no meu filho, meu filho nunca usou droga.</p> <p><b>VP13E</b> aí eu acho que foi uma das falhas mais graves que o programa de, que a equipe do, desse, do governo do estado, do governo federal fez. Porque meu filho não tinha discernimento suficiente pra dizer que ele poderia estar proteg... que ele estaria correndo risco de vida ou não. Entendeu?</p> <p><b>VP16</b> Às vezes é muito fácil dizer que houve um confronto, como foi, é colocado no jornal. Mas a gente que vive o dia a dia a gente sabe como é a situação aqui. Então, eles entraram atirando. William correu. Em vez dele correr pra dentro, ele correu pra fora</p> <p><b>VP17</b> Quando eu fui comunicada, é, já era já às 8 horas, né. Quando eu cheguei no local da abordagem, que disserem que teve a, troca de tiros, que os policiais falaram que foi troca de tiros, né, aí eu me desloquei ao local. No local ele já não estava mais lá, encontrei só a viatura com alguns policiais, que me disseram que teve troca de tiros e meu filho estaria no hospital Ernesto Simões.</p> <p><b>VP17</b> e... Que estaria, estava com droga,</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	droga, né, dizendo o policial, voz do policial, que ele estava com droga, todo tipo de droga, arma, colocaram na abordagem dele	né, dizendo o policial, voz do policial, que ele estava com droga, todo tipo de droga, arma, colocaram na abordagem dele
<b>CATEGORIA: REAÇÃO</b>		
<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>	<b>EXCERTO DAS ENTREVISTAS</b>
<b>Silenciamento</b>	<p><b>VP12</b>Só que assim, é um caso assim revoltante, porque até hoje não teve punição, não teve julgamento. Eu passo, vejo ele continuando trabalhar. Que foi uma polícia feminina</p> <p><b>VP13</b>Teve o primeiro, de 2008, assassinado. Dias depois o irmão foi emboscado, poderia ter sido assassinado. O terceiro filho foi assassinado em 2013. O quarto filho foi baleado em 2016.</p> <p><b>VP12</b> Então, é, é um caso assim que, que só tem punição pra quem é rico, pra pobre não existe.</p> <p><b>VP13</b>Então eu levei o caso, e foi a, e foi anexado a um inquérito que já estava aberto no Ministério Público por ongs de direitos humanos.</p>	<p><b>VP12</b> Só que assim, é um caso assim revoltante, porque até hoje não teve punição, não teve julgamento. Eu passo, vejo ele continuando trabalhar. Que foi uma polícia feminina. E foi esse dito-cujo que realmente eu encontro ele praticamente todos os dias.</p> <p><b>VP13</b>Teve o primeiro, de 2008, assassinado. Dias depois o irmão foi emboscado, poderia ter sido assassinado. O terceiro filho foi assassinado em 2013. O quarto filho foi baleado em 2016. E pra acabar de encerrar praticamente como que eu tô narrando aqui, a minha filha também que era pra tá protegida... Na época todos menores de idade, mas minha filha está maior de idade. Em 2017 minha filha foi estuprada.</p> <p><b>VP12</b>Então, pra gente como família, e eu como tia, que passo todos os dias e vejo o policial trabalhando no mesmo lugar, isso é revoltante. Então, é, é um caso assim que, que só tem punição pra quem é rico, pra pobre não existe. Que toda vez que eu passo que eu olho pra cara dele eu me sinto, assim, revoltada.</p> <p><b>VP13</b>Então eu levei o caso, e foi a, e foi anexado a um inquérito que já estava aberto no Ministério Público por ongs de direitos humanos. Desculpe, de meio ambiente. E aí o promotor...anexou o meu, a minha denúncia e, e pedido de acompanhamento do Ministério Público dessa questão ao inquérito civil número...E desse inquérito civil foi tomadas várias providências .</p>

<p><b>Protestos</b></p>	<p><b>VP14.</b> E fui até a rua onde abordaram ele. E eu segui pra, pra delegacia, com o delegado...., e eles não registraram minha ocorrência, disseram que eu tinha que ir na central de flagrantes</p> <p><b>VP17</b>Aí eu voltei ao local do crime, onde aconteceu o fato, e aí eu peguei, né, procurei o documento e não achou. Aí me disseram que estava na mão do policial. Aí o policial disse que não iria me entregar o documento dele. Então, sumiram com o documento de meu filho.</p> <p><b>VP14</b>crítica à militância. A verdade é que nós nos tornamos muito militantes de redes sociais, mas quando a gente chama pra ir pra rua é muito difícil.</p> <p><b>VP17</b>Eu tive que dar uma queixa, abrir denúncia na corregedoria, e pedir para os policiais entregar o documento de meu filho. Aí abria um denúncia, e o coronel mand... pediu que os policiais fosse lá entregar o documento... Na carteira de meu filho sumiu o cartão de meu filho. Sumiu o cartão de meu filho, que até hoje eu não achei esse cartão, tive bloquear</p>	<p><b>VP14.</b> E fui até a rua onde abordaram ele. E eu segui pra, pra delegacia, com o delegado...., e eles não registraram minha ocorrência, disseram que eu tinha que ir na central de flagrantes. . Eu acho que o nome é esse, central de flagrantes.</p> <p><b>VP17</b> Fazer o sepultamento dele, eu tive que correr atrás do sepultamento dele. Mas no momento eu não encontrei o documento dele pra fazer, a carteira. Aí eu voltei ao local do crime, onde aconteceu o fato, e aí eu peguei, né, procurei o documento e não achou. Aí me disseram que estava na mão do policial. Aí o policial disse que não iria me entregar o documento dele. Então, sumiram com o documento de meu filho.</p> <p><b>VP14</b> Então, eu também tenho uma crítica à militância. A verdade é que nós nos tornamos muito militantes de redes sociais, mas quando a gente chama pra ir pra rua é muito difícil. Inclusive, no conforto de uma sala de cinema, com ar condicionado, a militância não foi ver o filme onde retrata os desaparecidos da Bahia, e o caso Geovane Mascarenhas, não é. É isso aí.</p> <p><b>VP17</b>Eu tive que dar uma queixa, abrir denúncia na corregedoria, e pedir para os policiais entregar o documento de meu filho. Aí abria um denúncia, e o coronel mand... pediu que os policiais fosse lá entregar o documento. Aí eu fiquei lá esperando, aí foram entregar o documento de meu filho. Na carteira de meu filho sumiu o cartão de meu filho. Sumiu o cartão de meu filho, que até hoje eu não achei esse cartão, tive bloquear todas as coisas de meu filho nesse dia pra poder no, no, não sair o que tinha na conta dele. Porque eu sou comerciante, então, meu dinheiro às vezes eu colocava na conta dele pra poder a gente fazer alguma coisa pelo comércio. Então eu tive que bloquear, e esse cartão sumiu da carteira de meu filho. Eu só consegui achar o que? Só a identidade, a habilitação e o documento do carro de meu filho que tava... Que dizendo eles, foi isso que tava. Mas a carteira também eu não encontrei, só encontrei</p>
-------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p><b>VP14</b> E uma policial, uma policial mulher lá da... me disse assim “ah, vá na corregedoria de polícia civil”...teria que ir na, no Iguatemi, na central de flagrantes. E quando eu cheguei lá, ele ligaram, aí mandou eu ir pra DHPP, na Pituba. E ninguém registrava nada!</p> <p><b>VP14!</b> E... Em todos os lugares do mundo, onde eu posso, eu denuncio. É enquanto eu viver, em algum lugar eu vou falar do nome dele. Em qualquer lugar onde eu estiver... (pausa e choro)</p> <p><b>VP16</b> Só consegui ver meu filho no HGE, quando eu cheguei já estava a óbito. Tinha os policiais lá e tudo</p> <p><b>VP12</b>Então, mexeu muito com a Saramandaia em peso, porque sabe da índole dele, sabe da convivência, sabe do convivente da gente aqui no bairro.</p> <p><b>VP13</b> Ah, fui entrevistado pelo representante, por um jornalista representante da BBC de Londres no Brasil.</p>	<p>isso. Daí enterrei meu filho.</p> <p><b>VP14</b> E uma policial, uma policial mulher lá da... me disse assim “ah, vá na corregedoria de polícia civil”. Fui lá, mas eles disserem que não ia registrar, porque eu teria que ir na, no Iguatemi, na central de flagrantes. E quando eu cheguei lá, ele ligaram, aí mandou eu ir pra DHPP, na Pituba. E ninguém registrava nada!</p> <p><b>VP14!</b> E... Em todos os lugares do mundo, onde eu posso, eu denuncio. Eu agora, eu tive na Colômbia, estou indo pros Estados Unidos, eu sempre vou falar, porque as pessoas vão esquecer. Aliás, a maioria já esqueceu, mas eu preciso lu, essa luta por justiça e memória. Memória de filho! Não é? É enquanto eu viver, em algum lugar eu vou falar do nome dele. Em qualquer lugar onde eu estiver... (pausa e choro) Eu não sei quanto tempo eu vou viver, mas o tempo que eu viver, eu não vou deixar que esqueçam que meu filho passou por esse planeta, por essa terra, por esse estado, que... e que no dia 24 de outubro de 2014, o Estado da Bahia, através do governo do senhor Jaques Vagner, resolveu fazer o holocausto de meu filho.</p> <p><b>VP16</b> Só consegui ver meu filho no HGE, quando eu cheguei já estava a óbito. Tinha os policiais lá e tudo. Cê vê que no momento ele tava no saco, eu tirei do saco, ainda cheguei pra ver.</p> <p><b>VP12</b>Então, mexeu muito com a Saramandaia em peso, porque sabe da índole dele, sabe da convivência, sabe do convivente da gente aqui no bairro, porque a gente chegou aqui, praticamente fundou Saramandaia. E nego sabe quem é a família da gente. Entendeu? Então isso é muito revoltante.</p> <p><b>VP13</b> Ah, fui entrevistado pelo representante, por um jornalista representante da BBC de Londres no Brasil. Fui, é, buscado por uma representante de uma entidade que eu não sei pronunciar o nome, mas se não me engano é Avaaz, é uma entidade também de direitos humanos.</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



	<p><b>VP13</b> Porque no governo do estado, no governo federal, o meu caso, e pela Procuradoria da República, o meu caso está encerrado</p> <p><b>VP14</b> E começamos a fazer, a fazer protesto, o primeiro protesto passou na rede Record, com o programa de Varela, e a gente tava, eu tava muito angustiada, mas ainda havia uma esperança, devido à minha ingenuidade</p> <p><b>VP14</b> A morte do meu filho foi uma morte de tortura. Eu sei, eu sei disso. (pausa) E... aí eu denunciei pras instituições, Anistia, a Justiça Global, a Justiça Global, os jornalistas de fora entraram em conato comigo</p> <p><b>VP14</b> a estrutura do governo, eles ficaram um pouco melindrosos, que nem menino mimado, porque alguém conseguiu encarar eles frente a frene, dizer que é o Estado, que é o governo da Bahia, não é, que desaparece, que mata e que tortura</p>	<p><b>VP13</b> E de 2008 até agora 2018, inclusive com o apoio dessas entidades, eu ainda estou como no início de 2008, com ou meus filhos... Quer dizer, ainda mais grave, porque teve o segundo filho e, e tudo o que eu narrei, é, sem nenhuma perspectiva. Porque no governo do estado, no governo federal, o meu caso, e pela Procuradoria da República, o meu caso está encerrado.</p> <p><b>VP14</b> E começamos a fazer, a fazer protesto, o primeiro protesto passou na rede Record, com o programa de Varela, e a gente tava, eu tava muito angustiada, mas ainda havia uma esperança, devido à minha ingenuidade de acreditar que pelo fato de meu filho não ter nenhum problema com a lei, eu encontraria ele em algum lugar perdido, por não saber chegar em casa.</p> <p><b>VP14</b> E, daí em diante, é, Anistia Internacional entrou em contato comigo, e eu denunciei o fato, não é, porque já tinha mais de mês que meu filho estava, eu já sabia ali que filho estava morto. E eu sabia já que a morte dele... eu sabia que a morte dele não foi uma morte normal, não foi um tiro. Eu, eu sei disso. Um dia talvez todo mundo saiba. A morte do meu filho foi uma morte de tortura. Eu sei, eu sei disso. (pausa) E... aí eu denunciei pras instituições, Anistia, a Justiça Global, a Justiça Global, os jornalistas de fora entraram em conato comigo</p> <p><b>VP14</b> "... Enfim, eu acho que na verdade o, esse, a estrutura do governo, eles ficaram um pouco melindrosos, que nem menino mimado, porque alguém conseguiu encarar eles frente a frene, dizer que é o Estado, que é o governo da Bahia, não é, que desaparece, que mata e que tortura, como fez com Geovane, como fez com a chacina do Cabula, como fez com o Davi, como fez com o filho de Ana, com o filho de Cléo, com o filho de Iracema, com o filho de Ana, do Nordeste de Amaralina, como fez com o menino Joel, como fez com o filho de... esqueci o nome. É, no momento eu esqueci o nome, mas eu, é... Lá de Jane, de Pirajá, que</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p><b>VP14A</b> imprensa da Bahia, em qualquer lugar eu vou sempre falar dessa imprensa que me ajudou. A imprensa da Bahia, ela, ela foi de suma importância nesse fato.</p> <p><b>VP16</b> Quase que naquele, naquela época a viatura ia ser linchada ali, porque foi um menino que não...</p> <p><b>VP16</b> Só depois que teve uma outra matéria, com uma outra mãe... conseguiu fazer ao vivo e fez essa colocação dos nossos filhos, o ocorrido.</p> <p><b>VP16</b>Eu cheguei a ver alguns policiais pessoalmente lá no... Eu olhei pra cara de um e disse assim:” Só Deus que pode,, só Deus que pode recompensar você”. Aí ele olhou, eu disse: ‘É, o que você fez comigo só Deus pra puder lhe recompensar, lhe fazer conforme a vontade dele”. Porque, fardado.</p>	<p>naquela época eles mataram dez meninos em Pirajá.</p> <p><b>VP14</b> Um jornalista muito querido da Itália. E começamos essa pressão, não é, via redes sociais, e a imprensa. A imprensa da Bahia, em qualquer lugar eu vou sempre falar dessa imprensa que me ajudou. A imprensa da Bahia, ela, ela foi de suma importância nesse fato, porque elas ficaram, ela ficou durante muito tempo questionando a onde está meu filho.</p> <p><b>VP16</b> Mas quando o pessoal ficou em cima aí levaram. Quase que naquele, naquela época a viatura ia ser linchada ali, porque foi um menino que não...</p> <p><b>VP16</b> Só depois que teve uma outra matéria, com uma outra mãe de outro jovem que fez ao vivo, conseguiu fazer ao vivo e fez essa colocação dos nossos filhos, o ocorrido.</p> <p><b>VP16</b>E dentro desse contexto todo, o que pôde acontecer, mães de família, naquela época, tiveram seus dinheiros levados, apanharam. Teve... Oi, se naquela época fizesse uma matéria ao vivo o próprio governador Rui Costa, ele ia presenciar tudo o que foi acontecido dentro desse bairro. Mas, infelizmente, não foi, porque as pessoas, as pessoas trabalhadoras estavam revoltadas. Que tiveram suas casas invadidas, tiveram seus dinheiros levados, e não deram nada, né. Eu cheguei a ver alguns policiais pessoalmente lá no... Eu olhei pra cara de um e disse assim:” Só Deus que pode,, só Deus que pode recompensar você”. Aí ele olhou, eu disse: ‘É, o que você fez comigo só Deus pra puder lhe recompensar, lhe fazer conforme a vontade dele”. Porque, fardado.</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CATEGORIA: MOBILIZAÇÃO		
UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
Reconhecimento	<p><b>VP12</b> Então, é uma coisa assim revoltante, que era um menino de família, de boa índole, fazia curso, estudava, sonhava pra poder dar uma vida melhor á mãe, que já não tinha pai..</p> <p><b>VP14</b> E eu achei que, a qualquer momento meu filho chegaria em casa. Mas aí eu fui lembrando que ele não sabia ler, ele nunca pegou ônibus sozinho, aí que começou a bater o desespero, quando eu lembrei que meu filho não, nunca pegou o ônibus sozinho. E eu liguei pro celular dele, aquele chip dele era novo, mas o telefone dele só dava caixa o tempo todo.</p>	<p><b>VP12</b> Então, é uma coisa assim revoltante, que e ra um menino de família, de boa índole, fazia curso, estudava, sonhava pra poder dar uma vida melhor á mãe, que já não tinha pai, a mãe lutando, a gente também. E ele era um jovem assim maravilhoso! Tem quem mora em Saramandaia e sabe da história dele, conhece quem é Alexandre. Entendeu?</p> <p><b>VP14</b> Eu, até aí, como o meu filho era muito tranquilo, não tinha envolvimento com narcotráfico, com... e ainda que tivesse com assalto, essas coisas, ele não tinha envolvimento criminal. Eu, eu como nunca lidei com esse tipo de situação, por exemplo, eu nunca tinha entrado em uma delegacia, foi a primeira vez. Eu nunca tive problemas com a lei. E eu achei que, a qualquer momento meu filho chegaria em casa. Mas aí eu fui lembrando que ele não sabia ler, ele nunca pegou ônibus sozinho, aí que começou a bater o desespero, quando eu lembrei que meu filho não, nunca pegou o ônibus sozinho. E eu liguei pro celular dele, aquele chip dele era novo, mas o telefone dele só dava caixa o tempo todo.</p>
Justiça	<p><b>VP16</b> Os médicos foram no enterro, os comerciantes foram no enterro. Foi mesmo uma coisa assim, porque todo mundo conhecia o procedimento de passar, de ver, não era dizer que era um menino que era...</p> <p><b>VP17</b> ... meu filho era um jovem de 22 anos, um jovem que trabalhava, carteira assinada, um jovem que estudava, um jovem que tinha uma família, né, equilibrada.</p> <p><b>VP12</b> foi polícia, né. Uma feminina, eles faz juramento pra matar até a mãe. Então matou um</p>	<p><b>VP16</b> ... Os médicos foram no enterro, os comerciantes foram no enterro. Foi mesmo uma coisa assim, porque todo mundo conhecia o procedimento de passar, de ver, não era dizer que era um menino que era... Então, hoje, até o dia de hoje, houve alguma, a gente deu entrada?</p> <p><b>VP17</b> ... meu filho era um jovem de 22 anos, um jovem que trabalhava, carteira assinada, um jovem que estudava, um jovem que tinha uma família, né, equilibrada.</p> <p><b>VP12</b> Porque foi polícia, né. Uma feminina, eles faz juramento pra matar até a mãe. Então matou um menino que ainda</p>

	<p>menino que ainda pediu “pelo amor de Deus, me leve pra minha avó”.</p> <p><b>VP13</b> ameaçado no meu país, dito pela Justiça Global, entidade de direitos humanos e pela Anistia Internacional, que em 2013 me colocou como campanha mundial de direitos humanos. E que em 2014 levou o meu caso pra um debate na cidade de Santa Louis, nos Estados Unidos. Que em 2015 fez um manifesto pedindo que a apuração da morte dos meus filhos fosse apurada de uma forma, célere e correta</p> <p><b>VP14</b> E o fato foi pro Ministério Público, e quatro anos depois eles mandam pra justiça militar.</p> <p><b>VP14</b> É, se fosse no Sul, isso seria noticiado a semana toda, mas no Nordeste não saiu em nenhuma, nenhum jornal nacional. Né? Nem de, nem na Banda nacional, em nenhuma rede nacional. Porque já tem uma música que diz assim “pro Nordeste, o Brasil vira as costas”, e a gente percebe isso.</p> <p><b>VP16</b> Porque, na verdade, é como diz, tem vários tipos de policiais. E esse, então, pra se falar, esse que já é bem conhecido aqui, é bem notório, é bem visível, que já tem o costume de entrar, de levar as coisas,</p>	<p>pediu “pelo amor de Deus, me leve pra minha avó”.</p> <p><b>VP13</b> É, sou reconhecido defensor de direitos humanos, e inclusive defensor de direitos humanos ameaçado no meu país, dito pela Justiça Global, entidade de direitos humanos e pela Anistia Internacional, que em 2013 me colocou como campanha mundial de direitos humanos. E que em 2014 levou o meu caso pra um debate na cidade de Santa Louis, nos Estados Unidos. Que em 2015 fez um manifesto pedindo que a apuração da morte dos meus filhos fosse apurada de uma forma, célere e correta.</p> <p><b>VP14</b> E o fato foi pro Ministério Público, e quatro anos depois eles mandam pra justiça militar.</p> <p><b>VP14</b> É, se fosse no Sul, isso seria noticiado a semana toda, mas no Nordeste não saiu em nenhuma, nenhum jornal nacional. Né? Nem de, nem na Banda nacional, em nenhuma rede nacional. Porque já tem uma música que diz assim “pro Nordeste, o Brasil vira as costas”, e a gente percebe isso. Que realmente é uma realidade. É, também, nesse momento, eu quero deixar, eu quero deixar gravado uma fala de uma pessoa que partiu há pouco tempo, chamado Ricardo Boechat. E é uma entrevista dele na Band News, onde ele disse que Davi Fiuza era o Amarildo da Bahia. E quando eu soube da morte do Boechat eu estava numa clínica, e eu vi. E foi a única coisa que eu lembrei, quando ele disse que Davi Fiuza era o Amarildo da Bahia. Saudades eternas.</p> <p><b>VP16</b> Nenhum. Porque, na verdade, é como diz, tem vários tipos de policiais. E esse, então, pra se falar, esse que já é bem conhecido aqui, é bem notório, é bem visível, que já tem o costume de entrar, de levar as coisas, então, já se sabe determinadas...</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## ANEXO II

Quadro II Grupo 2- formado por entrevistados familiares, comerciantes e vizinhos que falaram sobre linchamentos.

<b>CATEGORIA: FATORES MOTIVADOR</b>		
UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
<b>Representação do jovem negro</b>	<p><b>VL12</b> na verdade, que ele estava escondido na varanda da casa dessa mulher tentando se esconder, possivelmente de alguma coisa.</p> <p><b>VL12.</b> E aí aconteceu que infelizmente nesse ele foi executado. É... embora os parentes dele tivessem, foram, falaram que ele tinha problemas psicológicos, que ele sofria de certos distúrbios mentais</p> <p><b>VL13</b> tinha uma companheira aqui no, aqui Na Lagoa da Paixão, e suspeitaram que ele usou uma criança,</p> <p><b>VL14</b> o rapaz foi assaltar lá o mercado, e na hora o, esse jogador, que era um idoso, entrou pra comprar o pão, foi na hora que teve essa troca de tiro e alvejou o jogador.</p>	<p><b>VL12E</b> tem os lugares que a gente transitava e tem algumas casas e alguns lugares que pra nós passarmos nós precisamos pular o muro da casa das pessoas pra poder ir, né? Pra empinar pipa, pra brincar de gude, de bola, enfim. E aí o que é que acontece? Era noite, também, nesse, nesse dia. E aí esse menino, ele estava acredita-se, ouviu-se falar, eu ouvi falar, na verdade, que ele estava escondido na varanda da casa dessa mulher tentando se esconder, possivelmente de alguma coisa.</p> <p><b>VL12.</b> E aí aconteceu que infelizmente nesse ele foi executado. É... embora os parentes dele tivessem, foram, falaram que ele tinha problemas psicológicos, que ele sofria de certos distúrbios mentais, e por ele fazer uso de, de droga ele não tinha muita noção do que ele realmente estava fazendo naquele momento</p> <p><b>VL13</b> Exatamente aconteceu, um funcionário de uma fábrica de móveis, ele, morava na Fazenda Couto, tinha uma companheira aqui no, aqui Na Lagoa da Paixão, e suspeitaram que ele usou uma criança,</p> <p><b>VL14</b> Como eu disse a senhora, que o rapaz foi assaltar lá o mercado, e na hora o, esse jogador, que era um idoso, entrou pra comprar o pão, foi na hora que teve essa troca de tiro e alvejou o jogador. Entendeu? Que na hora o segurança foi até preso, porque ele foi</p>

<p><b>Punições</b></p>	<p><b>VL15</b>ele saiu aí... Não sei se foi não Pau Miúdo ou se foi por aqui mesmo, aí trouxe um (ruídos), trouxe um casal para dar um socorro a ele, a mulher dele, do casal... Quando foi de manhã, só soubemos da notícia do que aconteceu</p> <p><b>VL16</b>Aí começou a roubar as coisas da mulher. Roubou o bujão, umas coisas da mulher, e depois ele praticou o crime que ‘estrupou’ a mulher e matou a mulher. Aí saiu do bairro e fugiu.</p> <p><b>VL17</b>ele havia roubado um coletivo de ônibus. E aí, no caso, quando chegou aproximadamente no ponto do Retiro, ele desceu do ônibus e aí saiu correndo.</p> <p><b>VL12</b>infelizmente acabou que o, a pessoa acabou vindo a, a morrer, né, vindo a óbito.</p> <p><b>VL12</b>pegaram o menino e executaram o menino. Espancaram ele, bateram bastante nele de barra de ferro, de coronhada, de... E pra finalizar com esse, com essa execução dele, eles o jogaram do morro, que existe um morro lá na</p>	<p>preso em flagrante.</p> <p><b>VL15</b> ... Quando foi no dia 25 de março, ele saiu aí... Não sei se foi não Pau Miúdo ou se foi por aqui mesmo, aí trouxe um (ruídos), trouxe um casal para dar um socorro a ele, a mulher dele, do casal. Ele, como era um menino muito bom e ajudava a todos, aí ele foi dar esse socorro. Nós, ainda falamos com ele para não ir deixar lá no posto e de saúde e voltar, mas ele... Não sei o quê houve, mas ele, de lá, não sei para onde ele foi. Quando foi de manhã, só soubemos da notícia do que aconteceu.</p> <p><b>VL16</b> ele chegou de noite, arrombou a creche, arroubou a creche na boca da noite, que ninguém viu. Na, na calada da noite, foi planejado. Aí começou a roubar as coisas da mulher. Roubou o bujão, umas coisas da mulher, e depois ele praticou o crime que ‘estrupou’ a mulher e matou a mulher. Aí saiu do bairro e fugiu. Quando chegou de manhã que o pessoal foi ver o que ele tinha feito.</p> <p><b>VL17</b> onde houve um espancamento. Um indivíduo, suspeito, ele havia roubado um coletivo de ônibus. E aí, no caso, quando chegou aproximadamente no ponto do Retiro, ele desceu do ônibus e aí saiu correndo. Só que ele não esperava que iria se bater com uma viatura. Aí ele acabou retrocedendo.</p> <p><b>VL12</b> E aí sim, e aí o segundo caso que foi, esse caso ele veio a, o ocorrido infelizmente acabou que o, a pessoa acabou vindo a, a morrer, né, vindo a óbito.</p> <p><b>VL12</b> eles interviram nessa situação, pegaram o menino e executaram o menino. Espancaram ele, bateram bastante nele de barra de ferro, de coronhada, de... E pra finalizar com esse, com essa execução dele, eles jogaram ele do morro, que existe um</p>
------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Sussuarana, e ele o jogaram do morro embaixo. Ao mesmo tempo que ele descia o morro rolando ele ia atirando, né?</p> <p><b>VL12o</b> pessoal confundiu ele e amarrou ele na trave. Chicoteou, bateram muito, veio até a óbito</p> <p><b>VL14</b> tiro era pra pegar no vagabundo, pegou no rapaz que não tinha nada a ver.</p> <p><b>VL14</b> pra mim que nem conseguira pegar ele. Que ele escapou. Entendeu? Mas lincharam ele né...</p> <p><b>VL15e</b> atropelou aquele morador de rua que ficam ali. Aí, segundo o pessoal, moradores de rua, apedrejou ele até a morte e aí foi um caso triste.</p> <p><b>VL16</b>, ele foi linchado pela população devido ao fato de que, o que eu soube, que a polícia o peg... o capturou, encontrou ele num determinado local e entregou à população pra que fizesse o que achasse que fosse a justiça.</p> <p><b>VL17</b>uma população, um grupozinho de aproximadamente cinco a seis pessoas, aí, começou a</p>	<p>morro lá na Sussuarana, e ele jogaram ele do morro embaixo. Ao mesmo tempo que ele descia o morro rolando ele ia atirando, né?</p> <p><b>VL12e</b> o pessoal confundiu ele e amarrou ele na trave. Chicoteou, bateram muito, veio até a óbito. Foi um negócio insuportável, que não era pra acontecer, mas, infelizmente, hoje o pessoal confunde as coisas.</p> <p><b>VL14</b> Que o tiro era pra pegar no vagabundo, pegou no rapaz que não tinha nada a ver</p> <p><b>VL14</b> acho que, eu tenho pra mim que nem conseguira pegar ele. Que ele escapou. Entendeu? Mas lincharam ele né...</p> <p><b>VL15</b> Que, na antiga rodoviária velha, ele foi fazer o retorno ali, para retornar para a Barros Reis e atropelou aquele morador de rua que ficam ali. Aí, segundo o pessoal, um morador de rua, apedrejou ele até a morte e aí foi um caso triste, mas, ele era um bom filho! Estava trabalhando, tem um mês e pouco de trabalho e o que nós sabemos “são” só isso mesmo, da morte dele.</p> <p><b>VL16</b> foi que... assim... foi muito rápida a ideia que chegou que foi o, o rapaz que foi o mentor de todas as duas atrocidades, tanto do estupro como do assassinato. Porque, depois que encontraram o corpo da criatura, ele foi linchado pela população devido ao fato de que, o que eu soube, que a polícia o peg... o capturou, encontrou ele num determinado local e entregou à população pra que fizesse o que achasse que fosse a justiça.</p> <p><b>VL17</b> Aí foi quando um grupo de, do pessoal que estava no ponto, uma população, um grupozinho de</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>perseguir ele e aí conseguiu pegar ele e dar uma... e linchar ele. Aí ele acabou sendo linchado, acabou ficando com vários, com vários sin... é... espancamento, ficou...</p> <p><b>VL17</b> Foi tanto que a viatura apareceu da guarnição da polícia militar acabou deixando ele ser espancado.</p>	<p>aproximadamente cinco a seis pessoas, aí, começaram a perseguir ele e aí conseguiu pegar ele e dar uma... e linchar ele. Aí ele acabou sendo linchado, acabou ficando com vários, com vários sin... é... espancamento, ficou...</p> <p><b>VL17</b> Foi quando aproximadamente apareceu uma viatura. Foi tanto que a viatura apareceu da guarnição da polícia militar acabou deixando ele ser espancado.</p>
<b>CATEGORIA: FATORES FACILITADORES</b>		
UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
<b>Permanências</b>	<p><b>VL12E</b> aí sim, e aí o segundo caso que foi, esse caso ele veio a, o ocorrido infelizmente acabou que o, a pessoa acabou vindo a, a morrer, né, vindo a óbito. E foi um caso bem parecido também com esse primeiro,</p> <p><b>VL17E</b> também houve um, um outro caso de um cara que, é, ele, ele é vinha, ele é vinha passando aí ele se encontrou com as duas mulheres, aí ele deu a voz de assalto para essas duas mulheres... E aí quando esses meninos da sinaleira percebeu que a arma que ele estava era de brinquedo, acabou espancando ele.</p>	<p><b>VL12E</b> aí sim, e aí o segundo caso que foi, esse caso ele veio a, o ocorrido infelizmente acabou que o, a pessoa acabou vindo a, a morrer, né, vindo a óbito. E foi um caso bem parecido também com esse primeiro, é, embora, pelos relatos, tende-se a achar que esse segundo caso realmente era um caso de estupro. Mas o que também não, não justifica você vim a, a tirar a vida de uma pessoa..</p> <p><b>VL17</b> E também houve um, um outro caso de um cara que, é, ele, ele é vinha, ele é vinha passando aí ele se encontrou com as duas mulheres, aí ele deu a voz de assalto para essas duas mulheres. Porém ele não esperava que ele iria se bater dos meninos que fica na sinaleira, é, limpando carro, que percebeu que a arma era de brinquedo. E aí quando esses meninos da sinaleira percebeu que a arma que ele estava era de brinquedo, acabou espancando ele.</p>
<b>Injustiças</b>	<p><b>VL12</b> Foi um negócio insuportável, que não era pra acontecer, mas, infelizmente, hoje o pessoal confunde as coisas.</p>	<p><b>VL12</b> Foi um negócio insuportável, que não era pra acontecer, mas, infelizmente, hoje o pessoal confunde as coisas.</p>
<b>CATEGORIA: ESPECIFICIDADE</b>		
UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS



<p><b>Inverdades</b></p>	<p><b>VL12</b> uso de, de drogas mesmo. E ele estava escondido. Só que aí, o que acontece, essa, essa mulher, ela relatou que ele estava tentando invadir a casa dela pra estuprar ela.</p> <p><b>VL13</b> ter uma mais, uma informação mais completa pra não vir a acontecer esse fato, mas, infelizmente, todos lugares hoje existem ainda essa dúvida. Aí acontece.</p> <p><b>VL12</b> de uma suposta acusação de, de estupro em que em nenhum dos dois casos pode-se comprovar. Até porque em nenhum dos dois casos a pessoa, ela foi perguntada o que é que tinha acontecido</p> <p><b>VL13</b> ninguém julgar o errado pelo certo, e nem o certo pagar o preço pelo errado.</p> <p><b>VL16</b> ele não teve nem um tempo pra se defender. Ele não teve... A voz dele não foi ouvida. E aí chegou-se à conclusão que ele tinha feito, então que tinha que fazer justiça.</p> <p><b>VL16</b> feito, então que tinha que fazer justiça. Até porque tem aquela fala, que ele ia ficar preso, mas que ele ia ser logo solto. E a vida dela não voltaria mais.</p>	<p><b>VL12</b> Esse menino, ele era usuário de droga então fica muito aquilo de que ele estava sob o efeito de entorpecente, né, de uso de, de drogas mesmo. E ele estava escondido. Só que aí, o que acontece, essa, essa mulher, ela relatou que ele estava tentando invadir a casa dela pra estuprar ela.</p> <p><b>VL13</b> não poderia ter uma mais, uma informação mais completa pra não vir a acontecer esse fato, mas, infelizmente, todos lugares hoje existem ainda essa dúvida. Aí acontece.</p> <p><b>VL12</b> de uma suposta acusação de, de estupro em que em nenhum dos dois casos pode-se comprovar. Até porque em nenhum dos dois casos a pessoa, ela foi perguntada o que é que tinha acontecido. No primeiro relatou-se enquanto o menino corria. E no segundo a pessoa relatou que ele estava realmente tentando invadir a casa dela. Em nenhum dos dois casos eles tiveram o direito de, de responder.</p> <p><b>VL13</b> Mas, pedir a Deus que não venha, Jesus, ninguém julgar o errado pelo certo, e nem o certo pagar o preço pelo errado. Mas é isso mesmo, pedir a Deus misericórdia que não venha a confundir ninguém, pra vim acontecer, assim, algo desagradável. Isso mesmo.</p> <p><b>VL16</b> E, assim, fiquei pensando, ele não teve nem um tempo pra se defender. Ele não teve... A voz dele não foi ouvida. Ouve fato, é claro, que ligavam o cidadão à, à cena do crime, a ter cometido o crime. E aí chegou-se à conclusão que ele tinha feito, então que tinha que fazer justiça.</p> <p><b>VL16</b> feito, então que tinha que fazer justiça. Até porque tem aquela fala, que ele ia ficar preso, mas que ele ia ser logo solto. E a vida dela não voltaria mais.</p>
<p><b>CATEGORIA: REAÇÃO</b></p>		

UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
Silenciamento	<p><b>VL12</b>Mas ficou o trauma, né, de ser espancado no lugar que mora, com as pessoas que conhece, enfim. Mas, assim, pelo poder público, nenhuma providência, apesar de ter sido veiculado nas mídias, né, televisivas e tudo o mais. Nenhuma providência, nenhuma, nenhuma organização, é... particular, nem, pública</p> <p><b>VL14.</b> Segundo o registro, ele foi linchado. Não. Eu não tô sabendo que ele foi linchado. Tô sabendo agora</p> <p><b>VL15</b>Não, não, não. Não comunicaram nada a nós. Eu só fui no DHPP, para pegar a ocorrência da morte dele e pronto!</p> <p><b>VL15</b>No DHPP, mas eu não fui chamado sobre averiguação de nada, não. Sobre quem fez isso, quem não fez, não falaram nada</p> <p><b>VL16</b>esse pessoal sempre tem receio de falar por causa da, da represália. Não é? E a pessoa que mora no bairro não, não quer comentar porque se saísse qualquer conversa, qualquer coisa a pessoa tem medo</p> <p><b>VL16</b>a pessoa sabe, mas não comenta nada. Né? Porque sabe que nos bairros, hoje em dia, dá sempre</p>	<p><b>VL12</b>Mas ficou o trauma, né, de ser espancado no lugar que mora, com as pessoas que conhece, enfim. Mas, assim, pelo poder público, nenhuma providência, apesar de ter sido veiculado nas mídias, né, televisivas e tudo o mais. Nenhuma providência, nenhuma, nenhuma organização, é... particular, nem, pública, nem nada, nem sem fins lucrativos assumiu a responsabilidade de dar o suporte pra ele nessa questão, e tudo o mais. E nada.</p> <p><b>VL14</b> A pessoa que comete o assalto? Segundo o registro, ele foi linchado. Não. Eu não tô sabendo que ele foi linchado. Tô sabendo agora pela senhora.</p> <p><b>VL15</b>Não, não, não. Não comunicaram nada a nós. Eu só fui no DHPP, para pegar a ocorrência da morte dele e pronto! Mas eu não precisei dá nenhuma entrevista, nem nada, lá não, sobre o motivo da morte dele e tudo.</p> <p><b>VL15</b>No DHPP, mas eu não fui chamado sobre averiguação de nada, não. Sobre quem fez isso, quem não fez, não falaram nada. Foi sobre, só para pegar a documentação no DHPP, para poder dar entrada nos documentos dele de... Que tinha que dá.</p> <p><b>VL16</b> Não, porque esse pessoal sempre tem receio de falar por causa da, da represália. Não é? E a pessoa que mora no bairro não, não quer comentar porque se saísse qualquer conversa, qualquer coisa a pessoa tem medo, né? Tem medo de qualquer represália. Aí a pessoa fica com medo de ficar comentando, não é?</p> <p><b>VL16</b>Às vezes a pessoa sabe, mas não comenta nada. Né? Porque sabe que nos bairros, hoje em dia, dá sempre</p>

<p>Protestos</p>	<p>represália e aí? Qual é...? Se não for conhecido, qualquer coisa, tem que sair do bairro, qualquer coisa, né</p> <p><b>VL17</b>apareceu uma outra viatura que, no caso, essa outra viatura que acabou intervindo. Aí foi quando o policial deu um tiro pra cima que as pessoas foi, saiu correndo.</p> <p><b>VL17</b>amigo que incentivou ele a cometer esse delito foi... Talvez ele teve a mente fraca também, ne?</p> <p><b>VL12</b>E aí foi aí, a partir desses casos, desse primeiro caso foi que começou-se a explicitar que o bairro de Sussuarana era um dos bairros mais violentos. Então, a partir daí foi que a gente começou a fazer as intervenções pra modificar essa visibilidade da, do bairro.</p> <p><b>VL15</b> Era um menino querido por todos, tanto quê, no dia do enterro dele, parece que parou tudo! Que, na Baixa de Quintas...Nesse dia foi pela manhã, só teve o enterro dele, o cemitério ficou tomado de gente e foi meio de semana. Porque ele era muito querido, todo mundo gostava dele, mas...</p> <p><b>VL16</b>foi um crime bárbaro, que culminou tanto com a morte da mãe dela como a morte do, do rapaz que...</p>	<p>represália e aí? Qual é...? Se não for conhecido, qualquer coisa, tem que sair do bairro, qualquer coisa, né? Então é melhor ficar calado do que ficar conversando, não é?</p> <p><b>VL17</b>Aí, aproximadamente, questão de uns dez minutos, apareceu uma outra viatura que, no caso, essa outra viatura que acabou intervindo. Aí foi quando o policial deu um tiro pra cima que as pessoas foi, saiu correndo.</p> <p><b>VL17</b>Mas pelo fato da, do incentivo do amigo que incentivou ele a cometer esse delito foi... Talvez ele teve a mente fraca também, ne? Aí foi que aconteceu isso.</p> <p><b>VL12</b> E aí foi aí, a partir desses casos, desse primeiro caso foi que começou-se a explicitar que o bairro de Sussuarana era um dos bairros mais violentos, incluindo essa questão da criminalidade, do tráfico, do roubo, da morte e das tentativas de, de espancamento, e tal. Então, a partir daí foi que a gente começou a fazer as intervenções pra modificar essa visibilidade da, do bairro.</p> <p><b>VL15</b> Era um menino querido por todos, tanto quê, no dia do enterro dele, parece que parou tudo! Que, na Baixa de Quintas, sempre quando eu vou lá em enterros, na Baixa de Quintas, tem 5,6,7,8,9 ou 10. Nesse dia foi pela manhã, só teve o enterro dele, o cemitério ficou tomado de gente e foi meio de semana. Porque ele era muito querido, todo mundo gostava dele, mas... É o chamado do pai, a gente não pode fazer mais nada.</p> <p><b>VL16</b>o que aconteceu com a mãe dela foi um crime bárbaro, que culminou tanto com a morte da mãe dela como a morte do, do rapaz que... Não posso mais chamar de suposto, eu tenho que dizer que foi o, o mentor, né, da, do estupro e do assassinato da senhora.</p>
------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p><b>VL16</b> Não volta de forma nenhuma, nem com linchamento e com a morte dele, e nem também se ele ficasse preso.</p> <p><b>VL16</b> é muito triste pra mim lembrar dessa situação, porque eu me lembro do sofrimento dessa minha amiga, a filha da vítima. Ela até hoje não consegue falar sobre.</p>	<p><b>VL16</b> Não volta de forma nenhuma, nem com linchamento e com a morte dele, e nem também se ele ficasse preso</p> <p><b>VL16</b> E, é, esse caso é muito triste pra mim lembrar dessa situação, porque eu me lembro do sofrimento dessa minha amiga, a filha da vítima. Ela até hoje não consegue falar sobre.</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CATEGORIA: MOBILIZAÇÃO		
UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
<b>Reconhecimento</b>	<p><b>VL13</b> era um profissional...Diz que era um pai de família excelente.</p> <p><b>VL15</b> Ele era um filho muito bom. Ele trabalhava em um lava jato, tinha até um lava jato aqui do lado.</p> <p><b>VL17</b>horário das seis horas houve um parente dele, é, falando que era irmão dele, que veio procurar por ele e tudo, ainda. Só que aí eu também não sabia informa pra onde a viatura tinha levado ele.</p> <p><b>VL17</b> irmão dele, ele ainda relatou pra mim, que eu lembro, falou que ele não tinha necessidade de estar fazendo isso porque a família tinha uma condiçãozinha e ele tinha o trabalho dele.</p>	<p><b>VL13</b> Que era um profissional... Boa sorte pra família. Jesus coloque a alma dele em bom lugar. Diz que era um pai de família excelente.</p> <p><b>VL15</b> Ele era um filho muito bom. Ele trabalhava em um lava jato, tinha até um lava jato aqui do lado, ou foi em março de 2015. Ele estava precisando de um lavador, no lava jato, lá na oficina, na loja, aí ele foi contratado.</p> <p><b>VL17</b> Foi quando aproximadamente no horário das seis horas houve um parente dele, é, falando que era irmão dele, que veio procurar por ele e tudo, ainda. Só que aí eu também não sabia informa pra onde a viatura tinha levado ele, os policiais. Aí eu tinha informado que tinham levado pra quarta</p> <p><b>VL17</b> E aí foi quando esse irmão dele, ele ainda relatou pra mim, que eu lembro, falou que ele não tinha necessidade de estar fazendo isso porque a família tinha uma condiçãozinha, e ele tinha o trabalho dele.</p>
<b>Justiça</b>	<p><b>VL12</b> ficou aí a perda, né, desse caso, e o sofrimento das duas famílias, pelo fato de eles terem sido espancados, e no segundo caso ele ter sido exterminado.</p> <p><b>VL13</b>Mas, você sabe, todo lugar hoje existe a maldade. É isso mesmo.</p> <p><b>VL14</b>A gente que... como eu trabalho de segurança, a agente quando pega aqui, a gente não deixa a população nenhuma linchar. A gente espera a viatura chegar</p>	<p><b>VL12</b> Então, ficou aí a perda, né, desse caso, e o sofrimento das duas famílias, pelo fato de eles terem sido espancados, e no segundo caso ele ter sido exterminado. E aí foi isso.</p> <p><b>VL13</b>Não era pra acontecer. Mas, você sabe, todo lugar hoje existe a maldade. É isso mesmo. Deus conforte a família e coloque ele no lugar...Mas Jesus coloque a alma dele em bom lugar.</p> <p><b>VL14</b>Mas quando... A gente que... como eu trabalho de segurança, a agente quando pega aqui, a gente não deixa a população nenhuma linchar. A gente espera a viatura chegar, bota ele num lugar reservado, espera a viatura chegar aí pra levar ele até a delegacia.</p>

	<p><b>VL15</b>eu não fui chamado sobre averiguação de nada, não. Sobre quem fez isso, quem não fez, não falaram nada.</p> <p><b>VL17</b>influência do amigo que ele acabou fazendo isso. E foi tanto que o amigo correu e deixou ele. Aí foi isso o que aconteceu.</p>	<p><b>VL15</b>No DHPP, mas eu não fui chamado sobre averiguação de nada, não. Sobre quem fez isso, quem não fez, não falaram nada. Foi sobre, só para pegar a documentação no DHPP, para poder dar entrada nos documentos dele de... Que tinha que dá.</p> <p><b>VL17</b> Mas o, o irmão dele tava muito preocupado, falou que ele não precisava tá fazendo essas coisas, mas como eu tô relatando aqui, né, por causa da influência do amigo que ele acabou fazendo isso. E foi tanto que o amigo correu e deixou ele. Aí foi isso o que aconteceu.</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### ANEXO III

Quadro 3 - Grupo III – formado por entrevistados membros e/ou representantes de instituições públicas e/ou instancias dos poderes que realizaram ações políticas no âmbito do debate e/ou de cunho legislativo sobre questões ligadas à juventude negro.

<b>CATEGORIA: FATORES MOTIVADOR</b>		
UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
<b>Representação do jovem negro</b>	<p><b>MIPP1</b> o que a gente escutava da juventude de lá, desse município da região metropolitana, eram relatos muito parecidos com o que a gente ouve aqui em salvador, de uma política de segurança Pública agressiva que agride antes de perguntar, que utiliza métodos, é... como é que eu vou dizer...; métodos que não se atualizam e que não incorporam as dinâmicas atual da juventude</p> <p><b>MIPP2</b> Olha, as mortes, é, eu acho que é algo que nós precisamos aprofundar, é, o debate e oferecer soluções. Uma das soluções apresentadas pela CPI para evitar que os operadores do sistema tivessem a liberdade para continuar assassinando os nossos jovens.</p> <p><b>MIPP4</b> Pois é. Nós, nós fomos procurados aqui pela juventude ali da Cidade Baixa, ali do MJ Pop, que tem um grupo grande ali de jovens que tem um trabalho importante, que nos pautaram e que queriam também fazer... Fizeram a primeira conferência agora, também, Juventude e Segurança... A demanda veio de lá. Do Uruguai, ali. Cidade Baixa. Então, nós chamamos essa... Como eu sou da comissão de</p>	<p><b>MIPP1</b> o que a gente escutava da juventude de lá, desse município da região metropolitana, eram relatos muito parecidos com o que a gente ouve aqui em salvador, de uma política de segurança Pública agressiva que agride antes de perguntar, que utiliza métodos, é... como é que eu vou dizer...; métodos que não se atualizam e que não incorporam as dinâmicas atual da juventude e eu observo é que o principal âmbito que essa violência se manifesta é justamente no combate ao tráfico de drogas nos bairros periféricos da cidade de Salvador</p> <p><b>MIPP2</b> Olha, as mortes, é, eu acho que é algo que nós precisamos aprofundar, é, o debate e oferecer soluções. Uma das soluções apresentadas pela CPI para evitar que os operadores do sistema tivessem a liberdade para continuar assassinando os nossos jovens.</p> <p><b>MIPP4</b> Pois é. Nós, nós fomos procurados aqui pela juventude ali da Cidade Baixa, ali do MJ Pop, que tem um grupo grande ali de jovens que tem um trabalho importante, que nos pautaram e que queriam também fazer. Agora, não só de lá, que a gente expandisse também para outros bairros. A demanda veio de lá. Do Uruguai, ali. Cidade Baixa. Então, nós chamamos essa... Como eu sou da comissão de educação, nós chamamos essa audiência pela comissão de educação da casa. Porque nós compreendemos</p>

<p><b>Punições</b></p>	<p>educação, nós chamamos essa audiência pela comissão de educação da casa.</p> <p><b>MIPP3</b> “Incomode: o preço do descaso é a minha vida”. Essa audiência foi uma audiência que usava exatamente a questão da violência e do extermínio da juventude negra. Aí essa foi uma as dezenas de audiências que nós fizemos aqui pra discutir esse tema. Nós fizemos aqui também uma audiência pública com a questão da chacina, de algumas chacinas.</p> <p><b>MIPP1</b> Conselho tem recebido é um número alto de denúncias, de jovens, que sobretudo, sofrem violência policial e que não tem canal para dialogar com o Poder Público,</p> <p><b>MIPP2</b> Segundo, é colocar em cheque os autos de resistência tão propalados como uma necessidade pelas forças de segurança pública, que nada mais é do que uma</p>	<p>também que esse é um debate que tem que estar inserido na educação. E essa juventude também está na escola, né? Então, vieram jovens da, o público maior foi da Cidade Baixa, ali do Uruguai, daquela área ali. Eles se reúnem sempre ali no Centro Cultural Alagados, eu tenho ido também muito lá com eles. Fizeram a primeira conferência agora, também, Juventude e Segurança. Eu estive lá na mesma também com eles. Subúrbio, também, veio um grupo bom. Cajazeiras, também. Então, tinham jovens, desses três lugares tinha um número maior.</p> <p><b>MIPP3</b> “Incomode: o preço do descaso é a minha vida”. Essa audiência foi uma audiência que usava exatamente a questão da violência e do extermínio da juventude negra. Aí essa foi uma as dezenas de audiências que nós fizemos aqui pra discutir esse tema. Nós fizemos aqui também uma audiência pública com a questão da chacina, de algumas chacinas. Não é? A do Bate Facho, nós também fizemos. A chacina do Cabula, nós também fizemos uma audiência pública aqui. Ou seja, tem sido uma prática nossa trabalhar com essa questão. E na sua grande maioria relacionado a instituições, não é, entidade. Porque nós fizemos também com o Consen, Conselho das Entidades Negras, Consen. Nós fizemos uma audiência pública, fora, inclusive, da assembleia. Que muitas das audiências também são <i>in loco</i>. A gente às vezes não faz audiência pública só aqui na casa. Na comissão, a gente vai nas comunidades</p> <p><b>MIPP1</b> então, o que o Conselho tem recebido é um número alto de denúncias, de jovens, que sobretudo, sofrem violência policial e que não tem canal para dialogar com o Poder Público, porque não se sentem seguros de denunciar a ouvidoria, por exemplo, porque sofrem ameaças, porque sofrem represália</p> <p><b>MIPP2</b> Segundo, é colocar em cheque os autos de resistência tão propalados como uma necessidade pelas forças de segurança pública, que nada mais é do que uma licença para o assassino de jovens tão</p>
------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



	<p>licença para o assassino de jovens tão somente em função da sua cor da pele</p> <p><b>MIPP2</b> numa oitiva, eu perguntei a um deles: em havendo um jovem negro e pobre e um branco também pobre, numa abordagem policial, a quem ele abordaria primeiro e porquê.</p> <p><b>MIPP3</b> O braço do Estado que chega lá, muitas vezes, é a polícia, que chega de forma errada, que a gente já citou as vezes que chega com a violência, com a repressão e com a discriminação. Porque ainda trata o negro, por ser negro num bairro periférico já é criminalizado. Já é sentenciado até no olhar.</p>	<p>somente em função da sua cor da pele. Teríamos que por a nu esta condição, e assim fizemos</p> <p><b>MIPP2</b>, ao ponto de, numa oitiva, eu perguntei a um deles: em havendo um jovem negro e pobre e um branco também pobre, numa abordagem policial, a quem ele abordaria primeiro e porquê.</p> <p><b>MIPP3</b> O braço do Estado que chega lá, muitas vezes, é a polícia, que chega de forma errada, que a gente já citou as vezes que chega com a violência, com a repressão e com a discriminação. Porque ainda trata o negro, por ser negro num bairro periférico já é criminalizado. Já é sentenciado até no olhar.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**CATEGORIA: ASPECTOS FACILITADORES**

UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
<p><b>Injustiças</b></p>	<p><b>MIPP4</b> diversas reclamações em relação ao hip hop, os saraus, que eles disseram que têm feito nos bairros, e quando a polícia chega não respeita, já vai logo, já vai em cima. E a maioria, todos eles são jovens negros. E diz que a polícia já chega apontando, já dirigindo, também, para esses jovens.</p> <p><b>MIPP3</b> Agente acompanhou alguns casos disso. Até porque, nós não defendemos o linchamento. A justiça pelas mãos é talvez a pior das ações da insanidade humana</p>	<p><b>MIPP4</b> Então, eles fizeram também diversas reclamações em relação ao hip hop, os saraus, que eles disseram que têm feito nos bairros, e quando a polícia chega não respeita, já vai logo, já vai em cima. E a maioria, todos eles são jovens negros. E diz que a polícia já chega apontando, já dirigindo, também, para esses jovens.</p> <p><b>MIPP3</b> A gente acompanhou alguns casos disso. Até porque, nós não defendemos o linchamento. A justiça pelas mãos é talvez a pior das ações da insanidade humana. Porque a gente incorre no erro de, sobre o pretexto de vingança, não é, cometer também uma violência que é a agressão, a tortura, não é, e consequentemente no risco também de submeter pessoas que não foram envolvidas, que não são responsáveis, não é, a serem vítimas desse processo, segundo vários casos que a gente tem acompanhado que tem ocorrido por essa via. Então nós temos enfrentado também.</p>

<p><b>Permanências</b></p>	<p><b>MIPP1</b> uma grande dificuldade de enfrentar esse problema no cotidiano, a sensação que a gente tem é de enxugar gelo, mesmo, por que a gente ver o número de denúncias crescerem no que</p> <p><b>MIPP2</b> Olha, a CPI do genocídio de jovens pobres e negros e porque o genocídio que nós consideramos conceitualmente que os assassinatos promovidos contra os jovens negros não poderiam ser entendidos apenas como uma fatalidade ou como o enfrentamento. É uma condição de natureza estrutural, que está vinculada a uma compreensão das forças de segurança públicas deste país de que vivemos ainda no Brasil momentos de enfrentamento a um inimigo interno, e em função desse racismo institucional que está estabelecido e que viceja nas próprias forças de segurança pública</p> <p><b>MIPP2A</b> resposta que me foi dada consta do processo de memória oitiva da CPI, é de que a abordagem seria primeiro ao negro, pelas razões, é, que a própria condição oferece</p> <p><b>MIPP2</b> no mapa da violência, né,</p>	<p><b>MIPP1</b> Então, no entanto a gente ver uma grande dificuldade de enfrentar esse problema no cotidiano, a sensação que a gente tem é de enxugar gelo, mesmo, por que a gente ver o número de denúncias crescerem no que diz respeito ao abuso no âmbito de política de drogas, que é, talvez o principal vetor de violência, imposta a jovens negros das periferias de Salvador, porque é uma política de enfrentamento que vai, intervir diretamente no cotidiano da população, nos bairros da periferia, jovens envolvidos ou não, são submetidos a uma política de Segurança Pública que os colocam como alvos,</p> <p><b>MIPP2</b> Olha, a CPI do genocídio de jovens pobres e negros e porque o genocídio que nós consideramos conceitualmente que os assassinatos promovidos contra os jovens negros não poderiam ser entendidos apenas como uma fatalidade ou como o enfrentamento. É uma condição de natureza estrutural, que está vinculada a uma compreensão das forças de segurança públicas deste país de que vivemos ainda no Brasil momentos de enfrentamento a um inimigo interno, e em função desse racismo institucional que está estabelecido e que viceja nas próprias forças de segurança pública desde o seu processo de formação, não poderíamos ter outra alternativa senão aquela CPI para desvendar uma realidade cruenta que produz morte aniquilamento dos nossos jovens que deveriam ter um outro futuro. Essa foi a razão primeira.</p> <p><b>MIPP2A</b> resposta que me foi dada consta do processo de memória oitiva da CPI, é de que a abordagem seria primeiro ao negro, pelas razões, é, que a própria condição oferece, de que seria alguém a oferecer uma insegurança à população. Não é razoável. Isso decorre do próprio processo de formação. Portanto, essas condicionantes foram produzidas como uma compreensão nossa, e o conjunto de medidas que se sucedeu após longos meses estão nos próprios autos.</p> <p><b>MIPP2</b> Nós, é, deixa eu me lembrar</p>
----------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>nós observamos onde se dão os, é, esses maiores assassinatos, as áreas engrecidas normalmente</p> <p><b>MIPP4</b> Tanto que alguns depoimentos eles não fizeram de público, nós sentamos depois com a agente que veio do Estado, pra poder ouvir. Até pra não expor, não é? Porque podia ter outra pessoa ali gravando, filmando, e nós não podemos filmar.</p> <p><b>MIPP3</b> A violência sofrida pela juventude negra hoje, na Bahia e no Brasil, está diretamente direcionada ainda aos vestígios da discriminação e do racismo. Não é?</p> <p><b>MIPP3</b> Lógico que, por mais que a gente tenha conseguido políticas afirmativas com o governo Lula, como governo Dilma, o governo Vagner, no governo Rui Costa, especialmente na Bahia, eu falei do Brasil, mas também na Bahia, mas nós ainda temos na contramão o índice de violência crescendo cada vez mais.</p>	<p>aqui.... Ainda, do ponto de vista da violência, no mapa da violência, né, nós observamos onde se dão os, é, esses maiores assassinatos, as áreas engrecidas normalmente são aquelas áreas em que, é, não contam com uma infraestrutura em relação às áreas embranquecidas, não é, e que a gente tenha dados comparativos, não é.</p> <p><b>MIPP4</b> Tanto que alguns depoimentos eles não fizeram de público, nós sentamos depois com a agente que veio do Estado, pra poder ouvir. Até pra não expor, não é? Porque podia ter outra pessoa ali gravando, filmando, e nós não podemos filmar. Como teve uma menina que me disse: ‘Oh, depois eu volto pro meu bairro, e aí, que segurança eu vou ter? Essa segurança que está matando a gente? Matando nossos jovens?’</p> <p><b>MIPP3</b> A violência sofrida pela juventude negra hoje, na Bahia e no Brasil, está diretamente direcionada ainda aos vestígios da discriminação e do racismo. Não é? Nós somos a população, a maioria da população, mas não estamos nessa mesma correspondência de oportunidade, não é. Na condição de garotos negros e negras, muitas vezes nas suas comunidades a única referência de crescimento, de aporte econômico, não é, ou de respeito social é na marginalidade. É o traficante que impõem, não é, o poder pela força, pela forma errada.</p> <p><b>MIPP3</b> Lógico que, por mais que a gente tenha conseguido políticas afirmativas com o governo Lula, como governo Dilma, o governo Vagner, no governo Rui Costa, especialmente na Bahia, eu falei do Brasil, mas também na Bahia, mas nós ainda temos na contramão o índice de violência crescendo cada vez mais. Não é? Mais jovens sendo vitimados por arma de fogo. Mais jovens sendo vitimados pelas ações violentas. Mais jovens marginalizados.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CATEGORIA: ESPECIFICIDADE		
UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
<b>Inverdades</b>	<p><b>MIPP3</b>E a gente viu que, é, imagine se aquele jovem tivesse caído na mão de uma população com essa linha do, do linchamento. Seria uma dupla vítima. Vítima pela acusação indevida, e vítima por uma sentença atribuída, não é, pela sociedade de forma aleatória.</p> <p><b>MIPP3</b>E pior é que a população começa a aceitar isso como uma medida correta. É o que nos assusta, né.</p> <p><b>MIPP3</b> um crime absurdo, ele tem que responder por isso, mas foi linchado como uma ação de [] e linchado pelo crime organizado. Né, que dizer, é o crime se colocando no papel de, no lugar da justiça. Que é outra preocupação que a gente tem</p> <p><b>MIPP3</b>Quando o cumprimento que faz em público é sinal de uma arma, do disparo de uma arma, é mais sério ainda. Isso nos coloca num grau de preocupação muito grande, não é, que é você está convocando a população pra reagir, e reagir pela ação da violência</p>	<p><b>MIPP3</b> É, num mercadinho. Num supermercado de bairro em um roubo. Desculpe. E a gente viu que, é, imagine se aquele jovem tivesse caído na mão de uma população com essa linha do, do linchamento. Seria uma dupla vítima. Vítima pela acusação indevida, e vítima por uma sentença atribuída, não é, pela sociedade de forma aleatória.</p> <p><b>MIPP3</b> E pior é que a população começa a aceitar isso como uma medida correta. É o que nos assusta, né. Porque no momento que estamos atravessando, no cenário político, social e econômico no Brasil, talvez o pior já vivido por esse país, quando um governo, não é, propõe armamento da população, não é, e defende a ação da violência explicitamente.</p> <p><b>MIPP3</b> O linchamento pelos, é, chamados justiceiros, aqueles que querem, não é, fazer uma vingança. Que a gente tem, tem ocorrido isso, não é. É, é uma via muito intensa hoje. E também quando é, é por uma ação do crime organizado. Que também nós temos as chamadas [] que é hoje muito comum, agora mais recente um, um cara que parece que estuprou uma criança, um padrasto estuprou uma criança de dois anos, claro, eu não tô aqui justificando um crime absurdo, ele tem que responder por isso, mas foi linchado como uma ação de [] e linchado pelo crime organizado. Né, que dizer, é o crime se colocando no papel de, no lugar da justiça. Que é outra preocupação que a gente tem.</p> <p><b>MIPP3</b> Quando o cumprimento que faz em público é sinal de uma arma, do disparo de uma arma, é mais sério ainda. Isso nos coloca num grau de preocupação muito grande, não é, que é você está convocando a população pra reagir, e reagir pela ação da violência.</p>

CATEGORIA: REAÇÃO		
UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
<b>Silenciamento</b>	<p><b>MIPP2</b> Quanto aos linchamentos, que é algo que não está, não foi debatido, e não é algo que apenas devemos compreender como simbólico, ela é real. Porque há um linchamento psíquico, nós sofremos isso, né, com o racismo que se estabelece. O linchamento físico, não é, que é tão grave quanto os assassinatos, mas que não mereceu uma abordagem</p> <p><b>MIPP2</b> Então, nós fizemos um bom debate. Veio também a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Não veio o secretário, mas veio um assessor dele. Estava aqui na mesa. É, a educação do município não veio, mas a educação do estado também estava. E nós, até porque a idade desses jovens era mais do ensino médio, não era do ensino fundamental.</p> <p><b>MIPP3</b> E aí é importante. Porque você está fazendo um trabalho pela academia. Acho que a academia tem um, tem que cumprir um papel social. Acho fundamental. Eu tenho</p>	<p><b>MIPP2</b> Quanto aos linchamentos, que é algo que não está, não foi debatido, e não é algo que apenas devemos compreender como simbólico, ela é real. Porque há um linchamento psíquico, nós sofremos isso, né, com o racismo que se estabelece. O linchamento físico, não é, que é tão grave quanto os assassinatos, mas que não mereceu uma abordagem. E por que o linchamento? Quando se um jovem, por exemplo, num shopping, não é, ou as chamada, é, a turma dos jovens que saem...</p> <p><b>MIPP3</b> Então, nós fizemos um bom debate. Veio também a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Não veio o secretário, mas veio um assessor dele. Estava aqui na mesa. É, a educação do município não veio, mas a educação do estado também estava. E nós, até porque a idade desses jovens era mais do ensino médio, não era do ensino fundamental. Mas tem jovens também que tá no grupo que é do ensino fundamental. Então, por que nós assumimos também essa parceria como MJ Pop, essa audiência? Porque eles apresentaram, também, dados de jovens também na sala de aula que tá tendo também muitos números de jovens que estão se mutilando, não é? A evasão escolar também, jovens, muitos jovens não voltam pra sala de aula. E a violência, também, como um todo. Então, qual foi a preocupação que nós sentamos aqui antes para construir essa audiência que nós tivemos? Que era trabalhar para além, os professores, todo o corpo da escola, professores, os alunos, os servidores, e trabalhar também no entono da escola. Porque às vezes aquele jovem mora ali no entorno da escola e tem, já em, constrói outras relações, outras redes, e aí acaba isso também indo pra escola</p> <p><b>MIPP3</b> E aí é importante. Porque você está fazendo um trabalho pela academia. Acho que a academia tem um, tem que cumprir um papel social. Acho fundamental. Eu tenho dito sempre isso. É</p>

	<p>dito sempre isso. É importante o conhecimento, é importante a vertente do saber, mas é importante também a gente aplicar esse conhecimento no contexto da sociedade hoje, não é, Eu digo assim: Uma criança não nasce , é, é racista; ela aprende a ser racista. E outro , um outro setor que aí tem um papel importante, se não na formulação, mas na elaboração dele, é a educação. E é a academia que forma os educadores</p> <p><b>MIPP2</b> E enfrentou resistência da bancada conservadora na Câmara dos Deputados, sobretudo a chamada bancada da bala, formada por agentes de segurança pública, porque sabem que o fim dos autos de resistência sinaliza uma outra alternativa para a abordagem, é, não só apenas dos jovens negros mas para qualquer cidadão, e não terão desculpa nem a licença para matar livremente como eles estão a fazê-lo no Brasil.</p> <p><b>MIPP4</b> Então, se o Estado não oferece, também, a cultura, as condições, tanto através da escola como através também da secretaria</p>	<p>importante o conhecimento, é importante a vertente do saber, mas é importante também a gente aplicar esse conhecimento no contexto da sociedade hoje, não é, Eu digo assim: Uma criança não nasce , é, é racista; ela aprende a ser racista. E outro , um outro setor que aí tem um papel importante, se não na formulação, mas na elaboração dele, é a educação. E é a academia que forma os educadores. E a gente não pode ter uma lei 10.39 aplicada no ensino fundamental se a academia não prepara isso. Da academia saem as pessoas com formulação de valores discriminatórios. Não é? E repressores muitas vezes. Então, a academia tem papel importante. A academia não pode ser distante da realidade da sua sociedade, das comunidades. A maioria das universidades ou dos campos que nós temos não se relacionam nem como bairro em que estão inseridos. É como se fossem elefantes brancos, como a gente costuma dizer. Completamente isolados da realidade daquele bairro. Então, isso é uma prova de que a gente precisa também abrir esse leque de discussão dentro das academias, não é. Qual é o nosso papel social, qual é a nossa intervenção. Eu, quando tive um processo, na minha condição também de, de educador, eu tenho essa preocupação de que a relação para com o, a sociedade em que ela está inserida é fundamental.</p> <p><b>MIPP2</b> E enfrentou resistência da bancada conservadora na Câmara dos Deputados, sobretudo a chamada bancada da bala, formada por agentes de segurança pública, porque sabem que o fim dos autos de resistência sinaliza uma outra alternativa para a abordagem, é, não só apenas dos jovens negros mas para qualquer cidadão, e não terão desculpa nem a licença para matar livremente como eles estão a fazê-lo no Brasil.</p> <p><b>MIPP4</b> Então, se o Estado não oferece, também, a cultura, as condições, tanto através da escola como através também da secretaria de cultura, espaço, não tem</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Protestos</b></p>	<p>de cultura, espaço, não tem praça, não tem lazer, então os jovens também se reinventam. Então eles falaram muito dos grupos de hip hop e dos grupos de saraus. E pediram também nossa ajuda diante das escolas, também, ficar no final de semana aberta</p> <p><b>MIPP3</b> Vou dar só um outro exemplo agora recentemente é, o jovem que foi preso, acusado de um estupro também e que depois comprovadamente não era ele o autor. Ontem já foi preso o verdadeiro autor, aliás, não, desculpe, nem foi...</p> <p><b>MIPP1</b> Então, no final do ano passado, em novembro de 2015, a gente fez uma Audiência Pública, em Lauro de Freitas, sobre a política de drogas, e a violência contra a juventude negra e,</p> <p><b>MIPP2</b> Os rolezinhos, os chamados rolezinhos, que são os jovens de um grupo social que se confraternizam e que querem viver a vida e saem.</p>	<p>praça, não tem lazer, então os jovens também se reinventam. Então eles falaram muito dos grupos de hip hop e dos grupos de saraus. E pediram também nossa ajuda diante das escolas, também, ficar no final de semana aberta. Porque dentro da escola, como tem vigilante, tem tudo na porta, isso pode contribuir. Eles disse que: 'Às vezes a gente não se sente nem seguro, mas pra gente chegar até lá, nossas mães confiam até em deixar a gente ir'. Então, esse é um debate que eu considero fundamental, e o Estado também tem que fazer com que, como é que nós vamos mudar essa realidade que tá aí.</p> <p><b>MIPP3</b> Porque eu tenho dito sempre que hoje nós estamos enfrentando um processo de impunidade muito forte, respaldado pela justiça, não é. Há um lema muito comum hoje que diz: a polícia prende, a justiça solta. Não é. Quando seria uma razão de acompanhamento diferenciado. Porque a gente tem visto aí, não é, que a condição de habeas corpus e de, tem sido assustadora. O homicida, ele tá solto é, é, num espaço de tempo muito rápido nesse país. E o ouro é a morosidade também dos tribunais, dos julgamentos, não é, dos crimes. Muitos deles prescrevem, e a gente tem vivenciado diversos fatos. Vou dar só um outro exemplo agora recentemente é, o jovem que foi preso, acusado de um estupro também e que depois comprovadamente não era ele o autor. Ontem já foi preso o verdadeiro autor, aliás, não, desculpe, nem foi...</p> <p><b>MIPP1</b> Então, no final do ano passado, em novembro de 2015, a gente fez uma Audiência Pública, em Lauro de Freitas, sobre a política de drogas, e a violência contra a juventude negra e,</p> <p><b>MIPP2</b> Os rolezinhos, os chamados rolezinhos, que são os jovens de um grupo social que se confraternizam e que querem viver a vida e saem, você às vezes, né, um jovem desses é abordado, se produz um linchamento físico, além do psíquico que causa o sofrimento cotidiano a ele e a seus familiares, esse linchamento físico, que às</p>
-------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p><b>MIPP4</b> Então, foi uma audiência que a gente, nós ouvimos muito! É que audiência é pra isso, né? Então, quase toda, a audiência terminou duas horas da tarde, quase todos esses jovens vieram com a sua experiência, do seu lugar, da sua escola, do seu bairro, e nos trouxe também muita preocupação.</p> <p><b>MIPP4</b> Nós trabalhamos muito nessa audiência a questão do extermínio do ponto de vista da segurança, do Estado! Porque a segurança é dever do Estado! Então, se o policial está na rua, o agente de segurança está lá e isso vem acontecendo, nossos jovens estão sendo mortos, exterminados, isso também é o papel da ausência do Estado, que não está acompanhando.</p> <p><b>MIPP3</b> Inclusive, levamos ao conhecimento da corregedoria da polícia o nome de alguns policiais, reservando [] uma questão, de alguns policiais que estavam aterrorizando a população. E recolhemos depoimentos. Depois tivemos uma audiência com o comando geral da polícia, uma audiência com a secretaria de segurança pública, não é, trazendo populares e vítimas dessas, dessa ação. Então, também uma ação que foi promovida pelo CEM, não é, Conselho de Entidades Negras, não é. Pelo Conselho de Entidades Negras.</p> <p><b>MIPP3</b> Primeiro, é, nós atuamos muito intensamente combatendo a ação abusiva dos policiais, da</p>	<p>vezes são pegos jovens, não foi fruto de uma abordagem.</p> <p><b>MIPP4</b> Então, foi uma audiência que a gente, nós ouvimos muito! É que audiência é pra isso, né? Então, quase toda, a audiência terminou duas horas da tarde, quase todos esses jovens vieram com a sua experiência, do seu lugar, da sua escola, do seu bairro, e nos trouxe também muita preocupação. E o que foi que me deixou mais ainda preocupada, porque a gente tem um compromisso de estar voltando agora pra criar esse debate, foi o que me deixou preocupada, que a questão da segurança, do extermínio mesmo dessa juventude.</p> <p><b>MIPP4</b> Nós trabalhamos muito nessa audiência a questão do extermínio do ponto de vista da segurança, do Estado! Porque a segurança é dever do Estado! Então, se o policial está na rua, o agente de segurança está lá e isso vem acontecendo, nossos jovens estão sendo mortos, exterminados, isso também é o papel da ausência do Estado, que não está acompanhando. Então, essa foi uma demanda muito grande desses jovens. Porque eles relataram, perguntaram se poderiam relatar, eu falei que não tinha problema nenhum, que era pra gente ter o cuidado com eles, né?</p> <p><b>MIPP3</b> e exatamente porque a violência policial, não é, estava muito grande. Inclusive, levamos ao conhecimento da corregedoria da polícia o nome de alguns policiais, reservando [] uma questão, de alguns policiais que estavam aterrorizando a população. E recolhemos depoimentos. Depois tivemos uma audiência com o comando geral da polícia, uma audiência com a secretaria de segurança pública, não é, trazendo populares e vítimas dessas, dessa ação. Então, também uma ação que foi promovida pelo CEM, não é, Conselho de Entidades Negras, não é. Pelo Conselho de Entidades Negras. Tivemos também, é, acompanhamos aqui, em audiências, a questão da violência contra a marinha, com, com Rio dos Macacos.</p> <p><b>MIPP3</b> Primeiro, é, nós atuamos muito intensamente combatendo a ação abusiva dos policiais, da máquina do Estado</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



	<p>máquina do Estado servindo de instrumento, não é, para fomentar, é, o que nós chamamos de extermínio da juventude negra. Eu vou muito mais além do que, é, a violência ou a mortalidade de negros pela ação do extermínio. Que se dá por duas vias: pela via do Estado, pela ação, não é, de policiais, como se dá também pela ação de crime organizado, não é, que é fruto da violência que a gente tem vivenciado</p> <p><b>MIPP3</b> Nós, inclusive, fizemos uma audiência pública aqui em um dos temas que nós trabalhamos com as pessoas em situação de rua, nós focamos exatamente nessa questão, que são as pessoas, a maioria das vítimas são as pessoas em situação de rua, vítima, inclusive, da dessa questão do linchamento</p>	<p>servindo de instrumento, não é, para fomentar, é, o que nós chamamos de extermínio da juventude negra. Eu vou muito mais além do que, é, a violência ou a mortalidade de negros pela ação do extermínio. Que se dá por duas vias: pela via do Estado, pela ação, não é, de policiais, como se dá também pela ação de crime organizado, não é, que é fruto da violência que a gente tem vivenciado. E hoje não posso inclusive trabalhar com violência urbana, também na zona rural, também no campo nós estamos perdendo garotos e garotas negras, na sua grande maioria garotos negros de, posso dizer de 14 a 29 anos, frutos exatamente de uma série de questões e culminando com a violência e com um número altíssimo de homicídios.</p> <p><b>MIPP3</b> Nós, inclusive, fizemos uma audiência pública aqui em um dos temas que nós trabalhamos com as pessoas em situação de rua, nós focamos exatamente nessa questão, que são as pessoas, a maioria das vítimas são as pessoas em situação de rua, vítima, inclusive, da dessa questão do linchamento, que vem por duas vertentes. O linchamento pelos, é, chamados justiceiros, aqueles que querem, não é, fazer uma vingança.</p>
<b>CATEGORIA: MOBILIZAÇÃO</b>		
UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
<b>Reconhecimento</b>	<p><b>MIPP1</b> a partir daqueles números, principalmente do mapa da violência de 2015 para cá, a gente vem monitorando os municípios mais violentos para os jovens baianos e a gente percebe que, no que diz respeito a juventude negra, Salvador e Região Metropolitana, figuram no topo do mapa</p> <p><b>MIPP2</b> Eu penso que este é um quesito, que embora eu não esteja no parlamento no próximo ano, mas a comissão, os que dela participaram permanecerão, é algo que a gente deve se deter, porque os linchamentos é tão cruéis e tanto mais cruéis do que qualquer outra morte.</p>	<p><b>MIPP1</b> a partir daqueles números, principalmente do mapa da violência de 2015 para cá, a gente vem monitorando os municípios mais violentos para os jovens baianos e a gente percebe que, no que diz respeito a juventude negra, Salvador e Região Metropolitana, figuram no topo do mapa</p> <p><b>MIPP2</b> Eu penso que este é um quesito, que embora eu não esteja no parlamento no próximo ano, mas a comissão, os que dela participaram permanecerão, é algo que a gente deve se deter, porque os linchamentos é tão cruéis e tanto mais cruéis do que qualquer outra morte. Nesse não nos detivemos. (pausa na fala) Os linchamentos são terríveis, não é? A crueldade promovida.</p>

	<p><b>MIPP2</b> Então, dentre tantas outras medidas que eu reputo, assim, extremamente importantes no âmbito normativo, na formação dos policiais, em políticas sociais que nós, é, apresentamos essas sugestões, não é.</p> <p><b>MIPP2</b> E a federalização de crimes como o que ocorreram aqui na Bahia, para não ficar ao sabor dos donos da polícia militar, que são os coronéis, para não investigar, ou as corregedorias não investigarem suficientemente</p> <p><b>MIPP4</b> Então, esse é um debate que eu considero fundamental, e o Estado também tem que fazer com que, como é que nós vamos mudar essa realidade que tá aí.</p> <p><b>MIPP4</b> Nós não temos mais condições de perder os nossos jovens negros. E foi bom também porque tinha mães, e as mães também falaram da ansiedade e do nível, também, que elas dizem que não estavam sabendo lidar, de depressão também, pelos filhos novos em casa já com problemas de depressão. Isso é a pressão, também, que recebe da escola. Então, esse linchamento que nós estamos vivendo dos nossos jovens negros, isso é preocupante. Porque esses jovens hoje, negros, é os nosso, que vai dar continuidade a esta luta, a toda essa nossa história. E se a gente não cuida?</p> <p><b>MIPP3</b> 2017, essa comissão estava prestes a ser extinta, e a gente rediscutiu a importância dela e adequou, não é, ampliando as suas linhas de ação, transformando em comissão especial para promoção da igualdade e também combate à intolerância religiosa. Então, ela é um pouco mais ampla</p>	<p><b>MIPP2</b> Então, dentre tantas outras medidas que eu reputo, assim, extremamente importantes no âmbito normativo, na formação dos policiais, em políticas sociais que nós, é, apresentamos essas sugestões, não é.</p> <p><b>MIPP2</b> E a federalização de crimes como o que ocorreram aqui na Bahia, para não ficar ao sabor dos donos da polícia militar, que são os coronéis, para não investigar, ou as corregedorias não investigarem suficientemente ao ponto de desvelar aquela atitude atroz cometida por um grupo de policiais ou por um policial, não é.</p> <p><b>MIPP4</b> Eles disse que: ‘Às vezes a gente não se sente nem seguro, mas pra gente chegar até lá, nossas mães confiam até em deixar a gente ir’. Então, esse é um debate que eu considero fundamental, e o Estado também tem que fazer com que, como é que nós vamos mudar essa realidade que tá aí.</p> <p><b>MIPP4</b> Nós não temos mais condições de perder os nossos jovens negros. E foi bom também porque tinha mães, e as mães também falaram da ansiedade e do nível, também, que elas dizem que não estavam sabendo lidar, de depressão também, pelos filhos novos em casa já com problemas de depressão. Isso é a pressão, também, que recebe da escola. Então, esse linchamento que nós estamos vivendo dos nossos jovens negros, isso é preocupante. Porque esses jovens hoje, negros, é os nosso, que vai dar continuidade a esta luta, a toda essa nossa história. E se a gente não cuida? E se o Estado, também, se é o Estado que tem que fazer, não tem essa prioridade, como é que a gente vai fazer? Então, a audiência também tem esse papel e nós constituímos um grupo...</p> <p><b>MIPP3</b> A comissão, é uma comissão que, é, ela foi reativada em 2017, antes ela era uma comissão especial para políticas para o povo, né, negro, ou afrodescendentes, como assim era estipulada. E quando cheguei aqui em 2017, essa comissão estava prestes a ser extinta, e a gente rediscutiu a importância dela e adequou, não é, ampliando as suas linhas de ação,</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p><b>MIPP3</b> Ou seja, tem sido uma comissão que tem atuado de forma muito ampla nos setores menos favorecidos economicamente e ainda marginalizados no contexto, não é, dessa nossa sociedade</p> <p><b>MIPP3</b> acompanha, orienta, é, leva a ação da Secretaria de Segurança Pública, produz audiências públicas e tem acompanhado alguns inquéritos de policiais, não é, respondendo pelas suas arbitrariedades. Esse tem sido o nosso papel. Além de, também, intervir no acolhimento, no acompanhamento e na garantia de vida de vítimas de testemunhas, não é, e acompanhando muitas vezes os familiares.</p> <p><b>MIPP3</b> Conselho Estadual de Juventude, ele foi criado em 2011, efetivado, através de lei, em 2015, ele é um órgão consultivo do Governo do Estado da Bahia, vinculado, hoje, a Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e que tem como função prioritária, monitorar e avaliar as ações do Governo do Estado que dizem respeito à juventude</p>	<p>transformando em comissão especial para promoção da igualdade e também combate à intolerância religiosa. Então, ela é um pouco mais ampla.</p> <p><b>MIPP3</b> Essa comissão, é, tem o perfil de atuar com os povos de comunidades tradicionais, aí, é, trabalhando com povos indígenas, com negros, com quilombolas, com, é, pescadores artesanais, marisqueiras, não é, fundo de pasto, é, assentados, mulheres, juventude, LGBTs, não é, prostitutas. Ou seja, tem sido uma comissão que tem atuado de forma muito ampla nos setores menos favorecidos economicamente e ainda marginalizados no contexto, não é, dessa nossa sociedade</p> <p><b>MIPP3</b> É, a gente tem, sempre que ocorre um fato a gente utiliza, acompanha, orienta, é, leva a ação da Secretaria de Segurança Pública, produz audiências públicas e tem acompanhado alguns inquéritos de policiais, não é, respondendo pelas suas arbitrariedades. Esse tem sido o nosso papel. Além de, também, intervir no acolhimento, no acompanhamento e na garantia de vida de vítimas de testemunhas, não é, e acompanhando muitas vezes os familiares. Que é, sem dúvida, a violência não é a um indivíduo, é uma família, é m grupo social, porque às vezes você, a, a violência, ela se estende a todo uma comunidade.</p> <p><b>MIPP3</b> O Conselho Estadual de Juventude, ele foi criado em 2011, efetivado, através de lei, em 2015, ele é um órgão consultivo do Governo do Estado da Bahia, vinculado, hoje, a Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e que tem como função prioritária, monitorar e avaliar as ações do Governo do Estado que dizem respeito à juventude. Então, propor iniciativas, avaliar políticas públicas e fazer com o que a juventude baiana tenha acesso a esses direitos, né. Mas é sobretudo um órgão intra institucional no âmbito do Governo do Estado, fazendo a articulação Institucional com as Secretarias do Governo que de uma forma</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Justiça</b></p>	<p><b>MIPP2</b> um conjunto de projetos de leis que tramitam na casa, como supressão dos autos de resistência, é, como a, é, em relação a formação das forças de segurança pública, uma compreensão do papel que elas cumprem e a observância a esta condição de que o racismo institucionalizado deva ser suprimido, né, para não identificar o jovem negro, a mulher negra como o inimigo a ser combatido internamente, uma alteração, é, no processo formativo das polícias.</p> <p><b>MIPP2</b> importante, específico para aqueles policiais que devem atuar nessas áreas, numa compreensão de que ali são seres humanos e que a dignidade humana ali também está estabelecida, deve ser estabelecida permanentemente, e não a violação desses direitos.</p> <p><b>MIPP2</b> para não ficar ao sabor dos donos da polícia militar, que são os coronéis, para não investigar, ou as corregedorias não investigarem suficientemente ao ponto de desvelar aquela atitude atroz cometida por um grupo de policiais ou por um policial, não é.</p> <p><b>MIPP2</b> Então que os crimes seja federalizados quando se tratar de assassinato de jovens, como o que nós tivemos aqui em Salvador, negros e pobres</p> <p><b>MIPP4</b>Então, por que nós assumimos também essa parceria</p>	<p>ou de outra, prestam serviços que dialogam com a juventude.</p> <p><b>MIPP2</b> Olha, a CPI, ao término, ela promoveu um conjunto de medidas. Propôs um conjunto de medidas no âmbito normativo, não é, com um conjunto de projetos de leis que tramitam na casa, como supressão dos autos de resistência, é, como a, é, em relação a formação das forças de segurança pública, uma compreensão do papel que elas cumprem e a observância a esta condição de que o racismo institucionalizado deva ser suprimido, né, para não identificar o jovem negro, a mulher negra como o inimigo a ser combatido internamente, uma alteração, é, no processo formativo das polícias.</p> <p><b>MIPP2</b> Está num projeto em que o governo, no mapa da violência, analise os assassinatos nas áreas embranquecidas e nas áreas enegrecidas, e que tenha como linha de atuação investimentos de caráter social de modo a propiciar a presença do Estado com educação, com esporte, com cultura, com lazer e um treinamento, importante, específico para aqueles policiais que devem atuar nessas áreas, numa compreensão de que ali são seres humanos e que a dignidade humana ali também está estabelecida, deve ser estabelecida permanentemente, e não a violação desses direitos.</p> <p><b>MIPP2</b> E a federalização de crimes como o que ocorreram aqui na Bahia, para não ficar ao sabor dos donos da polícia militar, que são os coronéis, para não investigar, ou as corregedorias não investigarem suficientemente ao ponto de desvelar aquela atitude atroz cometida por um grupo de policiais ou por um policial, não é.</p> <p><b>MIPP2</b> Então que os crimes seja federalizados quando se tratar de assassinato de jovens, como o que nós tivemos aqui em Salvador, negros e pobres, e que não fiquem apenas no âmbito da, da, do Ministério Público Estadual ou da própria Corregedoria da polícia militar. Então, tem algumas medidas que são importantes.</p> <p><b>MIPP4</b> Então, nós fizemos um bom debate. Veio também a Secretaria de</p>
-----------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>como MJ Pop, essa audiência? Porque eles apresentaram, também, dados de jovens também na sala de aula que tá tendo também muitos números de jovens que estão se mutilando, não é? A evasão escolar também, jovens, muitos jovens não voltam pra sala de aula. E a violência, também, como um todo. Então, qual foi a preocupação que nós sentamos aqui antes para construir essa audiência que nós tivemos?</p> <p><b>MIPP3</b> e exatamente porque a violência policial, não é, estava muito grande. Inclusive, levamos ao conhecimento da corregedoria da polícia o nome de alguns policiais, reservando [] uma questão, de alguns policiais que estavam aterrorizando a população. E recolhemos depoimentos. Depois tivemos uma audiência com o comando geral da polícia, uma audiência com a secretaria de segurança pública, não é, trazendo populares e vítimas dessas, dessa ação</p> <p><b>MIPP3</b> a gente tem tido com a comissão esse... E tem sido também um espaço de reconhecimento da sociedade, não é, e de confiança, que às vezes a gente, é, recebe depoimentos e relatos, às vezes com muito mais precisão do que outros</p>	<p>Segurança Pública do Estado. Não veio o secretário, mas veio um assessor dele. Estava aqui na mesa. É, a educação do município não veio, mas a educação do estado também estava. E nós, até porque a idade desses jovens era mais do ensino médio, não era do ensino fundamental. Mas tem jovens também que tá no grupo que é do ensino fundamental. Então, por que nós assumimos também essa parceria como MJ Pop, essa audiência? Porque eles apresentaram, também, dados de jovens também na sala de aula que tá tendo também muitos números de jovens que estão se mutilando, não é? A evasão escolar também, jovens, muitos jovens não voltam pra sala de aula. E a violência, também, como um todo. Então, qual foi a preocupação que nós sentamos aqui antes para construir essa audiência que nós tivemos? Que era trabalhar para além, os professores, todo o corpo da escola, professores, os alunos, os servidores, e trabalhar também no entono da escola. Porque às vezes aquele jovem mora ali no entorno da escola e tem, já em, constrói outras relações, outras redes, e aí acaba isso também indo pra escola.</p> <p><b>MIPP3</b> e exatamente porque a violência policial, não é, estava muito grande. Inclusive, levamos ao conhecimento da corregedoria da polícia o nome de alguns policiais, reservando [] uma questão, de alguns policiais que estavam aterrorizando a população. E recolhemos depoimentos. Depois tivemos uma audiência com o comando geral da polícia, uma audiência com a secretaria de segurança pública, não é, trazendo populares e vítimas dessas, dessa ação. Então, também uma ação que foi promovida pelo CEM, não é, Conselho de Entidades Negras, não é. Pelo Conselho de Entidades Negras. Tivemos também, é, acompanhamos aqui, em audiências, a questão da violência contra a marinha, com, com Rio dos Macacos.</p> <p><b>MIPP3</b>E a gente tem tido com a comissão esse... E tem sido também um espaço de reconhecimento da sociedade, não é, e de confiança, que às vezes a gente, é, recebe depoimentos e relatos, às vezes com muito mais precisão do que outros setores, não é, até mesmo da segurança pública. Às vezes</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>setores, não é, até mesmo da segurança pública. Às vezes nós intermediamos as confissões, né, exatamente pela confiança</p> <p><b>MIPP3</b> E, é, mais intensamente, é, enfrentando aí essa situação da perda dos nossos jovens. Nós temos mais óbitos de jovens do que qualquer guerra.</p>	<p>nós intermediamos as confissões, né, exatamente pela confiança que a comissão adquiriu nesse processo. Isso no estado. Quero também ressaltar, que a gente tem recebido por parte da secretaria de segurança pública um aporte importante.</p> <p><b>MIPP3</b> E, é, mais intensamente, é, enfrentando aí essa situação da perda dos nossos jovens. Nós temos mais óbitos de jovens do que qualquer guerra. Quer dizer que o número ou o índice de mortes violentas da juventude negra é uma questão de ser discutida hoje no mundo inteiro, porque é a maior do mundo, e uma população, não é, num estado como a Bahia, numa população não é como a do Brasil, onde nós representamos a maioria da nossa população</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## ANEXO IV

Quadro IV-. Grupo 4 formado por entrevistados membros e/ou representantes dos movimentos sociais negros.

<b>CATEGORIA: FATORES MOTIVADOR</b>		
UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EXCERTO DAS ENTREVISTAS
<p><b>Representação do jovem negro</b></p>	<p><b>MSN1</b> cinco séculos de história no Brasil, nós passamos pelo período colonial, imperial e estamos na república. E em todos esses períodos o negro continua sendo visto como vilão.</p> <p><b>MSN1</b> ... E um negro ao ser visto pelo policial, ou por setores da sociedade é logo identificado como um elemento suspeito. E, é aquela história, você atira primeiro, né, pra perguntar depois.</p> <p><b>MSN2</b> também existe no interior da sociedade brasileira a cultura de ter o negro como o vilão da história, como alguém que precisa ser combatido, coagido, oprimido. Isso é histórico, né?</p> <p><b>MSN3</b> A gente vê que, infelizmente, a tratativa dos órgãos, das organizações de segurança pública, ele tem um olhar diferente para os jovens da periferia.</p> <p><b>MSN4</b> a morte dos, da juventude negra, é, sistemática, né, que a gente pode chamar de extermínio ou genocídio, enfim, a questão, vários termos que se usa pra falar sobre isso, é um fenômeno estrutural do Brasil, é, de um país que se estrutura em bases racistas desde sempre</p>	<p><b>MSN1</b> - Olha, cinco séculos de história no Brasil, nós passamos pelo período colonial, imperial e estamos na república. E em todos esses períodos o negro continua sendo visto como vilão.</p> <p><b>MSN1</b> Então, historicamente o negro é visto com o preguiçoso, como indolente, como vagabundo e tal. E um negro ao ser visto pelo policial, ou por setores da sociedade é logo identificado como um elemento suspeito. E, é aquela história, você atira primeiro, né, pra perguntar depois.</p> <p><b>MSN2</b> Por outro lado, também existe no interior da sociedade brasileira a cultura de ter o negro como o vilão da história, como alguém que precisa ser combatido, coagido, oprimido. Isso é histórico, né?</p> <p><b>MSN3</b> A gente vê que, infelizmente, a tratativa dos órgãos, das organizações de segurança pública, ele tem um olhar diferente para os jovens da periferia. Especialmente falando do Subúrbio Ferroviário, de Paripe, ...</p> <p><b>MSN4</b> Eu acho que a morte dos, da juventude negra, é, sistemática, né, que a gente pode chamar de extermínio ou genocídio, enfim, a questão, vários termos que se usa pra falar sobre isso, é um fenômeno estrutural do Brasil, é, de um país que se estrutura em bases racistas desde sempre. Então, o Brasil é um país que tem uma estrutura</p>

<p><b>Punições</b></p>	<p><b>MSN4</b> na maioria das vezes, se essas pessoas não tiverem um histórico de luta ou de acesso à informação e à educação, talvez morra sem entender que ela passou por aquele processo de alijamento porque ela era uma pessoa negra e que aquilo é resultado do racismo.</p> <p><b>MSN4</b> velha prática branca de fazer justiça com as próprias mãos, e acho que tem uma questão que tem sido central no debate sobre a organização do país, do Brasil, que é a questão sobre higienização social, né? Eu acho que essa questão dos linchamentos passa por isso,</p> <p><b>MSN3</b> tem mais ou menos uns quatro meses que eu perdi três primos, tipo, assim, são três irmãos, de uma mesma mãe, assassinados, eles foram assassinados. Primeiro morreu o mais novo, depois ou outros dois veio uma semana depois. Isso por causa de uma morte de um policial civil que também foi no Subúrbio</p> <p><b>MSN4</b> espancar quem eles acham que querem no meio da rua, tatuar testa, prender em poste... Ou passa também por retirar pessoas de comunidades centrais, no processo</p>	<p>econômica e social que só existe dessa forma por causa de um processo de escravidão de pessoas negras, é, que foi o que foi escolhido pela colônia, os colonizadores, pra estruturar o país</p> <p><b>MSN4</b> No racismo brasileiro isso pode acontecer, mas é mais raro, mas você vai sendo alijado dos espaços, da educação, do acesso à alimentação, à moradia, à terra e a vários outros bens e riquezas, e, na maioria das vezes, se essas pessoas não tiverem um histórico de luta ou de acesso à informação e à educação, talvez morra sem entender que ela passou por aquele processo de alijamento porque ela era uma pessoa negra e que aquilo é resultado do racismo.</p> <p><b>MSN4</b> É o, é a velha prática branca de fazer justiça com as próprias mãos, e acho que tem uma questão que tem sido central no debate sobre a organização do país, do Brasil, que é a questão sobre higienização social, né? Eu acho que essa questão dos linchamentos passa por isso, assim. A higienização social que essa classe média e a elite sonha, é, e que talvez eles não consigam na dimensão que eles queiram.</p> <p><b>MSN3</b> é, tem mais ou menos uns quatro meses que eu perdi três primos, tipo, assim, são três irmãos, de uma mesma mãe, assassinados, eles foram assassinados. Primeiro morreu o mais novo, depois ou outros dois veio uma semana depois. Isso por causa de uma morte de um policial civil que também foi no Subúrbio e, infelizmente, a morte chegou na minha família, como também chegou na família de diversas outras pessoas.</p> <p><b>MSN4</b> É, passa por espancar quem eles acham que querem no meio da rua, tatuar testa, prender em poste... Ou passa também por retirar pessoas de comunidades centrais, no processo de</p>
------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



	de gentrificação, ou fazer falsas obras de requalificação em espaços e tirar dali qualquer resquício de pessoas negras	gentrificação, ou fazer falsas obras de requalificação em espaços e tirar dali qualquer resquício de pessoas negras, e populares, e trabalhadores, e transformar aquilo em espaços de convivência branca.
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>CATEGORIA: ASPECTOS FACILITADORES</b>		
<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>	<b>EXCERTO DAS ENTREVISTAS</b>
<b>Injustiças</b>	<p><b>MSN1</b> Oh, o Movimento Negro Unificado, desde a sua criação, na década de setenta, a denúncia ao extermínio da juventude negra, a denúncia da violência que se abate contra a juventude negra, tem sido uma das suas principais bandeiras</p> <p><b>MSN1</b> O negro continua sendo visto como bandido. O negro continua sendo visto como aquele que precisa ser exterminado, continua sendo visto como incômodo para a sociedade. É, o poder, ele é branco, o poder é macho, ele é branco, o poder é hétero, e esse poder, ele se incomoda com tudo o que não atende aos seus requisitos.</p> <p><b>MSN4</b> sobre os motivos para o genocídio da população negra. Que, afora essa dimensão mais física, existe o genocídio subjetivos das pessoas,... nos últimos quatro anos, catorze anos, a partir de políticas públicas de ações afirmativas, de acesso à universidade, as pessoas negras, quando elas não conseguem acessar os espaços, é, privilegiados, seja na cultura, seja na educação e, sobretudo, economicamente, ou seja, acessar o básico economicamente pra sobreviver, isso pra mim configura uma genocídio subjetivo dessas pessoas, não é?</p>	<p><b>MSN1</b> Oh, o Movimento Negro Unificado, desde a sua criação, na década de setenta, a denúncia ao extermínio da juventude negra, a denúncia da violência que se abate contra a juventude negra, tem sido uma das suas principais bandeiras</p> <p><b>MSN1</b> O negro continua sendo visto como bandido. O negro continua sendo visto como aquele que precisa ser exterminado, continua sendo visto como incômodo para a sociedade. É, o poder, ele é branco, o poder é macho, ele é branco, o poder é hétero, e esse poder, ele se incomoda com tudo o que não atende aos seus requisitos.</p> <p><b>MSN4</b> sobre os motivos para o genocídio da população negra. Que, afora essa dimensão mais física, existe o genocídio subjetivos das pessoas, é, que eu costumo falar. Então, as pessoas que não conseguem, as pessoas negras que não conseguem, na maioria dos casos, apesar de ter melhorado um pouco nos últimos quatro anos, catorze anos, a partir de políticas públicas de ações afirmativas, de acesso à universidade, as pessoas negras, quando elas não conseguem acessar os espaços, é, privilegiados, seja na cultura, seja na educação e, sobretudo, economicamente, ou seja, acessar o básico economicamente pra sobreviver, isso pra mim configura uma genocídio subjetivo dessas pessoas, não é?</p>
<b>Permanências</b>	<p><b>MSN1</b> Nós temos um Estado, né, opressor, um Estado excludente, um Estado racista e temos uma elite com uma mentalidade escravocrata, literalmente, e nossos jovens têm</p>	<p><b>MSN1</b> Nós temos um Estado, né, opressor, um Estado excludente, um Estado racista e temos uma elite com uma mentalidade escravocrata, literalmente, e nossos jovens têm sido</p>

	<p>sido alvo, né, preferencial da barbárie perpetrada pelo Estado e pela elite brasileira.</p> <p><b>MSN1</b> A questão do linchamento é algo bastante preocupante. O negro é linchado na república da mesma forma que ele era linchado no império e na colônia. Porque a forma da, da sociedade, dos brancos verem o negro não mudou. Negro continua sendo, é, algo. Continua sendo uma coisa.</p> <p><b>MSN2</b> A gente sabe que os linchamentos ocorriam publicamente no nosso país na vigência da escravidão. Então, os linchamentos atuais remontam a essa época. Na verdade é um resgate histórico, né, da, do que já ocorreu com a população negra no solo brasileiro. Então os linchamentos de hoje se espelha também nos linchamentos de ante, de ontem, né, os linchamentos que a nossa população recebia nos pelourinhos</p> <p><b>MSN3</b> Que infelizmente é a tratativa dos órgãos de segurança pública. Ele tem uma tratativa totalmente diferente. Então, tem uma ligação direta com o racismo, com o preconceito</p> <p><b>MSN4</b> Porque a estrutura é a estrutura básica da gênese é a escravidão. E esse processo de subjugar as pessoas negras que começa na escravidão, ele perpassa por toda a, todo o tecido social brasileiro, né. Então o racismo brasileiro, até tem um termo que se usa que é o racismo á brasileira, ele é bastante engenhoso</p>	<p>alvo, né, preferencial da barbárie perpetrada pelo Estado e pela elite brasileira.</p> <p><b>MSN1</b> A questão do linchamento é algo bastante preocupante. O negro é linchado na república da mesma forma que ele era linchado no império e na colônia. Porque a forma da, da sociedade, dos brancos verem o negro não mudou. Negro continua sendo, é, algo. Continua sendo uma coisa. Continua sendo algo que não se compara com o ser humano, na visão, é, dessa elite. Então, o linchamento precisa ser combatido também.</p> <p><b>MSN2</b> A gente sabe que os linchamentos ocorriam publicamente no nosso país na vigência da escravidão. Então, os linchamentos atuais remontam a essa época. Na verdade é um resgate histórico, né, da, do que já ocorreu com a população negra no solo brasileiro. Então os linchamentos de hoje se espelha também nos linchamentos de ante, de ontem, né, os linchamentos que a nossa população recebia nos pelourinhos</p> <p><b>MSN3</b> Que infelizmente é a tratativa dos órgãos de segurança pública. Ele tem uma tratativa totalmente diferente. Então, tem uma ligação direta com o racismo, com o preconceito.</p> <p><b>MSN4</b> Porque a estrutura é a estrutura básica da gênese é a escravidão. E esse processo de subjugar as pessoas negras que começa na escravidão, ele perpassa por toda a, todo o tecido social brasileiro, né. Então o racismo brasileiro, até tem um termo que se usa que é o racismo á brasileira, ele é bastante engenhoso</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p><b>MSN4</b>, mas você vai sendo alijado dos espaços, da educação, do acesso à alimentação, à moradia, à terra e a vários outros bens e riquezas, e, na maioria das vezes, se essas pessoas não tiverem um histórico de luta ou de acesso à informação e à educação, talvez morra sem entender que ela passou por aquele processo de alijamento porque ela era uma pessoa negra e que aquilo é resultado do racismo.</p> <p><b>MSN4</b> Isso se dá também e essencialmente pela formação da polícia militar brasileira, né, dos estados brasileiros, que é uma formação em bases extremamente racistas e desiguais e que, é, não privilegia a formação em direitos humanos</p> <p><b>MSN1</b> Nós temos um Estado, né, opressor, um Estado excludente, um Estado racista e temos uma elite com uma mentalidade escravocrata.</p> <p><b>MSN1</b> O negro é linchado na república da mesma forma que ele era linchado no império e na colônia. Porque a forma da, da sociedade, dos brancos verem o negro não mudou. Negro continua sendo, é, algo. Continua sendo uma coisa. Continua sendo algo que não se compara com o ser humano, na visão, é, dessa elite.</p>	<p><b>MSN4</b>, mas você vai sendo alijado dos espaços, da educação, do acesso à alimentação, à moradia, à terra e a vários outros bens e riquezas, e, na maioria das vezes, se essas pessoas não tiverem um histórico de luta ou de acesso à informação e à educação, talvez morra sem entender que ela passou por aquele processo de alijamento porque ela era uma pessoa negra e que aquilo é resultado do racismo.</p> <p><b>MSN4</b> Mas tem também, no Brasil, um resultado do racismo bastante duro e concreto, que é o genocídio dos jovens negros nas periferias, sobretudo das grandes cidades, mas eu acho que nos últimos anos também das cidades menores, médias, dos interiores do Brasil. Isso se dá também e essencialmente pela formação da polícia militar brasileira, né, dos estados brasileiros, que é uma formação em bases extremamente racistas e desiguais e que, é, não privilegia a formação em direitos humanos.</p> <p><b>MSN1</b> Nós temos um Estado, né, opressor, um Estado excludente, um Estado racista e temos uma elite com uma mentalidade escravocrata, literalmente, e nossos jovens têm sido alvo, né, preferencial da barbárie perpetrada pelo Estado e pela elite brasileira.</p> <p><b>MSN1</b> O negro é linchado na república da mesma forma que ele era linchado no império e na colônia. Porque a forma da, da sociedade, dos brancos verem o negro não mudou. Negro continua sendo, é, algo. Continua sendo uma coisa. Continua</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p><b>MSN2</b> linchamentos ocorriam publicamente no nosso país na vigência da escravidão. Então, os linchamentos atuais remontam a essa época. Na verdade é um resgate histórico, né, da, do que já ocorreu com a população negra no solo brasileiro. Então os linchamentos de hoje se espelha também nos linchamentos de ante,</p> <p><b>MSN3</b> Que infelizmente é a tratativa dos órgãos de segurança pública. Ele tem uma tratativa totalmente diferente. Então, tem uma ligação direta com o racismo, com o preconceito.</p> <p><b>MSN4</b> Então o racismo brasileiro, até tem um termo que se usa que é o racismo á brasileira, ele é bastante engenhoso</p> <p><b>MSN4</b> ... vai sendo alijado dos espaços, da educação, do acesso à alimentação, à moradia, à terra e a vários outros bens e riquezas, e, na maioria das vezes, se essas pessoas não tiverem um histórico de luta ou de acesso à informação e à educação, talvez morra sem entender que ela passou por aquele processo de alijamento porque ela era uma pessoa negra e que aquilo é resultado do racismo.</p>	<p><b>MSN2</b> linchamentos ocorriam publicamente no nosso país na vigência da escravidão. Então, os linchamentos atuais remontam a essa época. Na verdade é um resgate histórico, né, da, do que já ocorreu com a população negra no solo brasileiro. Então os linchamentos de hoje se espelha também nos linchamentos de ante,</p> <p><b>MSN3</b> Que infelizmente é a tratativa dos órgãos de segurança pública. Ele tem uma tratativa totalmente diferente. Então, tem uma ligação direta com o racismo, com o preconceito.</p> <p><b>MSN4</b> Porque a estrutura é a estrutura básica da gênese é a escravidão. E esse processo de subjugar as pessoas negras que começa na escravidão, ele perpassa por toda a, todo o tecido social brasileiro, né. Então o racismo brasileiro, até tem um termo que se usa que é o racismo á brasileira, ele é bastante engenhoso</p> <p><b>MSN4</b> ... vai sendo alijado dos espaços, da educação, do acesso à alimentação, à moradia, à terra e a vários outros bens e riquezas, e, na maioria das vezes, se essas pessoas não tiverem um histórico de luta ou de acesso à informação e à educação, talvez morra sem entender que ela passou por aquele processo de alijamento porque ela era uma pessoa negra e que aquilo é resultado do racismo.</p>
<b>CATEGORIA: ESPECIFICIDADE</b>		
<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>	<b>EXCERTO DAS ENTREVISTAS</b>
<b>Inverdades</b>	<b>MSN2</b> Essa guerra ao povo negro, ela, durante muitos anos, foi disfarçada por diversos motivos, né? .... O motivo mais, mais, a falsa	<b>MSN2</b> Essa guerra ao povo negro, ela, durante muitos anos, foi disfarçada por diversos motivos, né? E o motivo mais recente, que tem sido duradouro e que

	<p>guerra às drogas, né, o motivo mais recente e que tem durado bastante tempo. Que é uma cortina de fumaça mesmo, né?</p> <p><b>MSN4</b> é que a gente vive uma guerra e que a guerra é a um povo específico, que é um povo negro que vive nessas comunidades, periferias, favelas. Essa guerra ao povo negro, ela, durante muitos anos, foi disfarçada por diversos motivos, né?</p> <p><b>MSN2</b> Que o próprio Estado faz isso, cotidianamente. Então, a população se espelha nessa prática. A população percebe que quando ocorre casos de violência policial voltadas pra população negra, em particular para a juventude negra, há uma impunidade, não há uma preocupação em investigar e responsabilizar os autores.</p> <p><b>MSN2</b> E por um tempo eu passei a morar em outro bairro, no centro da cidade, com medo. Com medo da tratativa, infelizmente, da polícia, porque nós trabalhamos com a, nós temos uma ligação direta com o movimento social</p>	<p>tem provocado essa limpeza étnica no Brasil pela morte desses jovens, 62 mil pessoas morrem por ano no país, 72 por cento de jovens negros, é a guerra às drogas, né? O motivo mais, mais, a falsa guerra às drogas, né, o motivo mais recente e que tem durado bastante tempo. Que é uma cortina de fumaça mesmo, né?</p> <p><b>MSN4</b> A própria existência de uma estrutura militarizada na segurança pública como principal instrumento de segurança pública é sinal de que a avaliação do Estado Brasileiro, enquanto estrutura, né, não governos, é que a gente vive uma guerra e que a guerra é a um povo específico, que é um povo negro que vive nessas comunidades, periferias, favelas. Essa guerra ao povo negro, ela, durante muitos anos, foi disfarçada por diversos motivos, né?</p> <p><b>MSN2</b> Porque a atual de segurança pública passa um recado para a sociedade brasileira. Qual é o recado? É que vidas negras não importam. Eles passam um recado de que nós somos desprovidos de direitos, que o nosso direito á vida, ele é um direito relativizado. Que o nosso direito à integridade física e moral também é um direito relativizado, que pode ser, é, desrespeitado. Que o próprio Estado faz isso, cotidianamente. Então, a população se espelha nessa prática. A população percebe que quando ocorre casos de violência policial voltadas pra população negra, em particular para a juventude negra, há uma impunidade, não há uma preocupação em investigar e responsabilizar os autores.</p> <p><b>MSN2</b> E por um tempo eu passei a morar em outro bairro, no centro da cidade, com medo. Com medo da tratativa, infelizmente, da polícia, porque nós trabalhamos com a, nós temos uma ligação direta com o movimento social na comunidade, e que isso, infelizmente acaba irritando muitos deles.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p><b>MSN4</b> O motivo mais, mais, a falsa guerra às drogas, né, o motivo mais recente e que tem durado bastante tempo. Que é uma cortina de fumaça mesmo, né?</p>	<p><b>MSN4</b> E o motivo mais recente, que tem sido duradouro e que tem provocado essa limpeza étnica no Brasil pela morte desses jovens, 62 mil pessoas morrem por ano no país, 72 por cento de jovens negros, é a guerra às drogas, né? O motivo mais, mais, a falsa guerra às drogas, né, o motivo mais recente e que tem durado bastante tempo. Que é uma cortina de fumaça mesmo, né?</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>CATEGORIA: REAÇÃO</b>		
<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>	<b>EXCERTO DAS ENTREVISTAS</b>
<b>Silenciamento</b>	<p><b>MSN1</b> lutar contra o extermínio da juventude negra não é algo exclusivo do movimento negro brasileiro, mas de todos aqueles e aquelas que efetivamente combatem, são contra essa situação..</p> <p><b>MSN4</b> Essa questão do linchamento que você me falou, é uma questão que eu nunca parei pra refletir sobre isso. Eu não sei se várias pessoas te disseram isso...</p> <p><b>MSN4</b> Então, eu consigo, apesar de nunca ter refletido especificamente sobre isso, eu associaria a essa sanha, a esse desejo nacional de uma classe média elitista, que acha que se aproxima muito mais dos ricos do que dos pobres, de fazer uma limpeza social no país, né? Uma limpeza racial. É uma questão que é muito, muito específica mesmo.</p> <p><b>MSN2</b> Isso é um avanço. Porém, é, na realidade, né, na prática, a gente ainda não consegue matematicamente, é, expressar uma</p>	<p><b>MSN1</b> Até porque lutar contra o extermínio da juventude negra não é algo exclusivo do movimento negro brasileiro, mas de todos aqueles e aquelas que efetivamente combatem, são contra essa situação..</p> <p><b>MSN4</b> Essa questão do linchamento que você me falou, é uma questão que eu nunca parei pra refletir sobre isso. Eu não sei se várias pessoas te disseram isso... Mas, é, eu acho que ela talvez esteja associada a uma reprodução do racismo que, é... Ficou uma dúvida, agora. Quando você fala linchamento são aqueles tipos de linchamento tipo aquele do menino que foi amarrado no poste? Tá. Entendi agora.</p> <p><b>MSN4</b> Então, eu consigo, apesar de nunca ter refletido especificamente sobre isso, eu associaria a essa sanha, a esse desejo nacional de uma classe média elitista, que acha que se aproxima muito mais dos ricos do que dos pobres, de fazer uma limpeza social no país, né? Uma limpeza racial. É uma questão que é muito, muito específica mesmo.</p> <p><b>MSN2</b> em 2013 escuta uma presidenta dizendo que estávamos certos, de que existe uma seletividade da violência no Brasil, portanto se faz necessário uma</p>

<p><b>Protestos</b></p>	<p>vitória, né.</p> <p><b>MSN1</b> você não vê ações em bairros nobres, em bairros da elite, em bairro de brancos, né, você não vê as abordagens que você vê nas periferias, certo, nas favelas, em bairros, é, periférico,</p> <p><b>MSN1</b> o movimento precisa continuar fazendo suas ações, seus documentos, seus manifestos, suas passeatas, suas manifestações, bloqueando, é, estradas, ruas avenidas quando for necessário</p> <p><b>MSN2</b> Então, a juventude negra sentiu a necessidade de se organizar para disputar essa, essas políticas de juventude, e, mais do que isso, também para reivindicar um novo modelo de segurança pública e de justiça criminal. Então, o Fórum de Juventude Negra surge por esse objetivo, e com esse objetivo ocupou e ocupa vários espaços</p>	<p>política ou políticas voltadas para coibir essa seletividade. Isso é um avanço. Porém, é, na realidade, né, na prática, a gente ainda não consegue matematicamente, é, expressar uma vitória, né.</p> <p><b>MSN1</b> E um negro ao ser visto pelo policial, ou por setores da sociedade é logo identificado como um elemento suspeito. E, é aquela história, você atira primeiro, né, pra perguntar depois. É negro, é suspeito. Enquanto você não vê ações em bairros nobres, em bairros da elite, em bairro de brancos, né, você não vê as abordagens que você vê nas periferias, certo, nas favelas, em bairros, é, periférico, efetivamente, de maioria negro ou, no caso de Salvador, bairros exclusivamente, é, de negro</p> <p><b>MSN1</b> Então, essa violência, ela precisa ser combatida, tanto a violência, é, policial precisa ser denunciada sistematicamente, precisa ser combatida, o movimento precisa continuar fazendo suas ações, seus documentos, seus manifestos, suas passeatas, suas manifestações, bloqueando, é, estradas, ruas avenidas quando for necessário.</p> <p><b>MSN2</b> Então, a juventude negra sentiu a necessidade de se organizar para disputar essa, essas políticas de juventude, e, mais do que isso, também para reivindicar um novo modelo de segurança pública e de justiça criminal. Então, o Fórum de Juventude Negra surge por esse objetivo, e com esse objetivo ocupou e ocupa vários espaços: Conselho Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Segurança Pública, conselhos estaduais de segurança pública, conselhos da mulher, conselho de promoção da igualdade racial, é, participou e participa de algumas disputas de DCE. Todos os espaços políticos institucionais ou não, governamentais ou não, o Fórum de Juventude Negra se propõe, né, a depender do caso, a disputar, sempre, pra, com o objetivo de levar a temática</p>
-------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



	<p><b>MSN3</b> e a gente tá justamente procurando potencializar a correr atrás de, de meios de como é que a gente vai se fortalecer se unindo, pra que a gente não venha a ter mais uma notícia como essa dentro da nossa casa. Sacou?</p> <p><b>MSN3</b> E uma das ferramentas que nós temos para combater, é, as chacinas dentro da, do nosso meio. É justamente se unindo. É tendo aquela visão ubuntu, um por todos nós.</p> <p><b>MSN3</b> Nosso projeto vem, é, revolucionando, e a gente tá agora com a missão de, é, criar um documentário, né, Heróis do Subúrbio, que retrata exatamente as histórias que tiveram grandes oportunidades.</p> <p><b>MSN4</b> Mas na questão de segurança pública especificamente, o CEN desenvolve uma série de ações financiadas ou não que pra mim são muito importantes nesse processo de combate ao genocídio da juventude negra.</p> <p><b>MSN4</b> A primeira é a dimensão de acessar direitos que eles até então</p>	<p>do combate ao racismo nas políticas de juventude e de segurança pública, particularmente.</p> <p><b>MSN3</b> Eles enxergam a gente que mora no Subúrbio de fato com outros olhares, e a gente tá justamente procurando potencializar a correr atrás de, de meios de como é que a gente vai se fortalecer se unindo, pra que a gente não venha a ter mais uma notícia como essa dentro da nossa casa. Sacou?</p> <p><b>MSN3</b> Então, uma das formas que a gente tá utilizando é justamente se unir. A gente tá se encontrando sempre no encontro das tribos para fomento do baile Black Postura. E uma das ferramentas que nós temos para combater, é, as chacinas dentro da, do nosso meio. É justamente se unindo. É tendo aquela visão ubuntu, um por todos nós.</p> <p><b>MSN3</b> Nosso projeto vem, é, revolucionando, e a gente tá agora com a missão de, é, criar um documentário, né, Heróis do Subúrbio, que retrata exatamente as histórias que tiveram grandes oportunidades. Estamos agora também com um projeto fantástico, que vai ser uma casa de exposição fotográfica, onde a gente vai estar justamente expondo nossas ações e atividades.</p> <p><b>MSN4</b> Mas na questão de segurança pública especificamente, o CEN desenvolve uma série de ações financiadas ou não que pra mim são muito importantes nesse processo de combate ao genocídio da juventude negra. Então, por exemplo, o CEN acompanha de perto no diálogo com o Estado, o Estado baiano, né, a questão da chacina do Cabula. O, a denúncia... E eu estou falando a chacina do Cabula como um exemplo, mas as denúncias de casos de violação de direitos humanos com pessoas negras, de espancamento de jovens negros por policiais, de genocídio de jovens negros são coisas cotidianas na nossa rotina.</p> <p><b>MSN4</b> A primeira é a dimensão de acessar direitos que eles até então não</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>não acessavam, ou até em alguns casos não sabiam que existiam. Que aí passa, desde tirar uma carteira de identidade, uma carteira de trabalho, até conseguir uma roupa, porque o jovem chega lá, é, mal tratado pelas forças policiais, sem sandália, sem camisa.</p>	<p>acessavam, ou até em alguns casos não sabiam que existiam. Que aí passa, desde tirar uma carteira de identidade, uma carteira de trabalho, até conseguir uma roupa, porque o jovem chega lá, é, mal tratado pelas forças policiais, sem sandália, sem camisa. É, até encaminhar pra, tentar encaminhar pra mercado de trabalho, pra ser um jovem aprendiz, pra um curso profissionalizante. É, e na outra dimensão, que é a dimensão mais jurídica, que é desse, dessa figura, dessa pessoa fazer o registro da sua presença periodicamente.</p>
<b>CATEGORIA: MOBILIZAÇÃO</b>		
<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>	<b>EXCERTO DAS ENTREVISTAS</b>
<b>Reconhecimento</b>	<p><b>MSN1</b> O MNU tá completando agora, em 2018, 40 anos, né, de fundação... Sabemos que o racismo é algo estruturante na sociedade brasileira, e que tem a sua existência desde a chegada dos primeiros brancos colonizadores, há cinco séculos</p> <p><b>MSN1</b> E muitos avanços têm sido percebidos a partir da luta do movimento negro brasileiro, a partir de suas várias organizações, seja de âmbito local, regional ou nacional.</p> <p><b>MSN2</b> Foi quando a primeira vez, foi 2007 o primeiro encontro, foi</p>	<p><b>MSN1</b> O MNU tá completando agora, em 2018, 40 anos, né, de fundação. A entidade surgiu em 1978, durante a ditadura militar. É um movimento nacional de negros e negras que têm como centralidade da sua intervenção o combate sistemático ao racismo. Sabemos que o racismo é algo estruturante na sociedade brasileira, e que tem a sua existência desde a chegada dos primeiros brancos colonizadores, há cinco séculos.</p> <p><b>MSN1</b> E o movimento negro de um modo geral, não só o Movimento Negro Unificado, eu acho que cumpre um papel relevante na sociedade brasileira no combate, no enfrentamento ao racismo, e na elaboração de propostas de superação das desigualdades raciais, propostas que visam efetivamente eliminar o racismo. E muitos avanços têm sido percebidos a partir da luta do movimento negro brasileiro, a partir de suas várias organizações, seja de âmbito local, regional ou nacional.</p> <p><b>MSN2</b> Fórum Baiano de Juventude Negra é uma instância do Fórum</p>

	<p>quando o governo, os governos decidiram discutir a temática da juventude, porém não estava levando em consideração as especificidades da juventude negra</p> <p><b>MSN2</b> Então, a nossa vitória é nossa persistência, mas a gente ainda não conseguiu concretamente mudar a nossa realidade</p> <p><b>MSN3</b> Eu sou produtor do baile Black Postura, que é um evento dançante, com músicas black soul e guiadas pelos jovens</p> <p><b>MSN4</b> o CEN tem a função, se propõem a disputar espaço político no campo de esquerda enquanto entidade negra e de representação dessa população, de proposição de políticas de combate ao racismo, de superação do racismo e de lutas,</p>	<p>Nacional de Juventude Negra. O Fórum Nacional de Juventude Negra surge após encontro, primeiro Encontro Nacional de Juventude Negra, que é o momento histórico que a juventude negra decide se reunir para disputar a política nacional de juventude. Foi quando a primeira vez, foi 2007 o primeiro encontro, foi quando o governo, os governos decidiram discutir a temática da juventude, porém não estava levando em consideração as especificidades da juventude negra</p> <p><b>MSN2</b> As estatística tão aí dizendo que o número de jovens negros está cada vez maior atrás das grades, cada vez maior o número de jovens negros, é, assassinados por policiais ou por grupos tolerados pela polícia, e agora a era do linchamento também, né, que toda semana a gente tem aí, nos quatro cantos, do país, uma história de linchamento contra a juventude negra. Então, a nossa vitória é nossa persistência, mas a gente ainda não conseguiu concretamente mudar a nossa realidade.</p> <p><b>MSN3</b> Eu sou produtor do baile Black Postura, que é um evento dançante, com músicas black soul e guiadas pelos jovens. Onde a gente faz um encontro, que é conhecido como o encontro das tribos, onde a gente promove diversas ações, como editorial fotográfico, videografia e também formações sociais, políticas e culturais.</p> <p><b>MSN4</b> O CEN, Coletivo de Entidades Negras, é uma entidade nacional do movimento negro que se apresenta como a entidade política do movimento negro. Isso que dizer que, diferentes das entidades culturais do movimento negro que têm um papel importante nesse setor, nessa questão, o CEN tem a função, se propõem a disputar espaço político no campo de esquerda enquanto entidade negra e de representação dessa população, de proposição de políticas de combate ao racismo, de superação do</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Justiça</b></p>	<p><b>MSN4</b> as questões de morte da juventude negra. Que talvez hoje, pra mim com certeza hoje, é a pauta central de qualquer movimento social negro brasileiro, né.</p> <p><b>MSN3</b> e você vai ver os resultados. Né. Então os resultados estão aí, estão à vista. Isso mostra que, é, o quanto é importante a gente dar continuidade.</p> <p><b>MSN4</b> esforço coletivo de superação do racismo, de paradigmas racistas. Quando a gente faz uma feira de</p>	<p>racismo e de lutas, organização das comunidades... dos povos de terreiros, é, das mulheres, pra lutar contra o racismo. O surgimento do CEN, é, contudo, é anterior, é de 2003 a entidade, das entidades tradicionais do movimento negro o Unegro, Conem, MNU. É uma entidade mais recente</p> <p><b>MSN4</b> CEN hoje se configura, como eu disse, como uma entidade política. Então, ele vai debater cultura, obviamente porque debater o combate ao racismo, é, passa por isso, mas que vai debater também questão de mulheres, a questão LGBT. É a primeira entidade do movimento negro que institui uma coordenação LGBT no Brasil. Foi há anos atrás. As questões de terreiro também e as questões de morte da juventude negra. Que talvez hoje, pra mim com certeza hoje, é a pauta central de qualquer movimento social negro brasileiro, né.</p> <p><b>MSN3</b> Nós hoje temos... Tipo assim, como a gente trabalha com moda, música, teatro e dança, na moda a gente tem a miss Brasil, uma garota, a miss Brasil performance saiu do nosso projeto. Nós temos um ator que está entrando agora também na Rede Globo. Nós temos dançarinos com, com alguns cantores famosos. A gente também, no teatro, eu sou ator e diretor teatral, no teatro eu tive a oportunidade de estar no exterior e hoje estar fazendo um trabalho aqui focado em despertar outros talentos. Então, tá aí. Nas redes sociais você pode estar acompanhando através do Instagram, do Facebook o Vitrine Cultural, projeto Vitrine Cultural, e você vai ver os resultados. Né. Então os resultados estão aí, estão à vista. Isso mostra que, é, o quanto é importante a gente dar continuidade.</p> <p><b>MSN4</b> Mas, até pensando nisso, as ações do CEN são diversas, né, no que a gente considera ações uma tentativa, um esforço coletivo de superação do</p>
-----------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

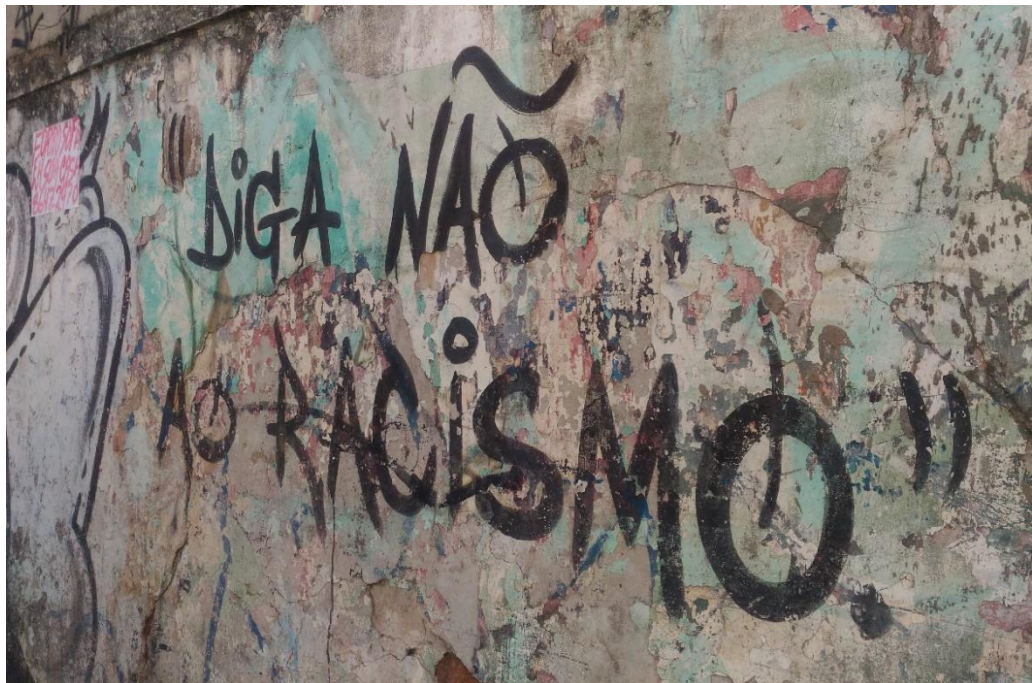
	<p>empreendimentos negros, solidários, pra fazer roda essa economia solidária negra, é, e fazer esses produtores de produtos, é, majoritariamente em situação de vulnerabilidade social ter visibilidade</p> <p><b>MSN2</b> Nós sempre estamos participando desses processos, desses procedimentos, levando a, a essa bandeira, né, de que o racismo ele existe, de que o mito da democracia racial ele precisa ser cada vez mais desgastado, de que existe um projeto de genocídio da população negra no Brasil, e que esse projeto está em vigor. E que atualmente a juventude negra é o principal alvo. Então, nós fazemos um papel da denúncia nesses espaços e da proposta também de um novo modelo de segurança pública, sem racismo, sem machismo, sem nenhuma forma de opressão.</p> <p><b>MSN1</b> apresentado um conjunto de proposta para, é, eliminar, por fim ao assassinato de jovens, é, negros. Sabemos que é algo que está cada vez mais crescendo, não só em Salvador, na Bahia, mas em todo o Brasil, as estatísticas revelam isso</p> <p><b>MSN1</b> Nossos jovens, eles querem viver, eles precisam viver. Eles têm um futuro brilhante pela frente que vem sendo interrompido</p>	<p>racismo, de paradigmas racistas. Quando a gente faz uma feira de empreendimentos negros, solidários, pra fazer roda essa economia solidária negra, é, e fazer esse produtores de produtos, é, majoritariamente em situação de vulnerabilidade social ter visibilidade, é, darem vazão às suas produções, isso acho que tenta superar essa dimensão da falta do acesso ao poder econômico</p> <p><b>MSN2</b> A primeira delas, como eu já disse, é ocupar os espaços de poder, os espaços governamentais, os conselhos, as conferências, é, os dispositivos que são criados pelo poder, tanto legislativo quanto o executivo e até o judiciário também. Nós sempre estamos participando desses processos, desses procedimentos, levando a, a essa bandeira, né, de que o racismo ele existe, de que o mito da democracia racial ele precisa ser cada vez mais desgastado, de que existe um projeto de genocídio da população negra no Brasil, e que esse projeto está em vigor. E que atualmente a juventude negra é o principal alvo. Então, nós fazemos um papel da denúncia nesses espaços e da proposta também de um novo modelo de segurança pública, sem racismo, sem machismo, sem nenhuma forma de opressão. Essa é nossa primeira linha, que é a linha de ação direta.</p> <p><b>MSN1</b> Então, o MSN, ele tem denunciado sistematicamente, ele tem agido, tem apresentado um conjunto de proposta para, é, eliminar, por fim ao assassinato de jovens, é, negros. Sabemos que é algo que está cada vez mais crescendo, não só em Salvador, na Bahia, mas em todo o Brasil, as estatísticas revelam isso</p> <p><b>MSN1</b> Nossos jovens, eles querem viver, eles precisam viver. Eles têm um futuro brilhante pela frente que vem sendo interrompido, né, por essa violência, por essa barbárie cometida pelo Estado</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p><b>MSN2</b> no Brasil existe um processo de extermínio sim, voltado à juventude negra e nós precisamos desenvolver políticas voltadas pra esse segmento</p> <p><b>MSN4</b> Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e também com a SEAP, que a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, que é a entidade que mais denunciou violações de direitos humanos às pessoas negras no ano de 2017-18</p> <p><b>MSN4</b> o CEN, ao vencer o edital, o chamamento público ficou responsável, que é o acompanhamento das pessoas majoritariamente, muito majoritariamente jovens negros, que passam pelas audiências de custódias no Núcleo de Prisão em Flagrantes, no Fórum Criminal, essa parte mais multidisciplinar, que tem a função de acompanhar esses jovens enquanto eles respondem ao processo em liberdade.</p>	<p><b>MSN2</b> Então, nós conseguimos fazer, no ano de 2013, o governo federal lançou o programa Juventude Viva, plano Juventude Viva, e lá, nas palavras do programa e no discurso da então presidenta, ela falou, no Brasil existe um processo de extermínio sim, voltado à juventude negra e nós precisamos desenvolver políticas voltadas pra esse segmento. Isso para nós foi um avanço, porque em 2007, quando o Brasil começou a discutir política de juventude, desculpa, 2007 não, 2003, quando o Brasil começou a discutir política de juventude, não se falava sobre a especificidade da juventude negra. Se dizia que todo mundo era juventude, e que o governo tinha que desenvolver políticas genéricas.</p> <p><b>MSN4</b> Então, o CEN até toca hoje um processo no Estado que eu vou explicar em seguida, ligado à Secretaria Estadual de Administração Penitenciária e Ressocialização, porque o CEN foi reconhecido, se inscreveu no edital, no processo burocrático comum, mas foi reconhecido como uma entidade, junto com a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e também com a SEAP, que a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, que é a entidade que mais denunciou violações de direitos humanos às pessoas negras no ano de 2017-18.</p> <p><b>MSN4</b> nos núcleos de central de flagrantes, né, no núcleo de central de flagrantes, na Avenida ACM. Então, esse projeto consiste no que? Existe uma equipe multidisciplinar, que fica no Núcleo de Prisão em Flagrantes, no Fórum Criminal de Sussuarana, e no CAB, na CEAPA. Essa parte da CEAPA, no CAB, é a parte mais administrativa, e no Núcleo de Prisão em Flagrantes, no Fórum Criminal, essa parte mais multidisciplinar, que tem a função de acompanhar esses jovens enquanto eles respondem ao processo em liberdade.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## ANEXO V



Muro da Fábrica de Macarrão na saída do Túnel Américo Simas

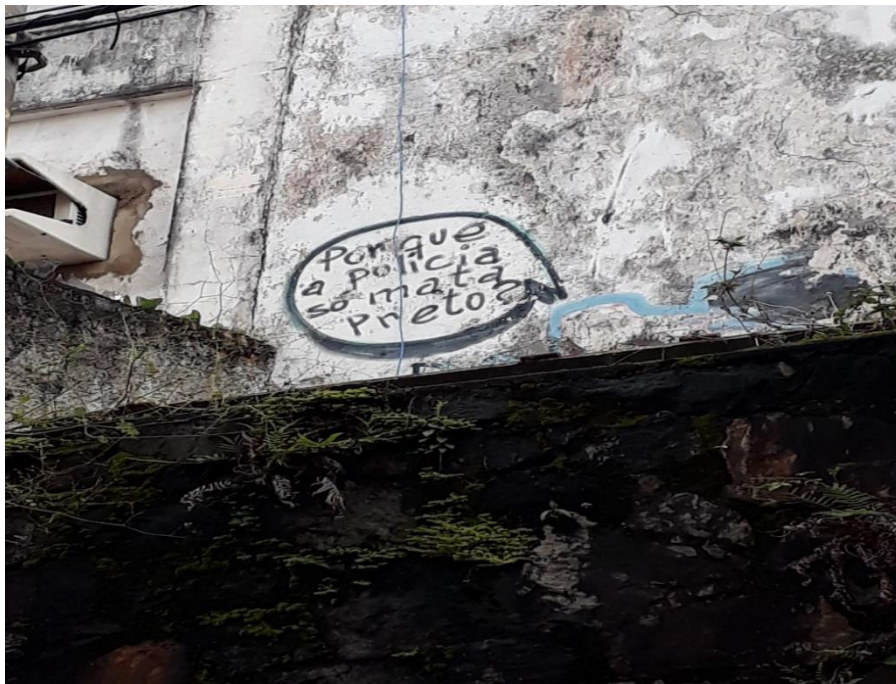


Muro no mercado da Sete Porta





Modulo Policial que funcionava em frente no Largo do Campo Santo.



Muro em Prédio na Ladeira da Praça

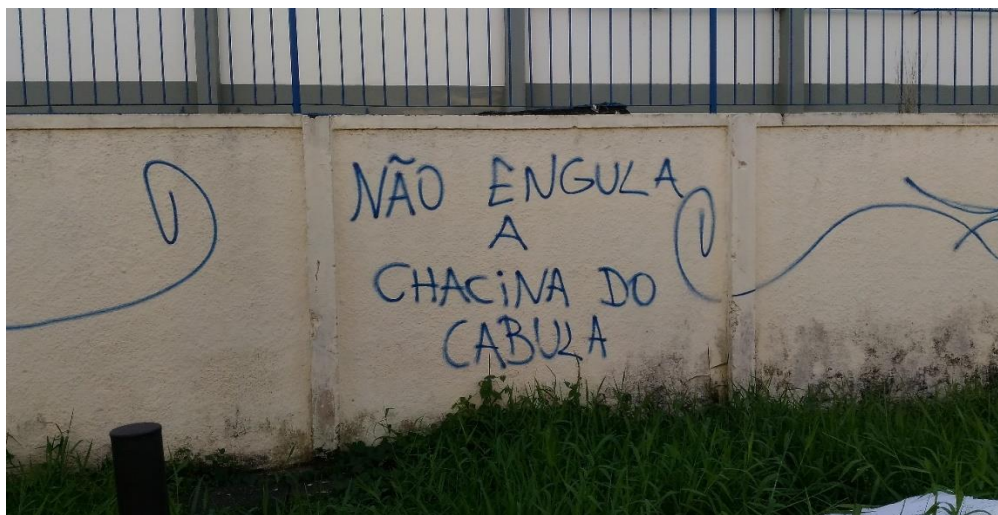




Porta de Loja na Baixa dos Sapateiros



Fachada de Prédio - Avenida Eng. Oscar Pontes



Muro do Colégio ACM na Avenida Vasco da Gama



No Alto da fachada do Mercado, nos Mares



Na fachada do prédio da agência bancária no Aquidabã





Muro embaixo do túnel no Aquidabã Américo Simões



Muro em Baixa de Quintas.



Porta de Loja na Baixa dos Sapateiros

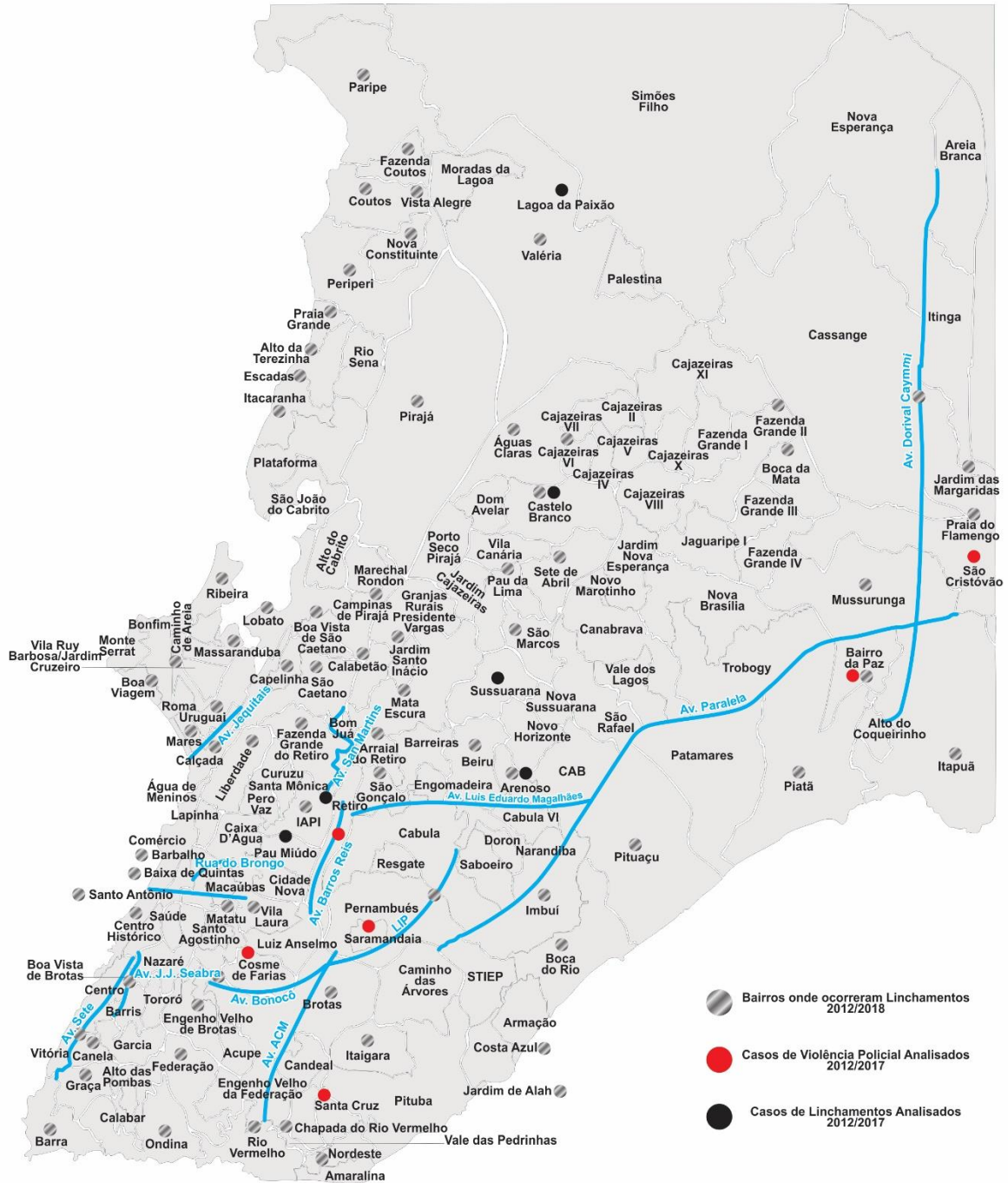


Murro no Edifício Avenida Dom João VI - Brotas



## ANEXO VI

# MAPA DE VIOLÊNCIA EM SALVADOR (BAIRRO A BAIRRO)



<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mapa-deixa-clara-a-concentracao-de-homicidios-em-bairros-pobres/>